

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA FONTES

**ARQUEOLOGIA, POVOAMENTO E
CONSTRUÇÃO DE PAISAGENS SERRANAS.
O TERMO DE LINDOSO, NA SERRA
AMARELA**

Volume 1 – TEXTO

Setembro, 2011



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA FONTES

**ARQUEOLOGIA, POVOAMENTO E
CONSTRUÇÃO DE PAISAGENS SERRANAS.
O TERMO DE LINDOSO, NA SERRA
AMARELA**

Volume 1 – TEXTO

Tese de Doutoramento em Arqueologia
Especialidade de Arqueologia da Paisagem e do
Povoamento

Trabalho efectuado sob orientação de:
Doutor Lino Augusto Tavares Dias
Professora Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira

Setembro, 2011

DECLARAÇÃO

Nome: LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA FONTES

Endereço electrónico: lfontes@uaum.uminho.pt

Telefone: +351 963273392

N.º Cartão de Cidadão: 5355818

Título da dissertação:

ARQUEOLOGIA, POVOAMENTO E CONSTRUÇÃO DE PAISAGENS SERRANAS. O TERMO DE LINDOSO, NA SERRA AMARELA

Orientadores:

Doutor Lino Augusto Tavares Dias

Professora Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira

Ano de conclusão: 2011

Ramo de conhecimento do Doutoramento:

Arqueologia, Especialidade de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE/TRABALHO.

Universidade do Minho, / / 2011.

Assinatura:

À Memória do Meu Pai
À Minha Mãe

À Inês e ao Simão

*Trago um buraco no futuro
Traz presentes fugidios
Diz memórias de navios
Traz tanta confiança
Que se é sempre criança
Mesmo quando não se quer
O que foi não volta a ser
E o que foi não volta a ser
Mesmo que muito se queira
E querer muito é poder
E o que foi não volta a ser*

*Pode vir algo melhor
Embora sempre careça
E o pior está por vir
Nunca se deve esquecer
Que não há volta sem partir
E o que foi não volta a ser
E o que foi não volta a ser
Mesmo que muito se queira
E querer muito é poder
E o que foi não volta a ser*

Tim / Xutos e Pontapés

O que foi não volta a ser

Ao Vivo na Antena 3

1995

AGRADECIMENTOS

Embora apresentado como trabalho individual, uma obra desta natureza nunca pode realizar-se sem o contributo e apoio de outras pessoas e instituições. Deixar-lhes aqui publicamente expressa a minha gratidão é, mais do que uma formalidade, uma simples mas sincera manifestação de reconhecimento pela ajuda que me ofereceram.

Desde logo devo agradecer à minha família, por me apoiar e encorajar sempre. Não lhes posso devolver o tempo não partilhado das ausências mas, à minha maneira, o meu amor por eles há-de sempre guiar-me.

Ao Dr. Henrique Regalo, com quem partilhei, em inesquecíveis prospecções de campo, as primeiras “aproximações” às paisagens minhotas antigas e a quem devo o convite amigo para partilhar o estudo do castelo de Lindoso. Pela oportunidade generosa, pelas informações e ideias, pelo estímulo, deixo-lhe aqui, *ad perpetuam rei memoriam*, o meu agradecimento especial.

À Doutora Maria Manuela Martins, agradeço a dádiva da sua orientação inicial, o estímulo transmitido, as facilidades institucionais concedidas, os apoios estruturais nunca regateados, a confiança depositada e a amizade incondicional.

À Doutora Conceição Falcão agradeço a co-orientação paciente e generosa e, sobretudo, a oportunidade e privilégio únicos de encerrar um percurso académico com quem me iniciou na aprendizagem escolar.

Ao Doutor Lino Augusto Tavares Dias, agradeço o interesse, a solidariedade e a orientação final deste trabalho, assegurando a possibilidade da sua apresentação em tempo útil.

Agradeço igualmente o apoio das diferentes direcções do Parque Nacional da Peneda-Gerês que se sucederam no decurso do trabalho, em especial o do Eng. Tito Costa, pelo impulso dado ao “projecto de tratamento museológico e de rentabilização cultural do castelo de Lindoso”. Alargo este tributo à arquitecta Alcinda Tavares, pelo entusiasmo contagiante com que partilhou o projecto de valorização do castelo de Lindoso e pelo estímulo constante para que este trabalho se concretizasse.

Mas este projecto não se desenvolveria se não tivesse beneficiado também do contributo empenhado de inúmeros colaboradores, ligados ou não às instituições que se envolveram neste projecto - a Unidade de Arqueologia e o

Parque Nacional da Peneda-Gerês. A todos os seus funcionários que, de um modo ou de outro, colaboraram neste trabalho, é devido o meu agradecimento. Estendo-o ainda a todo o pessoal do Museu D. Diogo de Sousa que colaborou nas tarefas de tratamento, restauro e desenho do espólio arqueológico do Lindoso.

Quero distinguir, pela disponibilidade, dedicação e entusiasmo, o guarda da natureza Avelino Bento, meu guia na serra, que conhece como poucos e a equipa de escavações, alguns dos quais já nos deixaram: Herlander da Cunha, Marco da Cunha, Maria da Silva, Sandra da Silva, Miguel Ribeiro, Irene da Silva, José Garcia, Manuel, Carolina Pica, Lisete Carneiro, Olívia Silva, Alexandre Fail, Francisco Gomes, Arnaldo Gomes, José Carlos e Eurico Nuno. À desenhadora Amélia Marques cabe-lhe um louvor pela qualidade do trabalho gráfico que o seu profissionalismo produziu.

À memória do Senhor Francisco Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Lindoso entre 1990 e 1999, é também devido um agradecimento especial: sem o seu acolhimento amigo, sem as suas informações sobre as “coisas dos mouros”, sem a sua mediação leal junto da população, este trabalho não existiria.

Gostaria de concluir estes agradecimentos envolvendo numa saudação amiga todos os habitantes de Lindoso, Parada e Cidadelhe que, sempre de modo desinteressado, mas curioso, me deram informações ou, tão-só, me saudaram quando se cruzaram comigo nos caminhos da serra e ainda todos os meus amigos e colegas, que me incentivaram sempre a continuar.

Resumo

Tal como indica o título, “ARQUEOLOGIA, POVOAMENTO E CONSTRUÇÃO DE PAISAGENS SERRANAS. O TERMO DE LINDOSO, NA SERRA AMARELA“, este trabalho inscreve-se na área da Arqueologia da Paisagem e teve como principal objectivo compreender a evolução da paisagem do território da freguesia de Lindoso, na longa duração.

Procurámos, especialmente, identificar as características da estrutura territorial e os processos de mudança e/ou de continuidade, valorizando a análise multi-escala, numa perspectiva duplamente sincrónica e diacrónica. Para chegar às expressões polissémicas da paisagem, ensaiámos a interpretação das interrelações entre as comunidades humanas e o meio físico, procurando determinar o peso relativo dos factores culturais e naturais.

Complementarmente, procurámos desenvolver metodologias de recolha e análise de dados, na perspectiva da sua validação como suporte de estudo das paisagens culturais. Para a realização destes objectivos, definiram-se procedimentos e adoptaram-se ferramentas metodológicas específicas, com vista à manipulação de um vasto conjunto de dados, de origem diversificada e que exigiram a prática de técnicas e procedimentos diversos, desde a prospecção de campo à análise de fotografia aérea e cartografia temática, ou da escavação arqueológica à consulta de arquivos documentais.

A interpretação dos dados permitiu ensaiar uma leitura diacrónica da paisagem e das variações da estrutura territorial, expressa em cartas de povoamento humano nos principais períodos cronológicos identificados: Pré e Proto-História, Romano e Suevo-Visigótico, Idade Média e Época Moderna e Contemporânea.

Como principais resultados destacam-se: a importância da Arqueologia da Paisagem para o estudo das paisagens culturais; a potencialidade da metodologia arqueológica na abordagem das paisagens, pois estas constituem-se como um repositório complexo de sinais, compreensíveis apenas enquanto expressões de cultura; a necessidade de conservar e estudar os recursos patrimoniais, numa perspectiva de valorização das paisagens culturais de montanha.

Abstract

As is shown in the title “ARCHAEOLOGY, SETTLEMENT AND CONSTRUCTION OF MOUNTAINOUS LANDSCAPES. THE LINDOSO TERRITORY, IN SERRA AMARELA”, this work is signed up within Landscape Archaeology area aiming the understanding of the long term landscape evolution of the Lindoso’s territory.

We sought especially to identify the characteristics of the territorial structure and the changing and/or continuity processes, highlighting a multi-scale analysis in a doubly synchronous and diachronic perspective. To achieve the polysemic expressions of the landscape we rehearse the interpretation of the interrelationships between human communities and the physical environment, seeking to identify the relative weight of cultural and natural factors.

In addition we have also tried to develop methodologies for data collecting and analysing, in view of its validation as support for the study of cultural landscapes. To achieve these objectives were procedures were defined and specific methodological tools were adopted for the management of a wide range of data with a diverse origin demanding the practice of different techniques and procedures, from field survey to aerial photography and thematic maps analysis, as well archaeological excavation or consultation of historic archives.

The interpretation of the data allowed us to rehearse a diachronic reading of the landscape and of the territorial structure changes, shown in maps of the human settlement identified in the main chronological periods: Pre and Proto-History, Roman and Late Antiquity, Middle Age and Modern/Contemporary Ages.

As main results of this work can be highlighted the following: the importance of Landscape Archaeology for the study of cultural landscapes; the potential of the archaeological methodology in approaching landscape analysis, as they represent always a complex signals repository, only understandable as cultural expressions; the need to conserve and study the heritage resources looking the enhancement of cultural mountainous landscapes.

INDICE GERAL

Vol.1 - TEXTO

Agradecimentos	iii
Resumo	vii
Abstract	ix
Índice geral	xi
Lista de Figuras	xvii

INTRODUÇÃO **27**

A – PROBLEMÁTICA **31**

1. ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM **33**

1.1. Conceitos e perspectivas **33**

1.2. A importância das paisagens serranas **43**

2. A ZONA DE ESTUDO **47**

2.1. O Lindoso na transição do milénio: tensões e perspectivas **47**

2.2. Do conhecimento do território de Lindoso **49**

3. OBJECTIVOS **53**

B – MÉTODO E METODOLOGIAS **55**

1. INTRODUÇÃO **57**

2. MODELO DE ANÁLISE **59**

3. METODOLOGIAS **63**

3.1. Cartografia e pesquisa bibliográfica e documental **65**

3.2. Prospecção arqueológica **70**

3.3. Escavação arqueológica **72**

3.4. Bases de dados	73
3.5. SIG aplicado à Arqueologia e análise espacial	76
C – O QUADRO FÍSICO	81
1. INTRODUÇÃO	85
2. A ÁREA DE LINDOSO NO CONTEXTO REGIONAL	88
3. GEOLOGIA	92
4. TECTÓNICA	99
5. RELEVO E HIDROGRAFIA	100
6. CLIMA, SOLOS E VEGETAÇÃO	104
7. RECURSOS	115
8. APROXIMAÇÃO PALEOAMBIENTAL	118
D – A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM	129
1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	131
2. O POVOAMENTO PRÉ E PROTO-HISTÓRICO	131
2.1. Introdução	131
2.2. Os primeiros esboços de uma monumentalização da paisagem: o fenómeno megalítico, o povoado de Chão da Pesquita e a arte rupestre	133
2.3. Entre <i>Leuni</i> , <i>Seurbi</i> , <i>Quaerquerni</i> e <i>Bracari</i> : um espaço periférico?	163
3. A INTEGRAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO ROMANA DO TERRITÓRIO	173
3.1. Introdução	173
3.2. Aproximação ao contexto regional	175

3.3. Entre <i>Limia</i> e <i>Aquis Quarquernis</i> , no <i>conventus bracaraugustanus</i> : a ausência de fronteira, a fixação de um eixo viário e a integração regional	187
3.4. Povoamento diferenciado e penetração nos espaços serranos	191
3.5. A diferenciação dos espaços socioeconómicos	203
4. A IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL NA IDADE MÉDIA	223
4.1. Introdução	223
4.2. Paróquia e freguesia ou a definição da territorialidade local	230
4.3. O castelo e a defesa da fronteira	237
4.4. Casais e aldeias: da dispersão polarizada à concentração do povoamento	254
4.5. "Leiras", "poças" e "rêgos". Os socialcos e o regadio como elementos caracterizadores da organização do espaço agrário	273
4.6. A serra explorada/partilhada: agricultura, pastoreio, caça, recolocção e apicultura	282
5. IDADE MODERNA E CONTEMPORÂNEA: A APROPRIAÇÃO TOTAL DO ESPAÇO SERRANO	301
5.1. Introdução	301
5.2. O reforço da identidade territorial e da concentração do povoamento	306
5.3. A fronteira questionada: da ampliação do castelo às trincheiras do Cabril, e do monte do Vieiro ao monte da Madalena	319
5.4. Eiras, espigueiros e moinhos: a introdução do milho maíz e as mutações na paisagem agrária	332
5.5. A intensificação do pastoreio e o domínio dos espaços serranos: caminhos, currais e cabanas	343
6. AS RUPTURAS DA PAISAGEM NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	357
6.1. Introdução	357

6.2. A arborização dos baldios	360
6.3. O aproveitamento hidroelétrico do rio Lima	367
6.4. O melhoramento do eixo viário principal e a dispersão do povoamento	371
6.5. A monitorização dos sítios arqueológicos e a criação de uma nova paisagem	374
E – SÍNTESE E ALGUMAS PERSPECTIVAS	379
1. PAISAGENS: DOS LIMITES DO CONHECIMENTO ÀS PROPOSTAS DE RECONSTITUIÇÃO	381
2. RUMOS DA INVESTIGAÇÃO: DO APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES LOCAIS À PERSPECTIVA REGIONAL DE ANÁLISE	392
FONTES E BIBLIOGRAFIA	397
A.1 - FONTES IMPRESSAS	399
A.2 - FONTES MANUSCRITAS	400
A.3 - FONTES CARTOGRÁFICAS E FOTOGRAFIA AÉREA	401
B – BIBLIOGRAFIA	402
Vol.2 - APÊNDICES E ANEXOS	
Índice	iii
APÊNDICE 1 – INVENTÁRIO ARQUEOLÓGICO	5
1. NOTAS PRÉVIAS	7
2. LISTA DE ARQUEOSSÍTIOS E SÍTIOS	8
3. CATÁLOGO ILUSTRADO	10

APÊNDICE 2 – CARTOGRAFIA	491
Lista de Cartas	cdixiii
1. CARTOGRAFIA ARQUEOLÓGICA	495
2. CARTOGRAFIA HISTÓRICA	505
APÊNDICE 3 – BASE DE DADOS	513
1. ESTRUTURA	517
2. PROTOCOLOS DESCRITIVOS	517
3. LISTAGEM DE DADOS	531
ANEXO 1 – DOCUMENTOS ESCRITOS	577
Lista de Documentos	dlxxix
DOCUMENTOS	581

Lista de Figuras

Fig.1 – Diagrama de conceptualização da paisagem como sistema relacional	36
Fig.2 – a) Cumeada da Louriça; b) Panorâmica da aldeia de Lindoso, vista de sudoeste; c) Janela de habitação da aldeia de Lindoso	40
Fig.3 – Panorâmica do território de Lindoso, vista de noroeste	44
Fig.4 – Panorâmica do território de Lindoso, vista de nordeste	49
Fig.5 – D. Rosa, habitante de Lindoso	52
Fig.6 – O abismo entre presente e passado (In Johnson, 2000:31)	61
Fig.7 – Representação esquemática do modelo de estudo implementado	63
Fig.8 – Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês	66
Fig.9 – Vol. I de <i>Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)</i>	67
Fig.10 – <i>Construções Primitivas em Portugal</i>	67
Fig.11 – Tomo I do <i>Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae</i>	68
Fig.12 – <i>O Bispo D. Pedro e Organização da Arquidiocese de Braga</i> [Censual de <i>Entre Lima e Ave</i>]	68
Fig.13 – Reprodução fotográfica da página da Inquirição de Lindoso de 1258. (IAN/TT/1072/R Inquirições Afonso III, livro 9, fl. 108v. - foto J.A. Silva)	69
Fig.14 – Mapa do Lindoso com indicação da área não prospectada	72
Fig.15 – Estrutura do sistema de informação geográfica aplicado ao estudo do Lindoso	76
Fig.16 – Localização do território de Lindoso (extracto das Folhas 17 e 30 da Carta Militar de Portugal, escala 1:25000)	86
Fig.17 – Enquadramento geológico de Lindoso no Noroeste Peninsular (in Moreira e Ribeiro, 1991:11)	89
Fig.18 – As serras minhotas no Noroeste Peninsular (in Coudé - Gaussen, 1979:19) ..	89
Fig.19 – Principais serras e rios do noroeste de Portugal	89
Fig.20 – Valores médios da temperatura, precipitação e insolação no noroeste de Portugal (extracto das Cartas Temp, Pret e Inso, in AAD-IP)	91
Fig.21 – Solos, zonas fitogeográficas e litologia no noroeste de Portugal (extracto das Cartas Solos, FitoGeo e Lito, in AAD-IP)	91
Fig.22 – Carta geológica da área do Lindoso (extracto da Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês, in Moreira e Ribeiro, 1991). Escala 1:50000	96
Fig.23 – Fracturação do Noroeste da Península Ibérica (in Coudé-Gaussen, 1979:113)	99
Fig.24 – Panorâmica da vertente sul da Serra Amarela	101
Fig.25 – Vista sub-aérea do território de Lindoso (GoogleEarth:10Maio2004)	101

Fig.26 – Níveis de erosão (in Moreira e Ribeiro, 1991:23 [adaptado de Coudé-Gausson, 1979:35])	102
Fig.27 – Rede hidrográfica do Lindoso (SIG-PNPG)	103
Fig.28 – Panorâmica da cumeada da Serra Amarela, vista de Oeste	104
Fig.29 – Insolação e precipitação no território de Lindoso (SIG PNPG/ICNB – Esc. 1:200000).	105
Fig.30 – Tipo de solos no território de Lindoso (SIG PNPG/ICNB – Esc. 1:50000)	107
Fig.31 – Vegetação climácica (azevinhos: <i>Ilex aquifolium</i> L.)	108
Fig.32 – Vegetação natural no território de Lindoso (SIG PNPG/ICNB – Esc. 1:50000)	110
Fig.33 – Prados de Verão na Lomba do Braçal da Ribeira	111
Fig.34 - Veiga agricultada de Parada. Perspectiva aérea, vista de Sul	112
Fig.35 – Ramada de vinha	114
Fig.36 – Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)	114
Fig.37 – Medas de palha de milho (<i>zea mayz</i> L.)	114
Fig.38 – Matos	114
Fig.39 – Castelo e espigueiros de Lindoso, construídos com granito local	116
Fig.40 – Panorâmica sobre a albufeira do Alto Lindoso	117
Fig.41 – Evolução da frente polar no Atlântico, entre 20.000/6.000 BP (in Carrión Marco, 2005:192)	119
Fig.42 – a) A Europa durante o Pleniglacial (in Carrión Marco, 2005:193); b) A região de Portugal durante o Pleniglacial (in Daveau, 1980:24)	119
Fig.43 – Morfologia glacial na cumeada da Louriça (in Coudé-Gausson, 1979:413)	120
Fig.44 – Análise polínicas no maciço Galaico-Minhoto (in Ramil Rêgo et al., 1996:200)	124
Fig.45 – Reconstrução paleoambiental do Quaternário recente do noroeste Peninsular (in Ramil Rêgo, 1993:45)	124
Fig.46 – Hipótese de reconstrução da vegetação do noroeste Peninsular entre o Pleniglacial e o Holoceno recente (in Carrión Marco, 2005:194)	125
Fig.47 – Localização dos arqueossítios da Pré e Proto-História no território de Lindoso	132
Fig.48 – Panorâmica sobre a Chã de Torrões, vista de Sudeste	135
Fig.49 – Localização do arqueossítio NIG.009 (Chã de Torrões), no vértice nascente da mancha megalítica do vale da Ribeira da Avilheira	136
Fig.50 – Distribuição das necrópoles megalíticas no alto-Lima português	137
Fig.51 – Visibilidade desde o arqueossítio da Chã de Torrões	139

Fig.52 – Panorâmica parcial da Chã de Torrões, com <i>tumulus</i> E.5 recortado no horizonte. Vista de Oeste	139
Fig.53 – Relação entre implantação e classes hipsométricas dos arqueossítios da Pré e Proto-História	145
Fig.54 – Relação entre implantação e classes de declives dos arqueossítios da Pré e Proto-História	145
Fig.55 – Relação entre implantação e quadrantes de exposição dos arqueossítios da Pré e Proto-História	146
Fig.56 – Relação entre implantação e litologia dos arqueossítios da Pré e Proto-História	146
Fig.57 – Relação entre implantação e tipo de solos dos arqueossítios da Pré e Proto-História	147
Fig.58 – Relação entre implantação e ocupação actual do solo dos arqueossítios da Pré e Proto-História	147
Fig.59 – Visibilidade desde o povoado de Chão da Pesquita, com isócrona de 30 m	149
Fig.60 – Mapa da análise de densidade para os arqueossítios da Pré e Proto-História	149
Fig.61 – Panorâmica do povoado de Chão da Pesquita, vista de Sul	151
Fig.62 – Planta do povoado de Chão da Pesquita, com localização das sondagens	152
Fig.63 – Pormenor da estratigrafia no Perfil Sul da Sondagem 20 do Chão da Pesquita/Setembro 1992	153
Fig.64 – Leitura estratigráfica dos perfis da Sondagem 20 do Chão da Pesquita ...	153
Fig.65 – Ponta distal de faca de sílex (MDDS-362/93) e fragmento de vaso de cerâmica manual (MDDS-192/93), recolhidos na camada 3 da Sondagem 20 do Chão da Pesquita. Desenho de Amélia Marques/MDDS, Esc. 1:1.	154
Fig.66 – Rocha central do complexo rupestre de Trás do Colado (in Baptista, 1983-84)	155
Fig.67 – Visibilidade desde o arqueossítio de Trás do Colado	156
Fig.68 – Panorâmica de Porto Chão, vista de Sul	158
Fig.69 – Porto Chão.5 (NIG.005). Foto e desenho de gravura	160
Fig.70 – Chã do Fojo (NIG.011). Foto e desenho de gravura	161
Fig.71 – Panorâmica do arqueossítio A Cidade (NIG.010)	167
Fig.72 – Visibilidade desde o povoado de A Cidade, com isócrona de 30 m	168
Fig.73 – Distribuição de castros no interflúvio Lima-Homem (adaptado de Martins, 1990; Almeida, CAB, 1990; IGESPAR-Endovélico/Ponte da Barca).	169
Fig.74 – Distribuição de <i>populi</i> no Noroeste (adaptado de Tranoy, 1981:carte III;	

Silva, 1986; Pérez Losada, 2002:65; Alarcão, 2003b:122)	171
Fig.75 – Divisão administrativa romana do Noroeste Peninsular, nos séculos I-II, com indicação da rede viária e núcleos urbanos principais (adaptado de Tranoy, 1981:cartas III, XVII e XIX)	178
Fig.76 – Cartografia da <i>Divisio Theodomiri</i> ou Paroquial Suevo, no entre Douro e Minho (in Fontes, 2009)	181
Fig. 77 – Cartografia de antroponímia genitiva anterior ao século VIII, no entre Douro e Minho (in Fontes, 2009)	182
Fig.78 – Ara/pedestal a Hércules e estela com togado, recolhidas no Lindoso (desenhos Ana Fontes/PNPG)	184
Fig.79 – Localização dos arqueossítios de Época Romana no território de Lindoso	186
Fig.80 – O povoado de Cabeço de Leijó na estrutura da rede viária romana	190
Fig.81 – Povoados romanos com isócronas de 30 m	193
Fig.82 – Relação entre implantação e classes hipsométricas dos arqueossítios de Época Romana	194
Fig.83 – Relação entre implantação e classes de declives dos arqueossítios de Época Romana	194
Fig.84 – Relação entre implantação e quadrantes de exposição dos arqueossítios de Época Romana	195
Fig.85 – Relação entre implantação e litologia dos arqueossítios de Época Romana	195
Fig.86 – Relação entre implantação e tipo de solos dos arqueossítios de Época Romana	196
Fig.87 – Relação entre implantação e ocupação actual do solo dos arqueossítios de Época Romana	196
Fig.88 – Mapa da análise de densidade para os arqueossítios de Época Romana.	201
Fig.89 – Panorâmica sobre o povoado de Cabeço de Leijó, vista do lugar de Lindoso	205
Fig.90 – Perspectiva do povoado de Cabeço de Leijó, evidenciando perfil topográfico com socalcos	205
Fig.91 – Planta do povoado de Cabeço de Leijó, com localização das sondagens	206
Fig.92 – Elementos construtivos do povoado de Cabeço de Leijó: a) parede de alvenaria irregular; b) silhar almofadado reaproveitado em muro de propriedade; c) lintel decorado com meandros paralelos	208
Fig.93 – Parede do mausoléu de Torrão de Galegos e base/capitel aí recolhido pelo proprietário	208
Fig.94 – Alinhamentos de paredes em mamposteria no povoado de Torre Grande	209
Fig.95 – Habitação de Cabeço de Leijó (Sondagens 1-3). Planta e leitura	

estratigráfica por A-D	210
Fig.96 – Habitação de Cabeço de Leijó (Sondagens 1). Pormenor do compartimento com lareira	211
Fig.97 – Habitação de Cabeço de Leijó. Proposta de restituição	211
Fig.98 – Ara/estela recolhida no Cabeço de Leijó	212
Fig.99 – Perspectiva geral do arqueossítio de Torrão de Galegos	214
Fig.100 – Perspectiva final do mausoléu de Torrão de Galegos	214
Fig.101 – Planta do mausoléu de Torrão de Galegos	214
Fig.102 – Espólio recolhido no mausoléu de Torrão de Galegos (Esc. 1:4 – desenho de Amélia Marques/MDDS)	214
Fig.103 – Inscrição de Porto Chão.6 (NIG.017 - Viveiros)	215
Fig.104 – Inscrição de Porto Chão.7 (NIG.018 - Portela de Peixerrão)	215
Fig.105 – Espólio recolhido no povoado de Cabeço de Leijó (esc. 1:4 – desenho de Amélia Marques/MDDS)	218
Fig.106 – Panorâmica sobre o arqueossítio de Vilarinho	221
Fig.107 – Panorâmica sobre o arqueossítio de Torre Grande	221
Figura 108 – Povoamento na diocese de Braga, no século XI (in Amaral, 2007, mapa 12)	226
Fig.109 – Localização dos arqueossítios e sítios da Idade Média no território de Lindoso	229
Fig.110 – Quadro dos pagamentos das paróquias da região estudada, segundo Censual do Bispo D. Pedro (Costa, 2000)	230
Fig.111 – Mapa da circunscrição eclesiástica da <i>Terra de Vanati</i> , segundo o Censual do Bispo D. Pedro (in Costa, 2000:204-216)	231
Fig.112 – Mapa da circunscrição civil do <i>Julgado de Agnofrica</i> [Terra da Nóbrega], segundo as Inquirições de 1258 (in PMH, 1258:406-415)	232
Fig.113 – Limites medievais de Lindoso, de acordo com os documentos 5 e 6, respectivamente de 1538 e 1574 (a linha cheia corresponde aos limites actuais)	234
Fig.114 – Perspectivas do sarcófago correspondente às Peças 1 e 5	236
Fig.115 – Plantas e secções do sarcófago correspondente às Peças 1 e 5	236
Fig.116 – Panorâmica do castelo de Lindoso, vista de Sul/Maio 2008	237
Fig.117 – Noroeste de Portugal com fortificações e mosteiros da raia seca com a Galiza, no século XIII (para as fortificações galegas, adaptado de Garcia Maña, 1988:47)	241
Fig.118 – Perspectiva sub-aérea do castelo de Lindoso, evidenciando-se a fortificação medieval	246

Fig.119 – Planta do castelo de Lindoso, evidenciando-se a fortificação medieval	246
Fig.120 – Castelo medieval de Lindoso. Perspectiva da torre de menagem vista de NE	247
Fig.121 – Castelo medieval de Lindoso. Pormenor da cisterna, no pátio interior	247
Fig.122 – Castelo medieval de Lindoso. Pormenor da porta sul, flanqueada por cubelos	248
Fig.123 – Castelo medieval de Lindoso. Pormenor do aparelho no cubelo nascente	248
Fig.124 – Sistema defensivo fronteiriço medieval nas Serras da Peneda /Soajo/Gerês, segundo Inquirições de 1258 (PMH.Inq.1258:396, 380, 414, 417-424 e 431-432)	250
Fig.125 – Ponte Velha de Parada	253
Fig.126 – Relação entre implantação e classes hipsométricas dos arqueossítios e sítios da Idade Média	257
Fig.127 – Relação entre implantação e classes de declives dos arqueossítios e sítios da Idade Média	258
Fig.128 – Relação entre implantação e quadrantes de exposição dos arqueossítios e sítios da Idade Média	259
Fig.129 – Relação entre implantação e litologia dos arqueossítios e sítios da Idade Média	260
Fig.130 – Traçado da via medieval no Lindoso	265
Fig.131 – Mapa da análise de densidade para os arqueossítios e sítios da Idade Média	267
Fig.132 – Casa sobradada, de provável origem medieval, em Lindoso	270
Fig.133 – Casa sobradada, de provável origem medieval, em Lindoso	270
Fig.134 – Modelo tipo de casa sobradada (in Viana, 1999:33-35)	271
Fig.135 – Casa térrea de provável origem medieval, em Parada	272
Fig.136 – Relação entre implantação e tipo de solos dos arqueossítios e sítios da Idade Média	275
Fig.137 – Relação entre implantação e ocupação actual do solo dos arqueossítios e sítios da Idade Média	276
Fig.138 – Povoados medievais com isócronas de 30 m. As manchas verdes correspondem à proposta de mancha agrícola medieval	278
Fig.139 – Proposta de mancha agrária medieval de Lindoso, com identificação das principais fontes e poças de rega (Esc. 1:5000)	279
Fig.140 – Perspectiva da Poça dos Fios [Poça dos Fryos]	279
Fig.141 – Proposta de interpretação das principais modalidades de uso do solo no Lindoso, na Idade Média	285

Fig.142 – Quadro das montarias e foros de caça da região estudada, segundo Inquirições de 1220	286
Fig.143 – Quadro das montarias e foros de caça da região estudada, segundo Inquirições de 1258	287
Fig.144 – Panorâmica e pormenor do Fojo Velho do Colado da Porta, vista de Este	292
Fig.145 – Planta do Fojo Velho do Colado da Porta	293
Fig.146 – Perspectiva geral da silha de Ínsua.1 e pormenor do aparelho construtivo	293
Fig.147 – Panorâmica do Ribeiro da Feicha com silha em primeiro plano	294
Fig.148 – Panorâmica da Branda de Ludentos, com ruínas em primeiro plano	296
Fig.149 – Panorâmica de Porto Chão. Em primeiro plano, parte das ruínas das “casas dos mouros” (Porto Chão.8 – NIG.020)	296
Fig.150 – Perspectiva sobre o principal alinhamento de ruínas da branda de Porto Chão.8 (NIG.020)	297
Fig.151 – Esboço de planta das ruínas visíveis da Branda de Porto Chão, com levantamento de pormenor de um dos “pardieiros”, conhecido como “casa dos mouros”	297
Fig.152 – Perspectiva da Branda de Bilhares, Ermida	298
Fig.153 – Perspectiva geral das ruínas de provável cabana medieval – Lomba do Braçal da Ribeira (NIG.037)	299
Fig.154 – Mapa dos arqueossítios e sítios de Época Moderna e Contemporânea	304
Fig.155 – Relação entre implantação e classes hipsométricas e de declives dos arqueossítios e sítios da Época Moderna e Contemporânea. Escala reduzida para 1:100000	305
Fig.156 – Relação entre implantação e quadrantes de exposição e litologia dos arqueossítios e sítios da Época Moderna e Contemporânea. Escala reduzida para 1:100000	305
Fig.157 – Morfologia urbana do aglomerado de Cidadelhe, nos séculos XVIII-XIX	308
Fig.158 – Morfologia urbana do aglomerado de Parada, nos séculos XVIII-XIX	308
Fig.159 – Morfologia urbana dos aglomerados de Lindoso e de Real, nos séculos XVIII-XIX	310
Fig.160 – Quadro da evolução fogos/habitantes de Lindoso, entre 1527 e 1864	311
Fig.161 – Gráfico relativo ao quadro da figura anterior	311
Fig.162 – Casa oitocentista de Lindoso	313
Fig.163 – Pormenor da casa anterior, com data 1832 gravada no lintel da janela	314
Fig.164 – Casa oitocentista de Lindoso	314

Fig.165 – Casa oitocentista de Parada, com espigueiro sobre portão	315
Fig.166 – Casa setecentista de Cidadelhe	315
Fig.167 – Pormenor da casa anterior, com data 1743 gravada no lintel da porta	316
Fig.168 – Topografia cristã moderna e contemporânea, de Lindoso	318
Fig.169 (CH.III) - Planta do castelo de Lindoso, 1758 (BPMP 1909-16 – Meireles, 1994/foto H. Regalo)	320
Fig. 170 (CH.I) - Planta do castelo de Lindoso, 1.ª metade do século XVIII (BNL D. 230 P. – Carvalho, 1977:123/foto H. Regalo)	321
Fig.171 – Perspectiva sub-aérea do castelo de Lindoso, evidenciando-se a fortificação moderna	321
Fig.172 – Planta do castelo de Lindoso, evidenciando-se a fortificação moderna	322
Fig.173 – Perspectiva do castelo de Lindoso, vista de NE	324
Fig.174 – Perspectiva do castelo de Lindoso, vista de SE, evidenciando-se o acrescento sobre a antiga porta medieval	324
Fig.175 – Pormenor dos aparelhos construtivos, diferenciando-se, ao centro, a muralha medieval	324
Fig.176 – Perspectiva do pátio interior, onde se colocaram a descoberto, na banda nascente, os restos da caserna seiscentista e o lajeado do pátio	326
Fig.177 – Pormenor do pavimento, em seixos, do oratório no topo Sul da caserna nascente	326
Fig.178 – Pormenor de silhar com data 1665, na caserna poente	326
Fig.179 (CH.II) – Mapa da fronteira na zona de Lindoso, 1758 (BPMP 1909-15 – Meireles, 1994/foto H. Regalo)	328
Fig.180 (CH.VII) – Mapa da fronteira na zona de Lindoso, 1851 [1803] (AHM A4P7N.º14/foto H. Regalo)	328
Fig.181 – Panorâmica da trincheira de Chão de Clérigo, sobre a foz do rio Cabril, vista de SE	329
Fig.182 – Perspectiva das escavações no topo setentrional da trincheira de Chão de Clérigo, percebendo-se, ao fundo, a casamata/bateria	329
Fig.183 (CH.IV) – Mapa do castelo e aldeia de Lindoso, 1760 (AHM s/r - foto H. Regalo)	334
Fig.184 – Relação entre implantação e tipo de solos e ocupação actual do solo dos arqueossítios e sítios da Época Moderna e Contemporânea. Escala reduzida para 1:100000	334
Fig.185 – Povoados modernos/contemporâneos com isócronas de 30 m. As manchas verdes correspondem à mancha agrícola	335
Fig.186 – Pormenor da cultura do milho em consociação com feijão	337

Fig.187 – Perspectivas de moinho em Fonte Fria, grupo dos Moinhos da Veiga (NIG.075), Lindoso	339
Fig.188 – Perspectivas do moinho da Portela da Leija, Parada. Em baixo, à direita, depois do restauro	340
Fig.189 – Modelo tipo de moinho (in Viana, 1999:66)	340
Fig.190 – Perspectiva da eira dos espigueiros do castelo de Lindoso (à esquerda) e da eira da Portela da Leija, Parada (à direita)	342
Fig.191 – Planta da eira da Portela da Leija, Parada e modelo de espigueiro do Lindoso (in Norberto, 1988:73)	342
Fig.192 – Espigueiro duplo, tipo galego, de Chão da Laje, Cidadelhe (à esquerda) e espigueiro da eira da Portela da Leija, Parada, datado de 1720 (à direita)	342
Fig.193 – Exploração da serra e territorialidades locais na Época Moderna e Contemporânea	346
Fig.194 – Mapa da análise de densidade para os arqueossítios e sítios da Época Moderna e Contemporânea	347
Fig.195 – Caminho carreteiro e de pé-posto Lindoso/Vilarinho/Ínsua	350
Fig.196 – Panorâmica sobre Cabana e Curral da Travanquinha	350
Fig.197 – Perspectiva da Cabana de Frieira 2	351
Fig.198 – Perspectiva da Cabana e Curral de Ribeira do Braçal 1	351
Fig.199 – Modelo tipo de cabana de pastor (in Viana, 1999:76)	353
Fig.200 – Perspectiva da Cabana e Curral de Rebordo no Feio	353
Fig.201 – Perspectiva aproximada de Cabana da Chã do Couto	354
Fig.202 – Fojo de lobo do Colado da Porta, com cabana/abrigo no topo do paredão nascente	354
Fig.203 – Quadro da evolução fogos/habitantes de Lindoso, entre 1911 e 2001	358
Fig.204 – Gráfico relativo ao quadro da figura anterior	359
Fig.205 – Cartografia do plano de arborização executado pelos Serviços Florestais na freguesia de Lindoso na década de 60 do século XX	364
Fig.206 – Panorâmica do cume da Louriça, com antenas de telecomunicações	366
Fig.207 – Panorâmica da antiga barragem do Lindoso, c. 1990 (foto reproduzida de EDP, 1993:15)	368
Fig.208 – Panorâmica da actual barragem do Alto Lindoso, construída no local da antiga	369
Fig.209 – Planta geral do empreendimento hidroeléctrico do Alto Lindoso (in EDP, 1993:31v. -32v.)	370
Fig.210 – Localização dos novos cemitérios e traçados da estrada	

EN.304-1. A vermelho indica-se o traçado do início do século XX e a amarelo a rectificação feita na sequência do empreendimento hidroeléctrico do Alto Lindoso	372
Fig.211 – Panorâmica sobre a nova travessia do rio Cabril	373
Fig.212 – Quadro de distribuição de arqueossítios e sítios por período cronológico	382
Fig.213 – Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso na Pré-História Recente: 1a – Povoado de Chão da Pesquita e área potencial de aproveitamento agrícola; 1b – Santuário de Trás do Colado; 2 – Porto Chão: zona de potencial aproveitamento agro-pastoril; 3 – Área de bosques (recolecção?); 4 - Área de floresta (caça?) ...	383
Fig.214 – Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso no período Romano: 1a – Povoado de Cabeço de Leijó e área potencial de aproveitamento agrícola; 1b – Casal de Vilarinho e área potencial de aproveitamento agrícola; 1c – Povoado de A Cidade e área potencial de aproveitamento agrícola; 2a – Porto Chão: zona de potencial aproveitamento agro-pastoril; 2b – Povoado de Torre Grande e área de potencial aproveitamento agro-pastoril; 3 – Área de exploração florestal	385
Fig.215 – Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso na Idade Média: 1a – Aldeia e veiga agrícola de Lindoso; 1b - Aldeia e veiga agrícola de Parada; 1c - Aldeia e veiga agrícola de Cidadelhe; 2a – Branda agro-pastoril de Chã da Torre; 2b – Brandas agro-pastoris de Porto Chão; 2c – Branda agro-pastoril de Ludentos; 3 – Áreas de bosques e de roço de matos; 4 – Áreas de pastoreio extensivo; 5 - Área de floresta (reserva de caça do Cabril)	387
Fig.216 – Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso na Época Moderna e Contemporânea: 1a – Aldeia e veiga agrícola de Lindoso; 1b - Aldeia e veiga agrícola de Parada; 1c - Aldeia e veiga agrícola de Cidadelhe; 2 – Cabanas e currais; 2a – Inverneira da Madalena; 3 – Áreas de bosques e de roço de matos; 4 – Áreas de pastoreio extensivo; 5 - Área de floresta (Mata do Cabril)	388
Fig.217 – Paisagem actual do Lindoso	390

INTRODUÇÃO

Quando, em 1992, iniciámos os nossos trabalhos arqueológicos em Lindoso, pretendíamos estudar apenas o castelo medieval – sua origem, sucessão ocupacional e contexto histórico, no quadro de um projecto do Parque Nacional da Peneda-Gerês de “tratamento museológico e rentabilização cultural” do referido castelo (Fontes e Regalo 1994).

Porém, no contacto com o território de Lindoso, apercebemo-nos de que este detinha uma riqueza arqueológica e geográfica correspondente a uma realidade que se percebeu multifacetada e complexa, com uma história desenvolvida na longa duração e que dificilmente seria apreendida através de uma abordagem limitada ao seu monumento mais significativo, mesmo que “contextualizado”.

A circunstância de o Lindoso, território serrano de economia agro-silvo-pastoril tradicional, aparentemente arcaica, atravessar um momento de profunda mudança da sua paisagem, na sequência da construção do complexo hidroeléctrico do Alto-Lindoso, suscitou em nós um interesse acrescido pelo estudo da sua origem e evolução.

A orientação dos nossos esforços para o aprofundamento do estudo do território de Lindoso, cumprido o compromisso inicial com o PNPG, de objectivos mais modestos, ganhou um novo impulso no âmbito da implementação, pela Universidade do Minho, do Curso de Mestrado em Arqueologia - Especialidade Paisagem e Planeamento.

Da convergência entre o nosso interesse e desejo pessoal de compreendermos a dinâmica de mudança das paisagens e de conhecermos a história da paisagem do Lindoso, por um lado, e da necessidade de concretizarmos um projecto de investigação científica, por outro, surgiu um programa de estudo sobre a arqueologia e paisagem da freguesia de Lindoso, o qual acabou por dar origem ao trabalho que a seguir se apresenta, fruto de mais de uma década de investigação e que é composto por 2 volumes: Volume 1 – TEXTO, Volume 2 – APÊNDICES e ANEXO.

No primeiro capítulo do Volume 1 – TEXTO, fazemos uma apresentação genérica do território de Lindoso, definimos a nossa postura conceptual e apresentamos as questões que elegemos como suporte da problematização em torno da evolução da paisagem serrana.

No segundo capítulo, descrevemos os instrumentos metodológicos que aplicámos na recolha de informação e na sua análise posterior, desenvolvendo particularmente os aspectos relativos à caracterização dos sítios arqueológicos.

No terceiro capítulo, descreve-se o quadro físico do território, caracterizando os aspectos geológicos e geomorfológicos que estruturam a actual expressão física da paisagem. No final, ensaia-se uma síntese sobre a evolução paleoambiental.

No quarto capítulo, analisamos e interpretamos os dados problematizando, adentro dos grandes períodos crono-culturais, as diversas temáticas que foi possível estabelecer, designadamente o modelo de povoamento, a estruturação do território e as apropriação e diferenciação socio-económica dos espaços. Encerramos este capítulo identificando os factores que, ao longo do século XX, induziram as mutações em curso na paisagem do Lindoso.

No último capítulo apresenta-se, em jeito de conclusão, uma síntese da evolução da paisagem do território de Lindoso desde a Pré-História Recente até à actualidade e algumas considerações sobre as perspectivas para estudos futuros.

Completa-se o Volume 1 – TEXTO com a referenciação das fontes e da bibliografia.

No Volume 2 – APÊNDICES E ANEXO, apresentamos o inventário ilustrado dos dados arqueológicos recolhidos (Apêndice 1 – Inventário Arqueológico), a cartografia temática produzida e cartografia utilizada (Apêndice 2 – Cartografia), a descrição da estrutura da base de dados desenhada para registar os sítios e achados arqueológicos (Apêndice 3 – Base de Dados), e a transcrição dos documentos escritos utilizados (Anexo 1 – Documentos Escritos).

A - PROBLEMÁTICA

1. ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

1.1 Conceitos e perspectivas

Pelo seu posicionamento de encruzilhada, determinado basicamente pela interdisciplinaridade das relações que estabelece, a arqueologia é hoje uma disciplina científica de vocação pluralista, explorando novas e diversas direcções de investigação (Martín de Gusmán, 1988; Butzer, 1989; Binford, 1991; Pesez, 1992; Trigger, 1992; Hodder, 1994; Felipe Bate, 1998; Ortega y Ortega, 1998; Renfrew e Bahn, 1998; Johnson, 2000; Demoule *et al.*, 2005; García Sanjuán, 2005; Fernández Martínez, 2006)¹.

Uma dessas direcções conduziu, nas décadas mais recentes, ao desenvolvimento da chamada "Arqueologia da Paisagem"², acompanhando as preocupações emergentes da ecologia (Butzer, 1989:XI-XII; Rapp e Hill, 1998; Garcia Sanjuán, 2005:185) e em estreita relação com a geografia, adaptando, desta última, muitos modelos de análise espacial (Hodder e Orton, 1990:11; Tilley, 1994:9-10; Pimenta, 1996). A utilização sistemática de análises estatísticas foi igualmente introduzida e valorizada pela 'Nova Arqueologia' (Watson, LeBlanc e Redman, 1981) e, mais recentemente, tem vindo a ser explorado o potencial de análise espacial proporcionado pelas ferramentas SIG (Conolly e Lake, 2009).

A Arqueologia da Paisagem, desde logo entendida como o estudo arqueológico das paisagens culturais, é já uma área disciplinar consolidada³.

Actualmente, o conhecimento das formas de organização social que distinguem as paisagens no passado é um dos principais temas de interesse, procurando indagar-se de que modo os nossos antepassados estabeleceriam diferentes níveis de organização (espaço habitado, áreas de cultivo, fronteiras

¹ Mas, como já afirmava V. Gordon Childe (1969:28) em meados do século passado, "a arqueologia é só uma".

² Expressão popularizada em França por Chevalier (1976) e na Inglaterra por Bradford (1957) e Aston e Rowley (1974), entre outros e que, para alguns colegas espanhóis, correspondeu à "la transformación de la antigua Arqueología Espacial en la reciente Arqueología del Paisaje" (Criado Boado *et al.*, 1991:28-29; Ortega e Ortega, 1998:34).

³ Para uma história actualizada da Arqueologia da Paisagem, vejam-se a síntese de Gojda (2004) e o manual de David e Thomas (2008).

territoriais, demarcação simbólica de espaços), qual a componente dessa organização devida a factores ambientais e qual o peso das necessidades das comunidades humanas, ao nível das relações entre materialidades e ideologias. Procura conhecer-se como se conformaram as paisagens, tanto numa perspectiva sincrónica como diacrónica, ou se, como e quando se processaram mudanças, se estas foram formais ou sistémicas. Questiona-se igualmente como se formou a memória da paisagem e como é que a forma da paisagem pode reflectir as diversas estruturas sociais (Gojda, 2004).

Não sendo um tema totalmente novo no panorama dos estudos arqueológicos, o desenvolvimento da Arqueologia da Paisagem em Portugal reconhece-se sobretudo a partir da década de 80 do século passado⁴, acompanhando, aliás, idêntico desenvolvimento verificado em Espanha, que aí conduziu mesmo à criação de institutos ou departamentos exclusivamente orientados para este tipo de investigação, como por exemplo o Seminário de Arqueología y Etnología Turolense⁵, o Grupo de Investigación en Arqueología da Paisaxe, da Universidade de Santiago de Compostela⁶ ou o mais recente GIAP-Grup d'Investigació en Arqueologia del Paisatge, do ICAC de Tarragona.

Em Portugal não abundam os trabalhos em Arqueologia da Paisagem, podendo considerar-se como primeiros contributos, no que respeita ao Norte de Portugal, os projectos de investigação desenvolvidos a partir das Universidades do Minho e do Porto, nas duas últimas décadas do século passado, ensaiando então novas perspectivas e metodologias de análise, inicialmente identificadas também com a arqueologia espacial (Redentor, 1997:27-28).

São dessa época os trabalhos Vitor Oliveira Jorge sobre o megalitismo do Norte de Portugal (1982, 1989), de Susana Oliveira Jorge sobre povoamento da pré-história recente de Trás-os-Montes ocidental (Jorge, 1986), de Manuela Martins sobre o povoamento proto-histórico e a romanização do vale médio do rio Cávado (Martins, 1987), de Francisco Sande Lemos sobre o povoamento romano de Trás-os-Montes oriental (Lemos, 1993), de Maria de Jesus Sanches sobre a

⁴ Noutras áreas de saber esta temática conheceu mais cedo alguns estudos, designadamente em História (Almeida, 1978a; Sampaio 1979) e em Geografia (Ferro, 1986; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1989; Gonçalves, 1997).

⁵ Vinculado ao Campus de Teruel da Universidad de Zaragoza e que edita a revista *Arqueología Espacial* desde 1982.

⁶ Que desde 1997 edita a série *CAPA*, que apresenta os critérios, convenções, procedimentos e técnicas utilizadas pelo grupo de investigação.

pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (Sanches, 1997) e de Ana Bettencourt sobre a paisagem e povoamento na bacia do Cávado durante os 2.º e 1.º milénios A.C. (Bettencourt, 1999) ⁷.

No início deste século a temática da paisagem parece consolidar-se na arqueologia portuguesa, conhecendo já alguma reflexão epistemológica (Valera 2000), devendo esperar-se, no futuro próximo, contributos significativos dos projectos em curso um pouco por todo o país, como o recentemente concluído por Helena Carvalho (2008), que ensaiou uma leitura integrada da dinâmica do povoamento romano no Noroeste português ou as aproximações às “unidades de paisagens arqueológicas” do vale do Tâmega, propostas por Lino Dias (2009), ou ainda as aproximações “simbólicas” à apropriação dos espaços naturais no Norte de Portugal, ensaiadas por vários investigadores (Bettencourt e Alves, 2009).

Por outro lado, acompanhando as tendências das correntes de pensamento actuais, também a arqueologia pretende afirmar-se num quadro teórico pós-moderno. E se, para alguns, isto poderá significar o mais descomprometido e casuístico relativismo, ou um pragmatismo que se quer comprometido mas a rondar a sobrevivência, para um cada vez maior número de arqueólogos, parece significar a necessidade de rever e ultrapassar os diferentes contributos das diversas correntes de pensamento, que enformaram, de modo mais ou menos explícito, o conhecimento arqueológico precedente (Hodder, 1994; Alarcão, 1996b e 2000; Johnson, 2000; Jorge 2000, 2003 e 2004; Fernández Martínez, 2006).

Não se desenvolverão, aqui, grandes reflexões sobre esta matéria. Importa, sobretudo, afirmar a consciência da existência de um quadro teórico referencial ecléctico, o qual, apesar da sua eventual maior complexidade, não pode deixar de ser considerado, reconhecendo-se grande potencial na abordagem eclética para se obter grandes e criativos proveitos (Felipe Bate, 1998:200-221; Johnson, 2000:227; García Sanjuán, 2005:184-186; Ibáñez Montoya, 2007).

Foi essa perspectiva de escolha múltipla, ou pluri-perspectivada, como definiram Almudena Orejas (1998:18) e Jorge Alarcão (2000:99), que procurámos seguir neste trabalho, incorporando os contributos das diversas correntes de pensamento arqueológico, desde a perspectiva histórico-culturalista à do materialismo histórico, da contextual à pós-processualista.

⁷ No resto do país é também na década de 80 que se começam a desenvolver investigações de arqueologia espacial (Gamito, 1988:20-21).

Para nós, interessa especialmente a perspectiva contextual, na linha do postulado por Butzer (1989:3 e sgs.), Hodder (1994:133 e sgs.) e Johnson (2000:141), porque é exactamente na definição do conceito "contexto" que encontramos a qualificação do conceito "espaço" como realidade intervencionada pelo ser humano. De facto, tal como etimologicamente "contexto" significa conectar, interligar, "contexto" em arqueologia implica uma trama espácio-temporal de quatro dimensões, capaz de expressar o mundo real em que o ser humano actua, isto é, capaz de ordenar as relações entre as estruturas físicas (p.ex. geológicas, geomorfológicas, hídricas) e as estruturas sócio-históricas (p.ex. políticas, administrativas, económicas) (Crumley e Marquardt, 1990:74; Maderuelo 2009).

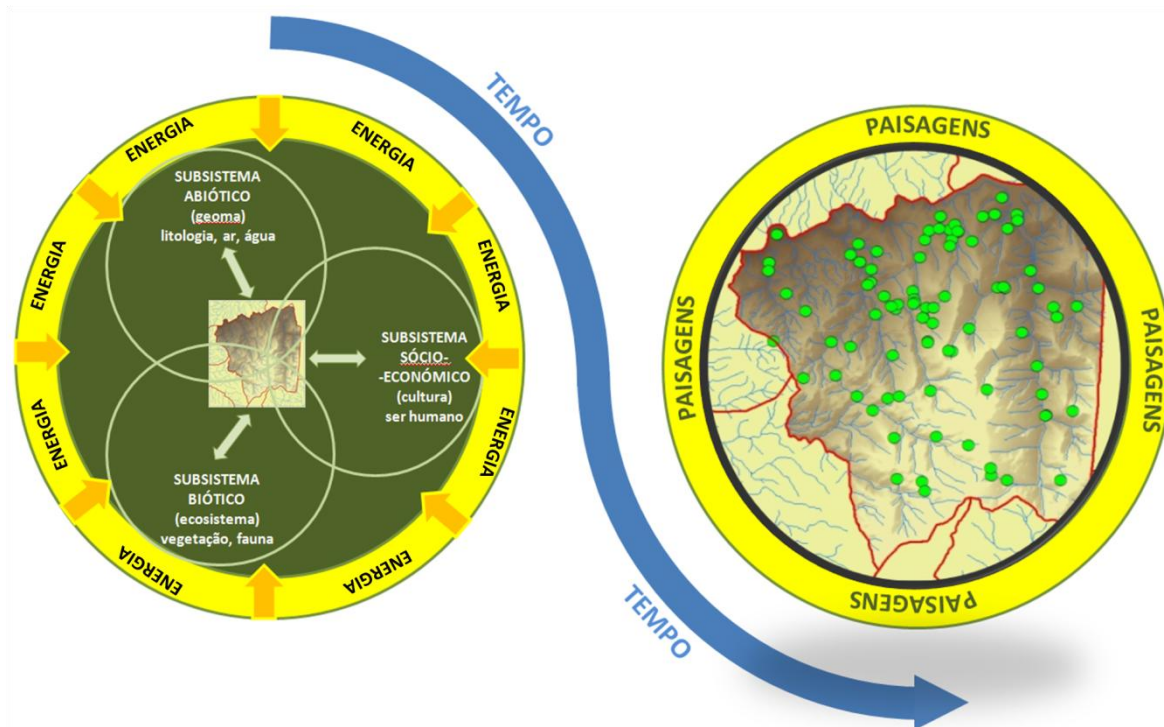


Fig.1 – Diagrama de conceptualização da paisagem como sistema relacional.

Nesta perspectiva relacional, o conceito abstracto de espaço esvazia-se e dá lugar ao conceito mais "integrado", "contextualizador" ou "relacional" de paisagem, como se depreende das palavras de Berque (1994:26-27) - "(...) l'histoire nous apprend, d'une part, que le paysage n'est pas l'environnement -

lequel existe objectivement toujours et partout -, mais une entité relationnelle qui n'apparaît que dans certaines conditions.(...)"

Assim, **paisagem** é a manifestação espacial das relações entre humanos e o meio ambiente. É, portanto, uma categoria cultural. Deste modo, cultura é o instrumento, ou sistema, desenvolvido pelo género humano para se relacionar com o meio físico tendo em vista garantir a sua sobrevivência, o que implica o reconhecimento de que a paisagem não é apenas um objecto físico, mas sobretudo um quadro ambiental para cuja modelação também contribuiu a acção humana, com maiores ou menores impactes, ao longo de um tempo dilatado, que nele delimitou distintos territórios, económicos, políticos, sociais e cognitivos (Valcárcel Díaz *et al.*, 1993:10 e sgs.; Sastre, 1998:324; Criado Boado, 1999:4-6; Garcia Sanjuán, 2004:244 e sgs.; Gojda, 2004; Vázquez Varela, 2004:52; Campelo, 2009:196, Fontes, 2010:205).

Ainda que não explicitada, a relação ser humano/natureza estava já subjacente quando Francisco de Holanda, em 1548, escreveu pela primeira vez o termo *paisagem* para se referir à pintura flamenga, que associava a representação de uma ocupação humana com uma envolvente grata ao pintor (Hernández León, 2007:11).

Uma paisagem é um espaço vivido, é um "(...) palimpsesto na medida em que corresponde a uma 'vista' cujo recorte na extensão de uma região, informado por múltiplos fios da tradição, a dispõe a ser lida, decifrada, segundo múltiplas perspectivas. (...)" (Lopes, 2003:44).

Desta postura conceptual resulta igualmente que não é possível continuar a dissociar ser humano/meio ou, de outro modo, cultura/natureza. Já em 1932, o geógrafo Herman Lautensach considerava, relativamente a Portugal, dever-se à Natureza as posições em latitude, formação do solo e situação geográfica. Tudo "(...) o resto é obra da civilização (...)", sendo portanto necessário considerar-se "(...) o Homem na sua função de modelador da paisagem.(...)" (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1989: 627).

A este propósito entendemos justificar-se, por elucidativo, citar, em tradução livre do castelhano, um excerto crítico de William S. Kurtz (1988:7) relativo à necessidade de rejeitar o uso antitético dos termos cultura e natureza: "(...) deve resistir-se, melhor, condenar-se por acientífica, a tentação tão presente no mau ecologismo que nos rodeia de considerar o ser humano como factor

desestabilizador do equilíbrio ecológico de um território, quando é parte integrante do mesmo, para bem ou para mal. E o que é pior, pela aceitação científica de que goza, considerar-se o estágio de "clímax" faunístico e florístico, com ausência do elemento humano, como o ideal dessa paisagem, o que atenta contra a própria definição de equilíbrio dinâmico; e contra a realidade constatável de que raramente se produz ou mantém este estágio "climax". E a realidade, não menos certa, de que é rara a zona sem presença humana (...)"

Encontra-se a mesma rejeição da oposição ideal-material em muitas das abordagens pós-processualistas que, como Matthew Johnson (2000:136) verifica, argumentam que as paisagens são diferentemente contempladas por gentes diferentes, recusando por isso a visão racionalizada da paisagem como meio proporcionador de recursos, por ser a visão típica da sociedade actual, com evidentes conotações ideológicas determinadas pelo consumo e pela exploração.

Do mesmo modo, reconhece-se que as visões sobre a paisagem das sociedades que nos antecederam não consistiam num conjunto de ideias fixas, mas que eram as vivências quotidianas decorrentes das actividades desenvolvidas que constituíam o meio através do qual as populações adquiriam o conhecimento da paisagem, que simultaneamente se perpetuava e se transformava.

“Whatever our own traditional views, it is now clear that landscape is neither exclusively natural nor totally cultural: it is a mediation between the two and an integral part of Bordieu’s *habitus*, the routine social practices within which people experience the world around them. Beyond *habitus*, however, people actively order, transform, identify with and memorialize landscape by dwelling within it.” (Ashmore e Knapp, 1999:20)⁸.

Considera-se, portanto, que o espaço é mais um ‘meio’ do que um ‘contentor’ para a acção, que é algo envolvido na acção, que não é susceptível de ser separado dela. Não possui uma essência substancial em si mesmo, possuindo apenas significância relacional, criada através das relações entre as pessoas e os lugares, sendo diversamente compreendido e produzido por diferentes indivíduos, comunidades e sociedades, não podendo, por isso, ter uma essência universal (Tilley, 1994:10-11).

⁸ Cfr. Bordieu 1988.

E aqui sobressai a perspectiva fenomenológica, cuja abordagem visa interpretar o modo como as pessoas experienciam e compreendem o mundo, dando por adquirido que o espaço só existe como conjunto de relações. Não há espaço que não seja relacional – é criado por relações sociais, por objectos culturais e naturais, é uma produção ou construção. E as relações que se estabelecem afectam o próprio modo como se relacionam, determinando uma dialéctica sócio-espacial, convertendo o espaço simultaneamente em constituído e constituinte (Tilley, 1994:17).

Num certo sentido, o nosso próprio trabalho realiza postulados teóricos fenomenológicos, porque a recolha de dados, a sua análise e interpretação, é indissociável da nossa vivência do espaço de Lindoso, vivência sempre diversa (Gazapo de Aguilera, 2007; Santos, 2010).

Ora porque calcorreamos sozinhos os longos caminhos carreteiros que sobem das aldeias aos prados, as cumeadas ásperas e desabrigadas ou o fundo dos vales com bosques quase inacessíveis, a corta-mato, de dia e de noite, ao nascer e ao pôr-do-sol, em todas as estações do ano, umas vezes enregelados entre as vastidões nevadas das vertentes altas, outras buscando uma sombra acolhedora que protegesse do calor sufocante.

Ora porque visitamos lugares acompanhados por diferentes habitantes de Lindoso, cada qual com visões/apropriações distintas dos espaços, quer por diferenças de género (as mulheres mais atentas aos espaços da várzea agricultada e às imediações das casas, os homens mais atentos ao pastoreio e à exploração dos recursos florestais), quer por diferenças de actividades: uns por serem lavradores, outros pastores, outros caçadores e outros ainda por exercerem funções de administração, de assistência religiosa ou de fiscalização (presidente da junta, director da assembleia de compartes, pároco, guarda-florestal).

De facto, uns e outros constroem distintas percepções da paisagem com que convivem, formando uma distinta visão do mundo, nem sempre partilhável ou percebida pela visão do outro. A paisagem do Lindoso compõe-se, assim, das múltiplas paisagens que cada um dos seus habitantes apreende, mais restrita quando vinculada a uma vivência individual e mais alargada quando associada a uma responsabilidade de representação colectiva.



Fig.2 – a) Cumeada da Louriça; b) Panorâmica da aldeia de Lindoso, vista de sudoeste; c) Janela de habitação da aldeia de Lindoso.

Diversa ainda pela vivência da indeterminação dos afectos que, transpostos para a paisagem do Lindoso, exerceram uma subtil influência nas emoções e nos sentimentos. Porque as paisagens se constroem sobre nós próprios, em nós próprios, olhando a nossa interioridade, utilizando as estruturas invisíveis que conformam os sistemas espaciais dos sentimentos e das emoções (Gazapo de Aguilera, 2007:15-16. Criado Boado, 1999:3).

De tudo o exposto resulta que não é possível entender e explicar uma paisagem sem ter em conta a presença humana, as suas actuações e consequências. Se a esta definição acrescentarmos a longa duração da intervenção humana, conferimos uma dimensão temporal à análise e damos "espessura" à paisagem. E porque da conjugação da acção humana com a natureza, no tempo histórico, se produziu uma acumulação de incontáveis camadas, na memória e no próprio terreno, a paisagem constitui-se como um complexo repositório de sinais, compreensíveis apenas enquanto expressões de cultura - deste modo, paisagem é sempre uma paisagem cultural, ou não é paisagem (Hernández León, 2007:11).

E como conclui Navia Osorio (2000:63), «entender e interpretar um território historicamente configurado, equivale a decifrar a linguagem pela qual esse território se expressa e se torna racionalmente perceptível e, portanto, implica a descoberta do sistema de sinais específicos de cada organização territorial».

É esta a tarefa da arqueologia da paisagem: estudar a criação da paisagem, actual e passada, convocando para o efeito diversas disciplinas científicas, recorrendo a variados métodos e técnicas, com o fim último de chegar às imagens das paisagens compostas pelas sociedades humanas desaparecidas (Criado Boado *et al.*, 1991:29, Santasusanna, 2010: 28).

E bem na “tradição da paisagem histórica inglesa”, uma escola de pensamento que tem por referência o historiador local W. G. Hoskins, ressalta a importância da análise empírica e detalhada de porções de paisagem, contemplando-as como documentos complexos nos quais estão ‘inscritas’ as distintas fases da sua ocupação, integrando assim a abordagem histórica, arqueológica e geográfica (Johnson, 2000:198)⁹.

⁹ Nós próprios ensaiámos uma abordagem similar a propósito da construção da paisagem e das expressões arquitectónicas do mosteiro de São Martinho de Tibães, Braga (Fontes, 2005).

Finalmente, afirma-se a ideia de que o observador/investigador, neste caso o arqueólogo, está comprometido socialmente (Benitez de Lugo, 1992:1-3), comprometimento do qual decorre uma perspectiva crítica e construtiva, isto é, que questiona a actualidade e que projecta o futuro.

Significa isto que se entende a arqueologia como “ciência aplicada”, cujo resultado final se deve traduzir em conhecimento acrescentado, materializado no presente na produção de património arqueológico novo, modelando por isso a paisagem do futuro (Alarcão, 2004:37-38; Dias, 2009:276).

Neste sentido, sublinhamos a "utilidade" da Arqueologia da Paisagem, defendendo o que podemos considerar a vertente aplicada da investigação e do conhecimento. De facto, os resultados obtidos poderão contribuir, mais do que para fundamentar políticas de ordenamento do território, para suscitar o desenvolvimento de acções ou projectos de intervenção mais ricos, que proporcionem uma vida mais qualificada aos habitantes de Lindoso.

Porque o conhecimento arqueológico, histórico, dando a entender o real de uma determinada maneira, também proporciona instrumentos para o auto-conhecimento da comunidade, permitindo-lhe agir sobre esse real (Lisboa, 1998:51; Muñoz Cosme, 2007:56, Dias, 2007:42).

“(…) Au-delà des croyances et superstitions, parler du paysage peut se révéler être une conviction dans la mesure où ce n'est pas seulement du paysage qu'il s'agit (en tant que lieu de vie tout au moins), mais avant tout de la manière de percevoir et de lui donner sens. Cette attitude nous donne une possibilité d'être Dans-le-Monde: regarder un paysage, c'est réifier l'outil de la vision, c'est nous rendre subject, c'est, debout comme un arbre, maintenir un contact avec le sol, la Terre, tout en scrutant le monde, en d'autres termes l'image du paysage. (...)” (Ireland, 2009:12-13).

Defendemos que os resultados da investigação deverão, ou poderão servir, também, para criar paisagem. Objectivo ambicioso, talvez irrealizável. Mas, tal como dissertava Armand Frémont (1980:263) a propósito da definição de região, não serão também as paisagens [arqueológicas], para viver ou melhor viver, uma utopia?

“(…) No meio das catastróficas globalizações da paisagem, a inquietação pela beleza, inquietação pelo Outro, na qual (...) assenta o princípio da responsabilidade, não pode deixar de ser também uma inquietação pela

paisagem, pois o mais secreto do seu ser múltiplo, a sua irreduzibilidade às imagens objectivas da época das concepções do mundo, salvaguarda a habitabilidade deste. Contrariar a morte da paisagem (...) é contrariar a arrogância totalitária, não admitir que a esperança, com tudo o que ela implica de indeterminação e ausência de garantias, seja deposta pelo planeamento científico e económico. (...)" (Lopes, 2003:48).

1.2 A importância das paisagens serranas

No quadro dos desafios que actualmente se colocam ao desenvolvimento sustentável do mundo, é generalizadamente reconhecido que os sistemas montanhosos constituem, com os seus recursos ambientais e culturais, uma componente crítica para a sobrevivência da espécie humana, tanto mais quanto, apesar de cobrirem cerca de $\frac{1}{4}$ da superfície da Terra, apresentam enormes paradoxos: dominam a paisagem e inspiram devoções e temores, mas as suas populações vivem isoladas e ignoradas; são fonte abundante de riquezas, mas as suas populações vivem na pobreza; fornecem água para mais de metade da população mundial, mas a sua água e os recursos dos solos são os mais mal administrados de todos os seus activos; abrigam uma incrível variedade e biodiversidade, mas os seus ecossistemas são frágeis e facilmente degradáveis; as suas populações detêm um saber vital sobre sustentabilidade, mas ninguém as ouve! (Pratt e Shilling, 2002).

Consciente de que os sistemas montanhosos constituem um recurso global em risco e na sequência da conferência celebrada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO 92), na qual se fixou o programa da Agenda 21, que incluía um capítulo XIII dedicado ao "Desenvolvimento sustentável das montanhas", a Organização das Nações Unidas viria a proclamar 2002 como o Ano Internacional das Montanhas, conferindo ao tema uma importância fundamental no debate mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Em Portugal motivou a realização de um congresso nacional subordinado ao tema 'desenvolvimento sustentável em áreas de montanha', promovido pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês (Caldas do Gerês – 19 a 21 de Setembro de 2002). As conclusões e recomendações então elaboradas tardam, porém, em ser

concretizadas em políticas efectivas de apoio ao desenvolvimento integrado destes territórios.

Tomou-se especialmente consciência de que as montanhas, que têm sido, desde há milénios, fonte de recursos tão valiosos como a água, a energia e a biodiversidade, bem como centros de cultura e de lazer, são hoje uma das áreas mais frágeis do planeta, estando ameaçadas pelo incremento do turismo e da urbanização, que as transformam em zonas marginais, económica e ambientalmente degradadas.

A correcção desta tendência negativa exige, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, uma abordagem específica, holística e participativa, que contemple as particularidades de cada área montanhosa, assente no conhecimento interdisciplinar e que assegure os interesses das suas populações (Dax e Hovorka, 2002).



Fig.3 – Panorâmica do território de Lindoso, vista de noroeste.

E se o desenvolvimento sustentável constitui hoje, em todo o mundo, um objectivo prioritário dos sistemas políticos, na União Europeia pretende-se que contribua para a melhoria continuada da qualidade de vida na Terra, tanto das gerações actuais como das futuras, com base na manutenção da capacidade de conservar toda a imensa biodiversidade do planeta.

De acordo com a declaração relativa aos princípios orientadores do desenvolvimento sustentável feita pelo Conselho da União Europeia, o desenvolvimento sustentável «(...) Baseia-se nos princípios da democracia e do Estado de direito e no respeito pelos direitos fundamentais, incluindo a liberdade e a igualdade de oportunidades para todos. É gerador de solidariedade entre gerações. Procura promover uma economia dinâmica com um elevado nível de emprego e de ensino, de defesa da saúde, de coesão social e territorial e de defesa do ambiente num mundo de paz e segurança, no respeito pela diversidade cultural. (...)».

Como objectivos fundamentais definiram-se: a protecção do ambiente; a coesão e justiça social; a prosperidade económica; a assunção de responsabilidades internacionais. Como princípios orientadores das políticas, fixaram-se: a promoção e defesa dos direitos fundamentais; a justiça entre gerações; uma sociedade aberta e democrática; o envolvimento dos cidadãos, das empresas e dos parceiros sociais; coerência das políticas e governança; a integração de políticas; a utilização dos melhores conhecimentos possíveis; o princípio da precaução; o princípio do poluidor pagador¹⁰.

Na Europa, entende-se que as «(...) mountain landscapes are cultural landscapes reflecting long-term interactions of human beings with biophysical systems. Europe's mountains are of vital importance to the continent's population in four main ways: 1) as 'water towers' supplying much of the continent's water, especially in summer, and as sources of hydroelectric power; 2) as centres of diversity, both biological and cultural; 3) for providing opportunities for recreation and tourism, based on natural attributes and cultural heritage; and 4) because of their sensitivity to environmental change, as manifest in the melting of glaciers.(...)».¹¹

Acompanhando estas preocupações, tem vindo a promover-se um maior conhecimento dos sistemas montanhosos, identificando-se já uma área de pesquisa centrada no estudo das paisagens culturais de montanha, reflectindo os

¹⁰ Conselho da União Europeia, Conclusões da Presidência DOC 10255/05, Conselho Europeu de Bruxelas, 16 e 17 de Junho de 2005. In COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, Bruxelas, 13.12.2005, COM(2005)658 final.

¹¹ In *Mountain Areas in Europe: Analysis of mountain areas in EU member states, acceding and other European countries. Final report*. European Commission contract No 2002.CE.16.0.AT.136., Nordregio, the Nordic Centre for Spatial Development, 2004.

progressos feitos nas abordagens paisagísticas para a conservação e o desenvolvimento das orientações consagradas na Convenção Europeia da Paisagem (*European Landscape Convention* – 2000)¹², bem como a emergência da *Paisagem Cultural*¹³ como categoria patrimonial ao abrigo da Convenção Mundial do Património (*World Heritage Convention* - 1972) e que a legislação portuguesa também já consagra, ainda que indirectamente¹⁴.

Admitida a necessidade do conhecimento interdisciplinar, importa assinalar o contributo que a arqueologia tem dado para o aumento desse conhecimento, precisamente por via da arqueologia da paisagem, assistindo-se desde as últimas décadas do século passado ao desenvolvimento de inúmeros projectos orientados para o estudo arqueológico das áreas de montanha, tendo-se já produzido abundante bibliografia sobre o tema, abarcando, entre muitos outros, tópicos tão diversos como metodologias e conceitos, modalidades de ocupação humana, sistemas económicos de exploração dos recursos serranos¹⁵.

Uma das principais consequências dos estudos arqueológicos foi a conclusão de que, ao contrário da percepção anteriormente frequente, que considerava as montanhas como espaços naturais imutáveis, onde a acção do ser humano seria marginal, as áreas montanhosas são modeladas pela acção humana desde há, pelo menos, 8.000 anos, sendo hoje apreendidas como verdadeiras paisagens culturais (Fontes, 2010).

¹² European Treaty Series - N.º 176 e Almudena Orejas 1998:11.

¹³ Na definição da UNESCO, paisagens culturais «(...) são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade e dos estabelecimentos humanos ao longo dos tempos, sob a influência dos condicionamentos materiais e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, internas e externas.». In www.unesco.pt/pdfs/docs/categorias+criterios.doc. (acedido às 19h52 do dia 23 de Agosto de 2011). *Science Policy Briefing* de Outubro de 2010 (SPB 2010).

¹⁴ Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro, Artigos 2.º e 14.º (DR n.º 209/01 SÉRIE I-A, p.5808-5829).

¹⁵ Ver, p. ex.: Biagi, 1990; Aja Sánchez *et al.*, 1995; Bartosiewicz e Greenfield, 1999; Bouet, 2004; Jourdain-Annequin, 2004. A actualidade do tema permanece, como testemunha a realização do *Internacional Workshop on Landscape Archaeology of European Mountains: current research and future perspectives*, organizado pelo ICAC-Instituto Catalão de Arqueologia Clássica, em Tarragona (4-6 de Junho, 2008). Em Portugal, os estudos arqueológicos centrados nas problemáticas das áreas de montanha são escassos (Alarcão, 1993, Lima, 1996, Vieira, 2004, Tente, 2007).

2. A ZONA DE ESTUDO

2.1 O Lindoso na transição do milénio: tensões e perspectivas

O espaço que se designa por território de Lindoso¹⁶ situa-se na margem esquerda do rio Lima, que lhe serve de limite a NO, estendendo-se para S e E até à linha de cumeada da Serra Amarela, abarcando uma área com cerca de 4600 hectares. Na banda nordeste faz fronteira com Espanha. Administrativamente corresponde à freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo.

Inscrive-se numa região de montanha, em que sobressai o forte modelado do relevo com vales profundos e montes elevados de vertentes declivosas, com um clima frio e húmido, rigoroso no Inverno. Em pequenas zonas protegidas conserva algumas manchas significativas de cobertura vegetal "climácica".

A freguesia de Lindoso apresenta uma baixa ocupação humana (536 moradores), com uma densidade populacional de apenas 12 hab/km², concentrada em 4 núcleos – Lindoso e Real (216 moradores), Parada (192 moradores) e Cidadelhe (128 moradores)¹⁷, sendo explorado por uma população reduzida que conservou práticas tradicionais de organização social e de economia agro-pastoril até aos finais do século XX.

Do ponto de vista da estrutura socioeconómica, o Lindoso preenche as características gerais consideradas pelos principais instrumentos de planeamento territorial¹⁸ como específicas do meio rural nortenho em regiões de montanha: agropecuária como actividade dominante, exercida por uma população pouco escolarizada, envelhecida e maioritariamente feminina, com fluxos migratórios de repulsão¹⁹.

Território de grande riqueza natural e cultural (fauna, flora e vegetação, monumentos históricos e arqueológicos, valores etnográficos, aglomerados

¹⁶ O nome Lindoso, como ensina A. J. da Costa (1984), terá como origem o termo *linde*, que significa limite.

¹⁷ Dados do *Censo 2001* (INE, 2002).

¹⁸ Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês; Plano Director Municipal de Ponte da Barca; Programa de Desenvolvimento Agrário Regional do Vale do Lima.

¹⁹ A taxa de repulsão aproxima-se dos 50 %, valor tanto mais significativo quanto ocorre num intervalo de 50 anos (1950-2001), revelando uma fixação de tendência e não um mero fluxo episódico (PDAR, 1993; INE, 2002).

urbanos qualificados, paisagens, etc.) é parte integrante do Parque Nacional da Peneda-Gerês desde 1971²⁰. De acordo com o respectivo Plano de Ordenamento, incorpora no seu termo cerca de 1300 hectares de *Área de Ambiente Natural*, na qual se situa a *Zona de Protecção Total da Mata de Cabril - Palheiros*. A restante área do território de Lindoso está classificada como *Área de Ambiente Rural*.

Decorrente desta sua inserção no PNPG, o território de Lindoso encontra-se sujeito a políticas de gestão específicas, fundamentalmente orientadas para a conservação e valorização dos valores ambientais e para a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações residentes, com base num modelo de desenvolvimento que se pretende sustentado (RCM 11-A/2011:1²¹).

A mudança, mais ou menos lenta, que a aplicação prática destas políticas implica, sofreu, no caso de Lindoso, um impulso suplementar, eventualmente acelerador do processo: a construção da barragem do Alto Lindoso e da nova e mais ampla estrada entre a fronteira da Madalena e Ponte da Barca, um troço que, permitindo uma mais fácil ligação a Viana do Castelo, potencia a acessibilidade do interior meridional galego, em particular da região de Orense, ao litoral.

Obras públicas de grande envergadura, estas construções determinaram profundas alterações paisagísticas no território de Lindoso²², sendo previsível que

²⁰ Decreto nº 187/71, de 8 de Maio. Foi a primeira área protegida estabelecida em Portugal, sendo também a única com o estatuto de Parque Nacional.

²¹ Conforme estabelece no n.º 3 do seu Regulamento, o POPNPG tem como objectivos gerais para o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês, entre outros:

a) Preservar e restaurar os processos ecológicos, a biodiversidade e a geodiversidade, nomeadamente através da promoção da expansão da vegetação nativa clímax, para assegurar o bom funcionamento dos serviços dos ecossistemas;

b) Conservar o património cultural material e imaterial com vista a conservar a identidade e a memória colectiva;

c) Assegurar a protecção dos valores paisagísticos e cénicos para fins culturais, espirituais, científicos, educativos e recreativos;

d) Promover a compatibilização da protecção dos recursos e valores naturais com as actividades humanas, visando o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo para a fixação das populações e para a melhoria da sua qualidade de vida;

e) Ordenar e promover um regime de visitação sustentável com vista à sensibilização e mobilização da sociedade para a conservação do património natural e cultural presente.

²² A barragem criou um plano de água a uma cota próxima dos 340 metros, submergindo troços significativos dos vales dos rios Lima, Cabril e Laboreiro. A estrada duplicou a sua largura e corrigiu o traçado, comportando na área de Lindoso duas novas pontes sobre os rios Cabril e de Parada.

actuem também como estímulos ao investimento, designadamente nas áreas do Recreio e do Turismo.

Anteriormente um espaço periférico com traços arcaizantes, de fronteira fechada, isolado por falta de boas vias de comunicação, o território de Lindoso é, hoje, um espaço de fronteira aberta, de fácil acessibilidade, onde, apesar de tudo, a modernidade tarda em irromper.

Para a população residente, porém, as consequências do novo empreendimento hidroeléctrico parecem ter contribuído mais para a desarticulação do seu modelo tradicional de vida, que parece não ter resistido nem sabido adaptar-se²³. E a nova estrada, podendo talvez trazer um futuro melhor, permite igualmente partir para um mundo diferente, fugindo de um passado de isolamento e sacrifícios.



Fig.4 – Panorâmica do território de Lindoso, vista de nordeste.

2.2 Do conhecimento do território de Lindoso

São escassos ou praticamente inexistentes os estudos históricos e arqueológicos sobre o passado do território de Lindoso. Cremos que tal facto se deve, por um lado, à circunstância de não haver no nosso país uma tradição monográfica de estudos²⁴, por outro, ao isolamento do território, à sua posição

²³ Ver Manuel Carlos Silva (1998), cujos estudos de antropologia social incluíram a freguesia de Lindoso, intitulado precisamente a sua obra como *Resistir e Adaptar-se*.

²⁴ Ao contrário do que se verifica nas áreas da Etnografia e da Antropologia Social, relevando para o caso de Lindoso o estudo feito por Manuel Carlos Silva (1998), ou mais recentemente na área da Geografia Humana, como o estudo de Elza Rodrigues de Carvalho (2007) sobre o Lima internacional, que contempla também a freguesia de Lindoso.

periférica e fraca acessibilidade, não oferecendo qualquer atractivo de operacionalidade de estudo e desencorajando por isso qualquer investigação.

No princípio deste século, o abandono a que estava votado o castelo de Lindoso exemplifica bem o desinteresse pela história local, suscitando ao historiador Manuel Monteiro, que o visitou em 1906, comentários desencantados que ainda hoje poderíamos com propriedade aplicar a muitos monumentos do nosso país – "(...) Nenhumas outras ruínas como as d'este grato poiso [castelo de Lindoso], solitario entre serras, sobre ribas de tão variado aspecto, se prestavam mais a lamentações maguadas, se n'este paiz ainda fossem proveitosos os gemebundos queixumes d'uma jeremiada (...)" (Monteiro, 1980:83).

Datam de meados do século XX os primeiros contributos para o conhecimento da história de Lindoso, exactamente suscitados pelo estado de ruína em que se encontrava o castelo. Numa extensa memória descritiva elaborada para justificar a intervenção da ex Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, acompanhando aliás o surto de restauros arquitectónicos desencadeado pelo Estado Novo, na década de 40, o insigne historiador Avelino de Jesus da Costa faz a primeira síntese sobre a história do castelo de Lindoso, valorizando sobretudo os episódios associados às guerras da "Restauração" (Costa, 1940).

Na década de 60 do mesmo século, num pormenorizado estudo sobre as questões de delimitação da fronteira luso-espanhola, publicado na revista "O Distrito de Braga", o coronel José Baptista Barreiros proporciona abundante e importante informação sobre o território de Lindoso, transcrevendo, designadamente, toda a documentação relativa à polémica questão da posse do Monte da Madalena que, na segunda metade do século XIX, opôs os habitantes de Lindoso às populações galegas da raia (Barreiros, 1961; 1963; 1964a; 1964b; 1965).

Igualmente escassos e recentes, são os contributos para o conhecimento do passado arqueológico do território de Lindoso. Para além da curta notícia sobre o povoado antigo de "A Cidade", dada por Carvalho da Costa em 1706 e da curiosidade amadora do Pe. Manuel Magalhães dos Santos, pároco de Lindoso em meados do século XX, que chegou a recolher algumas peças em sítios arqueológicos que sondou (Santos, 2001:25), só a partir da década de 80 se começou a prestar atenção ao património arqueológico da Serra Amarela.

É nesta altura que, na sequência de alguns importantes achados isolados (Almeida, 1982; Baptista, 1981 e 1985) e com a constituição de uma equipa de arqueologia no PNPG, se iniciam os primeiros trabalhos sistemáticos de prospecção arqueológica na área do Parque Nacional, impulsionados pelos trabalhos anteriores da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, feitos a convite da direcção do PNPG, nas áreas do planalto de Castro Laboreiro e do vale do Rio Homem.

Importa notar, contudo, que esse maior interesse não resultou de projectos específicos de investigação, acabando por se manifestar através de pequenos estudos, mais ou menos desenvolvidos, noticiando o achado ou identificação de sítios e/ou peças excepcionais.

No que respeita ao território de Lindoso, destacam-se os trabalhos de A. M. Baptista sobre a arte rupestre da Bouça do Colado e sobre o povoado antigo de Torre Grande (Baptista, 1981; 1985; 1990a; 1990b). Devem-se ainda a este arqueólogo algumas sínteses interpretativas e de inventário elaboradas numa perspectiva genérica e mais ampla de património arqueológico, que integram alguns trabalhos de caracterização global do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PO-PNPG, 1995:30-36) ou de caracterização específica de parte da sua área (Moreira e Simões, 1988:37-42).

Os primeiros estudos históricos e arqueológicos sistemáticos iniciaram-se em 1991 com a implementação de um "Projecto de Tratamento Museológico e Rentabilização Cultural do Castelo de Lindoso"²⁵, na sequência do qual se viria a desenvolver o projecto específico de investigação que está na base do presente trabalho (Fontes e Regalo, 1992 e 1994).

Uma referência final à "memória colectiva", pois os residentes de Lindoso conhecem alguma coisa do seu passado: ou porque se lembram do interesse e curiosidade do pároco Manuel Magalhães pelas coisas dos "mouros", ora porque a presença impositiva do castelo remete para epopeias e façanhas antigas contra um inimigo que, geralmente, é identificado com os espanhóis.

²⁵ O projecto foi lançado pelo PNPG, com o apoio técnico e científico da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa / Braga e do Museu Militar do Porto, no quadro financeiro do PRODIATEC – Programa de Infraestruturas Turísticas e Equipamentos Culturais do Plano de Desenvolvimento Cultural. Entre as várias acções realizadas destacam-se as escavações arqueológicas no castelo, as obras de adaptação aí efectuadas, a instalação de um núcleo museológico e o arranjo paisagístico da área envolvente.



Fig.5 – D. Rosa, habitante de Lindoso.

As "marcas" na paisagem correspondentes aos sítios arqueológicos são referidos ocasionalmente e não parece terem merecido atenção especial: Torre Grande, Afonsinhos, Porto Chão, Ludentos e A Cidade, são identificados pela população como locais algo misteriosos, de ocupação antiga. São atribuídos genericamente aos "mouros", designação que, mais do que um significado cronológico preciso, reveste um sentido de ruptura, de não identificação, pois os "mouros" de modo algum podem ser antepassados, sendo os outros, os de fora, que nada têm a ver com a população de Lindoso.

Mais do que um conhecimento histórico ou um simples interesse pelo passado, a população de Lindoso revela um bom conhecimento geográfico, utilitário e pragmático, decorrente da exploração da serra, designadamente através do pastoreio e da caça. Embora não se recorde a data da construção dos fojos, curros e cabanas, que se reconhece serem do tempo de gerações passadas, todas estas construções são conhecidas e frequentemente visitadas pelos pastores e caçadores, que identificam por nomes próprios cada lomba, chã, colado, encosta, cume, regato ou fonte, sinal evidente de apropriação social e conceptual do território.

Vivos na memória permanecem os conflitos relativos à perda de direitos da população, designadamente os relacionados com a propriedade de terrenos explorados pela comunidade, como é o caso da delimitação da fronteira na

segunda metade do século XIX, com episódios sangrentos pela posse do Monte da Madalena, como acima se referiu (Barreiros, 1964a; 1964b), e os relacionados com as limitações à circulação de gados e à exploração de recursos da serra, decorrentes de planos florestais, cuja aplicação teve um impacte muito negativo nas populações locais. Sobretudo porque, de um modo mais ou menos esclarecido, ainda se recorda a autonomia do extinto concelho de Lindoso, recordação que se perpetua na cópia do foral de 1514 concedido pelo rei Manuel I, ciosamente guardada na sede da Junta de Freguesia, cópia que foi, aliás, pedida pela população para efeitos de justificação dos seus direitos, no quadro dos referidos conflitos de limites.

3. OBJECTIVOS

O termo de Lindoso é um território que conhecemos bem, pois aí temos vindo a desenvolver estudos de arqueologia, desde 1991. Para além do conhecimento físico do território, estabelecemos contactos com a população local e com as entidades administrativas que, a vários níveis, tutelam a área, beneficiando assim de informação mais detalhada e diversa, de acolhimento hospitaleiro e interessado e de apoio logístico imprescindível aos trabalhos de campo.

Para além desta razão principal, a escolha da freguesia de Lindoso para objecto deste estudo teve também por base critérios histórico-arqueológicos, geográficos e metodológicos.

Quanto aos primeiros, verificámos que para a zona de Lindoso existiam inúmeros vestígios arqueológicos e importantes fontes documentais escritas correspondentes a uma longa sequência cultural.

Relativamente aos segundos, importa realçar que a freguesia de Lindoso corresponde a um espaço que, através da sua aparente homogeneidade geográfica, deixa transparecer os diversos elementos físicos e humanos específicos que o compõe. É um espaço que, apesar da sua vastidão relativa, coincide nos seus limites físicos com a unidade administrativa "freguesia", a unidade de base do nosso sistema territorial-administrativo. O facto de ser

identificável como paróquia/freguesia desde o século XI ²⁶ foi, também, um factor que contribuiu para a sua fixação como unidade de análise, coincidindo os seus limites administrativos com limites hidrográficos e orográficos (linhas de água e linhas de feito).

No que concerne aos critérios metodológicos, a freguesia de Lindoso proporcionou-nos uma área com a dimensão adequada a uma análise de escala múltipla, possibilitando simultaneamente caracterizar com pormenor os sítios arqueológicos, efectuar leituras sincrónicas da ocupação do território e realizar apreciações interpretativas mais amplas relativas a modelos de povoamento e de exploração do meio, lendo a ocupação do território em larga diacronia.

Decorrente do que acima escrevemos, a propósito do que entendemos por Arqueologia da Paisagem e das actuais tendências de investigação, bem como a propósito dos critérios que sustentaram a escolha do território de Lindoso, a que se deve juntar a ponderação da qualidade das fontes de informação, os meios necessários e o prazo disponível para a sua execução, fixámos para este estudo os objectivos gerais que a seguir se enunciam:

a) Ensaiar a aplicação das metodologias de recolha e análise de dados desenvolvidas especificamente para este trabalho, na perspectiva da sua validação como suporte de estudo das paisagens culturais.

b) Analisar a evolução da estrutura territorial, numa perspectiva de larga diacronia e com base na identificação da ocupação do território desde a Pré-História Recente até à Época Moderna, estabelecendo os períodos e fenómenos mais importantes na formação da paisagem do Lindoso, identificando continuidades e mudanças, equilíbrios e rupturas.

c) Ensaiar a interpretação das interrelações entre as comunidades humanas e o meio físico, procurando determinar o peso relativo dos factores culturais e naturais, para chegar às expressões polissémicas da paisagem.

d) Ensaiar o desenho de um modelo de monitorização da paisagem arqueológica, numa perspectiva de conservação, estudo e valorização dos valores arqueológicos.

²⁶ Censual do Bispo D. Pedro (Costa, 2000:214). Ver adiante subcapítulo D.4.2.

B – MÉTODO E METODOLOGIAS

1. INTRODUÇÃO

Fixados os pressupostos teóricos orientadores e os objectivos do nosso trabalho, descritos no capítulo anterior, importa explicitar o método e as metodologias de análise utilizadas, satisfazendo, assim, as exigências de responsabilidade e de abertura à crítica que caracterizam qualquer disciplina que se pretende “científica” (Johnson, 2000:21; Demoule *et al.*, 2005:226).

Por método entendemos o modelo de análise através do qual se propõe e validam as hipóteses de interpretação.

Para a sua definição, consideramos os seguintes apriorismos:

a) As paisagens são expressão de relações dinâmicas entre seres humanos e natureza, conservando, de modo mais ou menos visível, testemunhos materiais da actuação daqueles (materialidades em que se incluem também os vestígios arqueológicos). Significa que se reconhece a cultura material como mediador do conhecimento das sociedades humanas, sendo que a cultura material e as metodologias do seu registo e interpretação constituem o objecto de estudo específico da Arqueologia e a sua principal característica diferenciadora em relação às outras ciências sociais e humanas.

b) A actuação dos seres humanos na conformação da paisagem é consciente (intencional, racional, emotiva) e coerente, comportando, portanto, um qualquer nível de organização. Isto implica que qualquer materialidade resultante das actuações humanas se relaciona, de um modo ou outro, com um qualquer sistema de representação das sociedades que, actuando sobre o espaço, construíram paisagens.

c) A actuação dos seres humanos na conformação da paisagem manifesta-se a diferentes escalas e com diversos níveis de articulação espacial. Este terceiro apriorismo determina a adopção de uma leitura multi-escala, capaz de apreender a diversidade das expressões materiais e sociais das actuações humanas (da habitação ao simples fragmento de cerâmica, dos espaços económicos aos espaços simbólicos).

d) Através da descrição interpretada dos vestígios materiais das actuações humanas, pode-se tentar a reconstrução dos modelos de organização social que orientaram essas actuações (Criado Boado, 1999:9), o que exige a definição dos conceitos que conduzem à identificação de padrões comuns e que dão sentido às propostas de interpretação.

Por metodologias entendemos os procedimentos e ferramentas (ou técnicas) utilizados na produção de conhecimento novo. Por razões de coerência metódica, procuramos que as metodologias se adequassem aos objectivos prosseguidos e fossem concordantes com os postulados teóricos que perfilhamos.

Como já referimos, a prática da arqueologia da paisagem exige todo um conjunto de técnicas e procedimentos diversos, muitos deles executados por especialistas de outras disciplinas científicas. Ao arqueólogo exige-se-lhe que, não tendo necessariamente que dominar totalmente diferentes técnicas e procedimentos, articule os distintos contributos numa síntese integradora, mesmo que precária. Ao rigor exigido por esta tarefa junta-se a dificuldade de abordar e tratar fontes de informação diversas, cuja riqueza e expressividade dependem mais do questionário que lhes é proposto e menos da sua importância intrínseca, obrigando a ponderar os diversos níveis qualitativos e quantitativos da informação que veiculam.

De facto e recorrendo agora à aplicação do conceito de estratigrafia na análise regressiva da paisagem, as "camadas de paisagem" mais recentes apresentam uma composição mais variada e complexa, diminuindo o número e a complexidade dos elementos componentes conforme as referidas camadas se vão sucedendo em direcção ao passado mais recuado possível (Hunn, 1994:18).

Consideramos imprescindível e metodologicamente sustentável e justificável, o recurso a múltiplas técnicas de recolha e de análise de informação, que permitissem fornecer respostas às questões colocadas aos dados, possibilitando simultaneamente um retorno entre o terreno e os diversos tipos de fontes para formular e verificar hipóteses. São estes dois critérios que definem, fundamentalmente, "la bonne méthode" (Bazzana e Noyé, 1988: 561; Bazzana, 1994: 9-10).

Verificada a diversidade das fontes e do tipo de dados, bem como das metodologias de análise, optamos por adaptar uma metodologia de análise igualmente diversa, variável e em permanente confronto com os dados. Uma

metodologia que poderemos considerar pragmática, sem com isto significar que serve qualquer interpretação ou que dominou uma postura metodológica "salomónica" do tipo "agradar a gregos e troianos"²⁷.

A diversidade de ferramentas metodológicas adoptada significa portanto que não há um procedimento exclusivo em Arqueologia da Paisagem, devendo este entender-se como proposta aberta à utilização de quaisquer procedimentos considerados pertinentes ou, se quisermos, "vale tudo", no sentido renovador empregue por Feyerabend no seu Tratado de Epistemologia Anarquista, a propósito da necessidade de superar o método hipotético-dedutivo da ortodoxia positivista (citado em Criado Boado, 1999:17, nota 25).

Decorrente desta perspectiva, que classificamos como dinâmica e atendidas razões operatórias óbvias, a nossa proposta metodológica, duplamente orientada para a recolha e análise de dados, assenta num conjunto de técnicas cuja maior ou menor complexidade deriva directamente da quantidade e qualidade dos dados e do nível de compreensão exigido para a leitura das temáticas abordadas.

2. MODELO DE ANÁLISE

Na investigação arqueológica, proliferam modelos interpretativos diversos. Porém, mais do que adoptar ou rejeitar um ou outro modelo, importa considerar as limitações interpretativas colocadas pelo próprio objecto de estudo²⁸.

Neste caso das paisagens arqueológicas elas reportam-se a um passado, a uma realidade pretérita que deixou as marcas da sua existência. Tratamos portanto com uma "realidade parcial". Tudo aquilo que já foi devorado pelo tempo só pode ser apreendido através de vestígios dispersos que, como sublinha o historiador José Mattoso, "(...) têm de se aproximar mentalmente, e que, uma vez reconstituída, será sempre irredutível ao discurso que jamais se possa fazer sobre ele. (...)" (1988:18-19).

²⁷ Partilhamos a ideia de que as evidências arqueológicas constituem, por si próprias, uma barreira a interpretações "excessivas" (Trigger, 1992:376; Hodder, 1994:196), recusando contudo que a arqueologia se possa limitar à descrição dos objectos (Vicente Lull, 1988:66). Sobre esta matéria ver o ensaio de Jorge de Alarcão *Para uma Conciliação das Arqueologias* (1996b).

²⁸ Basta ter em conta que os restos arqueológicos, os arqueossítios, não são imutáveis, estão sujeitos a processos de formação e alteração (Butzer, 1989:95-119; Ruiz Zapatero e Fernández Martínez, 1993:95-96).

A reconstituição do passado ou a interpretação das paisagens arqueológicas pretéritas faz-se, portanto, através da mediação incontornavelmente subjectiva das categorias mentais do sujeito, neste caso o arqueólogo (Trigger, 1992:375), e só existe, só faz sentido, a partir do momento em que é comunicada a outrem.

Gostaríamos simultaneamente de afirmar esta interpretação subjectiva, e portanto renovável, da realidade passada, mais como uma "leitura" de uma "outra" realidade em que se recupera parte do passado e menos como uma "reconstrução" de um passado ilusoriamente "desejado" ou objectivo. Seja como for, uma e outra estão, de um modo ou outro, indissociavelmente relacionadas com o presente, pois são as preocupações e interesses do presente que dão sentido ao estudo do passado.

Por essa razão, optamos deliberadamente por "partir" da paisagem actual como referente, quer porque as paisagens das montanhas minhotas aparentam uma profunda inércia, o que significa que conservam muitas características de tradição antiga, quer porque assim, em confronto com uma paisagem actual, mais claramente se apreenderia a "alteridade" de paisagens culturais desaparecidas.

Sublinhamos igualmente que o conhecimento arqueológico obtido em relação ao passado é lacunar e não corresponde à enunciação de nenhuma verdade absoluta. Nem pode aspirar a tal, porque o abismo entre presente e passado, podendo por vezes transpor-se, a partir "do agora" da investigação, não parece poder ser eliminado – como cantam os *Xutos & Pontapés* no poema transcrito na abertura deste trabalho, "o que foi não volta a ser (...)". Mas o conhecimento arqueológico não é menos científico por não afirmar qualquer verdade definitiva. A sua validade científica, mais do que num discurso de "bom senso", assenta na aplicação sistemática de regras explícitas de raciocínio (Demoule, 1995:226).

Com a consciência destes factores condicionantes da investigação, propusemo-nos estudar o território de Lindoso, sabendo que nunca o "conheceríamos" na totalidade e que tão pouco esgotaríamos aquilo que será possível saber sobre a história da sua paisagem. Neste sentido, e em parte também devido ao que acima expusemos, o presente trabalho será mais um ponto de partida, assumindo muitas das interpretações um carácter reconhecidamente hipotético.

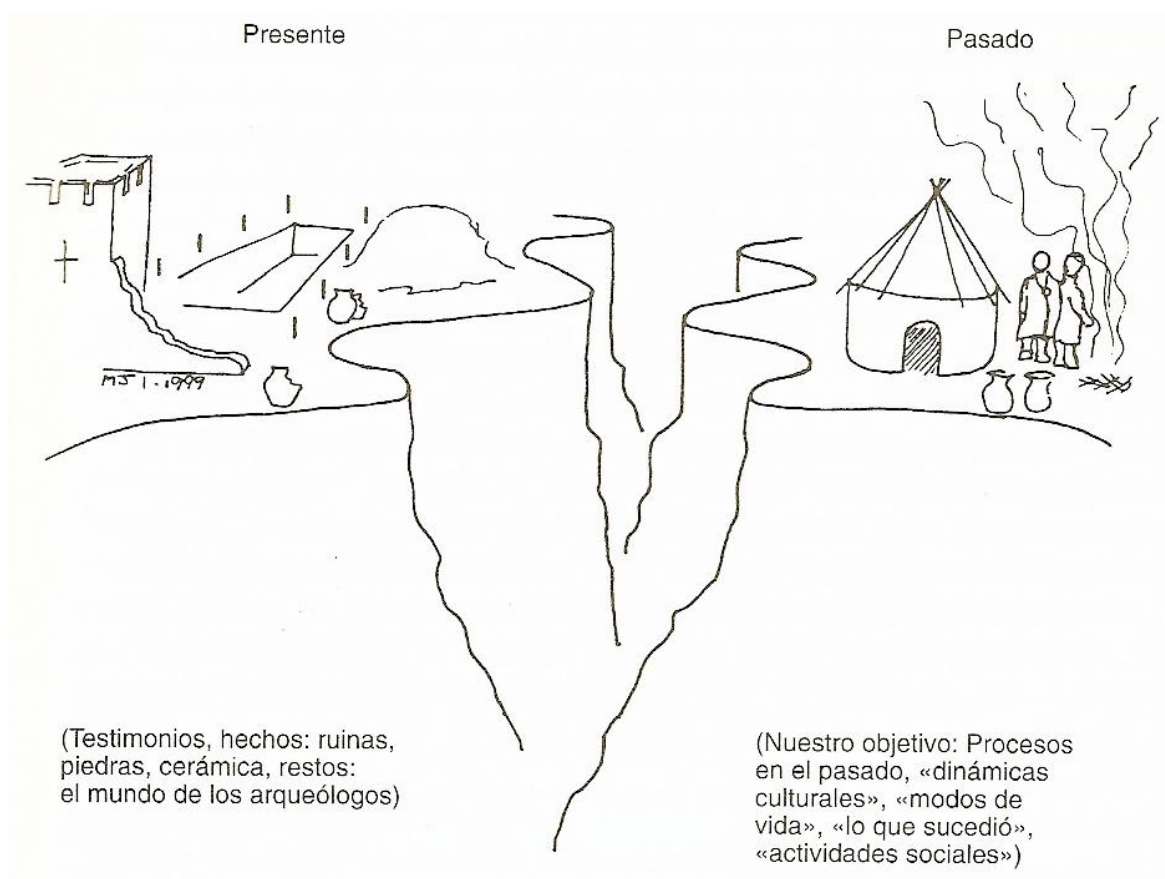


Fig.6 – O abismo entre presente e passado (In Johnson, 2000:31).

Assim, apesar da complexidade da “condição pós-moderna” em que o conhecimento científico actualmente se encontra, consubstanciada na ausência de um paradigma dominante (Lyotard, 1989), a qualquer nível e também em arqueologia, como na generalidade das ciências sociais e humanas, o modelo de análise adoptado segue os princípios do raciocínio científico, ainda generalizadamente aceites nesta área de saber, organizando-se em 6 etapas (Demoule *et al.*, 2005: 190 e sgs.).

1.^a - Definição de objectivos. Foram enunciados no final do capítulo anterior, com base num enquadramento teórico explícito e em critérios operativos concordantes com a sua exequibilidade;

2.^a – Recolha de dados. Mobilização de um vasto conjunto de informação, principalmente nas áreas da arqueologia e história, geologia e geografia, biologia e ecologia, economia e sociedade, artes e tecnologias, de acordo com os

procedimentos estabelecidos pela arte (Demoule *et al.*, 2005; García Sanjuán, 2005; David e Thomas, 2008)²⁹;

3.^a - Descrição de dados. Elaboração de base de dados relacional, de acordo com protocolos descritivos pré-estabelecidos.

4.^a – Processamento analítico de dados. Identificação de padrões comuns (tipologias formais, estrutura de povoamento, delimitação de espaços, hierarquização de lugares, visibilidades, etc.), que dão sentido às propostas de interpretação.

5.^a – Interpretação de dados processados. Ao nível da teoria interpretativa assumimos um nível particular e intermédio de generalização. Relativamente aos modelos sociais, elegemos a complexidade como representação da sociedade e a multiplicidade como factores do seu funcionamento, considerando que a dinâmica geral da sociedade é assimétrica ou variável ou complexa (Demoule *et al.*, 2005:204-225).

6.^a – Validação da interpretação. As interpretações revestem o carácter de hipóteses. Estas validam-se internamente através da dialéctica de feedback entre as diversas etapas e pelo confronto entre os resultados finais e os objectivos iniciais. Validam-se externamente pelo estabelecimento de analogias positivas e negativas (Cf. Criado Boado 1999:13). Dão origem à definição de novos objectivos e conseqüente início de novo processo de investigação, numa espécie de engrenagem em movimento espiral.

²⁹ O reconhecimento da necessidade de interdisciplinaridade nos estudos da paisagem não é exclusivo dos arqueólogos, sendo comum também entre geógrafos e historiadores *stricto sensu*. Sem pretendermos ser exaustivos, referenciamos a seguir alguns autores que nos seus trabalhos abordaram directa ou indirectamente esta questão. Do lado da arqueologia: Aston, 1985; Barceló *et al.*, 1988; Ruiz Zapatero e Burillo Mozota, 1988; Butze, r 1989; Criado Boado *et al.*, 1991; Bazzana, 1994; Hunn, 1994; Michelin *et al.*, 1996; Trément, 1999; Johnson, 2000; Demoule *et al.*, 2005; García Sanjuán, 2005; David e Thomas, 2008; Do lado da geografia: Frémont, 1980; Ferro, 1988; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1989; George, 1992; Brito, 1994; Do lado dos historiadores: Garcia de Cortázar, 1983; Mattoso, 1988a e 1992; Duby, 1992; Gouzy, 1992; Cursente e Mousnier, 2005.



Fig.7 – Representação esquemática do modelo de estudo implementado.

3. METODOLOGIAS

Para identificar, relacionar e entender todos os traços dos sítios desaparecidos e das suas envolventes, também desaparecidas, a Arqueologia da Paisagem exige um conjunto de técnicas e procedimentos diversos, que vão da prospecção de campo à análise de fotografia aérea e cartografia temática, da Palinologia à Toponímia, ou ainda da escavação arqueológica à consulta de arquivos documentais, da análise estatística e da aplicação de modelos de análise espacial até à implementação de SIG aplicados à arqueologia (Barceló *et al.*, 1988:195, Criado Boado, 1999, Bermúdez Sánchez, 2000, Chevalier, 2000,

Gojda, 2004, Demoule *et al.*, 2005, García Sanjuán, 2005, Almudena Orejas, 2006, David e Thomas, 2008, Orengo e Ejarque, 2008, Conolly e Lake, 2009).

A recolha de dados determinou a elaboração de um inventário arqueológico de sítios e arqueossítios³⁰, através de prospecções de campo, precedidas e/ou complementadas pela recolha de toda a informação pertinente, completando-se com a realização de escavações arqueológicas em cinco arqueossítios (ver adiante descrição detalhada dos procedimentos).

Não servindo, por si próprio, para explicar nada, um inventário ou "carta arqueológica" constitui sempre, em Arqueologia, a base fundamental de informação a partir da qual se traçam os rumos da investigação.

Por outro lado, concebeu-se o inventário como um sistema de informação que integrasse todo o tipo de dados alfanuméricos e gráficos recolhidos, para potenciar análises multi-escala contextualizadoras, pelo que se desenhou uma base de dados relacional, manipulável em ambiente SIG.

Na fase de análise da informação, demos particular importância à análise da estrutura territorial, entendida como análise da distribuição dos núcleos habitacionais humanos, considerando as condições fisiográficas, a distribuição do habitat, os usos potenciais do solo e as acessibilidades. Privilegamos o nível de análise semi-micro, considerando sobretudo a funcionalidade dos sítios e relações inter-sítios, procurando apreender correlações com as áreas potenciais de exploração de recursos e identificar eventuais níveis de hierarquização (Ruiz Zapatero e Burillo Mozota, 1988).

Procedemos finalmente à interpretação dos dados, ensaiando leituras sincrónicas e diacrónicas e em escalas variáveis, expressas em propostas de representação cartográfica das paisagens que se configuraram no Lindoso nos principais períodos cronológicos identificados.

A atribuição cronológica dos dados constituía uma questão fulcral para a contextualização das leituras sincrónicas e/ou diacrónicas. Considerámos com

³⁰ Por sítio arqueológico entendemos o lugar, georreferenciado, onde existem ou se sabe comprovadamente que existiram vestígios arqueológicos, restos materiais, relativos à permanência de seres humanos nesse lugar, no passado, desde que, com esse lugar, seja possível estabelecer uma qualquer relação entre os vestígios materiais e as sociedades que os produziram e/ou utilizaram (García Sanjuan, 2005: 23 e sgs.). A esta definição corresponde o termo "arqueossítio" usado ao longo do trabalho. Quando esses locais ou instalações ainda conhecem utilização actual, como é o caso de alguns do período medieval e muitos dos de época moderna, entendemos mais adequado chamar-lhes simplesmente "sítios".

cautela as cronologias avançadas pelas fontes secundárias, porque suportadas por analogias débeis de base estilística. Quer para os dados proporcionados pela prospecção, como para os dados obtidos nas escavações, as cronologias que se propuseram são predominantemente relativas e tiveram como fundamento a consideração simultânea da ergologia dos materiais (privilegiando os elementos fixados pela bibliografia especializada como datantes) e as sequências estratigráficas sedimentares e construtivas. As fontes documentais escritas forneceram datas *ante quem* e *post quem* absolutas, permitindo precisar algumas das cronologias avançadas e fixar balizas cronológicas. Para o povoado do Cabeço do Leijó, pudemos contar com uma datação radiométrica C14.

Descrevem-se, a seguir, os principais procedimentos e técnicas de recolha e de análise de dados utilizadas.

3.1. Cartografia, pesquisa bibliográfica e documental

O presente estudo iniciou-se com a identificação das principais características físicas do território, tendo por base cartografia corográfica e geológica oficial, de várias escalas: *Carta Corográfica de Portugal*, escala 1:50000, folhas *1-D/Arcos de Valdevez* e *5-B/Ponte da Barca*, do Instituto Geográfico e Cadastral, respectivamente de 1959 e 1987, [mapa impresso]; *Carta Geológica de Portugal*, escala 1:50000, folhas *1-D/Arcos de Valdevez* e *5-B/Ponte da Barca*, dos Serviços Geológicos de Portugal, respectivamente de 1985 e 1974, [mapa impresso]; *Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês*, escala 1:50000, dos Serviços Geológicos de Portugal e Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1984 (1991), [mapa impresso]; *Carta Militar de Portugal*, escala 1:25000, folhas *17-LINDOSO (Ponte da Barca)* e *30-GERMIL (Ponte da Barca)*, dos Serviços Cartográficos do Exército, 1949-1950, [mapa impresso]; *Parque Nacional da Peneda-Gerês [Perímetro Florestal]*, escala 1:10000, folhas *17B*, *17C*, *17D* e *30B*, da Direcção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, s/d. (anterior a 1980), [mapa impresso]).

Recorreu-se também a fotografia aérea oficial, explorando ortofotomapas: *Portugal*, escala 1:10000, folhas *190/540 (Lindoso)*, *195/540 (Senhora da Madalena)*, *190/535 (Bilhães)* e *195/535 (Alto do Corisco)*, do Instituto Geográfico e Cadastral, cobertura fotográfica de Maio de 1991, [fotografia sobre papel, preto-

e-branco]; uma cobertura do *Parque Nacional da Peneda Gerês*, escala aprox. 1:8000, fiadas 14 a 22, da Direcção Geral do Ordenamento do Território, voo de 1989, [fotografia sobre papel, cor]; e uma cobertura aérea em ortofotografia cor de 2007.

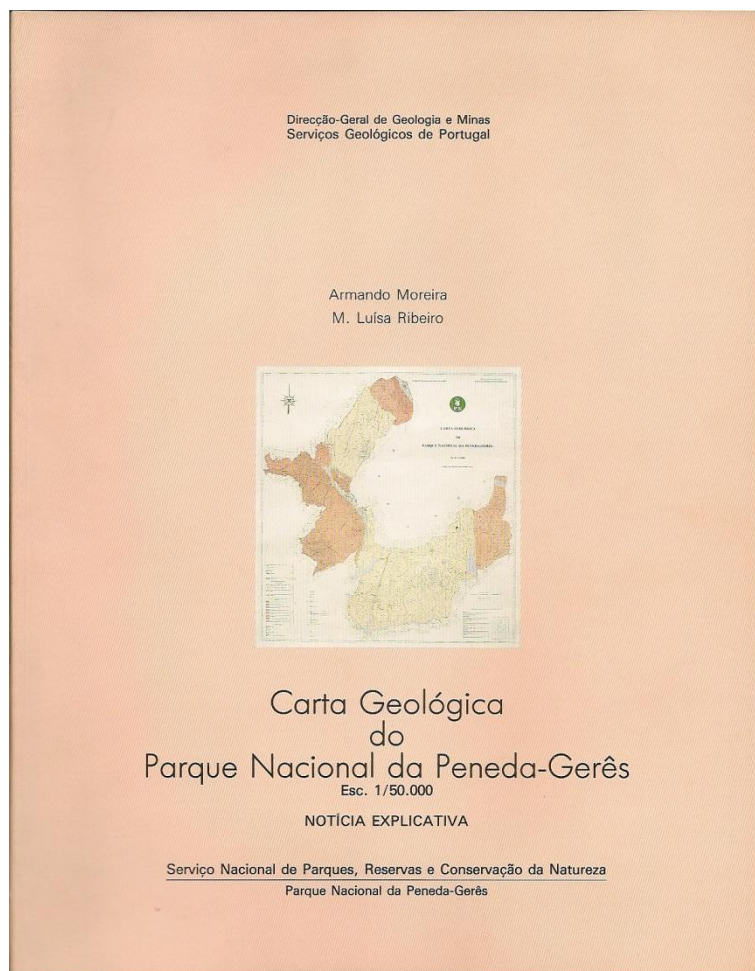


Fig.8 – Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Estes e outros temas cartográficos, como insolação, exposição, declives, precipitação, estrutura ecológica, tipo de solos, ocupação e uso dos solos, classes de ordenamento e regime de propriedade, integram a cartografia digital do SIG do PNPG-ICNB, a qual nos foi facultada para efeitos de elaboração do presente estudo.

A consulta de estudos publicados ou inéditos, relativos a várias temáticas, nomeadamente estudos históricos e geográficos, de âmbito local e regional, proporcionaram uma primeira recolha de informação secundária relativa à existência de sítios arqueológicos.

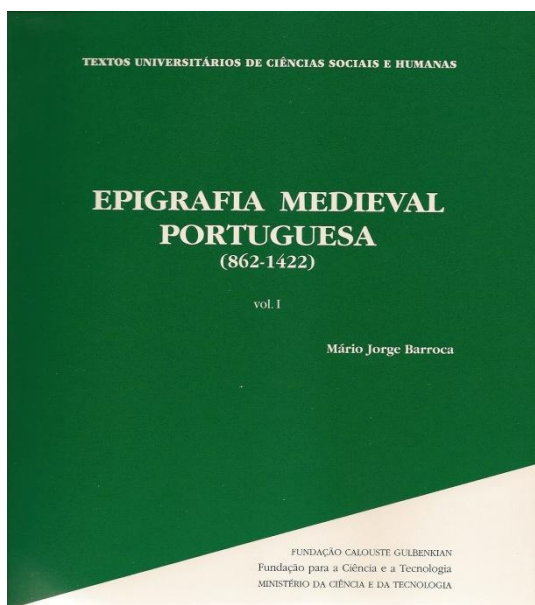


Fig.9 – Vol. I de *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*.

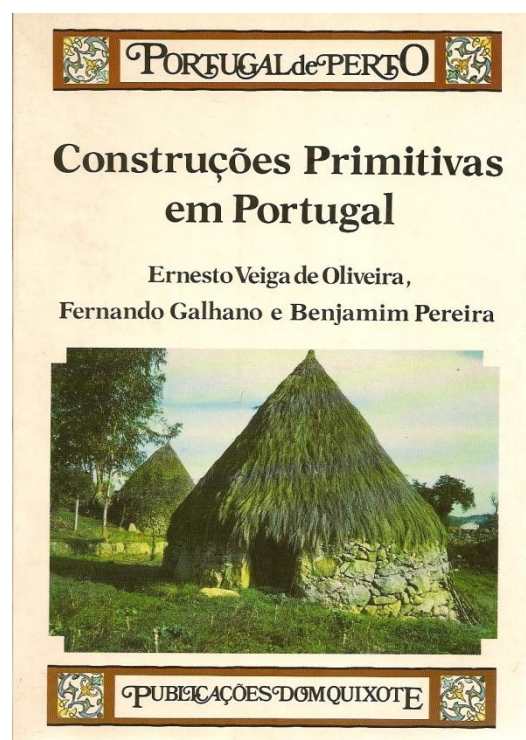


Fig.10 – *Construções Primitivas em Portugal*.

Interessaram-nos especialmente as publicações especializadas que incorporassem catálogos e inventários de património arqueológico e arquitectónico (q. v. AAP, 1988; Alarcão, 1988b; Barroca, 1987 e 2000; Costa, 1868; Costa, 1997 e 2000; Oliveira e Galhano, 1994; Oliveira, Galhano e Pereira, 1983 e 1994; Silva, 1986; Tranoy, 1981) e inventários institucionais de património arqueológico e arquitectónico (q. v. InvArqPNPG; IGESPAR, I.P.-Endovélico).

Relativamente às fontes documentais históricas, efectuamos pesquisas no Arquivo Distrital de Braga, no Instituto Nacional dos Arquivos da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Militar, elaborando um ficheiro analítico para o seu registo (ver Apêndice 2 – Base de Dados).

Beneficiámos da circunstância de a maior parte das fontes escritas estarem já publicadas, ao contrário das fontes iconográficas, que só parcialmente foram objecto de publicação.

Entre as primeiras destacamos o *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae* (Costa, 1965, 1978 e 1990), o *Censual de Entre Lima e Ave* (Costa, 2000), os *Portugaliae Monumenta Historica* (PMH.Inq.1258), a *Carta de Foral de Lindoso* (Barreiros 1964b), o *Numeramento de 1527* (Freire, 1925), a *Demarcação da Vila de Lindoso*, de 1538 (Barreiros, 1964a), o *Tombo da Igreja de sam mamede de*

*lindo*zo, de 1574 (Barreiros, 1964a e 1964b) e o *Dicionário Geográfico* de 1758, também vulgarmente conhecido por “Memórias Paroquiais” (Capela, 2005).

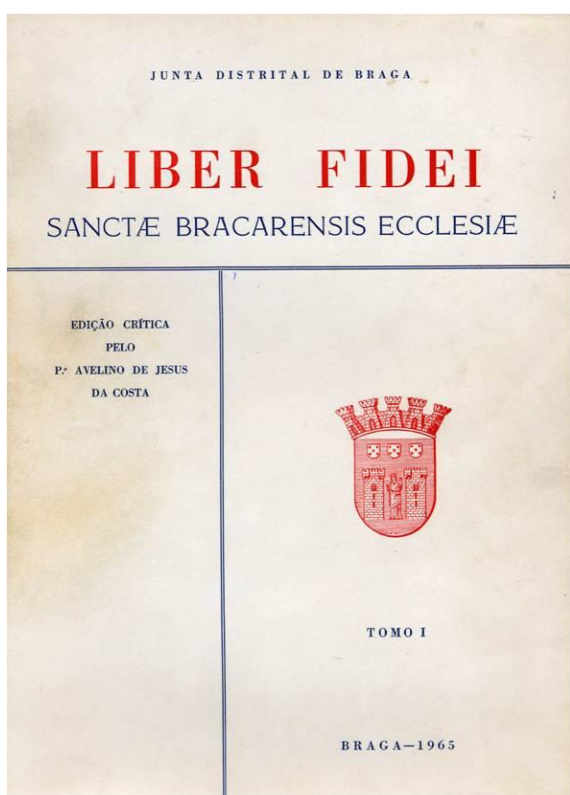


Fig.11 – Tomo I do *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*.

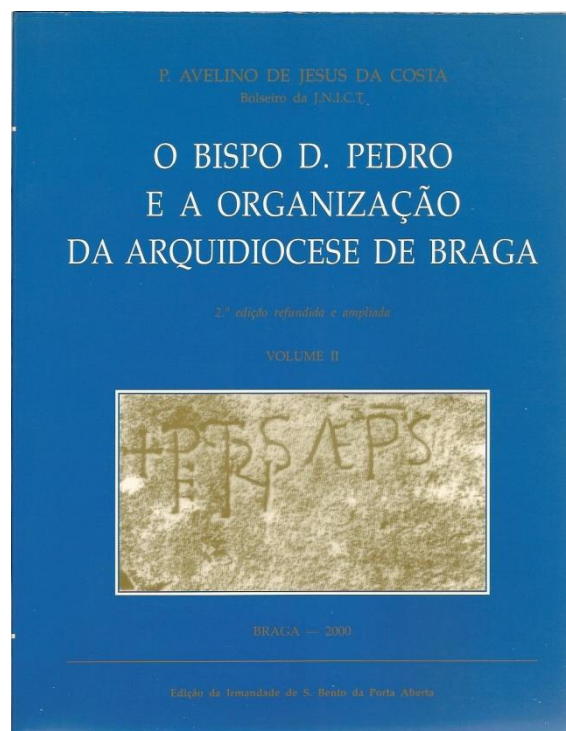


Fig.12 – *O Bispo D. Pedro e Organização da Arquidiocese de Braga* [Censal de *Entre Lima e Ave*].

Entre as segundas, exclusivamente compostas por cartografia e plantas históricas da fortificação de Lindoso, dos séculos XVIII e XIX (AHM; Carvalho 1977; Meireles 1994), destacam-se a *Planta do Castello de Lindoso*, de 1758 (Apêndice 3 – Cartografia. 2-Carta III), a *Planta do Castello [e vila] de Lindoso*, de 1760 (Apêndice 3 – Cartografia. 2-Carta IV) e o *Desenho Topographyco da Linha de Limites de Lindoso*, de 1851 (Apêndice 3 – Cartografia. 2-Carta VII).

A documentação histórica que considerámos relevante para o nosso estudo, cuja leitura regressiva permitiu estabelecer cronologias absolutas e relativas, revela uma clara distinção entre o período medieval e a época moderna, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo (ver Apêndice 3 - Cartografia e Anexo 1 - Documentos Escritos).

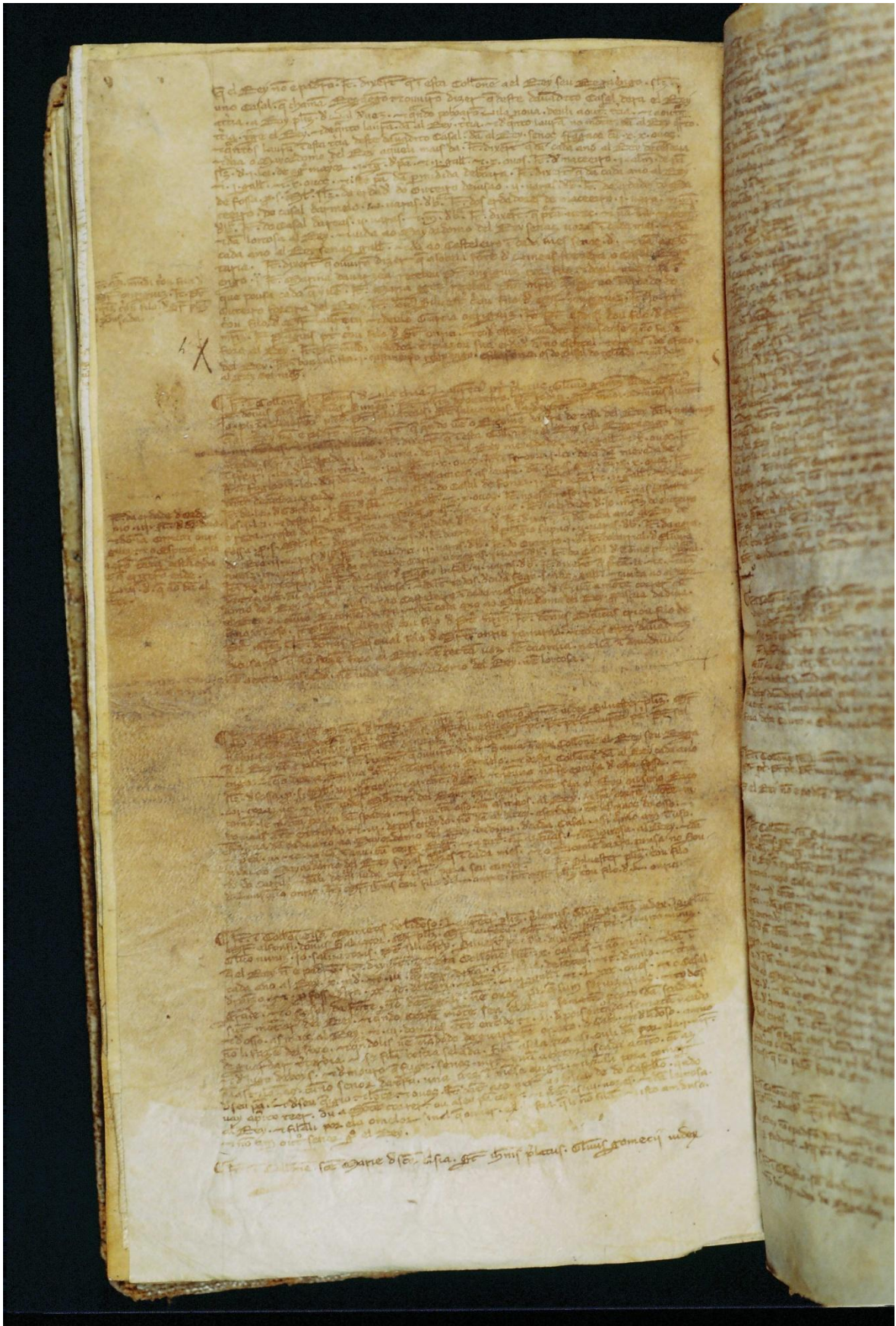


Fig.13 – Reprodução fotográfica da página da Inquirição de Lindoso de 1258. (IAN/TT/1072/R Inquirições Afonso III, livro 9, fl. 108v. - foto J.A. Silva)

De facto, para o primeiro período, considerámos interessantes apenas dois documentos (Documentos 1e 2, respectivamente a delimitação da diocese de Braga e as inquirições de Afonso III), cuja informação resulta de exigências administrativas elementares, relacionadas com limites territoriais e tributação.

Já para o período moderno e contemporâneo seleccionámos, para além de inúmeros cartogramas, onze documentos escritos (3 a 13, respectivamente um foral, um *numeramento*, uma delimitação fronteiriça, um tombo da igreja, uma notícia de guerra, uma vinculação de morgadio, duas descrições geográficas e três ‘requerimentos’), com informação que resulta da existência de modelos administrativos mais complexos. Entre esta documentação destaca-se a referente ao século XVIII, cuja elaboração foi determinada já por preocupações de defesa e de caracterização geográfica do território³¹.

A síntese sobre a evolução paleoambiental teve por referência a mais recente revisão do tema que podemos consultar (Carrión Marco, 2005) e os diversos estudos realizados nas Serras da Peneda, Gerês e Cabreira, com base nos diagramas polínicos de Lagoa de Couce e Lamas do Vez (Coudé-Gaussen, 1979), de Lagoa de Branda de Gorbelas e Encosta do Trovão (Ruiz Zapata *et al.*, 1993) e Lagoa do Marinho (Ramil Rego *et al.*, 1996; Ruiz Zapata *et al.*, 1993).

3.2. Prospecção arqueológica

A prospecção de superfície proporcionou a quase totalidade dos dados arqueológicos primários recolhidos para este trabalho.

O trabalho de prospecção arqueológica de campo foi, naturalmente precedido e/ou complementado pela recolha de toda a informação arqueológica, histórica e geográfica existente (publicada e/ou manuscrita) e por análises de fotografia aérea e de cartografia geológica e corográfica.

Começámos por cartografar todos os arqueossítios e sítios identificados na leitura analítica das diversas cartas e da bibliografia especializada e fontes históricas (referenciadas acima).

³¹ Cartas I a V da Cartografia Histórica (Apêndice 3) e Documentos 9 e 10 (Anexo 1), estes relativos, respectivamente, a uma descrição corográfica de 1706 e um questionário de 1758 (“Memória Paroquial”).

Prosseguiu-se em campo com a prospecção de superfície (field walking), estabelecendo-se como adequada, tendo em conta a visibilidade e acessibilidade do terreno, a realização de uma cobertura parcial selectiva do território, com grau médio-alto de intensidade. Importa referir que a visibilidade e a acessibilidade do terreno são factores não controláveis pelo arqueólogo.

A primeira tem a ver sobretudo com a variabilidade da cobertura vegetal, que determina diferentes graus de visibilidade para a floresta, para os prados, para os incultos, para as áreas queimadas ou para as áreas agricultadas, diferindo nestas ainda se for época de lavra, de pousio ou de colheita, para as zonas de erosão ou de sedimentação, que colocam à vista ou "escondem" vestígios (Ruiz Zapatero e Fernández Martínez, 1993: 89).

A segunda relaciona-se com a morfologia acidentada do território de Lindoso, que determina que não seja possível chegar de forma "normal" a algumas partes consideráveis do terreno, designadamente a encostas escarpadas (domínio das aves de rapina) e fundos de vales ravinosos, estes últimos frequentemente inacessíveis devido ao crescimento espontâneo de matas cerradas.

Relativamente à cobertura parcial selectiva, significa que prospectámos todo o terreno onde nos foi possível chegar a pé. O grau médio-alto de intensidade significa que percorremos esse terreno através de eixos ou percursos cobrindo intervalos nunca distanciados mais de 100 metros, sendo frequente uma distância inferior a 20 metros (Ruiz Zapatero e Fernández Martínez, 1993: 89).

Por outro lado, percorremos o território de Lindoso em várias épocas do ano, visitando todos os sítios arqueológicos diversas vezes, em diferentes períodos do dia. Uma vez, acompanhados por guias locais, inexperientes "arqueologicamente" mas profundos conhecedores do terreno; outras, com colegas de actividade, muitas mais vezes sozinhos, recolhendo dados em fichas, procedendo à localização cartográfica dos arqueossítios, fazendo fotografias.

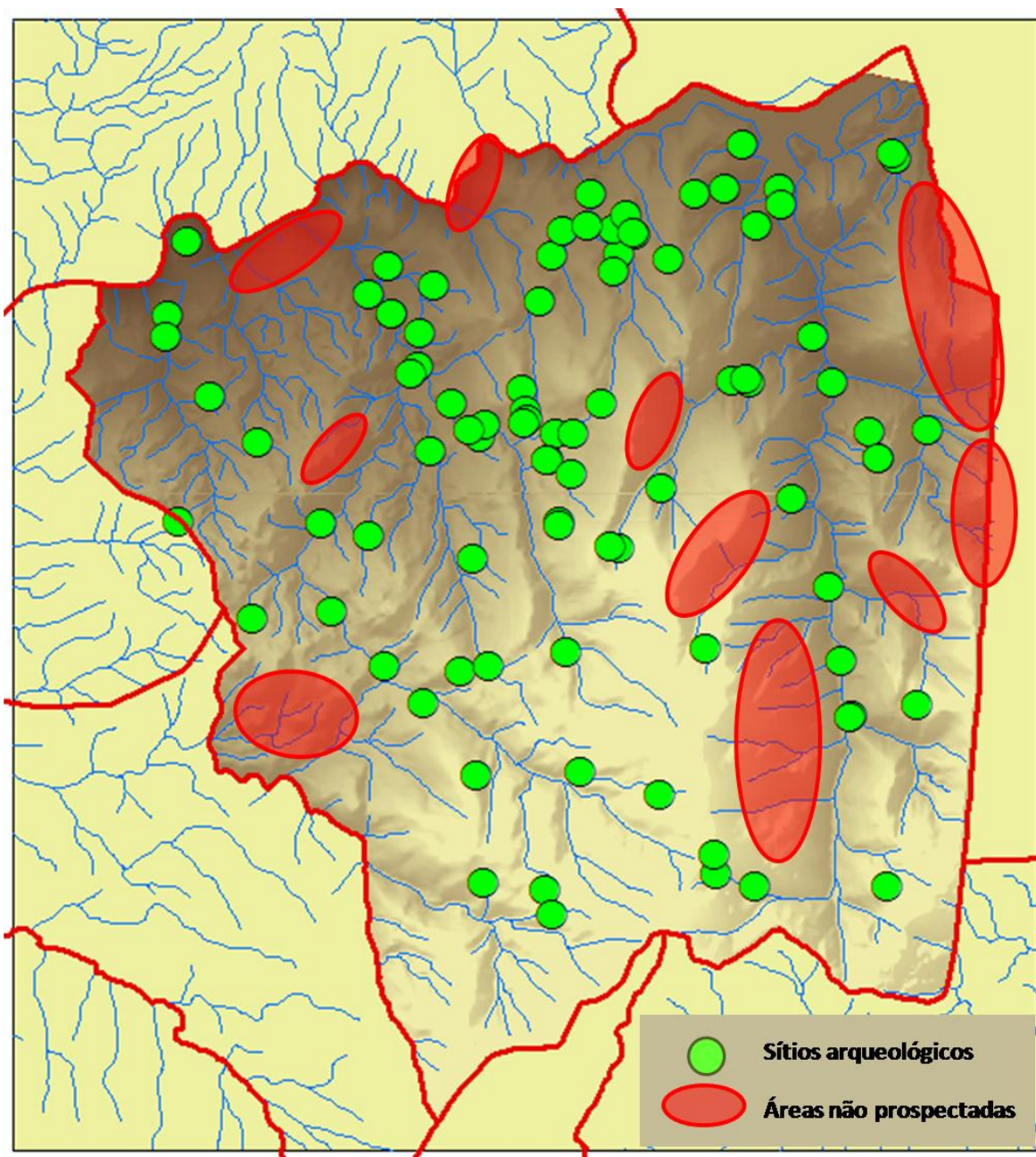


Fig.14 – Mapa do Lindoso com indicação da área não prospectada.

3.3. Escavação arqueológica

As escavações arqueológicas, realizadas entre 1991 e 1992 no âmbito do "Projecto de Tratamento Museológico e Rentabilização Cultural do Castelo de Lindoso" (ver nota 25), incidiram no castelo de Lindoso (NIG.030), que se escavou em área e em Chão do Clérigo (NIG.048), Torrão de Galegos (NIG.014), Chão da

Pesquita (NIG.006) e Cabeço de Leijó (NIG.016), locais onde se fizeram apenas algumas sondagens.

As áreas escavadas foram referenciadas a um sistema de quadriculagem georreferenciado, adaptado a cada um dos locais.

A decapagem dos sedimentos processou-se manualmente, por camadas naturais, com registo sistemático em fotografia e desenho de planos, secções, cortes e perfis, às escalas 1:10, 1:20 e 1:50, de acordo com as necessidades inerentes aos vestígios identificados. Os sedimentos e as estruturas foram identificados como contextos, com numeração sequencial autónoma em cada um dos arqueossítios, descrevendo-se de modo sintético.

O registo gráfico produzido nas diversas intervenções ficou depositado na UAUM (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho). Os registos fotográficos originais ficaram depositados na UAUM (negativo e diapositivo cor) e na sede do Parque Nacional da Peneda Gerês (negativo preto-e-branco).

Todo o espólio exumado nas escavações foi depositado no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, com excepção de alguns elementos seleccionados que integram o núcleo museológico do Castelo de Lindoso.

Todo o espólio que deu entrada no MDDS foi lavado, marcado, inventariado e devidamente acondicionado, tendo o seu tratamento e acondicionamento sido efectuados por uma equipa afectada à UAUM, em estreita colaboração com o pessoal do MDDS.

Para efeitos de elaboração do presente trabalho, procedeu-se a uma primeira classificação tipológica e cronológica do material recolhido, maioritariamente constituído por cerâmicas de produções diversas.

Finalmente, refira-se que se procedeu à recolha de amostras de carvões para obtenção de datações radiométricas.

3.4. Bases de dados

A base de dados, designada por LINTESE estruturou-se como um sistema de informação relacional, podendo dividir-se o conjunto da informação recolhida e/ou produzida no decurso da elaboração do trabalho em dois grandes grupos: o grupo da informação alfanumérica, relativa às propriedades ou atributos considerados nas tabelas SITIARQ, CONTXARQ, CONTXAMB, BIBLIGER e

FONTDOC; e o grupo da informação gráfica, relativa ao registo em fotografia, ao desenho arqueológico (planos, perfis e espólio) e à cartografia, recolhido nas tabelas FOTOS, DOCGRAF, CARTAS e ORTOFOTOS (os respectivos ficheiros raster e vectoriais arquivam-se em pastas com a mesma designação).

A componente alfanumérica é composta por três tabelas principais:

SITIARQ - Tabela de identificação de sítios arqueológicos (arqueossítios). Integra 22 campos diferentes, correspondentes ao desdobramento de quatro descritores básicos: identificação sumária (campos 1 a 5), localização (campos 6 a 10), administração/gestão (campos 11 a 14), referências bibliográficas, documentais e gráficas (cartografia, ortofotografia e fotografia) (campos 15 a 19) e operação (campos 20 a 22).

CONTXARQ - Tabela de descrição arqueológica dos arqueossítios. Integra 12 campos diferentes, correspondentes ao desdobramento dos 4 seguintes descritores: identificação (campo 1), descrição (campos 2 a 5) e operação (campos 8 a 10).

CONTXAMB - Tabela de caracterização geográfica e ambiental dos arqueossítios. Integra 21 campos diferentes, correspondentes ao desdobramento de quatro descritores: identificação (campo 1), descrição (campos 2 a 18), referências gráficas (fotografia e desenhos) e operação (campos 19 a 21).

Associaram-se duas tabelas secundárias, correspondentes às referências bibliográficas e fontes documentais:

BIBLIGER – Tabela de bibliografia. Descritor composto por 12 campos, com base no sistema autor-data.

FONTDOC – Tabela analítica de fontes documentais. Descritor composto por 24 campos.

Os protocolos descritivos (conteúdo de campo/descritor e respectivas chaves de resposta) apresentam-se no Apêndice 3 – Base de Dados.

As estruturas finais das tabelas resultaram de sucessivas remodelações e adaptações efectuadas ao longo da investigação, como resposta à verificação de algumas inadequações das propostas iniciais e à necessidade de colocar novas questões suscitadas pelo próprio desenrolar dos trabalhos.

Toda a informação alfanumérica foi recolhida manualmente em fichas, procedendo-se posteriormente ao seu carregamento em ficheiros informáticos manipuláveis em ambiente Windows/PC através da aplicação Microsoft Access.

Relativamente à informação gráfica utilizaram-se os seguintes procedimentos:

a) Os temas com expressão cartográfica foram produzidos sobre a base cartográfica digital utilizada pelo PNPG (ver acima), com recurso à aplicação informática ArcGIS.9 e integram as pastas CARTAS e ORTOFOTOS, que recolhem toda a cartografia relativa ao projecto, em formatos raster e vectorial.

b) As fotografias foram feitas com máquinas analógicas e digitais *reflex*, nas primeiras em negativo (p-b ou cor) e diapositivo (cor). Para a base de dados procedeu-se a uma selecção de imagens, que se converteram em formato digital JPEG/TIFF e carregaram numa pasta designada FOTOS.

c) Os desenhos arqueológicos, nomeadamente cortes, secções e plantas de estruturas, de estratigrafia e de espólio, foram executados manualmente, tanto no campo como em gabinete, por técnicos especializados e de acordo com as regras estabelecidas pela arte. Os originais são desenhos a traços de lápis sobre papel opaco e/ou transparente, em escalas variáveis, acondicionados em pastas e arquivadores comuns. Todos os desenhos foram copiados em scanner no formato raster e carregados na pasta DOCGRAF. Os que se seleccionaram para publicação foram digitalizados em formato vectorial com a aplicação (AutoCAD) e tratados graficamente com a aplicação CorelDraw, em ambiente Windows/PC, arquivando-se na mesma pasta DOCGRAF.

Para registo e gestão da informação gráfica, criaram-se as correspondentes tabelas alfanuméricas simplificadas:

CARTAS - Tabela de inventário da cartografia. Integra 7 campos, correspondentes ao desdobramento de dois descritores: identificação (campo 1) e descrição (campos 2 a 7).

ORTOFOTOS - Tabela de inventário da ortofotografia. Integra 7 campos, correspondentes ao desdobramento de dois descritores: identificação (campo 1) e descrição (campos 2 a 7).

FOTOS - Tabela de inventário fotográfico. Integra 5 campos, correspondentes ao desdobramento de três descritores: identificação (campo 1), descrição (campos 2 e 3) e operação (campos 4 e 5).

DOCGRAF - Tabela de inventário dos registos arqueológicos desenhados. Integra 9 campos, correspondentes ao desdobramento de três descritores:

espacial (Allen, Green e Zubrow, 1990, Lock e Stančič, 1995, Baena, Blasco e Quesada, 1997, Pérez, 1998, Bermúdez Sánchez, 2000, Knowles, 2002, Wheatley e Gillings, 2002, Demoule *et al.*, 2005, Carvalho, 2008, Conolly e Lake, 2009, Medianero Soto, 2010).

Para o nosso trabalho consideramos igualmente a discussão relativa às especificidades da utilização das tecnologias SIG aplicadas ao estudo das regiões de montanha, especialmente pertinentes em matéria de modelação de superfícies (Price e Heywood, 1994, Merzliakova, 1996, Ghosh *et al.*, 2000).

Embora entendamos os SIG como uma simples ferramenta tecnológica que permite uma adequada recolha, organização, manipulação e análise de informação georreferenciada (Bermúdez Sánchez, 2000: 66 e Conolly e Lake, 2009: 17), importa afirmar que, enquanto ferramenta tecnológica, possui um extraordinário potencial de utilização na investigação arqueológica, especialmente no domínio dos estudos relacionados com o uso humano do espaço no passado, isto é, com o conhecimento das paisagens arqueológicas, pois a generalidade dos dados arqueológicos possui atributos espaciais e não espaciais, susceptíveis de serem explorados em SIG (Conolly e Lake, 2009:32-33 e 79).

De facto, a utilização das tecnologias SIG, designadamente dos módulos de modelação de superfícies, de análise espacial e de zonamento, que integram a generalidade dos programas informáticos de SIG, como o ArcGIS, revela-se especialmente útil em estudos como o que desenvolvemos, permitindo realizar automaticamente análises complexas que, de outro modo, dificilmente seriam feitas.

Por outro lado, reconhecemos nas tecnologias SIG a utilização de um conceito de espaço simultaneamente absoluto e relativo, o que satisfaz as necessidades da investigação arqueológica das paisagens do passado, pois descreve a realidade com base em dois elementos fundamentais: o *atributo*, que descreve o que está presente e a sua *localização*, que regista onde está (Conolly e Lake, 2009: 18).

E a consideração das diferentes conceptualizações de espaço não é irrelevante, na hora de enveredar pela análise espacial em arqueologia e pela utilização de tecnologias SIG, pois implicam diferentes formas de

descrição, no caso diferentes linguagens espaciais formais, isto é, diferentes geometrias (Conolly e Lake, 2009: 19).

Se para o simples registo das evidências arqueológicas se pode aceitar uma concepção de espaço como contentor, portanto um conceito de espaço absoluto, susceptível de ser descrito através da *geometria euclidiana*, já a análise das relações, quaisquer que sejam, entre as evidências arqueológicas, ao considerar os seus atributos particulares, exige conceptualizar o espaço como relativo e portanto descrevê-lo com recurso à *topologia*.

E porque um dos objectivos principais do nosso estudo é, precisamente, compreender as diversas territorialidades do espaço de Lindoso, adoptámos da topologia geral os principais conceitos que orientaram a nossa análise espacial (Pardal, 1988: 68 e sgs.):

a) *Vizinhança* (espacialidade comum, condicionamento recíproco e identidade de grupo com significado estrutural);

b) *Interior* (particularização de um espaço através de um efeito de contenção);

c) *Aderência* (auxilia a pensar os problemas relativos a prolongamentos e envolvências);

d) *Adjacência* (relação entre espaços que se encontram separados apenas pelas suas próprias fronteiras comuns);

e) *Densidade* (quantidade de um determinado elemento relativamente a um espaço referencial);

f) *Agrupamento / Dispersão* (distribuição dos elementos territoriais, relativamente a espaços que possuam padrões de unidade e que são preenchidos pela influência ou vizinhança dos elementos considerados);

g) *Fronteira* (contacto entre unidades espaciais ou elementos territoriais discerníveis e/ou forma como se ajustam as vizinhanças entre espaços territoriais com estruturas distintas);

h) *Homomorfismo* (agregação de partes de sistemas territoriais complexos de modo a obter-se modelações que facilitam a compreensão da realidade);

i) *Rede* (sucessão de conjuntos dirigidos de elementos territoriais);

j) *Conexão* (possibilidade de se desenvolver um percurso entre dois quaisquer pontos de uma porção de espaço);

k) *Conexão Temporal* (manutenção da conexão entre elementos ao longo do tempo);

l) *Proximidade* (relação binária estabelecida no domínio de uma vizinhança);

m) *Estabilidade* (permanência de propriedades de alguns elementos, quando o sistema se altera);

n) *Equilíbrio* (“estabilidade sem oscilações” quando os elementos e as suas relações permanecem e “estabilidade resiliente” quando o sistema tem capacidade para recuperar o estado inicial após perturbações);

o) *Campo* (domínio de morfismos que um elemento territorial toma numa região, associado ao atributo de cada valor posicional).

Recorremos igualmente à geometria euclidiana para analisar as formas físicas dos espaços, determinada pelas áreas e contornos, que na cartografia se representam através de figuras similares às reais, operando com conceitos como os de perímetro, área, distância, isometria, comprimento, largura, posição, ângulo e paralelo.

Partilhando a definição fixada por D. L. Clarke, citado por García Sanjuán (2005: 201), de que a análise espacial em arqueologia trata “da recuperação da informação relativa às relações espaciais arqueológicas e estudo das consequências espaciais dos padrões da actividade humana nos respectivos contextos”, no nosso estudo privilegiamos a análise da estrutura territorial, entendida como a análise dos padrões de assentamento dos habitats, examinando-se as distribuições num quadro inter-relacional em que se consideram sobretudo as variáveis do espaço determinadas por ou determinantes de funções socioeconómicas e estruturas sociopolíticas e administrativas (Butzer, 1989: 204-205).

Ao nível das variáveis físicas do espaço, considerámos a geologia, a edafologia, a hidrografia, a topografia e suas derivadas (posição altimétrica, morfologia do sítio e da envolvente, orientação/exposição, pendente), ensaiando análises de visibilidade, de distância/tempo e de acessibilidade óptima.

Procedemos a uma análise de escala múltipla, optando pelo que na terminologia corrente se designa por níveis de análise micro, semi-micro e macro (Ruiz Zapatero e Burillo Mozota, 1988: 56-57; García Sanjuán, 2005: 201-202), isto é, tanto consideramos as diversas componentes internas de cada sítio, suas funções e relações inter-sítios no espaço de Lindoso, como as componentes e relações inter-sítios ou conjunto de sítios no quadro de espaços alargados ao vale do Lima ou ao NW de Portugal (Fontes, 2010).

Para um melhor entendimento desta questão da análise de escala múltipla, importa referir que existe uma correlação qualitativa necessária entre o nível de análise e a escala de representação, isto é, um maior detalhe de análise (micro) exige uma escala de representação menor (mais pormenorizada) e vice-versa. Em arqueologia aceita-se a seguinte correlação: análise micro/escalas 1:50 e 1:100; análise semi-micro/escalas 1:1000 e 1: 5000; análise macro/escalas 1:10000, 1:25000, 1:50000 e 1:100000 (García Sanjuán, 2005: 144).

Refira-se ainda que, para a análise da captação de recursos, utilizamos como instrumento analítico de base o método da *Site Catchment Analysis*, desenvolvido por Vita-Finzi e Higgs e de aplicação já recorrente em estudos de "arqueologia espacial" (Davidson e Bailey, 1984, Demoule et al., 2005: 168-171, García Sanjuán, 2005: 203-209, Conolly e Lake, 2009: 294-295). Para efeitos do nosso estudo procedemos a cálculos de distância-tempo para isócronas de 15, 30, 45 e 60 minutos, estimadas sobre superfícies anisotrópicas (Tripcevich, 2009).

Utilizamos igualmente técnicas de sobreposição cartográfica de informação, obtendo combinações também com expressão cartográfica ou "cartas temáticas de interpretação".

Finalmente, exploramos o potencial das ferramentas SIG para gerar representações de paisagens virtuais 3D, produzindo visualizações com texturas fotográficas em 3D, especialmente úteis para ilustração e divulgação (Marcos Sáiz, 2010).

“(...) A Serra Amarela é um dos ermos mais perfeitos de Portugal. Situada entre o Gerês e o Lindoso, as suas dobras são largas, fundas e solenes. Sem capelas e sem romarias, cruzam-na os lobos, os javalis e as corças. A praga dos pinheiros oficiais ainda lá não chegou. De maneira que mora nela o sopro claro das livres asas e o riso aberto dos grandes sóis. Não há estradas, senão as da raposa matreira, nem pousadas, senão as cabanas dos pastores. É o Portugal nuclear, a Ibéria na sua pureza essencial e granítica. Um pé de azevinho aqui, urzes milenárias acolá, um carvalho numa garganta, - nenhum coração de entre Douro e Minho pode deixar de se sentir aquecido e reconfortado em semelhante chão. O guia, um contrabandista celta, loiro e de olhinho azul, é um manancial de saber caseiro, a cultura autêntica de um povo.

- O Senhor já viu nascer cabelo nas unhas? – pergunta-me ele.

- Não.

- Pois se não é sítio dele.

Isto por causa dos excessos e das incompreensões dos serviços florestais, que estão a matar o pastoreio e a reduzir algumas terras montanhosas à miséria.

- Vemos Deus com olhos que não temos... – diz a respeito da sua crença.

E ainda eu estou a apurar se foi o cura que lhe ministrou a fórmula ou se ela é pessoal, e já vem esta prevenção salutar:

- Deite-se na pedra, que é melhor! Olhe que uma fraga não respira! Na terra apanha uma carga de reumático...

(...) Um silêncio preservado rodeia tudo de paz. E o meu contrabandista, então, perde-se no meio de tanta grandeza e de tanta liberdade, e monologa:

- Acredite que não trocava a minha vida pela de nenhum rei! Gosto tanto destas penedias, que, se me tirassem um pedaço a uma, dava conta! (...)

Miguel Torga (1999:20-22)
25 de Julho de 1945

C - O QUADRO FÍSICO

1. INTRODUÇÃO

Como já referimos, a unidade de análise “território de Lindoso” corresponde, nos limites físicos, à unidade administrativa civil e religiosa freguesia/paróquia de Lindoso (S. Mamede). Numa abordagem genérica de ampla contextualização, é um pequeno território na periferia fronteiriça do distrito de Viana do Castelo, no vale do rio Lima, uma área geralmente descrita como geograficamente homogénea - região de montanha em que sobressai o forte modelado do relevo com vales profundos e cumes elevados, abundância de águas e clima húmido, a que se associam as características básicas da cobertura vegetal.

À população humana, por sua vez, atribui-se uma sábia e secular capacidade de adaptação ao meio, expressa nos aglomerados habitacionais construídos com granito, “colados” às encostas por onde trepam os socalcos agrícolas laboriosamente construídos, ou nas práticas comunitárias de pastoreio. É o “domínio arcaizante da montanha”, como escreveu o geógrafo Orlando Ribeiro (1967:167).

Contudo, numa abordagem mais pormenorizada, verifica-se que a freguesia/paróquia de Lindoso (S. Mamede) é relativamente vasta, quando comparada com outras da região, abarcando uma área aproximada de 4120 hectares (41,2 Km²). Nesse espaço, que das margens do rio Lima aos cumes da serra Amarela vence um desnível superior a 1300 metros, encontram-se abundantes linhas de água torrenciais e relevos escarpados quase inacessíveis, mas também nascentes de água perenes ou regatos suaves e pequenos outeiros, lombas e portelas de perfis suaves. Encostas declivosas e descarnadas e imponentes massas rochosas, mas também chãs mais ou menos amplas com solos espessos e bem irrigados. Amplos espaços abertos, de vegetação rasteira, verdadeiras estepes de montanha, mas também zonas de densa cobertura vegetal, com bosques quase impenetráveis.

Sendo indubitável que a “montanha” marca fortemente as estratégias globais das relações ser humano/meio, aqui no Lindoso evidenciadas na concentração do povoamento e na manutenção de um pastoreio sazonal, a verdade é que a “montanha” não é exactamente toda igual, antes pelo contrário, oferece variantes

geoambientais e sustenta diversos nichos ecológicos, que importa distinguir quando se pretende caracterizar os espaços de intervenção das comunidades humanas. Por isso, se a relativa pequena dimensão do território de Lindoso faz com que os seus traços gerais apareçam diluídos no contexto geral do Noroeste, a escala de análise a que pretendemos sujeitar o espaço escolhido justifica uma descrição pormenorizada das suas características geoambientais, fazendo relevar mais as diferenças e menos os traços comuns.



Fig.16 – Localização do território de Lindoso (extracto das Folhas 17 e 30 da Carta Militar de Portugal, escala 1:25000).

O conceito “geoambiental” que aqui se aplica reporta-se exclusivamente às características físicas do meio, sem que isso signifique que se assuma a existência de uma ruptura natureza/ser humano, já que a existência de relações mais ou menos intensas entre comunidades humanas e meio físico subjaz ao próprio conceito de “paisagem” (Delort, 1996:9, Criado Boado, 1999:4-6, Garcia

Sanjuán, 2004:244 e sgs., Gojda, 2004, Fontes, 2010:205). Porém, por razões meramente operativas de descrição, análise e interpretação, tratam-se em capítulos separados as várias componentes consideradas. Neste capítulo trataram-se, portanto, os aspectos estruturantes que são actualmente a expressão física da paisagem.

Como o nosso trabalho não contemplou a recolha directa de dados sobre os paleoambientes dos arqueossítios, optámos por apresentar no final deste capítulo uma caracterização paleoambiental genérica e aproximativa, tendo por referência os estudos mais recentes relativos à evolução paleoambiental holocénica desta região.

Para a elaboração desta parte do nosso estudo recorremos predominantemente à informação secundária proporcionada pela cartografia e bibliografia especializadas.

Entre a primeira destacam-se as notícias explicativas da carta geológica de Portugal, folhas 1-D e 5-B (Medeiros, Teixeira e Lopes, 1975; Moreira e Simões, 1988) e da Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Moreira e Ribeiro, 1991), toda a cartografia temática constante do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PO-PNPG, 2011) e o Atlas do Ambiente de Portugal (AAD-IA)³¹.

Entre o segundo tipo de fontes salientámos as obras de síntese de Orlando Ribeiro e Herman Lautensach (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1989; 1991a; 1991b; 1994) e a introdução de Carlos A. Medeiros (Medeiros, 1991), ambas dedicadas à geografia de Portugal. As observações selectivas de campo e da fotografia aérea (coberturas totais e parciais a diversas escalas - ver capítulo B) proporcionaram informação primária que permitiu pormenorizar as descrições.

Para a caracterização paleoambiental pré-medieval contamos exclusivamente com informação secundária, recolhida nos escassos trabalhos conhecidos relativos a aspectos geomorfológicos e fenómenos de glaciação das serras da Peneda e do Gerês (Coudé-Gaussen, 1979), e nos mais numerosos relativos a questões de clima e vegetação no Noroeste peninsular durante o Pleistoceno e Holoceno (Daveau, 1980, Guitián Rivera, 1993, Ramil Rêgo, 1993,

³¹ Versão digital editada por Agência Portuguesa do Ambiente - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, disponível no endereço <http://sniamb.apambiente.pt/webatlas/>

Ruiz Zapata *et al.*, 1993; Martins *et al.*, 1995; Ramil Rêgo *et al.*, 1996; Sanches, 1997, Oliveira, 2000, Carrión Marco, 2005, Juliá *et al.*, 2007; Pereira *et al.*, 2009).

Relativamente ao período medieval e moderno e ao passado próximo, consideramos informação secundária (Oliveira, 1979, Devy-Vareta, 1985, 1986 e 1993, Lamb, 1989) e algumas fontes documentais escritas, entre as quais se destacam as Inquirições Afonsinas de 1258 e as Memórias Paroquiais de 1758, que proporcionam informação primária sobre a cobertura vegetal e a fauna no território (ver Anexo 1 - Documentos 6 e 14).

2. A ÁREA DE LINDOSO NO CONTEXTO REGIONAL

O território de Lindoso abarca a vertente Norte da parte oriental da serra Amarela, relevo montanhoso que bordeja a Sul o vale do rio Lima.

Estruturalmente, no contexto peninsular, esta região situa-se na subzona da Galiza Média/Trás-os-Montes, subdivisão que se integra na mais vasta Zona Centro-Ibérica correspondente ao chamado Maciço Hespérico ou Antigo, modelado principalmente por movimentos hercínicos ocorridos há cerca de trezentos milhões de anos e que originaram a formação de várias cadeias montanhosas.

À escala do noroeste peninsular, a serra Amarela faz parte do arco montanhoso Peneda-Soajo (1416 m) - Gerês (1507 m) - Cabreira (1262 m) - Marão (1415 m), integrando-se na massa montanhosa galaico - duriense que se dispõe aberta em patamares para o Atlântico, disposição devida à tectónica hercínica e à epirogenia terciária (Coudé-Gaussen, 1979:20; Medeiros, 1991:29 e sgs.).

No contexto regional, o maciço da serra Amarela situa-se entre os rios Homem e Lima, desenhando uma forma sub-triangular que se alonga esbatendo-se para poente até à Portela do Vade e que remata a nascente subindo até à Louriça, onde atinge os 1361 metros de altitude. Para Sul cai abruptamente para o vale do rio Homem, enquanto para Norte se prolonga em patamares/chãs suaves até Lindoso.

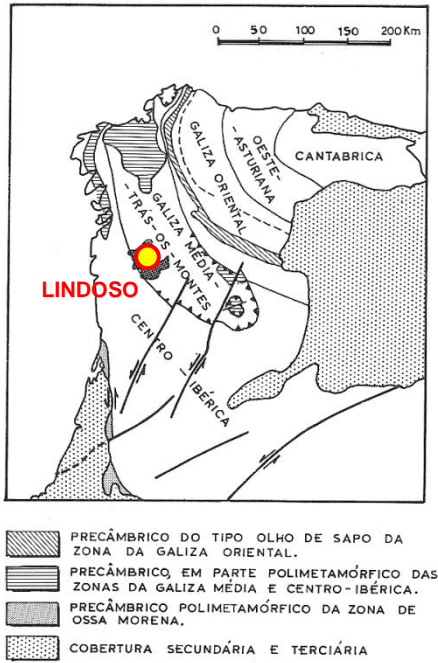


Fig.17 – Enquadramento geológico de Lindoso no Noroeste Peninsular (in Moreira e Ribeiro, 1991:11)



Fig.18 – As serras minhotas no Noroeste Peninsular (in Coudé-Gausson, 1979:19)

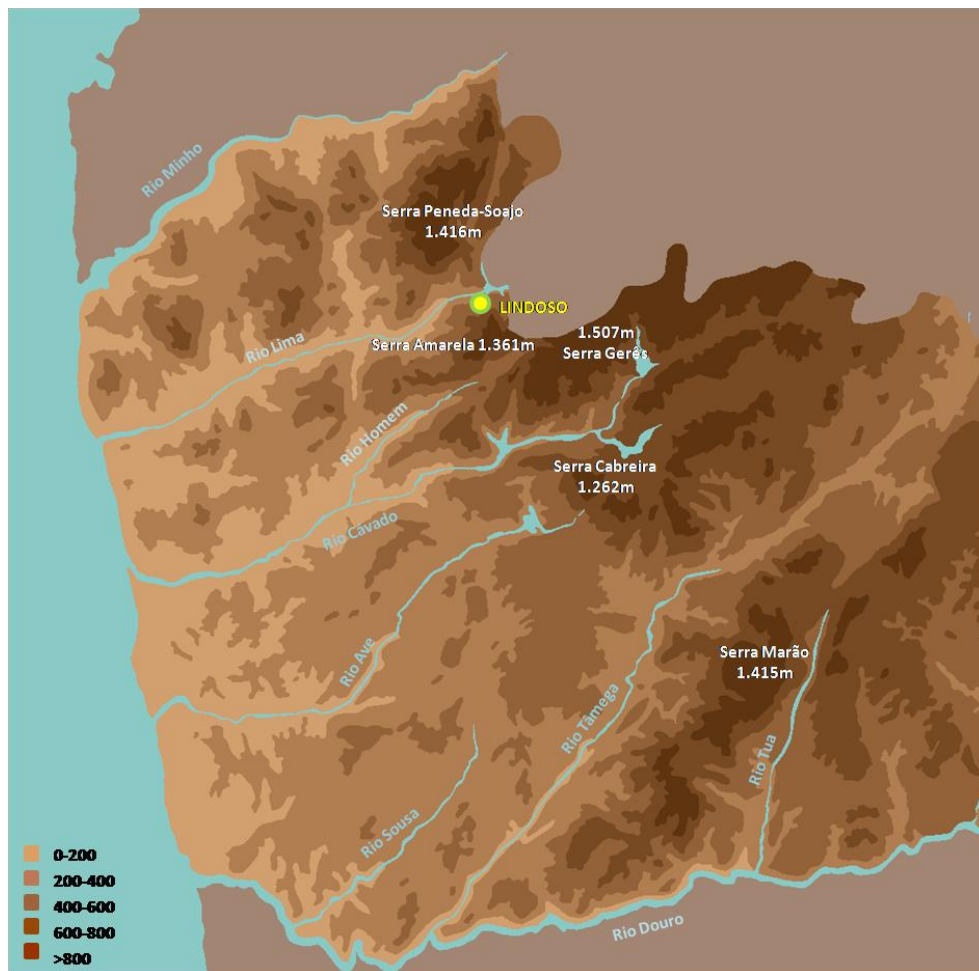


Fig.19 – Principais serras e rios do noroeste de Portugal.

A tectónica hercínica e tardi-hercínica, ao determinar a orientação geral dos relevos e a densa fracturação do modelado granítico, condicionaram igualmente a implantação da rede hidrográfica. No noroeste peninsular os principais rios correm no sentido ENE-OSO, encaixados em grandes linhas de fractura. É o caso também dos rios Lima e Homem, em cujo interflúvio se levanta a serra Amarela.

Os seus leitos apresentam-se condicionados por falhas, tal como os leitos dos tributários principais e secundários que correm também, pelo menos parcialmente, em vale tectónico, formando no conjunto densas redes dendríticas de drenagem. Na zona de Lindoso destacam-se os rios Cabril, Laboreiro e Froufe, tributários do rio Lima e em relação ao qual se dispõem perpendicularmente correndo em profundos vales de fractura, com direcção N-S, S-N e NO-SE, respectivamente.

A existência de morfologia glaciária está bem documentada nas montanhas da região, identificando-se vales de perfil em “U”, moreias laterais e de fundo, blocos erráticos, penedos estriados e lagoas no vale alto do rio Vez e nas serras da Peneda e do Gerês. Na serra Amarela existem vestígios de glaciação incipiente – cordão morrénico lateral na Louriça/Ramisquedo (Coudé-Gaussen, 1979:412).

É ainda à disposição dos relevos, pela influência oceânica a que estão sujeitos, que se devem as características básicas do clima e da vegetação.

A concentração das principais massas de relevo no Norte peninsular reforça as condições gerais da circulação atmosférica na plataforma continental, provocando aí maiores precipitações. Comparativamente ao resto do país, e mesmo ao continente europeu, é aqui, nas montanhas do noroeste português, que se registam as mais elevadas precipitações – acima dos 3000 mm no Gerês, chovendo em todo o Norte do país sempre mais de 100 dias por ano (Medeiros, 1991:84; Brito, 1994:54; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1994:358 e 398-406).

Separando a região climática marítima (atlântica) e continental (transmontana), os maciços montanhosos do noroeste português apresentam uma forte dissimetria climática, agravando-se o clima de montanha acima dos 700 ou 800 metros. Com um Inverno longo, frio e chuvoso, e um Verão curto, seco e fresco, mas claramente marcado, a temperatura média nas montanhas altas não ultrapassa os 10°C.

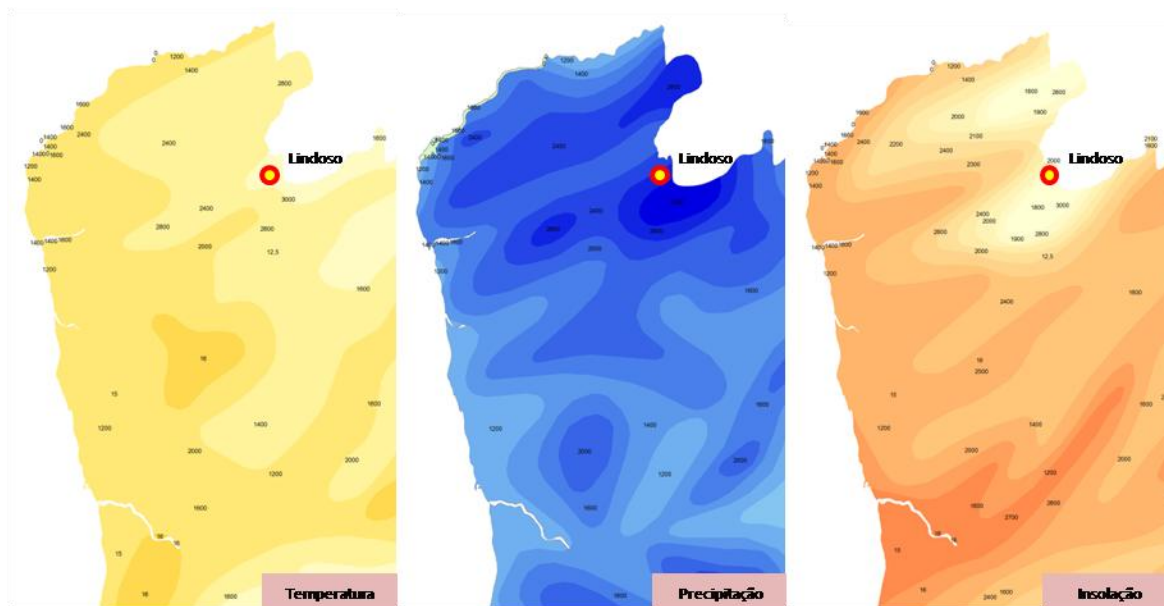


Fig.20 – Valores médios da temperatura, precipitação e insolação no noroeste de Portugal (extracto das Cartas Temp, Pret e Inso, in AAD-IP).

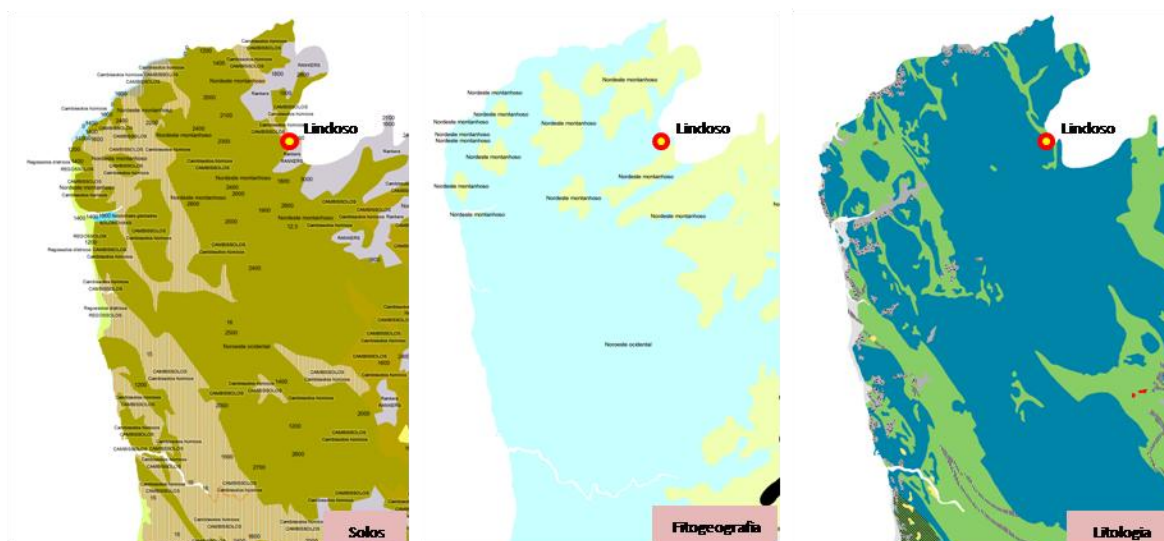


Fig.21 – Solos, zonas fitogeográficas e litologia no noroeste de Portugal (extracto das Cartas Solos, FitoGeo e Lito, in AAD-IP).

De um modo geral atribui-se a esta região do noroeste um clima temperado atlântico, húmido e tépido, mas claramente diferenciado nas montanhas, onde a temperatura e a humidade atingem extremos de maior amplitude, ocorrendo com frequência precipitações de neve nos meses de Inverno.

Da conjugação dos factores geológicos, climáticos e geomorfológicos, em que sobressaem a origem granítica dos solos, a abundância de água e a multiplicidade de declives e plataformas, com solos de qualidade razoável mas

pouco espessos, resultou uma cobertura vegetal natural em que dominam as associações vegetais atlânticas do tipo carvalho alvarinho-azevinho-teixo-urze-tojo-fetos, com penetração de espécies vegetais mediterrânicas ou de transição (como o sobreiro, o castanheiro, o medronheiro, etc.). Atribui-se à intervenção humana, tanto a introdução de outras espécies vegetais mediterrânicas ou de transição (como a oliveira), como a degradação progressiva da cobertura vegetal.

A generalidade dos autores reconhece, porém, que a paisagem minhota actual, na sua extraordinária diversidade, em que sobressai a oposição ribeira/montanha, é basicamente produto de continuada acção antrópica, verificando-se conseqüentemente uma forte diminuição da “herança biogeográfica” (Coudé-Gaussen, 1979:479).

3. GEOLOGIA

O conhecimento das características geológicas de qualquer território é fundamental no estudo da evolução das paisagens. Porque, como já referimos acima, a geologia, em conjugação com o clima e morfologia, é um dos factores determinantes da oferta diferenciada de recursos que servem a instalação das comunidades humanas: solos e vegetação, materiais para construção, recursos minerais.

São as diferentes características das unidades geológicas existentes que, no seu maior ou menor potencial de exploração, ajudam a compreender as diferentes modalidades desenvolvidas pelas populações humanas na ocupação e uso do solo e na utilização dos recursos.

Os xistos são de má qualidade e não se utilizam na construção, mas sim o granito, que oferece características adequadas ao seu talhe para alvenarias e cantarias.

Nas zonas xistentas não se formaram chãs onde pudessem desenvolver-se prados, dominando aí o pastoreio de cabras, ao contrário das chãs das zonas graníticas, que aceita o pastoreio de gado bovino.

Nas zonas de xisto os vales são escarpados, de acessibilidade difícil, potenciando o desenvolvimento de massas boscosas mais densas e

espontâneas, de grande riqueza florística e faunística, sendo reduzida a pressão humana.

Em contraponto, as zonas graníticas, mais aplanadas e acessíveis, com pastagens de altitude e chás alveolares com solos mais espessos, potenciaram o pastoreio intensivo, que impediu o desenvolvimento de floresta.

Em síntese, verifica-se que a área em estudo é predominantemente ocupada por rochas graníticas hercínicas. Na parte oriental desenvolve-se uma faixa de rochas metassedimentares de idade silúrica indiferenciada. Quanto a formações mais recentes registe-se, por um lado, a ausência de terraços fluviais e/ou aluviões modernos e, por outro, a existência de vestígios de depósitos de origem glaciária. Para além destas unidades geológicas, que incluem as diversas fácies de rochas graníticas, registam-se filões e massas eruptivas.

Na descrição que a seguir se apresenta manteve-se a terminologia constante das notícias explicativas que acompanham a cartografia geológica consultada e que aqui seguimos (Moreira e Simões, 1988; Moreira e Ribeiro, 1991), dispensando-se a repetição das respectivas referências bibliográficas.

METASSEDIMENTOS DO PALEOZÓICO

S - Silúrico

Xistos pelíticos com intercalações de quartzitos e liditos

Ao longo de toda a margem esquerda do rio Cabril, numa banda estreita que se inicia na Louriça e vai até ao rio Lima, onde atinge a largura aproximada de 1 km, localiza-se uma mancha de xistos encaixada entre os granitos do Gerês a nascente e do Lindoso a poente. Esta faixa faz parte de uma mancha maior, com cerca de 20 km de extensão e 2 km de largura máxima, que se estende da Louriça à Branda de S. Bento do Cando.

Na estrada para a Madalena e na Mata do Cabril observam-se corneanas resultantes do metamorfismo termal induzido pelo maciço granítico do Gerês. Identificam-se ainda outros minerais de metamorfismo, designadamente biotite, cordierite e feldspato potássico na foz da ribeira de Vilarinho e cordierite, biotite e andaluzite na Mata do Cabril.

De cor geral acastanhada escura, os xistos pelíticos desta mancha apresentam uma litologia variada, com xistos quartzo-feldspáticos micaxistos, quartzitos brancos, pequenas bancadas de rochas calcosilicatadas, etc., nunca se tendo identificado fósseis. São estas características litológicas, a par da ausência

de conglomerados intra-formacionais ou camadas espessas de grauvaques, que permitem atribuir estes xistos a uma sequência silúrica. A deformação hercínica aparece expressa em dobras atribuíveis à 1ª e 3ª fase. De estratificação pouco evidente, ocorrem em afloramentos de direcção geral NO - SE, inclinando a meio do vale do Cabril para SO.

Dispersos no granito das imediações ocorrem ainda pequenos retalhos de xistos, destacando-se na área em estudo as manchas a Norte da Louriça e a Este e Sul de Cidadelhe.

ROCHAS GRANÍTICAS HERCÍNICAS G - Granitos Sintectónicos e Pos-Tectónicos

Estas rochas ocupam a maior parte da área do Lindoso. Como se depreende da designação, ascenderam durante a orogenia hercínica, correspondendo as distintas fácies a diferentes idades, génese e textura e composição mineralógicas. Dos três grupos principais que se distinguem nesta região, apenas dois se manifestam na área estudada: os granitos sintectónicos e os pós-tectónicos.

Os sintectónicos, correspondentes a fácies com forte orientação dos componentes mineralógicos, denunciadora duma instalação condicionada pela 3ª fase de deformação hercínica, apresentam granularidade variável, duas micas e contêm geralmente minerais de metamorfismo. Formam maciços alongados, paralelos às estruturas regionais, apresentando-se na paisagem com disjunção em laje.

y'm - Granito de Lindoso

Mancha que aflora na bordadura oriental da serra Amarela, desenvolvendo-se a Oeste da mancha de xisto da margem esquerda do rio Cabril em banda paralela com uma largura aproximada de 1,5 km. A Nordeste da faixa de xisto, coincidindo com a foz do rio Cabril, hoje submersa, existe outra pequena mancha desta fácies granítica.

Faz parte de uma mancha mais vasta que acompanha o afloramento de xisto para Norte até à Várzea e Tibo, devendo relacionar-se com fenómenos de bordadura do maciço da serra Amarela pois não apresenta contacto nítido com a

fácies dominante (ver abaixo y'g), ligando-se estreitamente aos metassedimentos, como ilustram os encraves de xistos.

Macroscopicamente, apresentam-se com matriz de grão médio, alguns megacristais de microclina e palhetas de moscovite. Apesar de muito alterado, revela tendência leucocrática.

y'g - Granito da Serra Amarela

Ocupando praticamente toda a metade poente da área de Lindoso, estes granitos fazem parte de uma unidade geológica de grande desenvolvimento que se estende por quase toda a serra Amarela, Soajo e grande parte da serra da Peneda.

São rochas leucocráticas, de duas micas, de grão médio a grosseiro. Da matriz destacam-se por vezes megacristais de feldspato. A orientação é NO-SE, concordante com a das estruturas regionais.

Relativamente aos granitos pós-tectónicos, deve salientar-se que correspondem à mais importante das intrusões magmáticas finais correlacionáveis com a orogenia hercínica, ocorrida há aproximadamente 280 milhões de anos.

Como interrompem as xistosidades da 3ª fase de deformação hercínica, as diversas fácies deste granito são portanto posteriores àquelas movimentações, apresentando-se em maciços alongados de orientação N-S, bastante fracturados, revelando instalação condicionada por tensões tardi-hercínicas.

Desenvolvendo minerais de metamorfismo nas zonas de contacto, estes granitos são biotíticos e com megacristais de feldspato potássico, apresentando granularidade variável com dominância da grosseira. À intensa fracturação associam-se geralmente os granitos vermelhos, enrubescimento que estará relacionado com acção hidrotermal. Verifica-se ainda que muitas das fracturas foram preenchidas por filões de quartzo, pegmatito ou rochas básicas.

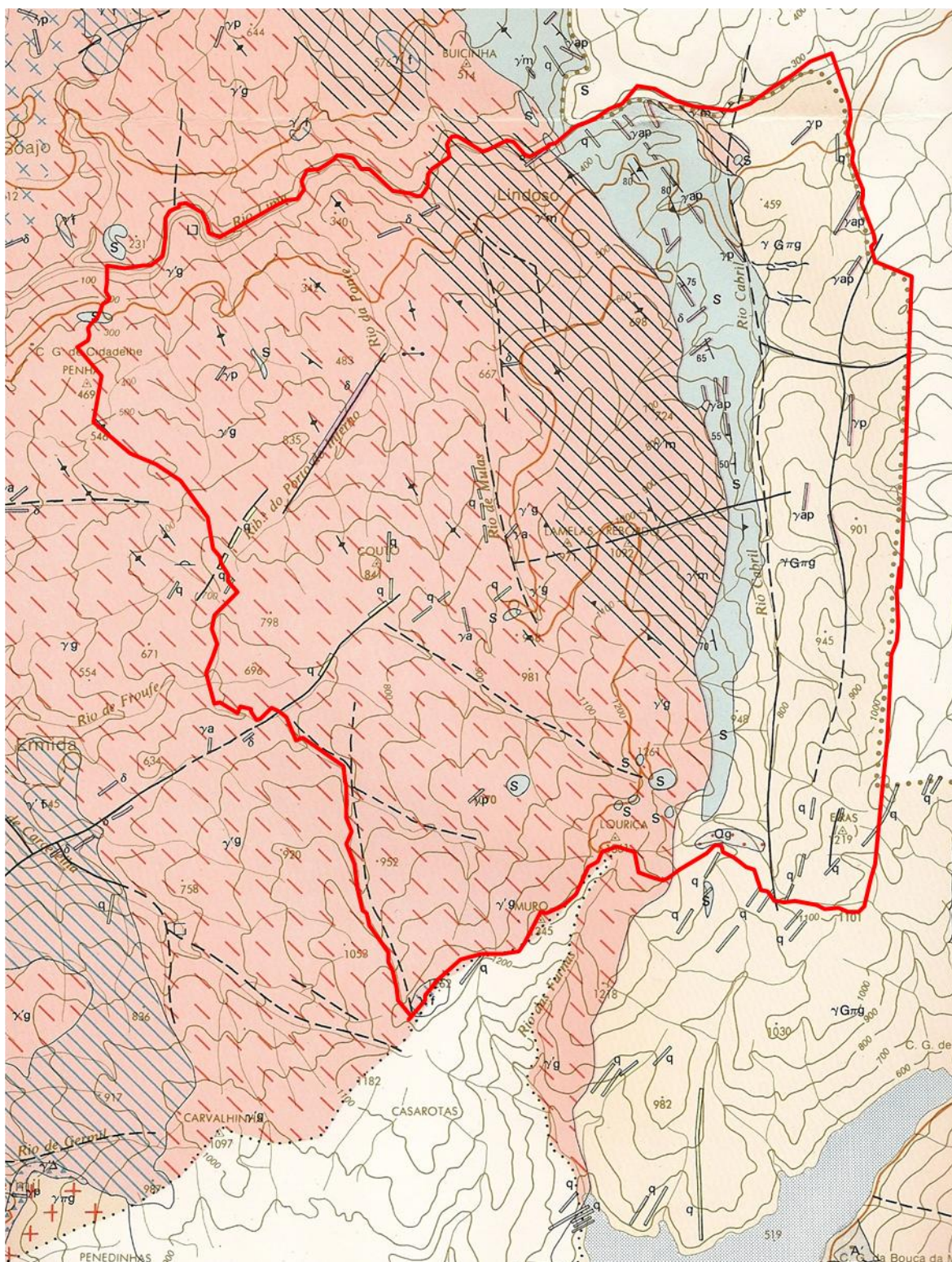


Fig.22 – Carta geológica da área do Lindoso (extracto da Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês, in Moreira e Ribeiro, 1991). Esc.1:50000.

yGpg - Granito do Gerês

Ocupa a banda oriental do termo de Lindoso, mais ou menos correspondente à margem direita do vale tectónico do rio Cabril, sendo limitada a Oeste pela mancha de xistos pelíticos já descrita anteriormente. Faz parte da mancha designada “Granito do Gerês e Monção”, fácies que constitui o maciço granítico mais extenso da área do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Apresentando-se na paisagem em relevo de grandes blocos, com disjunção paralelepipedica típica, este granito é de grão grosseiro a médio, porfiróide, biotítico. A olho nu identificam-se facilmente os seus principais constituintes: quartzo incolor, plagioclase em cristais brancos e feldspato potássico de cor róseo. São estes últimos, com frequência de grandes dimensões (atingem 4 cm), que conferem à rocha a tonalidade rosa que a torna atractiva como rocha ornamental.

FILÕES E MASSAS
d - Rochas básicas

Aparecem em filões pouco espessos que intrusam os granitos e xistos, instalando-se nas fracturas tardi-hercínicas dos maciços rochosos, distribuindo-se portanto nas mesmas direcções. Mais ou menos alterados, classificam-se petrograficamente como rochas lamprofíricas (espessartitos), apresentando uma textura porfírica com base feldspática. Destaca-se uma geração fenocristalina, máfica, dominando a hornoblenda verde associada geralmente a biotite.

Na área de Lindoso o filão mais extenso localiza-se na margem esquerda do ribeiro de Porto do Inferno ou ribeiro do Couto, estendendo-se na direcção NE-SO por cerca de 1 km até ao Outeiro da Fonte Formosa. Ainda na mancha granítica identificam-se mais três pequenos filões entre a veiga de Santo André e o muro da barragem de Alto Lindoso, alinhados numa direcção ENE-OSO, e um outro, com a mesma direcção, a poente do Cabeço de Peixerrão, junto ao sítio de Bebedouro. Na mancha xistosa está identificado apenas um pequeno filão, orientado ENE-OSO, a Norte do pontão de Vilarinho.

yp - Pegmatito

Os filões de pegmatito são relativamente numerosos e pouco espessos, distribuem-se por todos os tipos litológicos e apresentam por vezes

mineralizações de cassiterite e de volframite. Na área de Lindoso distinguem-se duas manchas de filões, todas de pequena dimensão: a mancha entre Bogalhedo e Rebordo no Feio, em que se destaca um alinhamento em arco paralelo aos xistos do vale do rio Cabril; e a mancha da metade Norte do referido vale, com os filões da mancha xistosa predominantemente orientados N-S e NO-SE e os da mancha de granito do Gerês orientados N-S e NE-SO.

q - Quartzo

Ocorre em filões em todos os tipos litológicos, apresentando-se muito fracturado e por vezes com aspecto brechóide. Implantou-se, tal como as outras ocorrências filonianas, em fracturas de origem tardi-hercínica, nas suas diversas direcções.

Para além de um pequeno filão na Madalena, orientado N-S, e outro a Norte da povoação de Lindoso, em frente à desembocadura do rio Laboreiro, orientado NO-SE, encaixados respectivamente em granito pós-tectónico do Gerês e em metassedimentos do silúrico (xisto), observam-se mais duas manchas filonianas de quartzo intruídas no granito sintectónico da serra Amarela: uma a S e SE do Couto, com orientações N-S e NE-SO, e outra que se estende pelo Ramisquedo até Eiras, com filões orientados NE-SO.

DEPÓSITOS DE COBERTURA Qg' - Moreias (depósitos glaciares)

A SE da Louriça, na zona chamada Ramisquedo, observa-se com clareza um depósito morrénico lateral, formando um talude alto e espesso que se desenvolve pela metade NO da crista interfluvial que separa as cabeceiras do rio Cabril e ribeiro de Paijoanes.

É este vestígio que, combinado com formas características do modelado glacial, nomeadamente as gargantas ravinadas da cabeceira do rio Cabril, permite incluir o cume oriental da serra Amarela na área abrangida pelas glaciações plistocénicas, datando-se do Wurm os vestígios glaciares das serras da Peneda e do Gerês (Coudé-Gaussen, 1979:412).

4. TECTÓNICA

Como se viu anteriormente, a região de Lindoso integra-se no Maciço Hespérico ou Antigo, de formação anterior ao Mesozóico e em cuja constituição dominam os xistos. Este soco antigo foi basicamente modelado pela orogenia hercínica, durante a qual se instalaram poderosas intrusões graníticas. No fim da orogenia, e já bem consolidada a cadeia, esta foi fracturada por movimentos tardi-hercínicos.

Seguidamente actuou a orogenia alpina, acentuando a fracturação e induzindo movimentações nos acidentes pré-existentes, designadamente desligamentos com direcções diversas e levantamentos/afundamentos de maior ou menor amplitude, fazendo-os assim rejogar como falhas.

Para além das grandes linhas de fractura de origem tectónica hercínica correspondentes aos vales dos rios Lima e Cabril, identifica-se aqui no termo de Lindoso a actuação das três fases de deformação hercínica dúctil característica do NO peninsular. São evidentes na mancha de xistos preservada no vale tectónico do rio Cabril, formação que apresenta dobras da 1ª e 3ª fase. A primeira fase com xistosidade penetrativa horizontal e eixos NO-SE, geralmente retransposta pela xistosidade de eixos variáveis e planos sub-horizontais da segunda fase. A terceira fase com dobras de eixos sub-horizontais de direcção NO-SE e eixo mergulhante para Norte. Estas características eram observáveis na zona do muro da antiga barragem de Lindoso, hoje submersa.

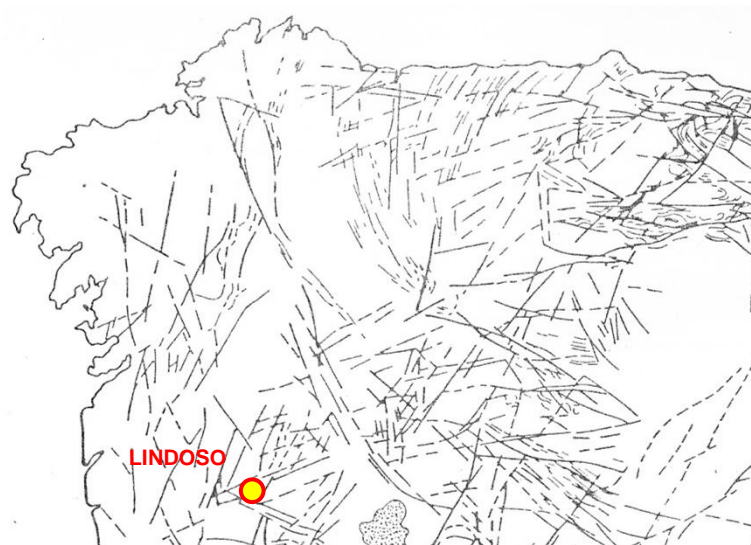


Fig.23 – Fracturação do Noroeste da Península Ibérica (in Coudé-Gausson, 1979:113).

As manchas graníticas sintectónicas (granitos da serra Amarela e do Lindoso) apresentam-se com orientação ENE-OSO, paralela às grandes linhas de estruturação regional, traduzindo-se aqui a 3ª fase de deformação hercínica pela geração de cisalhamentos conjugados de várias direcções dominando, no Lindoso, os desligamentos de direcção ENE-OSO.

Mais significativa parece ter sido a acção das tensões tardi-hercínicas, produzindo uma importante fracturação que afectou todas as unidades geológicas, repetindo-se as mesmas direcções. Exactamente nas linhas de fractura e falha viria a instalar-se a maioria das linhas de água que formam a actual rede hidrográfica, organizada já no Quaternário.

5. RELEVO E HIDROGRAFIA

Elevado pela orogenia hercínica e fracturado pelas movimentações tectónicas associadas e posteriores, o maciço da serra Amarela foi desde então modelado pela erosão, pelo encaixe dos rios e pela acção antrópica.

As vertentes descem irregularmente dos topos aplanados da crista interfluvial até aos rios Lima e Homem, através de patamares mais ou menos desenvolvidos que correspondem a cinco níveis de erosão diferenciados (Coudé-Gausson, 1979:412). Vales profundos e ravinosos, de orientação dominante NNO-SSE ou NO-SE, recortam densamente as vertentes, sendo por sua vez cruzados por outros vales de menores dimensões mas igualmente pouco abertos.

A serra Amarela aparece-nos assim como um relevo de fortes contrastes, com montes a sucederem-se em altura, rechãs abrigadas entre picos montanhosos, plataformas sobranceiras a escarpas, vertentes de pendor suave surpreendentemente cortadas por encostas abruptas, linhas de água trepidosas, enfim, uma sucessão de formas diversas que determinam jogos de luz e sombra de rara beleza paisagística.

A imagem acima descrita aplica-se igualmente ao território de Lindoso, que abarca uma fatia do extremo oriental da vertente Norte da serra Amarela. Em planimetria revela uma forma trapezoidal, sendo que o lado maior corresponde ao limite Norte, o rio Lima. Conforme se vai elevando vai estreitando, subindo mais

de 1000 metros até ao limite Sul, formado pela linha de cumeadas da serra, bem marcada pelos cabeços do Muro (1345 m), Louriça (1361 m) e Eiras (1218 m).

Estes três cabeços emergem isolados acima do aplanamento do topo da serra, correspondente ao nível de erosão mais antigo que aqui desce até cerca dos 1000 m, abrangendo Ruivas, Ramisquedo, Rebordo no Feio e Vidoeiro de Ínsua. É neste patamar superior que se conservam os vestígios de erosão glacial wurmiana, a já referida forma morrénica alongada do Ramisquedo, gerada por pequenas línguas glaciares descendentes da pirâmide da Louriça.

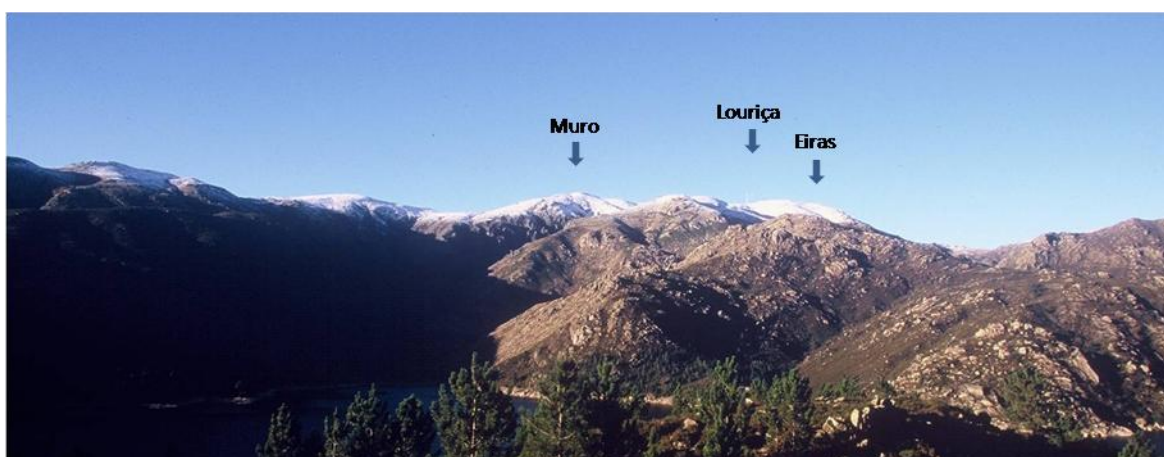


Fig.24 – Panorâmica da vertente sul da Serra Amarela.

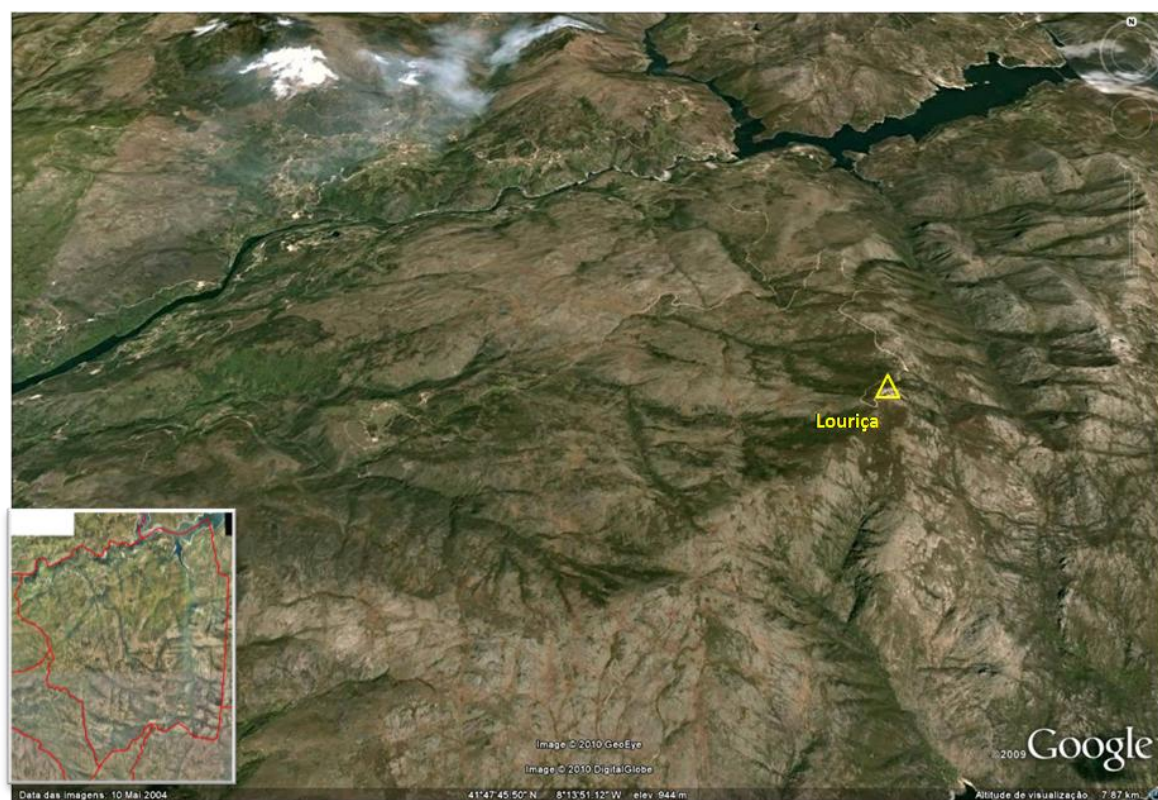


Fig.25 – Vista sub-aérea do território de Lindoso (GoogleEarth:10Maio2004).

Abaixo deste nível elevado identificam-se os restantes níveis de erosão definidos por Coudé-Gausson (1979:37-45), destacando-se pela sua maior expressão os que correspondem aos patamares dos 600-800 m (nível III) e 400-500 m (nível IV). O primeiro abarca as amplas chãs de Cerqueiras, Chã do Couto e Porto Chão, e o segundo, as plataformas de Lindoso e Parada.

Os restantes níveis são menos evidentes, merecendo apenas referência o último patamar, o dos 150-250 m (nível V), correspondente ao sopé da vertente da serra, verdadeiro terraço rochoso rasgado pela incisão quaternária do rio Lima, que aqui corre em apertada garganta.

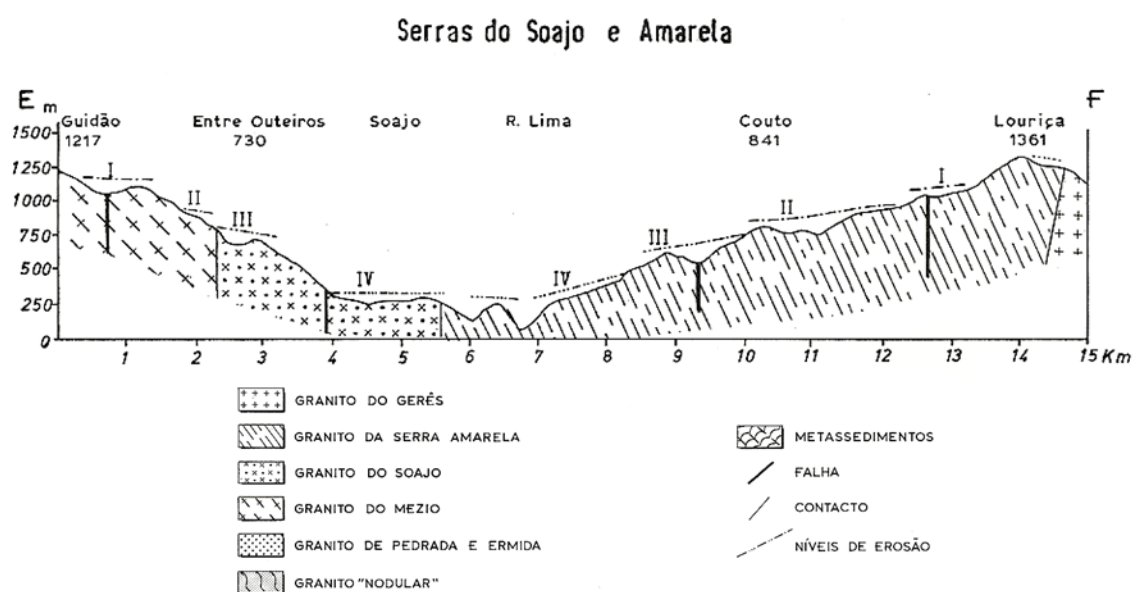


Fig.26 – Níveis de erosão (in Moreira e Ribeiro, 1991:23 [adaptado de Coudé-Gausson, 1979:35]).

Nas inúmeras falhas e linhas de fractura, que retalham ortogonalmente a vertente com maior ou menor amplitude, instalaram-se os rios e ribeiros drenando a água para o rio Lima, que nos 8 km com que margina o termo de Lindoso vence um desnível de 205 m, entre a linha fronteira luso-espanhola na Madalena (255 m) e a divisória de freguesias a NO de Cidadelhe (50 m).

Caudais abundantes, traçados rectilíneos e declivosos e cursos curtos conduziram ao escavamento profundo dos leitos, acentuando as linhas de fractura e conferindo um inconfundível aspecto ravinoso aos vales. Estas características são bem evidentes nos perfis dos rios Cabril e Feicha ou Mulas, ambos com curso completo no termo de Lindoso: o primeiro nasce em Sone/Ruivas (1100 m) e desagua no Lima (200 m) junto à Quinta dos Coriscos (hoje submersa), vencendo

um desnível de 840 metros ao longo dos 7,5 km do seu curso, de traçado rectilíneo e direcção S-N; o segundo tem início no Eirinho das Antas (1150 m) e vai desaguar no Lima a NO da aldeia de Parada, no lugar de Diabretes (125 m), vencendo um desnível de 1025 metros em apenas 5,5 km de curso, com traçado irregular de direcção SE-NO.

No conjunto da malha hidrográfica dominam as linhas de água de média dimensão, algumas tributárias dos dois ribeiros acima descritos e outros desaguando directamente no rio Lima - ribeiros da Escada, da Sardeira, do Gavião, do Porto do Inferno, da Pena, da Porta ou Perdiz e de Cidadelhe. Com um comprimento médio de 2,5 km, iniciam-se todos no patamar dos 600-800 m (nível III), correndo em vales fundos, apertados e declive acentuado.

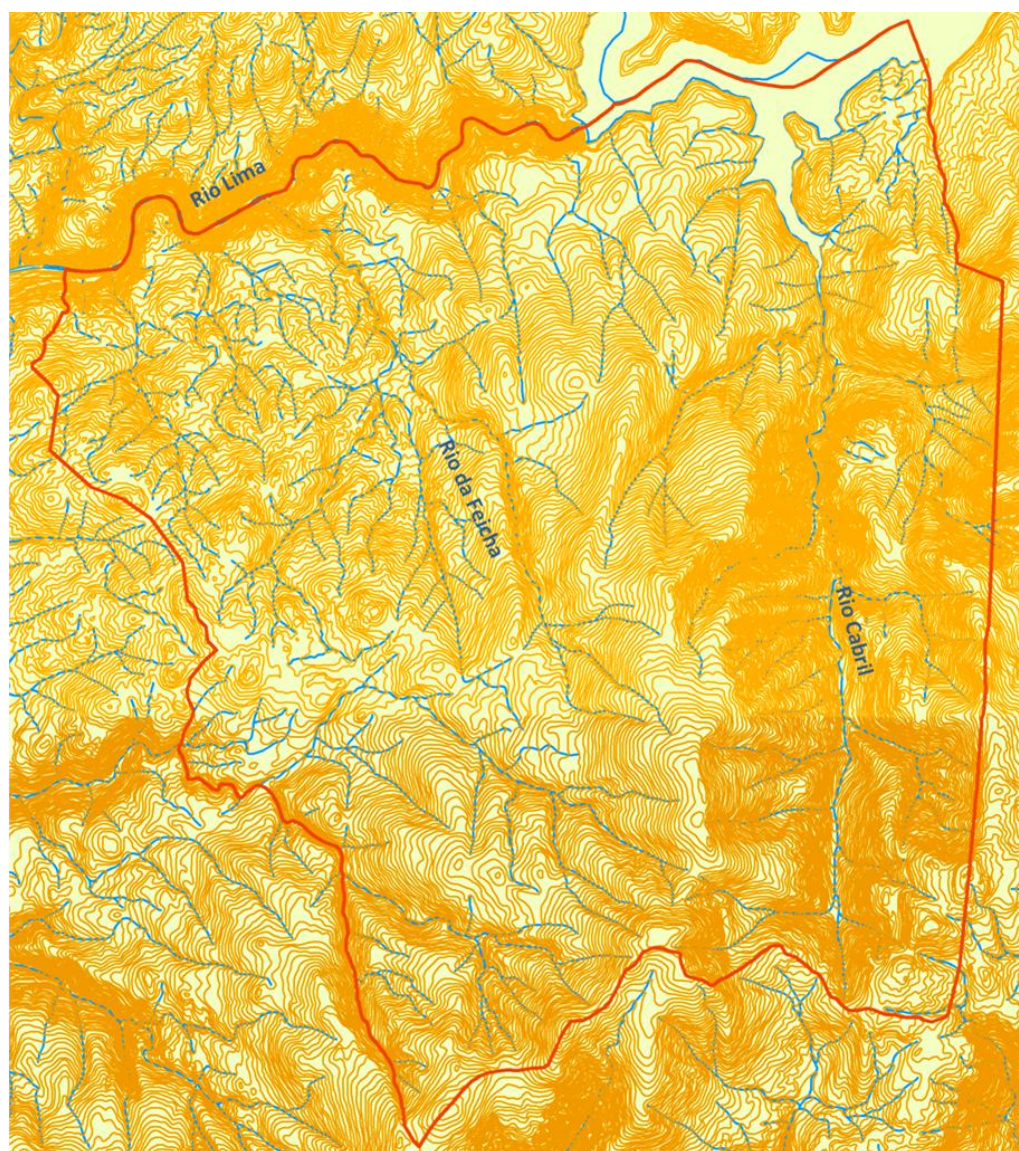


Fig.27 – Rede hidrográfica do Lindoso (SIG-PNPG).

Em síntese, o território de Lindoso apresenta-se como um relevo de vertente montanhosa bem irrigado, com o vale do rio Cabril a separá-lo em dois blocos distintos, o mais pequeno para Este e o maior para Oeste. Em altitude percebe-se um pendor mais suave na parte inferior da vertente, uma banda intermédia pontuada por penhas, fragas e cumes em crista, elevando-se depois a vertente até ao topo em declive mais acentuado.

6. CLIMA, SOLOS E VEGETAÇÃO

As características básicas do clima na Península Ibérica são determinadas pela sua posição geográfica, pelas condições atmosféricas e pela disposição das massas de relevo.

No quadro da heterogeneidade de tipos climáticos que a diversa articulação destes três principais factores origina na Península Ibérica, o noroeste português é geralmente incluído no domínio da influência atlântica, fazendo-se corresponder às suas montanhas um clima diferenciado - na separação entre os grandes tipos climáticos Marítimo e Continental, os maciços montanhosos são “marcados por forte dissimetria climática” (Ribeiro *et al.* 1994:458-459), registando-se cambiantes nos cumes aplanados, nos vales profundos, nas vertentes e nos sopés.



Fig.28 – Panorâmica da cumeada da Serra Amarela, vista de Oeste.

Recorrendo aos valores dos três elementos climáticos principais - temperatura, precipitação e insolação - confirmam-se para o território de Lindoso as características de clima diferenciado de montanha, dominando o tempo chuvoso e instável, frio acentuado no Inverno, com nevões e mais de 20 dias de geada por ano, e Verão ameno.

A amplitude térmica é grande, tanto nas temperaturas médias mínimas (0° C em Janeiro e $10-15^{\circ}$ C em Julho), como nas temperaturas médias máximas ($5-10^{\circ}$ C em Janeiro e $20-25^{\circ}$ C em Julho). Com mais de 150 dias de chuva por ano e chovendo todos os meses, a precipitação, com uma média anual superior aos 2500 mm, atinge aqui dos valores mais elevados da Europa ocidental, ultrapassando com frequência os 3000 mm. Inversamente, a insolação apresenta valores baixos, não ultrapassando em média as 2000 horas de sol descoberto por ano.

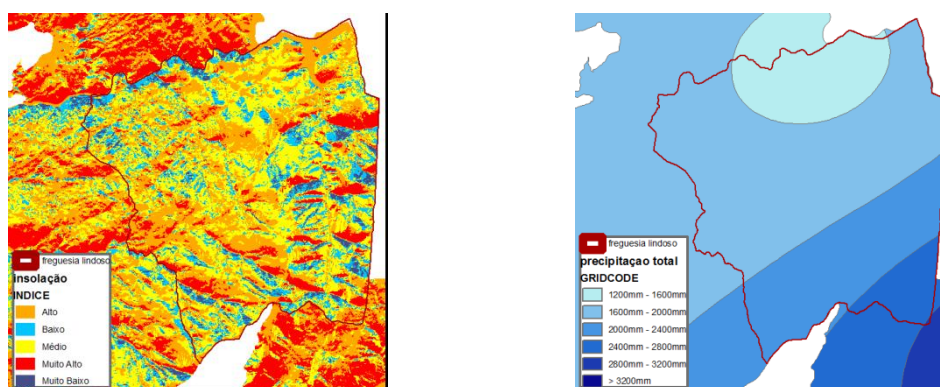


Fig.29 – Insolação e precipitação no território de Lindoso (SIG PNPG/ICNB – Esc. 1:200000).

Para além destes valores médios que caracterizam globalmente o território de Lindoso, importa registar a existência de diferenças mais ou menos acentuadas entre as zonas mais baixas e abrigadas junto ao rio Lima e os cumes da serra Amarela, diferenças que expressam bem a variabilidade climática local.

Assim, e no que respeita à temperatura, verifica-se que os valores médios anuais vão diminuindo com a altitude, passando dos $12,5^{\circ}$ C na linha dos núcleos populacionais para os 10° C na linha de cume da serra. A precipitação conhece uma variação de sentido inverso, aumentando dos 2.000 mm até aos 2.800 mm. A insolação acompanha a variação da temperatura, diminuindo das 2.000

horas/ano ao nível de Lindoso/Parada para menos de 1.800 horas/ano acima de Rebordo no Feio³².

De referir finalmente que as características geomorfológicas do território, nomeadamente a disposição do relevo, determinam a existência de microclimas, identificáveis fundamentalmente pela variedade de comunidades vegetais presentes no território, como adiante se descreverá.

Dominam os solos de origem granítica, como já se referiu. A topografia de múltiplos declives facilita a erosão das vertentes reduzindo aí a espessura dos solos. Os materiais vão acumular-se fundamentalmente nas chãs aplanadas ou no fundo dos vales, originando solos pouco evoluídos, de profundidade variável mas escassa diferenciação morfológica (Martínez Cortizas *et al.*, 1993:110). Os de fundo de vale são frequentemente arrastados pelos caudais torrenciais dos rios.

De textura ligeira e permeável, com horizonte superficial alterado, os solos apresentam baixos teores de pH, pobreza de bases e elevados teores de matéria orgânica. Esta última resulta fundamentalmente de incorporações maciças de adubo orgânico (estrume) que, em conjugação com as elevadas precipitações e as baixas temperaturas Outono/Inverno, dão origem a alterações de pH e lexiviação de bases.

Os processos erosivos associados às precipitações elevadas e aos declives acentuados têm alguma influência na constituição dos solos antrópicos, pois justificaram a retenção dos materiais nos socalcos com que os agricultores estruturaram os terrenos, desde há séculos e numa tarefa verdadeiramente ciclópica, criando aí solos artificiais aptos para a agricultura.

De acordo com a classificação da FAO, seguida no Atlas do Ambiente de Portugal, o território de Lindoso insere-se na grande mancha de Solos Litólicos Húmicos de Climas Montanos (Bh2 nas rochas eruptivas e Bh4 nos xistos), sendo que, como território de montanha, apresenta dominância de Solos Litólicos Húmicos dos Climas Montanos Para-Litossolos (ou Rankers - U1).

³² Os valores referidos nos três parágrafos anteriores foram recolhidos nas obras *Geografia de Portugal* (Ribeiro *et al.*, 1994:399-414) e no *Atlas Climatológico de Portugal Continental* (SMN, 1974:2-61).

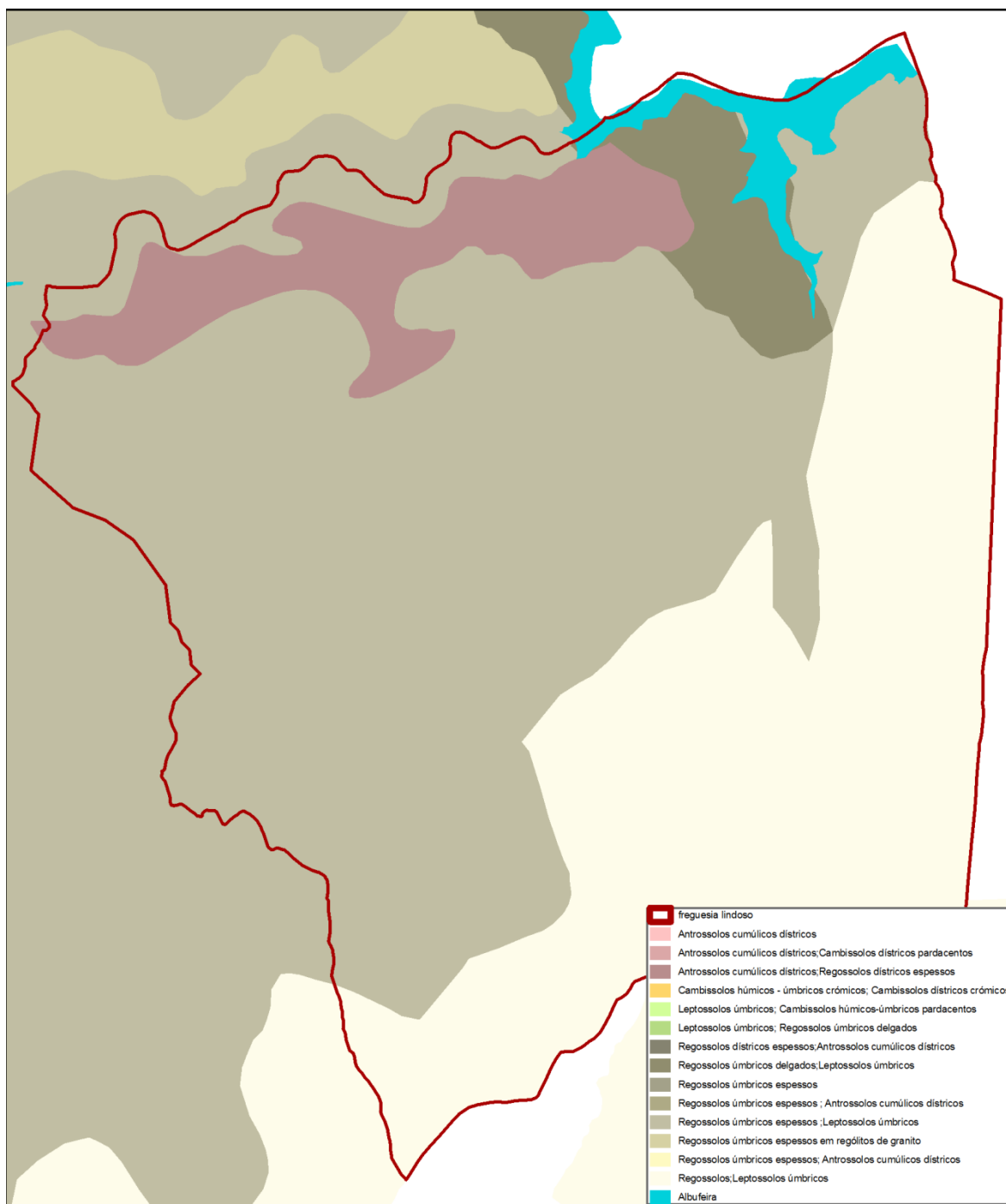


Fig.30 – Tipo de solos no território de Lindoso (SIG PNP/ICNB – Esc. 1:50000).

À região em que o Lindoso se integra faz-se corresponder uma zona de fronteira fitogeográfica entre as Região Euro Siberiana e Região Mediterrânica, circunstância que lhe confere grande importância florística. Aqui se misturam espécies características da Europa ocidental, muito exigentes quanto às

condições atlânticas, como o carvalho alvarinho e o tojo, e espécies do domínio mediterrânico, como o sobreiro, o medronheiro e as urzes. De acordo com a classificação de J. do Amaral Franco, o Lindoso integra-se na Zona Fitogeográfica do “Noroeste Montanhoso”, acima dos 700 m, podendo a parte abaixo dos 700 m ser integrável na Zona Fitogeográfica do “Noroeste Ocidental” (Franco, 1974).

Contudo, grande parte, senão a quase totalidade do coberto vegetal do território de Lindoso é resultante da permanente e actual intervenção humana, conservando-se apenas pequenas manchas onde a sua acção parece não se fazer sentir, há já longo tempo, como é o caso dos fundos dos vales mais inacessíveis e da mancha maior na margem esquerda do rio Cabril – esta classificada como Área de Ambiente Natural/Zona de Protecção Total (RPO-PNPG 2011). Aí se conserva o que se considera ser a cobertura vegetal espontânea, natural, determinada fundamentalmente pelas condicionantes climáticas e geomorfológicas.



Fig.31 – Vegetação climática (azevinhos: *Ilex aquifolium* L.).

Com grande afinidade florística com as associações *Myrtilleto-Quercetum broteroanae* (agrupamento que caracteriza a vegetação climática da serra do Gerês) e com a associação *Myrtilleto-Quercetum Roboris* (carvalhal climático de

zonas intermédias), a mata do Cabril é um carvalhal dominado pelo carvalho-alvarinho (*Quercus robur* L.), estando razoavelmente representadas muitas das espécies que caracterizam as associações referidas, como o arando ou uva-do-monte (*Vaccinium myrtillus* L.), o medronheiro (*Arbutus unedo* L.), o azevinho (*Ilex aquifolium* L.) e a *Eryngium duriaei* Gay ex Bss, esta última um endemismo ibérico em vias de extinção.

A associação *Rusceto-Quercetum roboris*, característica de altitudes mais baixas e de vertentes de maior insolação está também presente, com representações de sobreiro (*Quercus suber* L.) e gilbardeira (*Ruscus aculeatus* L.). Mais raros referem-se ainda o padreiro (*Acer pseudoplatanus* L.), o videeiro (*Betula pubescens*), a aveleira (*Corylus avellana* L.), o castanheiro (*Castanea sativa*) e o azereiro ou loureiro português (*Prunus lusitanica* L. ssp. *lusitanica*), este último uma relíquia do terciário. Nas zonas de altitude, com afloramentos rochosos mais extensos e mais expostos a ventos, dominam os matos secos, nomeadamente a carqueja (*Chamaespartium tridentatum* L.) e a giesteira-das-vassouras (*Cytisus scoparius* L.). Aí ocorre ainda a erva-divina (*Armeria humilis* L. ssp. *humilis*), endemismo peninsular raro (PO-PNPG, 1995:22 e 44).

Mas como acima se disse, grande parte do actual coberto vegetal do território de Lindoso resulta da acção antrópica, orientada para três formas elementares de exploração: silvicultura, pastoreio e agricultura.

Da primeira, resultam pequenas manchas dispersas de pinheiros, videiros e eucaliptos, a par de raras touças de carvalhos, exploradas para madeira. Para lenha (combustível) exploram-se as pequenas manchas arbóreas de carvalho e sobreiro próximas dos núcleos habitacionais, ou os mais extensos urzais e giestais que têm vindo progressivamente a ocupar leiras agrícolas abandonadas, lameiros e zonas de pastagens de montanha.

Da segunda, resulta a cobertura vegetal dominante no território, caracterizada por amplas zonas de pasto com ervas e matos rasteiros em constante regeneração por acção de queimadas periódicas. Estes amplos espaços desarborizados, que se estendem por chãs, lombas e encostas até aos cumes aplanados, constituem aqui no Lindoso, como em toda a serra Amarela, a principal expressão paisagística, que geralmente se designa por "lande" (neste caso antrópica ou cultural).

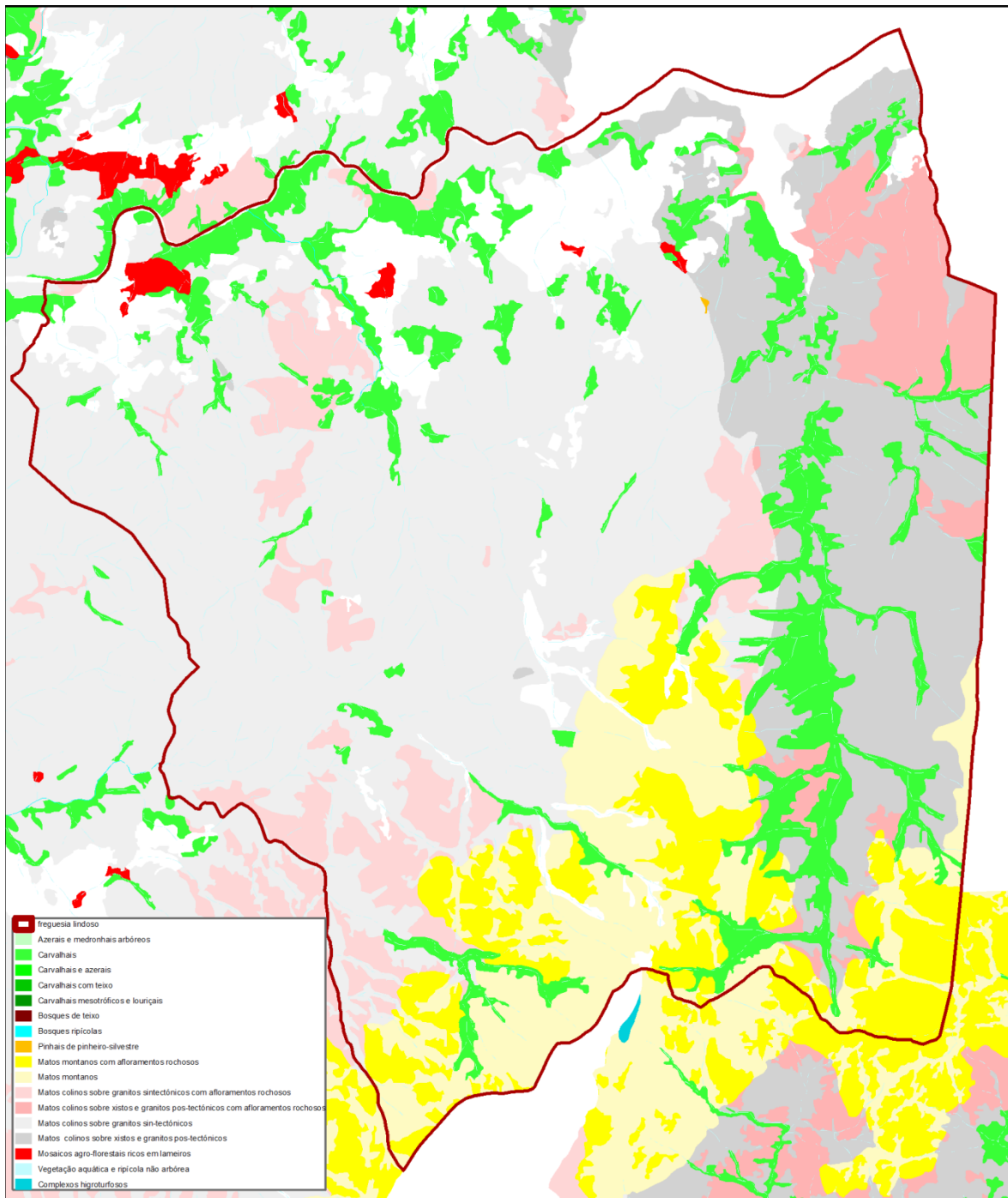


Fig.32 – Vegetação natural no território de Lindoso (SIG PNPG/ICNB – Esc. 1:50000).

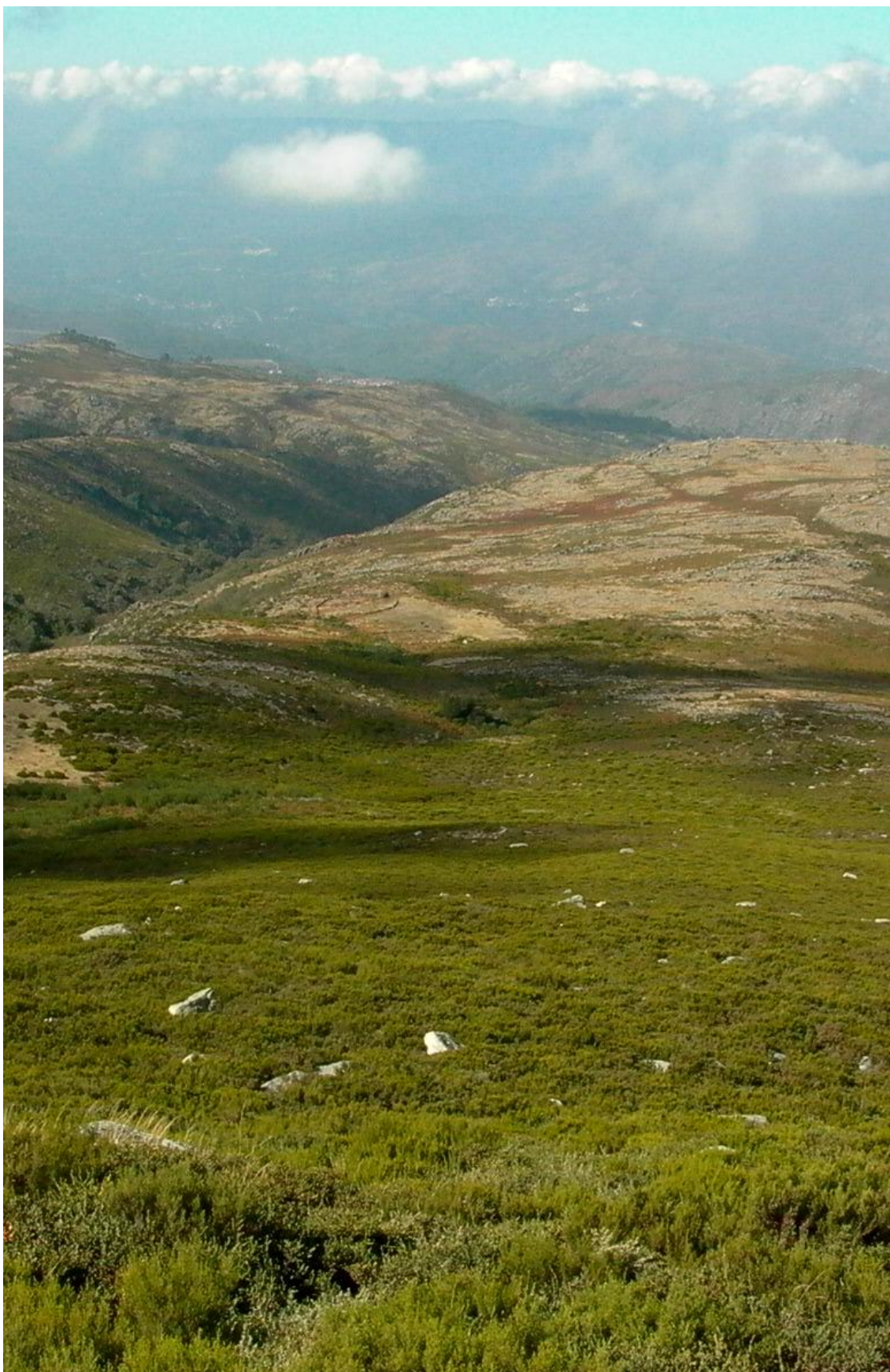


Fig.33 – Prados de Verão na Lomba do Braçal da Ribeira.

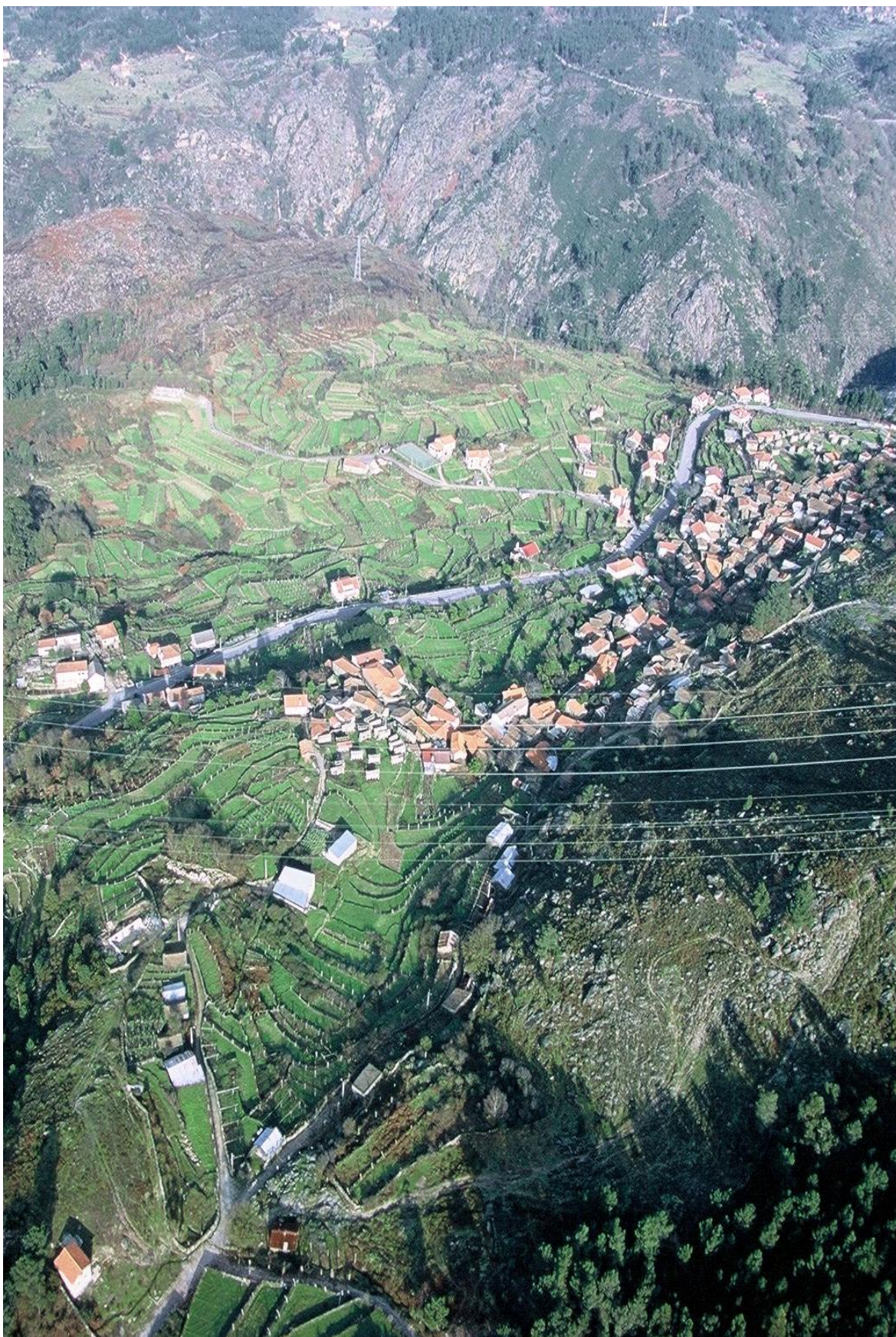


Fig.34 - Veiga agricultada de Parada. Perspectiva aérea, vista de Sul.

A terceira, a exploração agrícola, faz-se nos terrenos envolventes dos núcleos habitacionais, ocupando pequenas chãs e as encostas ao longo das linhas de água, armando-se o terreno em socalcos que acompanham as curvas de nível. Domina o sistema de rotação milho-forragens de Outono/Inverno, sendo o milho (*Zea mays* L.) para grão a espécie mais cultivada, que aqui ainda se faz em consociação com o feijão e a abóbora. Nas leiras mais altas e de maior declive prefere-se o aproveitamento como lameiro (prados temporários multianuais), com grande riqueza de espécies vegetais.

Dispersas pelas margens dos campos e nos quintais e hortas junto às povoações encontram-se espécies arbóreas de interesse agrícola, dominando os castanheiros e as oliveiras e menos as pereiras, macieiras, nogueiras e pessegueiros. Sobre os caminhos, desde as aldeias até junto dos campos agricultados, por vezes em extensões consideráveis, armaram-se latadas de vinha, cuja produção chegou a revestir alguma importância alimentar.

Ainda relativamente ao coberto vegetal importa referir mais dois aspectos: o ritmo da variabilidade da paisagem vegetal ao longo do ano e a fauna associada à conservação das manchas de vegetação climática.

Quanto ao primeiro aspecto regista-se a dominância das formações vegetais sempre verdes, correspondentes às amplas extensões de lande dominadas pelas urzes, carquejas e giestas, geralmente floridas na Primavera e Verão, com variáveis cromáticas de grande beleza em que predominam os tons amarelos vivos. Os pinheiros, sobreiros, oliveiras e medronheiros conservam folhagem verde durante todo o ano, sendo a sua estabilidade fisionómica reforçada por espécies sempre verdes do sub-bosque, como a hera, que se enrola igualmente nas espécies despidas no Inverno.

Seguem-se em ordem de importância as formações com descanso invernal, em que se incluem as árvores de folha caduca e os cereais de verão: nas primeiras destacam-se o carvalho e o castanheiro, que participam no ritmo anual da paisagem através das suas folhas – aparecem em Abril, mês em que ficam verdes, começando a amarelecer e a cair em Outubro/Novembro; nos segundos sobressai o milho – semeado em Maio, cobre os campos com um espesso e fresco manto verde ondulante durante os meses de Verão e amarelece em Outubro, mês em que é colhido. A este ciclo juntam-se ainda os pastos verdes de Verão na alta montanha.

Os fetos ocupam uma posição intermédia, fazendo uma espécie de transição – luminosamente verdes no Verão, as suas folhas vão amarelecendo lentamente, persistem todo o Inverno e só caiem, acastanhadas, na Primavera.

O Inverno, sombrio e húmido, é colorido pelo verde luminoso das ervas e do trevo, e mais raramente do centeio, cereal de Inverno cujo cultivo tem vindo progressivamente a desaparecer.



Fig.35 – Ramada de vinha.



Fig.36 – Castanheiro (*Castanea sativa*).



Fig.37 – Medas de palha de milho (*zea mayz L.*).



Fig.38 – Matos.

Relativamente à fauna deve registar-se a presença de espécies de grande importância numa perspectiva de conservação da natureza, intimamente associada à manutenção do nicho ecológico do vale do rio Cabril. Agrupadas em ambientes com afinidades faunísticas destacam-se as seguintes espécies (PO-PNPG, 1995:44-46):

Principais linhas de água: lontra (*Lutra lutra*); toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*); tritão-de-ventre-laranja (*Triturus vosca*); salamandra lusitânica (*Chioglossa lusitanica*).

Escarpas: águia-real (*Aquila chrysaetus*); falcão peneireiro (*Falco tinunculus*); andorinha-das-rochas (*Ptynoprognis rupestris*); trepadeira-vermelha (*Tichodroma muraria*); corvo (*Corvus corax*).

Matas: lobo (*Canis lupus*); Toirão (*Mustela putorius*); corço (*Capreolus capreolus*); javali (*Sus scrofa*); gavião-da-Europa (*Accipiter nisus*); falcão abelheiro (*Pernis apivorus*); coruja-do-mato (*Strix aluco*); tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*); felosa-dos-matos (*Sylvia undata*); sardão (*Lacerta lepida*); cobra-lisa-austriaca (*Coronella austriaca*); Víbora-de-seoane (*Vipera seonae*). Como novidade identifica-se, após quatro séculos de ausência, a presença do esquilo (*Sciurus vulgaris*).

Nos sistemas aquáticos cabe um papel importante, pela qualidade do ambiente e pela disponibilidade alimentar que encerram, a comunidade de macro invertebrados bentónicos (sobretudo efemerópteros e coleópteros).

No que respeita à fauna doméstica merece apenas referência, pelo impacto que a sua criação provoca no coberto vegetal, o gado bovino (raça Barrosã) e caprino (cruzamentos genéticos vários, com predominância das raças portuguesas “charnequeira” e “serrana”) (PO-PNPG, 1995:66).

7. RECURSOS

No território de Lindoso não se assinalam quaisquer recursos minerais metálicos, apesar de se registarem algumas explorações aureo-argentíferas alguns quilómetros para Oeste, na zona de S. Miguel de Entre-Ambos-os-Rios e de Vila Nova de Muía (Medeiros, Teixeira e Lopes, 1975:52).

Identificam-se alguns filões e massas pegmatíticas ou quartzosas, registando-se apenas uma tentativa de exploração nos filões quartzosos do Videiro/Braçal da Ribeira (muito limitada e rapidamente abandonada, foi aberta no período da última grande guerra, talvez na expectativa de explorar volfrâmio).

Embora abundante, o granito não é explorado industrialmente. Porém, constitui o principal material de construção, sendo extraído pela população de acordo com as necessidades, para construir habitações, espigueiros, esteios de ramadas de vinha, pavimentação de caminhos, muros divisórios. O xisto é usado nos muros de divisão de propriedade e nos caminhos, apenas nas áreas em que aflora.



Fig.39 – Castelo e espigueiros de Lindoso, construídos com granito local.

Como já referimos na caracterização dos solos, os recursos edáficos são escassos e pobres. A maior parte dos solos naturais conservam-se nas pequenas chãs, sendo explorados sobretudo para pastos de Verão. Os solos de exploração agrícola são conservados artificialmente pela armação do terreno em socalcos, sustentados por sólidos muros de alvenaria insossa que acompanham as curvas de nível.

A arena granítica ou de xisto é regularmente utilizada como argamassa de união das alvenarias ou como lastro das pavimentações. Algumas manchas alteradas aproximam-se quimicamente das argilas, sendo susceptíveis de aproveitamento para fabrico de cerâmica, como parece ter acontecido nos “barreiros”, assim localmente designados, de Lindoso e de Parada, os primeiros na mancha de xisto e os segundos em zona de arena granítica.

Recurso abundante é a água, com inúmeras nascentes e cursos de água permanentes, mesmo nas partes mais altas da serra. Captada através de minas, desviada por açudes e conduzida por “levadas”, retida em “poças” e tanques, a água é utilizada para consumo da população, na irrigação dos campos e como força energética na movimentação dos moinhos de cereais. A sua abundância e as características topográficas do território justificaram exactamente os empreendimentos hidroeléctricos do Alto Lindoso, em 1908 com a Electra del Lima e em 1992 com a EDP (EDP, 1993).



Fig.40 – Panorâmica sobre a albufeira do Alto Lindoso.

A floresta (madeira para construção e para combustível) e a caça (alimentação) terão constituído igualmente significativos recursos para a população de Lindoso, como se depreende da documentação medieval e moderna. Devido a sobrepastoreio, queimadas e exploração excessiva, estes recursos praticamente desapareceram. No vale do rio Cabril, existe uma relativa renovação destes recursos, fazendo-se a sua gestão/exploração no quadro da política de conservação da natureza que é atribuição do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

8. APROXIMAÇÃO PALEOAMBIENTAL

Numa abordagem de longa diacronia como a que se pretende fazer para a área de Lindoso, interessa conhecer o quadro físico e ambiental actual mas também o que terá acompanhado as comunidades humanas que desde a Pré-História povoam o território.

Porém, e como já se referiu no início do capítulo, o presente trabalho não contemplou a recolha directa de dados sobre esta matéria. Assim, e apesar das limitações decorrentes de se tratar de informação secundária referente a outros espaços, entendeu-se como mais adequado apresentar uma aproximação generalista, com base nos estudos realizados em áreas próximas e que proporcionaram já algumas sínteses sobre a questão (Ramil Rêgo, 1993, Ramil Rêgo *et al.*, 1996, Carrión Marco, 2005).

Os escassos dados disponíveis permitem recuar até ao Quaternário recente, período compreendido entre 25000-15000 BP (Pleniglaciário - Wurm III), correspondente à fase de maior expansão da frente polar. O Cantábrico encontrar-se-ia gelado, influenciando directamente toda a orla atlântica da Península Ibérica, incluindo as montanhas do Noroeste. Por volta de 18000 BP ter-se-á atingido o máximo de gelo no oceano (frente polar na zona do Cabo Carvoeiro/Peniche), aceitando-se um notável incremento de frio sobre o continente (Ramil Rêgo, 1993:42, Carrión Marco, 2005:191-192).

O limite das neves perpétuas deverá ter descido até cerca dos 800-1000 m e ocasionalmente as línguas glaciares terão descido até aos 600 m. É a este momento que Geneviève Coudé-Gaussen atribui a origem do cordão morrénico lateral do Ramisquedo (1100 m) e a garganta inicial do rio Cabril, modelada por um “organismo” glaciário até aos 750 m (Coudé-Gaussen, 1979:412-418). Por esta altura as cumeadas das Eiras, Corisco, Louriça e Muro estariam permanentemente cobertos de neve, sem qualquer vegetação. Abaixo das neves perpétuas o território estaria submetido a períodos prolongados de nevões.

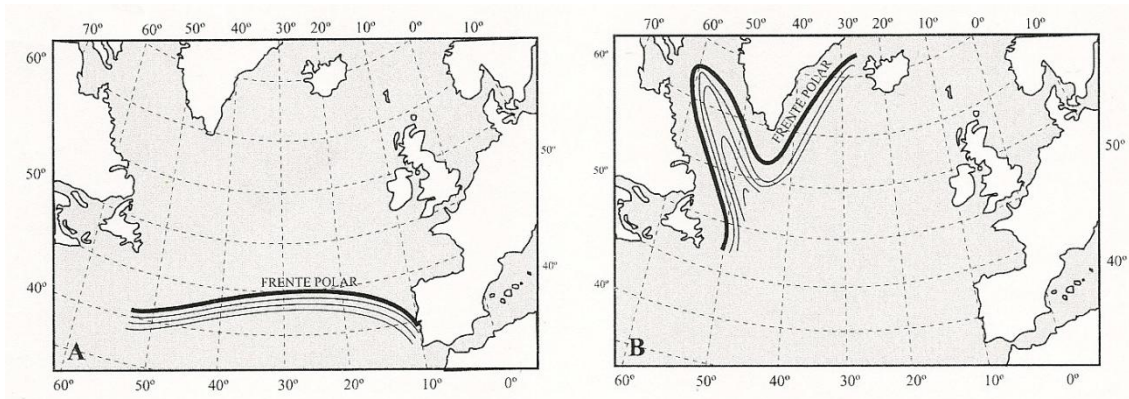


Fig. 8.3. Situación del Frente Polar en el Atlántico. A: entre el 20000-16000 BP; B: entre el 9000-6000 BP, a partir de Ruddiman y McIntyre (1981).

Fig.41 – Evolução da frente polar no Atlântico, entre 20.000/6.000 BP (in Carrión Marco, 2005:192).

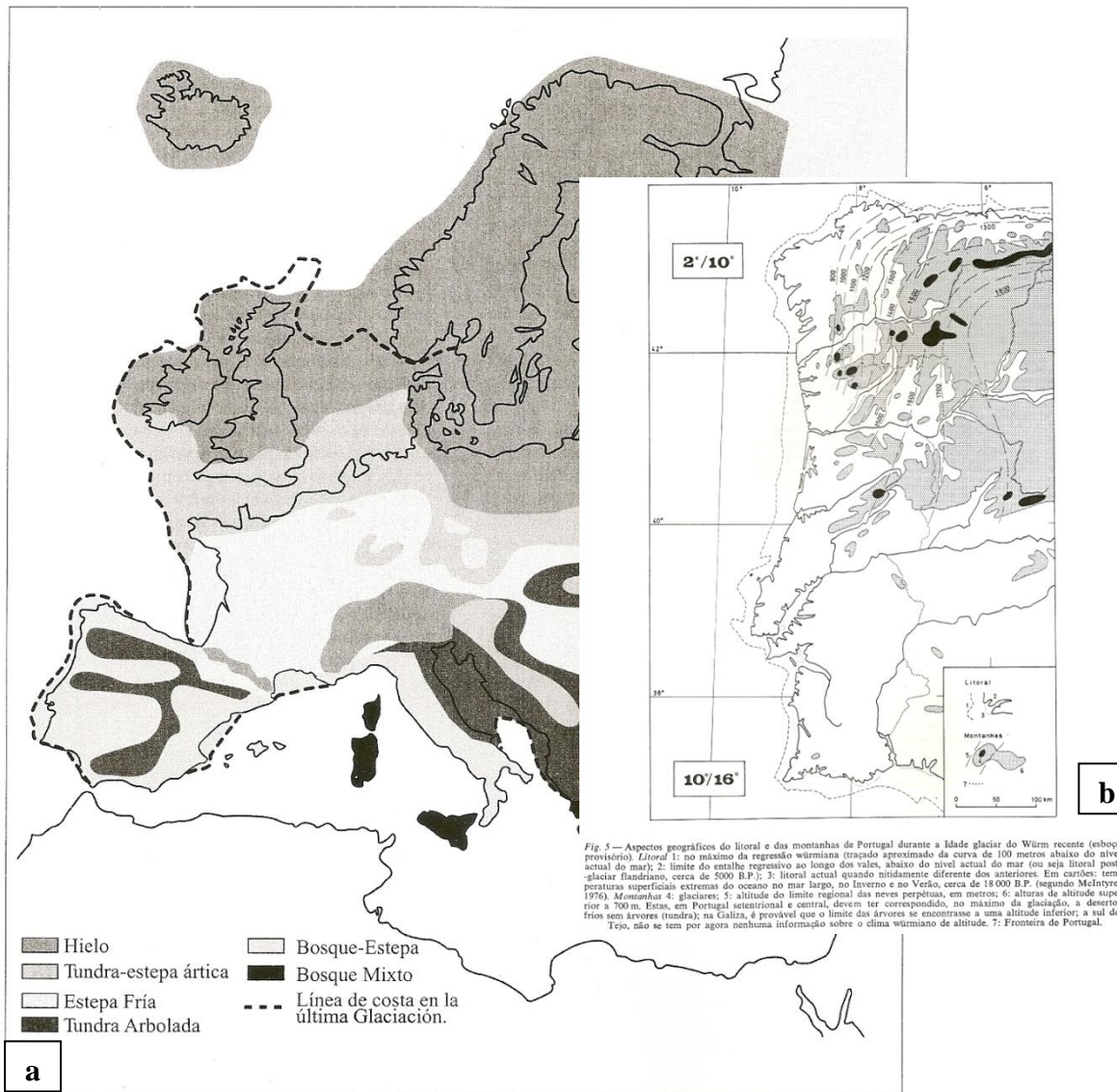


Fig. 8.4. Mapa de Europa durante el Pleniglacial, a partir de Zawing (1992).

Fig.42 – a) A Europa durante o Pleniglacial (in Carrión Marco, 2005:193); b) A região de Portugal durante o Pleniglacial (in Daveau, 1980:24).

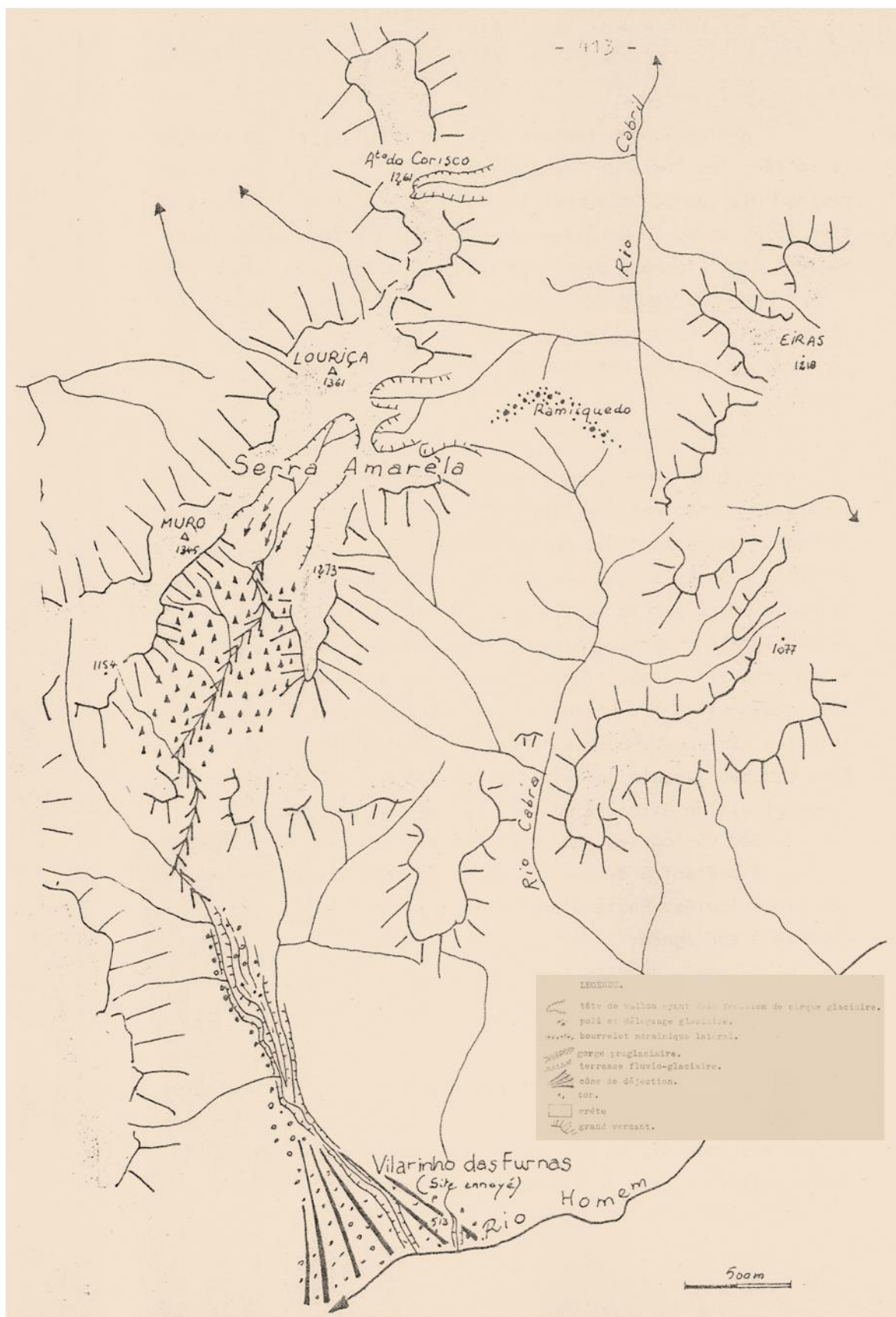


Fig.43 – Morfologia glaciár na cumeada da Louriça (in Coudé-Gausson, 1979:413).

Devido às limitações de temperatura ambiental e edáfica, bem como a exposição a ventos fortes, os períodos de degelo não permitiam um grande crescimento vegetal. Predominariam comunidades de musgos e líquenes, podendo em lugares mais abrigados desenvolver-se formações ártico-alpinas com predominância de herbáceas e arbustos. Não existiriam condições para o desenvolvimento de bosques, persistindo apenas indivíduos isolados ou formações de muito pequena dimensão em áreas fisiograficamente mais protegidas (mais elementos arbóreos de carácter boreal - *Pinus*, *Betula*, etc., - e menos de carácter boreal-atlântico e atlântico - *Quercus*, *Alnus*, *Ulmus*, etc.) (Ramil Rêgo, 1993:43, Carrión Marco, 2005:192).

Entre 16000-10000 BP, período convencionalmente designado por Tardiglacial, alteraram-se substancialmente as condições climáticas, sobretudo devido às oscilações latitudinais da frente polar. Numa primeira fase (Dryas Antigo), compreendida entre 16000-13000 BP, a frente polar terá progredido até cerca dos 42° N (foz do rio Minho), iniciando-se a fusão dos gelos continentais. As alterações na circulação atmosférica não são, contudo, suficientes para induzir um maior fluxo de humidade, mantendo-se por isso o frio intenso. Permanecendo embora as neves perpétuas, as áreas abrangidas por precipitações de neve retraem-se (Ramil Rêgo, 1993:43).

Do ponto de vista vegetacional, a esta variação corresponde uma expansão dos taxa herbáceos, colonizando-se os espaços agora descobertos por formações estépicas ártico-alpinas. As limitações ambientais continuam a impedir a expansão das formações arbóreas boreais.

Nos 2000 anos seguintes, aproximadamente até 11000 BP (Interestádio Tardiglacial), regista-se a progressão da frente polar até ao largo das costas do Labrador e Gronelândia. Consequentemente, na orla atlântica da Península Ibérica verificou-se um aumento progressivo da temperatura da superfície do oceano, aumentando igualmente a evaporação e o fluxo de humidade sobre o continente, embora a níveis inferiores aos actuais (Ramil Rêgo, 1993:43, Carrión Marco, 2005:192-193).

Estas novas condições climáticas favoreceram as condições de biostasia, ao contrário das anteriores que potenciavam a resistasia, possibilitando inclusivamente o desenvolvimento de processos edafogénicos e sedimentares, como testemunham os depósitos turfeiros de montanha (p.ex. Lagoa do Marinho,

Serra do Gerês – 1100 m). De acordo com os diagramas polínicos, as formações arbóreas expandiram-se constituindo-se bosques de carácter e formações diversas (*Pinus*, *Betula*, *Quercus caducifolia* e *Quercus* sp. *ilex*). As neves perpétuas restringir-se-iam aos cumes das Eiras, Corisco, Louriça e Muro, mantendo-se entre este nível e o nível superior dos bosques (entre os 700 e 1000 m) formações de carácter arbustivo com predominância de *Erica* (Ramil Rêgo, 1993:39 e 46, Carrión Marco, 2005:196).

Entre 11000-10000 BP assinala-se uma descida da frente polar para latitudes próximas da Corunha e litoral Norte galego, repondo-se novamente condições de frio extremo, reactivando-se os processos de instabilidade nas vertentes. Neste período, que se designa por Dryas Recente, a vegetação conheceu algumas mudanças, assinalando-se a redução das formações arbóreas e o incremento das formações herbáceas características de estepe fria. De acordo com o diagrama polínico da Lagoa do Marinho, Gerês, o território montanhoso desta região conheceu um aumento de comunidades herbáceas, com predominância de *Poaceae* e *Artemisia* (Ramil Rêgo, 1993:39 e 47, Carrión Marco, 2005:197).

Com o novo e definitivo recuo da frente polar para as costas da Gronelândia, entre 10000-9000 BP, estabeleceu-se o início do período geológico em que nos situamos, o Holoceno. Climaticamente corresponde ao fim do Tardiglacial e ao início do Interglacial actual, distinguindo-se já, com base em critérios climáticos, três grandes períodos (Ramil Rêgo, 1993:48. Cfr. Carrión Marco, 2005:197):

- Entre 10000-6000 BP, Fase Anatérmica, com progressivo aumento da temperatura e da humidade;
- Entre 6000-3000 BP, Óptimo Climático, com clima tépido e húmido;
- Desde 3000 BP, Fase Catatérmica, com manifestação de períodos frios e temperados, indiciadores de arrefecimento geral.

Ao nível vegetacional registam-se alterações significativas, identificando-se para esta região uma colonização arbórea precoce com dominância de *Quercus* e menor expressão de *Pinus*, *Betula*, *Quercus ilex* e alguma *Corylus*, considerando-se que a primeira teria alcançado o óptimo cerca de 7500 BP. Do ponto de vista dos solos, o progressivo domínio do carvalhal até à fixação do seu óptimo significa a existência de condições de biostasia e portanto actividade edafogénica intensa. A parte final da Fase Anatérmica, entre 8000-6000 BP, caracteriza-se

pela hegemonia do bosque, que se estende pelos vales e encostas em formações densas. No cume dos montes, há muito já libertos das neves perpétuas, desenvolvem-se formações arbustivas e herbáceas (Ramil Rêgo, 1993:48, Carrión Marco, 2005:198).

Na região em que o Lindoso se integra afirmar-se-ia a heterogeneidade anteriormente latente, distinguindo-se basicamente três unidades de floresta: em altitude dominariam formações de carácter boreal, com *Pinus sylvestris* e *Betula alba*, marcando o limite altimétrico do bosque; abaixo desta formação desenvolver-se-ia a principal massa boscosa, com predominância de caducifólias - *Quercus*, *Alnus*, *Castanea*, etc.; em zonas periféricas ou constituindo pequenas manchas no interior da formação anterior, regista-se a presença de perenifólias termófilas - *Quercus* sp. *ilex*, *Olea* e *Arbutus* (Ramil Rêgo, 1993:49).

Na fase de Ótimo Climático, entre 6000-3000 BP, as condições climáticas mantêm-se favoráveis à conservação do domínio florestal, registando-se o predomínio do bosque caducifólio de *Quercus* (Ramil Rêgo *et al.*, 1996:204, Carrión Marco, 2005:199). É exactamente neste período que se começam a registar processos erosivos descontínuos e episódios de desflorestação, cujo impacte aumenta em paralelo com o aparecimento e difusão da agricultura cerealífera e com a expansão de herbáceas e arbustivas. A generalidade dos estudiosos reconhece nestes fenómenos uma causa antrópica (Ramil Rêgo, 1993:50, Pereira *et al.*, 2009:306-307), associando-se o incremento das actividades humanas na exploração do meio à difusão do fenómeno antropocultural designado por “Neolítico” (Sanches, 1997:145).

A partir de 3500-3000 BP inicia-se a Fase Catatérmica, caracterizada pela sucessão de períodos de deterioração e de melhorias climáticas até configurarem as actuais condições.

O impacte da actividade agro-pastoril, manifesto a partir de 3500 BP, terá variado no tempo e no espaço de acordo com a maior ou menor pressão das populações humanas. No que respeita à cobertura vegetal, as consequências terão sido a diminuição e alteração da composição da massa arbórea, o desenvolvimento das manchas arbustivas e herbáceas e o aumento de *taxas* sinantrópicos e o aparecimento de espécies cerealíferas (Ramil Rêgo, 1993:50, Ramil Rêgo *et al.*, 1996:206, Carrión Marco, 2005:200).

Denominación	Tipo	Situación	Altitud	Cronología	Bibliografía
Souto Fiscal, Moçoê	T	Serra da Peneda	300 m	Subatlântico	Ruiz Zapata et al., 1994
Lorderlo, Ch d Couço	T	Serra da Peneda	650 m	>2.980 BP	Ruiz Zapata et al., 1994
Lamas de Movio	T	Serra da Peneda	880 m	>2.585 BP	Ruiz Zapata et al., 1994
Branda Gorbelas	T	Serra da Peneda	1060 m	450 BP	Ruiz Zapata et al., 1994
Lamas de Vez	T	Serra da Peneda	1200 m	1.170 BP	Code Gaussen , 1988
Turbera de Leonte	T	Serra do Gerês	900 m	Subatlântico	Bellot Rodríguez, 1950
Pé de Cabril	T	Serra do Gerês	1050 m	Subatlântico	Bellot Rodríguez, 1950
Borrageira	T	Serra do Gerês	1370 m	Subatlântico	Bellot Rodríguez, 1950
Carris (I)	T	Serra do Gerês	1450 m	Subatlântico	Bellot Rodríguez, 1950
Carris (II)	T	Serra do Gerês	1450 m	Subatlântico	Bellot Rodríguez, 1950
Lagoa de Marinho I	Ch/s	Serra do Gerês	1150 m	Subatlântico	Code Gaussen , 1988
Lagoa de Marinho II	Ch/s	Serra do Gerês	1150 m	10.910 BP	Ramil-Rego et al., 1995
Lagoa de Marinho III	Ch/s	Serra do Gerês	1150 m	8.450 BP	Ruiz Zapata et al., 1995
Lagoa de Marinho IV	Ch/s	Serra do Gerês	1150 m	>10.200 BP	Inédito.
Lama de Porto Chão	Ch/p	Serra do Gerês	1100 m	>5.400 BP	Inédito.
Costa do Trovco	T	Serra Cabreira	?	Holoceno	Ruiz Zapata et al., 1995

Turbera o humedal higroturboso	T	Charca permanente	Ch/p
Complejo limnético fosilizado	Lf	Charca semipermanente	Ch/s
Paleosuelo	Ps	Paleosuelo arqueológico	Ps/a

Fig.44 – Análise polínicas no maciço Galaico-Minhoto (in Ramil Rêgo et al., 1996:200).

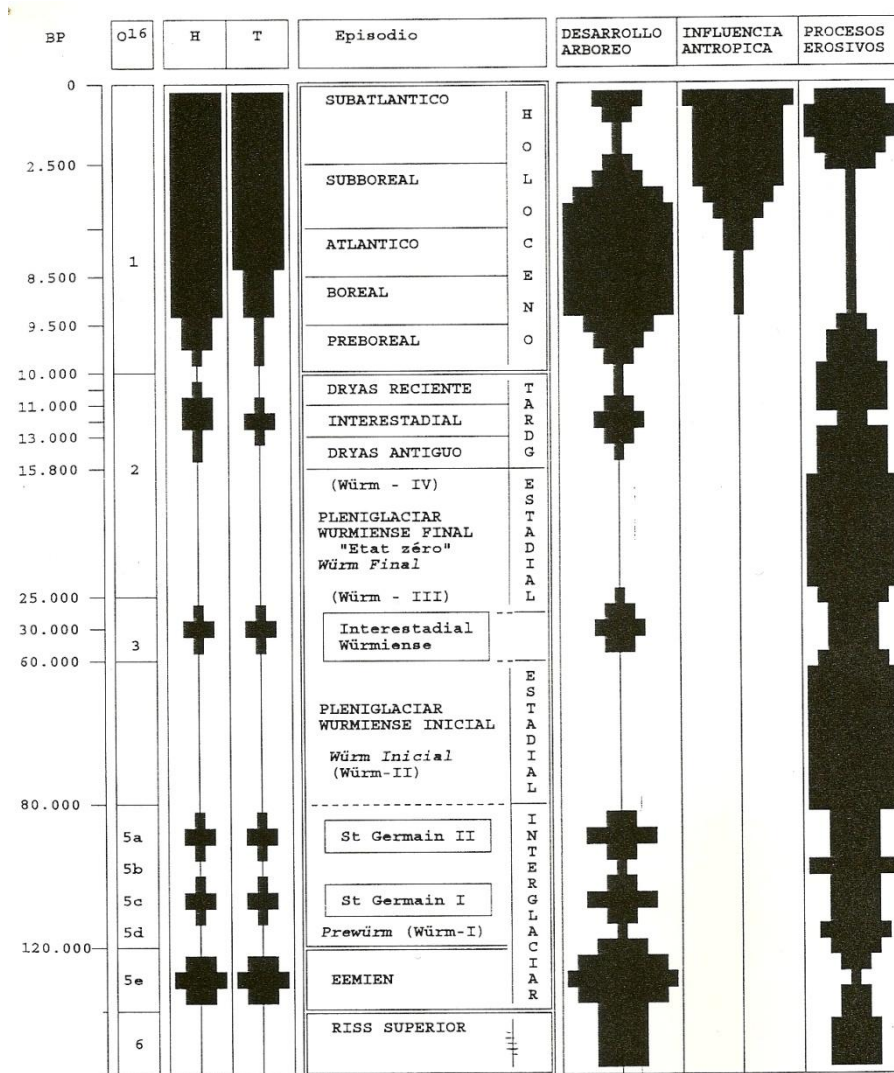


Fig.45 – Reconstrução paleoambiental do Quaternário recente do noroeste Peninsular (in Ramil Rêgo, 1993:45).

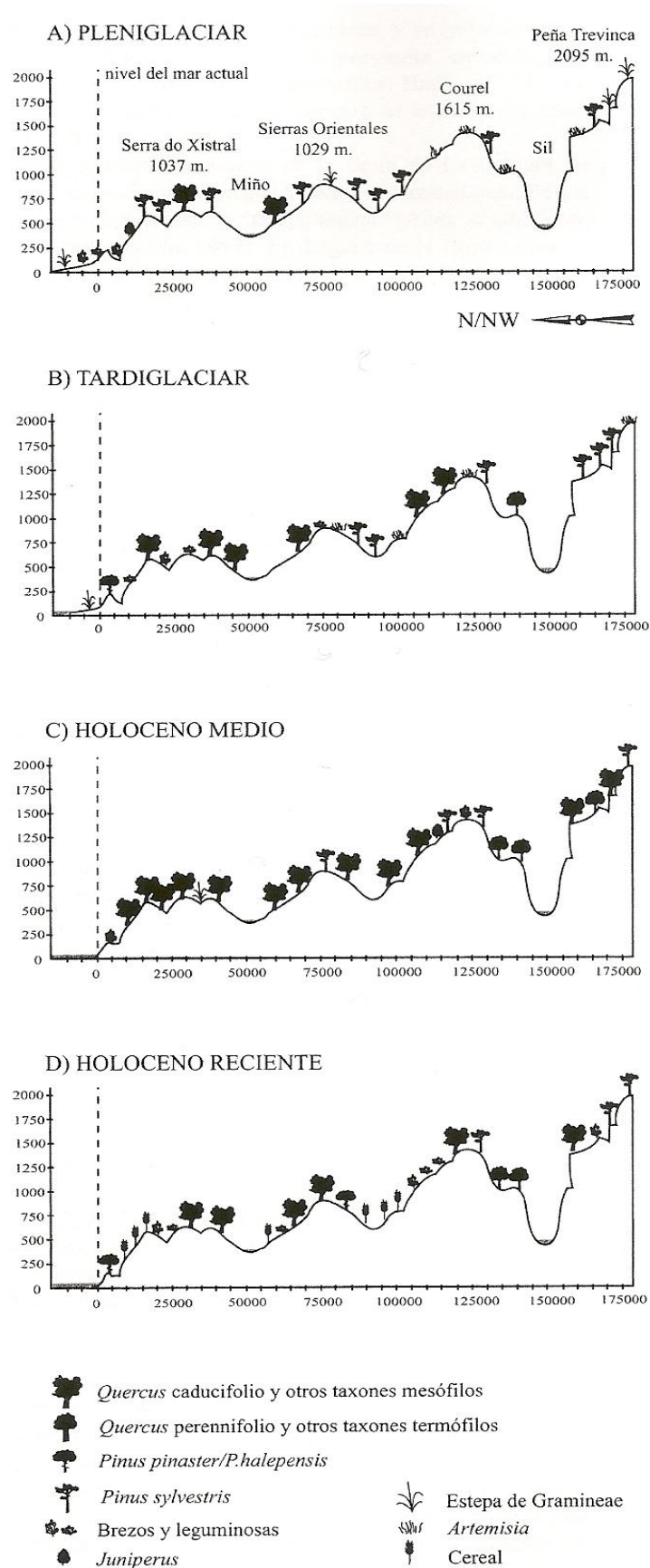


Fig.46 – Hipótese de reconstrução da vegetação do noroeste Peninsular entre o Pleniglaciár e o Holoceno recente (in Carrión Marco, 2005:194).

A generalidade das sequências polínicas estabelecidas no NO peninsular regista uma significativa diminuição da vegetação arbórea. Porque esta variação não corresponde a qualquer alteração climática importante, considera-se que a retracção arbórea é devida ao aumento de processos deflorestadores e da actividade agrícola, isto é, é resultante da acção humana. A paisagem de Landnam é progressivamente substituída pela paisagem de *Estepe Cultural* (Dévy-Vareta, 1993:216, Ramil Rêgo, 1993:51; Martins *et al.*, 1995:59, Ramil Rêgo *et al.*, 1996: 206, Carrión Marco, 2005:203).

O desenvolvimento destes fenómenos é geralmente associado ao desenvolvimento das sociedades “castrejas” e à romanização (2500-1500 BP), sendo certo que se identifica uma significativa recuperação arbórea após o colapso da administração romana na parte ocidental do império, associada a uma crise económica generalizada responsável pela ausência de arroteamentos e bloqueio de processos deflorestadores durante os séculos seguintes (Figueiral, 1990, Ramil Rêgo, 1993:51 e 53, Ramil Rêgo *et al.*, 1996:207, Juliá *et al.*, 2007:367, Pereira *et al.*, 2009:307).

A partir da Alta Idade Média (séculos VIII-IX) entramos já no domínio da evolução recente da paisagem, registando-se variações na cobertura vegetal caracterizadas, no início, por alguma alternância entre retracção e progressão arbóreas, associadas a incrementos populacionais e colonização de novos espaços, até finalmente se afirmar a tendência de degradação dos bosques e matas a partir dos séculos XV-XVI.

Os diagramas polínicos estabelecidos para as serras próximas da Peneda, Gerês e Cabreira, parecem confirmar esta evolução do coberto vegetal (Coudé-Gaussen, 1979:519, Ruiz Zapata *et al.*, 1993:99-100). No interior serrano minhoto, os séculos XII e XIII foram um período de efectiva penetração e fixação humana, devendo associar-se-lhe a difusão de novos cultivos lenhosos, como a oliveira, o castanheiro e a videira (Ramil Rêgo, 1993:54, Ramil Rêgo *et al.*, 1996: 207).

Os séculos XVIII e XIX correspondem ao momento em que, simultaneamente, se verifica a destruição maciça das florestas para alimentar a florescente indústria do ferro e do aço (carvão vegetal para as fundições e para consumo doméstico nas cidades) e se acentua a necessidade de implementar a recuperação arbórea. Delinearam-se então, timidamente no século XIX e mais

decididamente no segundo quartel do século XX³³, políticas de reflorestação dominadas pelas plantações e repovoamentos com pinheiro (*Pinus pinaster*) (Medeiros, 1991:171-172).

Reconhece-se que, pelo menos desde os tempos medievais, a exploração do território serrano assentou num sistema agro-silvo-pastoril adaptado às diferentes condições ecológicas da montanha, sobressaindo nesse sistema a abundância de espaços de monte e a manutenção de um coberto vegetal diversificado, desde o prado até ao bosque (Gutián Rivera, 1993:222; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991b:1003-1005). O equilíbrio estabelecido só ocasionalmente era rompido, ora por pressão demográfica excessiva e sobrepastoreio (Aguiar e Pinto, 2007), ora devido à intervenção de elementos exteriores ao sistema (solicitação de carvão e madeira pelas indústrias do litoral).

O recurso às queimadas e o pastoreio intensivo favorecem a degradação do solo, não possibilitando o desenvolvimento de edafogénese completas e criando um ambiente de maior secura que favorece o desenvolvimento de urzais e giestais. Em meados do século passado o sistema tradicional de exploração entrou em crise, devido à emigração dos jovens e ao envelhecimento da população, a par das tentativas de aplicação de planos de reflorestação (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991b:1003-1005).

No que respeita ao território de Lindoso, os aspectos de pormenor relativos às variações na paisagem vegetal, na sua relação com a ocupação humana, serão tratados nos capítulos seguintes, no quadro das análises dos dados arqueológicos e documentais escritos.

³³ O processo de implementação dos planos florestais foi muito mal recebido pelas populações afectadas, que se viram confrontadas com exigências e limitações novas, que não tiveram oportunidade de negociar, contrárias às suas práticas ancestrais de exploração do território (Neves, 1976). Na memória colectiva dos habitantes de muitas aldeias serranas portuguesas, tal como na dos de Lindoso, ainda hoje persistem más lembranças dos inúmeros actos discricionários praticados nesses tempos, uma das mais fortes razões porque continuam renitentes em aceitar a florestação dos baldios.

D – A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM

1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Relativamente aos agrupamentos crono-culturais formalizados neste capítulo, queremos sublinhar que eles correspondem às grandes sequências ocupacionais no território de Lindoso, que puderam ser evidenciadas pelos dados utilizados, tendo o seu ordenamento resultado exactamente da análise dessa informação e não de um qualquer esquema cronológico-cultural pré-estabelecido.

Importa igualmente sublinhar que esta formalização das grandes etapas da ocupação do território de Lindoso é meramente operativa, servindo apenas de suporte ao discurso histórico explicativo da evolução num tempo muito longo, pois a realidade passada foi, seguramente, muito mais complexa e diversificada, no espaço e no tempo.

2. O POVOAMENTO PRÉ E PROTO-HISTÓRICO

2.1. Introdução

O âmbito crono-cultural alargado e a designação genérica deste capítulo são óbvios. Um e outra resultam da impossibilidade de determinar com maior rigor a cronologia e a filiação cultural dos onze arqueossítios que associamos a este período pré-romano, não se evidenciando com clareza sincronismos de ocupação entre quaisquer dos sítios, a não ser, talvez, nos relativos à arte rupestre.

Os dados recolhidos na pequena sondagem que efectuámos no Chão da Pesquita (NIG.006), um provável povoado, pouco significado têm entre o conjunto da informação proporcionada pelas prospecções e/ou recolhida nos escassos estudos publicados (Baptista, 1981; 1983-84) ou nos inventários parcelares anteriormente realizados (inventários do PNPG e da Unidade Arqueologia UM).

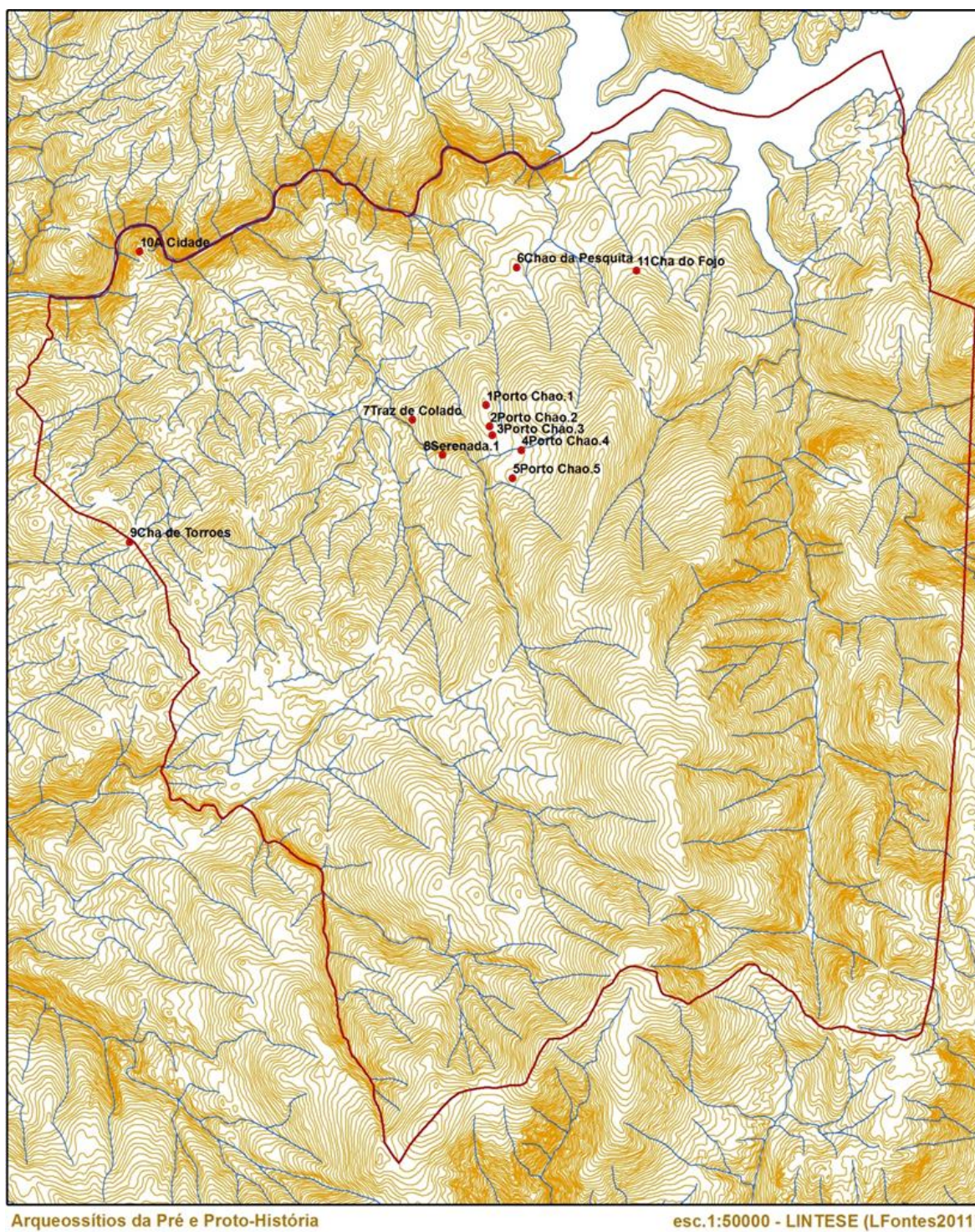


Fig.47 – Localização dos arqueossítios da Pré e Proto-História no território de Lindoso.

Na ausência de bases arqueológicas sólidas e tendo por suporte uma cronologia estabelecida de forma débil³⁴, centramos a nossa análise sobretudo no estudo da implantação dos sítios arqueológicos na paisagem.

Nesta análise procuramos especialmente apreender regularidades nas eventuais relações sítio/envolvente. Demos grande importância, também, às ausências, isto é, que significado poderia extrair-se da inexistência de evidências arqueológicas? No final ficaram-nos apenas três aspectos ou temas susceptíveis de ser abordados com alguma propriedade - são eles o fenómeno megalítico, a abundância relativa de arte rupestre e a incipiente ocupação "castreja" do território.

2.2. Os primeiros esboços de uma monumentalização da paisagem: o fenómeno megalítico, o povoado de Chão da Pesquita e a arte rupestre

Nas áreas montanhosas do noroeste português, os mais antigos testemunhos arqueológicos de ocupação humana recuam ao Neolítico (VI^o - IV^o milénios a.C.), sendo associados ao desenvolvimento dos sistemas produtores de economia agro-pastoril que conduzem à progressiva sedentarização das populações, sedentarização que se incrementa na fase final do processo, já no Calcolítico (III^o milénio a.C.) e se consolida definitivamente a partir de finais do III^o milénio a.C. (Bronze Inicial) (Jorge, 2000a:8; Bettencourt, 2010:159).

Com este processo de desenvolvimento das economias produtoras de base agro-pastoril correlaciona-se o chamado "fenómeno megalítico", que a generalidade dos investigadores interpreta como uma expressão de monumentalização da paisagem (Jorge, 2000a:9; Jorge e Jorge, 2000:106-107; Cardoso, 2002:213), materializada em construções de arquitectura complexa e

³⁴ A classificação crono-cultural dos arqueossítios faz-se por analogia comparativa, ponderando-se a contextualização arqueológica regional, de forma mais ou menos alargada. Para essa contextualização recorremos a um limitado mas essencial conjunto de referências publicadas, susceptíveis de proporcionar uma base mínima de integração do nosso trabalho – Baptista, 1983-84 e 1986; Jorge, 1982; Martins, 1990; Criado Boado *et al.*, 1991; Méndez Fernández, 1993 e 1994; Bettencourt, 1995, 2009 e 2010; Fábregas Valcarce e Meijide Cameselle, 2000; Bettencourt *et al.*, 2007.

duradoura e, como tal, reveladoras de uma efectiva vinculação aos espaços onde se implantam.

Por outro lado, considera-se que as construções megalíticas, na sua diversidade formal (Cardoso, 2002:185 e sgs.), se vinculam predominantemente a práticas funerárias igualmente diversas, revelando ambas uma organização social complexa, que utiliza essas construções, aos vários níveis da sua significação simbólica, também como instrumentos de territorialização e de construção da paisagem (Jorge, 1999:63-71; Jorge, 2002:84-85; Mañana Borrazás, Blanco Rotea e Ayán Vila, 2002:63-64; Fontes, 2010:213).

Esta “monumentalização megalítica” da paisagem, que no Norte de Portugal terá conhecido a sua máxima expressão no decurso dos V.^o-IV.^o milénios a.C., rarefazendo-se a partir do III.^o milénio a.C. (Jorge, 2000a:9-10), terá sido acompanhada pela difusão dos chamados “santuários de arte rupestre”, de modo mais incipiente no Neolítico e com maior amplitude nos III.^o e II.^o milénios a.C. (Jorge, 1999:60 e 91; Jorge, 2000b:92; Cardoso, 2002:344).

Este aparente desfasamento dos ciclos de desenvolvimento temporal das construções sepulcrais megalíticas e dos santuários rupestres, tem vindo a ser interpretado como expressão de possíveis mudanças dos mecanismos de representação simbólica de poderes e, conseqüentemente, como reveladores de alterações da organização social das populações na transição do Calcolítico para a Idade do Bronze (Jorge, 1999:91-93).

Ora, a ausência, no actual território de Lindoso, de evidências arqueológicas classificáveis adentro do que usualmente se designa por fenómeno megalítico (VI.^o-IV.^o milénios a.C.), constitui, porventura, um desafio à interpretação dos significados das não-existências.

Desde logo, importa considerar a possibilidade de trabalhos agrícolas ou florestais extensivos terem provocado a destruição sistemática de eventuais vestígios. Contudo, uma observação atenta permitiu verificar que a área agricultada é circunscrita e a florestação incipiente, facto que consideramos significativo.

Por outro lado, em territórios contíguos ao de Lindoso, com as mesmas características fisiográficas e similares modalidades de exploração do solo, como

por exemplo Britelo, Ermida ou Germil, conservam-se inúmeras construções megalíticas³⁵.

Por isso, no nosso inventário incluímos o sítio de Chã de Torrões (NIG.009), um terreno que a população local reconhece pertencer ao termo de Mosteirô (freguesia de Britelo), mas que se localiza exactamente na linha de cumeada dos relevos que, a Oeste de Lindoso, estabelecem a divisão física e administrativa entre este termo e o termo de Britelo. Aí se conserva um importante núcleo de construções megalíticas.

A inclusão deste arqueossítio no nosso trabalho faz-se também porque através dele procedemos ao necessário zoom da micro e semi-micro escala para a macro escala, dimensão que aqui nos interessa considerar para evidenciar, através da análise da distribuição das construções megalíticas na Serra Amarela, o vazio correspondente ao território de Lindoso.



Fig.48 – Panorâmica sobre a Chã de Torrões, vista de Sudeste.

Essa análise permitiu-nos constatar que o núcleo megalítico da Chã de Torrões "marca" o limite oriental da "mancha megalítica" da vertente norte da Serra Amarela, coroando a cabeceira do anfiteatro natural, exposto a poente, formado pelos pequenos vales das ribeiras da Avilheira e da Coelheira, por cujas

³⁵ No âmbito dos nossos trabalhos em Lindoso tivemos oportunidade de observar mais de meia centena de "mamoas", dispersas pelas chãs e alvéolos da serra Amarela, entre Mosteirô e Germil. Esta extensa ocupação megalítica passou a ser conhecida dos arqueólogos a partir da década de 80, mas ainda não foi objecto de um levantamento sistemático exaustivo, que deve igualmente incluir as inúmeras rochas com gravuras rupestres que existem na mesma zona, dispersas entre os monumentos megalíticos. Na sequência da elaboração do Plano de Ordenamento do PNPG, que incorpora já um primeiro inventário de "mamoas", a necrópole megalítica da Serra Amarela encontra-se em vias de classificação como Imóvel de Interesse Público (PO-PNPG, 2011).

chãs alveolares se distribuem os mais significativos núcleos de construções megalíticas e de arte rupestre³⁶.

Se alargarmos ainda mais no espaço a observação, verificamos que a totalidade do vale do rio Cabril e grande parte do vale do rio Laboreiro, com os respectivos relevos associados, constituem uma espécie de zona branca, separando os grandes conjuntos megalíticos do planalto de Castro Laboreiro, da Peneda/Soajo (Mezio) e da Serra Amarela (Fontes, 2010:212-213).

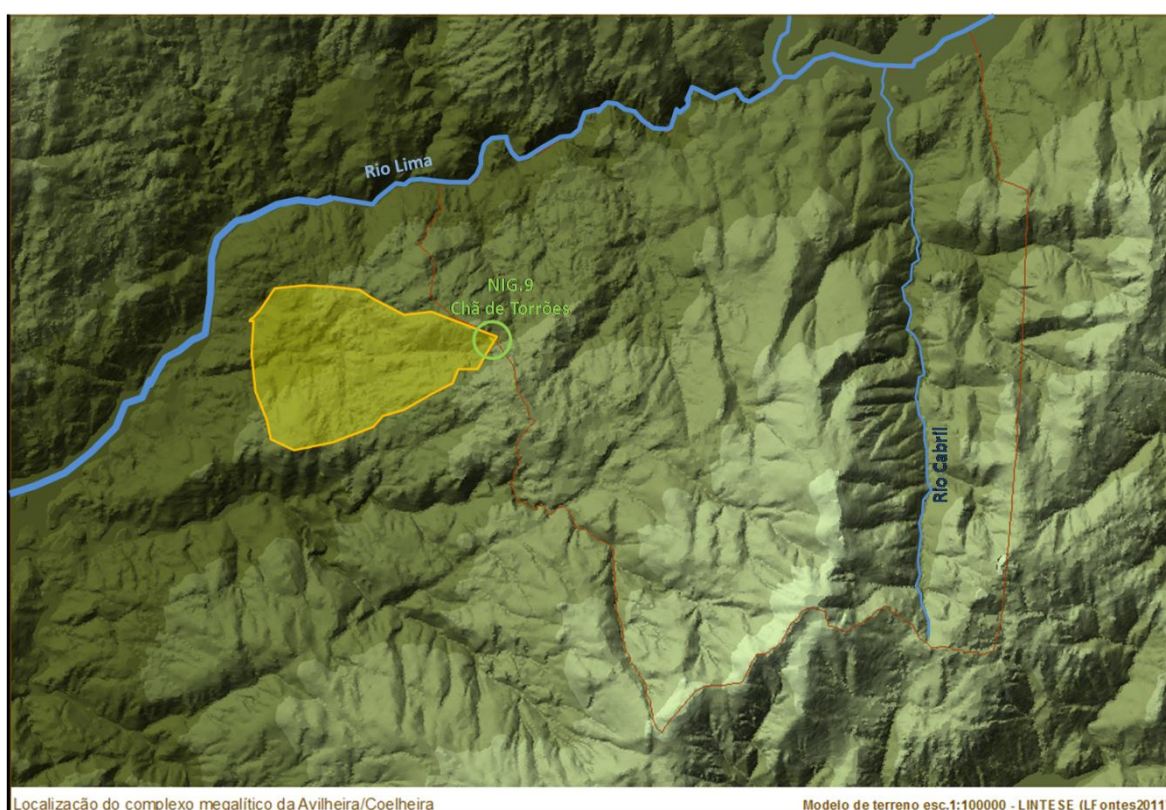


Fig.49 – Localização do arqueossítio NIG.009 (Chã de Torrões), no vértice nascente da mancha megalítica do vale da Ribeira da Avilheira.

³⁶ É nosso entendimento que este anfiteatro natural configura uma unidade de análise de extraordinário potencial para a investigação das temáticas relacionadas com a paisagem contemporânea do megalitismo, isto é, com a paisagem dos VI.º-IV.º milénios a.C., na linha dos estudos desenvolvidos na Galiza por, entre outros, Felipe Criado Boado (1991) e Fidel Méndez Fernández (1994) ou no Norte de Portugal por Vitor e Susana Oliveira Jorge (2000). Julgamos mesmo que este vasto complexo da Avilheira-Coelheira permitiria identificar áreas de habitat associáveis às construções megalíticas, aspecto da investigação da Pré-História Recente que é reconhecidamente uma das suas maiores lacunas.

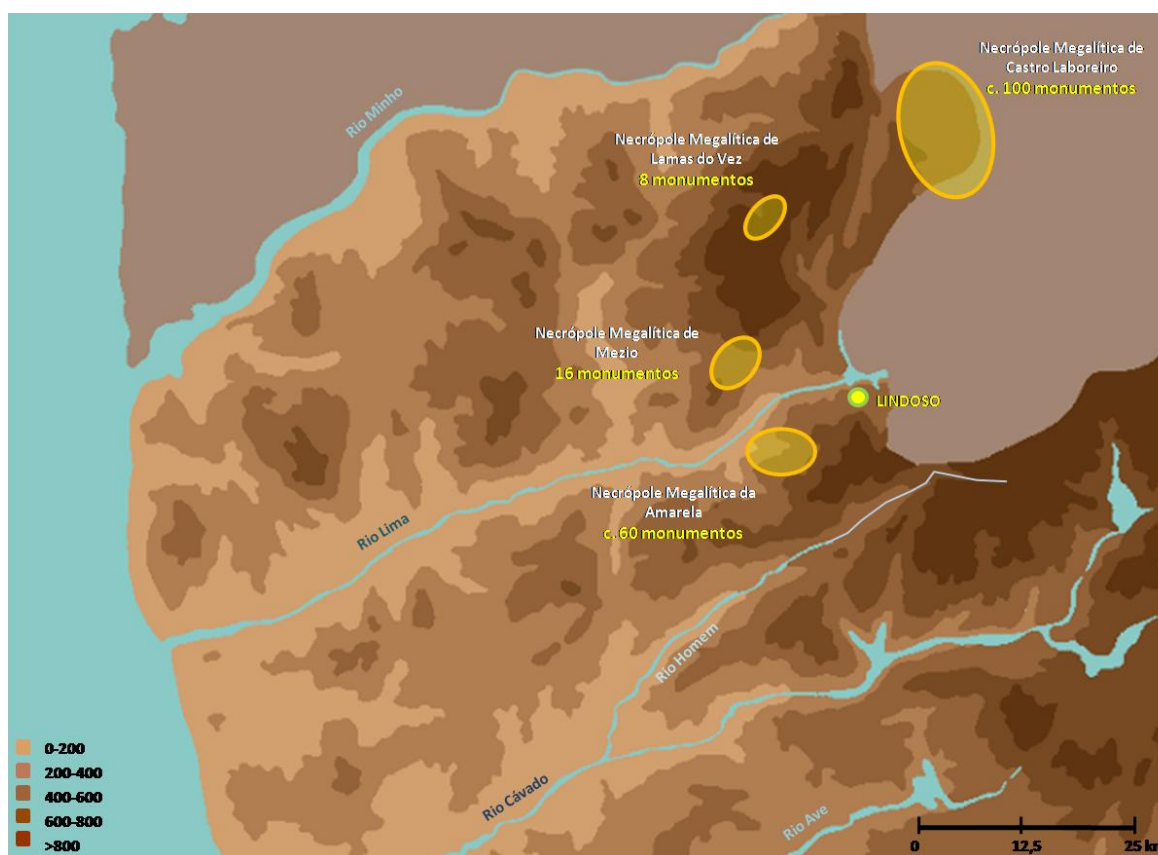


Fig.50 – Distribuição das necrópoles megalíticas no alto-Lima português.

Se retrocedermos novamente na análise e nos posicionarmos numa escala média de observação, considerando agora o anfiteatro natural acima referido, verificamos que o núcleo megalítico de Chã de Torrões se distingue claramente dos restantes núcleos por duas características principais.

A primeira diz respeito à modalidade de implantação e localização relativas do sítio. Trata-se de uma chã de colado em linha de cumeada de um relevo proeminente, sendo que essa chã se localiza no topo do anfiteatro natural, ao centro da cabeceira das linhas de água que descem irrigando os pequenos talwegues por cujas chãs se distribuem todos os outros núcleos megalíticos.

A segunda característica relaciona-se com a configuração interna do núcleo. As cinco estruturas identificadas incluem os dois maiores *tumuli* com câmara megalítica conhecidos na Serra Amarela, com dimensões próximas dos 20 metros de diâmetro e 2,5 metros de altura. Nenhum dos outros núcleos identificados possui vestígios com tal envergadura, nem se conhecem "mamoas" associadas a estruturas periféricas, como aqui acontece.

A articulação das duas características particulares acima descritas determina, para o núcleo megalítico de Chã de Torrões, uma proeminência reforçada - as maiores construções no topo do vale - marcando o ponto de origem de uma unidade espacial, o anfiteatro, que, esquematicamente, se poderia descrever como correspondente ao vértice de um ângulo aberto para poente.

Curiosamente, a análise da bacia de visualização deste arqueossítio revela uma relação espacial muito mais estreita, limitada às suas imediações e à encosta meridional da ribeira da Avilheira, mais especificamente ao designado Chão da Escusalha, por onde se distribuem vários *tumuli*.

As observações precedentes permitem admitir um significado hierárquico para a implantação do mais expressivo núcleo megalítico da Serra Amarela, situado na Chã de Torrões.

Recusamos, porém, enveredar pelo caminho das "sugestões imaginativas". Preferimos simplesmente reconhecer a indesmentível expressão paisagística que as construções megalíticas têm ao longo de várias épocas, chegando mesmo até à actualidade. De facto, aceita-se que tenham desempenhado um importante papel como marcos paisagísticos na época em que foram levantadas, conservando essa "função" em períodos posteriores, durante os quais se exploraram e/ou redefiniram as diversas "expressões" paisagísticas dessas construções. Como bem glosou Stefan Bergh (1995) a propósito do significado paisagístico das estruturas megalíticas de Cõil Irra, Irlanda, estas foram construídas "to be seen or not to be seen. That is the difference".

No caso das construções megalíticas de Chã de Torrões, a sua localização na bordadura de uma mancha de ocupação megalítica e a implantação numa linha de cumeada de relevos que separam claramente dois quadrantes de exposição da vertente da Serra Amarela³⁷ convergem para lhe conferir, sobretudo, um carácter sinalizador, de marcador de um limite ou de uma linha de trânsito.

³⁷ Para Este da cumeada Torrões/Cerqueiras a vertente da Serra Amarela está exposta predominantemente a Norte. Para Oeste da referida linha de cumeada a exposição conhece uma significativa rotação para poente.

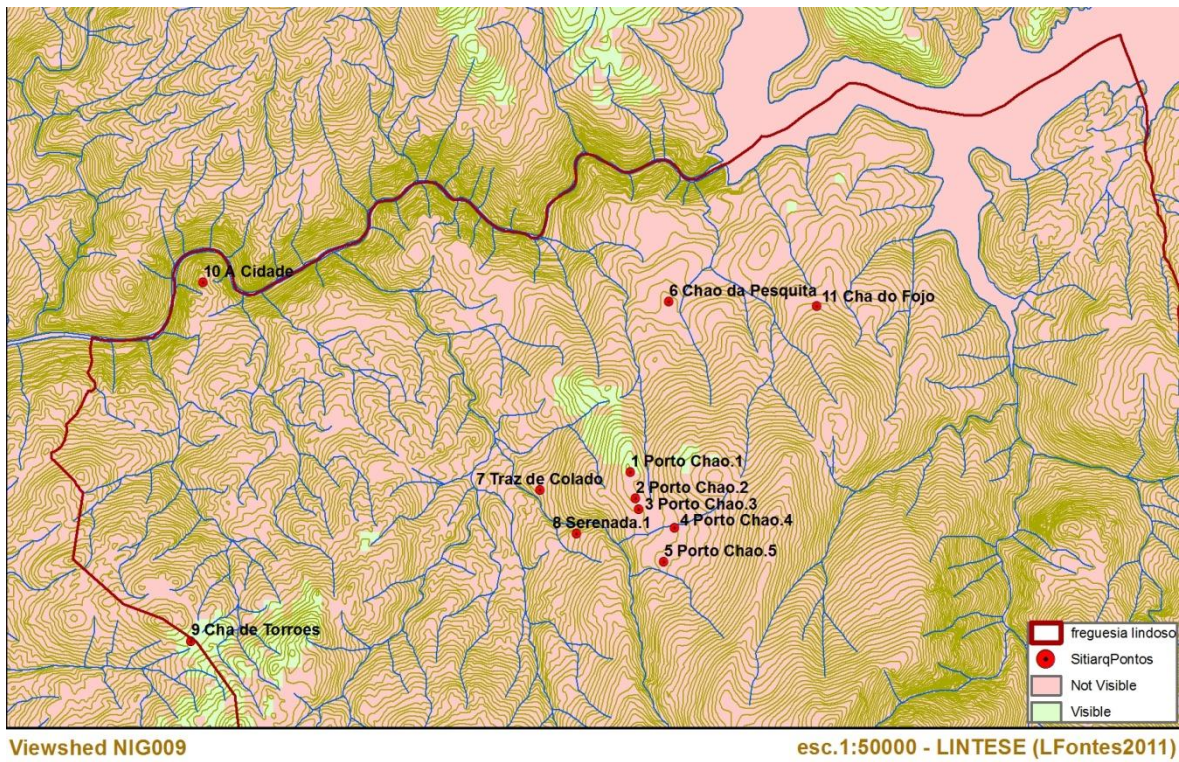


Fig.51 – Visibilidade desde o arqueossítio da Chã de Torrões.



Fig.52 – Panorâmica parcial da Chã de Torrões, com *tumulus* E.5 recortado no horizonte. Vista de Oeste.

Este papel de marcos sinalizadores de território foi considerado como tal pelo menos numa descrição de limites do termo de Lindoso no século XVI³⁸, onde se refere que o limite passava pela "(...) cumyeyra do olhadouro e dahy a portella da fraga da cabeça de moreas³⁹ dabelheyra e dahy a portella de chão da fraga (...)" (ver Anexo 1 - Documento 6). Sublinhamos que "moreias" é o nome popular que ainda hoje, no meio rural, se dá às medas de palha ou às pilhas de mato⁴⁰, que têm uma configuração física semelhante às "mamoas", e que neste caso julgamos corresponder aos *tumuli* de Chã de Torrões.

Assim, e aceitando que o núcleo megalítico de Chã de Torrões representa uma marca na paisagem relacionável também, embora não exclusivamente, com delimitação de território, mais se acentua a ideia de vazio, ou ausência de monumentos na área estudada, como expressão de um território "neutro", incipientemente apropriado, embora eventualmente pudesse ser "conhecido", situado para além do território ocupado, esse sim, dominado e como tal "marcado".

Consequentemente, poderá considerar-se que a ausência de construções megalíticas no território de Lindoso poderá corresponder a uma real ausência de povoamento durante o Neolítico, no sentido de que os construtores de Chã dos Torrões não escolheram aquele espaço para o fazer.

Colocamos portanto a hipótese de o território de Lindoso, nos VI.^o-IV.^o milénios a.C.⁴¹, ser um território não antropizado ou de antropização incipiente,

³⁸ O mesmo acontece em inúmeros outros documentos medievais, ver por exemplo nas *Inquisitiones*, no *Liber Fidei* ou nos *Diplomata et Chartae*, onde é frequente encontrar referências a "mamolas". Embora algumas destas referências possam, eventualmente, referir-se a "motas", uma modalidade de habitação senhorial fortificada medieval (Almeida, 1978b:52; Barroca, 1991:99), estamos em crer que a maior parte das referências correspondem a construções megalíticas pré-históricas.

³⁹ É este o vocábulo que julgamos ler no original, depositado no Arquivo Distrital de Braga - UM, com a cota ADB - 289-6 Registo Geral, pois achamos incompreensível o vocábulo "moedas" (sic) com que aparece transcrito em Barreiros, 1964b:34.

⁴⁰ É este o significado reconhecido nos dicionários de língua portuguesa (Costa e Melo, 1994: 1232), devendo relevar-se que é possível fazer recuar o uso deste termo pelo menos até ao século XIII (Viterbo, 1984:429 - vocábulo *MOSTEA* = *MOREA*).

⁴¹ Esta cronologia tem por base as débeis analogias tipológico-construtivas que julgamos reconhecer entre as duas maiores tumulações de Chão de Torrões e as grandes "mamoas" do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro), objecto de investigação recente no âmbito de um projecto de estudo implementado pelo PNP-G. Essas analogias são evidentes ao nível do tamanho e composição dos *tumuli* e forma das câmaras, constituídas estas por grandes esteios-lajes que desenham uma planta poligonal, com elevação tronco-cónica invertida. A data radiocarbono obtida para a "mamoa 1" é 5440 ± 35 BP. A identificação de cerâmica campaniforme

com os seus vales e encostas recobertas por amplas manchas de carvalhais e cumeadas ocupadas por matos e ervas, eventualmente objecto de exploração episódica dos seus recursos por parte das comunidades "megalíticas" instaladas no anfiteatro da Avilheira/Coelheira, que explorariam preferencialmente os vales e relevos ocidentais que, ao contrário do Lindoso, apresentariam uma cobertura vegetal dominada por manchas arbustivas e por herbáceas, potenciadora de uma economia essencialmente pastoril.

É este o cenário que se obtém cruzando os dados arqueológicos com os dados paleoambientais disponíveis, correspondentes ao fim da Fase Anatómica e início da fase de Ótimo Climático, entre 8000-5000 BP. De facto, este período caracteriza-se pela hegemonia do bosque, em formações densas que se estendem pelos vales e encostas e pelo desenvolvimento de formações arbustivas e herbáceas nas cumeadas (Ramil Rêgo, 1993:48, Carrión Marco, 2005:198), registando-se então os primeiros episódios de deflorestação e de difusão da agricultura cerealífera, de origem antrópica (Ramil Rêgo, 1993:50; Pereira *et al.*, 2009:306-307).

As primeiras evidências arqueológicas, claramente indicadoras de uma ocupação prolongada de parte do actual território de Lindoso, podem situar-se cronologicamente entre o III^o milénio e inícios do I milénio a.C., pois é nesta longa banda temporal que a generalidade dos autores aceita integrar o tipo de arqueossítios e respectivos atributos que consideramos neste subcapítulo.

De facto e tal como se descreve no inventário de sítios arqueológicos, estamos perante um povoado com perímetro circunscrito por talude (NIG.006), duas tumulações tipo cista (NIG.001 e 008), cinco locais com arte rupestre (NIG.003, 004, 005, 007 e 011) e uma estrutura de funcionalidade indeterminada associada a um provável *menir* (NIG.002).

Estamos perante construções e formas de ocupação reconhecíveis durante toda a Idade do Bronze, mas cuja génese poderá recuar-se até ao Calcolítico. Acontece, porém, que não estamos perante um conjunto de evidências arqueológicas que possamos considerar, objectivamente, sincrónicas. Como tornar esta dificuldade, tendo em vista analisar o conjunto dos arqueossítios na sua relação com o meio envolvente? Procurámos fazê-lo começando por

sustentou a interpretação de uma "segunda utilização" extensível ao III milénio a.C. (Jorge *et al.*, 1995:197-198).

convocar as sínteses produzidas sobre este período, obtendo assim um quadro contextualizador no qual fosse possível inserir as reflexões suscitadas pelo nosso tema.

Tendo por referência as mais recentes e inovadoras abordagens deste período, feitas com base em estudos bem documentados de algumas estações arqueológicas do Norte de Portugal e da Galiza⁴², podemos traçar algumas linhas gerais relativas ao enquadramento do período considerado.

O II^o milénio a.C. vem sendo considerado por vários autores (Bettencourt, 2000; Fábregas Valcarce e Meijide Cameselle, 2000; Jorge, 2000a), como o período durante o qual, de modo diverso e com maior ou menor intensidade, as comunidades humanas desenvolveram a actividade agro-pecuária, induzindo um movimento de intensificação socio-económica inovadora, correspondente ao que costuma designar-se por "revolução dos produtos secundários" (Jorge 1986:85-87) ou afirmação dos "sistemas produtores" (Jorge, 2000a:8-9).

A esta mudança associa-se uma efectiva sedentarização das populações, com aumento demográfico e expansão para zonas "virgens", ocupando preferencialmente as bordaduras de relevos de média altitude ao longo de vias naturais de comunicação, conformando uma efectiva "domesticação" da paisagem (Bettencourt, 2000:82; Jorge, 1999).

De acordo com os autores que vimos citando, no decurso dos III.^o e II.^o milénio a.C. assiste-se ao incremento do povoamento, com remodelação de habitats e fundação de novos povoados, segundo uma estratégia de ocupação em que a existência de solos aptos para a agricultura, ou a procura de melhores solos, parece constituir uma condição importante (Bettencourt, 2000:80; Fábregas Valcarce e Meijide Cameselle, 2000).

Paralelamente, admite-se uma correlacionada intensificação do processo de diferenciação social, emergindo a valorização do indivíduo, como parece decorrer da proliferação de objectos de prestígio de uso individual, da generalização do enterramento individual, da manipulação dos cadáveres ou ainda do aparecimento de estatuária antropomórfica (Bettencourt, 2010:161-163).

⁴² Destacamos os trabalhos efectuados na região de Chaves (Jorge, 1986), Aboboreira/Baião (Jorge, 1982 e 1989), vale do rio Cávado (Bettencourt, 1999) e Serra de O Bocelo (Criado Boado *et al.*, 1991). Para a região galega, em geral, a obra "A Idade do Bronze em Galicia: Novas Perspectivas" (Fábregas Valcarce, 1998), constitui uma boa referência inicial. Para a região do Minho, encontra-se ampla bibliografia numa síntese recente de Ana M.S. Bettencourt (2009), "A Pré-História do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze".

As comunidades deste período parecem assumir comportamentos de diferenciação simbólica do espaço e de afirmação de territorialidades, como consequência da apropriação permanente do espaço, patente nas relações apreendidas entre petroglifos, habitats, zonas de enterramento e vias de trânsito. Este aumento significativo dos marcadores sociais e culturais dos territórios ocupados, que incluirá a reutilização de “marcas” anteriores, renovadas nos novos contextos de ocupação, tem vindo a ser interpretada como expressão da “irreversibilidade dos sistemas [económicos] de produção” desenvolvidos pelas comunidades humanas (Jorge, 1999:127) ou como a “generalização da domesticação da paisagem” (Bettencourt, 2000:82).

Estas "linhas de força" concretizam-se, realizam-se materialmente, de formas e a níveis diversos no espaço e no tempo, reconhecendo-se hoje para a Idade do Bronze aquilo que para outros períodos também já era aceite: o polimorfismo das paisagens culturais, pois não há uma paisagem única, mas sim várias paisagens (Méndez Fernández, 1994:90; Bettencourt, 1995:6).

Contudo, esta ampla e muito genérica descrição apenas serve para enquadrar, de modo sintético, o conjunto dos arqueossítios que pretendemos analisar, não sustentando qualquer filiação particular de carácter formalista.

Do quadro geral acima apresentado parece decorrer que o contexto espacial em análise reflecte uma forte componente de mudança, de alteração, em relação ao período anterior. Neste sentido, entendemos necessário proceder ao estudo das relações espaciais entre os arqueossítios identificados e o território envolvente, através da análise articulada da sua funcionalidade, implantação fisiográfica e localização absoluta e relativa, tendo em vista apreender a existência de uma qualquer lógica ordenadora da ocupação antrópica, independentemente da maior ou menor refinação cronológica.

O conjunto dos nove arqueossítios considerados localiza-se na base da vertente setentrional da Serra Amarela, entre os 450 e os 660 metros de altitude, respectivamente NIG.006 e NIG.001 a 005, ficando o arqueossítio mais a Norte a cerca de 800 metros do rio Lima e o arqueossítio mais meridional a 4.000 metros do cume da serra. Evidencia-se ainda o carácter concentrado das localizações, que se inscrevem numa área de aproximadamente 2 km², entre o actual lugar de Lindoso e o rio da Feicha ou de Mulas (ver acima Fig.47).

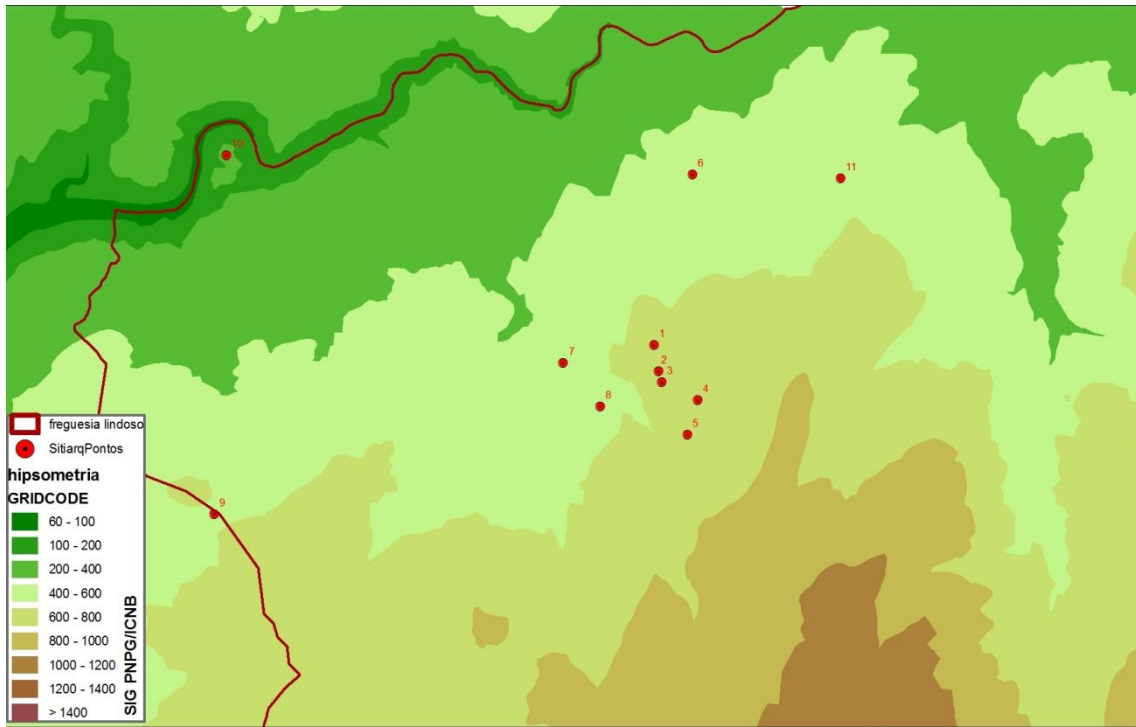
Pormenorizando a localização, verifica-se que um dos arqueossítios se implanta ao centro da plataforma de erosão sobranceira ao rio Lima (povoado de Chão da Pesquita - NIG.006), enquanto todos os outros arqueossítios se inserem na bordadura sul daquela plataforma, nos recortes do relevo que iniciam a vertente da serra em direcção aos cumes da Louriça e do Muro.

Explorando esta primeira distinção, verifica-se que o povoado de Chão da Pesquita se implantou na mais homogénea e vasta mancha de terreno com declive de classe 2 (8-16 %) identificável no território de Lindoso, precisamente junto à mais significativa das três únicas bolsas de terreno onde se regista o menor declive (classe 1:4-8 %). É igualmente um local aberto, de ampla visibilidade, com exposição a poente, configurando uma pequena bacia de sedimentação bem drenada e potenciadora da formação de solos mais evoluídos.

Em contraste, os restantes arqueossítios implantam-se em terrenos com declive de classe 2, com alguma sedimentação e globalmente expostos a poente, como é o caso do grupo de Porto Chão (NIG.001 a 004), com vários tipos de evidências arqueológicas - arte, tumulações e indeterminados, ou em terrenos com declive mais acentuado (classe 4:25-40 %), fortemente erodidos e também expostos a poente, como é o caso dos três principais arqueossítios com arte rupestre (NIG.005, 007 e 011) e da tumulação de Serenada (NIG.008). Com excepção dos arqueossítios com gravuras de Chã do Fojo (NIG.011) e de Porto Chão.5 (NIG.005), respectivamente a Este e a Oeste do conjunto, todos os outros se inscrevem em espaços fechados, de visibilidade restrita.

No conjunto, e referenciando-nos agora à paisagem actual, constatamos que ao nível da ocupação do solo se verifica também uma oposição entre a zona de Chão da Pesquita, com uso agrícola intensivo, e a zona por onde se distribuem os restantes arqueossítios, com uso silvopastoril dominante, registando-se apenas uma pequena e excepcional ocupação agro-florestal em Porto Chão⁴³.

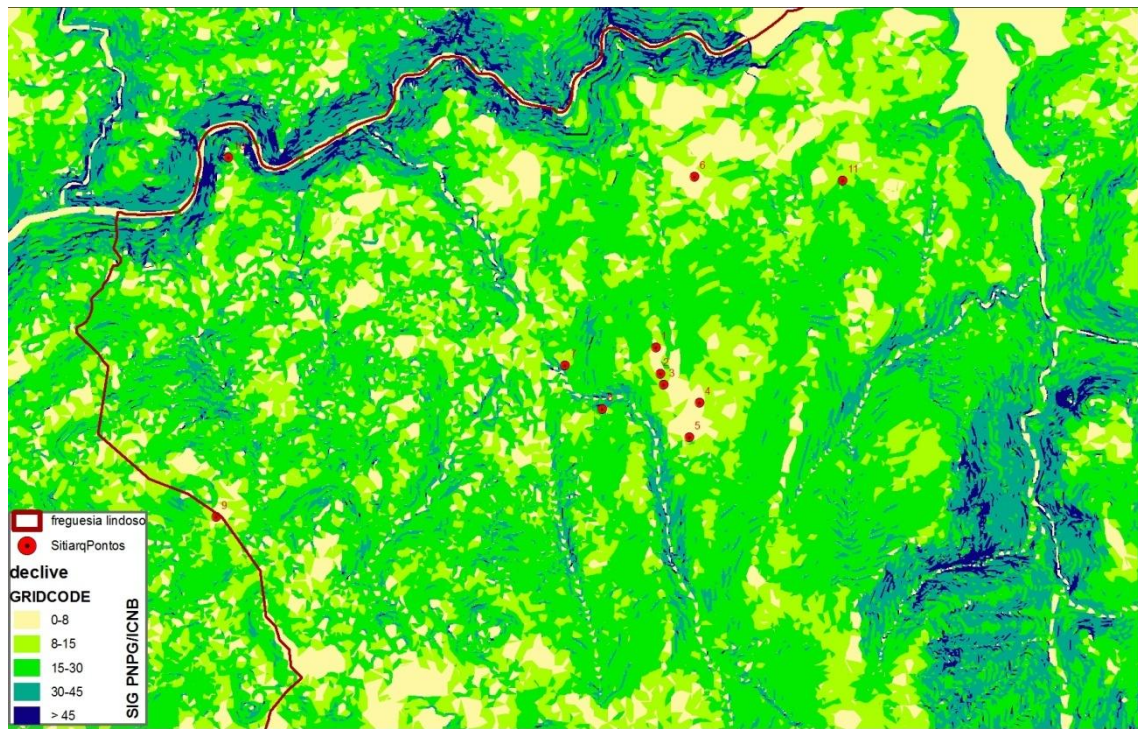
⁴³ Importa sublinhar, independentemente da reconhecida aptidão agrícola dos solos em parte do alvéolo de Porto Chão, que a actual classificação de uso agro-florestal resulta da existência muito localizada dos viveiros construídos pelos Serviços Florestais e não do tradicional uso agrícola do solo protagonizado pela população de Lindoso.



Arqueossítios da Pré e Proto-História - Hipsometria

esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)

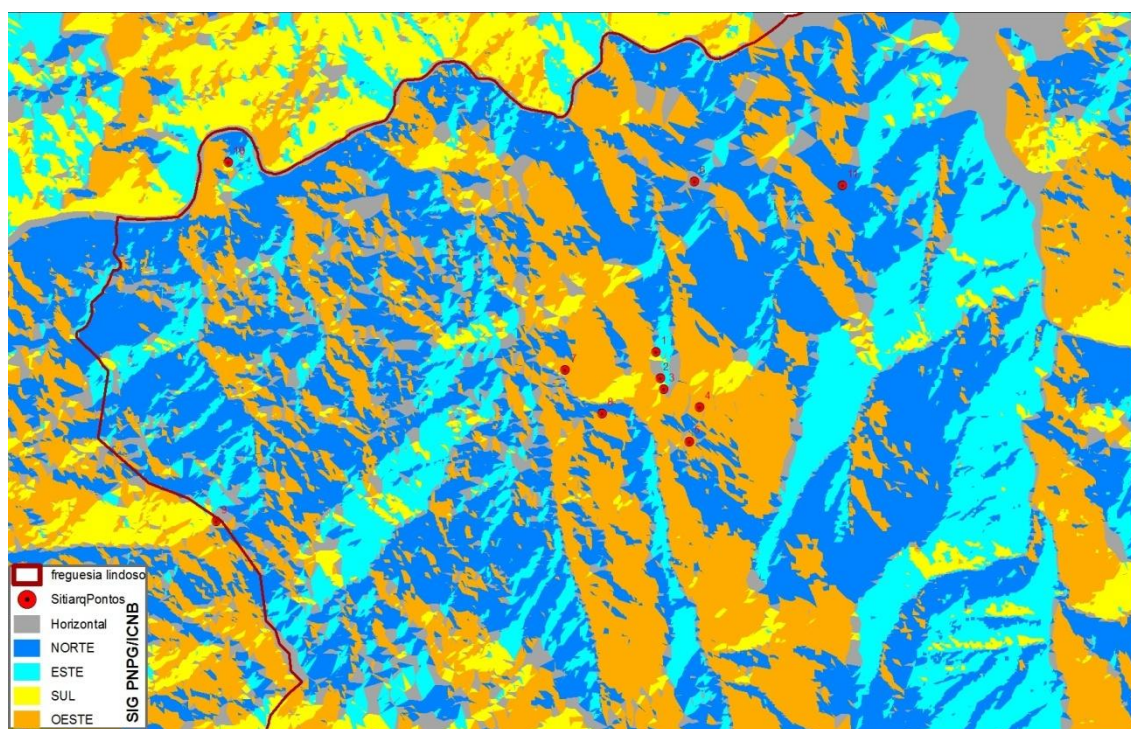
Fig.53 – Relação entre implantação e classes hipsométricas dos arqueossítios da Pré e Proto-História.



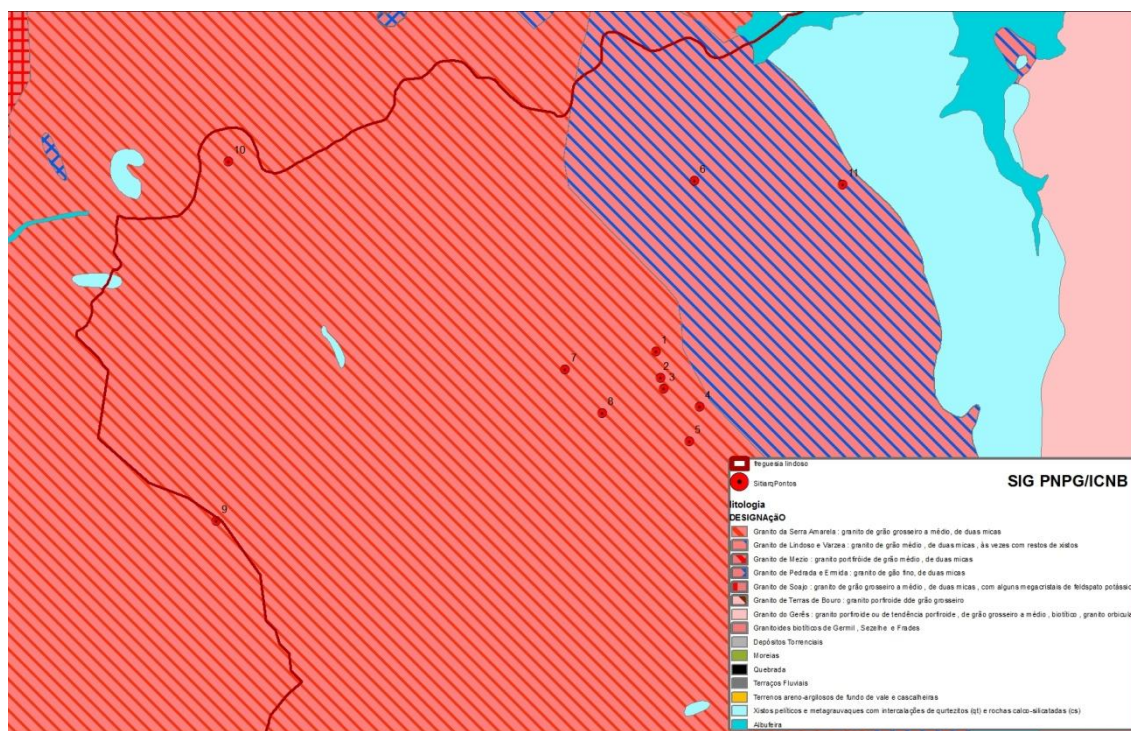
Arqueossítios da Pré e Proto-História - Declives

esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)

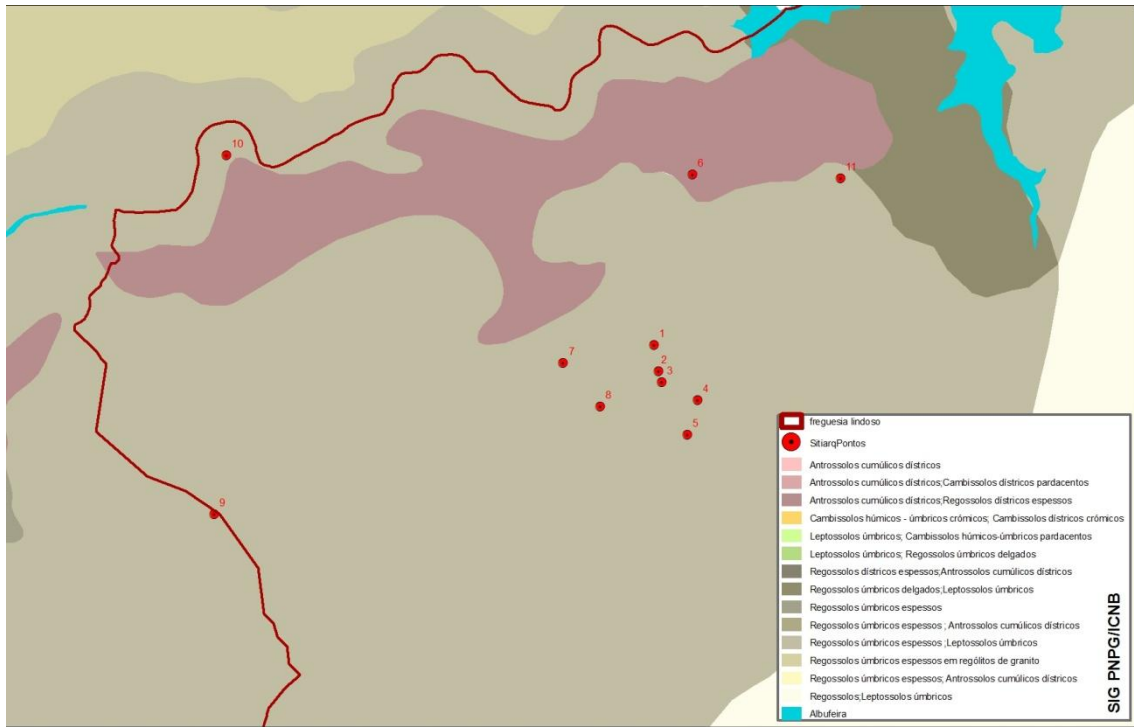
Fig.54 – Relação entre implantação e classes de declives dos arqueossítios da Pré e Proto-História.



Arqueossítios da Pré e Proto-História - Exposição esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)
 Fig.55 – Relação entre implantação e quadrantes de exposição dos arqueossítios da Pré e Proto-História.



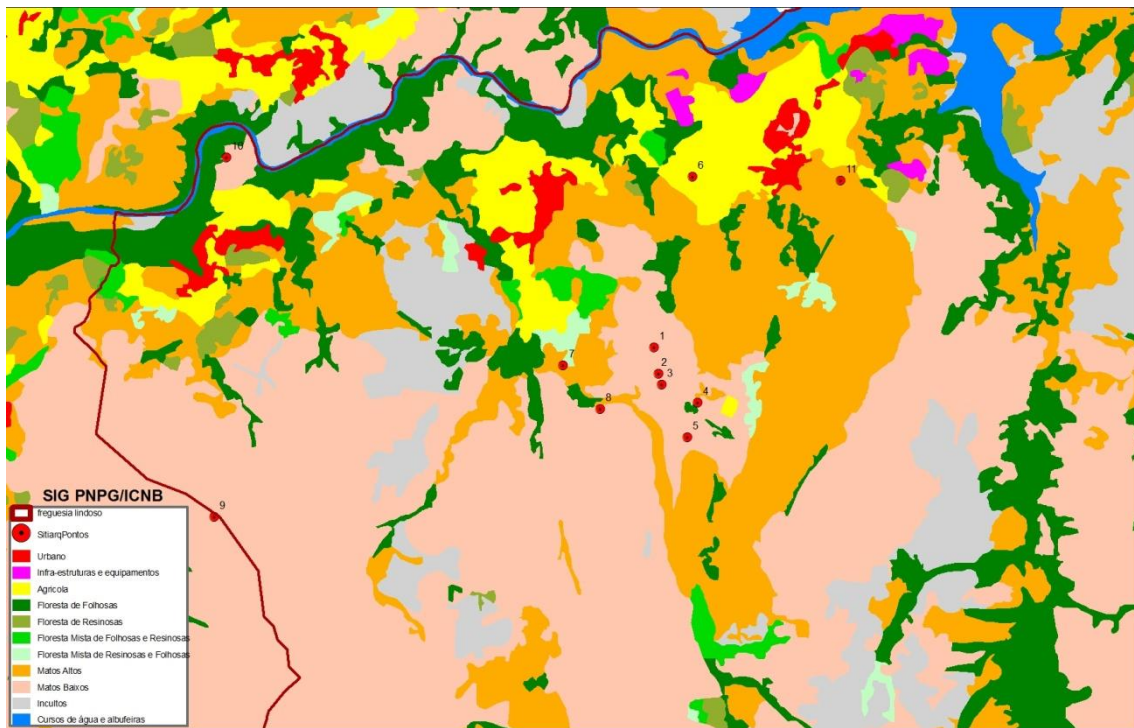
Arqueossítios da Pré e Proto-História - Litologia esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)
 Fig.56 – Relação entre implantação e litologia dos arqueossítios da Pré e Proto-História.



Arqueossítios da Pré e Proto-História - Solos

esc.1:50000 - LINTESI (LFontes2011)

Fig.57 – Relação entre implantação e tipo de solos dos arqueossítios da Pré e Proto-História.



Arqueossítios da Pré e Proto-História - Ocupação solo

esc.1:50000 - LINTESI (LFontes2011)

Fig.58 – Relação entre implantação e ocupação actual do solo dos arqueossítios da Pré e Proto-História.

Verificadas estas diferenças de carácter fisiográfico-locativo, procurámos apreender eventuais relações espaciais inter-sítios, tendo por referência principal a funcionalidade estabelecida para cada um dos arqueossítios. As análises efectuadas, suportadas pelos princípios metodológicos da *Site Catchment Analysis* e pelos conceitos sobre o espaço territorial inspirados na topologia geral (Pardal, 1988:68 e segs.), conduziram-nos ao reconhecimento de uma série de relações que convergem no sentido de conferir uniformidade territorial ao espaço onde ocorrem as evidências arqueológicas.

A primeira e principal relação reconhecida é a de fronteira e tem por referência o povoado de Chão da Pesquita, em relação ao qual todos os outros arqueossítios se posicionam para além da isócrona dos 30 minutos, fora portanto daquilo que se pode considerar a área próxima vital ou predominante de captação de recursos do povoado.

A posição fronteira é acentuada pelo facto de os restantes arqueossítios se localizarem numa banda periférica que marca, grosso modo, a separação entre o espaço habitado, vivido quotidianamente, e os espaços altos da serra, com certeza menos percorridos e seguramente menos explorados e controlados.

Por outro lado, esta localização periférica de arqueossítios em relação ao povoado de Chão da Pesquita, por ser regular, distribuindo-se ao longo de um eixo em arco de círculo muito aberto, paralelo à linha de base da vertente da serra, em que os espaços correspondentes aos arqueossítios se encontram separados pelas suas próprias fronteiras comuns, pode ser interpretada como correspondente a uma relação de adjacência.

Como os espaços dos diferentes arqueossítios se conectam através de aberturas nas partes comuns, topograficamente representadas pelos Portelo do Cimo, Portela de Leijó e Portela da Cheira ou do Colado, podemos justificadamente acrescentar a esta relação de adjacência a existência de uma relação de conexão múltipla entre os vários arqueossítios, até porque a sua localização cumpre a condição necessária da possibilidade de desenvolver percursos entre quaisquer dois dos seus pontos.

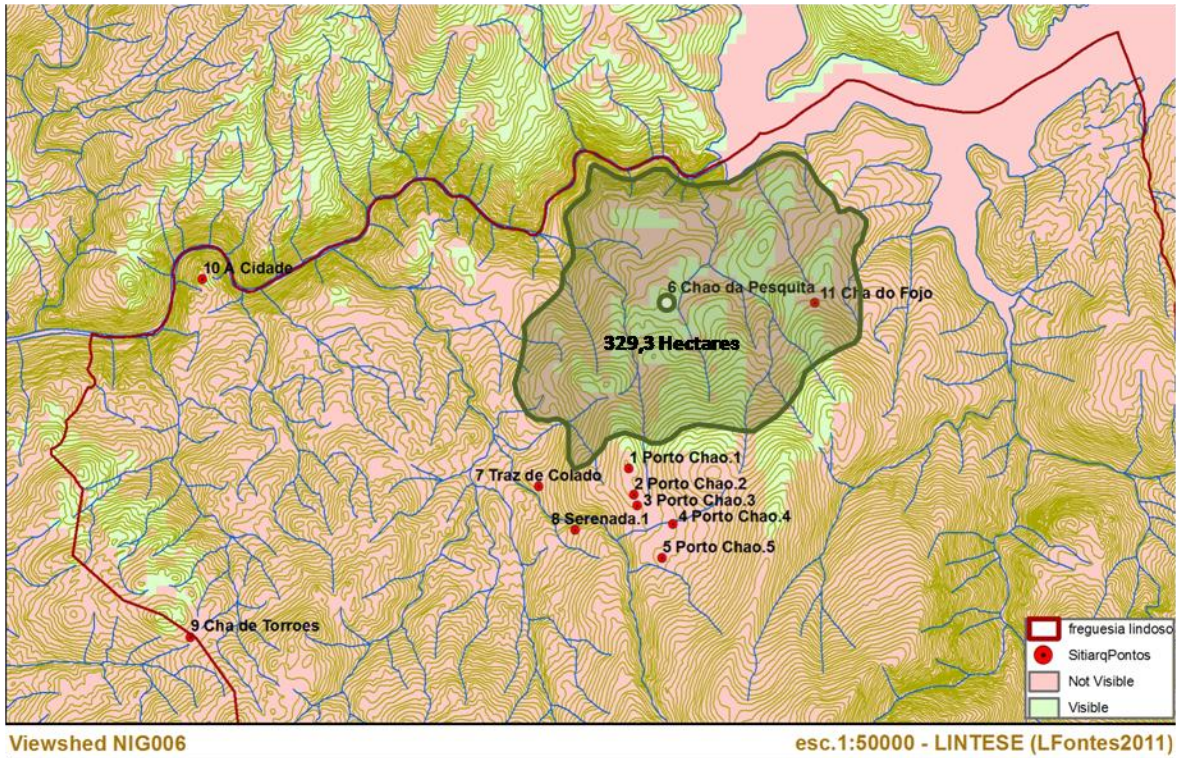


Fig.59 – Visibilidade desde o povoado de Chão da Pesquita, com isócrona de 30 m.

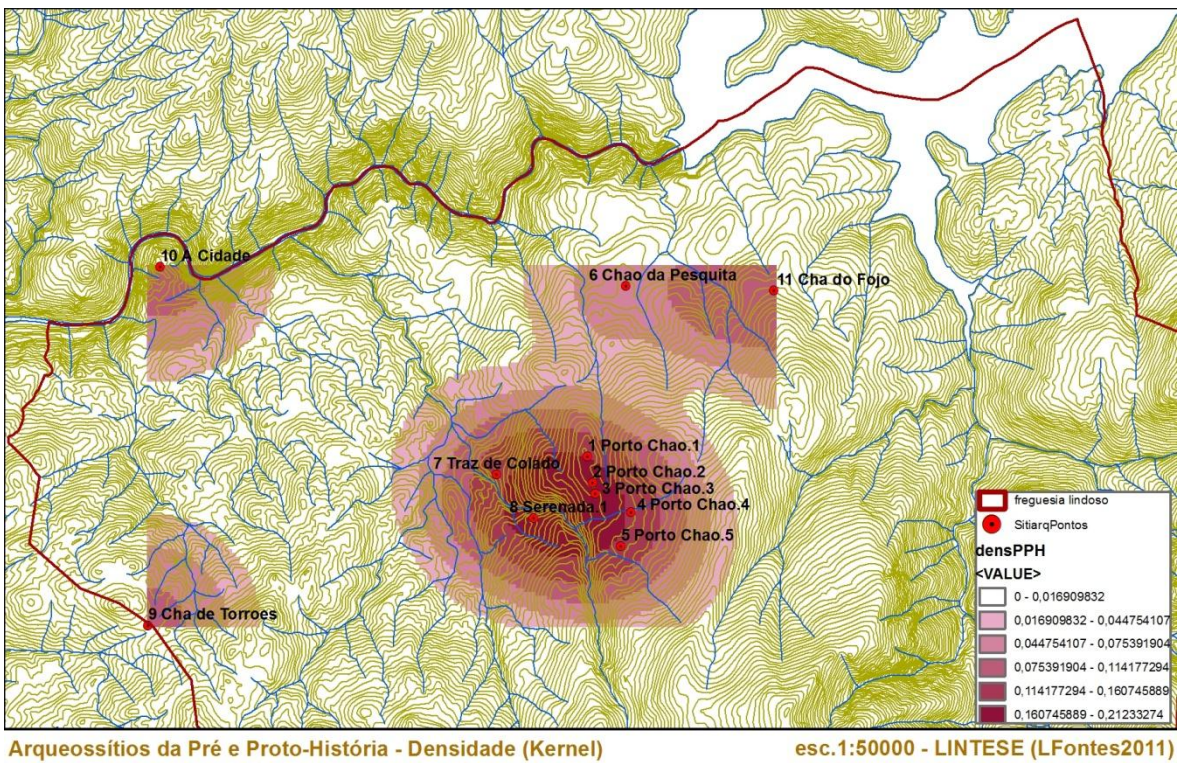


Fig.60 – Mapa da análise de densidade para os arqueossítios da Pré e Proto-História.

O arqueossítio Porto Chão.2 (NIG.002) exemplificaria bem o reconhecimento e percepção desta relação de conexão, se aceitarmos que o posicionamento do provável *menir* da Lomba, na linha de trânsito da Portela de Leijó poderá ter obedecido à intencionalidade de marcar exactamente essa ligação entre o povoado de Chão da Pesquita e o núcleo tumular/arte rupestre de Porto Chão.

A análise da distribuição dos arqueossítios permitiu-nos igualmente identificar elementos agrupados (ou polarizados) e elementos dispersos no território, agrupamentos e dispersões coincidentes com distintas funcionalidades dos arqueossítios e diferentes condições fisiográficas de implantação.

Um primeiro agrupamento ou núcleo polarizado corresponderá ao povoado de Chão da Pesquita, onde se concentrariam as estruturas de habitação. Um segundo grupo ou pólo será o do "santuário"⁴⁴ de Traz do Colado ou da Bouça do Colado, local onde se reúnem de modo concentrado a maior quantidade de rochas com gravuras compósitas. Um terceiro grupo aparece formado pelas tumulações e gravuras simples de "cavinhas" de Porto Chão.

Os elementos de dispersão aparecem-nos materializados numa estrutura tumular e em duas rochas isoladas com gravuras compósitas. A primeira localiza-se em posição excêntrica em relação a todo o conjunto de arqueossítios. Trata-se da "mamoá" rasa com cista de Serenada (NIG.008), o único arqueossítio situado para além do rio da Feicha, que limita o conjunto do lado oeste. As rochas com gravuras compósitas localizam-se, uma no extremo sul do conjunto, na ponta sudoeste do anfiteatro de Porto Chão (NIG.005) e outra no extremo nordeste, na divisória da plataforma de Lindoso com o vale do rio Cabril (NIG.011).

A relação entre agrupamento e dispersão de arqueossítios pauta-se por um relativo equilíbrio, patente na proximidade de todos os elementos. Esta relação de proximidade pode ser entendida como uma primeira relação de síntese de todas as outras relações e conduz directamente à verificação da existência de uma clara relação de vizinhança, em que espacialidade comum, condicionamento recíproco e identidade de grupo parecem ser as características integradoras que conferem sentido ao conjunto, através das quais cada arqueossítio ganha sentido em relação aos outros.

⁴⁴ Entendemos santuário como local reservado a actividades ritualizadas de carácter eminentemente simbólico-religioso (Baptista, 1980, 1981a e Jorge, 1999).

A aceitação da existência desta relação englobadora de vizinhança sustenta mais algumas reflexões em torno das causas e significados possíveis da funcionalidade específica de cada um dos três agrupamentos ou núcleos ou pólos estabelecidos. Não será de mais, entretanto, reiterar o carácter hipotético, ou mesmo especulativo, das considerações apontadas a seguir, pois embora as características ergológicas dos dados sejam coerentes, os dados disponíveis são manifestamente escassos. Aceite esta limitação, passemos então ao desenvolvimento das nossas hipóteses de trabalho.

As características fisiográficas e ambientais da plataforma de erosão de Lindoso, com ampla visibilidade, boa exposição, solos razoáveis, boa drenagem e abundância de água, parecem justificar a escolha do sítio para implantação do povoado de Chão da Pesquita. Se a estas condicionantes geomorfológicas aliarmos a dimensão do povoado, podemos considerar que a selecção deste local constituiu uma opção deliberada por uma estratégia de ocupação permanente, em que a economia agrária desempenharia um papel fundamental de sustentação.

Complementarmente, a localização absoluta do povoado parece revelar uma opção clara pela melhor acessibilidade em relação à principal via de trânsito natural que corre ao longo da margem esquerda do rio Lima, junto à base da vertente noroeste da Serra Amarela. Estamos portanto perante uma implantação estratégica em termos de comunicação.

De facto, quer do ponto de vista das condições fito-edafo-climáticas, quer do das vias de trânsito naturais no sentido longitudinal do vale do rio Lima, no território de Lindoso, não identificámos qualquer outro sítio ou área com características tão favoráveis como as que se revelam na plataforma de erosão de Lindoso, ao centro da qual se localiza Chão da Pesquita.



Fig.61 – Panorâmica do povoado de Chão da Pesquita, vista de Sul.

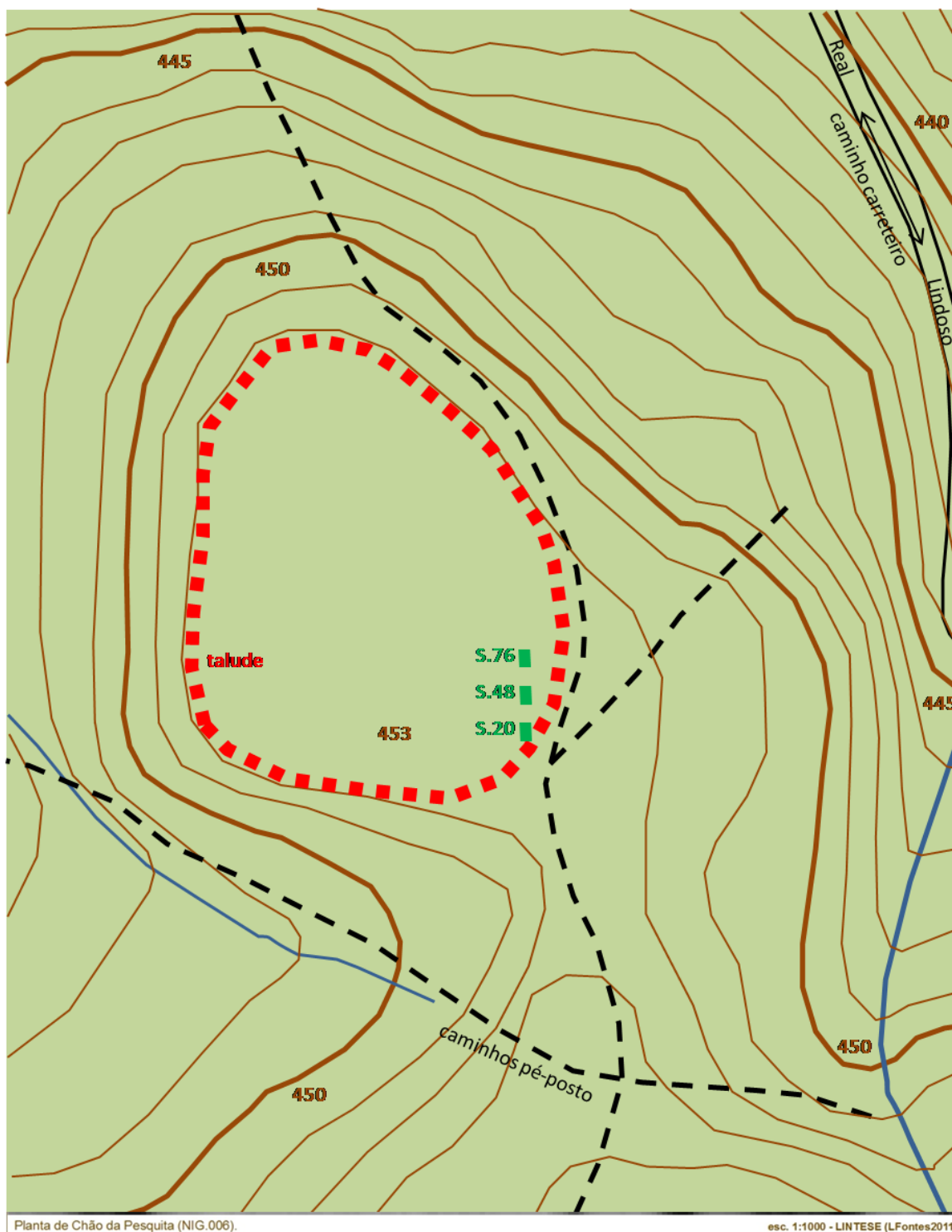


Fig.62 – Planta do povoado de Chão da Pesquita, com localização das sondagens.



Fig.63 – Pormenor da estratigrafia no Perfil Sul da Sondagem 20 do Chão da Pesquita

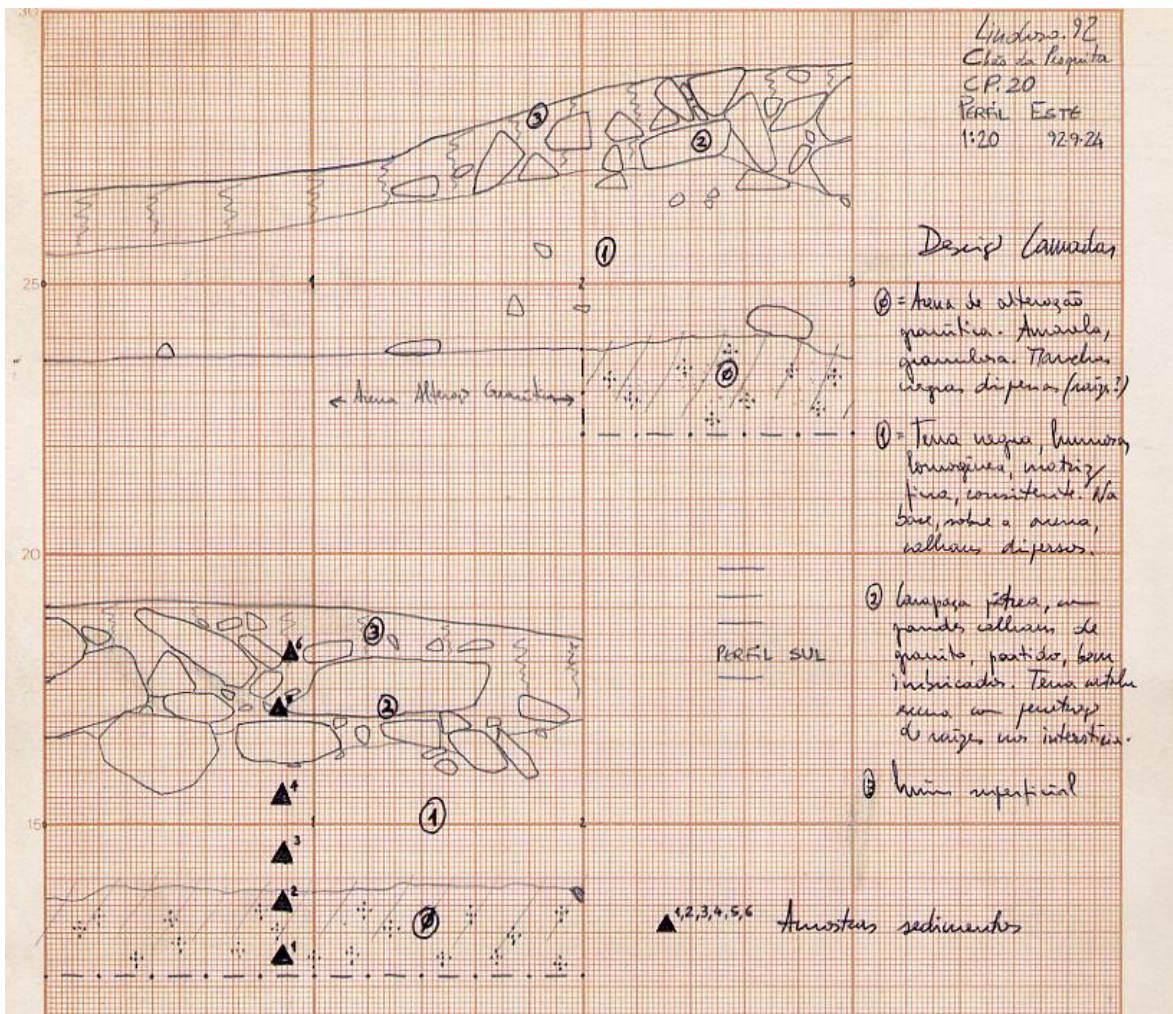


Fig.64 – Leitura estratigráfica dos perfis da Sondagem 20 do Chão da Pesquita.

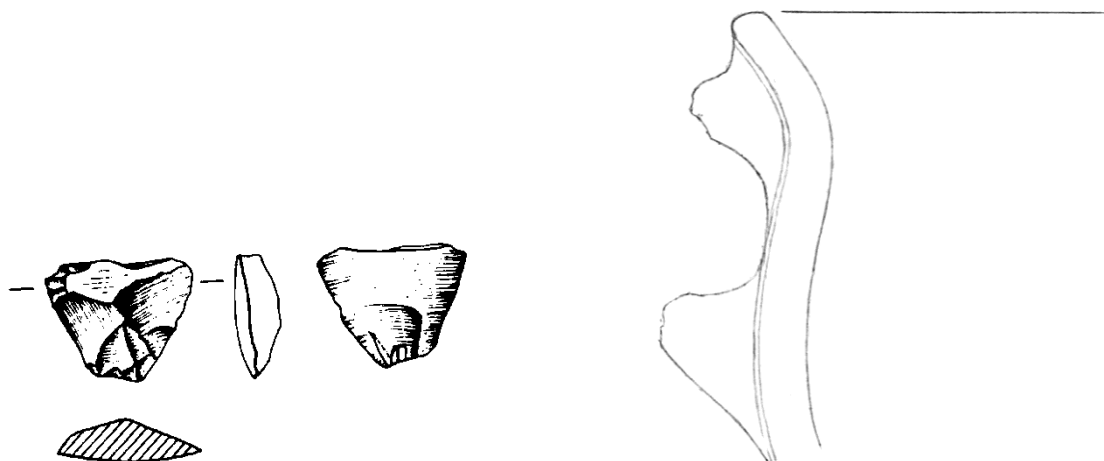


Fig.65 – Ponta distal de faca de sílex (MDDS-362/93) e fragmento de vaso de cerâmica manual (MDDS-192/93), recolhidos na camada 3 da Sondagem 20 do Chão da Pesquita. Desenho de Amélia Marques/MDDS, Esc. 1:1.

Relativamente ao "santuário" de Traz do Colado (NIG.007), reconhecemos que a definição da sua funcionalidade e significado é naturalmente mais problemática e susceptível de contestação. Porém e perante a necessidade inultrapassável de termos um ponto de partida, aceitamos que as composições aí gravadas correspondam a manifestações artísticas representativas de pensamento simbólico e de conceptualizações, com funções e significados polissémicos, ainda incompreensíveis mas que a generalidade dos investigadores tem vindo a interpretar como materialização de complexos rituais religiosos ou profanos de apropriação social do território (Baptista, 1981b; Jorge, 1999:92; Vásquez Varela, 1999:73; Santos Estévez, 1999:110; Bettencourt, 2009:78 e 83).

Na localização e implantação absolutas do arqueossítio, em que domina o chamado Penedo do Encanto ou das Sete Cabeças, não se percebe qualquer elemento diferenciador específico - situa-se no terço inferior de uma vertente de forte pendente e erosão acentuada, relativamente próximo de uma importante linha de água, amplamente exposto a poente mas inscrevendo-se num espaço relativamente fechado, de visibilidade limitada.

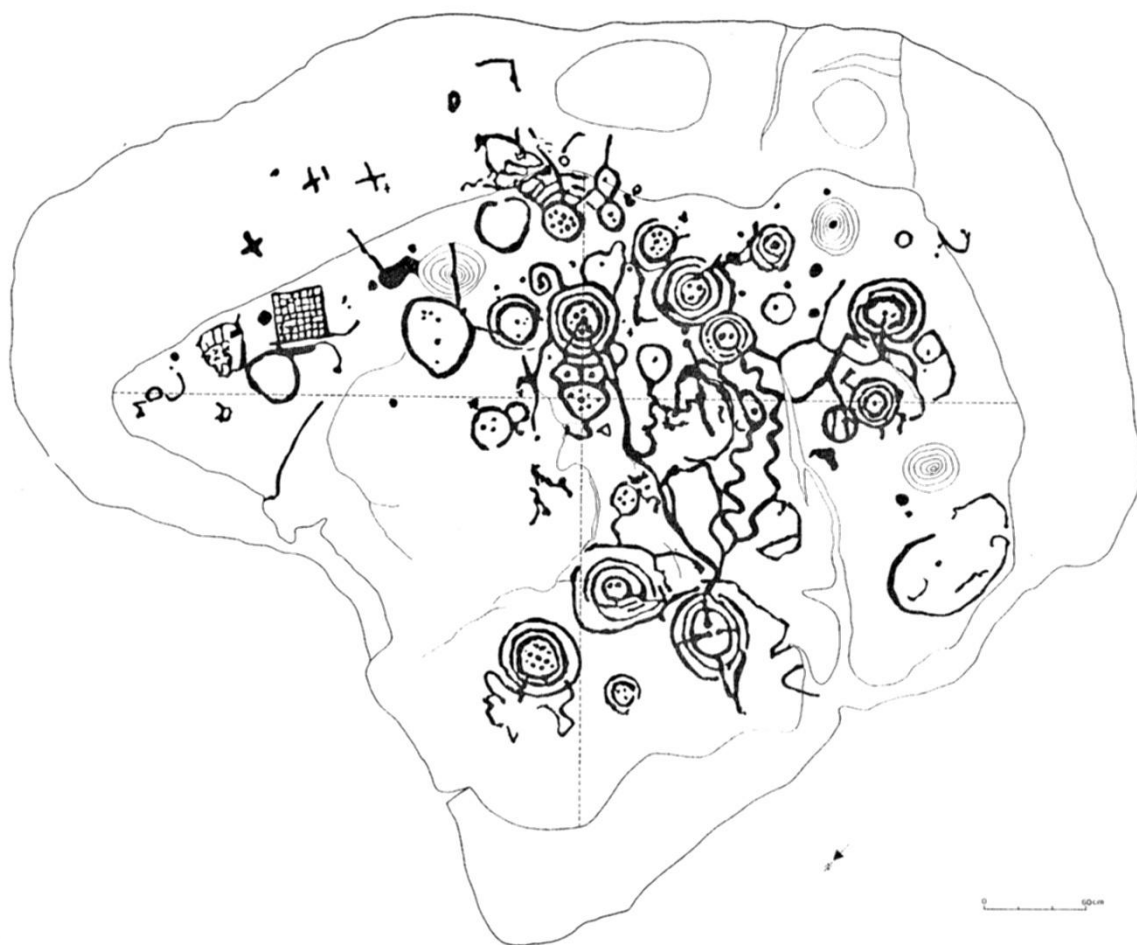


Fig.66 – Rocha central do complexo rupestre de Trás do Colado (in Baptista, 1983-84).

Já não é assim nas suas implantação e localização relativas, pois quando confrontadas com os núcleos de Porto Chão e de Chão da Pesquita evidencia-se logo o carácter diferenciado e oculto da implantação do "santuário" de Trás do Colado.

A diferenciação está patente no facto de não beneficiar de solos com aptidão agrícola potencial, de se inscrever em área de forte declive (classe 4:25-40 %) e de beneficiar de acessibilidade natural reduzida.

A ocultação percebe-se pela não visibilidade do arqueossítio desde qualquer dos outros, à excepção de Serenada (NIG.008), que como já referimos tem uma posição excêntrica. Elegendo como ponto de observação o povoado de Chão da Pesquita, constatamos que a relação de ocultação é muito forte, situando-se o "santuário" por trás da colina da Cheira, na periferia do território correspondente à isócrona de 30 minutos, junto ao rio da Feicha ou de Mulas, rio que poderá ter constituído um limite ou fronteira do referido povoado.

Apesar da invisibilidade assim conseguida, releva o facto de ser a partir de Chão da Pesquita que se consegue uma das melhores acessibilidades naturais ao local, através de um percurso a meia encosta que passa pela portela ou colado da vertente Noroeste da Cheira.

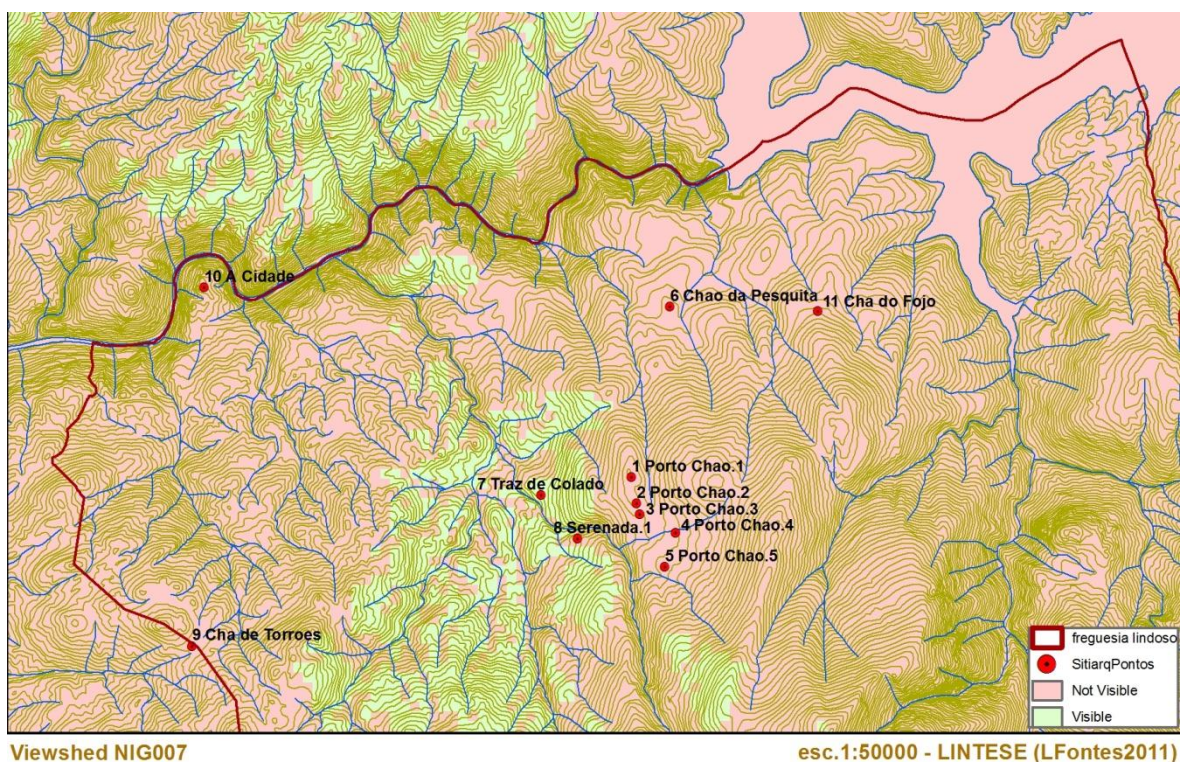


Fig.67 – Visibilidade desde o arqueossítio de Trás do Colado.

Algumas reticências que pudéssemos ter quanto a esta percepção do carácter de ocultação da localização do "santuário", foi eliminada pela própria toponímia do local, que os habitantes ainda usam, de sentido claramente locativo - "traz do colado", isto é, um sítio que não vemos mas sabemos estar para além de uma barreira, neste caso o colado.

Os raciocínios que acabamos de expor permitem-nos pelo menos formular duas interrogações, cujas respostas não serão necessariamente excludentes: a ocultação do "santuário" teve alguma coisa a ver com uma prática reservada, iniciática, de um qualquer ritual ou culto, justificando assim a sua implantação diferenciada em relação ao povoado e ao espaço tumular, ou significa uma marcação simbólica de um espaço que, não sendo visível do povoado, se destinaria a sinalizar, para "outros", que estava ocupado?

Passemos agora ao conjunto de arqueossítios de Porto Chão. À primeira vista, este núcleo, sobretudo pelas características fisiográficas, parece assemelhar-se aquilo que na Galiza se vem chamando *Áreas de Acumulação*, caracterizadas no II^o milénio a.C. como ocupando preferentemente bacias de sedimentação alveolares mais ou menos extensas (as *brañas*) e nas quais se acumulariam evidências arqueológicas de habitação, de enterramento e de arte rupestre, correspondentes a uma ocupação recorrente do sítio, ainda que não permanente (Méndez Fernández, 1994:89).

Este carácter temporário da ocupação estaria relacionado com o aproveitamento, no Verão, da reserva de pasto natural proporcionada pela maior humidade da chã alveolar (*braña*), aceitando-se que esta prática corresponderia à maximização do posicionamento junto de terras com potencial para a produção de cereais através do sistema agrícola de "queimada-cavada" (Méndez Fernández e Prieto Martínez, 1995:125).

Uma outra relação que tem sido estabelecida em estudos galegos de arqueologia da paisagem é aquela que associa tumulações de "tradição megalítica" (ou "mamoas" baixas cistóides) com gravuras rupestres de "covichas", em áreas de alvéolos ou chãs de recepção (*brañas*). Esta contraposição entre terrenos com potencial uso para pastos permanentes e espaço funerário é marcada por duas regularidades distributivas, a saber: as gravuras simples com "covichas" marcam o limite do espaço funerário (coincidente com o espaço da chã), enquanto as gravuras mais complexas (compósitas?) limitam o espaço

anterior em relação a outro espaço, a outro lado, não tumulado (Santos Estévez e Villoch Vásquez, 1995:124-125).

Apesar de não possuímos evidências arqueológicas esclarecedoras relativas a estruturas de habitação e de não se verificarem exactamente as regularidades de distribuição tumulações/gravuras veiculadas pelos modelos galegos acima referidos, julgamos encontrar neste núcleo de Porto Chão alguns elementos comuns que lhe conferem um certo ar de parentesco. Mas também encontramos diferenças significativas, que lhe conferem singularidade.

Como já descrevemos, Porto Chão é um amplo alvéolo / bacia de retenção, com razoáveis condições edafo-climáticas⁴⁵. Aí se encontram tumulações (NIG.001), estruturas indeterminadas - habitação? tumulação? (NIG:002), e gravuras rupestres (NIG.003 e 005) (ver Fig.47). Os três primeiros localizam-se muito próximos uns dos outros, todos na suave vertente sudeste da colina ondulada da Lomba, pequena elevação que remata o anfiteatro natural de Porto Chão no extremo norte, exactamente sobre a portela de Bebedouro ou Leijó. O arqueossítio NIG.005 fica no extremo oposto do anfiteatro, na pequena plataforma que, a Sul, fica sobranceira ao rio da Feicha ou de Mulas.



Fig.68 – Panorâmica de Porto Chão, vista de Sul.

⁴⁵ Mas não possuímos quaisquer dados que nos permitam fazer recuar essas características, pelo menos as edáficas, ao período que estamos a considerar. Nesta perspectiva, até admitimos que as condições de sedimentação aí patentes possam ter sido originadas pela armação do terreno em socalcos em época medieval. Talvez futuras sondagens arqueológicas permitam esclarecer este aspecto.

Do conjunto resta referir o arqueossítio NIG.004, que consideramos com reservas: as "covichas" e estruturas indeterminadas que o caracterizam estão muito próximo de evidências arqueológicas romanas e medievais (NIG.017 e 021), numa mistura que revolvimentos intensos associados a trabalhos de florestação e criação de prados artificiais veio acentuar⁴⁶. A sua leitura apresenta-se portanto mascarada, sendo inviável uma interpretação mais fundamentada. Por todas estas razões não concedemos a este arqueossítio uma grande importância na nossa análise de conjunto.

Feita esta precisão locativa da distribuição de arqueossítios em Porto Chão, verificamos que a ocupação se distribui pela periferia da chã, polarizando-se no lado nordeste, no enfiamento da única via natural de trânsito que liga o anfiteatro à base da vertente da serra, exactamente por onde é mais fácil aceder a Chão da Pesquita, onde se implanta o povoado.

Na coincidência entre tumulação e gravuras simples de "covichas", afirmando um espaço de enterramento, podemos ver algum paralelismo com os modelos galegos referidos. Mas aqui esse espaço tumular não parece articular-se propriamente com uma eventual ocupação habitacional reiterada do alvéolo, mas antes talvez com um povoado grande, fixo, implantado ligeiramente mais abaixo numa plataforma mais favorável do ponto de vista das características fisiográficas, mas em relação ao qual se posiciona como periférico, sendo que a forma topográfica do colado (a portela do Leijó - Bebedouro) funciona como elemento espacial simultaneamente de ligação e de separação.

Contudo, não consideramos que Porto Chão se diferencie funcionalmente como espaço funerário de um modo exclusivo. Admitimos mesmo, referenciando-nos novamente aos modelos galegos, que as potencialidades de uso agrícola e pastoril do alvéolo possam ter sido explorados neste período, de modo não permanente.

O facto de as tumulações serem baixas e de, com as gravuras, se circunscreverem a uma parte muito limitada do terreno, passando facilmente despercebidas, tem sido interpretado como diminuição propositada de

⁴⁶ Por exemplo, alguns afloramentos rochosos pouco salientes, tipo laje, com "covichas" ou com rasgos, chegam a ser sobrepostos por aglomerados de calhaus e terra.

monumentalidade, estratégia de ocultação e de colocação dos mortos fora dos limites do território efectivamente explorado pela comunidade (Méndez Fernández, 1993:75; Bettencourt, 2010:158). Nesta perspectiva, a "mamoã" com cista de Serenada (NIG.008) constituiria o expoente desta nova orientação, pois para além de pouco expressiva topograficamente, aparece isolada na margem esquerda do rio da Feicha, linha de água que aparece como uma espécie de limite natural na dispersão dos arqueossítios deste período.

Mas o que nos importa assinalar, na verificação desta estratégia de ocultação, é que, no que respeita aos arqueossítios de Porto Chão ela é concordante, ou converge, na admissão da possibilidade da chã ter conhecido um aproveitamento simultâneo das suas potencialidades de exploração agropecuária.

Assim, Porto Chão revestiria uma importância acrescida para a população do povoado de Chão da Pesquita, pois para além de aí acolher os seus mortos, proporcionaria uma reserva de recursos capaz de suprir carências imprevisíveis ou de garantir suplementos de produção susceptíveis de suportar o incremento de trocas comerciais com o exterior.

Resta-nos abordar mais detalhadamente os dois arqueossítios com gravuras rupestres compósitas de Chã do Fojo (NIG.011) e de Porto Chão.5 (NIG.005 - Pardieiros).

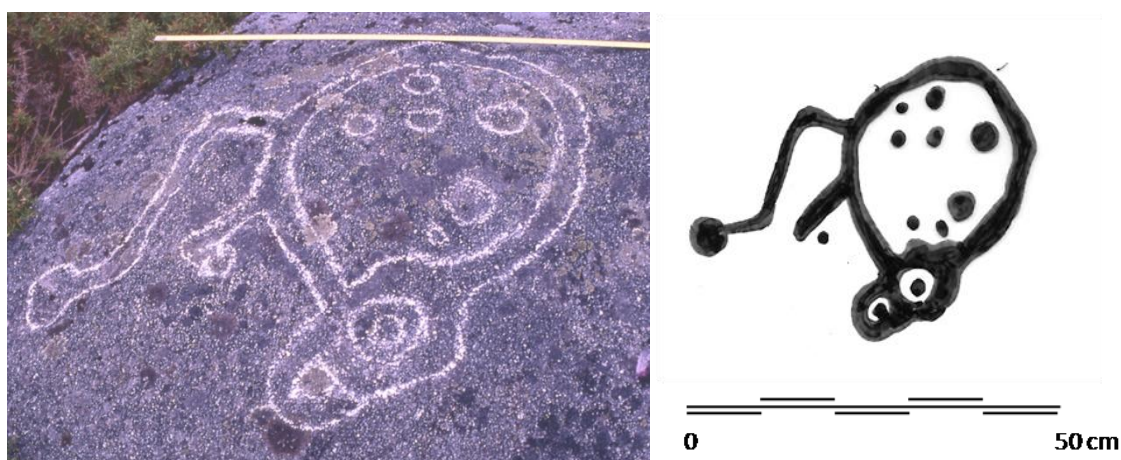


Fig.69 – Porto Chão.5 (NIG.005). Foto e desenho de gravura.

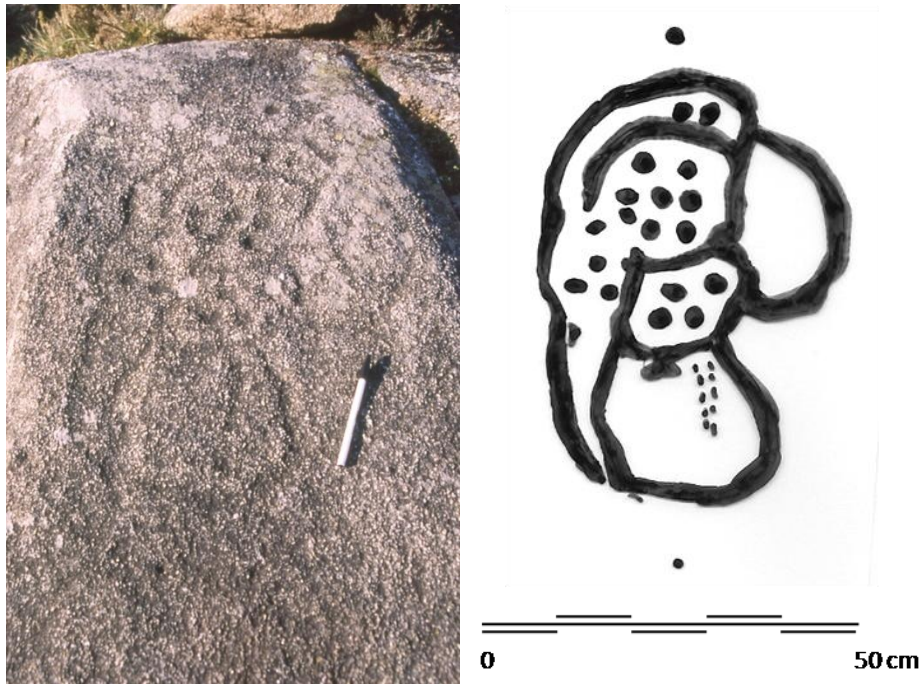


Fig.70 – Chã do Fojo (NIG.011). Foto e desenho de gravura.

O primeiro elemento distintivo destas duas evidências arqueológicas é dado pelo facto de cada uma delas se expressar materialmente através de um afloramento/laje de grande porte, com um único desenho gravado.

Um segundo, já referido mas que agora relembremos, relaciona-se com o posicionamento relativo destes arqueossítios, que se apercebe não por referência a qualquer outro sítio em particular, mesmo no caso do NIG.005 de Porto Chão, mas sim através da observação da globalidade dos arqueossítios deste período. E nessa leitura conjunta surgem como extremos de um eixo sudoeste - nordeste, delimitando uma periferia que encontra num eixo paralelo formado pelo "santuário" e pelo povoado o referente a delimitar. Neste sentido, estes dois arqueossítios poderiam ser entendidos como marcos territoriais⁴⁷.

Um terceiro elemento distintivo, mas simultaneamente integrador, fundamenta-se na identidade técnico-estilística patenteada pelas gravuras de Chã do Fojo, de Porto Chão.5 (Pardieiros) e de Traz do Colado. Poderemos ver nessa mesma conceptualização formal, manifesta nos motivos "idoliformes", uma

⁴⁷ No topo do esporão desenhado pela confluência dos rios Laboreiro e Lima, na margem direita do primeiro, junto ao moinho de vento arruinado que coroa o esporão, exactamente em posição frontal a Chã do Fojo (NIG.011), identificámos em 1995 um afloramento de xisto abundantemente gravado, num pano vertical, com círculos concêntricos, reticulados e covas. Embora apresente uma temática e organização distintas das gravuras de Lindoso, cremos que esta gravura, pela sua localização, desempenha também um papel de marco territorial.

sujeição a um conceito ordenador globalizante e portanto essas gravuras podem surgir na paisagem como marcas de integração do território, exactamente no sentido de conferir uniformidade territorial ao espaço controlado?

Nesta perspectiva, as gravuras de Chã do Fojo e de Porto Chão.5 (Pardieiros), na sua ligação conceptual ao "santuário" de Traz do Colado, parecem revestir uma função sacralizadora de limites, aparecendo-nos o território ocupado como uma paisagem ritualizada e conceptualmente construída.

Ritualizada para os vivos, através de desenhos bem visíveis, gravados profundamente, para durar, em rochas duras presas à terra, garantindo-se assim a perpetuação das marcas. Esta durabilidade das gravuras remete para uma ocupação permanente, temporalmente prolongada, durante a qual se terão ensaiado novas formas de exploração e apropriação do espaço envolvente. Porém, sobre isso nada sabemos, como nada sabemos sobre quando se iniciou, quanto tempo durou e quando terminou a ocupação que genericamente situamos no II^o milénio a.C.

Desconhecemos igualmente se neste período houve variação ou conservação de padrões culturais e se essas variações ou permanências se traduziram, de algum modo, na cultura material ou nas modalidades de exploração do meio.

Também não temos dados específicos do impacte sobre o meio envolvente da acção das comunidades humanas associáveis aos arqueossítios acima referidos. Apenas podemos admitir, por analogia e com as naturais reservas por se tratar de dados de outros locais, embora relativamente próximos, que aqui no Lindoso se terão verificado fenómenos similares de aumento de processos de desflorestação e aumento da actividade agrícola, evidenciados nos diagramas polínicos pela diminuição constante dos taxa arbóreos e correlativo aumento dos taxa cerealíferos e sinantrópicos, que progridem em altitude (Ramil Rego, 1993:51-52).

Assim, propomos a hipótese de se ter iniciado neste período o processo de formação antrópica de solos na área envolvente do povoado de Chão da Pesquita, podendo a actividade agrícola, ainda que de modo intermitente e na modalidade de "queimada-cavada", ter-se alargado à bacia de Porto Chão e a outras chãs de altitude, como Chão do Couto, configurando uma paisagem de "estepe cultural" (Ramil Rego, 1993:51).

Ao contrário do período anterior, o território de Lindoso apresentaria agora amplas clareiras desflorestadas e cumeadas dominadas por vegetação rasteira de matos e herbáceas, confinando-se as manchas de bosques aos vales interiores.

Apenas apreendemos uns traços fugazes relativos ao que julgamos ter sido um modo particular de ordenar o território e de organizar o espaço num determinado tempo, suficientes para ensaiar a sua confrontação com períodos anteriores e posteriores, mas claramente insuficientes para explicar toda a complexidade da paisagem da pré-histórica recente de Lindoso.

Fica-nos a ideia, entretanto, que para as comunidades que construíram os taludes e regularizaram as plataformas de Chão da Pesquita, que "decoraram" o "santuário" de Traz do Colado gravando superfícies enormes de massas rochosas, que "marcaram" de modo visível as lajes de Chã do Fojo e de Porto Chão.⁵ (Pardieiros), ou que erigiram o provável esteio-*menir* da portela de Leijó-Bebedouro, todos estes elementos possuíam um importante significado de ordenamento da paisagem. Neste sentido, julgamos poder afirmar que, depois de "ver" as grandes construções megalíticas parar no soalheiro anfiteatro da Avilheira-Coelheira, a paisagem de Lindoso terá conhecido, com o conjunto de arqueossítios que analisamos neste subcapítulo, a sua primeira monumentalização antrópica.

2.3. Entre *Leuni*, *Seurbi*, *Quarquerni* e *Bracari* : um espaço periférico?

O I^o milénio a.C. cobre o período que tradicionalmente se intercala entre o Bronze Final e a Romanização, reconhecendo-se que a este longo intervalo temporal corresponde uma série de mutações às quais aparecem associadas as sociedades que, de um modo genérico, se integram numa designada Idade do Ferro (Redentor, 1997; González Ruibal, 2007 e 2008; Bettencourt, 2009 e 2010).

No quadro do Noroeste português e peninsular, as sociedades do Bronze Final terão conhecido o apogeu do seu desenvolvimento nos primeiros séculos do milénio, atingindo então elevados níveis de organização económica e de complexificação social expressas, entre outros aspectos, na troca/comércio alargado, na emergência dos povoados fortificados e no reforço do *status* individual dos chefes.

As evidências arqueológicas ilustram uma realidade complexa e polimórfica, com povoados fortificados e povoados abertos, uns maiores outros mais pequenos, produções cerâmicas diversas com características técnico-decorativas reveladoras de influências distintas e de circulação inter-regional e uma metalurgia do bronze bem desenvolvida (Bettencourt, 1995:8; Fábregas Valcarce e Meijide Cameselle, 2000:72-73; González Ruibal, 2007:160; Bettencourt, 2009:90-92).

Com mais ou menos refinamentos cronológicos, a generalidade dos investigadores reconhece no registo arqueológico do segundo quartel do milénio, séculos VIII-VI, sinais de mudança: desaparecem ou reduzem-se significativamente os itens materiais de produção supra-regional, diminui e simplifica-se a produção metalúrgica, desaparecem inúmeros povoados fortificados e alguns monumentalizam-se e regionalizam-se as produções cerâmicas (González Ruibal, 2008:902).

As alterações associadas a este período, que se vem designando como I Idade do Ferro, têm vindo a ser interpretadas, não como indicadores de retracção ou empobrecimento, mas como expressões de um processo de transição para sociedades progressivamente mais complexas, orientadas para a exploração preferencial dos recursos agrícolas dos vales e assentes em comunidades mais autónomas, potenciadoras de maior diversidade social, económica e cultural (Martins, 1990:189-190; Martins, Lemos e Pérez Losada, 2005:283; Bettencourt, 2001:47; González Ruibal, 2007:271-272).

De acordo com os autores que temos vindo a citar, o apogeu desta progressiva complexificação das sociedades proto-históricas manifesta-se, com significativas variações regionais, no decurso dos séculos V-II a.C., configurando um novo e distinto modelo de estruturação, ordenamento e organização territorial e social, que se designa de II Idade do Ferro ou, mais comumente, como “Cultura Castreja” ⁴⁸ (Silva, 1986; Carballo Arceo, 1997; Sastre, 2002; Lemos, 2009).

⁴⁸ Designação que conhece defensores e detractores, numa oposição que, baseada em diferentes postulados teórico-ideológicos, ou sua ausência, ironicamente transfere para o discurso científico as características principais do fenómeno que suporta a discussão, isto é, à suposta diversidade das reconhecidas “sociedades castrejas” parece corresponder uma distinta identidade de ainda não reconhecidas “escolas arqueológicas” (Martins, 1996a; González Ruibal, 2007:41-42; Lemos, 2009:125-127; Castro Pérez, 2010:11-13).

“Cultura Castreja” a que, apesar da reconhecida diversidade regional, se reconhecem características identificadoras comuns, desde a fortificação sistemática dos povoados, sua expansão para as zonas de vale e desenvolvimento de grandes *oppida* proto-urbanos, que parecem constituir “lugares centrais” de um povoamento hierarquizado, de economia agrária auto-suficiente (Carballo Arceo, 1997:75; Sastre, 2002:220; Martins, Lemos e Pérez Losada, 2005:284-285; González Ruibal, 2008a:920-925; Martins, 2009b:184; Lemos, 2009:139), até à complexificação da arquitectura, com expressões monumentais manifestas nos complexos amuralhamentos (Martins, Lemos e Pérez Losada, 2005:284; González Ruibal, 2008a:905 e 914; Lemos, 2009:143-144) e na decoração de casas e de balneários (González Ruibal, 2008:906-907 e 919; Lemos, 2009:158-161).

Os elementos reconhecidos como característicos da “Cultura Castreja” alargam-se ainda à uniformização das produções cerâmicas e à utilização frequente do ferro (Martins, Lemos e Pérez Losada, 2005:285; González Ruibal, 2008a:925) e conhecem na ourivesaria e na estatuária uma expressão artística singular (Silva, 1986).

Na interacção dos factores endógenos e exógenos que explicam este novo quadro releva, nos últimos, a integração do Noroeste peninsular na esfera do domínio romano.

É precisamente com base na epigrafia latina indígena e romana e nos textos de autores clássicos como Estrabão, Plínio o Velho e Ptolomeu, que é possível conhecer, para os finais do I^o milénio a.C., um pouco mais da organização socio-territorial do noroeste peninsular (García Quintela, 2002; Alarcão, 2003a; Santos Yanguas, 2009), a região da “Cultura Castreja”, culturalmente consolidada e identificada pelos romanos com os galaicos (González Ruibal, 2008a:908; Dopicos Caínzos, 2009:44; Rodríguez Álvarez, 2009:56).

Para as sociedades dessa época reconhece-se uma organização em *castella* (correspondentes aos povoados), que sustentariam, a um nível superior de estruturação da sociedade, a existência de *populi* ou *civitate* (circunscrições étnico-territoriais que conheceriam uma significativa expressão geográfica) (Barja de Quiroga, 1999:353-354; Carvalho, 2008:87-97; Dopico Caínzos, 2009:44-45).

O actual território de Lindoso faria parte de uma região em que se localizam, sem muita precisão, *Leuni*, *Seurbi*, *Quarquerni* e *Bracari*, entidades étnicas que se integrariam no conjunto mais vasto dos *Callaeci Bracari* (ver abaixo Fig.74).

Feita esta contextualização preliminar e reportando-nos agora ao actual território de Lindoso, igualmente sobressai, para este período, a escassez de evidências arqueológicas. Ao contrário da ausência de dados registada para o fenómeno megalítico, que nos permitiu avançar na interpretação dos significados das ausências, o facto de para esta época registarmos apenas um arqueossítio - A Cidade (NIG.010), torna a interpretação bastante mais difícil e problemática.

Sobretudo porque o povoado delimitado por talude de Chão da Pesquita não forneceu elementos que permitissem prolongar a sua ocupação pelos inícios do I^o milénio a.C.⁴⁹, nem tão pouco se pode fazer recuar a esse momento a ocupação do pequeno povoado fortificado de A Cidade.

Bem pelo contrário, pois os escassos elementos aí recolhidos apenas sustentam uma cronologia relativa imediatamente anterior ao processo de romanização, que nesta região se terá iniciado em finais do século II a.C. na sequência das primeiras expedições militares romanas, das quais a mais referida será porventura a de 137 a.C. comandada pelo procônsul *Decimus Iunius Brutus*, o *Callaicus*, no decurso da qual aconteceu a passagem do rio Lima, comparado ao *Lethes*, o rio do "esquecimento" (Alarcão, 1988:9; Arias Vilas, 1992:17-18; Alarcão, 2009-2010).

Temos assim, aparentemente, uma descontinuidade de ocupação, evidenciada pela "deslocalização" do único povoado permanente reconhecível na paisagem, que ocorre no decurso do I^o milénio a.C..

Para além de não termos identificado quaisquer outros tipos de vestígios que pudéssemos situar neste período⁵⁰, o facto da implantação e localização do povoado de A Cidade revelarem relações distintas com o meio envolvente e uma distinta inserção no contexto arqueológico, numa clara ruptura com o modelo

⁴⁹ O abandono do povoado de Chão da Pesquita poderia dever-se a factores de ordem diversa, entre os quais se poderia incluir uma suposta deterioração climática na transição para o Sub-Atlântico (fins do II^o milénio a.C.), desencadeadora de crises agrícola e populacional, provocando o abandono de habitações em áreas de montanha (Martins, 1990: 202-203).

⁵⁰ Não entendemos a referência ao achado de "uma figura de pedra" na veiga próxima de Vão da Lage, como correspondente a uma estátua de "guerreiro galaico" (Vasconcelos, 1989:57 – que erradamente situa Cidadelhe em Britelo). Discutiremos este assunto no capítulo seguinte (Fontes, 2003).

precedente, reforça o carácter único e isolado da sua existência e acentua a ideia de estarmos perante modalidades de povoamento correspondentes a distintos modelos de ocupação e a diferenciadas estruturas territoriais.



Fig.71 – Panorâmica do arqueossítio A Cidade (NIG.010).

O povoado de A Cidade é um pequeno habitat alcandorado nas escarpas abruptas da margem esquerda do rio Lima, com acessibilidade difícil. Apesar de beneficiar de condições micro-climáticas que hoje entendemos como particularmente favoráveis à fixação humana, apresenta características fisiográficas pouco propícias a uma exploração agro-pastoril significativa, não beneficiando, na proximidade, de solos com aptidão agrícola.

De facto, os socalcos agrícolas que actualmente se estendem para Sul até à aldeia de Cidadelhe são de origem medieval e moderna e revelam, mais do que um aproveitamento de potencialidades e de aptidões, um extraordinário esforço e perseverança por parte do ser humano na conquista de terreno e na "construção" de solos artificiais para sustentar uma produção agrícola capaz de garantir a sobrevivência.

Já a posição de contiguidade em relação ao rio proporciona excelentes condições de exploração dos recursos piscícolas.

Tal como os dados são escassos, também esta brevíssima análise pouco adianta relativamente à interpretação do significado da implantação específica do

povoado. Quando muito, releva um eventual maior peso relativo da exploração dos recursos do rio.

A ausência, já referida, de outros arqueossítios atribuíveis ao mesmo período crono-cultural, no termo de Lindoso⁵¹, impossibilita a realização de qualquer análise tendente a apreender relações inter-sítios, e reduz ainda mais as possibilidades de compreender porque terá sido escolhido aquele local e não outro para fundação do povoado.

Tão pouco encontramos qualquer relação espacial positiva entre A Cidade e os arqueossítios de ocupação mais antiga; antes pelo contrário, verifica-se uma evidente relação de afastamento, de "desconhecimento" - o arqueossítio mais próximo, o "santuário" de Traz do Colado (NIG.007), cai fora da área de visibilidade directa, situando-se a cerca de 2600 metros (distância no mapa), a uma cota 250 metros mais elevada. Tendo por referência o actual território, verificamos que A Cidade está deslocado para a periferia do termo de Lindoso, localizando-se no extremo noroeste, enquanto os arqueossítios mais antigos se localizam ao centro da banda setentrional do território.

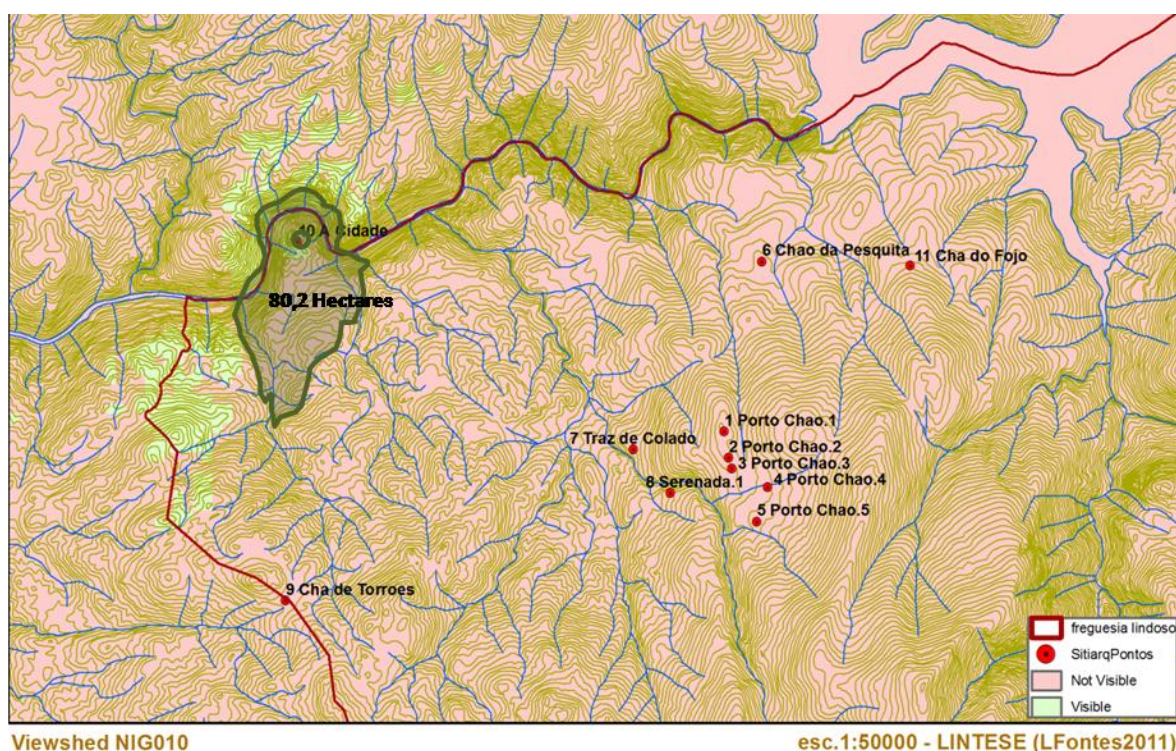


Fig.72 – Visibilidade desde o povoado de A Cidade, com isócrona de 30 m.

⁵¹ Ao contrário de António M. Baptista (em PO-PNPG 1995:32), não classificamos como povoados "castrejos" os sítios de Castro (Parada) e Torre Grande (Lindoso). Relativamente ao primeiro, não identificamos qualquer vestígio que sustentasse a sua classificação como um arqueossítio. Quanto ao segundo, as evidências arqueológicas testemunham uma ocupação romana e posterior.

A rarefacção do povoamento proto-histórico em direcção ao vale alto do rio Lima, o verdadeiro vazio de ocupação que aí se regista, com efectiva ausência de povoados fortificados do tipo "castro" ou quaisquer outros na região de confluência dos rios Lima, Cabril e Laboreiro (Fontes, 2010:213), ganha relevância quando verificamos que coincide espacialmente com idêntica distribuição anteriormente detectada em relação às manchas de "ocupação megalítica".

Sem que isso signifique qualquer relação cultural, aceitamos que, no quadro da existência de comunidades fortemente hierarquizadas e conscientes da sua identidade étnica, como reconhecidamente o eram as "castrejas" (Martins, 2009a:218-219; Rodríguez Álvarez, 2009:56), essa hierarquia social e identidade étnica teriam necessariamente uma expressão territorial, que nas zonas de contacto poderia revelar-se neutra, revestindo assim um estatuto de fronteira.

Nesta perspectiva, os acidentes naturais importantes, como são os profundos vales encaixados dos rios Cabril e Laboreiro, facilitariam o estabelecimento destas linhas de fronteira.

Significativamente, em quase todos os estudos de identificação e localização dos *populi* indígenas referidos pelos autores clássicos, quase todos os investigadores que se debruçaram sobre o assunto reconheceram nesta área serrana atravessada pelo rio Lima um espaço de separação entre os *populi Leuni* e *Seurbi*, que situam para o interior, na margem direita do rio Lima, os *Quarquerni*, que situam na zona de Bande (Galiza), e os *Bracari*, localizados na região de Braga e aceitando-se que se estendessem até ao rio Lima (Tranoy, 1981:carte III; Pérez Losada, 2002:65; Martins, 1996:10; Alarcão, 1998:434; Alarcão, 2003b:122; Rodríguez Colmenero e Ferrer Sierra, 2006:14).

Assim, a alteração das modalidades de povoamento e redefinição da estrutura territorial, que havíamos percebido a partir da contraposição entre os povoados de Chão da Pesquita e A Cidade, ganha contornos mais definidos, aparecendo o actual território de Lindoso como parte de uma zona "tampão" mais vasta, alongada entre os vales dos rios Laboreiro e Cabril, podendo para Sudeste estender-se a toda a Serra do Gerês.

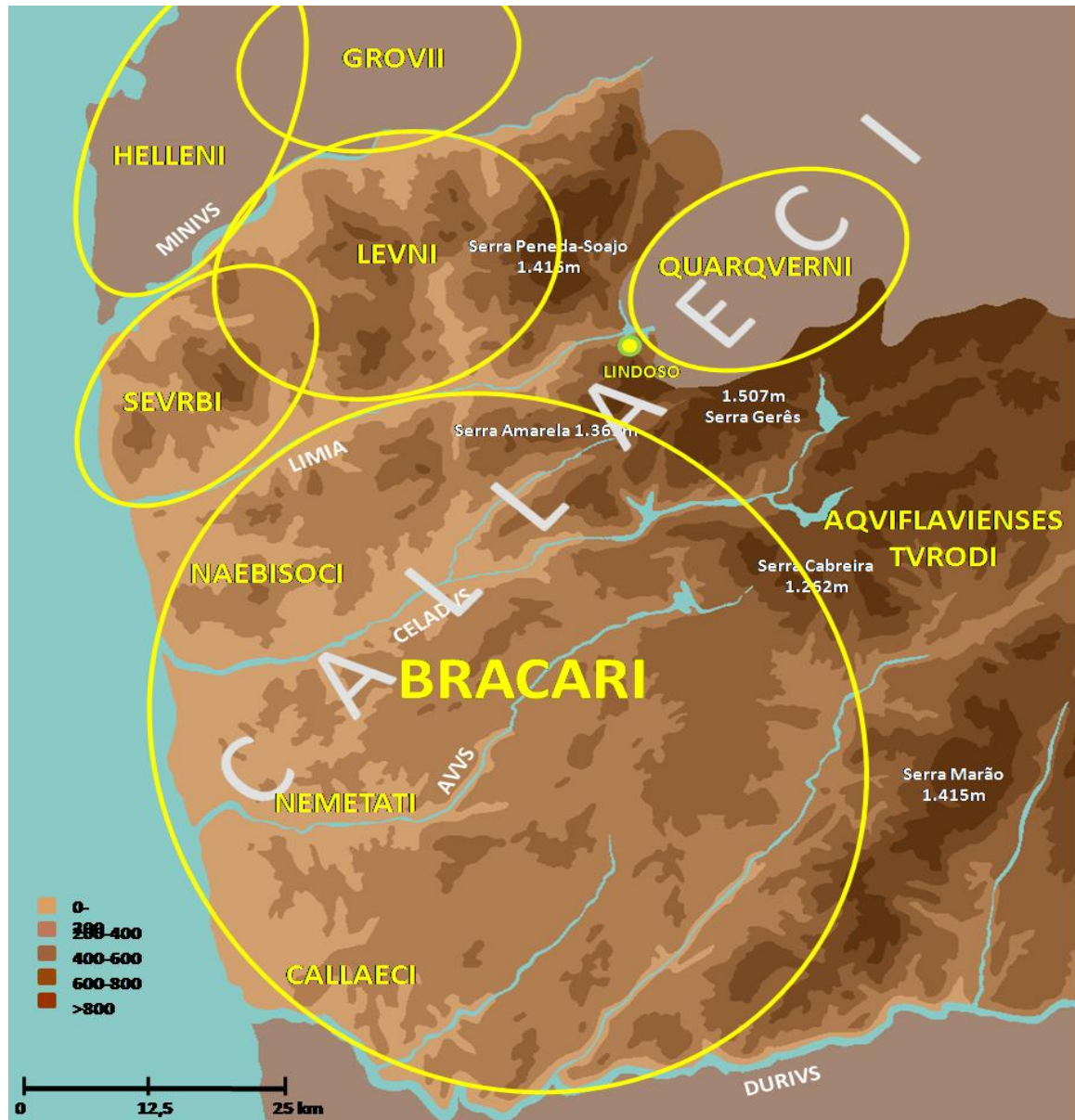


Fig.74 – Distribuição de *populi* no Noroeste (adaptado de Tranoy, 1981:carte III; Silva, 1986; Pérez Losada, 2002:65; Alarcão, 2003b:122)

Nesta perspectiva, poderá colocar-se a hipótese de esta região ter ficado à margem do forte impacte da pressão antrópica sobre o meio que se reconhece ter-se iniciado neste período, e caracterizado globalmente por fenómenos de significativa retracção arbórea provocada por desflorestações e arroteamentos agrícolas (Ramil Rêgo, 1993:51; Carballo Arceo, 1997:73).

Poderá até ampliar-se a hipótese no sentido de, aqui no Lindoso (como no vale do rio Labreiro e na Serra do Gerês), ter havido, nos tempos imediatamente anteriores à romanização, uma recuperação do bosque caducifólio de *Quercus*,

repondo-se sobre a paisagem de Landnam, que terá dominado no II^o milénio a.C., uma paisagem novamente de domínio florestal.

Uma referência final à toponímia. "A Cidade" é um nome que encontra a sua origem etimológica em *civitate*. A mesma origem subjaz ao nome da povoação mais próxima do arqueossítio - Cidadelhe. Independentemente da forma mais erudita ou mais popular (ou diminutivo?) que cada um reveste, o que importa realçar é a origem latina do nome.

A pertinência desta observação resulta do facto de no arqueossítio A Cidade se ter identificado também uma ocupação de época romana, isto é, é um arqueossítio que integra a malha do povoamento romano, no quadro do qual patenteia um conjunto de relações significativas que, porventura, e comparativamente ao período pré-romano, torna mais compreensível o significado da sua localização.

Significará isto que o povoado de A Cidade, sendo menos compreensível no quadro do povoamento pré-romano e, como veremos no capítulo seguinte relativo ao período romano, se inscreva melhor na malha romana, possa ser uma precoce fundação de época romana, justificável no sentido de garantir a penetração num vale até então eventualmente pouco explorado? A verdade é que o talude-muralha que defende o povoado no acesso por Sudoeste e a cerâmica "micácea", sendo atributos "castrejos", suportam igualmente a inclusão num universo romano de conquista.

Mantendo-nos no campo das hipóteses, podemos igualmente formular a interrogação de se a designação toponímica "A Cidade" e/ou "Cidadelhe" não correspondem ao reconhecimento, por parte dos romanos, da importância local de um povoado indígena que justificasse receber esse nome?

Nem uma nem outra são contraditórias com a hipótese de o actual território de Lindoso ter estado inscrito num espaço mais vasto que terá funcionado como fronteira entre os vários *populi* que ocupavam esta região serrana do vale do Lima – para Este dos vales dos rios Laboreiro e Cabril, prolongados pelo maciço do Gerês, ficariam os *Quarquerni*; para Oeste ficariam os *Leuni* e *Seurbi*, a Norte do rio Lima e os *Bracari* a Sul.

Sobre se o povoado de A Cidade terá tido uma fundação pré-romana ou romana, só escavações arqueológicas poderão proporcionar uma resposta melhor fundamentada.

3. A INTEGRAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO ROMANA DO TERRITÓRIO

3.1. Introdução

O domínio romano do Noroeste peninsular é um tema de Arqueologia Clássica bastante desenvolvido e relativamente ao qual se produziu uma abundante bibliografia, da qual se destacam as grandes sínteses, de consulta obrigatória: *La Galice Romain*, de Alain Tranoy (1981), *Roman Portugal*, de Jorge Alarcão (1988a e 1988b), *A Romanización de Galicia*, de Felipe Arias Vilas (1992) e o mais recente capítulo *A Romanização*, da obra *Minho. Traços de Identidade*, de Manuela Martins (2009a)⁵².

Inúmeros trabalhos produzidos nas últimas duas décadas têm vindo a enriquecer a vasta problemática da ocupação do território durante o domínio romano, abordando-se também questões como as da estrutura do povoamento e paisagem agrária (Pérez Losada, 2002; Martins, Lemos e Pérez Losada, 2005; Fernández Ochoa, García-Entero e Gil Sendino, 2008; Carvalho, 2008), urbanismo (Rodríguez Colmenero, 1998; Dias e Araújo, 1999; Martins, 2009b), monetarização da economia (Centeno, 1987; Centeno, García-Bellido e Mora, 1999), viação (Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004), comércio e economia (Naveiro López, 1991; Morais, 2005), organização social e política (González Ruibal, 2007; Rodà de Llanza, 2009) e exploração de recursos (Martins, 2008).

O tema “romanização” não está, porém, esgotado, como evidencia o recente balanço das investigações traçado para a Galiza por M. Cavada Nieto (2010), ou as estimulantes reflexões em torno da revisão do próprio conceito de “romanização”, que se interpreta agora como um processo complexo e heterogéneo, valorizando mais a componente local ou “indígena” e retirando-lhe a carga ideológica de imposição de uma suposta cultura superior, com que frequentemente era utilizado (Martins, 1996b:184-185; González Ruibal, 2007:599; Pereira-Menaut, 2009; Carvalho, 2010:20).

⁵² Pequenas sínteses temáticas podem encontrar-se na obra *Galicia: da romanidade à xermanización* - interessaram-nos sobretudo os contributos de C.A. Ferreira de Almeida (1993), F. Arias Vilas (1993), P.C. Díaz Martínez (1993), A. Pena Graña (1993) e M. Villanueva Acuña (1993). Para Portugal, a *Bibliografía Arqueológica Portuguesa*, de Eduardo Pires de Oliveira (1984, 1985 e 1993), recolhe uma ampla bibliografia monográfica.

Para o que ao nosso trabalho interessa, importa relevar que parte significativa do conhecimento produzido sobre a temática "romanização" assenta em grande parte em dados de natureza arqueológica, relevando igualmente os contributos da Epigrafia e da Numismática. Significa isto que as características ergológicas do "mundo romano" estão relativamente bem definidas, sendo frequente estabelecer-se cronologias ou filiações culturais refinadas com base em produções cerâmicas, numismas, tipologias construtivas e arquitectónicas, estilos e técnicas decorativas e conteúdos epigráficos.

Foram exactamente as características ergológicas patenteadas nos oito arqueossítios considerados neste capítulo que sustentaram o balizamento cronológico para que o título remete, período a que corresponde, do ponto de vista político-administrativo, o efectivo domínio romano do noroeste peninsular galaico, efectivamente concretizado entre a transição da Era e os inícios do século V.

Foi também por reconhecermos na cultura material desta época potencialidades informativas acrescidas, que privilegiámos a recolha e análise de informação primária. Neste caso, conseguimos-lo relativamente ao conjunto dos oito arqueossítios, tendo sido proporcionada tanto pela prospecção, que permitiu identificar novos sítios e registar achados de elevado potencial informativo, como pelas escavações arqueológicas que efectuámos em dois arqueossítios de distinta funcionalidade – o túmulo de Torrão dos Galegos (NIG.014) e o habitat de Cabeço de Leijó (NIG.016), cujos resultados se revelaram fundamentais para a compreensão da ocupação da área de Lindoso nos primeiros séculos da nossa Era.

Quanto à bibliografia, verifica-se situação semelhante à que já referimos para o capítulo relativo ao período anterior. No termo de Lindoso referenciam-se apenas dois pequenos trabalhos em arqueologia de época romana, um noticiando a inscrição de Hércules (Almeida, 1982) e outro divulgando a estação arqueológica de Torre Grande (Baptista, 1990)⁵³. E embora se refiram inúmeros sítios e achados classificados como romanos na vertente noroeste da Serra Amarela (Medeiros, Teixeira e Lopes, 1975:52; Alarcão, 1988b:3 e 5), sugerindo uma intensa ocupação desta área, a verdade é que as unidades geográficas

⁵³ A que deve juntar-se o nosso recente trabalho sobre a estela com togado de Lindoso (Fontes, 2003).

correspondentes ao vale alto do troço português do rio Lima e ao maciço da Serra Amarela nunca foram objecto de quaisquer estudos arqueológicos sistemáticos. Tal como noutras regiões do país⁵⁴, também aqui as investigações se ficaram pela zona litoral (Almeida, C.A.B., 1990 e 1996).

Face a esta ausência de estudos mais alargados, não é de estranhar que as grandes sínteses sobre a romanização do noroeste português sejam omissas relativamente à romanização dos espaços serranos. Apesar disso, a abundante bibliografia produzida permite traçar, a uma escala supra-regional, um quadro relativamente bem documentado da romanização. E porque para a análise da ocupação do território do Lindoso nesta época necessitamos de estabelecer um contexto de referência, julgamos adequado esboçar, para este período, em sub-capítulo próprio, ainda que de modo sintético e em traços gerais, o quadro caracterizador da ocupação romana e suevo-visigótica.

3.2. Aproximação ao contexto regional

A partir do terço final do século II a.C. e durante todo o século I d.C., na sequência, primeiro, das campanhas militares protagonizadas por *Decimus Iunius Brutus* (138-136 a.C.) e depois, das expedições comerciais de *Publio Crassus* (96-94 a.C.) e *Iulius Caesar* (61 a.C.), o Noroeste peninsular entra na órbita do mundo romano, podendo considerar-se que as relações comerciais conheceram a partir desta altura um progressivo incremento (González Ruibal, 2007:604; Carvalho, 2008:77 e 82; Martins, 2009a:220-221).

No último quartel do século I a.C., na sequência das campanhas de pacificação de Augusto, em que se destacou a acção do legado *P. Carisius* (26-22 a.C.), a *Callaecia* integrou-se definitivamente no império romano. Integração político-administrativa e socioeconómica que se processou a diversos níveis e graus e a diferentes ritmos, pois os dois últimos séculos a.C. registaram, por parte do mundo "castrejo" galaico, uma elevada complexificação social e económica, desenvolvendo-se estruturas de povoamento e de organização social bastante elaboradas, plasmadas nos *castella*, *populi* e *civitates* referenciados pelas fontes

⁵⁴ Que saibamos, o contributo de Jorge Alarcão (1993) para o estudo da romanização da serra da Estrela continua a ser uma excepção.

literárias⁵⁵ (Martins, Lemos e Pérez Losada, 2005:284; Carvalho, 2008:80; Martins 2009a:216; Santos Yanguas, 2009:66-69).

A maioria dos autores reconhece, precisamente, a particularidade do desenvolvimento social e económico atingido pelas populações galaicas, interpretando-o como factor potenciador da sua integração pacífica no império romano, que para esta região terá resultado, ao contrário do que terá sucedido com as populações do centro e norte peninsular, de um processo negocial e não de um processo belicoso de conquista militar (García Quintela, 2002:19; Martins, 2009a:220).

O primeiro quadro conhecido da administração territorial romana reporta-se já ao século I d.C., embora a sua origem se possa anteciper ao tempo do imperador Augusto, e corresponde à extensão da província *Hispania Citerior* até ao noroeste peninsular, reconhecendo-se então a especificidade desta região ao diferenciar-se *Asturica* e *Callaecia* (García Quintela, 2002:18; Dopicos Caínzos, 2009:31-32; Martins, 2009a:222).

Nesta última, é promovida uma primeira identidade territorial alargada através da criação dos *Conventus Iuridicus Lucensis*, com sede em *Lucus Augusti* (Lugo) e *Conventus Iuridicus Bracaraugustanus*, com sede em *Bracara Augusta* (Braga), naquilo que se considera ser a expressão administrativo-territorial dos *Callaici Lucensis* e *Callaici Bracari*, respectivamente (Arias Vilas, 1992: 30-32, Carvalho, 2008:94-95), incorporando os primeiros 16 *populi* (166.000 homens livres) e os segundos 24 *civitates* (285.000 homens livres), como refere Plínio o Velho no seu livro *Naturalis Historia*, III, 28. Transcrição de Amílcar Guerra (1995:30-31), sublinhado nosso:

“In his (Asturibus) sunt Gigurri, Paesici, Lancienses, Zoelae ./.../
Simili modo Bracarum XXIII civitates CCLXXXV capitum, ex
quibus praeter ipsos Bracaros Biballi, Coelerni, Callaeci, Equaesii,
Limici, Querquerni citra fastidium nominentur.”

“Entre estes (Ástures) estão os Gígurros, Pésicos, Lancienses,
Zelas./.../ De igual modo as trinta e duas *civitates* dos Brácaros têm
duzentos e oitenta e cinco mil tributários entre os quais se podem

⁵⁵ Especialmente as obras do geógrafo Estrabão, do naturalista Plínio o Velho e do historiador Orósio, amplamente citadas pela generalidade dos investigadores. Ver *Fontes Hispaniae antiquae* (Schulten, 1922).

citar, sem dificuldades, para além dos próprios Brácaros, os Bibalos, Celernos, Galaicos, Equesos, Límicos e Querquernos.”

Apesar de algumas divergências relativamente à questão de as *civitates*, enquanto base territorial do sistema administrativo romano, poderem corresponder a semelhantes circunscrições étnico territoriais que estruturariam as sociedades galaicas pré-romanas (Martins, 2009:222), a generalidade dos autores admite que a organização territorial romana, assente no sistema *provincia/conventus/civitates*, é uma estrutura organizativa estatal e burocrática, imposta por Roma, que realiza o objectivo de construção de um *imperium*, idealizado por Augusto (Carvalho, 2008:8-9; Dopicos Caínzos, 2009:32; Martins, 2009a:223; Rodà de Llanza, 2009:204).

Neste sentido, e como instrumento da implementação do novo sistema de administração romana, é especialmente valorizada a decisão do imperador Augusto em fundar as cidades de *Asturica Augusta* (Astorga), *Lucus Augusti* (Lugo) e *Bracara Augusta* (Braga), estruturando simultaneamente uma rede viária interligando as três capitais de *conventus* (García Quintela, 2002:18-19; Dias, 1999:761; Carvalho, 2008:97; Bendala Galán, 2009:35; Martins, 2009a:225; Martins, 2009b:181).

A partir do século I d.C., o modelo romano de organização político-administrativa e económica consolida-se, designadamente a partir da dinastia flávia, à qual se devem, para a região que nos interessa, dois novos elementos.

O primeiro é a potenciação do comércio através da reparação de vias existentes e construção de novos eixos de comunicação, em que se destaca a abertura da *Via Nova*, a "Jeira" em território português (Via XVIII do itinerário de Antonino), ligando *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta* (Astorga) pelos vales dos rios Cávado, Homem e Lima (imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano) (Baptista *et al.*, 1995).

O segundo é a fundação do acampamento militar de *Aquis Querquernis*, construído cerca de 76, com Vespasiano, para apoio à construção da referida *Via Nova*, logo seguido da respectiva *mansione*. Coincidindo com o abandono e demolição do acampamento militar na primeira metade do século II, a *mansione* conhece um processo de renovação construtiva, transformando-se num aglomerado urbano secundário com cerca de 30 Ha, cujo apogeu parece ter

acontecido no decurso do século III. Manteve-se ocupado até finais do século VI, incorporando já um centro de culto cristão, referenciando-se templos dedicados a São Martinho e a São João Baptista e, nas proximidades, Santa Comba de Bande (Rodríguez Colmenero e Ferrer Sierra, 2009:16-17).

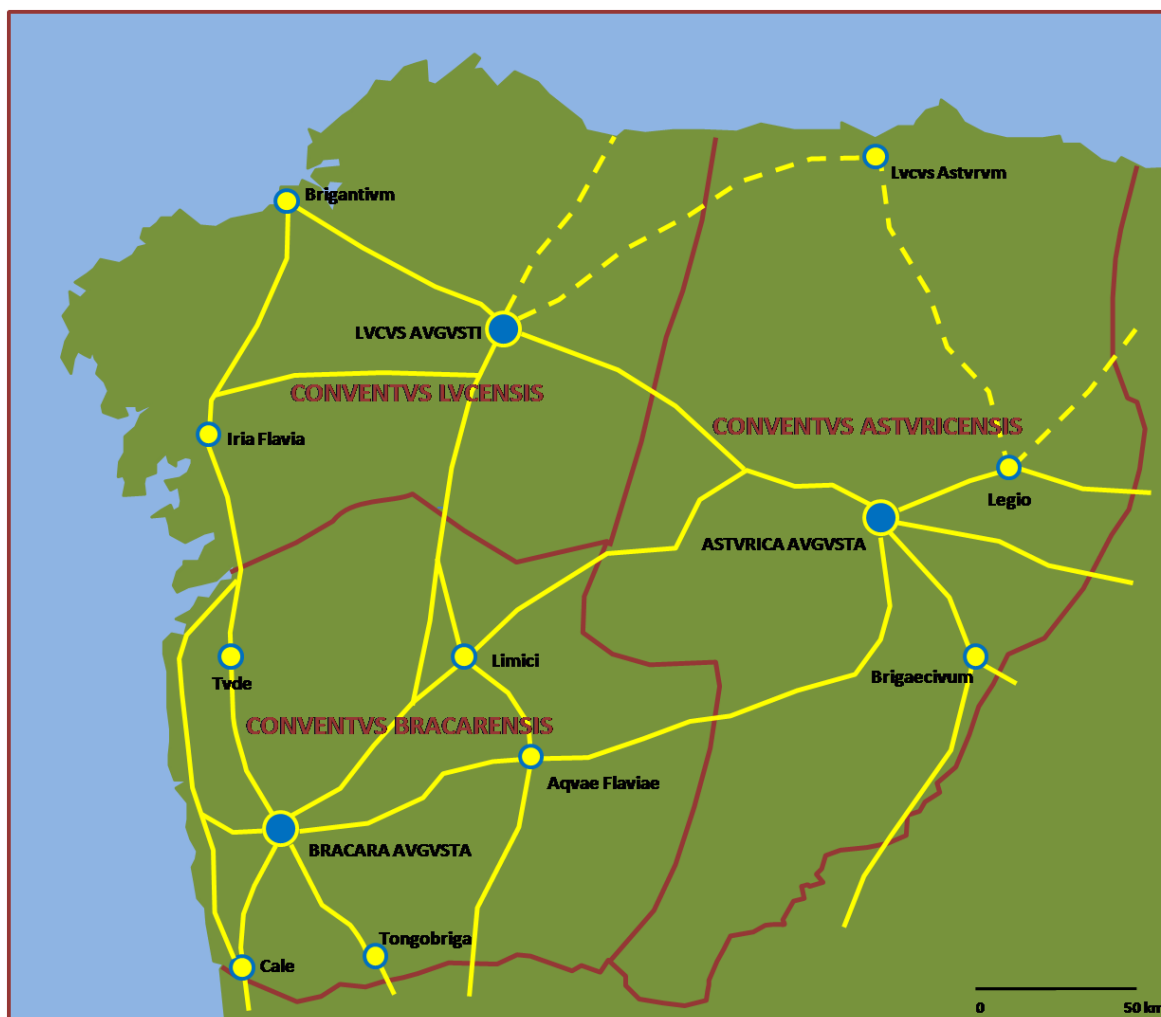


Fig.75 – Divisão administrativa romana do Noroeste Peninsular, nos séculos I-II, com indicação da rede viária e núcleos urbanos principais (adaptado de Tranoy, 1981:cartas III, XVII e XIX).

Criadas as infra-estruturas urbanas e definidos os principais eixos de comunicação, Roma parece ter orientado o seu interesse económico especialmente para a exploração dos recursos mineiros. As comunidades indígenas, por seu lado, terão conservado a economia tradicional de base fundamentalmente agro-silvo-pastoril, aceitando-se que esta tenha conhecido, contudo, uma progressiva adaptação à nova organização económica desencadeada pelas novas estruturas urbanas (Dopazo Martínez *et al.*, 1996:330; Satre Prats, 1998:331; Martins, 2009a:241-242). Do mesmo modo, considera-se

que os desequilíbrios Norte-Sul e interior/litoral se tenham acentuado (Tranoy, 1981:256).

Para o noroeste português considera-se que, a par da manutenção de muitos dos povoados fortificados indígenas, se assiste a partir dos séculos I-II ao aparecimento de inúmeros povoados abertos tipo *vici* e à dispersão de habitats tipo *villae* e casais, formando uma densa rede de povoamento, cuja hierarquização ainda se conhece mal mas que se considera ter desempenhado um importante papel na organização socioeconómica da sociedade rural indígena romanizada (Martins, 1995: 82-84; Carvalho, 2008:211 e sgs; Martins, 2009a:234-236).

Nos inícios do século III, a *Callaecia* torna a ver reconhecida a sua especificidade, pois com o imperador Caracala (ano 212), ainda que temporariamente, separa-se da *Tarraconense* passando a designar-se *Provincia Hispania Superior* (Ozcáriz Gil, 2010:325). Em finais do século III, entre 284-288, Diocleciano promove uma profunda reforma na estrutura administrativa, económica e militar do império, fixando para o noroeste da *Hispania* a província da *Callaecia*, com capital em *Bracara Augusta*, integrando os três *conventus* - *Lucensis*, *Asturum* e *Bracaraugustanus* (Tranoy, 1981:402).

As sociedades indígenas "absorveram", sem rupturas aparentes, os padrões romanos, como evidenciam as expressões materiais da vida quotidiana, desde a ortogonalidade das edificações às produções cerâmicas de consumo generalizado, muitas delas importadas, da generalização de ferramentas metálicas às produções artísticas, podendo ver-se na difusão do culto imperial ou no sincretismo dos deuses do panteão romano a melhor ilustração dessa "absorção", de que o caso de Bracara Augusta é um exemplo paradigmático (Martins, 1995, 1996b, 2009a e 2009b).

Os séculos IV e V revelam um certo afrouxamento do controlo político e administrativo central, uma maior "visibilidade" de alguns aspectos das sociedades galaico-romanas e o aparecimento de elementos exógenos novos, particularmente de origem germânica, bem como a difusão do cristianismo. E embora nem todos os autores coincidam na qualificação ou valorização do sentido das mudanças que reconhecem manifestar-se neste período, a verdade é que praticamente todos convergem no reconhecimento de que o século V, com o

assentamento dos Suevos no noroeste peninsular, marca uma nova etapa da história do noroeste peninsular (Fontes, 1992 e 2009).

Para a região bracarense e lucense reconhece-se, para este período, um certo dinamismo, traduzido na manutenção continuada da rede viária, na intensificação dos contactos comerciais com o norte de África ou no aparecimento de personalidades como Idácio de Chaves ou Paulo Orósio de Braga que, como acentua Carlos A. F. de Almeida, são "(...) excelentes expoentes de romanidade, de cristianismo, das relações culturais com Bizâncio e da paixão com que se discutiam, por aqui, os problemas do paleo-cristianismo." (Almeida, 1987:25; Maciel, 1996:44-45; Fontes, 2009:292).

Como relatam precisamente Idácio e Paulo Orósio, ao tempo da fixação dos Suevos, a população galaico-romana continuava a viver nas cidades, nas *villae* e nos "castros" (Cardoso, 1986; 1989), mantendo uma economia assente na agricultura e na pecuária, que os aperfeiçoamentos tecnológicos romanos e a ocupação de mais e melhores terras nos vales e nas encostas haviam incrementado e desenvolvido.

A este propósito justifica-se citar aqui Orósio, que na sua *História contra os pagãos*, VII:41, relata que (Cardoso, 1986:447):

"(...) também os Bárbaros sem demora execravam abominavelmente as suas espadas e se voltaram para os arados. Protegem os Romanos que ficam e têm-nos à conta de aliados de há pouco e amigos recentes. De modo que já entre os Bárbaros se encontram Romanos que preferem ter uma ténue liberdade entre os Bárbaros a suportar a inquietação dos impostos entre os Romanos."

A ruralização da sociedade galaico-romana evidencia-se igualmente no modo particular que revestiu a penetração, difusão e fixação do cristianismo no noroeste peninsular. De facto, a nova religião parece ter penetrado no momento em que terá havido uma certa retracção urbana e um maior desenvolvimento das *villae*, coincidindo com o "fenómeno priscilianista", o qual, decorrente da sua doutrina e prática, teve uma significativa influência na propagação e organização do cristianismo no meio rural galaico (Arias Vilas, 1992:173).



Fig.76 – Cartografia da *Divisio Theodomiri* ou Paroquial Suevo, no entre Douro e Minho (in Fontes, 2009).

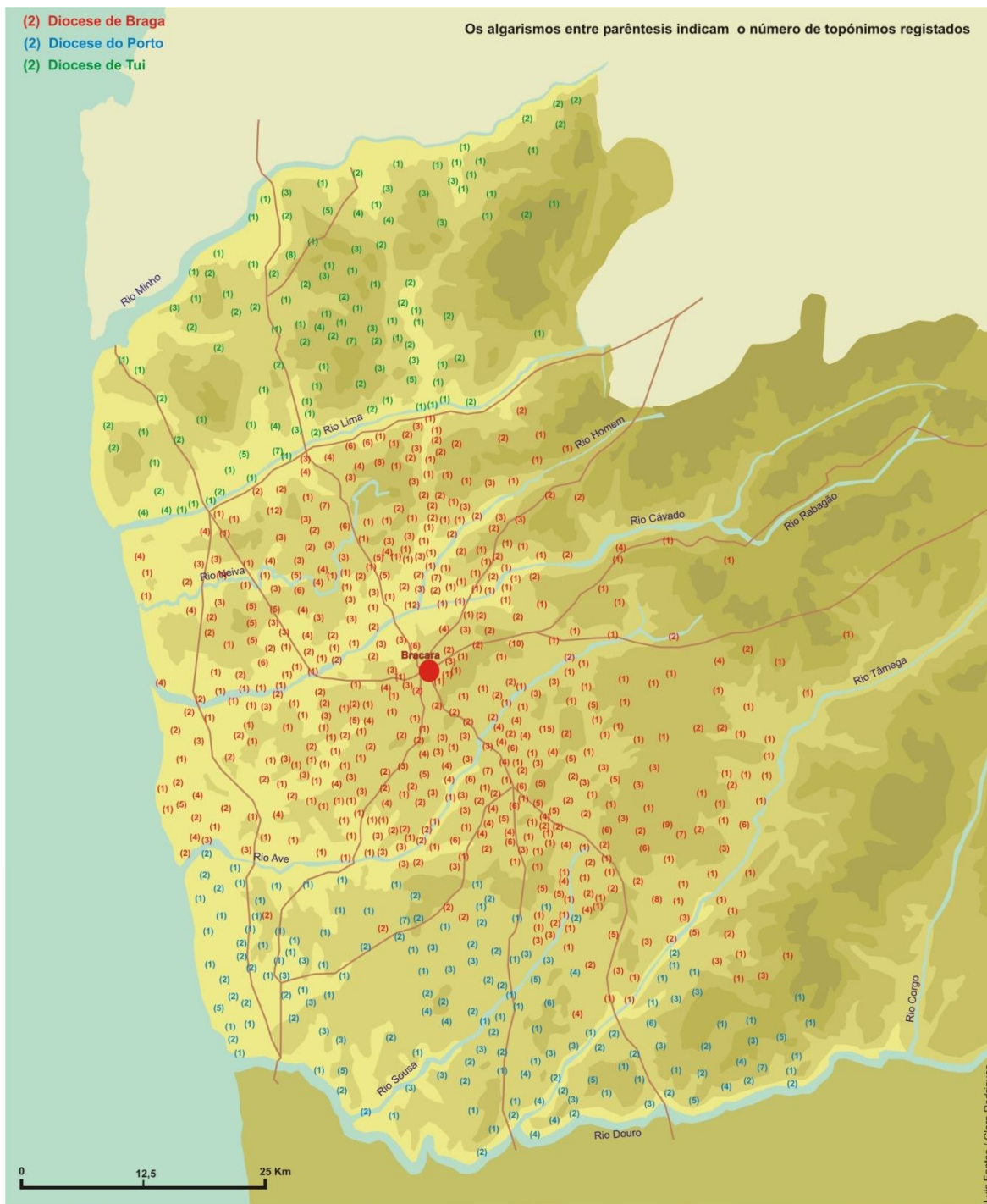


Fig. 77 – Cartografia de antroponímia genitiva anterior ao século VIII, no entre Douro e Minho (in Fontes, 2009).

Verifica-se igualmente que a intensa actividade pastoral e evangelizadora de S. Martinho de Dume, bispo de Dume e Braga (Fontes, 2009:287-290), ou a difusão do monaquismo com S. Frutuoso (igualmente bispo de Braga e Dume), se orientaram preferencialmente para o meio rural. Embora se reconheça que S. Martinho de Dume tinha uma decisiva influência sobre a corte régia e nobreza suevas, a sua célebre obra *De Correctione Rusticorum* dirige-se inequivocamente às populações rurais, cujas práticas gentílicas de raiz galaica, romana e germânica, associadas a um provável isolamento e ao contacto íntimo com a natureza, induziam fenómenos de identificação telúrica de carácter religioso, o que então se considerava como comportamento pagão (Maciel, 1980:40).

No seu conjunto, estes aspectos, mais do que simples coincidências, constituem a evidência clara da importância do povoamento rural, num movimento que se terá iniciado no século III e atingido uma expressão significativa nos séculos VI-VII sob o domínio suevo-visigótico (Fontes, 2009:277-284).

Chegados a este ponto, coloca-se-nos uma questão fundamental: pode o quadro que acabamos de traçar aplicar-se ao espaço serrano do território de Lindoso? Julgamos que sim, pelo menos em parte significativa. E isto porque, embora a generalidade dos estudos não propicie muitos conhecimentos sobre a romanização dos espaços serranos no norte português, como aliás já referimos, a exploração dos recursos minerais e florestais, a par da criação de gado, reconhecidamente importantes actividades no quadro da economia do período que tratamos neste capítulo, conheceram uma significativa concentração nas zonas dos maciços montanhosos do noroeste peninsular (Diaz y Diaz, 1974:83-117; Rodríguez Colmenero, 1977:195 e segs.; Tranoy, 1981:220-237; Arias Vilas, 1992:77-99; Gómez Pantoja, 1993:457-458; Fontes, 2010, 214-215).

Os espaços serranos teriam, assim, sido sujeitos a uma ocupação mais ou menos intensa, tanto mais quanto eram cruzados por uma boa rede viária. Deste modo, a montanha, contrapondo-se embora ao vale, não deixaria de acompanhar as variações do quadro económico geral, reflectindo igualmente a influência dos factores condicionantes da evolução da sociedade galaico-romana (Carvalho, 2008:355 e segs.).



Fig.78 – Ara/pedestal a Hércules e estela com togado, recolhidas no Lindoso (desenhos Ana Fontes/PNPG).

É neste quadro de contextualização genérica que se inscrevem as evidências arqueológicas de oito arqueossítios de Lindoso, ilustrando uma modalidade de povoamento serrano reveladora de uma efectiva integração do território no mundo romano.

Isso mesmo transparece das habitações de planta ortogonal com cobertura telhada, da organização interna do povoado principal (Cabeço de Leijó - NIG.016), das peças de vidro e de cerâmica engobada, do culto a Hércules, da estela funerária com personagem togado em baixo-relevo e da epígrafe com onomástica

latina, elementos a partir de cujas características ergológicas se pode estabelecer uma cronologia de ocupação que se estende do século II ao século VI⁵⁶.

No conjunto, expressam técnicas e modelos construtivos, modalidades de ocupação e existência de comércio com exterior, que se consideram generalizadamente como tendo sido introduzidas e difundidas em época de domínio romano, reconhecendo-se portanto como atributos de “romanização” (Fontes, 2003).

Infelizmente, os dados recolhidos não permitem avançar muito na caracterização e compreensão de cada sítio em particular. Para além das características e cronologias genéricas apreendidas, pouco ou quase nada se pode dizer sobre a data de fundação, duração da ocupação e desactivação dos povoados. Da mudança ou conservação das suas características também pouco se conhece.

O mesmo se pode dizer das tumulações. Desta escassez de dados, que só pode ser ultrapassada pela realização de amplas e demoradas escavações arqueológicas em cada um dos arqueossítios, resulta uma elementar dificuldade de estabelecimento de relações inter-sítios com base nas características ergológicas, designadamente ao nível da sincronia ocupacional.

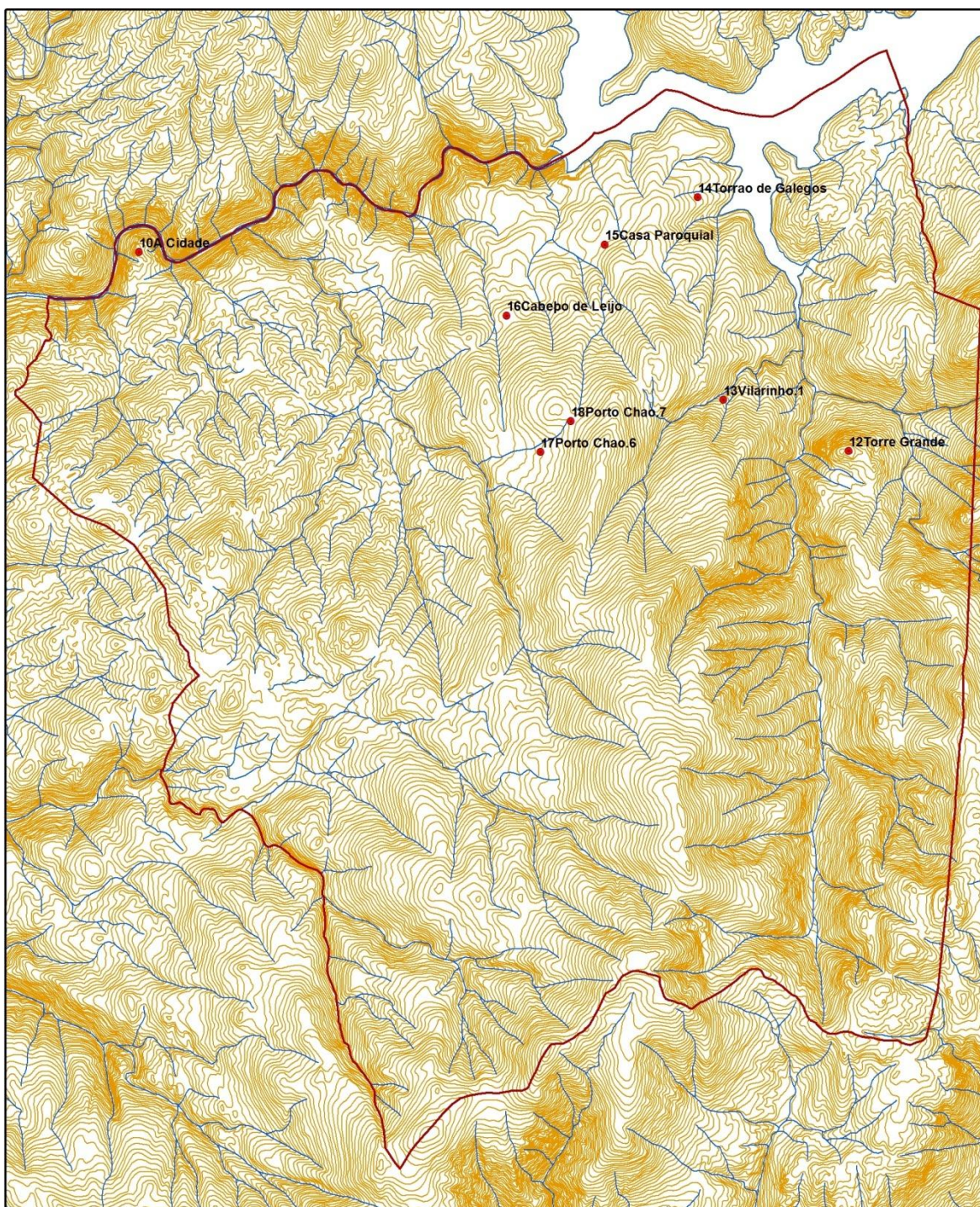
Embora a "uniformidade" indiciada pela presença de *tegulae* e cerâmica comum em todos os povoados seja insuficiente, partimos do reconhecimento desta evidência para, em conjunto com a clara atribuição funcional estabelecida para cada arqueossítio, considerarmos que se revelam características de povoamento e de apropriação de espaço que, sendo diferenciadoras, não se excluem temporalmente.

Antes pelo contrário, aceitam uma análise integradora susceptível de tornar compreensível uma ocupação indubitavelmente prolongada dos sítios, reconhecendo-se assim que tenha acontecido, ainda que efémera, uma sincronia de ocupação dos povoados.

Que modalidades revestiu o povoamento, qual a estrutura territorial que lhe subjaz, a que estratégia de ocupação obedeceu, que interesses serviu e que factores determinaram a sua fixação, são algumas das questões, talvez as mais importantes, relativamente às quais os dados recolhidos permitiram ensaiar

⁵⁶ Ver descrição detalhada dos dados no Apêndice 1 – Inventário Arqueológico.

algumas hipóteses interpretativas. São esses dados e respectivas reflexões analíticas que apresentaremos nos subcapítulos seguintes.



Arqueossítios de Época Romana

esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)

Fig.79 – Localização dos arqueossítios de Época Romana no território de Lindoso.

3.3. Entre *Limia* e *Aquis Querquernis*, no *conventus bracaraugustanus*: a ausência de fronteira, a fixação de um eixo viário e a integração regional

Os arqueossítios classificados como povoados são servidos por linhas de trânsito elementares, determinadas sobretudo pelas condicionantes topográficas. As ligações far-se-iam através dos eixos naturais de comunicação proporcionada pelas portelas/colados, pelas rupturas de vertentes e pelos traçados suaves a meia encosta, provavelmente já de utilização anterior.

A observação conjunta da distribuição dos povoados no Lindoso não evidencia a existência de qualquer rede de comunicações estruturante, ordenadora. Ao contrário, percebe-se a existência de uma rede local de comunicações, que serve indiferenciadamente as unidades de povoamento pelas linhas de trânsito natural de mais fácil acessibilidade. Muitas destas linhas de trânsito viriam a ser estruturadas na Idade Média e Época Moderna, relevando os caminhos de pastoreio que ainda hoje servem o acesso à serra, muitos dos quais conservam extensos troços lajeados.

Nas descrições analíticas e interpretativas dos subcapítulos seguintes faremos várias vezes referência à existência de um importante eixo de comunicação ao longo do vale do Lima, correndo paralelo à base da vertente da Serra Amarela (Fontes, 2003). Vamos, inclusivamente, considerar essa via como referente locativo e factor determinante da localização dos povoados de A Cidade, do Cabeço de Leijó e da tumulação de Torrão de Galegos.

Deve assinalar-se, porém, que a existência dessa via e o reconhecimento do seu eventual papel ordenador não é apreensível ao nível das micro ou semi-micro escalas de análise, dimensão em que, como já salientamos, apenas sobressai a rede local de comunicações. Só ampliando a escala, alargando a observação ao espaço regional, poderá apreender-se a existência ou não de uma malha de povoamento de nível superior, susceptível de justificar a interpretação de o território de Lindoso ter sido servido por uma via de comunicação integrável nesse nível superior de povoamento.

Como já escrevemos, a região em que o Lindoso se inscreve fazia parte, à época do domínio romano, do *Conventus Bracaraugustanus*, cujo centro político-administrativo, *Bracara Augusta*, viria a ser a capital da província da *Callaecia*, de

que também fazia parte o *Conventus Lucensis*, o *Conventus Asturum* e parte do *Conventus Clunicensis*. Esta malha administrativa tinha como suporte de comunicações uma importante rede viária, estruturada pelo triângulo desenhado pelas vias que interligavam *Bracara Augusta* (Braga), *Lucus Augusti* (Lugo) e *Asturica Augusta* (Astorga) (ver acima Fig. 75).

Na parte que respeita ao nosso trabalho, interessam as vias que ligavam Braga a Lugo por Tui (*Tude*) e Braga a Astorga por Bande (*Aquis Querquernis*).

A primeira, datável do tempo de Augusto, finais do século I a.C., será a mais antiga da região, cruzando transversalmente os amplos vales abertos das bacias inferiores dos rios Cávado, Lima e Minho, servindo, no seu traçado pelo actual território português, importantes aglomerados habitacionais romanos, tipo *vici*, classificação em que se poderia enquadrar a *mansio Limia*, assim referida na via XIX do itinerário de Antonino.

A segunda via que nos interessa considerar foi aberta e concluída cerca de um século depois, com o imperador Tito (cerca de 80 d.C.), estabelecendo o traçado mais curto entre Braga e Astorga, passando do vale do rio Homem ao vale alto do rio Lima rasgando através das montanhas do Gerês. É a *Via Nova* do itinerário de Antonino, que na descrição do seu traçado assinala as *mansiones* de *Aquis Originis* (Baños de Riocaldo, Lobios) e *Aquis Quarquernis* (Baños de Bande, Bande), dois sítios que hoje sabemos corresponderam a importantes aglomerados que bem podemos classificar como *vici*, o primeiro com consideráveis áreas construídas, incluindo balneários (Eguileta Franco *et al.*, 1991:139-156; Eguileta Franco e Xusto Rodríguez, 1995:107-114), e o segundo dominado por um importante acampamento militar, do qual se conservam vestígios significativos (Arias Vilas, 1992:61-62; Rodríguez Colmenero e Ferrer Sierra, 2009).

A bacia média do rio Lima, em que se inclui o território de Lindoso, fica exactamente entre estes dois principais eixos viários, não sendo referenciada para o actual território português qualquer via secundária que servisse longitudinalmente o vale do rio Lima. Porém, essa via regional deveria existir, como sugerem alguns elementos.

A via XVIII estabelecia esse percurso longitudinal no troço alto do vale, correndo paralela ao rio pela sua margem direita e continuando para além das

suas nascentes em direcção ao vale do rio Sil (Rodríguez Colmenero, 1977; Tranoy, 1981; Arias Vilas, 1992).

Os pormenorizados estudos de viação romana realizados na zona meridional da Galiza conduziram à identificação de variantes à via principal para sudoeste de Bande, em direcção à actual fronteira portuguesa (Rodríguez Colmenero, 1977).

Por outro lado, a densa malha de povoamento ao longo de todo o vale do rio Lima, designadamente na vertente norte e noroeste da Serra Amarela, bem como de toda a margem esquerda do rio entre Ponte de Lima e o litoral, testemunha uma efectiva ocupação do território, exigindo a existência de uma via de comunicação terrestre que possibilitasse as trocas comerciais e o escoamento dos recursos florestais e mineiros do hinterland do Lima.

Os arqueossítios de época romana identificados para a área de Lindoso constituem exactamente o elo que faltava na ligação da zona baixa (Nóbrega - Ponte da Barca) à zona média-alta (Lobios - Bande) do vale do rio Lima. Embora não possamos traçar o seu percurso pormenorizadamente, esta via seguiria ao longo da margem esquerda do rio Lima, mais junto da base da vertente do que da linha de água, servindo inúmeros núcleos de povoamento concentrado e/ou disperso.

Aceitamos que possa corresponder, grosso modo, ao traçado da principal linha de viação medieval que serviu a região e que ainda se consegue identificar quase na totalidade⁵⁷.

Este traçado prolongaria, assim, o eixo longitudinal acima referido para o troço do vale superior do Lima, estabelecendo uma linha de comunicação desde o importante *municipium* de *Civitas Limicorum*, no interior junto às nascentes (região de Xinzo de Limia), até ao litoral atlântico.

Marcando esta orientação longitudinal na acessibilidade ao vale do Lima, exactamente no cruzamento com as vias XVIII e XIX que servem transversalmente a região, surgem-nos dois importantes aglomerados populacionais - *Limia* e *Aquis Querquernis*. Significativamente, o povoado de Cabeço de Leijó, que classificamos já como um *vicus*, implanta-se num ponto praticamente equidistante dos dois núcleos.

⁵⁷ Ver capítulos seguintes.



Fig.80 – O povoado de Cabeço de Leijó na estrutura da rede viária romana.

Esta equidistância poderia não ter grande significado se não se verificasse o facto de Cabeço de Leijó distar cerca de 30-35 km tanto de *Limia* como de *Aqvis Querquernis*, medida que se reconhece generalizadamente como correspondente à distância padrão de implantação das *mansiones*, que serviam sistematicamente as vias romanas (Baptista *et al.*, 1995:9).

Tendo por referência *Aqvis Quarquernis*, encontramos uma *mansio* a cerca de 30 km junto à Portela do Homem, servindo a via XVIII em direcção ao vale do rio Homem: *Aqvis Originis* (Baños de Riocaldo). Seguindo este modelo, em Cabeço de Leijó situar-se-ia uma *mansio* servindo uma via em direcção ao vale baixo do rio Lima.

Aceite a existência de uma via de comunicação ao longo da margem esquerda do rio Lima, importa sublinhar que é esta infra-estrutura viária que confere sentido à integração do espaço de Lindoso num quadro administrativo de territorialidade alargada, como é o vasto *conventus bracaraugustanus*.

Efectivamente, terá sido através dessa via secundária que as populações que ocuparam o Lindoso no período romano e suevo-visigótico puderam comunicar directamente com os mais importantes núcleos intermédios do povoamento regional. Neste sentido, o espaço de Lindoso rompe com o posicionamento periférico, isolado, "na fronteira", evidenciado em tempos anteriores e emerge como zona intermédia de ocupação e como espaço de trânsito.

Neste processo de ocupação da área do Lindoso, o papel dos militares parece ter sido determinante, como se poderá inferir da ara/pedestal de estátua romana dedicada a *HERCULE*, recolhido na igreja de Lindoso (NIG.015) mas proveniente de local desconhecido. O teónimo revela que se trata de uma inscrição votiva ao deus Hércules, deus guerreiro e protector cujo culto, com carácter oficial, se difundiu pelas províncias ocidentais do império romano a partir do século I e, sobretudo, durante o século II, aparecendo normalmente associado à presença ou trânsito de corpos militares (Oria Segura, 1993:139 e 1996:142).

Considerando a relação da difusão deste culto com a presença de corpos militares, ganha relevância a relativa proximidade de Lindoso a *Aquis Querquernis* (Baños de Bande), cerca de 30 quilómetros para nascente, acampamento militar onde terá estado estacionada, a partir de finais do século I, uma unidade auxiliar de infantaria romana composta por elementos da *Legio VII Gemina* e/ou da *Cohors/Gallica Equitata Civium Romanorum* (Rodríguez Colmenero e Ferrer Sierra, 2006:633).

3.4. Povoamento diferenciado e penetração nos espaços serranos

Quatro dos oito arqueossítios que integramos neste período são povoados - A Cidade (NIG.019), Cabeço de Leijó (NIG.016), Vilarinho (NIG.013) e Torre Grande (NIG.012). Revelam características de localização e de implantação diferenciadas, sendo igualmente distintos no que concerne às suas dimensão e organização internas. Numa leitura conjunta, privilegiando a análise de cada um dos povoados em confronto com os restantes, a variabilidade que se evidencia é particularmente relevante em vários aspectos.

O primeiro respeita à distribuição dos povoados não apenas pela base da vertente norte da Serra Amarela, sobre o rio Lima (A Cidade e Cabeço de Leijó), mas também pelo troço médio do mais importante vale interior, o do rio Cabril (Vilarinho e Torre Grande). Ocupando uma significativa franja do território, o distanciamento entre cada um dos povoados reforça a amplitude de apropriação do espaço, tal como se infere também do facto de não se verificar sobreposição dos territórios teóricos de exploração correspondentes às isócronas de 30 minutos.

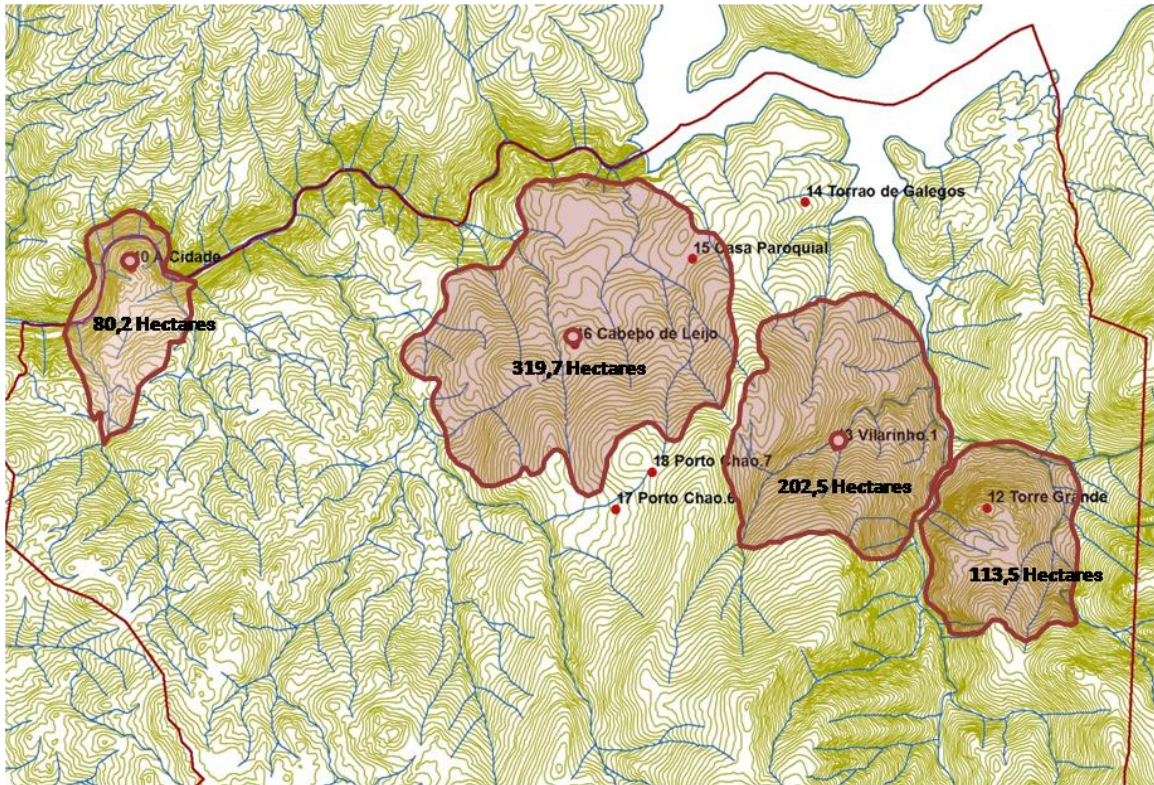
O segundo aspecto pode ser percebido pela ausência de um modelo comum de assentamento, revelando cada um dos povoados características únicas. A Cidade implanta-se a 200 metros de altitude, ao fundo da vertente da serra, num pequeno outeiro da escarpada margem do rio Lima, o mais importante curso de água que atravessa o território. O Cabeço de Leijó, cerca de 300 metros mais acima (518 m de altitude), expõe-se a poente numa das muitas proeminências suaves que rendilham a plataforma de erosão do Lindoso, marcando o início da vertente da serra. O sítio de Vilarinho, sensivelmente à mesma altitude, 525 metros, mas numa posição relativa de meia vertente, aparece virado a nascente, abrigado na concavidade da margem direita do pequeno ribeiro de Gralheiras. Finalmente, Torre Grande, o povoado situado a maior altitude, 670 metros, ocupa a desabrigada coroa rochosa que remata um dos vários esporões que pontuam a declivosa vertente direita do vale do rio Cabril.

O terceiro aspecto relaciona-se com a heterogeneidade qualitativa e quantitativa das potencialidades de exploração do espaço associável a cada um dos povoados, como evidenciam os traçados das isócronas de 30 minutos correspondentes aos respectivos territórios teóricos (ver Figuras 56 e 57a-f).

A Cidade "abrange" uma área de cerca de 80 hectares, sendo que a mancha de terrenos menos declivosos, aqui de classe 2, é diminuta (cerca de 3 hectares, menos de 4 % da área total) e situa-se longe do povoado, na periferia da isócrona dos 30 minutos.

O Cabeço de Leijó é o povoado que "possui" maior e melhor território, pois nos cerca de 320 hectares cobertos pela isócrona de 30 minutos incluem-se os 60,5 hectares correspondentes a uma das mais significativas manchas de terrenos com declive de classes 1 e 2 de todo o território de Lindoso (respectivamente cerca de 8,5 hectares e 52 hectares, aproximadamente 19 % do

total da área da isócrona). Para além dos "melhores" terrenos se situarem junto ou próximo do povoado, saliente-se ainda a relativamente reduzida área com declive superior a 40 % (cerca de 45 hectares, menos de 11 % da área total da isócrona).



esc. 1:50000 – UNTESE (UFONTES2011)

Fig.81 – Povoados romanos com isócronas de 30 m.

Vilarinho apresenta o segundo maior território teórico de 30 minutos, abrangendo uma área com cerca de 200 hectares em que dominam terrenos de declives elevados, de classe 4 e superior. Uma pequena bolsa de classe 2 (8-16 %), com 7 hectares, aparece na periferia da isócrona, correspondendo a menos de 4 % da área total.

O povoado de Torre Grande apresenta uma área de isócrona condicionada pela sua implantação no cume do esporão, sendo que mais de dois terços do total aproximado de 113 hectares correspondem a terrenos de declive superior a 40 %. Contudo, adquire relevância a existência de terrenos com declive de classe 2 ocupando cerca de 7 hectares contíguos ao povoado.

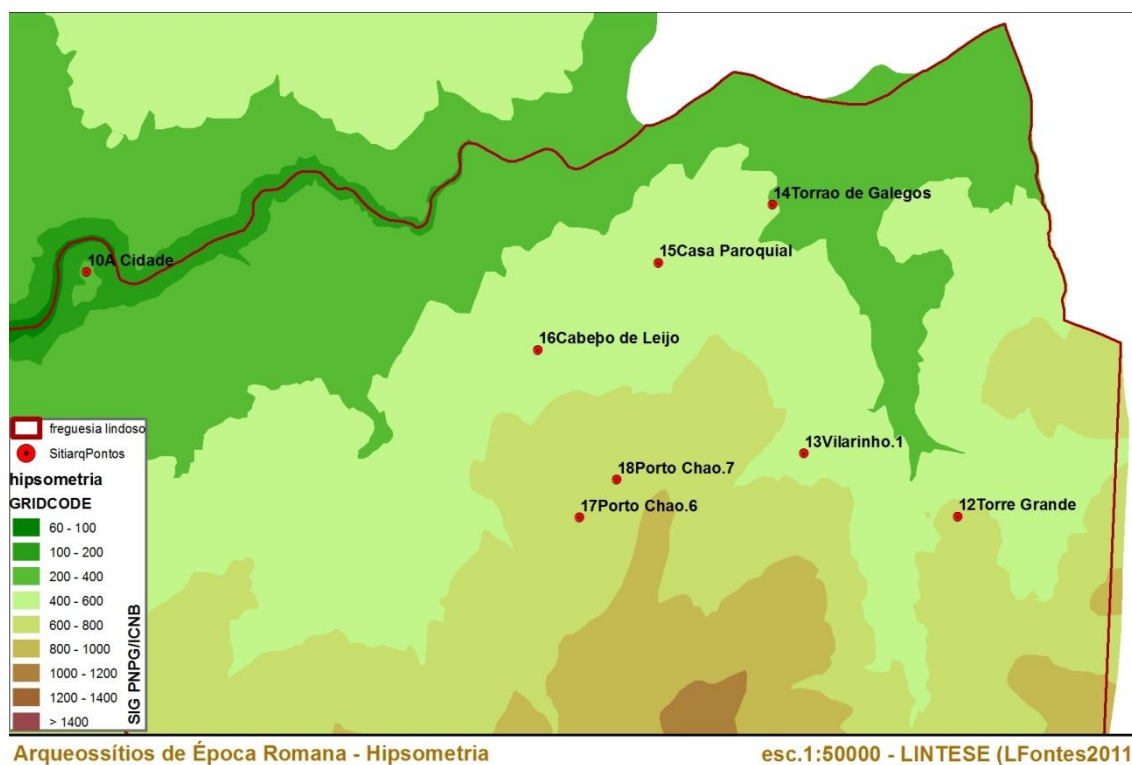


Fig.82 – Relação entre implantação e classes hipsométricas dos arqueossítios de Época Romana.

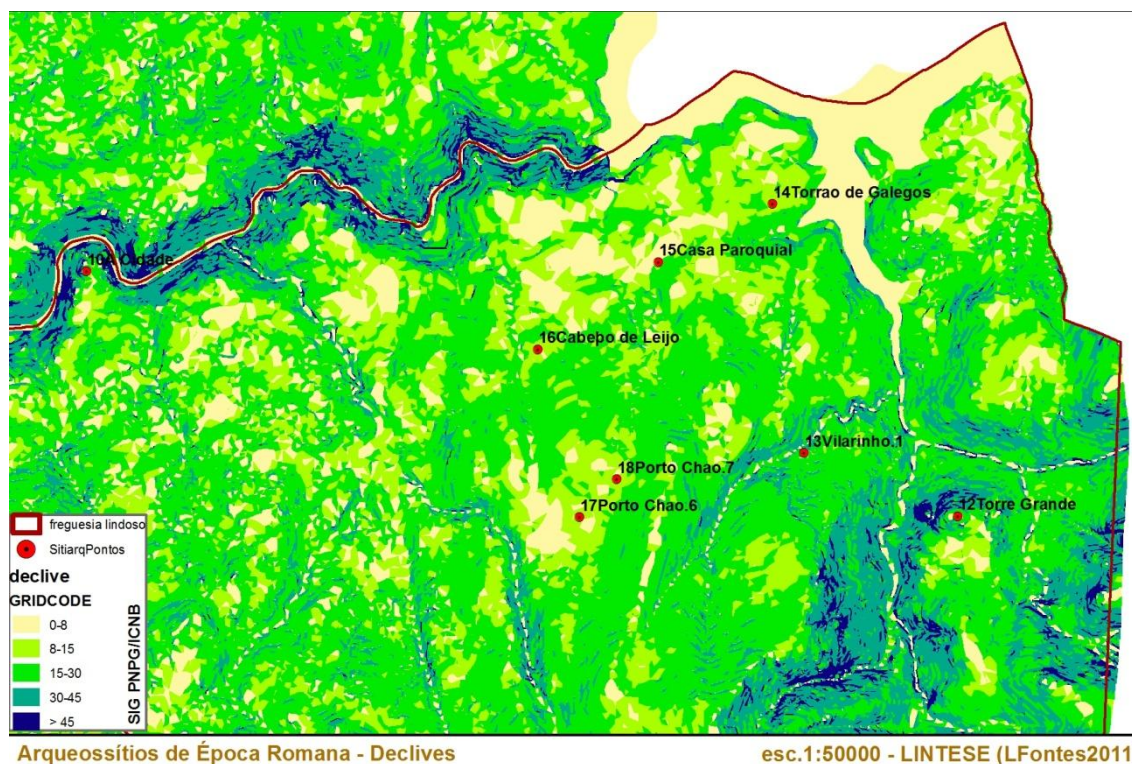
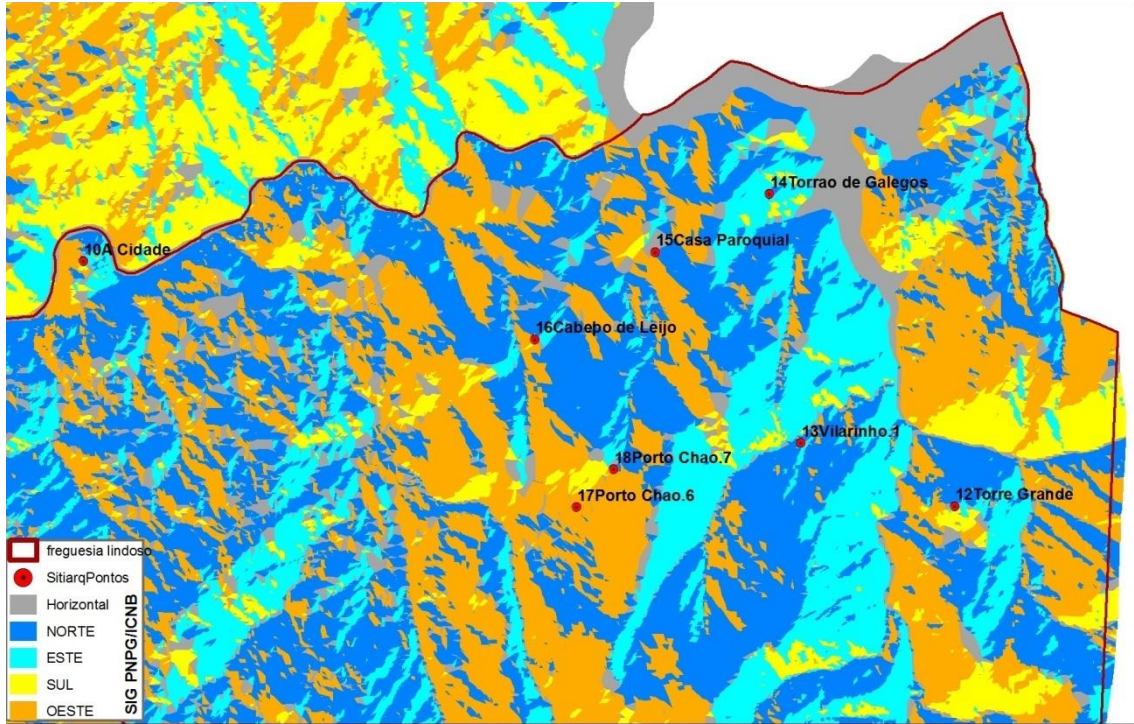
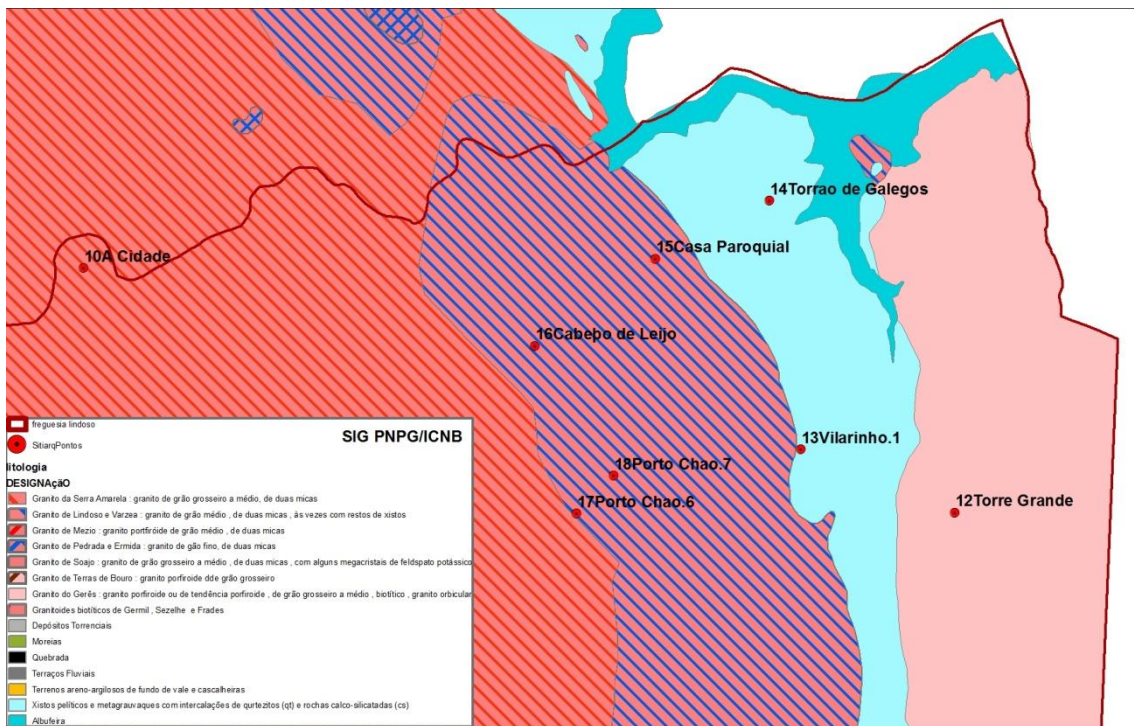


Fig.83 – Relação entre implantação e classes de declives dos arqueossítios de Época Romana.



Arqueossítios de Época Romana - Exposição esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)

Fig.84 – Relação entre implantação e quadrantes de exposição dos arqueossítios de Época Romana.



Arqueossítios de Época Romana - Litologia esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)

Fig.85 – Relação entre implantação e litologia dos arqueossítios de Época Romana.

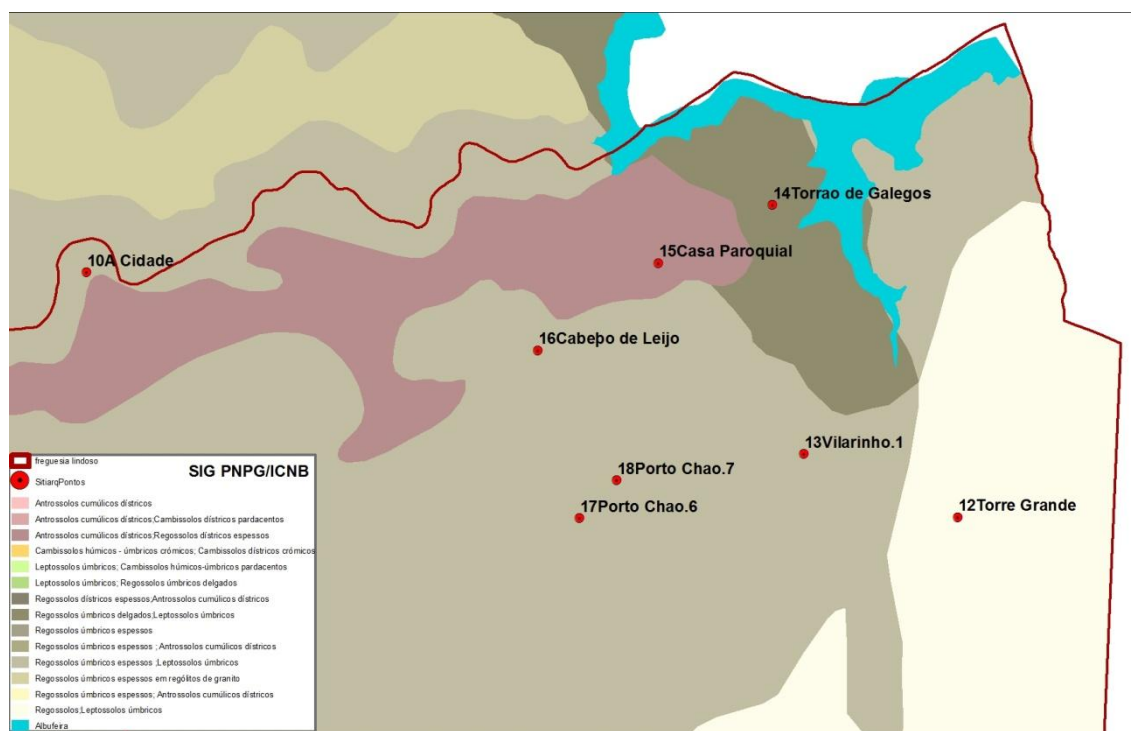


Fig.86 – Relação entre implantação e tipo de solos dos arqueossítios de Época Romana.

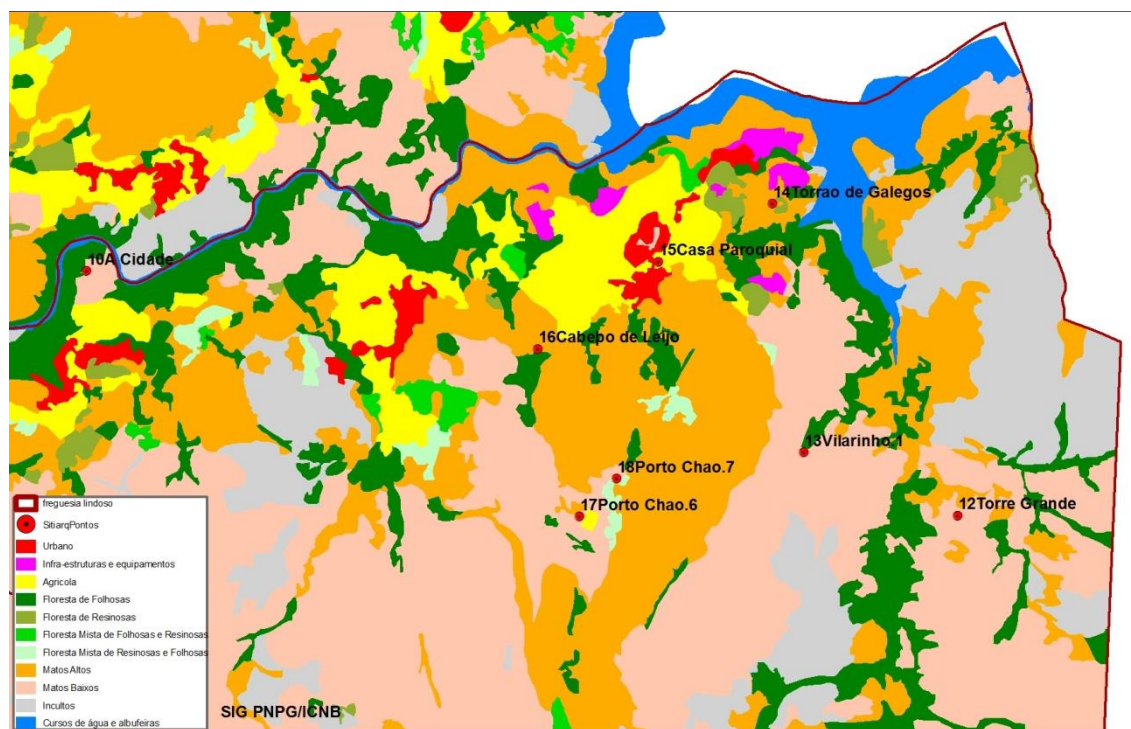


Fig.87 – Relação entre implantação e ocupação actual do solo dos arqueossítios de Época Romana.

O quarto e último aspecto tem por referência a paisagem actual, evidenciando-se uma diferenciação semelhante à apontada no parágrafo anterior, com tendência a separar mais claramente os povoados "baixos" dos povoados "altos". Cerca de metade dos territórios teóricos de A Cidade e do Cabeço de Leijó conhecem hoje uma ocupação agrícola intensiva, enquanto a totalidade dos territórios teóricos de Vilarinho e Torre Grande são ocupados por matos e incultos que suportam uma exploração pastoril extensiva.

Apresentadas estas caracterizações relativas à inserção paisagística, julgamos poder avançar algumas hipóteses interpretativas fixando como ponto de partida exactamente o tamanho do povoado, a área do território teórico de 30 minutos e o maior ou menor favorecimento fisiográfico à constituição de solos.

A primeira reflexão interpretativa vai num duplo sentido: primeiro, reconhecer no povoado maior, com maior território teórico, abrangendo melhores terrenos, o Cabeço de Leijó, uma convergência de características reveladoras de uma vocação agrícola mais potenciada; segundo, e seguindo exactamente os mesmos critérios, reconhecer que nos restantes povoados não se verifica essa convergência, pelo que a vocação agrícola não terá constituído o factor determinante de implantação e desenvolvimento, devendo buscar-se no favorecimento de outras potencialidades razões complementares ou porventura determinantes para a fixação dos povoados de A Cidade, Vilarinho e Torre Grande. Enquanto ao primeiro se reconhecem maiores potencialidades de exploração de recursos piscícolas, pela maior proximidade ao principal curso de água, aos dois restantes oferecer-se-iam sobretudo recursos silvopastoris.

Uma outra linha interpretativa leva-nos a considerar que a diversidade de localizações e de implantações, de tamanhos e de organização interna dos povoados, revelam não tanto uma estrita distinção funcional, que não é perceptível de modo claro, mas antes um diferente "peso" no quadro do povoamento do território.

Admitindo que todos os núcleos de habitat pudessem ser auto-suficientes, ao nível das suas actividades económicas básicas, o estatuto socioeconómico de cada um seria distinto e, nesta perspectiva, inserir-se-iam de modo diferente na malha hierárquica do povoamento.

Ao povoado de Cabeço de Leijó reconhece-se facilmente um papel de lugar central, não suscitando grandes dúvidas a sua classificação como *vicus*, quer

porque é o povoado de maiores dimensões, com uma estruturação interna mais complexa, quer porque se implanta sobre a melhor e mais extensa mancha de solos, quer ainda porque se situa junto à principal linha de trânsito natural da margem esquerda do rio Lima, sendo igualmente nas suas proximidades que se localizam importantes evidências arqueológicas associáveis às práticas religiosas e funerárias⁵⁸.

Aceitando para Cabeço de Leijó o papel de "ordenador" hierárquico, pode considerar-se que todos os outros povoados conheceriam, com maior ou menor intensidade, uma relação de dependência. Neste sentido, situar-se-iam a um nível inferior àquele e em patamares diferentes.

O povoado de Torre Grande, pela dimensão, pela potencialidade de servir uma mais intensa exploração dos recursos silvopastoris da serra e pela implantação geoestratégica sobre a passagem do rio Cabril, que poderá ter resultado de preocupações de controlo, vigilância e defesa, seguir-se-ia em ordem de importância ao povoado de Cabeço de Leijó.

A dimensão relativamente grande do povoado, a escassez de oferta de terrenos com boa capacidade/aptidão agrícola e o carácter episódico de uma ocupação decorrente da eventual função militar de vigilância e controle, aparecem como características complementares, sem fundamentarem uma ocupação de vocação agrícola ou militar permanente.

O povoado de Torre Grande realizaria uma vocação fundamentalmente silvopastoril e, nesta perspectiva, seria um povoado com economia especializada de montanha. Se valorizarmos a rudeza das edificações (paredes definidas por simples alinhamentos de pedras fincadas) e o já referido reduzido potencial agrícola dos terrenos abrangidos pelo seu território teórico de 30 minutos, podemos colocar a hipótese alternativa de o povoado de Torre Grande ter conhecido uma ocupação que, podendo ter sido sistematicamente repetida e duradoura, como poderá inferir-se da maior durabilidade das construções pétreas de cobertura telhada, não deveria realizar-se ao longo de todo o ano - conheceria portanto uma ocupação sazonal.

Esta sazonalidade remete para a dependência em relação a um povoado permanente que, neste caso, seria o de Cabeço de Leijó, determinando portanto a

⁵⁸ Conjunto de elementos que se reconhece como atributos de um povoado tipo *vicus* (Alarcão, 1996a:170; Pérez Losada, 2002:34).

"não identidade" de Torre Grande como povoado. A sua aceitação implica igualmente questionar o tipo de relações que se estabeleceriam entre os diversos povoados dispersos pelas encostas da serra e o modo como organizariam a exploração temporária dos espaços serranos, ou ainda a existência de propriedade pública de uso comum, com os consequentes problemas de tributação.

Na ausência de dados que permitam avançar na análise destes aspectos, deixamos em aberto a possibilidade de fazer remontar à época romana uma prática de exploração sazonal da montanha que, aqui para a Serra Amarela, se documenta com frequência a partir do século XIII, assunto que trataremos amplamente no capítulo seguinte.

Porém, neste caso do povoado de Torre Grande nada contraria a possibilidade de ser um povoado fixo e permanente, claramente diferenciado pela sua maior ligação à serra e à exploração dos recursos silvopastoris.

Em terceiro lugar, colocamos o povoado de A Cidade, sem qualquer relação aparente com o Cabeço de Leijó. Pela sua posição sobranceira ao rio, facilitadora da eventual exploração de recursos piscícolas, pode considerar-se que tivesse desempenhado um qualquer papel de complementaridade da economia dos povoados mais altos, basicamente agrícolas e pastoris.

Porém, a sua existência compreende-se melhor no quadro da aceitação da passagem de uma importante via de comunicação nas proximidades, podendo estar relacionada com a sua defesa ou controle. Sem a certeza de o povoado ter uma fundação pré-romana, como já referimos anteriormente, pode bem colocar-se a hipótese de A Cidade ter sido o primeiro povoado romano da região de Lindoso, fortemente vinculado à penetração militar no hinterland limiano, perdendo progressivamente importância em favor do povoado de Cabeço de Leijó.

Apesar de reconhecermos que o relativo isolamento do povoado lhe poderia reforçar uma eventual maior autonomia, não pensamos que tal determinasse qualquer redução da dominância do povoado de Cabeço de Leijó, relativamente

ao qual deveria estar subordinado, tanto mais quanto existe um verdadeiro vazio de evidências arqueológicas no contexto próximo desta mancha de Lindoso⁵⁹.

Na base da malha do povoamento romano de Lindoso situamos o sítio de Vilarinho. O seu posicionamento no fundo da escala que hierarquizamos resulta sobretudo da sua classificação como simples casal, o que significa que privilegiamos critérios quantitativos (arqueossítio em que identificamos uma reduzida área edificada), independentemente de reconhecermos que o povoado de Vilarinho conheceria uma vocação predominantemente pastoril e menos agrícola, reconhecendo-se, portanto, uma certa especialização económica do sítio.

O povoado de Vilarinho adquire uma importância suplementar pelo facto de ser o único testemunho de povoamento que aponta para uma dispersão antiga do mesmo, modalidade que, no Lindoso, só viria a realizar-se de modo significativo no último quartel deste século XX. Estaremos perante uma pequena propriedade indiciadora de apropriação individual da terra, por oposição ao domínio comum que geralmente se reconhece para os aglomerados tradicionais? (Martins, 1995:105-106).

Aparentemente, aqui no território de Lindoso manifesta-se, com particularidades decorrentes da base de sustentação económica, neste caso potencialmente mais pastoril e menos agrícola, e com predomínio claro do povoamento concentrado, o modelo romano de povoamento que geralmente se reconhece para as zonas mais amplas e férteis dos vales baixos - um núcleo principal polarizador de toda a actividade social, económica, política e administrativa, em redor do qual gravitava toda uma série de outros pequenos núcleos ou unidades individuais, numa relação equilibrada de povoamento concentrado e povoamento disperso (Carvalho, 2008).

⁵⁹ Na montanha alta o arqueossítio conhecido mais próximo é o de Bilhares (Ermida), a cerca de 5 km para Sul. Nesse local, uma "branda" agro-pastoril ainda activa, conservam-se abundantes restos materiais relativos a edifícios de tipologia romana. Nos finais do passado século Rocha Peixoto (1906) encontrou aí uma estela funerária esculpida, de tipo semelhante à estela com togado de Lindoso. Interessa ainda anotar que Bilhares é "corrupção" de Vilares, nome de raiz latino-romana que servia para designar um agrupamento de casais (Sampaio, 1979:76). Na zona baixa de vale os indícios de romanização mais próximos situam-se em torno de S. Miguel Entre Ambos-os-Rios, cerca de 7 km para Sudoeste. Para aí referencia-se o achado avulso de *tegulae* e de numismas (informação oral do Pe. José Magalhães, antigo pároco de Lindoso).

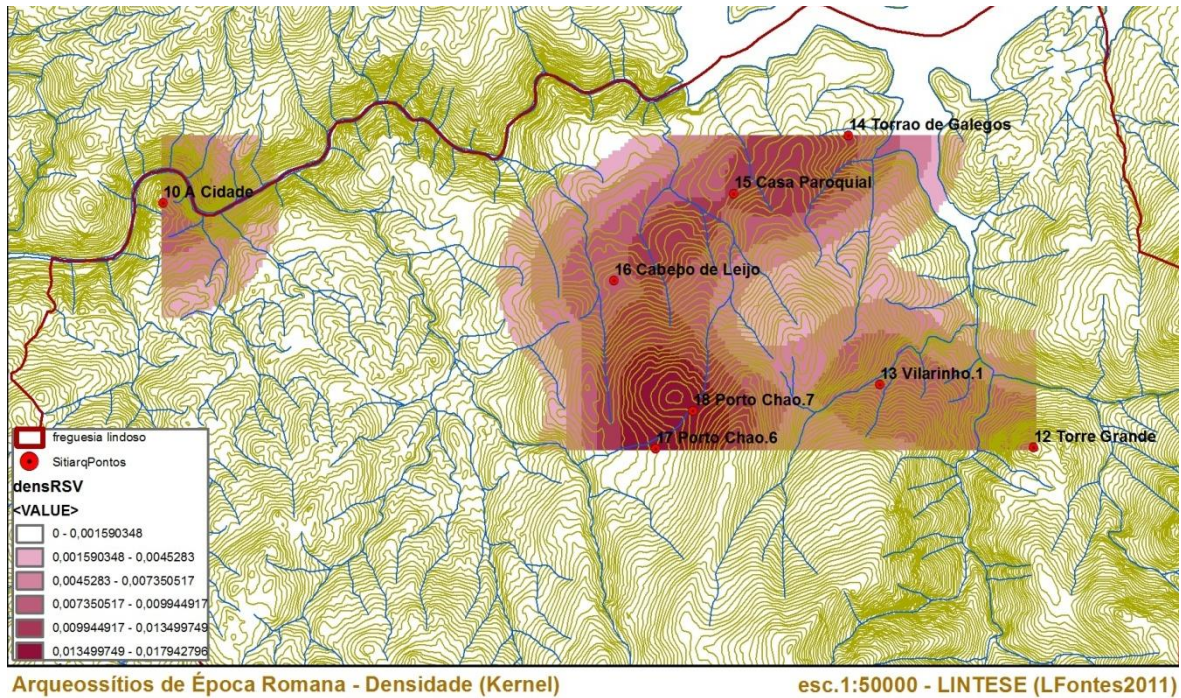


Fig.88 – Mapa da análise de densidade para os arqueossítios de Época Romana.

Aí, a hierarquização da malha aparece materializada pela *urbs* (a cidade, o grande centro urbano), pelos *vici* (aglomerados/aldeias de média dimensão), pelas *villae* e *aedificiae* (grandes "quintas" e casais, unidades de exploração agropecuária) e, em estreita articulação com as principais vias que os interligavam, as *mansiones* e *mutationes* (respectivamente estalagens e estações de muda) (Carvalho, 2008; Martins, 2009a).

Em termos comparativos, obviamente teóricos e salvaguardando as devidas proporções, no território de Lindoso, o Cabeço de Leijó seria a *urbs*, Torre Grande e A Cidade pequenos *vici* e Vilarinho uma exploração tipo *aedificia*. As funções de *mansio* e *mutatio* seriam desempenhadas pelo povoado de Cabeço de Leijó, não sendo de afastar a possibilidade interpretativa de que estas funções de apoio à comunicação viária possam ter estado na origem da fundação do povoado.

No quadro regional do povoamento romano, de que a cidade de *Bracara Augusta* seria o centro nevrálgico, o povoado de Cabeço de Leijó, distante cerca de 45 km, seria um importante *vicus* do hinterland limiano, embora devesse ter menos importância relativa que outros, como o *vicus* (?)/*mansio* de *Limia* (actual Ponte de Lima?), apenas a 30 km de Braga, ou o *vicus* (?)/*mansio* de *Aquis Originis* (actual Baños de Riocaldo, Lobios), a mais de 50 km (Eguileta Franco *et al.*, 1991:150-151; Martins, 1995:92).

À excepção de A Cidade, para o qual aceitamos, embora com reservas, uma ocupação anterior, não se conhecem até à data quaisquer dados que permitam considerar a possibilidade de os outros três povoados terem conhecido uma ocupação anterior ao século II.

A partir desta base cronológica, que poderá recuar aos finais do século I, por correlação com a instalação do acampamento militar de *Aquis Querquernis* e com a construção da *Via Nova*, podemos estabelecer que os arqueossítios que no Lindoso identificamos como povoados romanos serão fundações novas, *ex-nihilo* e, neste sentido, afirmar que o incremento de povoamento em época romana constituiu, aqui, uma efectiva penetração nos espaços serranos, datável de época flávia.

Poderá relacionar-se a fundação destes povoados com um processo de *adsignatio ager* a pequenas comunidades, como Carlos A. Ferreira de Almeida propõe para os vales baixos da região minhota no século I? (Almeida, 1987:22; Martins, 1995:86-87). Nesta perspectiva, e tendo presente que o incremento de povoamento em época romana aparece intimamente associado à aplicação de uma eficaz política fiscal, o povoado de Torre Grande deveria ser um povoado fixo, permanente, sendo pouco provável que escapasse ao controle das autoridades fiscais romanas, como aconteceria se conhecesse uma ocupação sazonal, pois neste último caso a sua "identidade" estaria vinculada ao mais importante povoado de Cabeço de Leijó.

Consequentemente, haverá que reconhecer, neste novo e alargado povoamento antrópico desta franja da Serra Amarela, o desencadear de significativas alterações da paisagem, as quais parecem, noutras zonas melhor conhecidas, ter acompanhado o processo de "romanização".

A mais significativa das alterações que inferimos da dinâmica de povoamento evidenciada pelos arqueossítios aqui considerados é a que respeita à alteração da cobertura vegetal. Assim, aceitamos que neste período de domínio romano, na região do Lindoso tal como em todo o Noroeste peninsular, o impacte da acção humana sobre o meio (pastoreio, agricultura, construção, obtenção de combustível, extracção de minérios, etc.), tenha provocado uma significativa regressão arbórea.

Isso mesmo é evidenciado pelos diagramas polínicos, que registam o desaparecimento da floresta e a formação de extensas áreas de matos e de

herbáceas, que se misturam com os terrenos de cultivo. Estas mudanças na cobertura vegetal coincidem com o aumento dos processos erosivos (Ramil Rego *et al.*, 1996:208).

Por outro lado, coincidindo com a retracção do povoamento registado entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, no Lindoso correspondente ao hiato de ocupação arqueologicamente evidenciado pelo abandono do povoado do Cabeço de Leijó, nos séculos VI-VII, os diagramas polínicos registam uma clara recuperação arbórea, conformando-se novos bosques de carvalho, a par do incremento de castanheiros (*castanea*) e de pinheiros (*pinus*) (Ramil Rego, 1993:53).

Relativamente à diferenciação do povoamento, para além das evidências dos arqueossítios, ficou-nos também a evidência de uma toponímia igualmente distintiva, que parece corresponder à interpretação que veiculamos nos parágrafos anteriores.

Torre, Vilarinho e Cidadelhe designam hoje de modo diferente três espaços/sítios diferentes. Corresponderão estes topónimos a uma herança do povoamento de época romana? Não sendo nós especialistas em toponímia sabemos, contudo, que a origem e fixação dos topónimos são um processo complexo, no qual intervêm múltiplos factores determinantes, pelo que nem sempre aquilo que parece é.

Neste caso apenas registamos uma clara associação entre arqueossítios do período romano e suevo-visigótico e os referidos topónimos actuais, os dois primeiros designando exactamente o local onde se identificaram vestígios arqueológicos (topónimo Torre = arqueossítio Torre Grande / NIG.012; topónimo Vilarinho = arqueossítio Vilarinho.1 / NIG.013), o terceiro designando a actual aldeia de Cidadelhe, que se implanta a apenas 600 metros do arqueossítio NIG.019, local a que a população dá o significativo nome de A Cidade.

3.6. A diferenciação dos espaços socioeconómicos

As distintas funcionalidades, implantação, localização, dimensão e ergologia patenteadas pelo conjunto dos oito arqueossítios referenciados para o período romano e suevo-visigótico, permitem-nos abordar alguns aspectos relacionados

com a diversa organização do espaço promovida pelas comunidades que ocuparam o território de Lindoso nessa época.

Os dados não são, porém, nem abundantes nem se distribuem igualmente por todos os arqueossítios, nem tão pouco propiciam uma interpretação exclusiva do seu significado. Sobre isto importa ter presente que estamos perante quatro arqueossítios classificados como povoados e outros quatro classificados como sítios funerários, sendo que nos primeiros só se realizaram escavações arqueológicas no Cabeço de Leijó (NIG.016), abrangendo apenas duas habitações e, nos segundos, só escavamos em Torrão de Galegos (NIG.014), um mausoléu integralmente escavado.

Nestes últimos deve salientar-se ainda que não valorizamos, para efeitos de análise locativa e de implantação, o sítio Igreja/Casa Paroquial (NIG.015), relativamente ao qual temos sérias dúvidas sobre a sua "realidade" como arqueossítio original.

Para além das dúvidas suscitadas pelo seu achado em contexto de reutilização, cremos que a funcionalidade distinta de cada uma das peças é dificilmente conciliável num mesmo sítio. De facto, a ara/pedestal com inscrição a Hércules remete para uma actividade de culto de invocação bélica, enquanto a estela com togado se refere a uma prática funerária, opondo-se, assim, respectivamente, uma sacralidade para os vivos a uma sacralidade para os mortos. A ara/pedestal poderá ter servido originalmente no povoado de A Cidade ou, menos provavelmente, no de Cabeço de Leijó, nas proximidades do qual se recolheram outras inscrições de carácter votivo. Quanto à estela com togado, deixamos aqui a hipótese de ser proveniente do mausoléu de Torrão de Galegos.

Ponderadas as limitações acima expostas entendemos, contudo, que os dados recolhidos nos permitem ensaiar uma primeira aproximação à organização socioeconómica dos espaços que integram os diferentes arqueossítios. Concretamente, julgamos ser possível propor algumas leituras interpretadas da organização dos espaços de habitat (organização interna dos povoados e tipologia das edificações), dos espaços de culto, dos espaços funerários, dos espaços de exploração agrícola e dos espaços de exploração da montanha alta.

O povoado de Cabeço de Leijó é o que aparenta estruturar-se de modo mais complexo, com edificações distribuídas pelos socacos que armam as vertentes, desenhando uma espécie de escadarias que convergem no topo coroado por um

edifício com alicerces mais elaborados. A pequena plataforma superior parece ter sido reservada em exclusivo a essa edificação distinta, que poderia ter sido um templo, configurando uma espécie de acrópole, de lugar central, em torno do qual se ordenou o povoado.

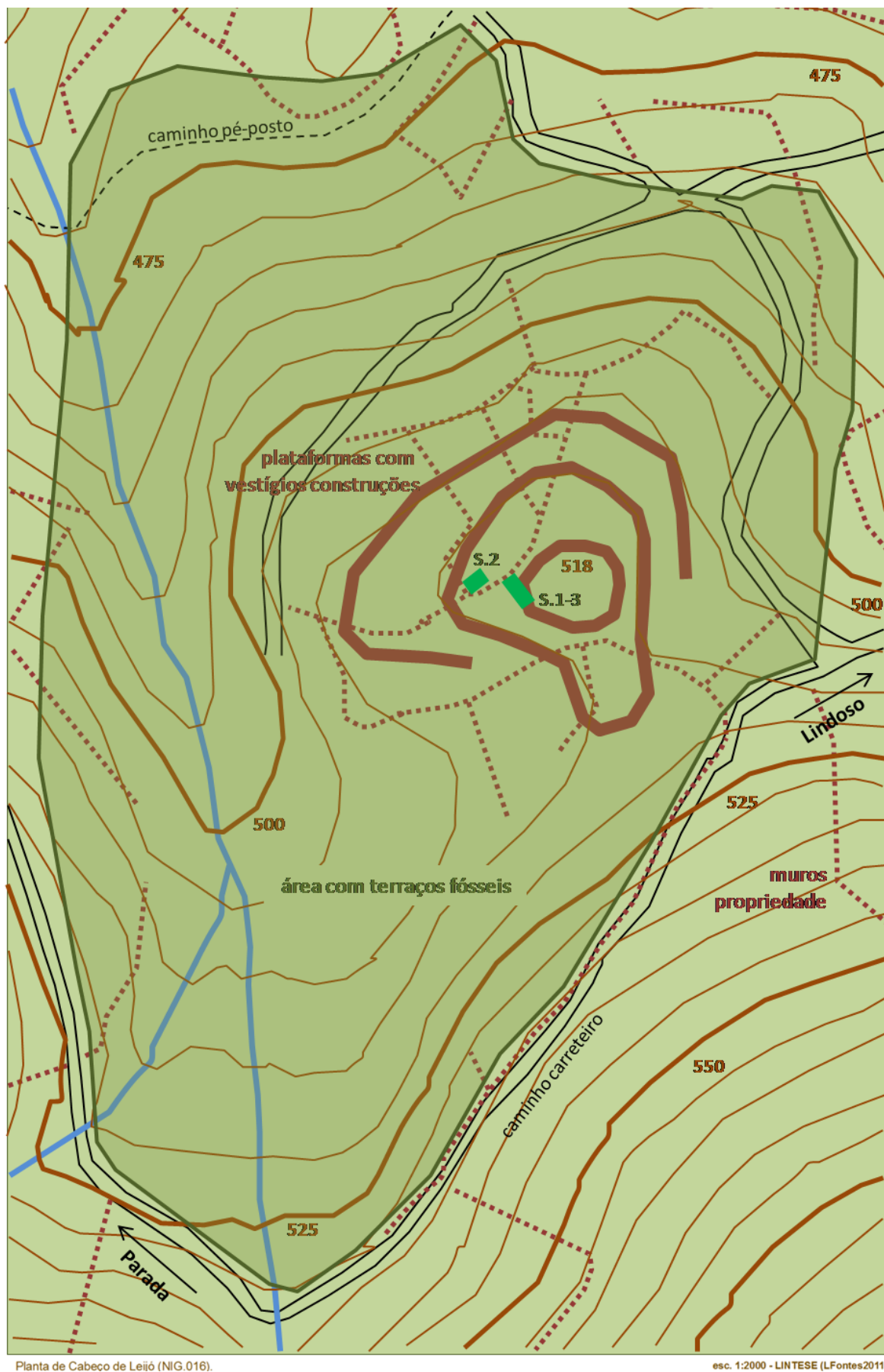
Este modelo parece realizar o modelo clássico de ordenamento dos núcleos habitados que tem na cidade romana, organizada em torno do *fórum*, o exemplo melhor elaborado e mais difundido pelo Império. A sobre elevação dos principais monumentos que estruturam o *forum*, que nas cidades, habitualmente planas, se faz pela construção de plintos e/ou embasamentos elevados, seria aqui conseguida pela própria configuração cónica do relevo onde se implantou o povoado.



Fig.89 – Panorâmica sobre o povoado de Cabeço de Leijó, vista do lugar de Lindoso.



Fig.90 – Perspectiva do povoado de Cabeço de Leijó, evidenciando perfil topográfico com socialcos.



Planta de Cabeço de Leijó (NIG.016).

esc. 1:2000 - LINTESE (LFontes2011)

Fig.91 – Planta do povoado de Cabeço de Leijó, com localização das sondagens.

Sintomaticamente, nenhum dos outros povoados, seja pela sua dimensão reduzida seja pelas características particulares da topografia da implantação, apresenta características que se possam enquadrar nesta organização mais complexa. Em A Cidade, Vilarinho e Torre Grande, a distribuição das estruturas não evidencia qualquer ordenamento específico, parecendo revelar sobretudo uma elementar adequação à topografia do local, à excepção de Vilarinho, onde as estruturas eventualmente correspondentes às edificações do casal se concentram na proeminência do maior socalco que arma a vertente. Em A Cidade e Torre Grande os restos identificáveis de construções encontram-se dispersos pelos diferentes planos que enformam a plataforma superior dos respectivos sítios, registando-se uma ocupação preferencial dos espaços abrigados entre o caos de blocos graníticos que aí afloram.

Preocupações defensivas apenas se patenteiam no povoado de A Cidade, o único que apresenta um talude/muralha e fosso, a dificultar a passagem do cabeço à plataforma que remata a vertente.

Relativamente à tipologia das edificações (habitações e anexos para cortes e para arrecadação ou outras funcionalidades), os dados apontam para a existência de um princípio planimétrico comum, caracterizado pela forma quadrada ou rectangular, a primeira dominante nas divisões ou compartimentos únicos e a segunda mais frequente nas edificações compostas por várias divisões ou compartimentos. Nos arqueossítios de Vilarinho e A Cidade não se observam edificações com planta completa, mas os alinhamentos visíveis permitem sustentar, pela sua ortogonalidade, que o modelo planimétrico das construções nesses povoados seria semelhante.

Diferentes revelam-se a tecnologia construtiva das edificações e a organização interna das que julgamos corresponder às habitações. Relativamente ao primeiro aspecto, releva a melhor qualidade construtiva patenteada pelas edificações de Cabeço de Leijó, com paredes de face dupla em alvenaria irregular de blocos graníticos, fragmentos de telha, cascalho e terra. Também se identificaram, dispersos, cilhares almofadados e um provável lintel com decoração, também em granito. Superior qualidade construtiva só se identificou no edifício de Torrão de Galegos, interpretado como mausoléu, em alvenaria regular de blocos graníticos afeiçoados.



Fig.92 – Elementos construtivos do povoado de Cabeço de Leijó: **a)** parede de alvenaria irregular; **b)** silhar almofadado reaproveitado em muro de propriedade; **c)** lintel decorado com meandros paralelos.



Fig.93 – Parede do mausoléu de Torrão de Galegos e base/capitel aí recolhido pelo proprietário.

Em Vilarinho não eram visíveis estas características, mas podemos aceitar que aí fossem semelhantes. Já em A Cidade e Torre Grande revelam-se completamente distintas, sendo particularmente evidentes neste último povoado, onde se observam construções estruturadas com paredes formadas por simples alinhamentos de blocos e lajes de granito, sem qualquer afeiçoamento e simplesmente encostadas umas às outras. Não fora a existência de fragmentos de *tegulae*, reveladores da existência de uma eventual cobertura telhada, e poderia propor-se que os elementos subsistentes constituiriam o embasamento estruturador de uma simples cobertura perecível de madeira e colmo.



Fig.94 – Alinhamentos de paredes em mamposteria no povoado de Torre Grande.



Fig.96 – Habitação de Cabeço de Leijó (Sondagens 1). Pormenor do compartimento com lareira.

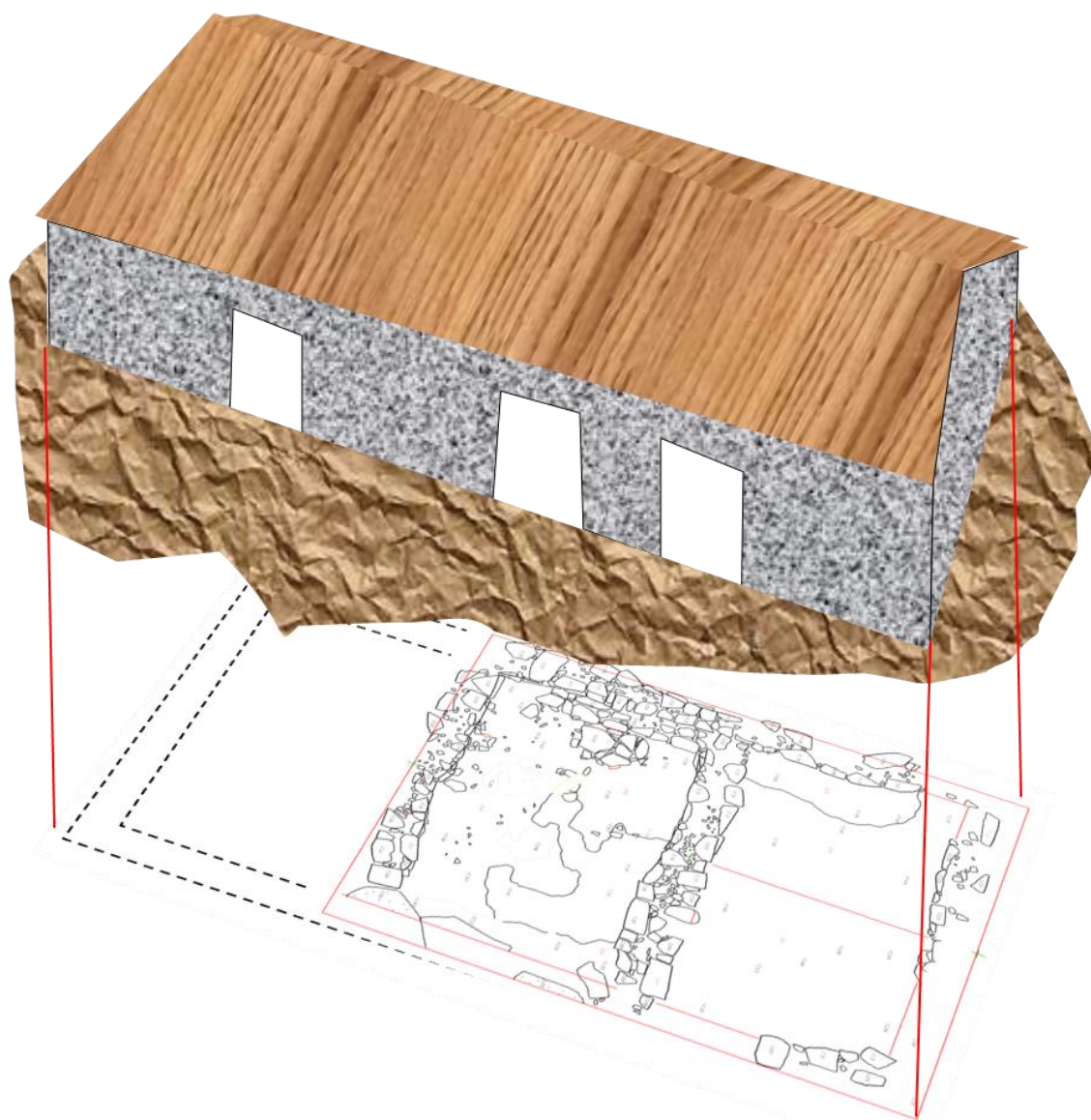


Fig.97 – Habitação de Cabeço de Leijó. Proposta de restituição.

No que respeita à organização dos espaços de culto, os dados são igualmente escassos e, aparentemente, contraditórios, pois a inscrição recolhida no Cabeço de Leijó, recolhida em 1986 na sequência da implantação de uma torre de alta tensão na plataforma superior do povoado (ver a ficha descritiva do arqueossítio – NIG.016), parece corresponder a uma ara/estela funerária. Verificada a proximidade do achado em relação à "acrópole" do povoado, onde poderia ter havido um templo, concluímos que no povoado de Cabeço de Leijó se localizaria um espaço de culto, vinculado ao local de morar, onde também se evocariam as memórias de personagens falecidos, relevando neste caso o facto de esse local ser, com grande probabilidade, o mais importante povoado do território.

Deixamos naturalmente em aberto a questão de saber se a eventual implantação do local de culto no alto do povoado, corresponderia à fixação ou reconhecimento da sua maior importância na organização da hierarquia do povoamento e conseqüentemente se seria factor de ordenamento do território.

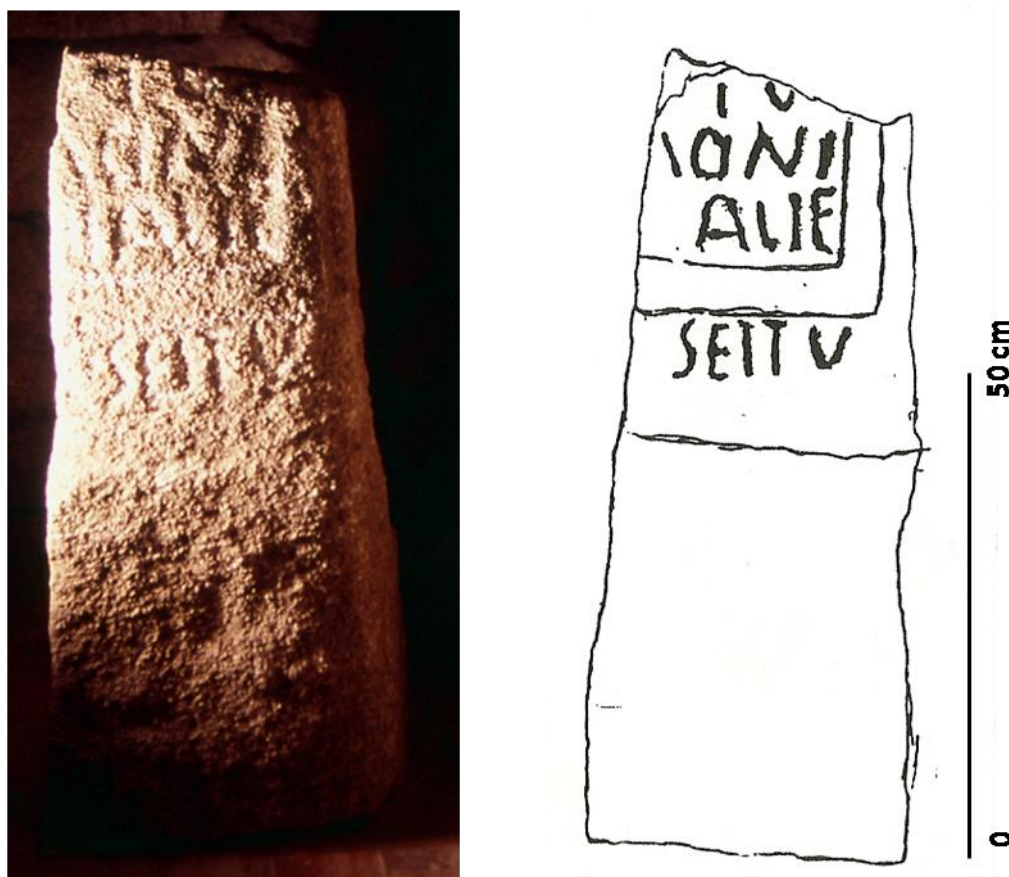


Fig.98 – Ara/estela recolhida no Cabeço de Leijó.

Relativamente à organização dos espaços funerários, procurámos apreender as eventuais relações locativas e de implantação topográfica dos três arqueossítios, claramente contextualizáveis como tal. Significa isto que na nossa análise não considerámos o sítio Igreja/Casa Paroquial (NIG.015), pelas razões aduzidas no início deste subcapítulo.

Uma primeira análise permite-nos considerar a tumulação de Torrão de Galegos (NIG.014) como um elemento de dispersão, aparecendo isolado, sem qualquer relação evidente com os povoados. Aparentemente, situa-se à margem da via que por aí faria a passagem do rio Cabril em direcção ao interior. As razões da escolha do local para aí se fazer tumular alguém são hoje difíceis de perceber. Terá pesado na escolha o facto de aquele local beneficiar de uma ampla panorâmica para nascente sobre o vale do rio Lima, desde a confluência do rio Cabril até à região de Bande, onde se localizaria o acampamento militar de *Aquis Querquernis*?

Em sentido contrário poderão interpretar-se as evidências arqueológicas de Porto Chão.6 (NIG.017 - Viveiros) e Porto Chão.7 (NIG.018 - Portela de Peixerrão), as quais, pela sua proximidade, poderão considerar-se como um agrupamento. Neste sentido, apontam para a classificação do espaço em que se inserem como uma provável área de necrópole. Situando-se na periferia do território teórico do povoado de Cabeço de Leijó, evidencia-se entre este arqueossítio e a necrópole uma dupla relação de conexão e adjacência, que reforça a possibilidade de essa necrópole poder corresponder à área tumular daquele povoado.

Pode estabelecer-se uma distinção semelhante com base nas características fisiográficas das implantações: Torrão de Galegos apresenta uma tumulação isolada em zona inóspita e desabrigada, em terrenos de grande declive, num local onde não se "está" mas por onde apenas se "passa"; Porto Chão, com duas epígrafes funerárias identificadas, apresenta-se como uma provável área de necrópole, situada em zona de boa acessibilidade à serra, na bordadura de um amplo alvéolo de retenção no qual se identificam potencialidades de exploração agro-pecuária, sendo por isso um local onde, para além de se "passar" com frequência, também se podia aí "ficar".



Fig.99 – Perspectiva geral do arqueossítio de Torrão de Galegos.

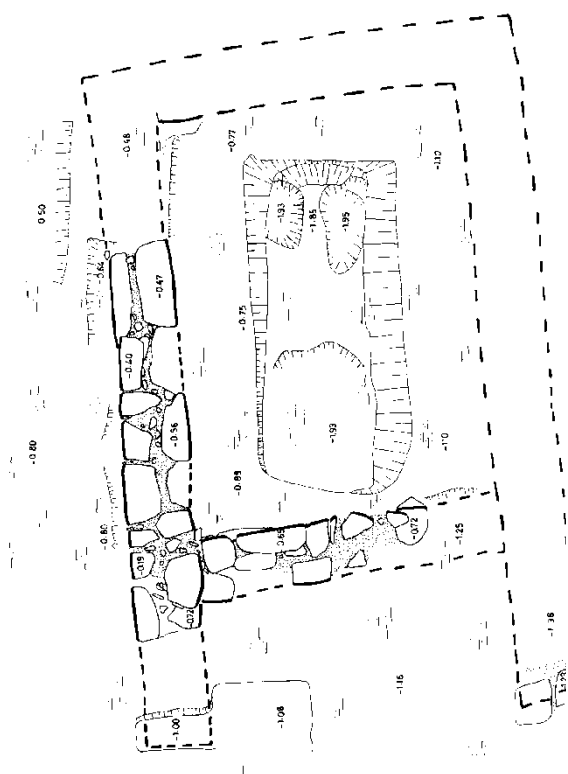


Fig.101 – Planta do mausoléu de Torrão de Galegos.



Fig.100 – Perspectiva final do mausoléu de Torrão de Galegos.



Fig.102 – Espólio recolhido no mausoléu de Torrão de Galegos (Esc. 1:4 – desenho de Amélia Marques/MDDS).



Fig.103 – Inscrição de Porto Chão.6 (NIG.017 - Viveiros).

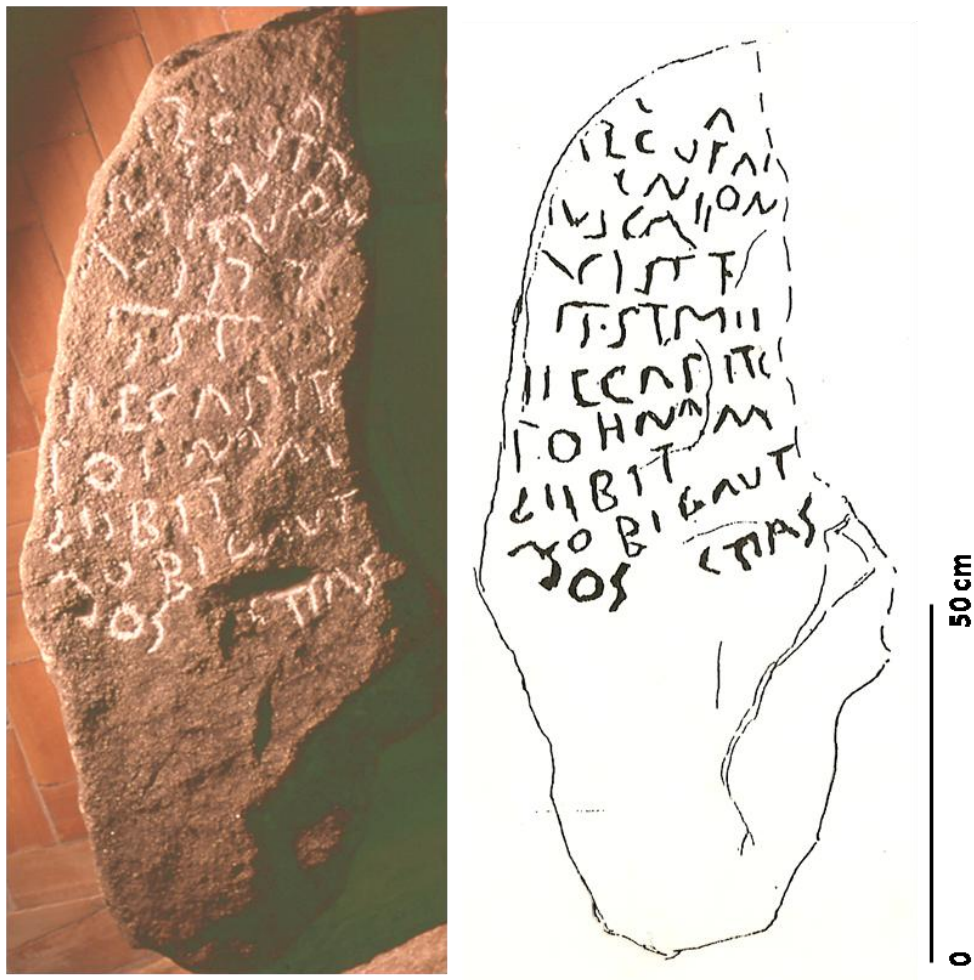


Fig.104 – Inscrição de Porto Chão.7 (NIG.018 - Portela de Peixerrão)

A conclusão principal que julgamos poder retirar das características acima evidenciadas é a de que, espacialmente, a área tumular ou necrópole de Porto Chão se vincula estreitamente com o mais importante povoado do território, afirmando-se por essa via como um factor de ordenamento do povoamento. Por outro lado, a tumulação de Torrão de Galegos, ao "desligar-se" do quadro de povoamento local e ao relacionar-se com uma via de trânsito de ligação ao exterior, adquire significância sobretudo no quadro de uma estrutura regional de povoamento (ver acima Figs. 82 e 89).

Abordaremos agora as questões relacionadas com a diferenciação dos espaços económicos, na perspectiva da distinção dos espaços de exploração agrícola e dos espaços de exploração silvopastoril. Os "espaços comerciais" são menos facilmente apreensíveis ou delineáveis, podendo apenas dizer-se que, valorizando o papel das vias de comunicação no incremento do comércio, o povoado de Cabeço de Leijó é o que reúne, comparativamente, as melhores condições para desempenhar o papel de entreposto comercial no território de Lindoso. Aí chegariam primeiro os produtos do exterior e aí encontrariam as populações locais maiores facilidades de troca e/ou venda das suas produções.

Quanto aos espaços de exploração agrícola, pensamos que estes se circunscreveriam aos terrenos imediatamente contíguos aos povoados, tal como evidenciam o que identificámos e classificámos como socalcos fósseis junto aos núcleos de habitat, numa relação de conexão tão estreita e exclusiva que determinou que os considerássemos, também, como evidências arqueológicas cronologicamente coevas da ocupação dos respectivos arqueossítios, razão pela qual deles são parte integrante e inseparável.

No nosso entendimento, estes terraços fósseis testemunham que as populações galaico-romanas de Lindoso conheciam e aplicaram o sistema de produção de solos através da armação das vertentes em terraços ou socalcos, acompanhando as curvas de nível do terreno, técnica que permite a retenção de sedimentos produzidos pelos processos erosivos naturais e/ou de terras mobilizadas por acção antrópica, produzindo desse modo solos aptos à produção agrícola. Este sistema, desde que complementado com rega e adubação adequada, designadamente por adição de matéria orgânica em decomposição,

como a produzida por gado, estabulado ou não, garantiria uma aceitável e permanentemente renovada produtividade desses solos⁶¹.

A aceitação de que as populações desenvolveriam um modelo económico de base agro-silvo-pastoril, orientado para a auto-suficiência, bem como a verificação de que no Lindoso as condições naturais não proporcionam, verdadeiramente, a existência de solos com aptidão agrícola, à excepção da pequena mancha que cai dentro do território teórico do povoado de Cabeço de Leijó, são mais um pressuposto e mais uma evidência que convergem no sentido de fundamentar a afirmação que começámos por fazer de que os espaços agrícolas permanentes se limitariam aos terrenos imediatamente contíguos aos núcleos habitados.

Não existindo qualquer oferta de solos naturais com potencial de exploração agrícola, a agricultura só poderia desenvolver-se de modo duradouro e assegurando um rendimento estável através da produção de solos, o que em terrenos declivosos só se consegue através da armação das vertentes em socalcos.

Se a economia das populações for de simples subsistência, a produção de solos será limitada ao estritamente necessário, sendo compreensível que a construção de socalcos se faça apenas junto aos povoados. É esta significação que julgamos apreender das características de implantação e localização dos arqueossítios que classificamos como povoados.

Importa entretanto fazer algumas precisões e explorar analiticamente algumas especificidades observadas.

Em primeiro lugar, só identificámos socalcos fósseis nos povoados de A Cidade, Cabeço de Leijó e Vilarinho, devendo assinalar-se uma significativa concordância entre a dimensão de cada povoado e a correspondente área de terreno armado em socalcos, menor em Vilarinho e maior em Cabeço de Leijó, podendo neste último aceitar-se que alguns dos terraços/plataformas do próprio povoado pudessem ter servido para agricultura e não para assentamento de edificações.

⁶¹ Esta modalidade de exploração da terra configura aquilo que os geógrafos designam por "campo-prado" e que consideram ter-se desenvolvido no Noroeste português ainda antes do domínio romano (Almeida, 1978a:93-95; Medeiros, 1991:145; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991:1003). Basicamente, é o modelo "tradicional" que ainda hoje subsiste.

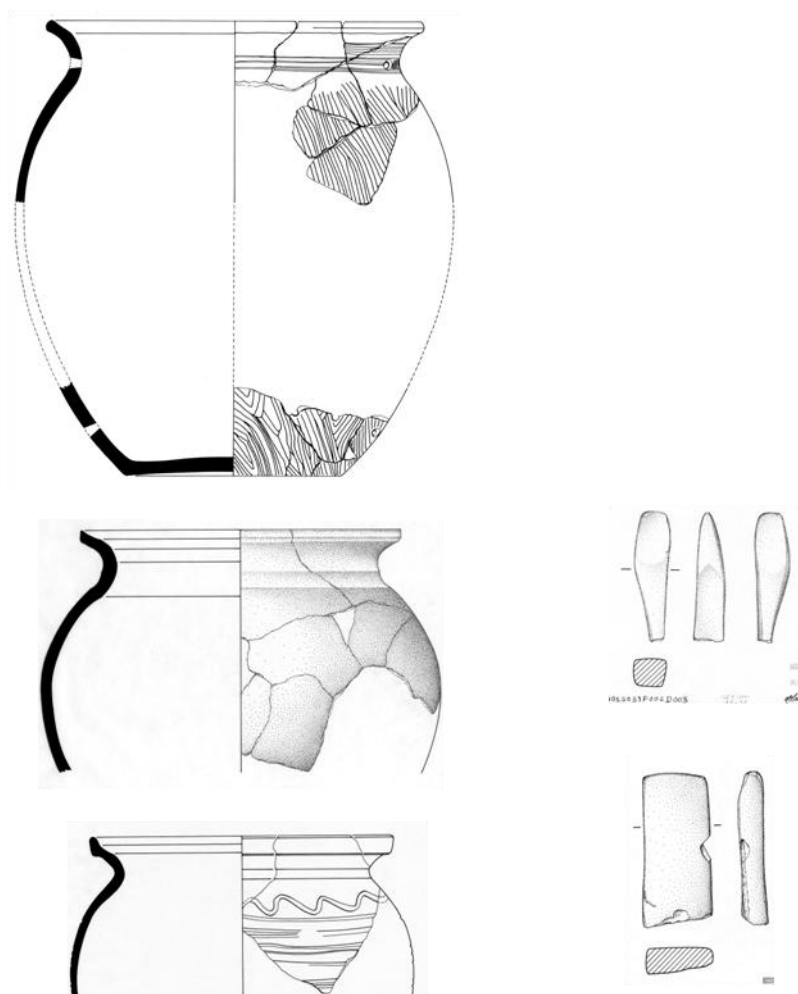


Fig.105 – Espólio recolhido no povoado de Cabeço de Leijó (esc. 1:4 – desenho de Amélia Marques/MDDS).

Em segundo lugar, no povoado de Torre Grande não identificámos terrenos armados em socalcos associáveis a uma ocupação coeva. Não determinando, por si só, uma modalidade de ocupação sazonal, esta ausência é, sobretudo, concordante com a presumível existência de um povoado com especialização económica de montanha do tipo silvopastoril.

Em terceiro lugar, embora grande parte do território teórico da isócrona de 30 minutos das actuais aldeias de Lindoso e de Cidadelhe se sobreponha aos respectivos territórios teóricos dos arqueossítios de Cabeço de Leijó e de A Cidade, não há qualquer sobreposição das áreas actualmente agricultadas em relação às áreas dos terraços fósseis, que hoje se apresentam parcialmente incultos, com matos e com pequenos bosques.

Este desvio ou alteração da modalidade de ocupação do solo revela com clareza que a proximidade dos campos agrícolas em relação ao povoado foi um factor determinante da escolha dos terrenos a armar com socalcos e reforça a ideia de ter havido uma efectiva ruptura no povoamento humano deste território.

A proximidade espacial das actuais aldeias de Cidadelhe e de Lindoso em relação aos arqueossítios de A Cidade e Cabeço de Leijó, a que acresce a constatação de que grande parte dos territórios teóricos de exploração é comum, poderia conduzir à afirmação fácil de existência de continuidade de ocupação, interpretando-se as pequenas variações nas manchas agricultáveis, ou a deslocação dos povoados, não como determinadas por rupturas mas como resultantes de paulatinas deslocações eventualmente relacionáveis com o reforço das acessibilidades e fortificação da fronteira na Idade Média.

Porém, os dados arqueológicos não parecem apontar no sentido dessa interpretação, antes pelo contrário. O contexto de abandono do povoado de Cabeço de Leijó parece situar-se em torno do século VI, o que deixa um intervalo de mais de quatro séculos até às primeiras evidências de povoamento medieval.

Em quarto e último lugar, para além dos terrenos agrícolas permanentes, espacialmente contíguos aos três povoados referidos, foram identificadas duas pequenas áreas, com evidências arqueológicas em conexão, que revelam aptidões fisiográficas e edafológicas para uma exploração agro-pecuária temporária ou sazonal. Referimo-nos à chã a Sul do povoado de Torre Grande, designada por Chã da Torre e ao alvéolo de Porto Chão.

A primeira aceitaria uma exploração frequente para pasto e mais raramente para produção de cereal, num sistema de "swiddening" (ou "queimada - cavada"). O segundo aceitaria uma exploração idêntica à anterior, embora a maior área disponível e as melhores condições micro-climáticas pudessem favorecer uma exploração mais intensa, eventualmente proporcionando abrigo a rebanhos e manadas no Inverno.

A existência de uma área tumular na zona norte da chã alveolar poderia constituir, mais do que uma condicionante parcial, um impedimento absoluto da exploração das potencialidades agro-pecuárias do espaço envolvente, por razões de ordem religiosa e/ou simbólicas? Sobre isto nada podemos adiantar, devendo apenas sublinhar-se que as evidências arqueológicas na área do arqueossítio Porto Chão.6 (NIG.017 - Viveiros), não sustentam uma interpretação exclusiva de

funcionalidade funerária, sendo possível que uma prospecção mais intensa e escavações arqueológicas proporcionem dados indicadores de outro tipo de funcionalidade.

Se porventura vier a confirmar-se a existência de um povoado de época romana em Porto Chão, tal não contraria a leitura global que propomos, antes pelo contrário, reforça a interpretação de nesta época se ter verificado uma forte antropização do território, conquistando-se espaços serranos com distintas potencialidades de exploração. Poderia, isso sim, rever-se a classificação funerária da inscrição *PATERNUS* (NIG.017), que perante uma eventualmente mais estreita associação a um espaço de povoado, poderia classificar-se como marco de propriedade.

Acima dos 750 metros de altitude, espaço que designamos por vertente alta, não se identificaram quaisquer evidências arqueológicas associáveis a este período. De facto, todos os arqueossítios se situam abaixo dos 725 metros, distribuindo-se pela base da vertente da serra, predominantemente entre os 450 e os 650 metros de altitude. Os territórios teóricos de 30 minutos dos povoados não se sobrepõem, alinhando-se num eixo paralelo ao rio Lima, cobrindo uma ampla banda no Norte do território, que abrange praticamente todo o terço inferior da vertente e parte do troço médio do vale do rio Cabril.

Do ponto de vista teórico, os espaços assim delineados satisfariam todas as necessidades do suposto modelo agro-silvo-pastoril que sustentaria economicamente as comunidades desta época, designadamente nas produções agro-pecuárias, na obtenção de lenha para combustível e de matos para gado e adubação. A ausência de vestígios arqueológicos na vertente alta da montanha afigurar-se-ia, assim, compreensível e até justificada.

Acontece, porém, que actividades como a caça, o pastoreio extensivo e a exploração florestal eram amplamente praticadas pelas comunidades galaico-romanas, constituindo uma importante actividade complementar do sistema económico. Admite-se mesmo que o pastoreio extensivo e a exploração florestal possam ter-se afirmado, de acordo com contextos económicos específicos, como actividades económicas principais (Arias Vilas, 1992:71 e segs.; Frizell, 2010). Aqui no Lindoso, esta especialização económica sustentaria a existência do povoado de Torre Grande



Fig.106 – Panorâmica sobre o arqueossítio de Vilarinho.



Fig.107 – Panorâmica sobre o arqueossítio de Torre Grande.

Por outro lado, são bem conhecidas as referências à caça e ao pastoreio na região montanhosa do Bierzo (Astorga), constantes da "*Vita Frutuosi*" compilada por Valério de Bierzo entre os anos 670 e 680 (Díaz y Díaz, 1974:83,87). Embora não se possa simplesmente transpor esta referência de finais do século VII para os séculos anteriores, tem vindo progressivamente a ser demonstrada a prática de pastoreio extensivo na Península Ibérica desde a época romana (Gómez Pantoja, 1993).

O espaço de montanha estaria portanto afecto às actividades de caça, exploração florestal e pastoreio extensivo, podendo considerar-se que a ampla distribuição dos povoados terá potenciado essas actividades, eventualmente numa modalidade de exploração sazonal, particularmente a partir dos povoados de Vilarinho e Torre Grande, que dominam o acesso aos recursos do mais importante vale interior, o vale do rio Cabril.

O peso e significado socioeconómico dessas actividades desenvolvidas na montanha alta dificilmente serão apreendidos, pois as "materialidades" da sua prática raramente são identificadas nos arqueossítios. Fica-nos apenas a ideia, fundamentalmente sugerida pela implantação do povoado de Torre Grande, que a exploração da vertente alta da serra poderá ter revestido, aqui no Lindoso, uma importância socioeconómica superior à de simples actividade complementar.

Como conclusão geral a este subcapítulo gostaríamos de sublinhar que, da consideração articulada das características quantitativas e qualitativas de todos os arqueossítios, o povoado de Cabeço de Leijó distingue-se por aí convergirem um conjunto de atributos que lhe conferem um papel de proeminência no quadro do povoamento local, configurando pela primeira vez um território que, desde então e até à actualidade, não haveria de registar significativas alterações na sua estrutura.

4. A IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL NA IDADE MÉDIA

4.1. Introdução

O estudo dos séculos finais da Alta Idade Média⁶² do norte do actual território português, que sempre se percepcionou como um espaço de fronteira entre os cristãos asturianos e os muçulmanos do sul peninsular, assentou, praticamente durante toda a primeira metade do século XX, num modelo historiográfico forjado sob os conceitos de “ermamento estratégico” e “reconquista”, veiculados tanto pela historiografia espanhola como portuguesa (Costa 1997, 57-58).

Contudo, já nas primeiras décadas do século passado, tal modelo começou a ser questionado, contrapondo-se a existência de continuidade de povoamento entre os séculos VII e XI: primeiro com o estudo de Alberto Sampaio (1979 [1903]) sobre *As Vilas do Norte de Portugal*, ainda hoje uma obra incontornável para quem quiser investigar a evolução da paisagem agrária do entre Douro e Minho entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, e depois por José Augusto Ferreira (1928), com o seu exaustivo trabalho sobre a história dos bispos e arcebispos bracarenses.

Mas é a partir dos estudos seminais de Pierre David (1947) e de Avelino de Jesus da Costa (1997-2000 [1959]), centrados sobre o noroeste peninsular e a antiga diocese de Braga, respectivamente, que tais modelos foram sendo sistemática e fundadamente rejeitados e vieram a ser definitivamente ultrapassados pelos estudos mais abrangentes de José Mattoso (1988b e 1992).

Importa assinalar que o *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae* e o censal *Inter Lima et Ave* (vulgarmente designado por “Censal do Bispo D. Pedro”), se fixaram então como principais fontes documentais para o estudo da história altomedieval da região correspondente ao Norte de Portugal, graças à edição crítica assinada pelos dois primeiros medievalistas (David, 1947; Costa, 1965, 1978, 1990, 2000).

⁶² Seguimos a periodização cronológica de tradição francesa, fixada pelos medievalistas dos *Annales*: Alta Idade Média (séculos VI-X); Plena Idade Média (séculos XI-XIII); Baixa Idade Média (séculos XIV-XV).

Independentemente da existência de outros conjuntos documentais, como os compilados nos *Portugaliae Monumenta Historica*, os documentos do cartulário bracarense, únicos no género na Europa ocidental antes do século XIII, oferecem um potencial de estudo de reconhecido valor, não só para a história religiosa da diocese de Braga, mas também para a história da economia, da administração territorial, do povoamento e das paisagens que se desenvolveram no período correspondente aos finais da Alta Idade Média e Plena Idade Média (séculos IX a XIII) (Costa, 1997, XII-XIV).

Assim, é hoje generalizadamente aceite que o território entre o rio Minho e Douro terá mantido parte significativa das suas populações, até ao terceiro quartel do século IX num quadro social e político de ausência de poderes estatais actuantes, e a partir do último terço do século IX já enquadrados de modo sistemático nas estruturas de poder galaico-asturiano, leonês e portugalense, identificando-se muitos dos protagonistas das suas elites laicas e religiosas (Mattoso, 1988 e 1992b; Real, 2007).

Neste novo quadro de conhecimento histórico, as perspectivas de estudo deslocaram-se para a interpretação de continuidades ou rupturas entre a Antiguidade Tardia e o mundo medieval. Embora a generalidade dos autores reconheça que os séculos VIII a X constituíram um período de trânsito, de transformação, uns valorizam esse período como um prelúdio da história de formação de Portugal (Serrão e Marques, 1995 e 1996), ao passo que outros preferem considerá-lo como uma fase da evolução histórica do reino asturiano e leonês, procurando-se compreender os diversos ritmos e tendências de evolução da sociedade alto medieval (Amaral, 1999 e 2007; Marques, 2006 e 2008).

Por outro lado, embora alguns historiadores reconhecessem na arqueologia uma área de estudo cujo desenvolvimento poderia contribuir para um melhor conhecimento da Alta Idade Média, a verdade é que os estudos arqueológicos só se vieram a concretizar a partir da década de 80 do século XX, acompanhando, aliás, a tardia afirmação da Arqueologia Medieval no quadro do ensino e da investigação arqueológica portuguesa (Fontes, 2002).

Os primeiros contributos significativos, ainda que limitados por um certo empirismo metodológico, devem-se a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, com os seus estudos pioneiros sobre a viação, castelologia e arquitecturas medievais do Entre Douro-e-Minho (1968, 1978a, 1978b e 2001).

Mário Jorge Barroca aprofundou as linhas de investigação abertas por Ferreira de Almeida, creditando-se-lhe os primeiros inventários arqueológicos analíticos das necrópoles, de elementos arquitectónicos avulso e da epigrafia altomedievais do entre Douro-e-Minho (Barroca, 1987, 1990 e 2000, respectivamente).

Mas é com Manuel Luís Real que, de modo sistemático, o conhecimento deste período histórico se amplia e renova, graças aos seus persistentes estudos de história da arte e de arqueologia altomedievais, oferecendo-nos nos últimos anos as mais informadas e contextualizadas sínteses sobre a evolução da arquitectura no actual território português entre os séculos VI e XI (Real, 2000, 2007a e 2007b). Sustentado por uma abordagem metodologicamente actualizada, em que releva a manipulação de dados primários recolhidos nas múltiplas escavações arqueológicas que, directa ou indirectamente, acompanhou, a par da recolha de paralelos no actual território português, no sul peninsular e na bacia mediterrânica, Manuel Real cruza dados de natureza diversa (arqueológicos, documentais, toponímicos, estilísticos), que lhe permitem propor uma interpretação coerente das características essenciais da arte e da cultura dos séculos IX-XI.

Portanto, as fontes documentais e arqueológicas, a par da toponímia e da hagiotoponímia, revelam, para o entre Douro-e-Minho e no período compreendido entre os séculos VIII e XI, a existência de um povoamento diversificado.

De facto, apesar da reconhecida retracção populacional dos séculos VII e VIII e das vicissitudes do processo de expansão asturiana e leonesa nos séculos IX e X (vulgarmente apelidada de "reconquista") e da definição do Condado Portucalense, no decurso dos séculos X-XI, que conheceram ritmos e intensidades diferentes, determinados por contextos militares e socioeconómicos específicos, a ampla região da diocese de Braga, então correspondente ao norte do actual território português, esteve sempre povoada, como confirma a actividade documentada do bispo Odoário, na segunda metade do século VIII (Costa, 1997:48 e 52).

Mas a reorganização territorial só acontece, de forma sistemática e sustentada, com base num eixo que se estende de Guimarães a Ponte de Lima, a partir da segunda metade do século IX, com Afonso III das Astúrias, que em 873

“restaura” a cidade de Braga (Costa, 1997; Real, 2000; Fontes, 2009a; Fontes e Pereira, 2009).

Na bibliografia acima referida pode encontrar-se uma desenvolvida, bem documentada e actualizada síntese histórica para a Idade Média, que proporciona um pormenorizado quadro contextualizador do noroeste português e consequentemente aplicável ao vale alto do rio Lima⁶³.

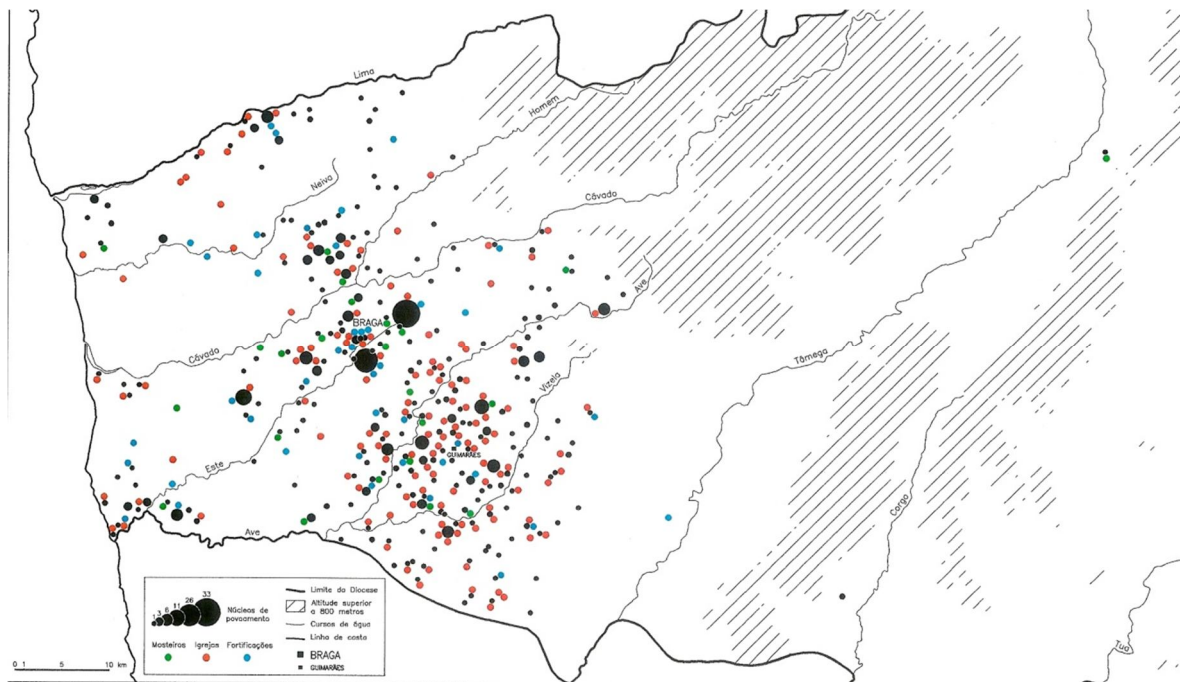


Figura 108 – Povoamento na diocese de Braga, no século XI (in Amaral, 2007, mapa 12).

Mas, especificamente para o território de Lindoso, não se conhecem quaisquer estudos que tratem desenvolvidamente a época medieval. Porém, pode-se estender-lhe as principais linhas de força traçadas por Carlos Alberto F. de Almeida (1987), por Maria H. da Cruz Coelho (1990), por Amélia A. Andrade (1994) e por Avelino de Jesus da Costa (1997)⁶⁴.

⁶³ Veja-se, para a região do Minho, *Alguns aspectos da visita régia ao entre Cávado e Minho, no século XIII*, de Iria Gonçalves (1993). Para uma contextualização mais alargada e como ponto de partida, podem consultar-se o segundo e terceiro volumes da "História de Portugal" dirigida por José Mattoso (1993a e 1993b), ou o segundo, terceiro e quarto volumes da "Nova História de Portugal", dirigida por Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (1987, 1993 e 1996), onde se encontram várias centenas de referências bibliográficas sobre as mais diversas temáticas de história medieval.

Para a Galiza, veja-se o recente balanço historiográfico de Francisco J. Pérez Rodríguez (2010).

⁶⁴ Respectivamente: *Alto Minho; A Terra e os Homens da Nóbrega no Século XIII; Vilas, Poder Régio e Fronteira: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval; e O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga, Vol. I.*

Na sequência dos estudos de impacte ambiental relativos à albufeira de Lindoso, Manuel Xusto Rodríguez e José Maria Eguilleta Franco iniciaram em 1988 um plano sistemático de estudo da *Baixa Limia* galega, região correspondente aos territórios fronteiriços confinantes com Lindoso, que são Lobios e Entrimo. Em 1992, no nº 13 da revista *Gallaecia*, apresentaram um primeiro e sintético resumo das suas investigações, dominadas já pela temática do "incastelamento" (Xusto Rodríguez e Eguilleta Franco, 1992:291-302)⁶⁵.

Todos estes estudos que vimos referindo constituíram as fontes secundárias que utilizámos para contextualizar e/ou complementar a interpretação dos dados arqueológicos que analisámos.

Os dados arqueológicos constituíram o núcleo principal das fontes primárias de informação, isolando-se, para este período, com base em prospecções intensivas, um conjunto de 19 arqueossítios de distintas tipologia e funcionalidade, tendo um deles sido objecto de amplas escavações arqueológicas (Castelo de Lindoso - NIG.029).

Para este período foi ainda possível contar, embora em número reduzido, com fontes de informação primárias constituídas por documentos escritos coevos, entre os quais se destaca, para além do referido no primeiro parágrafo deste subcapítulo, as *Inquirições* de 1258 (Anexo 1 – Documento 2) e o Tombo da Igreja de Lindoso de 1574 (Anexo 1 – Documento 6). Não sendo de época medieval, a leitura regressiva deste último documento revelou-se de fundamental importância para a compreensão de múltiplos aspectos da vida medieval do Lindoso, razão pela qual o utilizamos como fonte de informação primária para este período.

Importa reconhecer, contudo, que a maior quantidade de informação que manipulámos neste período não tem propriamente correspondência em termos qualitativos, designadamente ao nível da construção de um completo enquadramento cronológico sequencial ou evolutivo. De facto, para os séculos altomedievais apenas possuímos duas referências escritas, que documentam somente a existência de uma localidade que se identifica pelo nome Lindoso. A maior parte, se não mesmo a totalidade dos arqueossítios, são atribuíveis aos séculos centrais e finais da Idade Média, não sendo possível distinguir com rigor, por exemplo, variações seculares na maior parte deles.

⁶⁵ Sobre a intervenção específica no "castelo de Arauxo", Lobios, ver "Arqueologia.Informes.3" (Eguilleta Franco e Xusto Rodríguez, 1995:107-114).

Não é possível destringir entre o que é exclusivo dos tempos iniciais da reorganização política, administrativa, social e económica do território, do que emerge apenas nos finais da medievalidade, tendo existido, com certeza, ritmos vários, polarizações distintas, diversidade de factores actuantes.

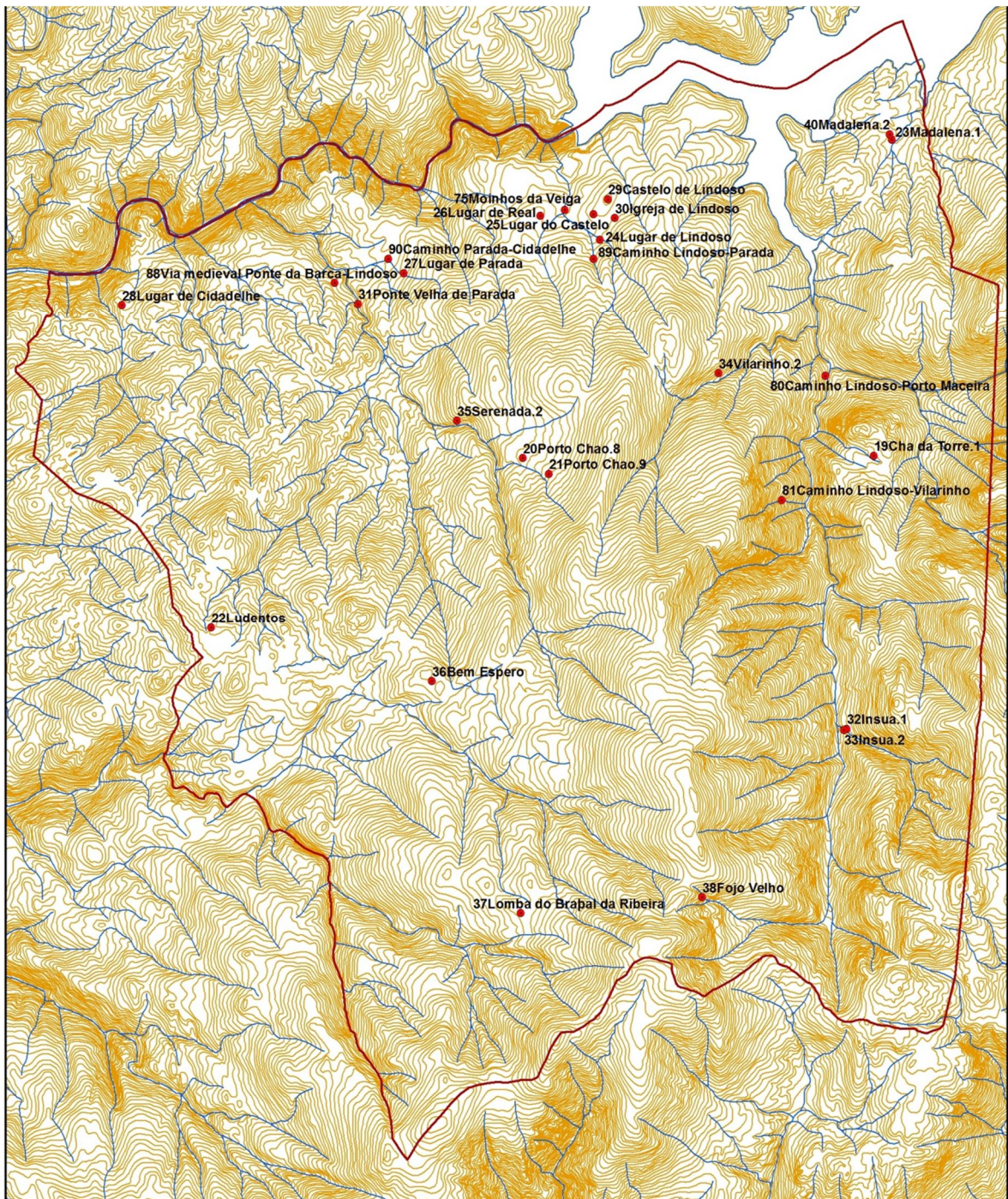
Assim, a partir das evidências arqueológicas e da documentação escrita, procuraremos construir uma imagem geral que, como tal, nunca terá existido. Deve ser entendida como mediadora da apreensão de uma realidade pretérita, que poderá sempre ser enriquecida com novos dados e novas perspectivas de abordagem.

Tal significa que, de um modo geral, aceitamos como referente cronológico "médio" para este período o século XIII, século que aqui no Lindoso conheceria o panorama que Maria H. da Cruz Coelho fixou (1990:188):

"(...) Terra e Homens da Nóbrega - gente simples, na sua maioria lavradores, vivendo no quadro religioso-administrativo da sua freguesia, personificado no espiritual pelo abade, prelado, capelão ou prior, como lhe chama as Inquirições, e civilmente pelo juiz. Conheciam o poder, que sentiam no corpo, dos senhorios regionais laicos, como os Nóbregas [e os Araújo], ou dos eclesiásticos. A presença do rei impunha-se-lhes sobretudo pela carga tributária que a Coroa exigia anualmente através dos seus funcionários, ou pelas eventuais deambulações do soberano ou ricos-homens na área, momentos de renovados encargos e trabalhos. O seu quotidiano pautava-se pelos ritmos do calendário agrícola e pela vivência dos momentos mais significativos da vida humana - baptismo, casamento e morte. A barreira mental dos estritos usos e costumes do pequeno rincão de origem alargava-se apenas na esporádica deslocação à romaria ou feira próximas, onde algum conhecedor do mundo contava histórias das gentes de um reino, afinal tão distante, onde lá longe, ainda as armas cristãs subjugavam um povo infiel que a Norte era, afinal, já tão só lenda de mouros e mouras encantadas."

Quanto ao contexto regional e supra-regional do território de Lindoso, pela maior abundância de informação e possibilidade de abordar temáticas diversas a partir da análise dos arqueossítios, fazemo-lo precisamente a par dessa análise e das interpretações que apresentamos nos subcapítulos seguintes.

Demos particular atenção aos aspectos ligados aos objectivos do nosso trabalho, aqueles relacionados com a apropriação do espaço e com a modelação da paisagem: a emergência da territorialidade local, a fixação da fronteira política, a estruturação do povoamento e a organização socioeconómica dos espaços, designadamente, a tipologia dos povoados, a partilha da serra e a "construção" da paisagem agrária.



Arqueossítios da Idade Média

esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)

Fig.109 – Localização dos arqueossítios e sítios da Idade Média no território de Lindoso.

4.2. Paróquia e freguesia ou a definição da territorialidade local

A fixação da territorialidade paroquial ou a delimitação do espaço sujeito à jurisdição do pároco é um fenómeno relativamente tardio, que parece ter acompanhado a introdução da reforma gregoriana na Península Ibérica, situando-se portanto em torno dos séculos XI-XII (Mattoso, 1985:44).

Parece ter antecedido a afirmação da territorialidade da freguesia, esta vinculada aos direitos e fiscalidade civis representados pela coroa e realizados plenamente apenas no século XIII, época em que *ecclesia* e *collatione* deram lugar às designações "paróquia" e "freguesia", termos que a partir dessa altura passam a ter o mesmo significado territorial (Almeida, 1987:28). Neste sentido parece apontar o facto de nas "Inquirições", um instrumento da fiscalidade régia, aparecer sempre à cabeça dos jurados, a par do *judex* nomeado pelo rei, um *prelatus* ou pároco.

No Lindoso parece ter-se verificado processo semelhante. No século XI a igreja de Lindoso aparece registada no "Censual de entre Lima e Ave" como pagando à mitra bracarense *II quartarios*. Nesse documento, a igreja de Lindoso surge individualizada face a Britelo, S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios, S. Tiago de Vila Chã, S. Vicente de Germil e S. João de Vila Chã, devendo esta individualização tributária traduzir-se também territorialmente, pois estava em questão a afectação de rendimentos específicos, provenientes de comunidades bem definidas e diferenciadas, mesmo economicamente, como se pode verificar pela seguinte lista (Costa, 2000:213-215):

De Sancto Martino de Britelo	II modios
De Sancto Micahale Inter Ambos Ribulos	I modio
De Sancto Jacobi de Villa Plana	I modio
De Lindoso	II quartarios
De Sancto [Vincenti de] Gelmir	II quartarios
De Sancto Johanne de Villa Plana	I modio

Fig.110 – Quadro dos pagamentos das paróquias da região estudada, segundo Censual do Bispo D. Pedro (Costa, 2000).

Sendo que as taxas a pagar por cada igreja eram sustentadas pelos rendimentos das populações, deve reconhecer-se a necessidade de estabelecer a sua identificação com uma igreja em particular e não com uma qualquer igreja ao acaso, identificação que se traduziria na fixação de uma territorialidade precisa, exclusiva. Ao nível da organização civil do território semelhante identificação só se documenta nos meados do século XIII referenciando-se, pela primeira vez, a *collatione* de Lindoso nas "Inquirições" de 1258. Também aí aparece diferenciada de Britelo, de S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios e de S. Vicente de Germil⁶⁶.

Julgamos importante sublinhar que, a um nível superior de organização territorial-administrativa, a concordância da territorialidade eclesiástica com a civil também parece fixar-se no decurso do século XIII. De facto, ao "Julgado da Nóbrega" das "Inquirições" da coroa corresponde a "Terra da Nóbrega" dos documentos eclesiásticos, substituindo nestes últimos a antiga designação de "Terra de Vade" (*terra de Vanati*) referenciada apenas no "censual" do século XI.

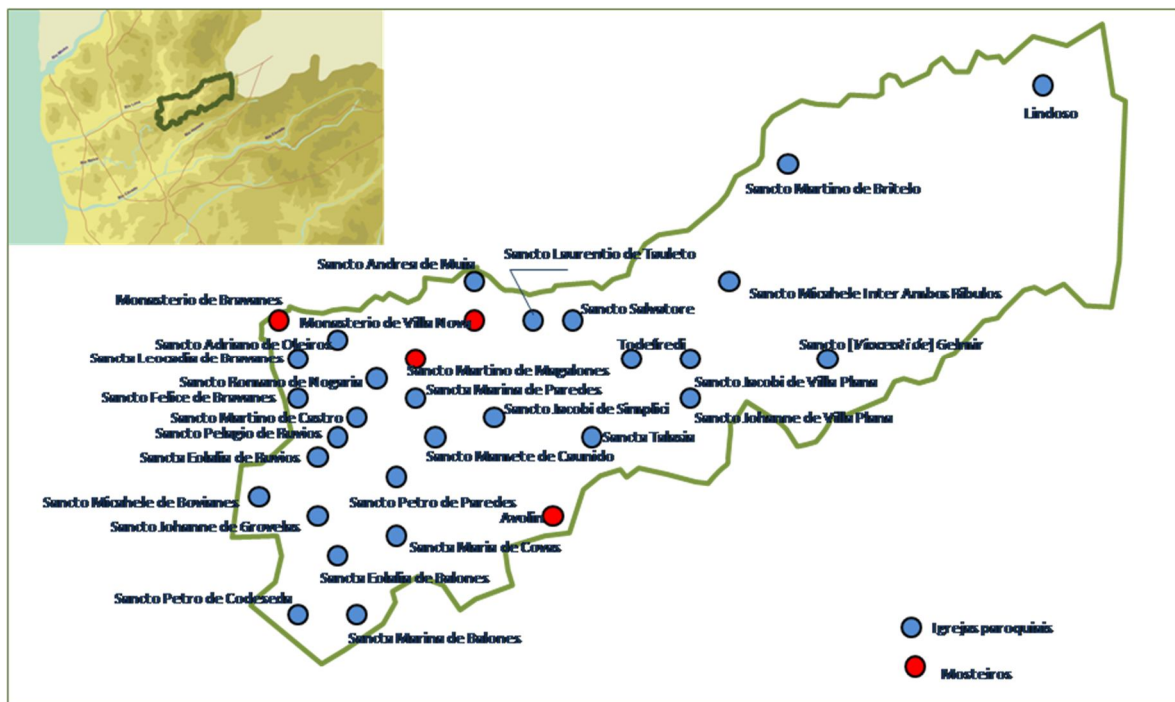


Fig.111 – Mapa da circunscrição eclesiástica da *Terra de Vanati*, segundo o Censual do Bispo D. Pedro (in Costa, 2000:204-216).

⁶⁶ Desconhecemos porque motivo Lindoso não é referido nas "Inquirições" de 1220, onde constam já todas as outras paróquias-freguesias.

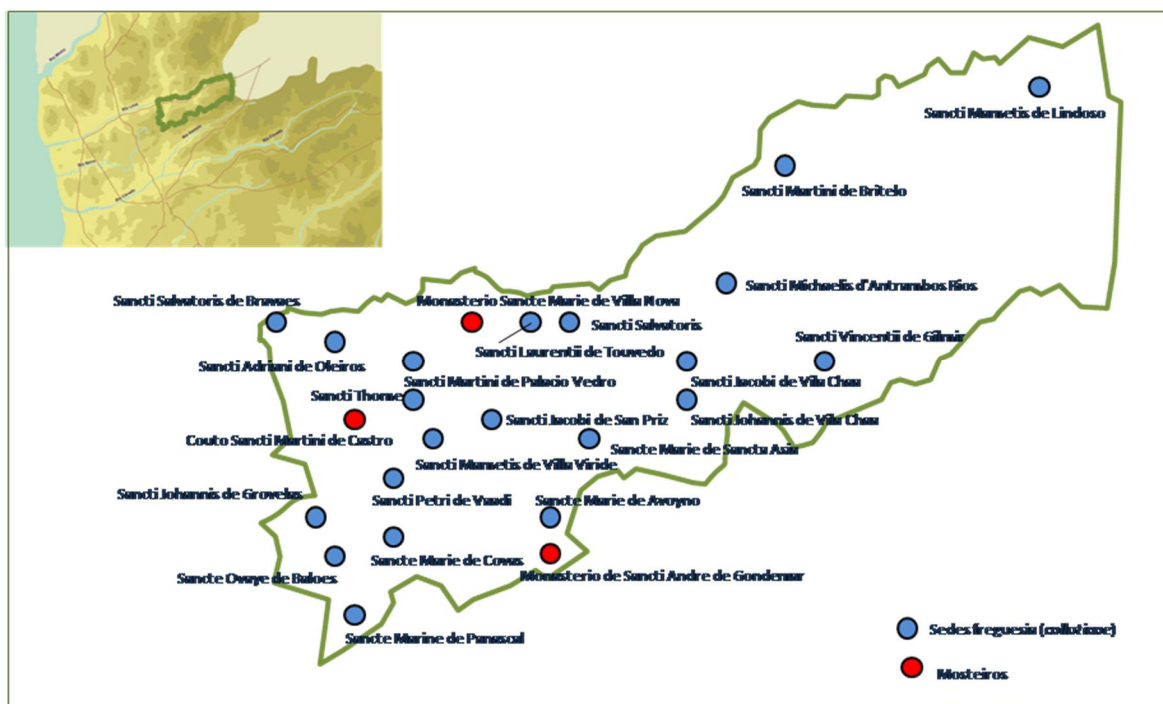


Fig.112 – Mapa da circunscrição civil do *Julgado de Agnofrica* [Terra da Nóbrega], segundo as Inquirições de 1258 (in PMH, 1258:406-415).

Embora alguma escassa documentação nos testemunhe a ocupação do vale alto do Lima, pelo menos desde o século X, como se pode depreender das referências ao Soajo e Várzea, no testamento de Mumadona, datado de 959⁶⁷, só a partir do século XI se documenta uma certa organização do povoamento, e só a partir de inícios do século XIII é que se pode falar com algum fundamento de territorialidade local, aceitando para este momento uma identificação entre território eclesiástico (*ecclesia*/paróquia) e território civil (*collatione*/freguesia), determinada por razões de ordenamento fiscal.

É igualmente a este período que fazemos remontar a fixação dos limites físicos do termo de Lindoso, apesar de os primeiros documentos que se lhes referem expressamente, descrevendo-os parcial ou integralmente, datarem já do século XVI⁶⁸. Considerando, porém, que na sua elaboração, tanto na demarcação fronteiriça de 1538 (Anexo 1 – Documento 5) como na delimitação do termo da

⁶⁷ "(...) *In ripa limie portionem in suagio [Soajo] sive terras et pumares. (...) Vaccas quantas habemus in Varzena [Várzea] et in suagio (...)*" (PMH.DC.LXXVI).

⁶⁸ Nessa altura o Lindoso tinha o estatuto de concelho, por força da concessão do foral manuelino de 1514. O território, todavia, seria o mesmo.

freguesia em 1574 (Anexo 1 – Documento 6), entrevistaram testemunhas idosas⁶⁹ que reiteradamente sublinharam a antiguidade dos limites⁷⁰, não temos dúvidas em situar nos primeiros séculos da nacionalidade a fixação do território de Lindoso.

Tendo por referência as delimitações de 1538 e 1574, podemos considerar que os limites seriam basicamente os actuais. Para além da insignificante variação na confrontação com a actual freguesia da Ermida (o limite seguia então pelo Curral da Costa Boa, ao passo que hoje se marca pela Lomba), regista-se uma única grande diferença na confrontação fronteiriça com a Galiza⁷¹, a Norte. De facto, hoje o rio Lima constitui o limite mas, em 1538 e 1574, a raia era seca, passando mais a Norte. Na Várzea cruzava o rio Tibo ou da Várzea (hoje rio Labreiro) pelos pontões de Olelas, subia para nascente à Cruz de Travação (hoje Cabeça de Monteiro?) e descia para Sul em direcção ao rio Lima, que cruzava junto à Pedra de Bozelo, no local onde passaria a via que ligava Lindoso a Buscalque (zona coincidente com o actual limite, hoje submersa pela albufeira de Lindoso).

Destaque-se o facto de a demarcação se fazer sobretudo por limites naturais, por linhas de festo e linhas de água (cumieiras = cumeadas], águas vertentes, portelas, rios), e menos por marcos construídos (apenas duas referências), traduzindo uma apropriação do espaço fortemente vinculada às condicionantes geomorfológicas, designadamente, à conjugação dos elementos água/vertente.

69 "(...) logo me apresentaram por testemunhas, que sabia por onde antigamente partia o termo deste lugar com Galiza há sessenta anos, e mais a saber a João Vasques homem de oitenta anos, e mais a Alvaro Vasques que é de outros oitenta anos, e Gonçalo do Noval de outros oitenta anos, e mais que são moradores em este Concelho de Lindoso, aos quais velhos dei juramento (...)" (Documento 5).

"(...) fez vir perante sy a gomçalo casado e a Gomçallo alves do riall ho velho moradores neste concelho de llimdoso homes antiguos e velhos e que rezão tinhão de saber as propriedades e llemytes da freguesia e da dita Igreja (...)" (Documento 6).

70 "(...) disseram que eles são homens antigos, de oitenta anos para cima, e que sendo eles moços se acordão de sessenta anos, e mais a esta parte, o que desde que se acordão de sessenta anos, e mais a esta parte, o que desde que se acordão sabem sempre e sabiam o Termo deste lugar de Lindoso partir com Galiza, (...)" (Documento 5). "(...) loguo elles goncallo casado e João pires disseram que ho llemyte desta dita igreja de sam mamede de llymdoso partya por as confronmtações seguintes segumdo elles se acordavão que pasava de cada cimquemta para sesemta anos e deste tempo para qua sempre ouvyrão aos amtepasados e presentes que ha dita igreja seu llemyte era o seguinte (...)" (Documento 6).

71 Variação que se compreende melhor no quadro das disputas locais de territórios e menos no contexto das negociações fronteiriças entre Portugal e Espanha. Esta variação não constitui, por isso, a expressão de uma territorialidade supra-regional, estatal (ver subcapítulo seguinte).

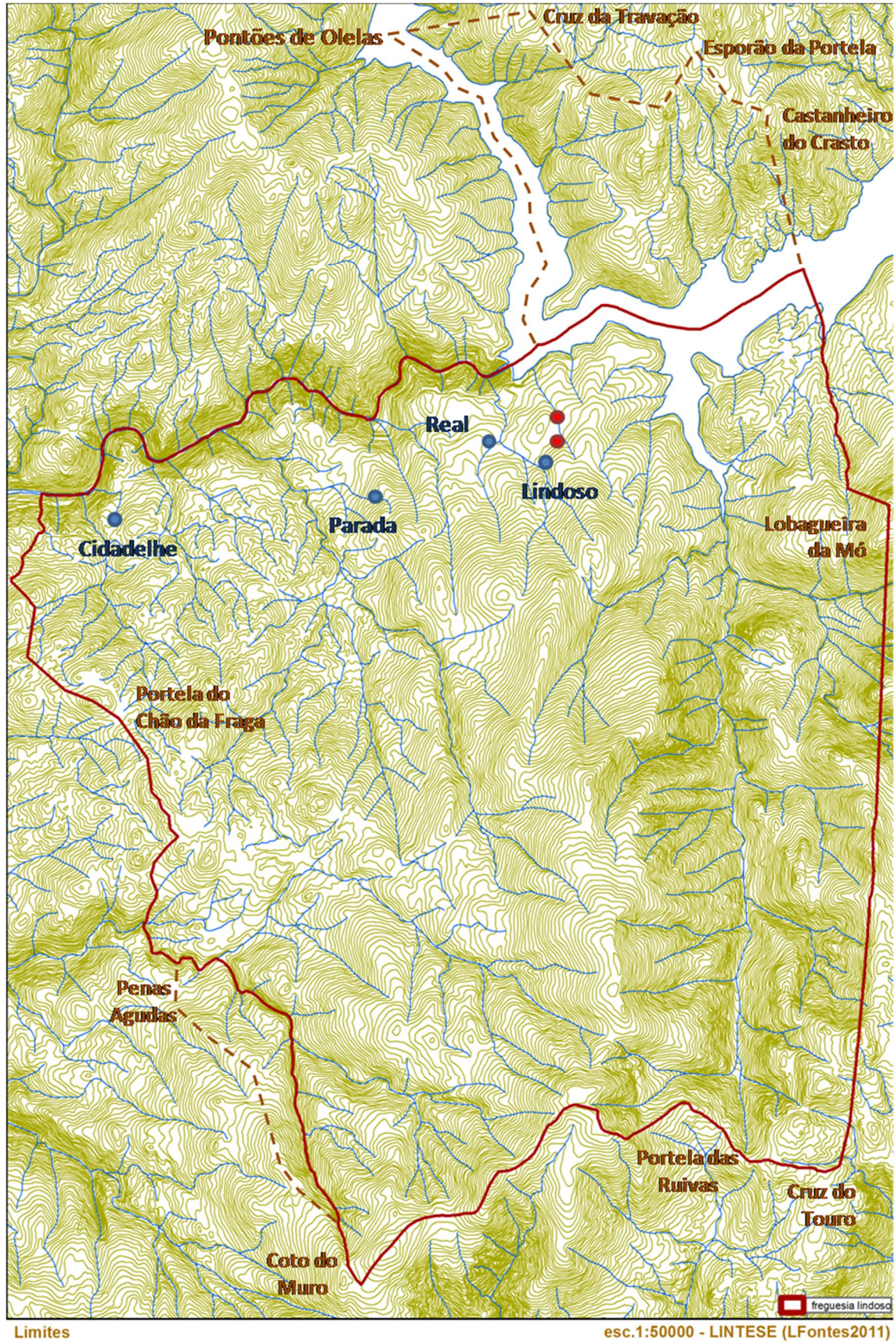


Fig.113 – Limites medievais de Lindoso, de acordo com os documentos 5 e 6, respectivamente de 1538 e 1574 (a linha cheia corresponde aos limites actuais).

Os arqueossítios do Castelo de Lindoso (NIG.029) e da Igreja de Lindoso (NIG.030) consubstanciam, material e simbolicamente, o carácter duplo da afirmação da territorialidade local.

Através do primeiro, a individualidade de Lindoso realizar-se-ia particularmente na obrigatoriedade exclusiva de os seus moradores, e não os de outras paróquias/freguesias, sustentarem o alcaide do castelo. A fortificação, enquanto obra da coroa, testemunha igualmente a imposição de várias obrigações, desde o pagamento de rendas à prestação de serviços, alguns dos quais de aplicação geral à comunidade e como tal fomentadores da ideia de identidade territorial, como poderá exemplificar o facto de no Lindoso "todos serem monteiros do rei" (PMH.Inq.1258:414/Anexo 1 – Documento 2).

Através do segundo realizar-se-ia a identidade paroquial, remetendo a igreja para práticas como, entre outras, a cobrança de dízimos, a administração do baptismo e o direito de sepultar, práticas que conheciam uma aplicação restrita à comunidade ou "família" paroquial, constituindo-se, assim como poderosos factores de integração territorial.

As evidências arqueológicas associadas a enterramentos que pudemos identificar junto à igreja de Lindoso confirmam não só a prática antiga de os paroquianos se fazerem enterrar no adro, ao abrigo do templo, mas também que a igreja paroquial de Lindoso se fundou originalmente no local onde ainda hoje permanece, centralizando desde então o espaço funerário paroquial.

Esta polarização do espaço funerário em torno da igreja de Lindoso só foi anulada nos inícios deste século quando, na sequência das reformas liberais do segundo quartel do século XIX, aqui como em quase todo o país, tardiamente aceites pela população, se deixou de enterrar no interior e junto à igreja paroquial. As populações de Cidadelhe, Parada e Lindoso passaram a enterrar-se em cemitérios novos construídos de raiz, um para cada aldeia⁷².

Na impossibilidade de identificar qualquer personagem medieval enterrado em Lindoso, resta-nos tão só sublinhar a monumentalidade dos vestígios conservados, particularidade reveladora de práticas de enterramento de gosto requintado e custo elevado, acessíveis só a ricos ou poderosos e portanto relativa a uma parte muito pequena das populações medievais que viveram em Lindoso.

⁷² Veja-se subcapítulo 5.2.

E embora hoje não possamos avaliar a eventual importância específica que esses personagens possam ter tido na constituição e manutenção da unidade territorial de Lindoso, afigura-se-nos inquestionável que a opção de se fazerem enterrar junto da igreja paroquial, constitui uma evidente demonstração da existência de um vínculo que ligava fortemente uma classe possidente a uma terra, o Lindoso.



Fig.114 – Perspectivas do sarcófago correspondente às Peças 1 e 5.

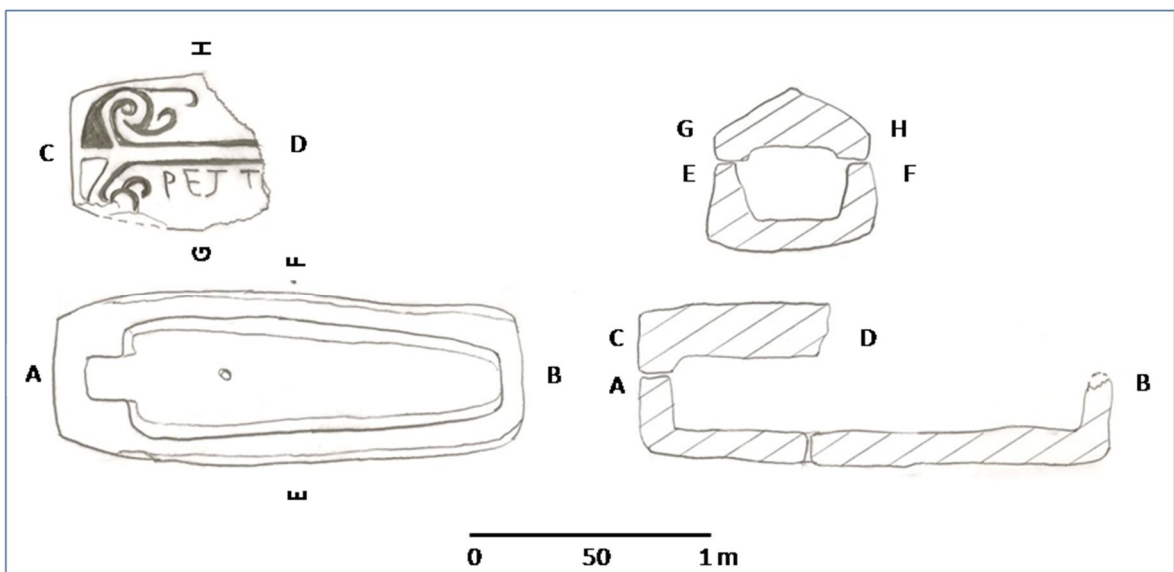


Fig.115 – Plantas e secções do sarcófago correspondente às Peças 1 e 5.

4.3. O castelo e a defesa da linha fronteiriça

Com a sua atarracada mas poderosa torre de menagem, granítica, emergindo do pequeno outeiro sobranceiro ao rio Lima, o castelo de Lindoso transmite-nos uma ideia de forte ligação ao relevo, parecendo fazer parte da paisagem desde sempre. Todavia, a sua edificação remonta apenas ao século XIII, período no decorrer do qual se fixou o povoamento medieval da região, acompanhando a definitiva constituição do reino de Portugal.

Nos seus múltiplos significados, o castelo de Lindoso constitui-se como referente inultrapassável, necessário à compreensão da integração do território de Lindoso no mais vasto espaço português e à compreensão da nova estrutura territorial que, como veremos, se consolidou no decorrer do século XIII.

Por isso, ele nos aparece, para além de monumento com grande valor arquitectónico, como elemento de elevado significado histórico-cultural, como testemunho de uma progressiva mas radical alteração da organização do tempo e do espaço, protagonizada pelos homens e mulheres medievais, configurando-se no seu tempo a matriz básica do território actual.

Para o tema que nos interessa julgamos essencial considerar a função militar do castelo, isto é, explorar a razão primeira da sua edificação, que foi a defesa da fronteira.



Fig.116 – Panorâmica do castelo de Lindoso, vista de Sul.

Acontece que uma fronteira, sendo um espaço de chegada, um limite, uma barreira, é também um ponto de partida, um local de passagem e de comunicação, um espaço de troca (Castro Martínez y González Marcén, 1989:9-10). Como tal, uma fronteira entre reinos, definida, reconhecida, tornada visível, como é o caso, resulta de uma complexa trama socio-política, frequentemente atravessada por condicionalismos de ordem económica⁷³.

Também aqui se patenteia semelhante processo, pois a definição que a fronteira conheceu nesta região do Lima e do alto-Cávado constituiu o culminar de um longo processo de apropriação territorial, marcado desde os primeiros tempos do condado portugalense por frequentes confrontos entre os dois lados (Andrade, 1994; Gonçalves, 1998).

Compreende-se pois que a apreensão do significado das relações espaciais e territoriais, veiculadas pelos arqueossítios e pela documentação que seleccionámos para analisar este tema⁷⁴, se realiza mais facilmente quando inserida num quadro histórico mais vasto, como é o que enforma a definição da fronteira entre os reinos português e castelhano na região nordeste do Entre Douro-e-Minho.

É o que faremos em seguida, convocando em nosso auxílio três trabalhos fundamentais para a compreensão desta temática: os capítulos “Portugal no Reino Asturo-Leonês” e “Dois séculos de vicissitudes políticas (1096-1325)”, da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso (respectivamente 1992:441-565 e 1993a:23-163), o estudo *Vilas, Poder Régio e Fronteira: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, de Amélia Aguiar Andrade (1994) e a obra *La Frontera Hispano-Lusa en la Provincia de Ourense*, de Luis Manuel Garcia Maña (1988)⁷⁵.

O documento mais antigo alusivo à existência de uma fronteira territorialmente demarcada nesta zona do alto-Lima respeita à delimitação da diocese de Braga. Trata-se do documento nº 552 do *Liber Fidei* bracarense (ver Anexo 1 – Documento 1), onde se nomeia explicitamente o Lindoso como ponto

⁷³ Para a evolução histórica da noção de fronteira, veja-se o trabalho de Maria Regina Marchueta (2002).

⁷⁴ Neste subcapítulo consideramos os arqueossítios Castelo de Lindoso (NIG.0029) e Ponte Velha (NIG.031) e os documentos “Inquirições” de 1258 (Documento 2) e a demarcação fronteira de 1538 (Documento 5).

⁷⁵ Refira-se também o pequeno artigo de Iria Gonçalves (1998), *Entre a Peneda e o Barroso: uma fronteira galaico-minhota em meados de Duzentos*, que proporciona abundantes referências documentais e bibliográficas.

de inflexão do limite, que deixa aí de seguir o rio Lima e passa a traçar-se perpendicularmente para Sul, em direcção à Portela do Homem.

Avelino Jesus da Costa (1978:350), seguindo Pierre David (1947:56), propõe para a delimitação que esse documento certifica uma cronologia em torno dos séculos IX-X, recuando a delimitação diocesana ao tempo da reorganização territorial operada pelo rei asturiano-leonês Afonso III (866-910). Porém, a ponderação de outros elementos leva-nos a considerar com reservas essa proposta cronológica⁷⁶.

Por um lado, o facto de no testamento de 959, Mumadona situar genericamente algumas propriedades suas *In ripa limie*, parece traduzir a ausência de qualquer vinculação territorial de carácter político-administrativo. Por outra parte, o limite descrito coincide exactamente com os limites administrativos eclesiásticos e civis de circunscrições territoriais que se vão encontrar melhor definidos nos séculos XII-XIII, o que pode significar que o documento descreve apenas a realidade do tempo em que foi copiado, pois integra a parte do cartulário bracarense que foi organizado para sustentar as alegações feitas em Tui em 1187 e 1199, contra as pretensões da mitra compostelana (Costa, 1965:XI).

Verificamos, também, que a circunscrição territorial-administrativa eclesiástica de nível intermédio em que o Lindoso aparece integrado se documenta como tal apenas em finais do século XI e em meados do século XII, respectivamente a *Terra de Vanati* do censal do tempo do bispo D. Pedro (Costa, 2000:204) e o arcediagado de *Vanadi* da divisão feita em 1145 entre o bispo D. João Peculiar e o Cabido bracarense (Costa, 1990:246 - *Liber Fidei*, doc. nº 818).

Equivalente circunscrição ao nível da administração civil só se documenta a partir das "Inquirições" de 1220, onde é nomeada *Terra da Nobrega*, designação que vai prevalecer a partir de então servindo tanto a administração eclesiástica como a civil. Esta unidade administrativa territorial tem como referente tutelar o castelo da Nóbrega, fixando uma realidade que podemos recuar até meados do século XI, como evidencia o documento nº 420 dos *Diplomata et Chartae*, datado de 1059, no qual se localizam inúmeras propriedades *ad radice castro Annofrice* (PMH.DC:44-48).

⁷⁶ Como bem sublinhou José Mattoso, as franjas montanhosas da região bracarense não parecem ter atraído os esforços de organização das autoridades asturianas (1992:454).

O castelo "românico" da Nóbrega terá sido construído por Honorigo Honorigues, no terceiro quartel do século XII, que por isso recebeu algumas herdades do rei Afonso Henriques, conforme testemunham os jurados da inquirição da freguesia de S. Martinho de Paço Vedro em 1220 - "(...) *jurati dixerunt quod habet ibi dominus Rex ij. casalia de Penelas, et dicunt quod Rex domnus Alfonsus dedit illa Oorigo Ooriguiz, quia fecit illi castellum de Anovrega. (...)*" (PMH.Inq.,1220:38; Almeida, 1978b:27-28; Mattoso, 1988b:151).

Com base nestes elementos e considerações propomos para a delimitação da diocese de Braga descrita no documento nº 552 do *Liber Fidei* uma cronologia em torno de finais do século XI e inícios do século XII. É igualmente neste período que se documenta toda uma série de movimentações diplomáticas e de acções militares, opondo os monarcas galegos e leoneses aos condes e reis portugueses, tendo em vista exactamente estabelecer o domínio total sobre a vasta e rica região da bacia superior do rio Lima (Andrade, 1994:149-178).

O condado portugalense, como todos os outros que se instituíram no decurso dos séculos IX e X, acompanhando a expansão do reino asturiano-leonês, era inicialmente uma entidade político-administrativa provisória e territorialmente mal definida, fortemente dependente da coroa asturiana-leonesa e como tal sujeita às vicissitudes internas e externas que acompanharam a evolução política desse reino.

Iguais vicissitudes se assinalam no governo do primitivo condado portugalense. Após um período de grande influência junto da corte leonesa, protagonizado em finais do século X pelo conde portugalense Gonçalo Mendes (950-997), filho de Mendo ou Hermenegildo Gonçalves e de Mumadona, demarcando-se já então dos condes Gonçalo Moniz, de Coimbra e Bernardo Froilaz, de Limia, o poder da corte condal portugalense diminui e vem mesmo a cair em desgraça no terceiro quartel do século XI. Na sequência da sua oposição ao rei Garcia da Galiza, o conde Nuno Mendes é morto em 1071, no confronto de Pedroso, junto a Tibães. Extingue-se então a linhagem condal, sendo todos os seus bens anexados à corte leonesa (Mattoso, 1992:537 e 560).

Nos finais do século XI e inícios do século XII, com o conde Henrique e a condessa Teresa, o condado portugalense afirma a sua unidade política e vai progressivamente impondo o reconhecimento de uma cada vez maior autonomia. Como instrumento jurídico de apoio e simultaneamente legitimador das suas

sentido de anexar territórios periféricos do Entre Douro-e-Minho, espaço que havia constituído o núcleo original do Condado Portucalense, polarizado em torno da região bracarense.

A zona do vale alto do rio Lima constituiu precisamente uma das regiões onde as lutas pela apropriação territorial e consequente integração política mais se fizeram sentir, registando-se desde finais do século XI uma sistemática tentativa, por parte dos governantes do lado português, de expandirem a fronteira até ao rio Sil, procurando incorporar as terras da chamada região de *A Límia*, o que significava tão só o domínio da totalidade da bacia hidrográfica do rio Lima.

Desse conjunto de acções, reveladoras da disputa de territórios e portanto da ausência de linha fronteiriça estabelecida, destacam-se alguns episódios (Herculano, 1980:407-562; Mattoso, 1993a:49-61; Andrade, 1994:145-178).

Em 1121 as tropas de Urraca, rainha de Leão e Castela, com o apoio de Gelmírez, bispo de Santiago de Compostela, invadem e saqueiam o território português. A condessa Teresa é obrigada a refugiar-se no castelo de Lanhoso, perdendo o domínio das cidades de Ourense, de Tui e do condado de Toronho.

Por sua vez, em 1127, Afonso VII de Leão e Castela vem à Galiza afirmar a sua soberania, submetendo pelas armas a condessa Teresa, sua tia, que se recusava a prestar-lhe vassalagem e pretendia continuar a exercer a autoridade em Toronho e na Limia, cujo domínio havia recuperado logo em 1122, na sequência de estratégicas alianças com os Trava, poderosos nobres galegos.

Na sequência da "revolta" de S. Mamede de 1128, o infante Afonso Henriques assume o governo do condado portucalense e procura afirmar o seu domínio em terras galegas. Em 1130-32 faz construir o castelo de Celmes (Rairiz de Veiga), em oposição estratégica ao poderoso castelo de Allariz, projectando assim a fronteira do condado para as proximidades de Xinzo de Limia. Mas logo em 1133 o monarca castelhano-leonês Afonso VII sitia e conquista a fortaleza de Celmes, que guarnece e passa a integrar no sistema galego de defesa fronteiriça.

Explorando as dissensões entre a nobreza galega, Afonso Henriques faz nova surtida ao vale alto do Lima em 1137, atacando o castelo de Allariz com o apoio dos condes galegos de Toronho e de Limia, respectivamente Gomes Nunes e Rodrigo Peres Veloso. Seguiu-se a batalha de Cerneja, favorável aos portugueses, e a resposta de Afonso VII, que restabeleceu o seu domínio na

região, estabelecendo um tratado com Afonso Henriques, celebrado em 4 de Julho de 1137 na cidade de Tui.

Em 1140-41 as forças portuguesas tornaram a invadir a região de A Limia, suscitando nova reacção de Afonso VII, que invade Portugal por Castro Laboreiro. A questão foi resolvida através do célebre "torneio" de Valdevez, patrocinado pelo bispo bracarense João Peculiar, restituindo-se as fortalezas que uma parte tinha conquistado à outra.

Situação semelhante repete-se em 1162, com Afonso Henriques a desprezar os acordos anteriores e a invadir novamente a Limia, construindo o castelo de Cedofeita, junto a Celanova, logo depois desmantelado por Fernando II de Galiza e Leão.

Com o tratado de paz celebrado em Pontevedra, em 1165, Afonso Henriques abandona definitivamente as suas pretensões de domínio da região interior galega, vindo a Limia a conhecer velhas tentativas de anexação com os reis portugueses Sancho I e Afonso II, até se fixar novo pacto de paz em 1213.

A sucessão cronológica do conjunto de episódios que acabamos de referir demonstra bem como o estabelecimento da fronteira luso-galega foi um processo longo, que se inicia com a consolidação da divisão de facto pela atribuição do domínio do território a senhorios e mosteiros de acordo com a sua ligação à soberania de um país ou de outro.

No que respeita ao lado português e mais concretamente à região oriental da serra Amarela e vale interior do rio Lima, esta estratégia consubstanciou-se nos incentivos dados pelo primeiro monarca português, Afonso Henriques, à fixação de comunidades monásticas em Ermelo⁷⁷, em Vila Nova de Muía⁷⁸ e em Gondomar⁷⁹, bem como à consolidação do governo da circunscrição territorial-administrativa da Nóbrega, recompensando o nobre Honorigo Honorigues pela edificação da fortaleza que viria a chefiar a respectiva terra (PMH.Inq., 1220:38; Almeida, 1978b:27-28).

⁷⁷ As origens do mosteiro de Ermelo estão mal documentadas, atribuindo-se tradicionalmente a sua fundação à condessa Teresa, mãe de Afonso Henriques. Para o que nos interessa importa assinalar que foi este monarca que coutou S. Pedro dos Arcos ou do Vale (freguesia próxima) em favor do mosteiro (Costa, 1981:31 e 32; PMH.Inq.1258:388-389).

⁷⁸ Em 1140-41 Afonso Henriques concedeu carta de couto ao mosteiro de Santa Maria de Vila Nova (de Muía) (Costa, 2000:211-212; PMH.Inq.1258:411-412).

⁷⁹ Fundado por iniciativa de Afonso Henriques, o mosteiro de Santo André de Gondomar não resistiu às tentativas de apropriação dos possidentes locais - em meados do século XIII já estava ermo (PMH.Inq.1258:415).

Documenta-se idêntico processo no lado galego, salientando-se as disputas jurisdicionais de domínios territoriais entre o mosteiro de Celanova e o bispado de Ourense, ilustrado na segunda metade do século XII pela concessão a este último dos coutos de Manín e de Val de Riocaldo, e Lobios (Garcia Maña, 1988:28).

A consolidação da divisão territorial entre o reino português e espanhol completa-se com a estruturação da defesa da linha fronteiriça, associada a um processo de urbanização centrado em núcleos urbanos fortificados, as vilas da linha do Minho⁸⁰, tarefa que os primeiros monarcas portugueses foram progressivamente realizando mas que conheceu um significativo impulso com o rei Afonso III [1248-1279] (Andrade, 1994:V-VI).

A fronteira terrestre com a Galiza mereceu deste monarca uma atenção particular⁸¹, datando do seu reinado o reforço das muralhas de Melgaço⁸², a edificação do castelo de Lindoso e a imposição às populações raianas de servirem na defesa da fronteira sempre que necessário, dispensando-as por isso de prestar qualquer outro serviço militar⁸³.

De facto, as "Inquirições" de 1258 oferecem a primeira referência documental conhecida relativa ao castelo de Lindoso, ao enunciar as obrigações dos moradores da *collatione* de S. Mamede de Lindoso para com o *Alcayde do Castello*. De acordo com os dados proporcionados pelas escavações arqueológicas aí realizadas, a sua construção poderá ter-se prolongado pelo terceiro quartel do século XIII (Fontes e Regalo, 1997:25).

Os vestígios mais significativos detectaram-se junto ao pano E da muralha, entre a cisterna e a porta ogival sul. Aí se identificou uma importante sequência estratigráfica, ilustrativa da ocupação do sítio desde o seu início até à actualidade. Sob os sedimentos e estruturas associáveis ao período compreendido entre os

⁸⁰ Melgaço, Monção, Lapela, Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha.

⁸¹ Atenção à qual não deverá ser estranha a influência de João de Aboim, senhor da Nóbrega, que com Diogo Lopes de Baião integrou a representação portuguesa da que pode considerar-se a primeira "comissão mista luso-espanhola" para demarcação da fronteira, designada em 5 de Junho de 1264 (Barreiros, 1961:60).

⁸² Junto à porta Oeste da muralha conserva-se uma extensa inscrição monumental segundo a qual essa parte da cerca foi feita em 1263, ao tempo do rei Afonso III (Almeida, 1986:138 e 139; 1987:178).

⁸³ Quanto ao castelo de Castro Laboreiro, é possível que a construção da fortificação "gótica" que subsiste se deva também à iniciativa de Afonso III. Todavia, como não aparece referido nas "Inquirições" de 1258, as obras devem ter começado depois desta data, aceitando-se que possa ter sido concluído mais tarde, já com D. Dinis.

séculos XVII-XX identificaram-se vestígios correspondentes à construção do castelo medieval, sua ocupação e abandono subsequentes.

A fortificação foi construída com pedra extraída no próprio local, como evidenciam os rasgos para colocação de cunhas que se observam, quer nos silhares das muralhas, quer nos afloramentos graníticos colocados a descoberto. Alicerçadas na rocha de base, que por vezes foi ligeiramente afeiçoada para receber os silhares, as muralhas são formadas por parede de face dupla construída com blocos graníticos de grandes dimensões, bem esquadrados, desenhando um aparelho regular pseudo-isódomo. As superfícies de encosto foram afeiçoadas, determinando juntas muito estreitas, sem argamassa.

As superfícies das faces apresentam-se lisas, com um acabamento mais refinado nas fiadas acima do nível de circulação e sem qualquer acabamento nas fiadas inferiores, que estariam soterradas. O miolo da parede é de cascalho, calhaus e terra saibrosa.

O castelo desenha uma planta simples de forma sub-quadrangular, com torre de menagem no lado norte integrando a muralha e porta no lado oposto, flanqueada por dois cubelos, com muralhas espessas incorporando cinco balcões tipo "hourd", de que apenas se conservam alguns mata cães. No canto nordeste do pátio interior localiza-se a cisterna, de planta de forma quadrangular, adossada à muralha este e cobertura abobadada de arco ligeiramente apontado.

A edificação revela características técnico-construtivas aparentemente homogêneas, obedecendo já a um modelo arquitectónico gótico. Contudo, uma análise atenta dos paramentos das muralhas permitiu identificar duas fases distintas.

Uma primeira fase de maior qualidade, com silhares de maiores dimensões e faces com melhor acabamento, de superfície lisa, ostentando sigla de canteiro, correspondente à metade inferior da torre de menagem, cisterna, cubelos, porta e troço nordeste da muralha, datará de meados do século XIII.

Uma segunda fase, qualitativamente mais fraca, com aparelho de menores dimensões, superfícies das faces com inferior acabamento e ausência absoluta de siglas, correspondente à finalização das partes anteriormente iniciadas e construção dos restantes panos de muralha, terá sido realizada na segunda metade do século XIII.



Fig.118 – Perspectiva sub-aérea do castelo de Lindoso, evidenciando-se a fortificação medieval.

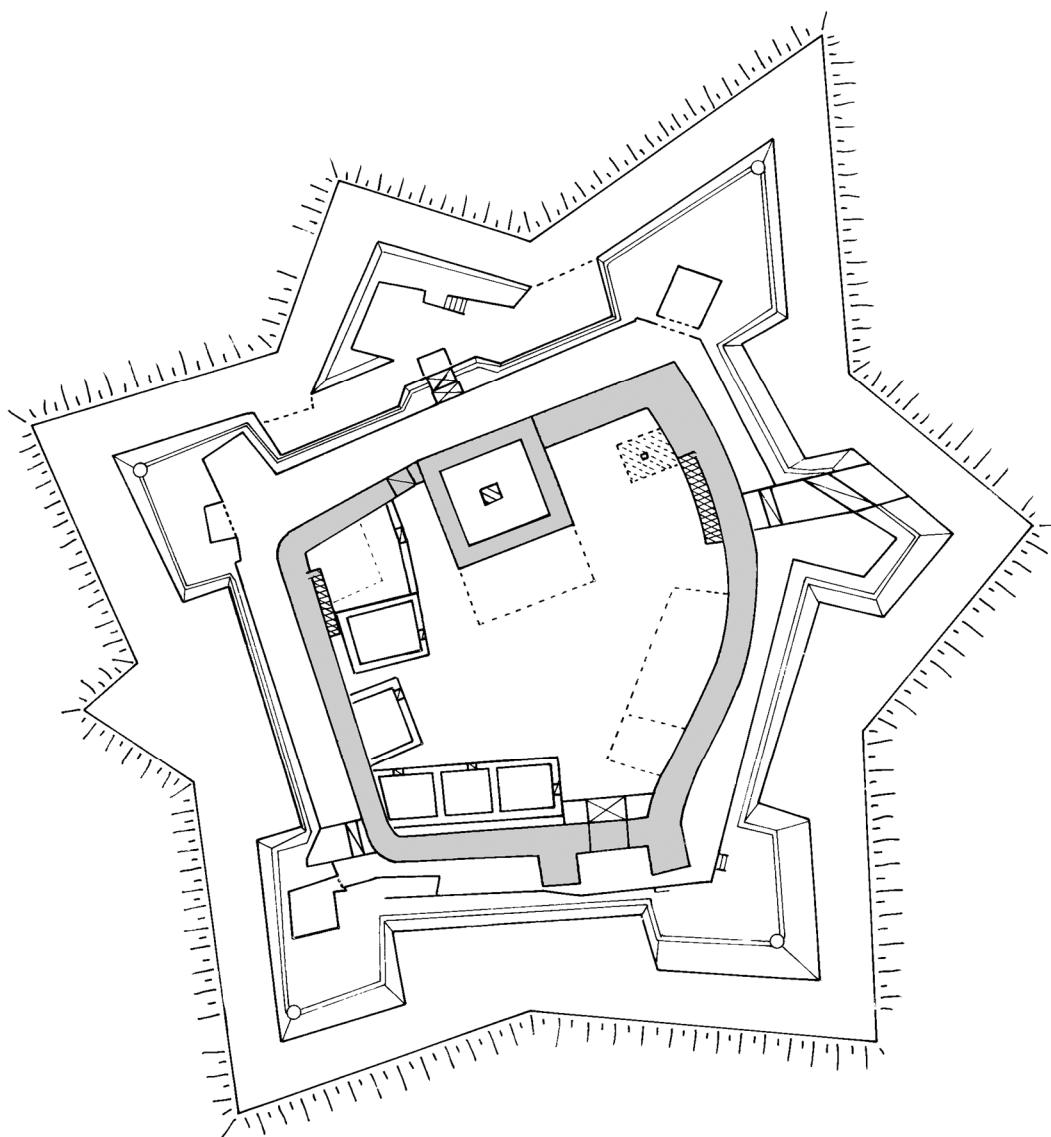


Fig.119 – Planta do castelo de Lindoso, evidenciando-se a fortificação medieval.



Fig.120 – Castelo medieval de Lindoso. Perspectiva da torre de menagem vista de NE.

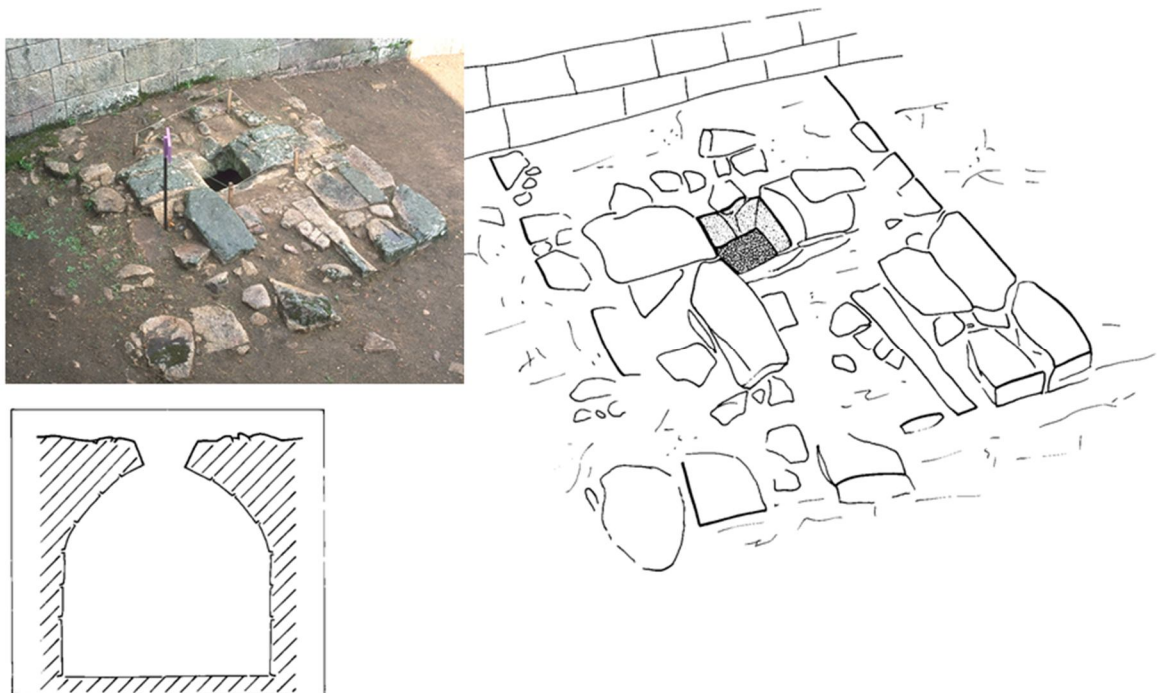


Fig.121 – Castelo medieval de Lindoso. Pormenor da cisterna, no pátio interior.



Fig.122 – Castelo medieval de Lindoso. Pormenor da porta sul, flanqueada por cubelos.



Fig.123 – Castelo medieval de Lindoso. Pormenor do aparelho no cubelo nascente.

As referidas "Inquirições" referem explicitamente os locais que deveriam ser defendidos, constituindo essas referências preciosas pistas para a identificação do traçado da linha fronteira. Para a região que nos interessa nomeiam-se a Portela do Homem, a Porta da Amarela, o porto de Cabril e de Lindoso e, mais a Norte, a Portela do Galo e o porto de Couso (Gonçalves, 1998).

A Portela do Homem foi a mais importante zona de trânsito medieval entre o interior galego e a região bracarense, servida pela antiga via romana XVIII ou *Via Nova*, designada localmente por "Jeira", nome que deriva precisamente da obrigação das populações locais terem que assegurar a sua manutenção, através das "jeiras", como referem as "Inquirições" (Almeida, 1968:197).

É a única passagem que nas "Inquirições" de 1220 se refere como devendo ser defendida, então a cargo dos moradores de Choreense, Goães, Valdozende, Rio Caldo e Chamoim (PMH.Inq.1220:95 e 96). Em 1258 parece reconhecer-se-lhe uma importância acrescida, nomeando-se para a sua defesa moradores de 13 freguesias – Carvalheira, S. João do Campo, Covide, Rio Caldo, Freitas, Valdozende, Goães, Vilela, Seramil, Choreense, Moimenta, Balança, Vilar e S. Mateus, ficando Chamoim e Freitas com a responsabilidade de defender o castelo de Bouro (PMH.Inq.1258:417 a 424).

A defesa da Porta da Amarela, passagem natural que identificamos com a portela de Muro/Casarotas, era da responsabilidade dos moradores de Gondoriz e Cibões (PMH.Inq.1258:431 e 432). A defesa do Porto de Cabril e de Lindoso atribui-se em exclusivo aos moradores de Lindoso (PMH.Inq.1258:414), enquanto as passagens naturais na serra do Soajo e Peneda, eram defendidas respectivamente pelas populações de Soajo e de Cabreiro (PMH.Inq.1258:396 e 380).

Unindo estes pontos, quais barreiras intransponíveis, situam-se os acidentes geográficos correspondentes aos picos do Gerês/Amarela e aos rios Cabril e Labreiro.

A fronteira que assim se define não é já a da territorialidade eclesiástica e senhorial regional que, como vimos, podemos remontar a finais do século XI, mas sim a fronteira de uma territorialidade supra-regional, separando dois reinos distintos e que se define precisamente a par da consolidação da independência do reino português no decurso do século XIII. É a fronteira que, com ligeiríssimas variações, chegou até nós.

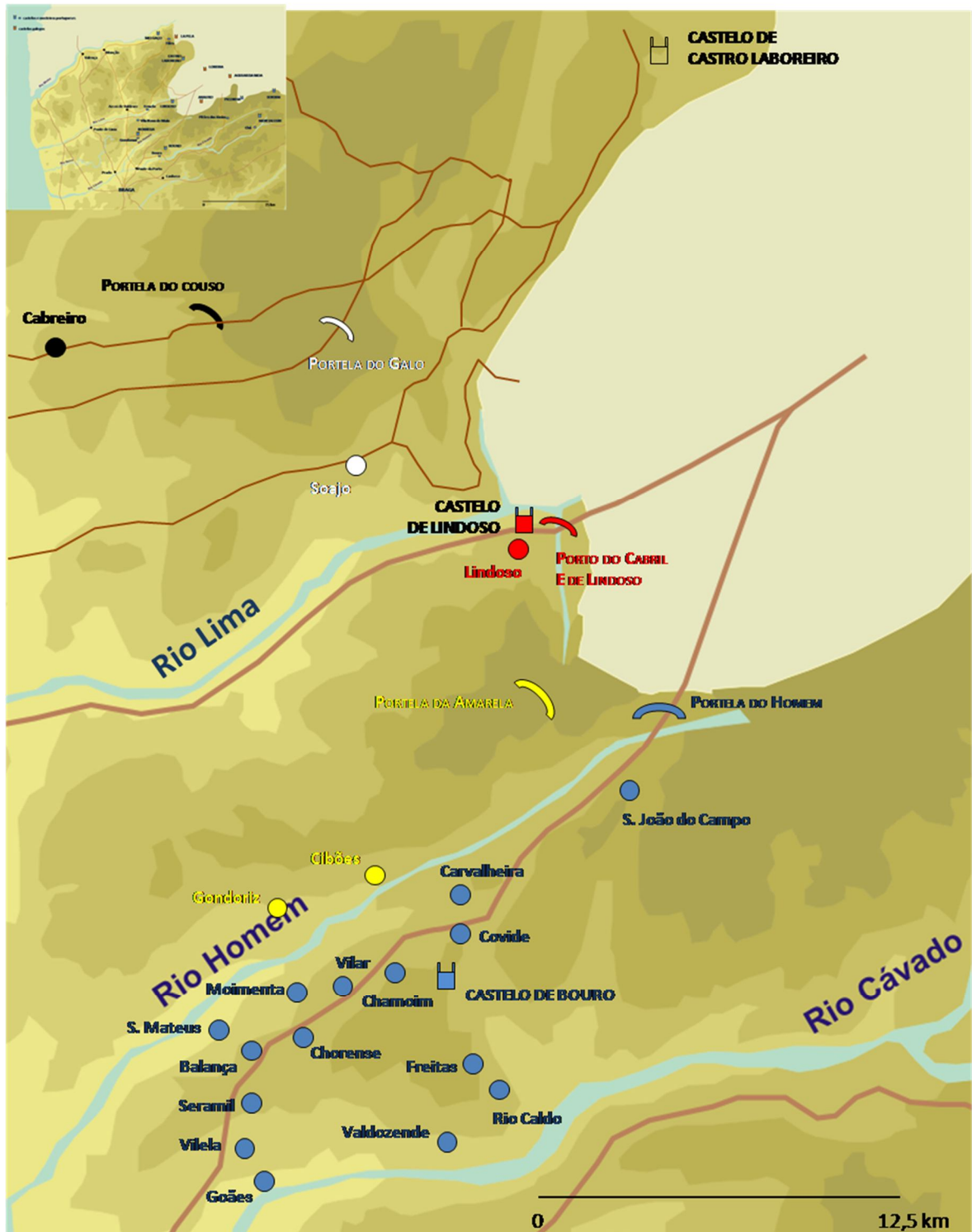


Fig.124 – Sistema defensivo fronteiriço medieval nas Serras da Peneda/Soajo/Gerês, segundo Inquirições de 1258 (PMH.Inq.1258:396, 380, 414, 417-424 e 431-432).

Os traçados que deduzimos a partir da análise da documentação medieval, igualmente sugerido pela disposição do sistema defensivo, aparece-nos pela

primeira vez pormenorizadamente descrito, na área de Lindoso, no registo da demarcação fronteiriça efectuada em 1538 (Anexo 1 – Documento 5), ajustando-se globalmente às nossas anteriores observações:

"(...) no lugar onde começão partir com Galiza na cumeada da Serra das Eiras, chama-se aí a Cruz do Touro que é o lugar, onde chegou o limite de Vilarinho, e daí para diante vem o Termo de Lindoso partindo com Galiza e da Cruz do Touro vem a demarcação pela cumieira da Serra águas vertentes para Portugal e Galiza até a lagea do Cordainhos: E daí à Lobagueira da Mó, e dí à Portela da Velha, que é aí, (...) e do dito lugar descem pela Serra e Outeiro abaixo sempre águas vertentes até dar à Pedra de Bozelo, que é uma pedra tão alta como uma árvore - E daí passa a demarcação o rio, que vem de Galiza que se chama Lima, e corta direito além da dita Ribeira, e vai ao Castanheiro do Crasto, que é um lugar divisado, que tem o dito nome, porém aí não está nenhum castanheiro - Até aqui estão pacíficos, e que daqui para diante antigamente o seu Termo ia ter ao castanheiro do Crasto ó Esporão de Portela Serra acima. - E daí à Cruz da Travação, que é um lugar que tem o dito nome, e vão para junto dela dois caminhos - e daí vai ter à Portela do Couto, e daí vai ter aos portos da varzea (...) correndo por a Serra abaixo até dar na Ribeira dos Braços do Rio Tibo, que vem de Portugal já juntos, e parte daí para diante pelo dito rio sobredito acima, e concelho de Soajo, que é jurisdição sobre si com Galiza; (...)"

Releva apenas o facto de a linha divisória no lado nascente não coincidir com o leito do rio Cabril - passa sensivelmente pela linha de festo da vertente oriental do vale, cruza o rio Lima e prossegue para Norte até próximo de Olelas, o que revela uma preocupação clara de abranger toda a bacia do rio Cabril e de dominar por todos os lados as confluências dos rios Laboreiro e Cabril com o Lima (ver acima Fig.112). Este particularismo do traçado não expressa, contudo, qualquer interesse nacional relevante, decorrendo antes da organização dos espaços económicos locais.

Retomando a ideia com que iniciámos este subcapítulo, importa sublinhar, novamente, o papel principal que o castelo de Lindoso desempenhou na demarcação da fronteira na zona serrana atravessada pelo rio Lima. A sua função não se esgotou obviamente no papel de bastião defensivo, protegendo a

passagem e prevenindo invasões. Pelo seu posicionamento específico, "virado" à Galiza, acessível a "nós" e inacessível aos "outros", para quem constituía um sinal e um aviso da proximidade de um domínio territorial distinto, o castelo de Lindoso cumpriu também um objectivo de afirmação de uma conquista, de um poder.

Neste sentido, a sua implantação particular, em oposição a "um outro lado", marca uma cisão, um rompimento, o que constituirá, porventura, o sinal de uma identidade nacional assumida, a expressão de uma ideia de unidade política construída no cruzamento de uma história com um território. Ideia que, possível e provavelmente, como reconheceu o historiador Armindo de Sousa, existiu a partir exactamente de Afonso III (Mattoso, 1993a:509).

Haverá que reconhecer que, no Lindoso, esta ideia, a ter existido, ter-se-á esvaziado substancialmente de conteúdo a partir do momento em que o governo do castelo passou para a família dos Araújo, com raízes em Lobios (Rodrigues, 2009:[xli]), que mantiveram a alcaidaria por mais de dois séculos. Esse esvaziamento evidencia-se, por exemplo, com Lopo Rodrigues de Araújo, alcaide de Lindoso na segunda metade do século XV e que era também pertigueiro-mor (alferes) de Celanova, alcaide de S. Salvador de Sande, senhor de Campelos e de Val de Poldros (Fontes e Regalo, 1997:26-27), dominando portanto terras portuguesas e galegas.

Esta "promiscuidade" deu mesmo origem, um pouco mais a Leste, na zona barrosã, onde a família Araújo também estendia a sua influência, a situações de abuso. Em meados do século XVI, António de Araújo, alcaide de Picoña e irmão do alcaide de Lindoso, Payo Rodrigues, foi duramente condenado pelo rei português, conjuntamente com o alcaide de Montalegre, Lançarote Gonçalves, por abusos sobre pessoas e bens cometidos nos domínios galegos raianos de Val de Salas (Barreiros, 1965:465 e segs.).

Para concluir, não podemos deixar de referir a relação que se patenteia entre a escolha do lugar de Lindoso para aí edificar um castelo e o reconhecimento de que o seu território era atravessado por uma via de comunicação importante, aproveitando a melhor acessibilidade que os difíceis relevos do troço montanhoso do vale do rio Lima aí permitem.

De facto, o "porto" de Lindoso defende-se e fortifica-se, também, porque é um local de passagem, porque é um ponto crucial na ligação entre interior e litoral, estabelecida pela grande via natural de trânsito que é o vale do rio Lima. Já

vimos que assim foi na época romana, podendo afirmar-se que no período medieval se manteve essa ligação, independentemente dos conflitos que frequentemente opuseram um lado e outro da fronteira.

A ponte de Parada, construída na Baixa Idade Média, demonstra bem a importância da via que por aqui passava ligando a Limia galega à ribeira limiana portuguesa, servindo um fluxo de trânsito alimentado pelas feiras de Lobeira, Galiza, instituída por foral de 1228 (Garcia Maña, 1988:33) e de Ponte de Lima, documentada no foral de 1125 concedido pela condessa Teresa (Almeida, 1987:101).



Fig.125 – Ponte Velha de Parada.

Como refere o foral de Lindoso de 1514, comprovando uma actividade que se havia incrementado nos séculos anteriores, sobretudo com o rei Dinis, no porto de Lindoso (Anexo 1 – Documento 3):

"(...) pagar sse a per quaaes quer pessoas que privyligiadas nom forem assy naturaas como estrangeiras que passarem pera castella e galliza ou de laa entrarem polla dita terra por carga mayor de cada hũa destas cousas hûn Real e do asno meo Real a saber - trigo, centeo, cevada, mylho, paymço, ou farinha de cada hum delles e de cal e de sal e de vynho ou vinagre e linhaça e de qualquer fruyta verde emtrando melloões e ortaliga e assy por pescado ou marysquo e por carga mayor de todallas outras cousas se pagaram dous Reaes e do asno hûn Real de qualquer calidade que sejam. (...).

Grande parte do traçado desta via ainda se conserva no termo de Lindoso, seguindo, quase sempre, a Norte da actual estrada, sendo possível reconstituir a totalidade do seu percurso entre Lindoso e Vila Chã, onde se dividia em direcção a Ponte da Barca/Ponte de Lima e Vila Verde/Braga.

De Lindoso para a Galiza seguia cruzando o rio Cabril a juzante dos moinhos, descia pela margem direita até à Quinta dos Coriscos e aí inflectia para nascente subindo a margem esquerda do rio Lima. Próximo do marco fronteiriço 54 cruzava o rio Lima para a margem direita⁸⁴, seguia a Buscalque, Quintela e Illa, ia a Entrimo e daí continuaria até Ourense. Um ramal secundário, pela Madalena, Compostela e Manín, ligava a Lobios.

O troço galego deste caminho até Illa, incluindo a passagem do Cabril, situava-se abaixo da cota dos 340 metros, razão pela qual se encontra actualmente submerso pelas águas da albufeira de Lindoso.

Garantindo a acessibilidade aos principais núcleos de povoamento, designadamente aos centros administrativos e económicos regionais, a via constitui no Lindoso, como em toda a franja serrana do vale do rio Lima, um eixo estruturante do povoamento, potenciando a aglomeração dos núcleos habitacionais junto ao seu traçado, como se verá no subcapítulo seguinte.

4.4. Casais e aldeias: da dispersão polarizada à concentração do povoamento

O Sul galego e o Norte português constituíram, entre a desagregação do poder visigótico e a reorganização asturiana-leonesa, uma zona de fronteira, de domínio territorial incerto, onde se opuseram, primeiro as forças muçulmanas do sul às cristãs do norte peninsular, e depois os poderes locais galaicos e minhotos.

As crónicas árabes registam a primeira penetração islâmica na Galiza em 712, ano em que Muça conquistou Lugo. Relatam também que, na década de 40, guarnições berberes da Galiza se revoltaram, matando e afugentando os muçulmanos de Astorga e demais cidades (Coelho, 1989b:53 e 70).

⁸⁴ Conforme descreve o tombo de 1574, o limite fronteiriço passava o rio Lima junto "(...) a pedra da cruz de vozello que esta na estrada que vay para a gallyza (...)" (Anexo 1 – Documento 6).

Zona de forte instabilidade político-militar, frequentemente atravessada e pilhada pelos exércitos cristãos e islâmicos⁸⁵, aceita-se para os séculos VIII a X uma forte diminuição de população e mesmo o seu desaparecimento em algumas áreas, designadamente naquelas servidas pelos principais eixos de comunicação ou que não beneficiassem de bons sistemas defensivos.

Pelas descrições das crónicas, é indubitável que os exércitos seguiram as principais vias romanas, em uso pleno na Alta Idade Média. Por isso se considera que a mancha da orla marítima do noroeste portugalense, servida pelas importantes vias XIX e XX do itinerário de Antonino, talvez tenha registado um ermamento mais intenso (Almeida, 1987:27). As áreas montanhosas, embora potencialmente mais resguardadas, terão conhecido semelhante processo nas suas zonas de passagem.

A partir da segunda metade do século IX, com Afonso III, a expansão asturiana-leonesa faz-se de forma mais sistemática e sustentada, "restaurando-se" então as importantes cidades de Ourense, Chaves, Braga e Porto. Governada pelos condes portugalenses, esta região continuava, todavia, uma zona instável, de domínio incerto e ocupação precária, dificultado quer pelas incursões normandas de meados do século IX ao terceiro quartel do século XI⁸⁶, quer pelas devastadoras expedições árabes, as mais célebres das quais levaram Almançor até Santiago de Compostela, em 997-999⁸⁷.

Ao longo do século XI começam a registar-se alterações significativas: a população cresce, a economia de base agrícola desenvolve-se positivamente, a sociedade organiza-se em torno dos poderes senhoriais que garantem a defesa dos territórios, a igreja reforma-se (Almeida, 1987:26-27; Mattoso, 1992:543-562).

Consolidada a fronteira na linha do Mondego, conquistada a sua autonomia político-administrativa ao tempo do conde Henrique, o condado portugalense

⁸⁵ Entre muitas outras expedições militares de conquista e saque, são bem ilustrativas do permanente estado de guerra que assolou o Norte peninsular aquelas que no ano de 795 levaram o vizir Abde Alcarime ibne Muguite a combater Afonso II na Galiza, conquistando depois Astorga e pilhando a região, e as outras que em 798 conduziram o mesmo rei asturiano Afonso II (em retaliação?), a comandar uma expedição a Lisboa (Coelho, 1989b:122; Mattoso, 1992:478).

⁸⁶ Refere-se pela primeira vez um desembarque normando na Corunha em 843. A estratégia de atacar subindo o curso dos principais rios evidencia-se bem para o rio Minho, documentando-se a destruição das principais cidades que este rio atravessa, como Tui, Ourense e Lugo, esta última tomada pelos normandos em 969 (Coelho, 1989a:44; Ferreira, 1928:176-178).

⁸⁷ Outras cidades importantes do noroeste peninsular, como Braga, Astorga, Leão e Zamora, foram saqueadas pelas tropas islâmicas, que acabaram a distribuir os despojos de guerra em Lamego (Coelho, 1989b:189-192).

surge-nos nos finais do século XI como um território densamente povoado, organizado em "Terras", com uma malha administrativa eclesiástica perfeitamente estruturada e consolidada pela definição das paróquias (Costa, 1997).

Data precisamente de finais do século XI a primeira referência alusiva à existência de povoamento em Lindoso. Segundo o "censual de entre Lima e Ave", a igreja de Lindoso, então integrada na *Terra de Vanati*, pagava à mitra bracarense II quarteiros (meio "moio", 12 alqueires de cereal) (Costa, 1997:284). Sublinhe-se que o tributo de II quarteiros é muito baixo, comparando por exemplo com o de Britelo, que pagava dois "moios", quatro vezes mais. Tal montante poderá significar baixa produtividade agrícola e, conseqüentemente, traduzir um povoamento reduzido.

Mas não possuímos qualquer outro dado, documental escrito ou arqueológico, que nos permita caracterizar o povoamento desta época, povoamento que a maior parte dos historiadores aceita ser definido, generalizadamente, pelo vocábulo *villa*, vocábulo que designará sempre núcleo habitado, que poderá revestir formas diversas (Amaral, 2007:76-79).

Revestiria aqui o modelo de *villa-ecclesia*, entendida como núcleo de habitações mais templo, em torno do qual se organizariam as unidades de exploração agrícola familiares, que López Alsina identificou para a região setentrional galega?⁸⁸. Este será o modelo que Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1987:27), também admite ter-se desenvolvido no Entre Douro-e-Minho, quando refere que "(...) na sucessiva divisão das *villas*, tende-se a consagrar todos os núcleos vicinais, multiplicando as *ecclesias*. (...)".

Sabemos, com base nos dados de natureza arqueológica, que evidenciam uma não continuidade de ocupação dos povoados de fundação romana, que o povoamento medieval é um povoamento novo, que rompe, pelo menos ao nível do sítio específico de implantação das edificações, com os núcleos antigos.

Mas nada sabemos das modalidades de apropriação do espaço nem que formas estas revestiram. Apropriação colectiva ou individual, organização "familiar" com base na produção, na propriedade e no culto ou organização "administrativa", com base na fiscalidade e no poder político-militar?

⁸⁸ Citado em Mattoso, 1992:461.

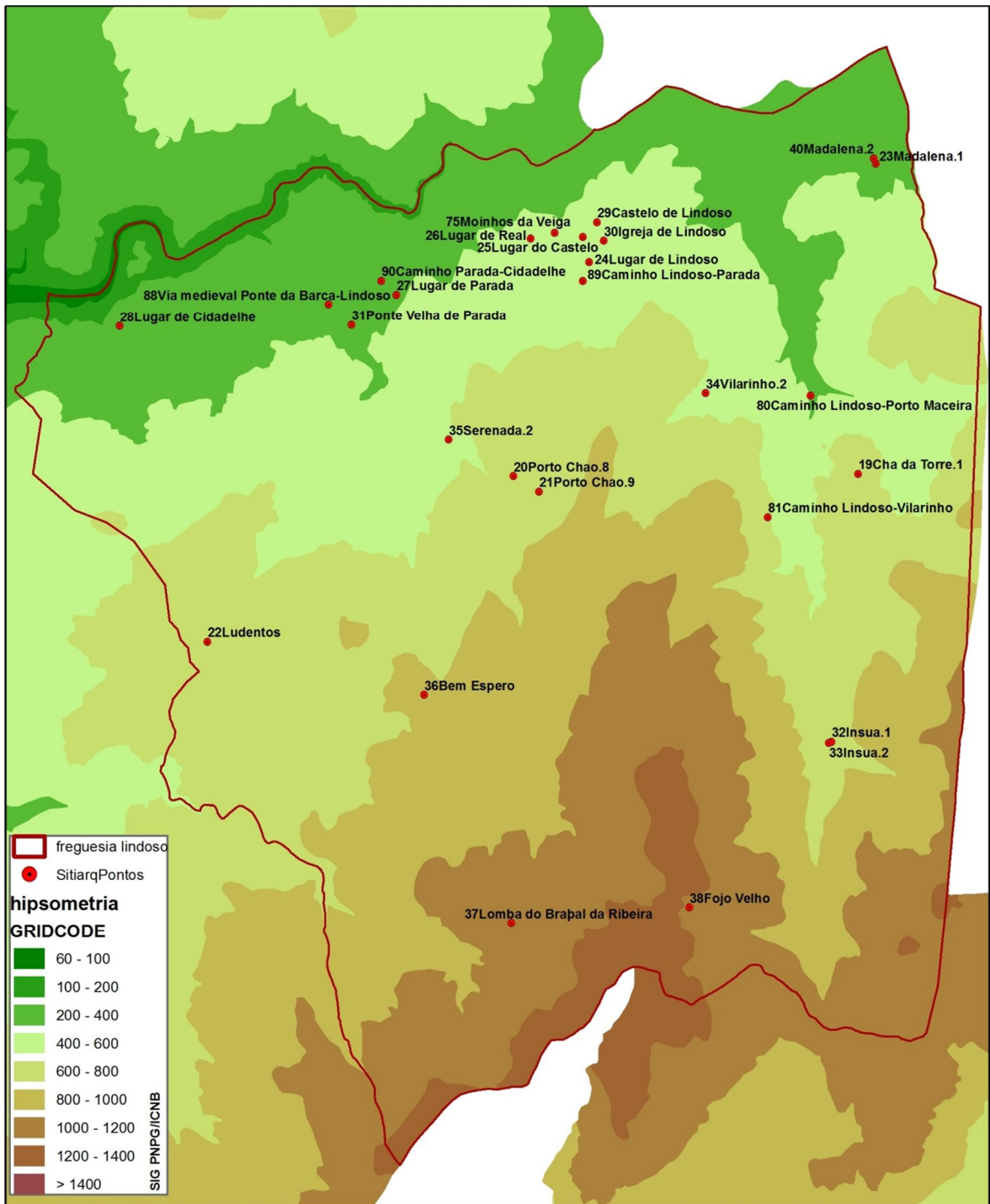


Fig.126 – Relação entre implantação e classes hipsométricas dos arqueossítios e sítios da Idade Média.

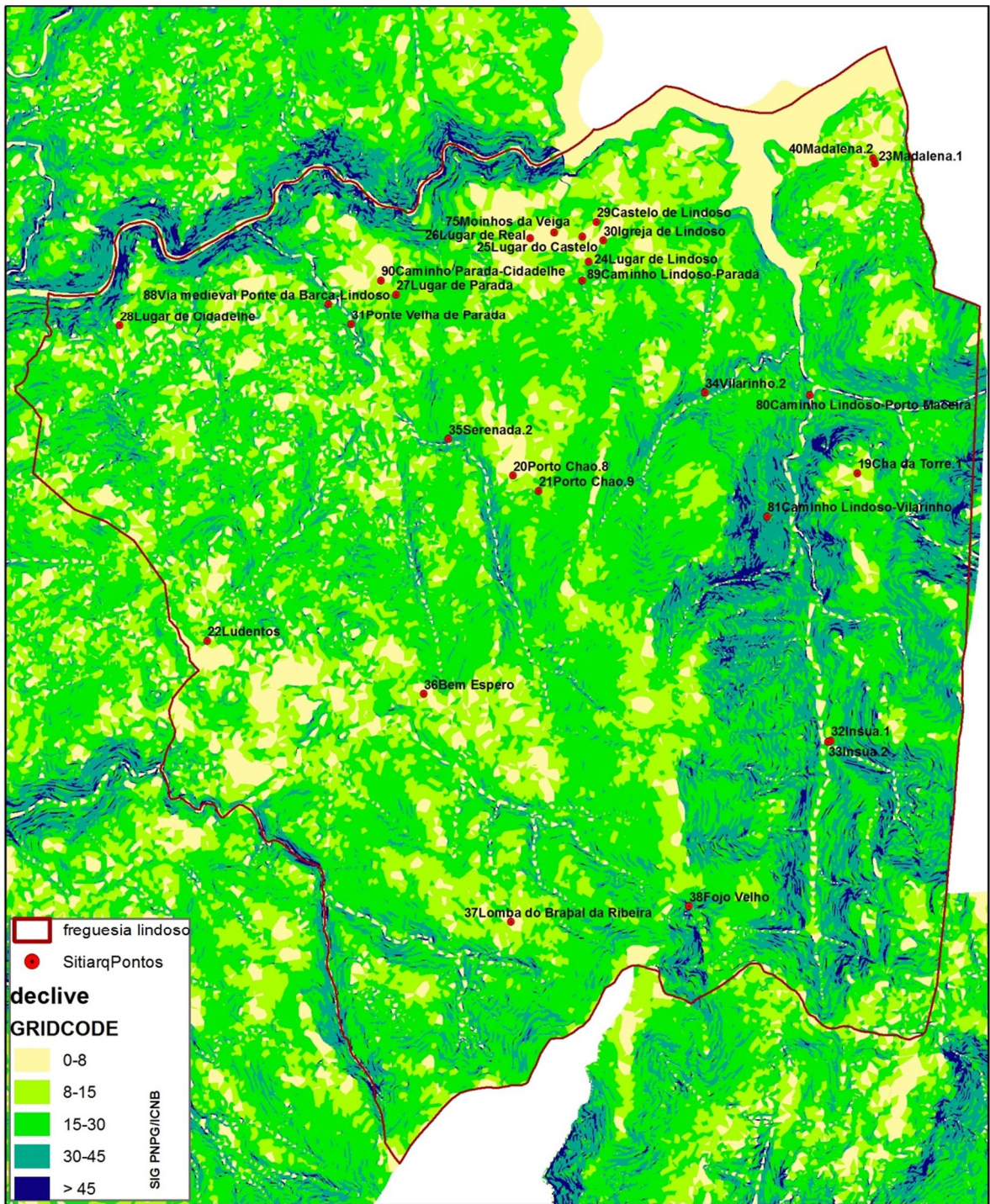


Fig.127 – Relação entre implantação e classes de declives dos arqueossítios e sítios da Idade Média.

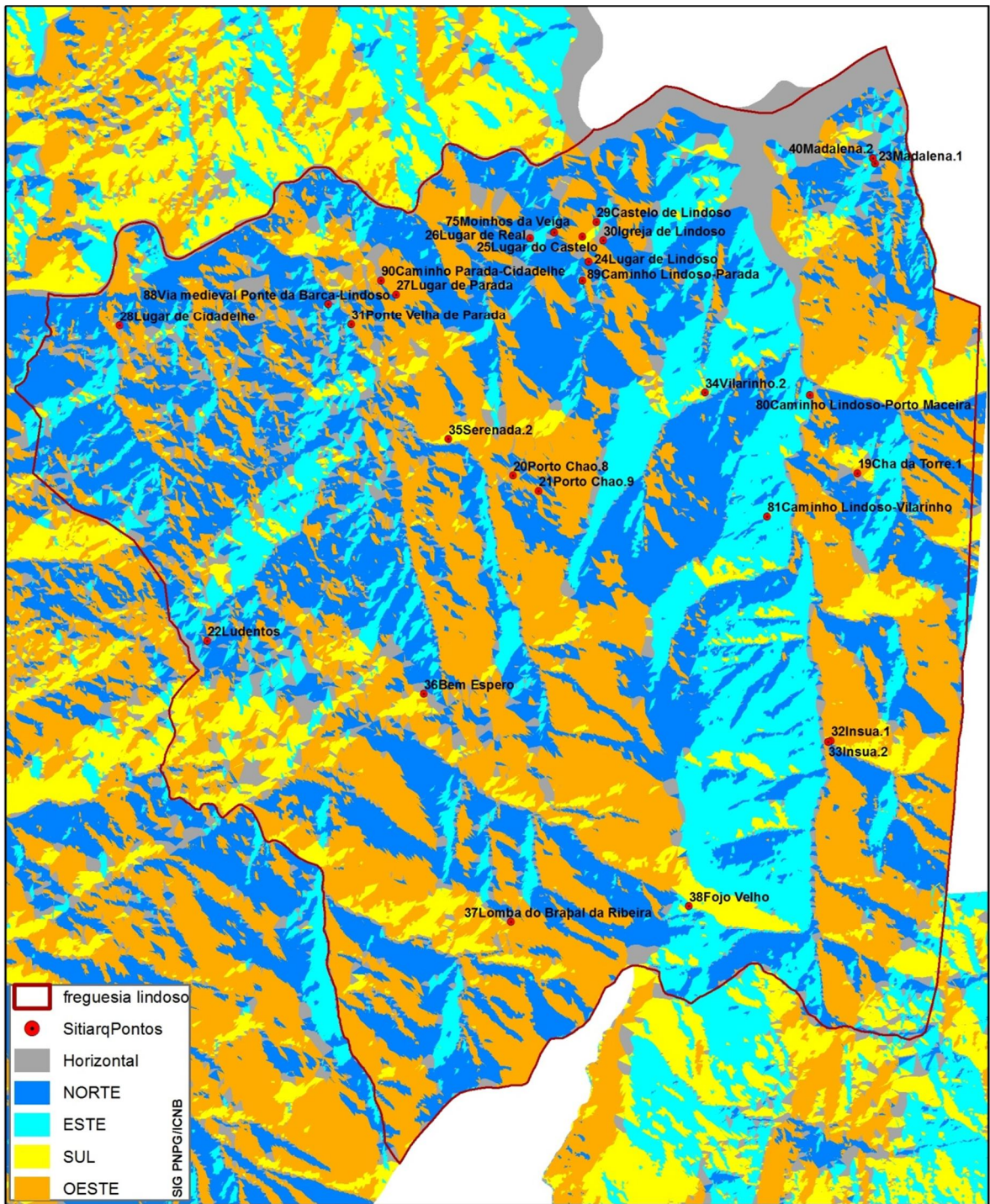


Fig.128 – Relação entre implantação e quadrantes de exposição dos arqueossítios e sítios da Idade Média.

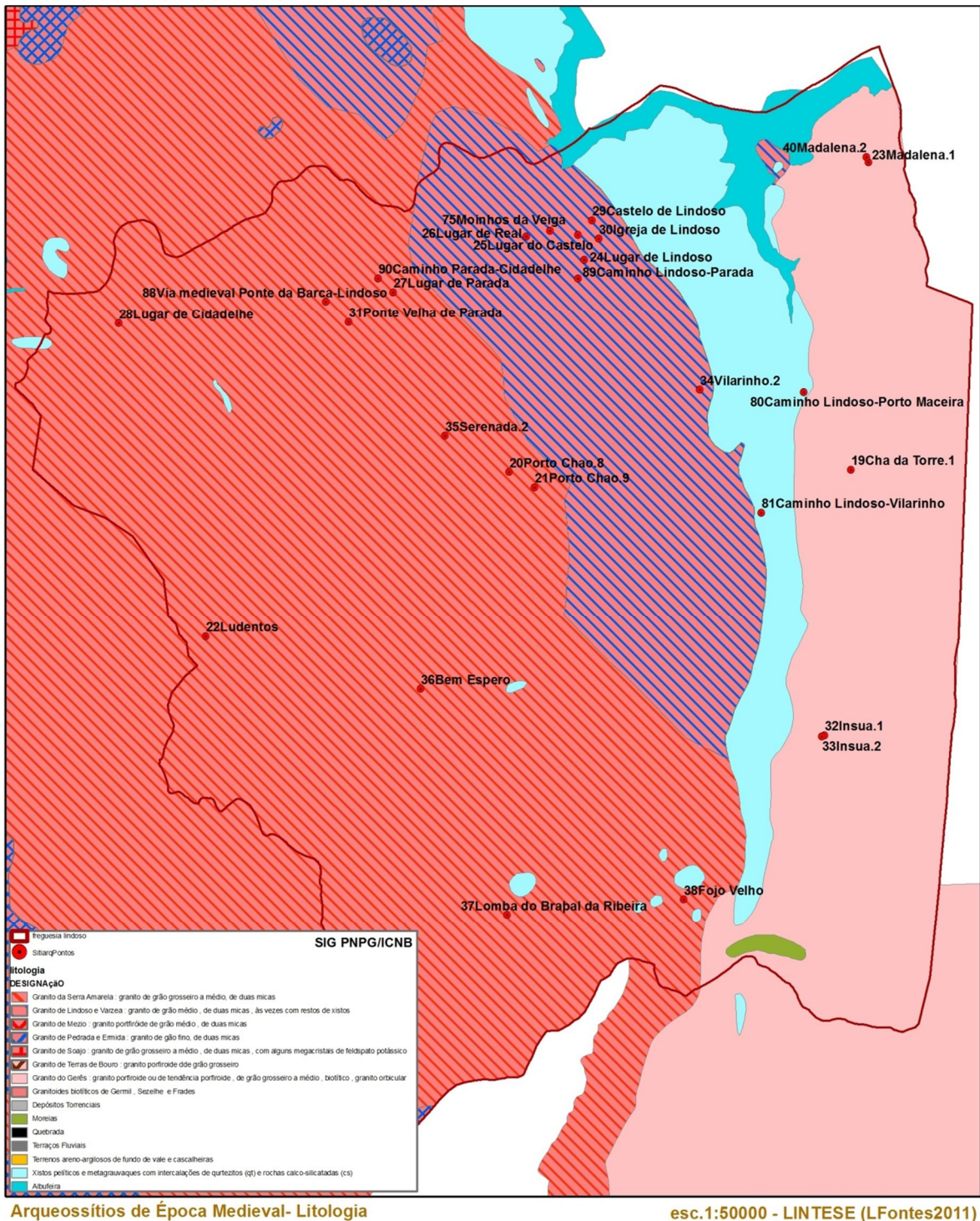


Fig.129 – Relação entre implantação e litologia dos arqueossítios e sítios da Idade Média.

Podemos admitir, como mera hipótese, que as populações do século XI que viveram no Lindoso tenham organizado o povoamento de acordo com o modelo que se aceita ter prevalecido no noroeste peninsular, ou seja, casas dispersas mas não isoladas, isto é, não juntas num aglomerado único mas próximas, implantadas em zonas bem drenadas, a meia encosta, perto das terras agricultadas e das manchas de bosque.

É esta a imagem que, ainda que de modo incompleto, prolongamos até ao século XIII, associando-a à descrição da inquirição de Lindoso de 1258⁸⁹. Aí se refere a existência de 10 casais, distinguindo-se, por razões de tributação especial (*sum servizarias*), dois deles, o *Casal grande* e o *Casal da Fonte*.

As evidências arqueológicas apontam no mesmo sentido, isolando-se cinco pontos principais de povoamento no território de Lindoso, que poderiam corresponder à localização original dos fogos que exploravam os casais - Lindoso, Castelo, Real, Parada e Cidadelhe, respectivamente, NIG.024, 025, 026, 027 e 028. O arqueossítio de Madalena (NIG.023) apresenta uma localização excêntrica, mas nada autoriza a considerar que não pudesse corresponder igualmente à existência de um casal medieval.

O escasso número de casais confirma a reduzida densidade populacional que o baixo montante do tributo da igreja de Lindoso no século XI já sugeria, apontando, simultaneamente, para uma polarização ou nuclearização incipiente do povoamento, dispersando-se talvez as herdades, preferencialmente, pelo alvéolo agricultado do Lindoso, à sombra tutelar da igreja e do castelo.

Face à documentação que pudemos confrontar, designadamente aquela que fornece elementos sobre o número de fogos e de habitantes, não é certo, embora possa ser provável, que os 10 casais referidos em 1258 se distribuíssem já pelos três núcleos de Lindoso, Parada e Cidadelhe.

Tendo presente que uma das possíveis origens do topónimo "Parada" poderá ter sido a de aí "parar" (= direito de *pousa*) o senhor da "Terra" ou o rei, não será descabido pensar que o *Casal grande* e o *Casal da Fonte* correspondessem já ao núcleo de Parada, pois estes dois casais eram *servizarias*, obrigação que consistia geralmente em "dar pousa" ou acomodar e alimentar o senhor da "Terra" ou o rei.

⁸⁹ Anexo 1 – Documento 6.

Embora meros exercícios, os cálculos proporcionados pelas "Memórias Paroquiais" de 1758, pelo "Tombo" de 1574, pelo "Numeramento" de 1527 e pelas "Inquirições" de 1258, são, a nosso ver, elucidativos⁹⁰.

Em 1758 o concelho (= freguesia) de Lindoso tinha 150 vizinhos (sinónimo de fogos), com a seguinte distribuição: Lindoso 65 (43 %), Parada 55 (37 %) e Cidadelhe 30 (20 %). Se projectarmos a percentagem relativa para os 41 moradores (também sinónimo de fogos) referidos em 1527, a Lindoso caberiam 18 (43 %), a Parada 15 (37 %) e a Cidadelhe 8 (20 %).

A menção no "Numeramento" de 1527 que no Lindoso "(...) *nom a povoaçam jumta soamente por casaes (...)*", não deve ser interpretada literalmente, antes pelo contrário, deve considerar-se errónea e resultante de um processo rotineiro de registo, como demonstra o facto de o tomo da igreja de Lindoso, organizado em 1574 por "homens antigos e velhos", menos de 50 anos depois do "Numeramento", distinguir claramente os moradores de Lindoso, de Parada e de Cidadelhe, núcleos habitacionais que nomeia explicitamente como "aldeias" (*alldeas*)⁹¹.

Sintomaticamente, as referências às testemunhas que participaram na elaboração do tomo apresentam uma distribuição que podemos considerar equivalente à patenteada nos documentos anteriores que referimos - 17 moradores de Lindoso, 7 de Parada e 4 de Cidadelhe.

O maior peso relativo de Lindoso, aqui superior ao verificado em 1758 e 1527, explicar-se-á por se tratar dos proprietários dos terrenos que confrontavam com as terras da igreja e de estas se localizarem exclusivamente em torno do lugar de Lindoso (que incorporaria os lugares de Real e do Castelo), facto que consideramos da maior relevância, por poder interpretar-se como sinal de que este lugar constituiu o principal pólo do povoamento do território.

Dando assim por adquirido que nos inícios do século XVI o povoamento em Lindoso se estruturava já em 5 núcleos, que evolução terá registado a população entre 1258 e 1527?

⁹⁰ Anexo 1 – Documentos 10, 6, 4 e 2.

⁹¹ O lugar de Real também conheceria alguma individualidade nos tempos medievais, pois no mesmo documento identificam-se algumas testemunhas como sendo do *ryall o velho*.

Recorrendo desta vez, como termo de comparação, às rendas pagas pela igreja de Lindoso, temos que em 1493⁹², época em que o número de fogos não devia diferir muito dos 41 de 1527, o tributo fora fixado em 50 libras, praticamente o mesmo com que fora tributada em 1320⁹³ para acudir aos empreendimentos do rei Dinis, 60 libras. Nas primeiras décadas do século XIV a população de Lindoso teria, assim, a mesma amplitude da de finais do século XV e princípios do século XVI, isto é, entre 150 a 200 habitantes⁹⁴, distribuídos por cerca de 40 fogos.

Resultados e interpretação que coincidem com os proporcionados e estabelecidos por outros estudos, segundo os quais os valores populacionais de finais do século XV e inícios do século XVI corresponderiam à reposição da população de 200 anos atrás, ultrapassadas as regressões causadas por pestes, fomes e guerras que, ao longo de todo o século XV, haviam diminuído drasticamente a população, tanto em Portugal como no resto da Europa (Mattoso, 1993a:334 e 335).

Se os 10 casais de 1258 sustentaram a hipótese de em meados do século XIII existir já um incipiente agrupamento do povoamento, os 40 fogos projectados para 1320 apontam já para uma clara polinuclearidade, neste caso representada pelos povoados de Lindoso, Parada e Cidadelhe. Assim, estes dois últimos núcleos ter-se-ão afirmado no decorrer da segunda metade do século XIII, como resposta à pressão demográfica em alta e ao desenvolvimento socioeconómico generalizado que acompanharam a consolidação da monarquia portuguesa.

Aos referidos 10 casais haveriam de corresponder, necessariamente, mais de 10 fogos, tal como Maria Helena C. Coelho (1990:176) já havia suspeitado e como parecem confirmar os nossos cálculos. De facto, aceitando para 1320 os cerca de 40 fogos, não é admissível que tenha havido uma quadruplicação em menos de 70 anos. Adoptando a mesma percentagem de variação registada entre as "Inquirições" de 1220 e de 1258, cerca de 14 %, o Lindoso teria em 1258 cerca de 30 fogos, o que dá uma média de 3 fogos por casal (subtraímos 2 vezes 14 %, já que o intervalo entre 1320 e 1258 é aproximadamente o dobro do de 1220 a 1258).

⁹² Censual de D. Jorge da Costa (Costa, 1958:330).

⁹³ Catálogo das Igrejas de 1320 (Almeida, 1971:101).

⁹⁴ Variação resultante da utilização do factor de multiplicação 3,5 ou 5 (Mattoso, 1993b:201-202; Costa, 1997:247-248).

De acordo com os nossos cálculos, portanto, o Lindoso teria, em 1258, entre 105 e 150 habitantes. Os números que propomos explicam melhor o facto de serem apenas os moradores de Lindoso a defender a fronteira e a sustentar o casteleiro, tarefa e encargo insustentáveis se a relação fosse 1 casal/1 fogo.

Tornam igualmente compreensíveis os números de 1527, que Maria Helena da Cruz Coelho (1990:177) entendeu corresponderem a um incompreensível aumento de cerca de 60 % para o conjunto da "Terra da Nóbrega", mesmo não contando com os 100 fogos de Ponte da Barca. A "defesa do ponto de vista de um completo estacionamento dos valores populacionais da centúria de Duzentos para os inícios de Quinhentos", que à historiadora parece "algo arriscada" (Coelho, 1990:177 e nota 26), afigura-se-nos portanto mais sustentável, sendo concordante com igual quadro de estacionamento identificado para o Minho (Costa, 1997:243).

Os povoados de Parada (NIG.027) e de Cidadelhe (NIG.028), potenciado aquele, talvez, pela construção da ponte sobre o rio que bordeja a aldeia e que viria posteriormente a designar-se por referência a essa obra de engenharia (rio da Ponte Velha), e este, mais afastado, completam a ocupação da banda que remata a vertente da serra, ao longo da margem esquerda do rio Lima, servidos todos pela via que, serpenteando entre fragas, ravinas e lombas, estabelecia a ligação entre as terras de Lobios e Entrimo, no interior galego, e as terras de Geraz e de Ponte de Lima, na orla marítima. O pequeno habitat de Madalena poderá ter conhecido uma evolução inversa e sido abandonado nesta época.

A análise da forma de implantação fisiográfica e da localização relativa dos núcleos de povoamento permite igualmente diferenciar a aldeia de Lindoso das de Parada e Cidadelhe. A primeira implanta-se na base da vertente, abrigando-se na concavidade da ruptura, cruzada por pequenas linhas de água que vão irrigar a veiga, afastada da via principal à qual se liga por um ramal. As outras duas aldeias, situadas a meia encosta, expõe-se numa ruptura convexa da vertente, marginando uma importante linha de água e sendo ambas praticamente atravessadas pela via principal.

Enquanto Lindoso traduz uma implantação fortemente condicionada/vinculada pela exploração da mancha agrícola, em Parada e Cidadelhe o factor determinante parece relacionar-se mais com a passagem da via. De certo modo, esta característica da via como eixo estruturante, atendendo à

cronologia que associamos ao reforço do seu papel, séculos XIII-XIV, reforça também a ideia de uma evolução do povoamento medieval marcada pela tendência de crescimento constante a partir de finais do século XI, com proeminência clara de Lindoso, atingindo nos finais do século XIII e princípios do XIV o nível máximo de complexificação, já com Parada e Cidadelhe plenamente estruturadas, fixando desde então a matriz básica da estrutura territorial, praticamente mantida até à actualidade.

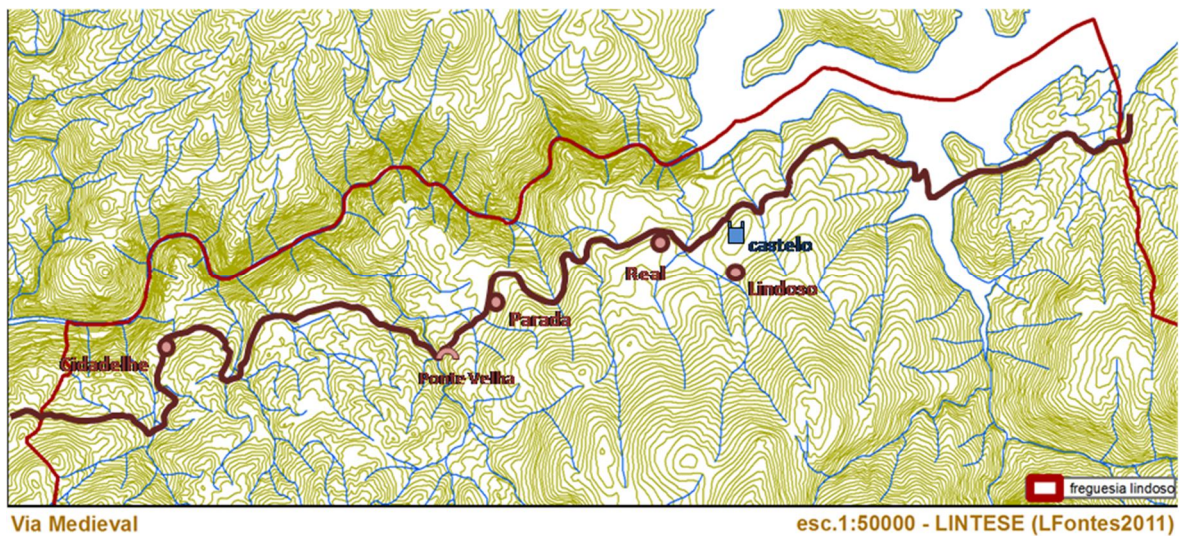


Fig.130 – Traçado da via medieval no Lindoso.

O quadro evolutivo que geralmente se traça para Portugal é, em traços gerais, coincidente. Contudo, importa assinalar que a ocupação da montanha não se fez a um ritmo constante e de forma comum em todo o lado, devendo aceitar-se múltiplas variantes regionais.

Refira-se, a título de exemplo, na própria serra Amarela, relativamente perto de Lindoso, a tentativa gorada de fixar uma comunidade monástica em Gondomar. Fundado por Afonso Henriques, o mosteiro estava já ermo em meados do século XIII (PMH.Inq.1258:415). Contrariamente, na vertente poente da serra da Peneda, pela mesma época, havia sido bem sucedida uma iniciativa local de colonização. Segundo informa a inquirição de Cabreiro de 1258, há uma geração atrás *Roy Pelaiz* havia fundado a póvoa de Sistelo, lugar que é hoje sede da freguesia com o mesmo nome (PMH.Inq.1258:380).

Semelhante consideração se pode fazer relativamente à recuperação populacional de finais do século XV e princípios do XVI. Nas freguesias próximas de Lindoso registam-se tendências inversas: Germil diminui de 10 casais em 1258 para 6 fogos em 1527 e S. Miguel Entre Ambos-os-Rios de 12 para 10, respectivamente.

Assim, a modalidade de povoamento concentrado, que se reconhece ser característico da área montanhosa do Minho (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1989:869), na forma de pequenos núcleos onde se aglomeram as habitações e as cortes dos animais, separando o *ager* do *saltus*, ter-se-á configurado aqui no Lindoso a partir do século XIII.

Tal como todos os outros arqueossítios medievais e como já escrevemos no subcapítulo que introduziu a este período medieval, os arqueossítios que utilizamos para analisar o tipo e as modalidade e evolução do povoamento no território de Lindoso podem datar-se precisamente dos séculos centrais da Idade Média, interpretando portanto o modelo que acima descrevemos.

Mas esse modelo só ficará completo se integrar também, numa relação de conexão, os quatro arqueossítios que classificamos de "brandas agro-pastoris". São eles Chã da Torre.¹ (NIG.019), Porto Chão.⁸ (NIG.020 - Pardieiros), Porto Chão.⁹ (NIG.021 - Afonsinhos) e Ludentos (NIG.022), todos situados na meia vertente da montanha, entre os 610 e os 725 metros de altitude.

Não sendo verdadeiramente arqueossítios relativos a povoamento/habitação permanente, já que a classificação de "branda agro-pastoril" assenta na definição de uma funcionalidade exclusivamente vinculada a actividades económicas suplementares de exploração sazonal dos recursos da serra⁹⁵, a relação de conexão fundamenta-se basicamente na relação espacial de dependência operativa que esses arqueossítios conheceriam em relação aos povoados permanentes que bordejam a vertente da serra.

De facto, sobrepondo às linhas de trânsito naturais a análise regressiva dos caminhos de pastoreio de época moderna, facilmente se apreende a relação de

⁹⁵ Estes arqueossítios interessam sobretudo à análise e interpretação das modalidades de exploração económica dos espaços serranos. Nessa perspectiva, os aspectos relacionados com a sua implantação fisiográfica, distribuição espacial e factores de localização, serão pormenorizadamente tratados adiante no subcapítulo 4.6.

conexão/dependência da "branda" de Chã da Torre.1 com a aldeia de Lindoso⁹⁶, das de Porto Chão.8 e 9 com Parada e da "branda" de Ludentos com Cidadelhe.

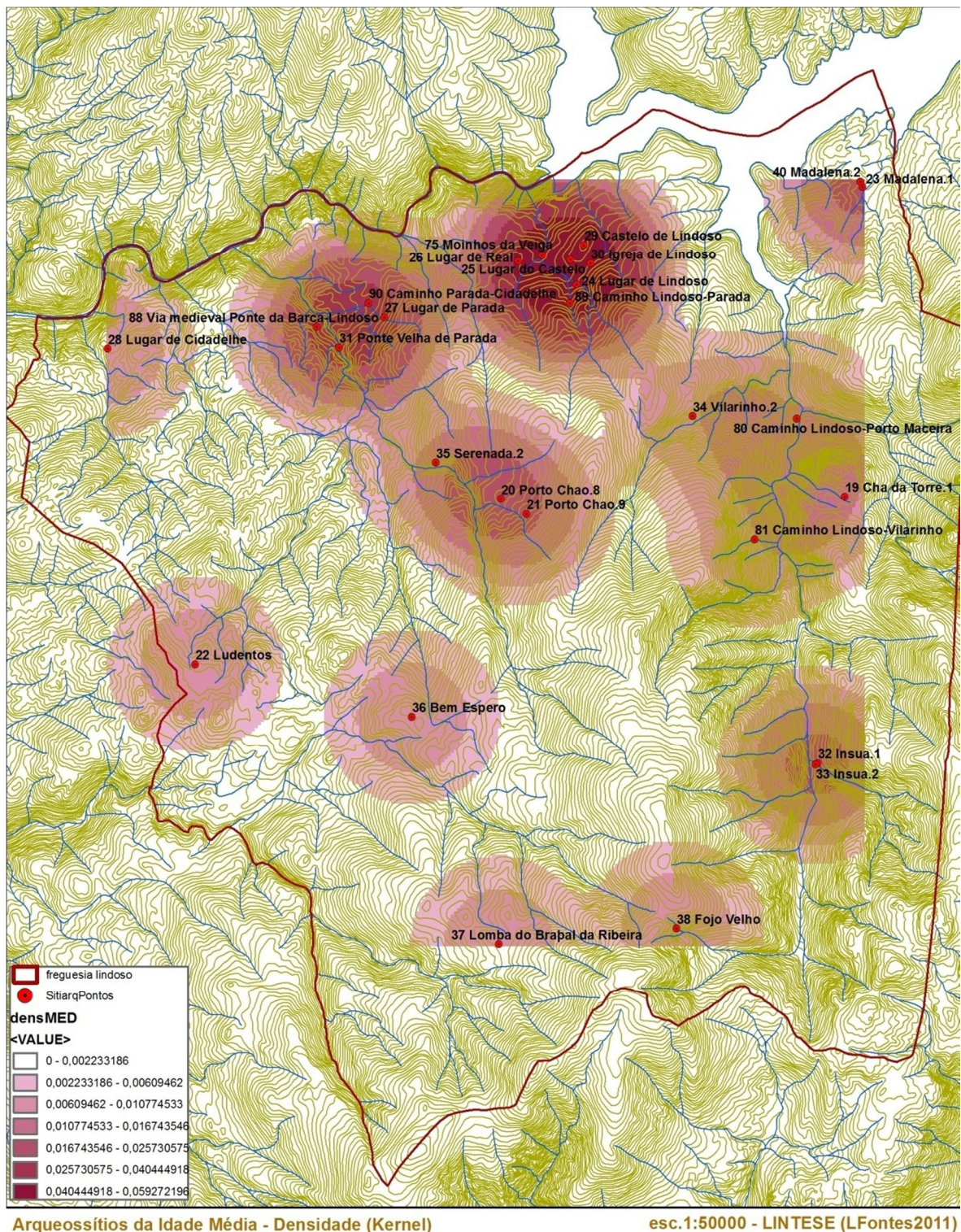


Fig.131 – Mapa da análise de densidade para os arqueossítios e sítios da Idade Média.

⁹⁶ Lembrando que na Madalena pode ter subsistido um pequeno núcleo habitacional até finais da Idade Média, esta "branda" de Chã da Torre.1 poderia relacionar-se preferencialmente com esse núcleo e não com Lindoso.

Relativamente à organização interna dos núcleos de Lindoso, Castelo, Real, Parada e Cidadelhe, respectivamente, NIG.024, 025, 026, 027 e 028, pouco sabemos. As edificações distribuíam-se pelos lugares, encabeçando topograficamente os casais, na bordadura dos campos, mas nunca no meio da veiga, não muito longe umas das outras. O castelo não parece ter atraído construções civis para junto das suas muralhas, conservando-se isolado.

Isolada do povoado apresentava-se também a igreja, com o cemitério à sua volta e tendo próxima apenas a moradia do pároco, já referida em 1574, como veremos adiante a propósito das características arquitectónicas e construtivas das casas. Arruamentos incipientes, aqui e ali lajeados, mais de circulação entre os campos e de acesso ao monte do que de interligação entre as herdades, formariam uma densa rede por onde circulariam as pessoas, o gado e a água.

A manutenção de famílias alargadas, extensas, expressão dos fortes laços de união e solidariedade que os seus membros desenvolveriam, traduzir-se-ia, acompanhando o crescimento demográfico, em igual crescimento das herdades iniciais, multiplicando-se as edificações, acrescentando-se aos prédios antigos novos anexos e novas habitações, incrementando-se assim a aglomeração dos edificadas e a concentração dos núcleos de povoamento⁹⁷.

Resta-nos abordar os aspectos relativos às características arquitectónicas e construtivas da casa medieval, relativamente às quais possuímos, aqui para o Lindoso, alguma informação de natureza arqueológica e documental escrita, desigual⁹⁸.

A análise dos sítios referidos permitiu-nos estabelecer três tipos distintos de casa/edificação, representativa de alguns dos modelos que se generalizaram por toda a Europa Ocidental durante os séculos centrais e tardios da Idade Média⁹⁹.

⁹⁷ Processo identificado não apenas em Portugal mas generalizadamente reconhecido por toda a Europa Ocidental (Sampaio, 1979a:76-77 e 152-153; García de Cortázar, 1988:77-79 e 84-85; Ariés e Duby, 1990:421 a 428; Mattoso, 1993a:202-203).

⁹⁸ Vejam-se as fichas descritivas dos sítios de Lindoso, Castelo, Real, Parada e Cidadelhe, respectivamente, NIG.024, 025, 026, 027 e 028 e o Documento 6 do Anexo 1. Trata-se do tombo da igreja de Lindoso, organizado em 1574. Tal como já referimos anteriormente a propósito da demarcação dos limites territoriais do Lindoso ou da identificação dos núcleos de povoamento, os elementos construtivos descritos neste documento podem remontar-se aos séculos medievais.

⁹⁹ Sobre a casa rural medieval consulte-se, entre outros: Almeida, 1978a:51-55; Jusué Simonena, 1988:299-310; Ariés e Duby, 1990:440-457; Pesez, 1998; Cursent, 1999; Gonçalves, 2004; Conde e Vieira, 2005; Conte, Fau e Hautefeuille 2010.

O primeiro tipo é a **casa-pátio**, documentada na Galiza já desde o século X (Almeida 1978a:54). Este modelo deverá ter-se difundido no decorrer dos séculos XII e XIII, tudo indicando que nos casais mais ricos referidos nas "Inquirições" existissem este tipo de edificações¹⁰⁰.

Trata-se, basicamente, da organização de vários corpos de construção, com funções diferenciadas, em torno de um átrio, pátio ou "eido" central (o *exido* da documentação medieval). Assim seria aqui no Lindoso, com paredes de alvenaria, mais ou menos aparelhadas, e cobertura de colmo em duas águas.

Tal era a casa paroquial em 1574, cuja descrição aqui transcrevemos sem mais comentários, anotando apenas que o pátio ou eido é aí chamado *resyo* (rossio) (Anexo 1 – Documento 6):

"(...) Item - hua casa jumto da igreja da parte de vendaval¹⁰¹ com outras ao llomgo dela e se servem todas para demtro poh hûas portas fronhas a quall casa he sobradada collmada de comprido dezoito covados e de llarguo dez e lloguo no outão della no mesmo amdar e llargura outra casa que serve de cozynha tereyra e collmaça de gramdura llargeza e comprimento da outra sobradada / Item - defronte destas casas estão outras casas tereyras que serve hua dellas dadega e estrevarya e corte tereyras e collmaças e tem de comprido vymte covadose de llarguo oyto covados e amtre huas e outras esta hum resyo e para o dito resyo e casas emtrão por hûas portas fronhas como dito he (...)".

O segundo tipo é a **casa-sobradada**. Seria o tipo mais comum, correspondendo provavelmente a uma forma mais simples do primeiro corpo da casa-pátio paroquial acima descrita. Adaptada à topografia, aproveitando com frequência os ressaltos e os afloramentos rochosos, esta casa elementar, com dimensões que poderiam variar entre os 6 e 8 metros de comprimento por 4 e 6 metros de largura, de construção rude em alvenaria grosseira de pedra, com cobertura de colmo a duas águas, seria muito semelhante às velhas habitações que ainda se vêem em muitas aldeias serranas do Minho, quase todas

¹⁰⁰ Poderia ser o caso, por exemplo, da "casa nova de morada" que Gonsalvo de Boiro fez na sua herdade em S. Salvador de Touvedo (PMH.Inq.1258:415).

¹⁰¹ Lado sul da igreja, no mesmo sítio onde ainda hoje se localiza a casa paroquial, várias vezes remodelada.

arruinadas. A maior parte delas foi transformada em arrecadações e cortes, outras poucas, conservam-se, ainda hoje, habitadas.

Este tipo caracteriza-se pelo corpo rectangular "cozido" à encosta, apresentando quase sempre três divisões: uma térrea, baixa, tipo sub-cave, semi-escavada, destinada aos animais, com uma entrada pequena. O tecto sobradado faz o chão da divisão superior, correspondente ao quarto, onde se abre quase sempre uma pequena janela; ao lado desta, sem separação ou com uma divisória simples, de pranchas de madeira (tabique), fica a cozinha, novamente com piso térreo, obtido por aterro parcial ou pela própria penetração da construção na encosta. Nesta última divisão abre-se a porta correspondente à entrada principal da casa, por vezes com soleira, ou com pequena escada exterior de acesso. A lareira poderia situar-se ao centro da divisão ou contra uma das paredes laterais.



Fig.132 – Casa sobradada, de provável origem medieval, em Lindoso.



Fig.133 – Casa sobradada, de provável origem medieval, em Lindoso.

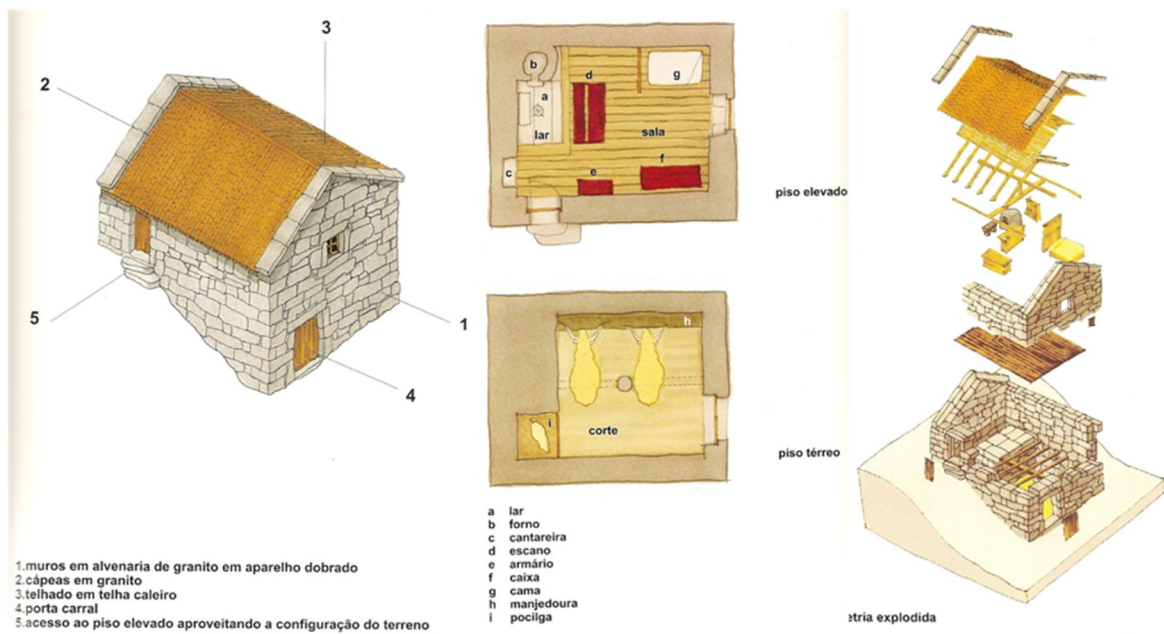


Fig.134 – Modelo tipo de casa sobradada (in Viana, 1999:33-35).

O terceiro tipo corresponde à comum **casa-térrea**, de um único piso, de construção tosca, colmada. De planta quadrangular ou rectangular, com dimensões em torno dos 4x3 metros, teria uma única divisão, servindo simultaneamente como cozinha, quarto e arrecadação. Edificação pobre, pequena, corresponderá à casa vulgar que se documenta em todas as cidades, vilas e aldeias medievais, a que as "Inquirições" associam ocupantes designados como *cabanarii* (Almeida, 1978a:53).

Poderiam classificar-se neste tipo as habitações que o monge Claude de Bronseval, secretário do abade de Clairvaux, Edme de Saulieu, comparou a "cavernas de urso, instaladas entre penedos, habitadas por homens enegrecidos pelo fumo", quando em 20 de Janeiro de 1533 visitaram o então inóspito mosteiro de Ermelo, pouco a juzante de Lindoso (Cocheril, 1978:34):

"(...) Il est situé à gauche de la route, contre le fleuve qui le borde à l'est. En cet endroit on ne voit rien d'autre que le ciel, le fleuve et des montagnes escarpées. Il y avait autour de la capelle quelques maisonnettes semblables à des étables pour les vaches ou les cochons. Les cultivateurs qui affermaient le monastère y habitaient. Nous visitâmes toutes ces maisons qui

rassemblaient à des cavernes d'ours installées entre de grandes pierres. Les gens qui y habitaient étaient noiris par la fumée comme les bohémiens (...)".



Fig.135 – Casa térrea de provável origem medieval, em Parada.

Embora Duarte de Armas, inexplicavelmente, não tenha desenhado a fortaleza de Lindoso, julgamos serem estes dois últimos os tipo dominantes de casas que vemos representados nos povoados confinantes da raia, como em Montalegre, Portelo, Piconha e Castro Laboreiro (Branco, 1997; Conde e Vieira, 2005).

A diversidade tipológica e qualitativa que os tipos de casa descritos evidenciam, possibilitam-nos formular uma nova e mais enriquecedora ideia sobre as condições de vida das populações serranas, negando a existência de um padrão único e atenuando as generalizações miserabilistas e reducionistas que uma apreciação parcial das fontes poderia sustentar¹⁰².

¹⁰² Os desenhos de Duarte de Armas testemunham bem essa diversidade formal e qualitativa. Para além de casas de um só piso, sem janelas e chaminés, com coberturas de telha e colmo, verdadeiros casebres escuros e infectos, promíscuos de gentes e de animais, viveiros de ratos, pulgas e pestes (Mattoso, 1993a:384 - legenda de ilustração), em quase todos os povoados se identificam inúmeros edifícios com dois pisos e com janelas, alguns com varandas e chaminés, predominando as coberturas em telha. Deles se poderia dizer também que aparentam, pelo número de pisos e número de vãos, possuírem divisões bem delineadas e serem luminosas e arejadas.

4.5. "leiras", "poças" e "rêgos". Os socalcos e o regadio como elementos caracterizadores da organização do espaço agrário

A ideia de que um casal poderia comportar vários fogos, já veiculada no subcapítulo anterior, é da máxima importância para a compreensão não apenas do processo de progressiva concentração do habitat, mas também do modo de organização do espaço agrário.

De facto, entendemos o casal referido nas "Inquirições" de 1258 do "Julgado da Nóbrega" como uma unidade de exploração agrária, que comportaria as terras de cultivo, montes, pastos, hortas, cortinhas e as áreas edificadas, e não como equivalente, por si só, a fogo.

É este o sentido que julgamos poder extrair do facto de se identificar, por referência a um determinado casal, as diferentes partes específicas que o compõe, como por exemplo em S. Tomé de Vade - "*(...) in [Casal de Chousela] na cortina j. leira et na veiga v. leiras, (...)*" (PMH.Inq.1258:407), ou do facto de se tributarem casais que, sendo trabalhados, se reconhece explicitamente não estarem povoados - "*(...) et do meyo casal dam de quanto lavrarem na cortina de Reyrgo meyadade, et de quanto lavram fora dam tertia. Et se este meyo casal fosse poblado daria tal foro al Rey quomo dá uno dos outros meliores da vila. (...)*" (PMH.Inq.1258:408).

Na inquirição de S. Miguel Entre Ambos-os-Rios a distinção é explícita, revelando simultaneamente uma clara hierarquização do habitat - "*(...) ha uno logar que chamam Tamenti et ha y ij. casaes que fazem foro al Rey (...)* Et destes davanditos casaes dam cada ano al Rey de cada fogo senas gallinas (...)" (PMH.Inq.1258:414).

Não cabe aqui desenvolver e explorar todas as potencialidades interpretativas desta temática, importando apenas reter que a paisagem agrária medieval conhecia uma expressão complexa, cruzando-se na documentação medieval termos diversos relativos a unidades de exploração agrária, ao tipo de terras e ao parcelamento, embora nem sempre seja fácil identificar as inter-relações e dependências¹⁰³.

¹⁰³ Sobre esta temática podem ver-se os trabalhos de Alberto Sampaio (1979:81-96 e 150-163) e de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978a:45-51). É interessante comparar com os resultados obtidos por Durany Castrillo para a região leonesa-galaica do Bierzo (1989:115-132). O tema foi

Veja-se, a título de exemplo, a inquirição de S. Martinho de Paço Vedro, onde se pode, com alguma fiabilidade, distinguir unidades de exploração agrária, tipos de terras e tipos de parcelas: às primeiras associamos os termos *casal*, *cortina*, *quintana* e *erdade*, aos segundos *agra*, *veiga*, *devesas* e *bouza* e por último as *pezas*, *leiras*, *linar* e *souto* (PMH.Inq.1258:407-408).

Das "Inquirições" de 1220 e 1258 releva igualmente o modo como a terra é parcial e distintamente possuída pela coroa, pela aristocracia, pela igreja e mosteiros e pelos lavradores herdutores. Uns e outros têm uma leira de pão num casal, um linhar na veiga de outro, um quarto de pomar naquela herdade, uma leira no outro agro, parte de um castanheiro no souto, uma leira na cortinha daquele meio casal.

Propriedade dividida e terra partilhada, podem os lavradores ter várias parcelas em diversas partes. É-se rico ou possidente não por ter uma grande e contínua propriedade, mas por se possuir muitas pequenas propriedades capazes de produzirem tudo o que for necessário à sobrevivência, ao pagamento dos tributos e à aquisição de produtos exteriores.

Da especialização agrícola das parcelas e dos tributos em géneros colhe-se exactamente a prática de uma policultura intensiva, sustentáculo da economia agro-pecuária das populações do Entre Douro-e-Minho. Nas áreas montanhosas haveria menor diversidade e alguma especialização, decorrente das especiais condições fito-edafo-climáticas, aceitando-se para aí uma maior valorização do pastoreio, da cultura de cereais, das "criações" domésticas e da caça, e menos das leguminosas, vinho e fruta.

Com as mais férteis mas pouco extensas veigas ou várzeas ocupadas desde os séculos da organização asturiana-leonesa, os séculos XII e XIII são tempos de arroteias, conquistando-se solos aos montes¹⁰⁴, estendendo-se então as terras agricultadas pelas encostas até às margens dos regatos e dos rios. Pelas bordas dos campos, marginando os caminhos, distribuía-se as fruteiras, dominando os castanheiros e as macieiras, aqui e ali dando lugar a alguma vinha de "enforcado". Assim "libertos" das árvores, os campos reservam-se para o cultivo dos cereais e de forragens para o gado. É já o campo-prado.

recentemente actualizado com os estudos sobre casal medieval desenvolvidos por André Marques (2006 e 2008).

¹⁰⁴ Em Azias tinha o rei um monte, no qual "(...) *meteuse in ele o abbade d'Armelo et cavaleiros et lavram in ele et nom fazem dele foro al Rey. (...)*" (PMH.Inq.1258:414).

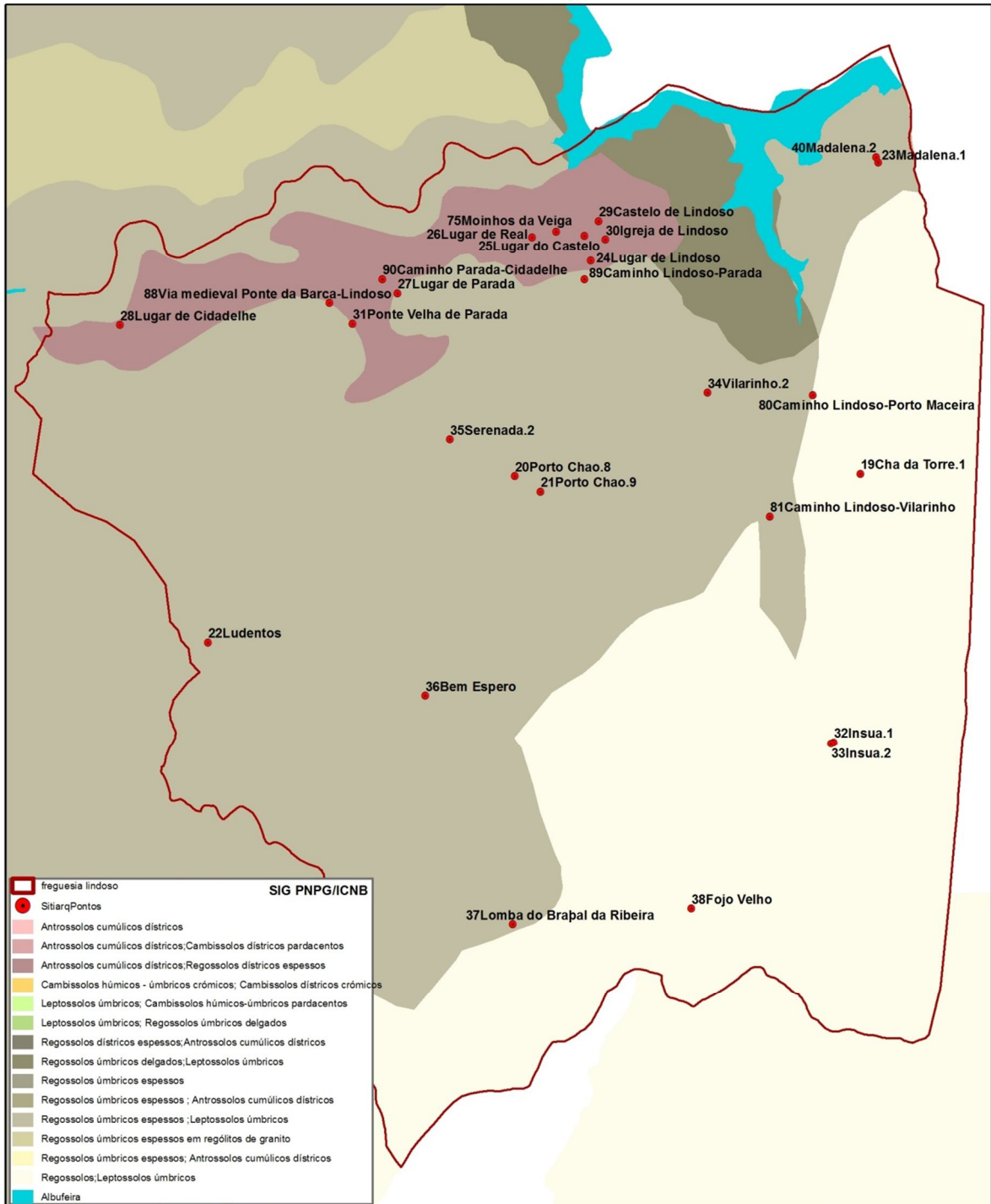
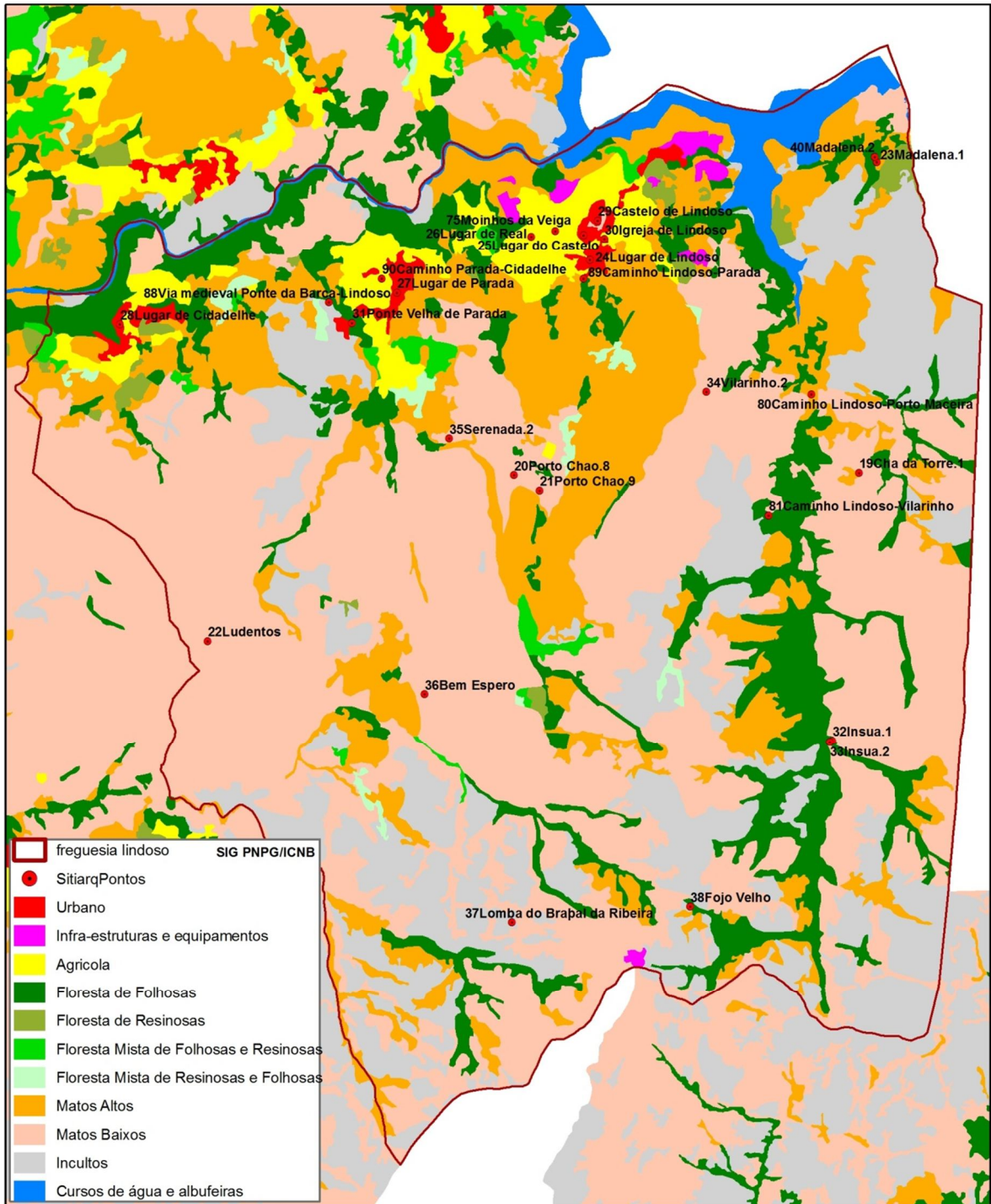


Fig.136 – Relação entre implantação e tipo de solos dos arqueossítios e sítios da Idade Média.



Arqueossítios de Época Medieval- Ocupação solo

esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)

Fig.137 – Relação entre implantação e ocupação actual do solo dos arqueossítios e sítios da Idade Média.

São estas duas orientações básicas da produção, pão e pasto, que estruturam a paisagem agrária, aqui realizada pela convergência da criação de gado bovino com a escolha, a par do centeio, do milho-alvo ou miúdo (*Panicum miliaceum*, Lin.) e painço (*Setaria italica*, P.Beaw).

Disto, e da melhoria dos rendimentos com a cultura destes cereais em regadio tinham particular consciência os lavradores da Idade Média e os responsáveis pela tributação dos rendimentos, distinguindo bem as prestações de cereal de praga ou sequeiro das de cereal regado, como em S. Silvestre de Freitas, Terras de Bouro: "(...) *Et dam in cada ano al Rey, scilicet, do regadio tertia de quanto lavrem, et de quanto non regam dam al Rey sesta (...)* " (PMH.Inq.1258:420). Notar bem que o rendimento com rega duplica!

Os exemplos poderiam multiplicar-se, testemunhando a utilização da água não apenas na rega de cereais mas também nos prados, nos linhares e nas hortas. Em Rio Frio, Arcos de Valdevez, paga-se 1 frango e 20 ovos por ano ao rei por conduzir água pelo seu reguengo - "(...) *os que duzem agua pelo Regaengo dam cada ano al Rey j. frangao cum xx. ovos (...)* " (PMH.Inq.1258:383). Em Vilela, também nos Arcos de Valdevez, regulamenta-se a fruição das águas das poças - "(...) *Item, dixerunt que dam al (Rey) das aguas pora regar, scilicet, da poza do monte a meya. Item, da poza do longal meia. Item, da poza do Freigio meia. Item, da poza dos Ferreiros meia. Item, dos Ramos ij. dias da domaa, scilicet, feria ij.^a et feria iij.^a (...)* " (PMH.Inq.1258:388).

O regadio é, no Noroeste, uma prática que se documenta já no século IX, e nada deve à introdução e proliferação do cultivo do milho maiz, que nas montanhas minhotas só acontece a partir dos séculos XVII-XVIII. Muito menos se deve à "revolução do milho", como Orlando Ribeiro considerou (1968:116), a tão característica armação das encostas em socalcos (Almeida, 1978:18-22; Mattoso, 1993a:323).

O mais frequente uso do arado e da tracção animal, a expansão das arroteias, a adubação orgânica e a policultura, a mais sistemática utilização da água, são alguns dos factores que estão na origem da lenta mas enraizada estruturação da paisagem agrária. Como sublinhou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1987:27), "(...) caminhos e rêgos de água são como que as veias, quase indestrutíveis, dos terrenos de cultivo. (...)".

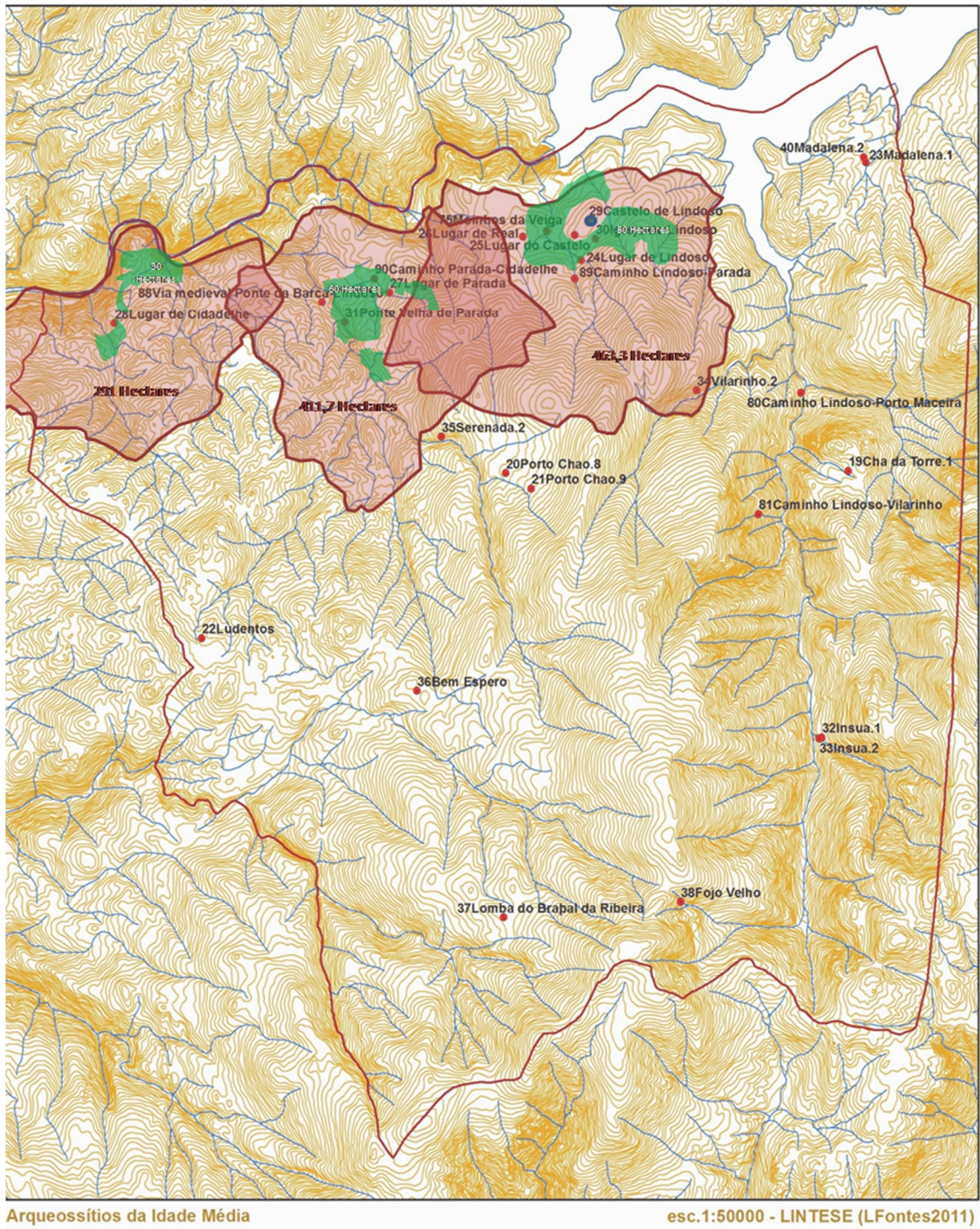


Fig.138 – Povoados medievais com isócronas de 30 m. As manchas verdes correspondem à proposta de mancha agrícola medieval.

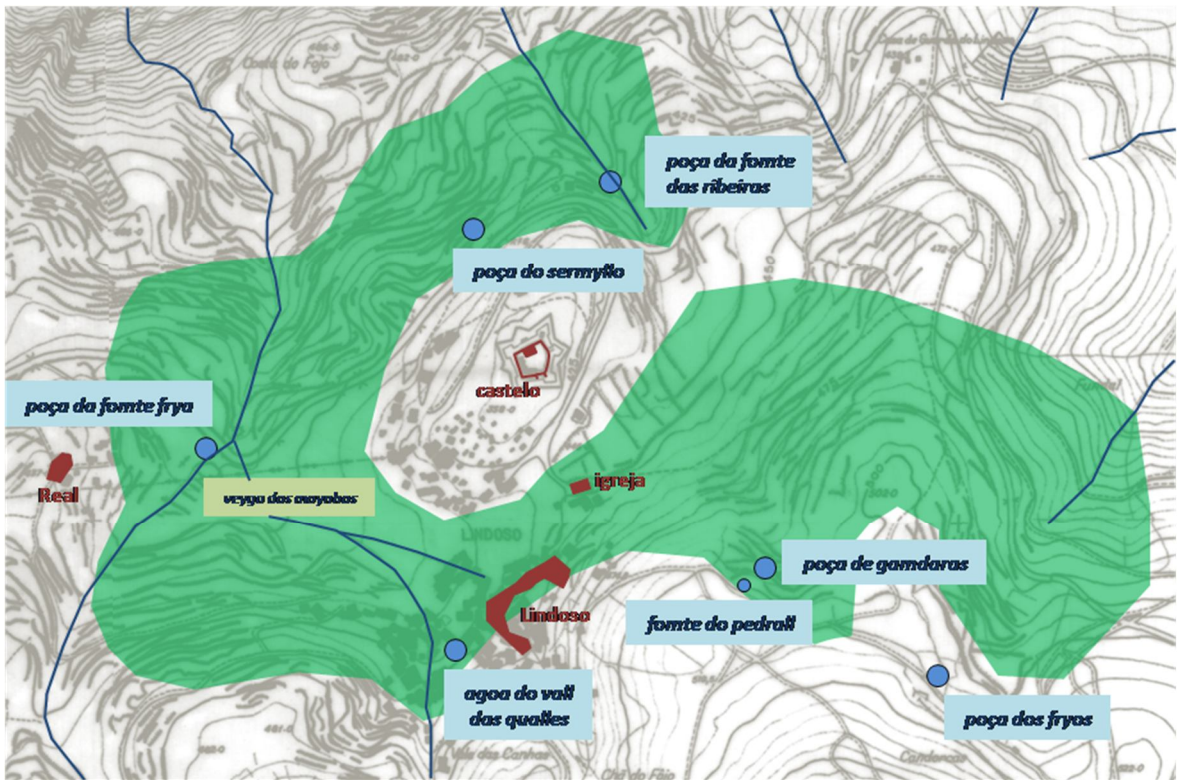


Fig.139 – Proposta de mancha agrária medieval de Lindoso, com identificação das principais fontes e poças de rega (Esc. 1:5000).



Fig.140 – Perspectiva da Poça dos Fios [Poça dos Fryos].

Também era assim no Lindoso. Embora não sendo tão pródiga em informações como outras freguesias do "Julgado da Nóbrega", a inquirição de 1258 testemunha-nos que também aí se cultivava centeio, milho-alvo e painço, se criavam galinhas e pastoreava gado, se alimentava o senhor da "Terra" com pão, queijo e ovos.

Sobre a divisão da propriedade, a configuração das parcelas e sua distribuição espacial, sobre a existência de poças e rêgos, da articulação das leiras com os caminhos, da cuidada gestão da água, sobre tudo isso possuímos um extraordinário retrato para o lugar de Lindoso, fornecido pelo "Tombo" de 1574 (Anexo 1 – Documento 6), que mais uma vez consideramos documentar a paisagem agrária medieval.

O referido documento proporciona, precisamente, uma imagem semelhante à do quadro contextualizador que traçamos anteriormente: leiras dispersas pelas encostas até às ribeiras, armadas em socalcos suportados por muros de pedra, algumas propriedades da igreja de Lindoso, muitas mais de lavradores locais e raras do mosteiro de Vila Nova de Muía, todas servidas por caminhos e regadas pela água conduzida pelos rêgos desde várias fontes e poças.

Deve notar-se que os "bens de raíz" pertencentes à igreja de S. Mamede de Lindoso integram uma propriedade maior, toda murada, o "assento", contígua ao templo e seu adro, e mais uma série de leiras dispersas pela mancha agrícola, intercaladas entre outras leiras e parcelas de outros proprietários.

A parte descrita como "assento" deverá corresponder à dotação inicial da igreja, ao passo que as outras leiras dispersas deverão corresponder a aquisições ou doações posteriores. Talvez o "assento" configure, até pelo facto de ser completamente vedado com muro, o tipo de unidade de exploração agrária que na documentação medieval se designa por *erdade* ou mais frequentemente por *cortina*.

Com base nesse documento, podemos concluir que a mancha agrícola de Lindoso se havia fixado na Idade Média entre o lugar de Lindoso, o lugar do Castelo e o lugar de Real, estendendo-se para nascente até ao Portelo do Cimo e para Norte até à Costa do Fojo. Abrangeria uma área total próxima dos 80

hectares. Entre o Castelo e Real, mais próximo deste lugar, ficava a Veiga dos Moinhos, devendo o nome com certeza aos moinhos que aí existiriam¹⁰⁵.

A irrigação estava já perfeitamente estruturada, nomeando-se então sete poças e fontes, a partir das quais se distribuía água por todos os campos. Em funcionamento ainda hoje, designam-se pelos mesmos nomes, dos quais nos limitamos a actualizar a ortografia: Poça das Gândaras, Fonte do Pedral, Poça dos Fios, Poça da Fonte das Ribeiras, Poça de Sermil, Poça da Fonte Fria e águas do Vale das Canlas ou Canhas.

Sustentadas por paredes e circundadas por muros¹⁰⁶, as leiras documentadas no "Tombo" confrontam e são delimitadas pelos caminhos que serviam os campos, os mesmos que ainda hoje se usam e onde os fundos sulcos, abertos pela continuada passagem das rodas dos carros, testemunham uma antiguidade difícil de fixar com exactidão, mas que podemos recuar sem dúvida aos tempos medievais.

Verificamos ainda que a mancha de terrenos agricultados se estende "para baixo" da aldeia de Lindoso, isto é, o povoado situa-se em plano superior, exactamente no limite que faz a transição da parte agricultada com a parte de monte.

Mais do que marcar fisicamente a separação entre o *saltus* e o *ager*, esta posição do povoado face à mancha agrícola, encontra no aproveitamento "natural" dos resíduos orgânicos uma razão tão simples e prática quanto essencial à manutenção da produtividade agrícola dos solos. Só essa implantação permite a escorrência para os campos dos excrementos dos animais e dos dejectos e restos que se acumulam quotidianamente nos arruamentos da aldeia, escorrência particularmente significativa no Inverno, pelas maiores quantidades resultantes da permanência do gado nas cortes da aldeia e pelas intensas chuvas que garantem uma maior dispersão desse estrume, verdadeiro fertilizante orgânico que as culturas agrícolas não podiam dispensar (Guerreiro, 1982:140).

¹⁰⁵ O nome mantém-se, mas os moinhos que aí se conservam datam dos séculos XVIII-XIX. Inventariados como NIG.075.

¹⁰⁶ Algumas parcelas são designadas "trolho", termo ainda hoje usado no Lindoso e que serve para designar uma leira melhor, geralmente vedada com muro, sem acesso a terceiros.

Identificamos relações semelhantes em Parada e em Cidadelhe, o que nos permite propor para esses povoados uma mancha agrícola medieval correspondente às áreas que ainda hoje se designam por veigas, respectivamente 60 hectares e 25/30 hectares, abrangendo os solos de mais qualidade e que beneficiam de melhores condições de irrigação. Aliás, "veiga" significa exactamente terra baixa regada (do pré-rom. *baika*, "terreno inundado" - Costa e Melo, 1994:1844).

A relação de unidade e exclusividade entre aldeia e veiga agrícola, isto é, cada aldeia tem a sua própria veiga, transparece também, precisamente pela necessidade de explorar a água para o regadio, da vinculação ou identificação da territorialidade de cada aldeia com a bacia hidrográfica específica em que se insere. Esta vinculação com as bacias hidrográficas locais é reforçada, aparentemente, por semelhante territorialidade ao nível dos usos do monte, como sejam a caça, o pastoreio e a recolha de matos¹⁰⁷ (ver Fig.130).

4.6. A serra partilhada/explorada: caça, agricultura, pastoreio, recollecção e apicultura

Para além dos espaços bem definidos e conhecidos em que se desenrolavam as actividades do quotidiano - o *ager* (as casas e os campos) e o *saltus* (o bosque imediatamente contíguo), ficava o espaço serrano do *mons* (o monte), domínio dos pastores, da floresta e do inculto - domínio do "maninho".

A apropriação, modalidades de uso e organização deste espaço de monte, não agrícola, conheceu, ao longo da Idade Média, uma evolução que se processou de modo distinto entre as áreas de vale aberto, a "ribeira", e as zonas serranas do interior, a "montanha", revestindo até características diferentes de região para região.

Para o Noroeste português, de modo mais ou menos exaustivo, este tema foi já tratado por inúmeros investigadores¹⁰⁸, podendo traçar-se, a partir dos seus

¹⁰⁷ Semelhante vinculação foi também reconhecida para as comunidades medievais alpinas (Lucio Gambi, 1994:17) e pirenaicas (Masclans, 1995:223-224; Berthe e Cursente, 2000).

¹⁰⁸ Sobre esta matéria continuam ainda por ultrapassar os estudos de Alberto Sampaio (1979), de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978a), de Nicole Devy-Vareta (1985 e 1986) e de Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau (1991b).

trabalhos, um quadro caracterizador. É o que faremos em seguida, necessariamente de modo sintético, apontando apenas as linhas gerais e limitando-nos à área de montanha.

As populações que se fixaram nas vertentes altas das serras, pelos condicionalismos específicos da sua localização, tiveram necessidade de desenvolver um sistema agro-pastoril especializado, especialização decorrente do maior peso relativo das actividades silvopastoris. Entre a agricultura intensiva na pequena mancha envolvente das aldeias, como já escrevemos, e a criação de gado nas pastagens de Verão no alto da serra, longe do povoado, as comunidades serranas cultivavam sazonalmente, a par do pastoreio extensivo das vertentes, pequenas chãs alveolares na montanha, as "brandas", e praticavam regularmente a caça (Mattoso, 1990:206).

No *saltus*, a zona de bosque intermédia "empiricamente «jardinada»", isto é, produção florestal com cortes salteados e regeneração espontânea (Devy-Vareta, 1985:50), evitava-se o pastoreio de ovinos e caprinos, documentando-se bem a importância do sub-bosque de caducifólias para a criação de gado porcino nas montanhas do Noroeste português.

No vale alto do rio Homem, em que se inclui a vertente sul da Serra Amarela, por exemplo, quase todas as freguesias eram tributadas, no século XIII, com pagamentos de cestos de landes ou com obrigação de engordar porcos para o senhor da "Terra" ou para os mordomos entre o S. Martinho e o Santo Estêvão, isto é, entre inícios de Novembro e finais de Dezembro (PMH.Inq.1258:415-419).

Na relação ser-humano/meio, o ambiente "natural" parece ter dominado até aos séculos X-XI, período a partir do qual se regista um alargamento da área agrícola, conquistada ao espaço do *saltus*, a que se associa uma progressão da exploração do monte, assinalando-se então uma significativa regressão florestal (Ramil Rêgo, 1993:54). O crescimento demográfico e a organização do povoamento estabilizam e consolida-se ao longo do século XII, sustentados por um sistema agro-silvo-pastoril que atinge a máxima complexidade mantendo um bem conseguido equilíbrio ecológico.

A partir do século XIII, assiste-se à ruptura desse equilíbrio, particularmente evidente no domínio florestal, apesar das incipientes tentativas de recuperação

que a partir de então começam a esboçar-se¹⁰⁹. Todavia, nas áreas montanhosas do Minho, pese embora alguns registos polínicos de sinal contrário na vertente oriental da serra do Gerês ou no vale alto do rio Vez (Ramil Rêgo, 1993:38; Ruiz Zapata *et al.*, 1993:103), preservaram-se grandes maciços florestais. Como sublinha Nicole Devy-Vareta (1985:51), aí "(...) a posição marginal da floresta, as dificuldades de acesso e as coutadas reais protegeram-na das pressões económicas das baixas regiões, ficando mais integrada nos sistemas de exploração silvopastoril local.(...)".

Para explicar esta "integração" no sistema de exploração silvo-pastoril no Lindoso, nos tempos medievais, contamos com alguma documentação coeva ou ligeiramente posterior, mas susceptível de uma leitura regressiva. A inquirição de 1258, o foral de 1514 e o tombo de 1574 (Anexo 1 - Documentos 2, 3 e 6) e, pela primeira vez de modo relevante no panorama da arqueologia medieval regional, com um conjunto importante de evidências arqueológicas relativas ao pastoreio, à caça grossa, à apicultura e à agricultura sazonal de montanha¹¹⁰.

Das fontes medievais escritas releva a existência em Lindoso de uma montaria real - a mata ou coutada de Cabril, do domínio régio ainda em finais do século XV¹¹¹. Os seus limites não são referidos na documentação, mas deveriam corresponder ao vale médio e alto do rio Cabril, abrangendo uma área superior a 1.200 ha. Não deveria estender-se à zona de confluência com o rio Lima, pois por aí passava a via em direcção à Galiza e situava-se o "casal" da Madalena.

A função fundamentalmente cinegética das matas, como transparece da legislação que as Ordenações Afonsinas veiculam é, no Lindoso, amplamente confirmada pela inquirição de 1258, onde se explicita que "(...) *todos sunt monteiros delRey. (...)*". Monteiros do rei eram também os homens da freguesia contígua de Britelo e os da próxima de Azias, devendo todos, provavelmente, estar afectos à montaria de Cabril.

¹⁰⁹ Razão pela qual Carlos A.F. de Almeida (1978a:80) considerou ter-se iniciado, então, um período de "floresta-defendida-fomentada", por contraposição aos modelos anteriores de "floresta-algo-inimiga" e "floresta-parcelada-possuída".

¹¹⁰ (ver Apêndice 2 – Inventário Arqueológico - arqueossítios NIG.019 a 022 e 032 a 038).

¹¹¹ Embora não sejam nomeadas na delimitação da "coutada velha" transcrita nas Ordenações Afonsinas, as montarias do Soajo e do Cabril constam da lista das coutadas que o rei Manuel I delimitou novamente em 1498 nas Cortes de Lisboa (Devy-Vareta, 1985:60), devendo a sua origem remontar aos tempos da fixação da fronteira do estado português na primeira metade do século XIII.

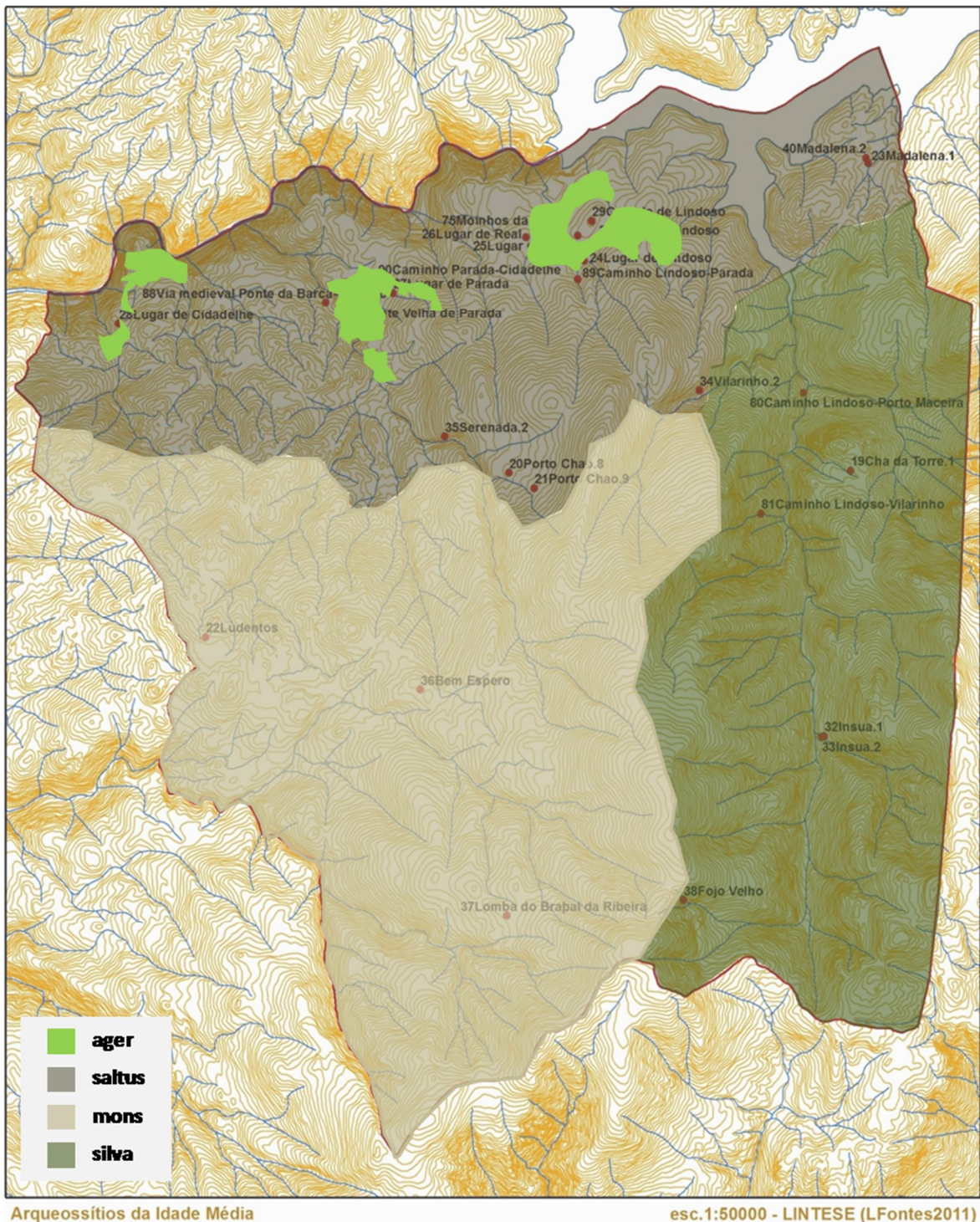


Fig.141 – Proposta de interpretação das principais modalidades de uso do solo no Lindoso, na Idade Média.

A afectação da mata do Cabril a coutada real de caça justificar-se-ia pela sua reconhecida riqueza faunística, indissociável da existência de uma mata climática de caducifólias, cuja conservação constitui um bom testemunho da recuperação arbórea que se reconhece ter verificado entre o fim da romanização e a colonização medieval (Ramil Rêgo, 1993:53).

Esta paisagem florestal seria extensível a outras regiões do interior montanhoso minhoto (Martins *et al.*, 1995:59-60), nomeadamente aos troços superiores das bacias dos rios Lima e Homem onde, no século XIII, se documenta uma intensa actividade cinegética, particularmente caça grossa (PMH.Inq.1220:95-98 e 117-119; PMH.Inq.1258:378-396 e 412-423).

E se essa área é bem reveladora da vastidão das matas aí existentes, é igualmente notável a diversidade faunística de grande porte referida, tal como é significativo o regime de caça que se especifica, testemunhando que para as populações desses territórios a caça era efectivamente uma fonte importante de alimento, constituindo a actividade cinegética parte integrante do sistema socioeconómico (Gonçalves, 2006).

Vejamos os dados¹¹²:

"Inquirições" de 1220

Freguesias	Serviços	Foros	Isenções
Azias (p.117)	são monteiros	de javali: 1/2 entrecosto de urso: as mãos	--
Britelo (p.118-119)	todos são monteiros e correm monte com senhor	de javali: 1/2 entrecosto de urso: as mãos	--
Choreuse (p.95)	--	de javali: entrecostos de urso: as mãos de cervo: uma perna do 1º dos outros seguintes nada	(ver foro do cervo)
Rio Caldo (p.95)	--	de javali: entrecostos de urso: as mãos	--
Covide (p.97-98)	--	de javali: entrecostos de corço: perna de cervo: lombos de cabra-brava: lombos de urso: as mãos	--
Carvalheira (incluía Brufe) (p.98)	--	de javali: entrecostos de 12 costelas de corço: perna de cervo: lombos de cabra-brava: lombos de urso: as mãos	--

Fig.142 – Quadro das montarias e foros de caça da região estudada, segundo Inquirições de 1220.

¹¹² Actualizámos a ortografia e fizemos as seguintes traduções: monteiros por *montarii*; javali por *porcum*, *porcum montes*, *porco*, *porco montes*; urso por *osso*; cabra-brava por *capra*, *cabras montezes*; corço por *corzo*, *curza*; entrecosto por *spatula*, *spatulam*, *espadoas*, *spadoa* (fixava-se normalmente um certo número de costelas: *spatulam de xij. costis* - PMH.Inq.1220:98); lombos por *quadrazil*, *coraziis* (parte do animal que incluía as duas costas, da cabeça até à perna - Viterbo, 1984:133); semanas por *domaas*; carnaval por *Entroydo*, *Entroido* (festa cíclica móvel, nos 3 dias que precedem a Quaresma); Quaresma por *quadregesima* (período penitencial de 40 dias, da 4ª feira de Cinzas, que é a seguir à 3ª feira de Carnaval, até à Páscoa); Páscoa por *Pascua* (festa religiosa móvel, mais ou menos coincidente com o início da Primavera); Septuagésima por *Septuagesima* (3º domingo antes do 1º da Quaresma).

"Inquirições" de 1258

Freguesias	Serviços	Foros	Isenções
Castro Laboreiro (p.378)	correm monte com rei ou senhor da terra, 3 vezes por ano	--	--
Cabreiro (incluía Sistelo) (p.380-381)	são monteiros do rei e acompanham o rei ou o senhor, do rio Lima até ao rio Minho	de javali: entrecosto de cervo: perna de corça: perna de urso: as mãos	--
Loureda (p.381)	são monteiros do rei e acompanham o rei ou o senhor, como os de Cabreiro ¹¹³	--	--
Grade (p.382)	correm monte com rei ou com o senhor, uma vez cada mês	de javali: entrecosto de corço: perna de cervo: perna de urso: as mãos	se matarem veado 3 semanas antes e 3 depois do Carnaval, nada dão
Cabana Maior (p.383)	correm monte com rei ou com o senhor, uma vez cada mês	de javali: entrecosto de corço: perna de cervo: perna de urso: as mãos	excepto [sic] 3 semanas antes e 3 depois do Carnaval, nada dão
Gondoriz (p.383-384)	correm monte com rei ou com o senhor, uma vez cada mês	de javali: entrecosto de corço: perna de cervo: perna de urso: as mãos	3 semanas antes e 3 depois do Carnaval se matam veado, nada dão
Portela (p.384-385)	correm monte com rei ou com o senhor	--	--
São Jorge (p.387-388)	são monteiros do rei, correm monte com rei ou com o senhor, uma vez por mês	de javali: entrecosto de corço: perna de cervo: perna de urso: as mãos	--
Soajo (incluía Gavieira) (p.396)	são monteiros do rei, acompanham o rei do rio Douro até ao rio Minho	de javali: entrecostos de urso: as mãos	Entre as 7 semanas antes do Carnaval e as 3 primeiras da Quaresma, nada dão
Vila Chã, Santiago (p.413)	vão à montaria	--	--
Vila Chã, São João (p.413)	vão à montaria	--	--
Britelo (p.413)	são monteiros do rei	de javali: entrecostos de urso: as mãos	3 semanas antes e 3 depois do Carnaval, nada dão
Lindoso (p.414)	são monteiros do rei	de javali: entrecostos de urso: as mãos	3 semanas antes e 3 depois do Carnaval, se matam veado, nada dão
Azias (p.414)	são monteiros do rei	--	--
Carvalheira	--	de javali: entrecostos	da Septuagésima

113 "(...) *sum monteiros delRey, et vam cum el ou cum no Ricomem da Terra correr monte assi como os outros monteiros davanditos vam.(...)*".

(incluía Brufe) (p.415-416)		de urso: as mãos de corço: lombos de cabras-bravas: lombos	até à Páscoa, nada dão do que matam
Chamoim (p.417-419)	--	de corças: lombos de cabras-bravas: lombos	--
Covide (p.419-420)	--	igual aos foros de Carvalheira ¹¹⁴	--
Chorense (p.422)	--	de javali: entrecostos de urso: as mãos de corço: perna (1 vez no ano)	--
Balança (p.423)	--	de javali: entrecostos de urso: as mãos de corço: perna (1 vez no ano)	--

Fig.143 – Quadro das montarias e foros de caça da região estudada, segundo Inquirições de 1258.

Da análise que o conjunto de dados listados permite fazer, interessa-nos sublinhar apenas dois aspectos.

O primeiro respeita a um certo favorecimento dos moradores de Lindoso e Britelo em comparação com a maioria dos outros, pois pagam foros mais reduzidos. Seria essa talvez a compensação régia por cuidarem e protegerem a coutada assegurando, nomeadamente, o controle dos efectivos cinegéticos?

O segundo relaciona-se com o que aparenta ser uma regulamentação empírica da prática da caça, consagrada na determinação de, em certa época do ano, se dispensar os monteiros do pagamento de qualquer foro de caça.

De facto, os monteiros (caçadores) de Grade, Cabana Maior, Gondoriz, Soajo, Lindoso, Britelo, Carvalheira e Covide, nada tinham que pagar quando caçavam num período basicamente compreendido entre Fevereiro e Abril. Como veremos, é nos períodos de isenção que reside a importância da regra, pois corresponde precisamente ao fim do Inverno e início da Primavera, época de procriação dos mamíferos.

Como explicar esta medida aparentemente contraditória de no período de maior fragilidade das espécies se diminuir a carga fiscal sobre a caça, o que poderia até constituir um poderoso incentivo à delapidação do património cinegético?

Porque grande parte do período referido coincide com a Quaresma, período em que a religião cristã prescreve jejuns e abstinência de consumo de carne, não nos parece que se possa interpretar esta determinação como uma liberalidade

¹¹⁴ "(...) danli os coraziis. et todos outros foros quomo os da collatione de Carvaleira.(...)".

destinada a favorecer as populações, proporcionando-lhes a totalidade das peças caçadas. Isso seria contraditório com a redução do consumo a que o período penitencial da Quaresma obrigava, tanto mais quanto a carne de caça se consome na altura, não aceitando ser conservada.

Também não nos parece que possa ser considerada como uma determinação profilática, um desincentivo a uma prática nefasta, uma espécie de "prevenção do crime", segundo o princípio de que assim os caçadores não teriam que matar muito porque poderiam ficar com tudo, e portanto matariam pouco (Mattoso, 1990:206). Não faz sentido considerar que a caça constituía uma importante fonte de alimento e se inscrevia no sistema socioeconómico como uma actividade tão importante como a agricultura e o pastoreio, e depois admitir, ainda que indirectamente, que as populações serranas poderiam ser, por prática incontrolada, um factor de extinção das espécies.

Deve ainda considerar-se um terceiro elemento contraditório. A época de isenção coincide com o período das mais rigorosas condições climáticas - frio, chuva e nevões frequentes. Que "maldade" se esconderia por detrás desta tolerância em tempo impróprio?

O que poderia levar os caçadores de Lindoso, como os outros abrangidos por determinações semelhantes, a "correr monte 3 semanas antes e 3 semanas depois do Carnaval", beneficiando da totalidade de todas ou de algumas peças de caça que matassem, se o consumo de carne não era aconselhado, se pouco lhes interessaria esgotar um importante recurso alimentar e se a prática revestia contornos de perigosa aventura, pelas grandes dificuldades decorrentes das adversas condições climáticas?

No nosso entendimento, o carácter não coercivo ou não proibitivo da determinação, isto é, a não proibição da caça ou a não penalização, bem como a não tributação do que fosse caçado nesse período, deve ser entendido como estímulo e pagamento à execução de um serviço arriscado e que, pese embora interessasse às populações locais, beneficiava sobretudo e em primeiro lugar o rei e os senhores das "Terras" - a caça ao lobo¹¹⁵.

¹¹⁵ No mesmo sentido vão as considerações de Iria Gonçalves (1993:52), quando escreve, a propósito do exercício da caça como actividade de distração do rei e da aristocracia, que a montaria aos lobos não atrairia os seus interesses, por menos nobre.

Embora raramente nomeado¹¹⁶, o lobo seria o maior competidor dos pastores, já que tanto se alimentaria das espécies bravias como das domesticadas (Coelho e Riley, 1988:258).

Também a época do ano escolhida faz todo o sentido. É a altura fundamental da sobrevivência, quando o lobo ataca as fêmeas prenhas ou as crias recém-nascidas das espécies com que se alimenta, atrevendo-se mesmo a descer às aldeias e atacar aí o gado, se não encontrar alimento no monte. É também a altura da própria reprodução dos lobos e portanto de maior fragilidade das suas crias.

Se entendemos que a determinação constante das "Inquirições" se refere ao calendário das montarias ao lobo, percebe-se melhor a época, os motivos e os estímulos pela isenção de nada dar do que, eventualmente, caçassem. Eliminando o lobo, assegurava-se uma mais fácil e numerosa procriação das espécies bravias e pastoreadas, prevenindo-se a segurança da subida próxima das "vezeiras" do gado para a serra, a partir de fins de Abril e princípios de Maio, diminuindo antecipadamente um factor de risco.

Percebida a época e as motivações, importa sublinhar o carácter colectivo do empreendimento que, mais do que um divertimento ou uma festa, constituiria então uma obrigação e um encargo a que não se podia escapar, por força da regulamentação.

Assim o confirmam as posturas oitocentistas das aldeias serranas, como as de Vilar da Veiga, nas faldas do Gerês, citadas por Tude de Sousa (1927:45-46), onde releva ainda a referência à sua realização na Quaresma:

"(...) No Vilar (da Veiga) para cada ano havia um monteiro nomeado pelo regedor, que era o que superintendia na organização e direcção das caçadas. Destas, a inicial realizava-se sempre na primeira sexta-feira da quaresma, sem ser preciso aviso ou convocação, porque assim estava estabelecido e o dia a marcava. (...) Cada casa da freguesia dava um caçador e ao que faltasse era imposta a multa de um pinto (480 réis) ou de um cântaro de vinho (12 litros). (...)"

¹¹⁶ Nas freguesias consideradas encontramos uma única referência directa na inquirição de Chamoim (Terras de Bouro), onde se refere que mesmo das vacas mortas pelo lobo deviam entregar-se os lombos ao Mordomo - "(...) *dam ao Mayordomo pequeno os coraziis (...) das vacas que matam para comer, ou que matar lobo, (...)*" (PMH.Inq.1258:418).

A materialização de tudo o que acabámos de analisar e interpretar, realiza-se nesses verdadeiros monumentos que são os fojos do lobo, evidências arqueológicas que se encontram ainda praticamente intactas nas serras da Peneda-Soajo, Amarela e Gerês, exactamente nas áreas correspondentes às freguesias que nas "Inquirições" cumpriam a determinação relativa ao período de isenção.

Documentados nesta região pelo menos desde finais do século XI, a importância dos fojos para a caça ao lobo transparece no facto de chegarem a dar nome a uma paróquia no extremo ocidental da serra Amarela, *Sancto Salvatore de Fogo Lobal*, como regista o "Censual do Bispo D. Pedro" (Costa, 2000:142), ou *Sancti Salvatoris de Fojo Lobal* nas "Inquirições" de Afonso III (PMH.Inq.1258:398) – hoje freguesia de Fojo Lobal, concelho de Ponte de Lima.

Também se documenta para a região meridional galega desde o século XII, pois na delimitação do terceiro condado que integrava a diocese de Lugo, aparece como limite um *montem Fogio Lupale (Liber Fidei*, Documento 11 - Costa, 1965:21).

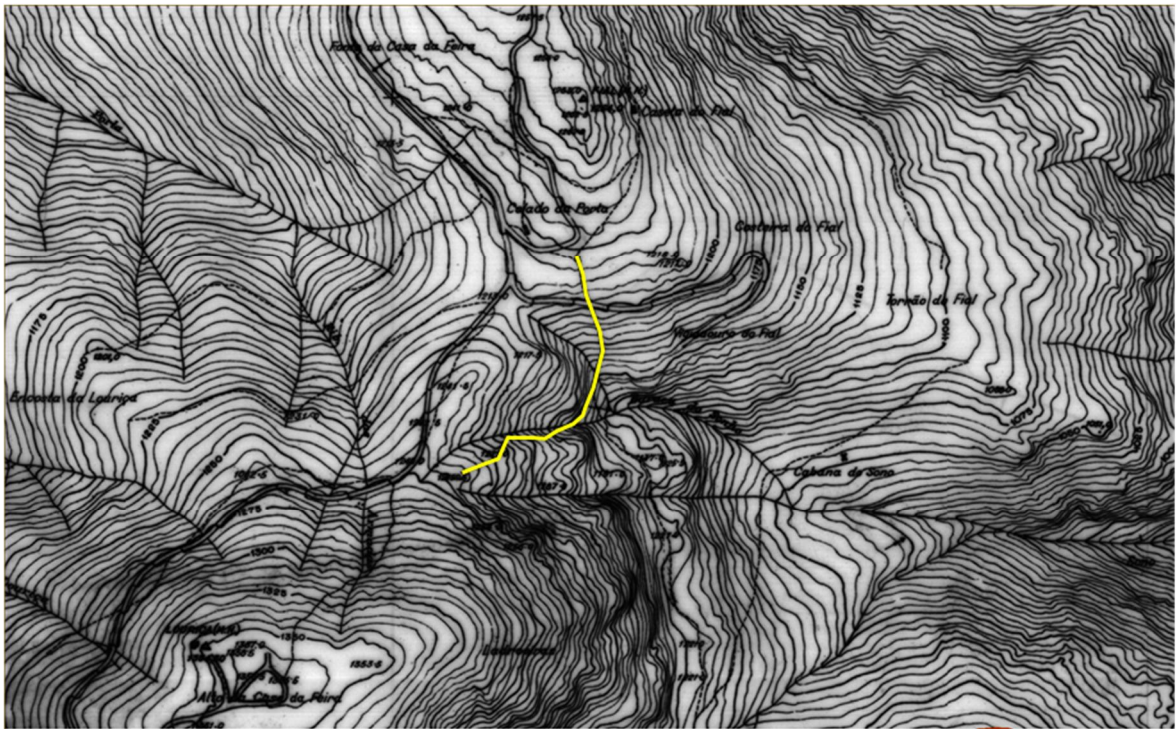
E no Lindoso conserva-se um fojo de lobo medieval, no alto do Colado da Porta (Fojo Velho - NIG.038). Deve notar-se a sua implantação na linha de festo que divide o vale do rio Cabril da vertente noroeste da Serra Amarela, como que marcando a divisão entre o espaço de coutada, do domínio régio, e o espaço de uso comum, de pastoreio.

A coutada ou mata de Cabril, não sendo interdita, conheceria uma vocação eminentemente cinegética e venatória, como nos revela a documentação e confirma a existência de uma silha de colmeias e de um fojo de urso no seu interior, bem no coração do vale - (Ínsua 1 e Ínsua 2, respectivamente NIG.032 e 033).

A caça do urso, abundantemente referida na documentação medieval (Gonçalves, 1993), encontra aqui no Lindoso o único testemunho material da sua prática até hoje conhecido no norte de Portugal, sob a forma de armadilha (o fojo) montada precisamente em frente de uma silha de colmeias, local onde poderia encontrar o que é considerado um dos seus alimentos preferidos - o mel.



Fig.144 – Panorâmica e pormenor do Fojo Velho do Colado da Porta, vista de Este.



Planta do Fojo Velho (NIG.038).

esc. 1:10000 - LINTESE (LFontes2011)

Fig.145 – Planta do Fojo Velho do Colado da Porta.



Fig.146 – Perspectiva geral da silva de Ínsua.1 e pormenor do aparelho construtivo.

A construção das silhas, verdadeiros cofres de pedra, para proteger as colmeias dos ataques dos ursos¹¹⁷, revela o quanto a apicultura era já importante na Idade Média, tanto pelo mel como pela cera.

Os tributos pagos nestes produtos são igualmente elucidativos da sua importância na economia serrana¹¹⁸, importância que aqui no Lindoso se materializa em mais duas silhas: a de Vilarinho 2 (NIG.034), abrigada no pequeno vale da corga da Cerdeira, na vertente poente do mais amplo vale do rio Cabril, e a de Serenada 2 (NIG.035), de difícil acesso na soalheira encosta do rio de Mulas ou da Feicha, estando esta documentada no tombo de 1574 (ver Anexo 1 – Documento 6).



Fig.147 – Panorâmica do Ribeiro da Feicha com silha em primeiro plano.

¹¹⁷ Este sistema devia ser comum a todo o Noroeste peninsular montanhoso. Encontra-se bem documentado e estudado na região de Lugo (González Pérez, 1989). Para a Serra do Gerês veja-se o pequeno mas interessante artigo de Paulo Dias e Carlos Baptista (1993).

¹¹⁸ Em 1258 os que tinham colmeias pagavam, no Soajo, duas libras de cera e cada seu alqueire de mel (PMH.Inq.1258:396), na Carvalheira 2 libras de cera e 1,5 alqueires de mel (PMH.Inq.1258:415-416), em Chamoim meia libra de cera e 1,5 alqueires de mel (PMH.Inq.1258:417-419), em Covide 1,75 libras de cera (PMH.Inq.1258:419-420).

Enquanto a caça e a apicultura parecem constituir actividades recorrentes, componentes inseparáveis do sistema económico, já a pesca surge, aqui no Lindoso, como uma actividade esporádica, pelo menos no que respeita ao senhor da "Terra", a quem os moradores de Lindoso acompanhavam apenas uma vez no mês de Agosto, com lanças e chuços¹¹⁹, para lançar o trovisco em Canto (zona junto à foz do rio Cabril, hoje submersa).

Notar a época e a modalidade de pesca. Em pleno Verão, com caudais baixos, temperatura da água mais elevada e pouco oxigenada, nenhum peixe escaparia à acção do trovisco, mesmo os de maior porte, em Agosto os sáveis, que se recolheriam espetando as lanças e os chuços. As grandes quantidades de pescado que este tipo de actuação permitiria recolher, mesmo num só dia, destinar-se-iam a ser conservados, por seca, salga ou defumação, como era usual na Idade Média (Almeida, 1978a:134).

Abordada já a parte do monte de Lindoso "afecta" à coroa, resta-nos analisar a parte que seria explorada directamente pelas populações das aldeias de Cidadelhe, Parada e Lindoso. Para além da caça, que se faria nas matas e bosques que ocupariam os pequenos vales mais fechados e inacessíveis, documenta-se no Lindoso uma significativa exploração agrícola sazonal, testemunhada pelas evidências arqueológicas das "brandas" de Chã da Torre 1, Porto Chão 8 e 9 e Ludentos (respectivamente NIG.019 a 022).

Antes de analisar a sua implantação fisiográfica, distribuição espacial e localização relativa, importa esclarecer o sentido da classificação "branda-agro-pastoril" que usamos. Tendo presente as características arquitectónicas e construtivas e os paralelos etnoarqueológicos que considerámos para as edificações que se agrupam nos arqueossítios, designadamente a Branda de Bilhares, na Ermida (Oliveira, Galhano e Pereira, 1994:175 e sgs.), a sua função essencial seria a de arrecadação de feno e de alfaias, como abrigo episódico e como curral temporário. Assim, estaremos perante instalações de apoio a actividades agro-pastoris sazonais, de ocupação recorrente mas não permanente nem sistemática, instalações de não-residência.

¹¹⁹ Por *lanzas* e *azcunas*, esta última uma variante lexical de azeuma, o mesmo que azagaia, lança curta e arrojadiça (Viterbo, 1983:701).



Fig.148 – Panorâmica da Branda de Ludentos, com ruínas em primeiro plano.



Fig.149 – Panorâmica de Porto Chão. Em primeiro plano, parte das ruínas das “casas dos mouros” (Porto Chão.8 – NIG.020).



Fig.150 – Perspectiva sobre o principal alinhamento de ruínas da branda de Porto Chão.8 (NIG.020).

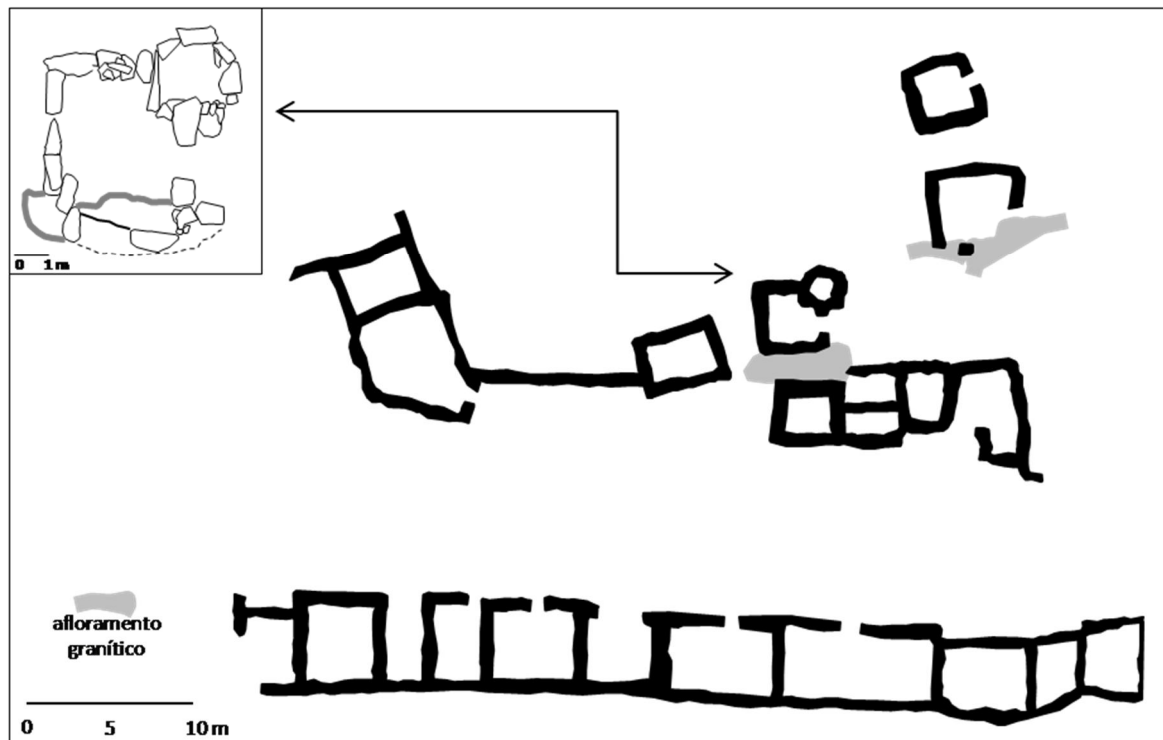


Fig.151 – Esboço de planta das ruínas visíveis da Branda de Porto Chão, com levantamento de pormenor de um dos “pardieiros”, conhecido como “casa dos mouros”.



Fig.152 – Perspectiva da Branda de Bilhares, Ermida.

A agricultura praticada nestas "brandas" seria do tipo "queimada e cavada" ou *swiddening*¹²⁰, prática agrícola vulgar no Entre Douro-e-Minho, como amplamente documentam as "Inquirições" (Almeida, 1978a:29-30) e que nas Serras da Peneda e do Soajo poderá ter estado na origem do mais complexo sistema "brandas/inverneiras", aí caracterizado pela deslocação conjunta de gados e populações (Lima, 1996).

Implantadas nas bordaduras das chãs alveolares, as "brandas" de Lindoso distribuíram-se pelo terço inferior do vale do rio Cabril e pela meia encosta da vertente noroeste da serra, numa banda altimétrica situada entre os 600 e os 750 metros de altitude, estabelecendo uma espécie de ligação, a par do *saltus*, entre o *ager* e o *mons*, pois as aldeias situam-se entre os 350 e os 450 metros de altitude. Esta posição de ligação é reforçada pela sua localização junto às principais linhas naturais de trânsito entre as aldeias e a vertente alta da serra.

As exploração agrícola e ocupação sazonal das "brandas" deveriam articular-se estreitamente com as deslocações do gado na serra¹²¹, e mais com as da "rês" do que com as das "vezeiras" (Cruz, 1969:8), funcionando como uma

¹²⁰ Termo inglês de origem norueguesa que significa "chamuscar", queimar superficialmente. Associado pelos antropólogos às comunidades agrícolas das florestas húmidas, o método de *swiddening* conhece diversas variantes, reconhecendo-se a sua aplicação frequente em ambientes de bosques fora dos trópicos e equador, nomeadamente nas matas temperadas da Europa Ocidental durante a Idade Média (Rappaport, 1975:379; Van Bath, 1984:61).

¹²¹ Articulação "natural" pois cultivar-se-ia aí o centeio, cereal de Inverno que costuma semear-se em Agosto ou Setembro e ceifar-se em Julho ou Agosto do ano seguinte (Ribeiro, Lautensach Daveau, 1994:573). Por sua vez, o gado costuma subir à serra em fins de Abril e descer nos fins de Setembro.

espécie de base de apoio ao pastoreio, que se desenvolveria sobretudo pelas vertentes da serra até aos 1300 metros de altitude, apoiado nessas zonas mais altas e menos acessíveis por pequenas cabanas-abrigo isoladas.

As evidências arqueológicas desta exploração pastoril da serra são-nos dadas pelos arqueossítios de Bem Espero (NIG.036) e Lomba do Braçal da Ribeira (NIG.037), onde identificámos vestígios de cabanas-abrigo de pastor. Estas cabanas deveriam ser contemporâneas do *curral da Costa Boa* nomeado no tombo de 1574 como um dos limites do termo de Lindoso, curral hoje pertencente à freguesia da Ermida. A cabana que actualmente aí se observa deve ter substituído a cabana medieval.

Localizadas em bem irrigadas rechãs, onde o pasto é mais abundante no Verão, aqui pernoitariam os pastores encarregados de vigiar o gado bovino (a "vezeira"), que pastaria nos pequenos prados de altitude, regressando à noite ao abrigo do curral que deveria existir junto a cada cabana, tal como actualmente¹²².



Fig.153 – Perspectiva geral das ruínas de provável cabana medieval - Lomba do Braçal da Ribeira (NIG.037).

¹²² A ausência de outros vestígios aponta para que em Bem Espero e Braçal da Ribeira os currais modernos próximos tenham substituído os antigos.

O gado caprino e ovino (a "rês"), pastaria pelas vertentes mais inacessíveis, mas em zonas mais baixas, regressando à noite aos "currais" das "brandas", onde pernoitaria sob a vigilância de outros pastores. Os cães, para além de servirem nas montarias, eram preciosos auxiliares na vigilância e defesa do gado contra o lobo, sendo famosos pelas suas qualidades os "sabujos" das serras da Amarela e da Peneda.

As evidências arqueológicas que temos vindo a considerar ilustram uma modalidade de pastoreio que persistiu em época moderna e que se mantém ainda actualmente, modalidade que generalizadamente se reconhece continuar uma tradição anterior (Trindade, 1965:113).

Sobre a quantidade dos efectivos pecuários em época medieval, nada sabemos. Eram com certeza significativos, tendo em conta as tributações em gado, queijo e manteiga referidas nas "Inquirições"¹²³.

Que a criação de gado na serra Amarela suscitava até o interesse do rei, também é inquestionável, como se percebe pela iniciativa de Afonso Henriques quando fundou o mosteiro de Santo André de Gondomar, em moldes que não deixam dúvidas quanto ao incremento da actividade pastoril: "(...) *este davandito Moesteiro fez elRey I.º de Portugal, et poblouo de bois et de vacas et de eguas et de seu ganado et de seus mouros et de seu aver, (...) et davamli deste davandito Moesteiro cada ano savugios*¹²⁴; (...)" (PMH.Inq.1258:415).

Igual importância se percebe dos testemunhos dos moradores de Lindoso quando, a propósito da demarcação da fronteira em 1538, se lamentaram de não poder levar o seu gado onde antes o alcaide-mor do Lindoso trazia a sua *vacaria* - "(...) *desde que Lopo Rodrigues deixou de trazer gado em a dita Serra por o haver os moradores desta Vila não curarão de mandar lá seus gados, por terem cá mais perto terra outra boa onde os traziam (...)*" (Anexo 1 – Documento 5).

Proporcionando carne, peles, leite, força de trabalho, lã, estrume (adubo orgânico), sendo, em si mesmo, um valor, foi exactamente o gado a inspirar as

¹²³ Chamoim, por exemplo, dava de foro, entre outras coisas, 8 cabritos, vários queijos e mais de 1 alqueire de manteiga (PMH.Inq.1258:417-418).

¹²⁴ Dá-se o nome de *sabujos* aos cães de caça grossa.

invocações religiosas da população do Lindoso, pois para orago da sua igreja escolheram S. Mamede¹²⁵, patrono do gado.

Podendo ter sido, nos tempos incertos da colonização alto-medieval, um espaço de medos e ameaças, a serra foi paulatinamente conquistada e passou, nos séculos centrais da Idade Média, de *silva* a *mons*, transformando-se de espaço de impedimentos em espaço de possibilidades. A diversidade de explorações que desde então se documentam, em textos e nas evidências arqueológicas, reflectem exactamente a grande oferta de recursos que a serra proporciona e o sábio aproveitamento que deles souberam fazer os moradores de Lindoso.

5. A IDADE MODERNA E CONTEMPORÂNEA: A APROPRIAÇÃO DEFINITIVA DO ESPAÇO SERRANO

5.1. Introdução

Se "(...) o Alto Minho, em finais de Setecentos, mais do que anunciar o tempo do futuro, denuncia fortemente as estruturas do passado(...)" (Sousa e Alves, 1997:90), não será menos verdade que as mudanças veiculadas pelo centralismo político "iluminista", primeiro e pelo liberalismo, mais tarde, só se afirmaram plenamente em finais do século XIX ou já nas primeiras décadas do século XX, se é que não se confundem, até, com as alterações do sistema decorrentes da implantação da República e da ditadura do Estado Novo.

A abordagem deste período constitui para nós um verdadeiro ensaio, tanto mais difícil quanto, de um modo ainda mais acentuado do que o registado para outros períodos, a "(...) historiografia do Minho moderno, embora conte já com

¹²⁵ S. Mamede foi um dos mártires orientais cujo culto, praticamente desconhecido em Roma, se difundiu na Península Ibérica a partir do século X (David, 1947: 231).

alguns trabalhos de fôlego, tem vazios enormes e está ainda longe de poder ser feita global e satisfatoriamente. (...)" (Almeida, 1987:39)¹²⁶.

No que respeita ao Lindoso o défice de conhecimento é ainda maior, registando-se como primeiro contributo os poucos dados coligidos por Avelino Jesus da Costa na "memória descritiva" que elaborou em meados do século para justificar a intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no castelo de Lindoso (Costa, 1940).

Por outro lado, a circunstância de grande parte dos sítios que utilizámos como fontes primárias ainda conhecerem uso, conduziu-nos a uma abordagem que preferimos situar no campo da etno-arqueologia¹²⁷.

Ao contrário da contribuição historiográfica, para esta abordagem etnográfica contamos com dois excelentes estudos que se debruçam sobre aldeias da serra Amarela: "Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária", de Jorge Dias (1948) e "Regime Comunitário Pastoril na Serra Amarela", de João A.M. Cruz (1969).

Nestas obras, particularmente na de Jorge Dias, podem encontrar-se caracterizações da organização social das populações serranas (p. 49 e sgs.), identificando-se modelos que podem projectar-se para os séculos anteriores.

Por proporcionar interessantes elementos de comparação veja-se também o estudo de Maria de Fátima S. Brandão (1994) sobre uma aldeia da serra da Cabreira (Vieira do Minho), intitulado "Terra, Homens e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX".

Para questões específicas da arquitectura das casas, dos espigueiros e das cabanas ou ainda sobre os moinhos, devem consultar-se as obras "Construções Primitivas em Portugal" (Oliveira, Galhano e Pereira, 1994), "Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem" (Oliveira, Galhano e Pereira, 1993), "Espigueiros Portugueses" (Dias, Oliveira e Galhano, 1994) e "Arquitectura Tradicional Portuguesa" (Oliveira e Galhano, 1994). Em alguns destes trabalhos citam-se inúmeros exemplos da serra Amarela e do Lindoso.

¹²⁶ Um importante contributo para o preenchimento do vazio existente foi dado por Fernando de Sousa e Jorge F. Alves com o já citado trabalho de 1997 "Alto Minho. População e Economia em Finais de Setecentos" e com a publicação, historicamente contextualizada, das "Memórias Paroquiais" de 1758, por José V. Capela (2005). Para este período, o contributo da arqueologia também é escasso (Lima, 1996; Fontes, 2010).

¹²⁷ Na linha do que julgamos ser a prática etnoarqueológica europeia, adentro dos pressupostos teórico-práticos veiculados por John G. Nandris (1990:8-12) e Vázquez Varela (2004:51-54).

Nas caracterizações e análises que se apresentam e desenvolvem neste capítulo, tivemos por base fontes primárias de informação constituídas por um significativo conjunto de 51 sítios e 15 arqueossítios de diversa tipologia e funcionalidade, bem como por uma selecção de 9 documentos escritos e de 5 desenhos cartográficos dos séculos XVIII e XIX.

No primeiro conjunto sobressaem as cabanas-abrigo de pastor e as escavações arqueológicas feitas em Castelo de Lindoso.² (NIG.047) e em Chão do Clérigo (NIG.048).

Na selecção documental destacam-se os documentos 9 e 10 do Anexo 1, do século XVIII, correspondentes às primeiras descrições do território de Lindoso e os mapas de 1760 e de 1803 (Apêndice 3 – 2. Cartografia Histórica, V e VII).

Os quatro mais antigos documentos que interessam a este capítulo datam todos do século XVI, tendo sido já usados regressivamente para a análise do período medieval. São eles o foral de 1514, o "numeramento" de 1527, a "demarcação" de 1538 e o "tombo" de 1574 (Anexo 1 – Documentos 3, 4, 5 e 6, respectivamente).

As realidades a que se reportam identificam-se tanto em época medieval como em época moderna, justificando-se portanto a sua convocação para as análises de um período e de outro.

O valor, qualitativo e quantitativo, da informação manuseada possibilitou-nos, para este período moderno, uma abordagem mais pormenorizada do contexto local.

Privilegiou-se por isso a sua caracterização e análise, em detrimento de uma contextualização regional que, reconhecidamente, apenas aflorámos. Interessa referir, finalmente, que procurámos seguir a evolução dos aspectos que destacámos no capítulo anterior e detectar eventuais variações ou rupturas.



Fig.154 – Mapa dos arqueossítios e sítios de Época Moderna e Contemporânea.

5.2. O reforço da identidade territorial e da concentração do povoamento

O título em epígrafe foi inspirado num excerto da descrição feita em 1758 pelo pároco de Lindoso, António Ribeiro Fernandes. Escreveu ele então que o Lindoso "(...) Tem termo seu, é concelho, como já disse, e contem quatro lugares, ou aldeias, que se chamam Lindozo, Real, Parada e Cidadelha; tem o logar de Lindozo 60 visinhos, o de Real 5, o de Parada 55, e o de Cidadelha 30. (...)" (Anexo 1 – Documento 10).

Nessa descrição associam-se, como constituintes da realidade envolvente, três atributos elementares - um território delimitado, um estatuto político-administrativo específico e uma população nomeada e conhecida. Assim se apresenta o Lindoso em meados do século XVIII, relevando nessa curta apresentação a importância dada ao estatuto político-administrativo, que se repete ser de "concelho".

E porque o espaço político-administrativo de Lindoso se circunscreveu ao território da paróquia de Lindoso, coincidindo, basicamente, com o espaço socioeconómico da sua população¹²⁸, não será excessivo interpretar que a atribuição do estatuto de concelho, através da concessão de carta de foral feita em 1514 pelo rei Manuel I¹²⁹, constituiu um evidente reforço da identidade territorial de Lindoso.

Do ponto de vista da compreensão da paisagem, é importante sublinhar a coincidência ou identidade entre espaço político e "espaço vivido" ou o espaço social, aproximação frequente em inúmeros concelhos do Noroeste português, como bem sublinharam os historiadores António Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva¹³⁰.

De facto, a concessão do foral a Lindoso fez convergir a centralidade político-jurídica do concelho com os mais elementares mecanismos de auto governo e de composição de conflitos que funcionavam ao nível da freguesia e dos lugares.

¹²⁸ Notar a distribuição espacial dos arqueossítios e sítios, testemunhando a cobertura integral do território por parte das populações de Lindoso.

¹²⁹ Carta de foral transcrita em Anexo 1 – Documento 3.

¹³⁰ Em *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso (1993c:39-40).

Ainda hoje a tradição localiza o antigo edifício dos "paços do concelho" no lugar de Real, localização que poderá interpretar-se, por ser entre as duas mais importantes aldeias da freguesia, Lindoso e Parada, como resultante de uma sábia gestão de poderes e de interesses.

A sobrevivência do lugar de Real, com uma implantação aparentemente excêntrica no quadro da estrutura de povoamento do território de Lindoso, confere algum sentido à tradição, podendo questionar-se se a sua localização espacialmente intermédia e reduzida dimensão, donde uma expressão sociopolítica neutra, não teria precisamente justificado a sua escolha para aí se situar o edifício sede do concelho, garantindo desse modo o equilíbrio entre Parada e Lindoso?

Independentemente de a concessão do foral ter decorrido ou não de uma estratégia de reforço do poder da coroa em relação aos poderes senhoriais regionais ou de uma intenção objectiva de reforçar a defesa da fronteira pelo incentivo à fixação das populações, para o nosso trabalho interessa salientar é que o reforço da identidade territorial de Lindoso decorre de uma relação directa entre o poder local e o poder central. Isto é, evidencia-se em resultado de iniciativas ou actos protagonizados pelo centralismo régio, como são o foral em 1514, depois o "numeramento" de 1527 e em seguida a "demarcação" de 1538, sem quaisquer poderes regionais intermédios e com repercussão imediata no pequeno território de Lindoso.

Apesar de nas descrições que acompanham o "numeramento" de 1527 e a "demarcação" de 1538 se localizar o concelho de Lindoso em relação aos concelhos contíguos, o primeiro sério confronto local de limites, e portanto de identidades territoriais, regista-se em 1574, aquando da elaboração do "tombo" da igreja de Lindoso, por determinação da mitra bracarense. Nesse documento a entidade espacial Lindoso-concelho está praticamente ausente, aparecendo substituída pela de Lindoso-igreja (paróquia).

Nos documentos posteriores, o território de Lindoso aparece confrontado, sem grande pormenorização de limites, simultaneamente com unidades concelhias e com unidades locais (freguesias), marcando-se todas as confrontações preferencialmente por acidentes de relevo (linhas de festo ou de água), usando-se penedos com determinadas configurações ou até simples árvores como marcos referenciadores.

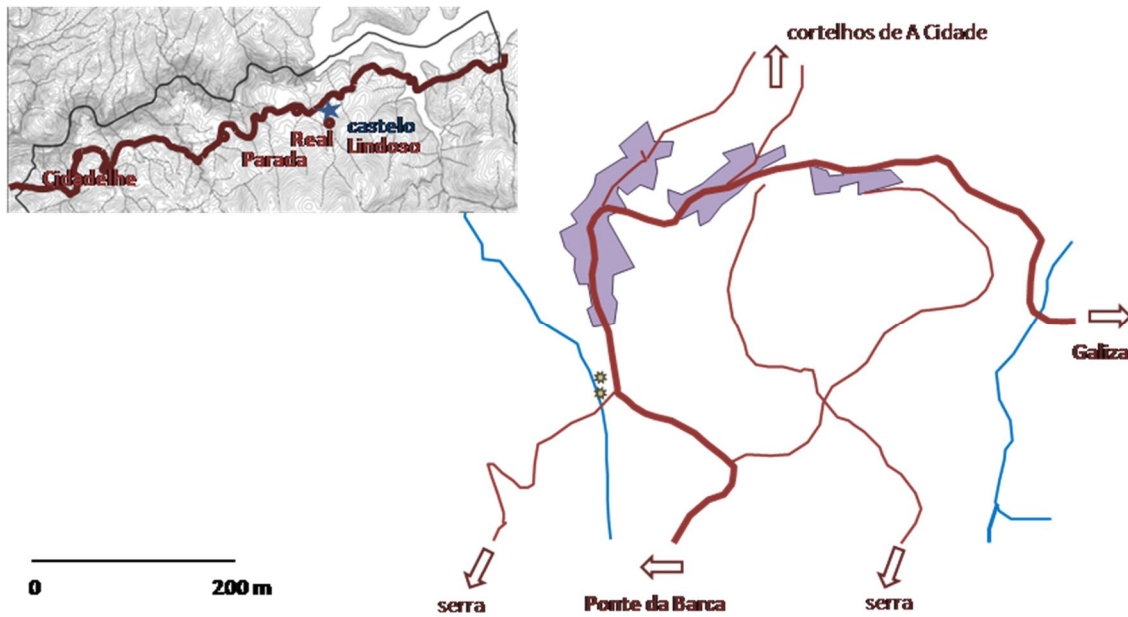


Fig.157 – Morfologia urbana do aglomerado de Cidadelhe, nos séculos XVIII-XIX.

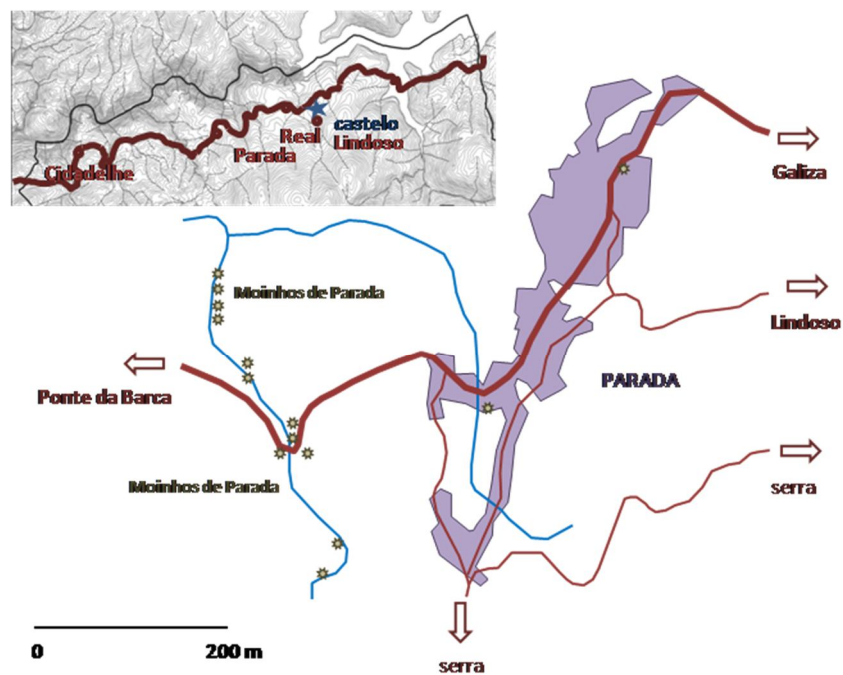


Fig.158 – Morfologia urbana do aglomerado de Parada, nos séculos XVIII-XIX.

A fixação do modelo de povoamento concentrado é o outro tema que dá título a este subcapítulo. Como sublinhámos já, a sua abordagem é indissociável das questões do "território-espço" e do "território-estatuto", porque estes são

definidos pelas pessoas e para as pessoas, isto é, são suportados por uma população.

Também já referimos, noutro capítulo, que o modo como essa população organiza o seu habitat é determinante para a apreensão que faz do espaço e consequentemente para a construção da identidade territorial.

O que os vários documentos escritos já citados e os arqueossítios associados a este período¹³¹ confirmam é que, ao nível do povoamento, a concentração estabelecida no decurso da Idade Média se consolidou durante a Época Moderna.

Os quatro principais núcleos de povoamento - Lindoso, Real, Parada e Cidadelhe, aparecem indistintamente referidos como aldeias ou lugares em quase todos os documentos, que não referem a existência de quaisquer outros aglomerados, lugares ou habitações isoladas¹³².

Ao nível das evidências materiais ou arqueossítios, a leitura é semelhante. Exceptuam-se os casais agrícolas do Areal, na foz do rio Cabril, Lindoso, documentados no último terço do século XVII¹³³ e os de Tomada da Retorta, Cidadelhe¹³⁴, que testemunham incipientes tentativas de disseminação de povoamento.

O reforço deste modelo de povoamento concentrado está bem patente na circunstância de se registar um consolidado crescimento populacional, sem que tenham surgido novos núcleos habitacionais. Os três principais aglomerados existentes foram incorporando os excedentes populacionais, processo materializado em novas casas e arruamentos, construídas junto às anteriores, contíguas, por vezes simples acrescentos adossados. As manchas edificadas

¹³¹ Para este tema interessam fundamentalmente os arqueossítios de Lindoso (NIG.024), Castelo (NIG.025), Real (NIG.026), Parada (NIG.027) e Cidadelhe (NIG.028).

¹³² Lembramos aqui novamente que a menção à inexistência de "povoação junta" no "numeramento" de 1527, não tinha correspondência na realidade.

¹³³ Ver Anexo 1 – Documento 8. Corresponderia à zona da Quinta dos Coriscos. Ao tempo do nosso estudo este sítio estava inacessível e semi-submerso. O abandono de várias décadas e as obras da barragem haviam obstruído e cortado os antigos caminhos. O local está hoje submerso pelas águas da albufeira, a quase 100 metros de profundidade.

¹³⁴ Abandonados há pouco mais de duas décadas, encontram-se já bastante arruinados. Poderão ser já deste século.

foram aumentando progressivamente até constituírem, em finais do século XIX, tecidos urbanos consolidados¹³⁵.

Quanto às direcções, importa sublinhar a expansão seguindo a estrutura pré-existente: Lindoso cresceu no sentido da aproximação dos dois núcleos maiores de Castelo e Lindoso, que praticamente se fundiram num só; Parada cresceu para Norte e para Sul, ao longo da via medieval que cruzava a aldeia e se manteve como eixo principal; Cidadelhe prolongou-se para Norte, também ao longo da via, beneficiando para esse lado de melhores condições de exposição solar.

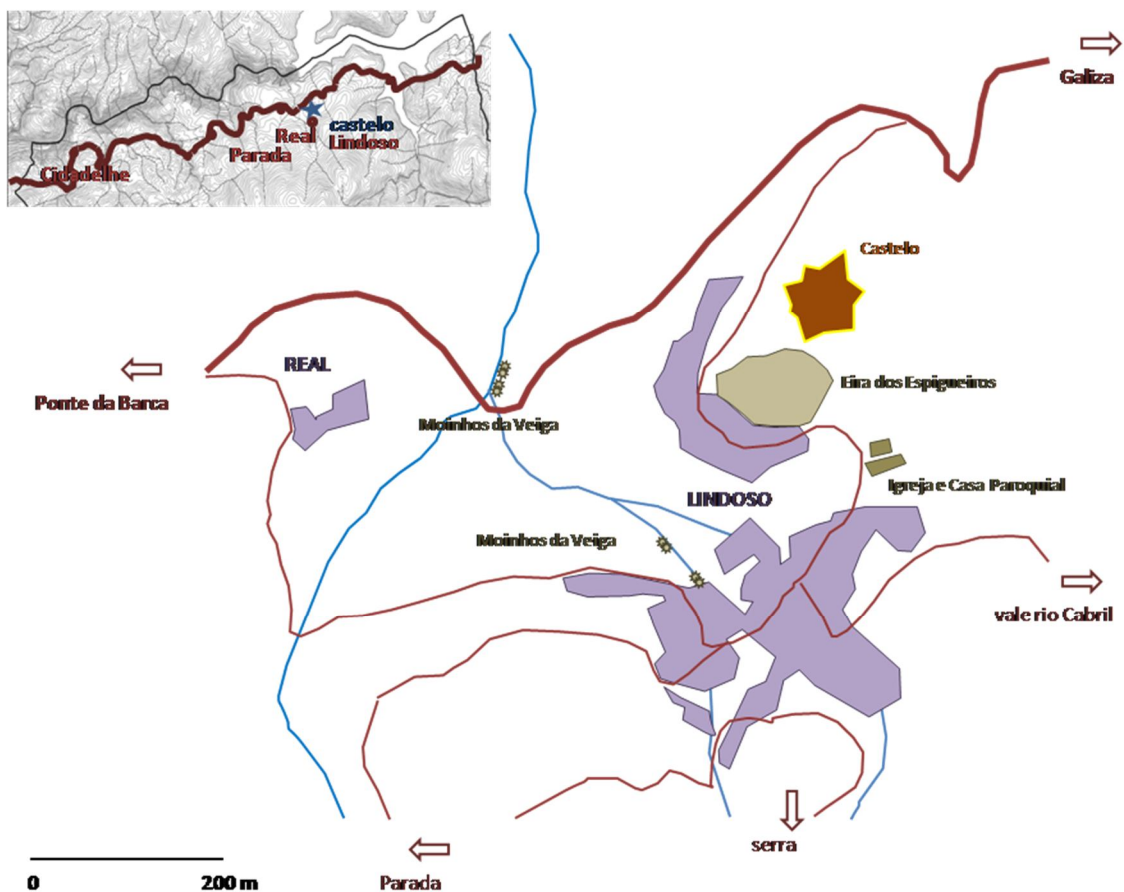


Fig.159 – Morfologia urbana dos aglomerados de Lindoso e de Real, nos séculos XVIII-XIX.

¹³⁵ Correspondentes, basicamente, aos cascos antigos das actuais aldeias, classificadas no Plano de Ordenamento do PNPQ como tecidos urbanos qualificados e portanto objecto de medidas especiais de conservação e requalificação.

ANO	FOGOS	HABITANTES	Fonte / Referência
1527	41	144 ¹³⁶	<i>Numeramento</i> (Anexo 1-Documento 8)
1706	86 ¹³⁷	300	<i>Corografia</i> (Costa, 1706)
1758	150	541	<i>Mem.Parochial</i> (Anexo 1-Documento 14)
1801	147	622	<i>Censo</i> (Sousa e Alves, 1997)
1864	210	664	<i>Censo</i> (EP 1868)
1890	220	699	<i>Censo</i> (REG 1896)

Fig.160 – Quadro da evolução fogos/habitantes de Lindoso, entre 1527 e 1864.

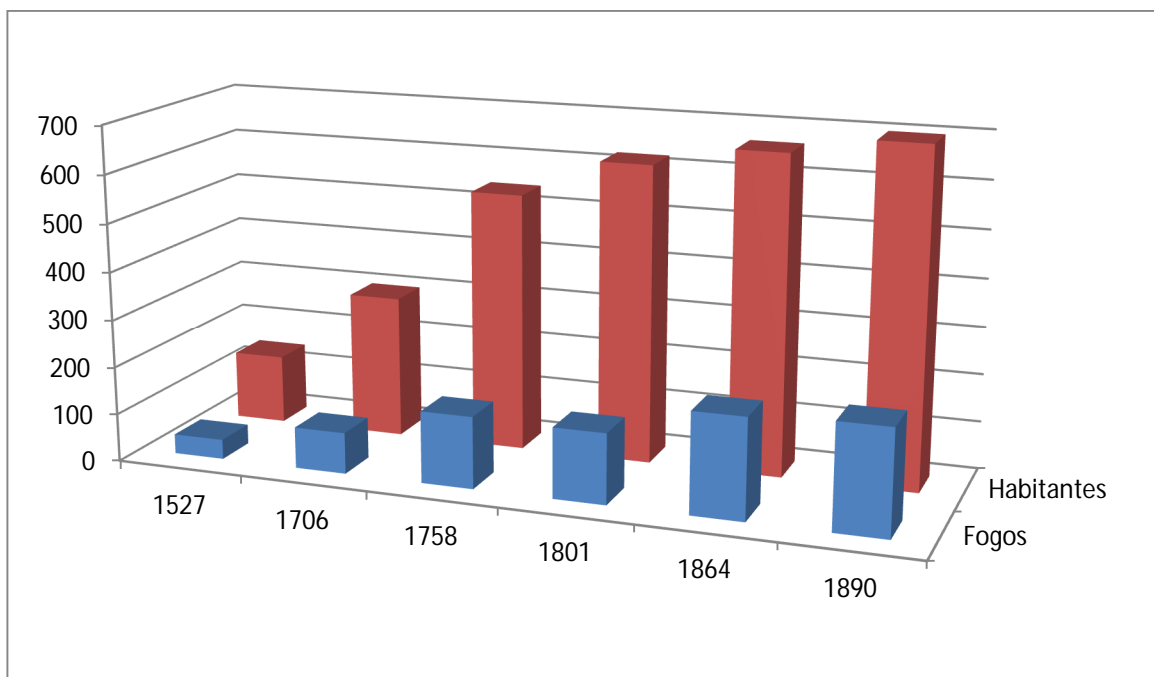


Fig.161 – Gráfico relativo ao quadro da figura anterior.

No que concerne ainda à dimensão do crescimento, os números relativos aos fogos e habitantes registados nos vários censos disponíveis para este período apontam no mesmo sentido, conforme o quadro e gráfico acima.

¹³⁶ Para o cálculo deste número utilizamos o factor de multiplicação 3,5, obtido a partir da média simples dos factores de multiplicação deduzidos dos quatro últimos censos do quadro, aqueles em que se registaram tanto o número de fogos como o número de habitantes. Nos 144 habitantes incluir-se-ão os 30 "homens mançebos sollteiros" individualizados no documento.

¹³⁷ Ver nota anterior. Aqui fizemos a operação inversa, passando o factor de multiplicação a factor de divisão.

Resultante de crescimento interno, eventualmente associável à introdução e difusão do milho maíz, ou fomentado pela fixação de novos moradores na zona fronteiriça, na sequência de movimentos migratórios regionais associáveis à estabilização político-militar subsequente à "Restauração", o que ressalta do conjunto dos dados é o rápido crescimento do século XVIII, particularmente evidente na primeira metade - em menos de 100 anos quase duplicou o número de fogos e de habitantes, duplicação que anteriormente tinha demorado cerca de 200 anos a realizar-se. Neste aspecto particular, deve notar-se que o ritmo local de crescimento é diferente do ritmo regional, que regista uma tendência de crescimento moderado (Mattoso, 1993b:211-214 e 1993c: 56-58; Sousa e Alves, 1997:29-31).

Acompanhando esse crescimento constroem-se novas casas e aumentam-se outras, reedificam-se templos e levantam-se os primeiros espigueiros de pedra. A grande capela de Nossa Senhora da Conceição (então de S. Sebastião), em Cidadelhe, data precisamente de meados do século XVIII, revelando bem, na sua simplicidade, a penetração de modelos arquitectónicos neo-clássicos.

Mas, considerado globalmente, o parque edificado seria ainda modesto, como se pode observar na interessante representação cartográfica perspectivada da aldeia de Lindoso, desenhada em 1760 (Fig. 183), ou como se descreve em 1807 - "(...) o seu confuzo lugar [de Lindoso] tem a sua comonicação por fragozas ruas, os seus pobres edifícios, são de pedra roliça montuozamente sobreposta, e o seu teto de colmo, sendo raras as cazas de uma melhor construção. (...)" (excerto de documento transcrito em Barreiros, 1964b:48).

Um segundo aumento rápido evidencia-se na primeira metade do século XIX, mas incidindo apenas no número de fogos, pois o número de habitantes mantém-se praticamente igual. Estará este fenómeno relacionado com a conjugação paradoxal de constituição de novos casais, decorrentes da desagregação dos núcleos familiares, com fluxos de emigração?

Ao nível do parque edificado, este aumento traduziu-se, como testemunham as datas gravadas em inúmeras padieiras e frontões, em novas casas, espigueiros e moinhos.

E nesta matéria de construção, um outro aspecto a destacar é o do aumento da qualidade construtiva, patente no bem esquadrado aparelho granítico de alvenaria seca, perpianho ou cantaria, que predomina nas novas construções, e

que acentua a simplicidade do ordenamento interno dos modelos medievais de casa-pátio e de casa sobradada, que permanecem¹³⁸.

Tudo se constrói então em pedra, das alminhas que marginam os caminhos lajeados aos pontões que cruzam as ribeiras, dos telhados dos moinhos às colunetas que sobrepujam os alpendres suportando os telhados. Mas o uso preferencial do granito e o domínio da arte de o trabalhar conhecem talvez a sua expressão maior, do ponto de vista arquitectónico e artístico, na petrificação dos canastros ou espigueiros, sendo notáveis os conjuntos das eiras do Castelo, Lindoso (NIG.025) e da eira da Portela da Leija, Parada (NIG.027).



Fig.162 – Casa oitocentista de Lindoso.

¹³⁸ São os modelos tipo das zonas serranas do Noroeste, que chegaram até à actualidade, como bem identificaram e descreveram Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano na sua obra "Arquitectura Tradicional Portuguesa" (Oliveira e Galhano, 1994) e já antes registara Jorge Dias (1948:23-31) em Vilarinho da Furna.



Fig.163 – Pormenor da casa anterior, com data 1832 gravada no lintel da janela.



Fig.164 – Casa oitocentista de Lindoso.



Fig.165 – Casa oitocentista de Parada, com espigueiro sobre portão.



Fig.166 – Casa setecentista de Cidadelhe.



Fig.167 – Pormenor da casa anterior, com data 1743 gravada no lintel da porta.

A igreja paroquial continuou isolada, não sendo absorvida pelo crescimento do tecido urbano da aldeia de Lindoso. Mantendo-se "fora do lugar", como dizia o padre António Ribeiro Fernandes nas "Memórias" de 1758, garantiu o estatuto de igreja principal, não identificável com nenhuma aldeia em particular mas com a totalidade do território, com a paróquia, vinculando portanto todas as aldeias que integravam o seu espaço físico.

Com a casa do pároco e respectivo "passal", o templo continuou a integrar uma unidade espacial bem delimitada que se manteve praticamente inalterada desde os primórdios da sua criação na Idade Média. Tal como então, os principais actos religiosos da vida cristã, o baptismo ao nascer e o enterro na morte, este reforçado agora por se acolherem no interior do próprio templo os paroquianos falecidos, continuaram a ser exclusivos da igreja paroquial.

Contudo, o crescimento das aldeias nos tempos modernos parece ter conduzido a um reforço dos laços de vizinhança locais, reforço evidenciado não só nas instalações do quotidiano laboral, como as eiras comuns, mas também na edificação de capelas no interior das duas aldeias mais afastadas da igreja

paroquial, Parada e Cidadelhe, possibilitando a essas populações uma maior autonomia nas práticas religiosas.

De certo modo, a edificação destas capelas dá corpo à crescente importância específica de Parada e de Cidadelhe, aproximando-as da aldeia de Lindoso, com a qual, do ponto de vista das possibilidades de assistência espiritual, quase se equiparam.

De facto, já no século XX, com a construção dos seus próprios cemitérios, Parada e Cidadelhe "conquistaram" também o direito de sepultar, aumentando assim a sua autonomia em relação à aldeia de Lindoso.

Sentido diferente revestem as capelas de Santo André (NIG.039) e de Santa Maria Madalena (NIG.040). A sua implantação isolada, a primeira no meio da veiga de Parada e a segunda junto à fronteira, ladeando a estrada para a Galiza, apontam mais para uma necessidade de sacralização de espaços "desprotegidos", mas importantes para a sobrevivência e identidade das populações.

A capela de Santo André parece "proteger" o espaço agrário fundamental de Parada, exactamente designado Veiga de Santo André, enquanto a capela de Santa Maria Madalena dá abrigo aos viandantes do áspero caminho da fronteira serrana, que foi sempre uma importante rota de contrabando, ao mesmo tempo que promovia o encontro das populações raianas na sua concorrida romaria.

Na manutenção e reforço da estrutura de povoamento desenvolvida ao longo da Idade Média, destaca-se a conservação da velha estrada medieval, por toda a época moderna, como principal via de comunicação regional na zona montanhosa do troço português do Lima, por aí se escoando sal e gado com abundância suficiente para justificar a existência, ainda que efémera, de uma feira mensal em Lindoso, mais precisamente junto à fronteira, na Madalena (Barreiros, 1964a:143).

O restauro da Ponte Velha de Parada (NIG.031) em 1866 e a edificação de cruzeiros e alminhas ao longo da estrada, na sua passagem pelo interior das aldeias de Parada e Cidadelhe, testemunham bem a importância que a via revestiu no ordenamento do edificado e deste na fixação do seu traçado.

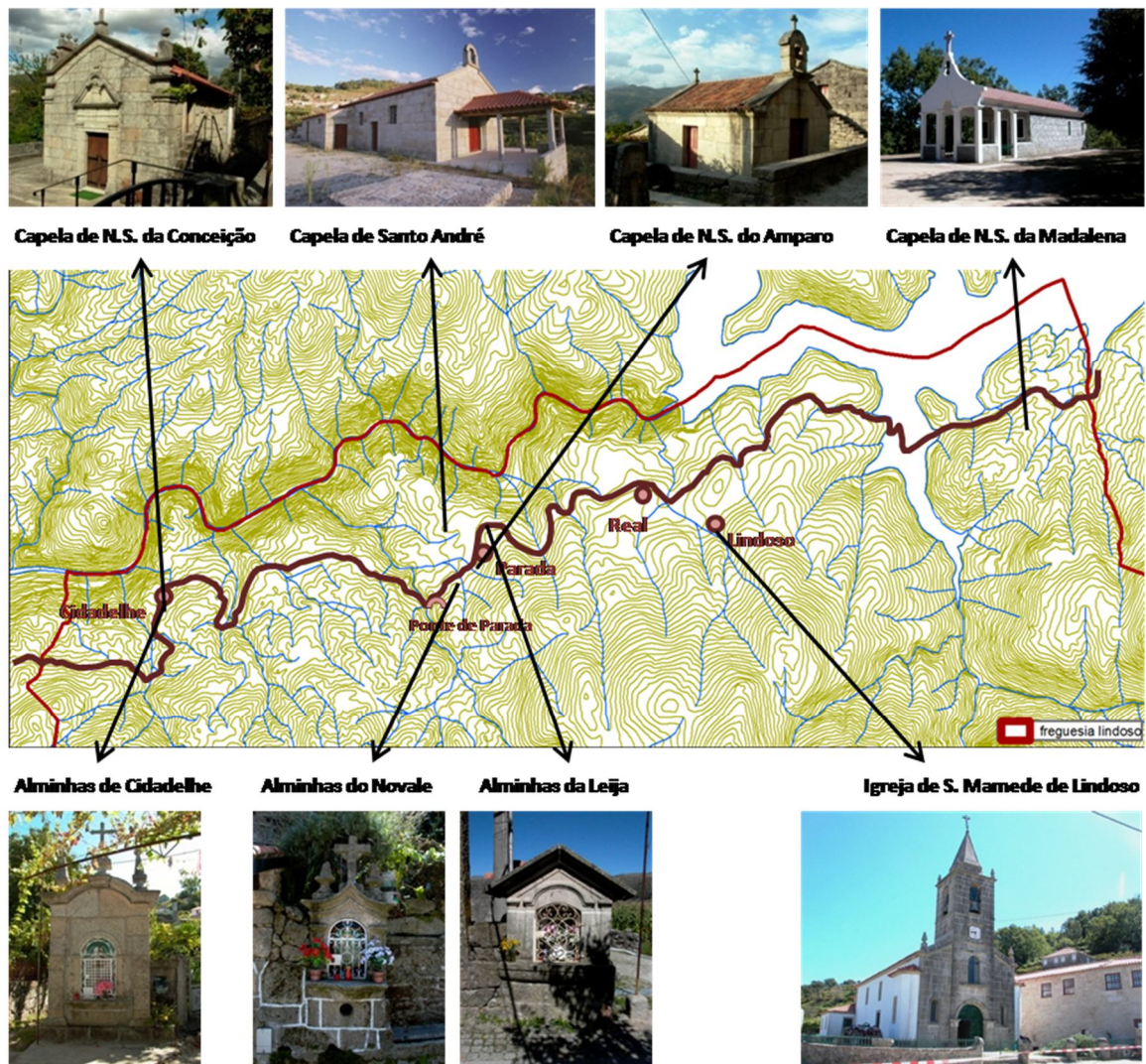


Fig.168 – Topografia cristã moderna e contemporânea, de Lindoso.

Testemunham igualmente o peso ou inércia induzidos pela estrutura de povoamento medieval, caracterizada fundamentalmente pela implantação das aldeias entre o rio e a serra, desenhando, com a via, a bordadura da vertente. Como dizia o padre A.R. Fernandes, em 1758, o Lindoso ficava "(...) nas abas da serra da Marella, entre valles, montes, e penedos; (...) ao longo della estão os logares desta freguesia acima nomeados [Lindoso, Real, Parada e Cidadelhe], os quaes estão situados ao norte.(...)" (Anexo 1 – Documento 10).

5.3. A fronteira questionada: da ampliação do castelo às trincheiras do Cabril e do monte do Vieiro ao monte da Madalena

Entre o conjunto de dados que as fontes primárias de informação proporcionaram para este período, vários deles remetem para a existência de tensões e de conflitos relacionados com a fronteira de Lindoso.

Uns respeitam a tensões e conflitos de cariz político-militar, como sejam os que se reportam à ampliação do castelo e à construção de trincheiras¹³⁹ ou ainda à demarcação dos limites fronteiriços e aos relatos de campanhas militares¹⁴⁰.

Outros respeitam a questões de ordem socioeconómica, como transparece dos vários documentos escritos que relatam a perda do monte do Vieiro e as difíceis negociações diplomáticas que culminaram com a manutenção da posse do monte da Madalena por parte dos portugueses de Lindoso¹⁴¹.

Na resolução destes dois tipos de conflito cruzaram-se perspectivas e motivações distintas, que coincidiram no tempo: os primeiros colocavam em causa as integridade e soberania nacionais, competindo ao poder central, à coroa, garantir a sua defesa; os segundos limitavam fortemente a apropriação de espaços fundamentais à organização socioeconómica dos moradores de Lindoso, sendo a sua defesa protagonizada fundamentalmente pelas populações locais.

Do ponto de vista político-militar, as questões surgidas em Lindoso inscrevem-se no quadro geral de tensões e conflitos que ao longo de toda a época moderna e contemporânea opuseram, directa ou indirectamente, os reinos português e castelhano e que em algumas regiões conduziram mesmo a alterações significativas do traçado da linha fronteiriça¹⁴².

Ponto estratégico de passagem do interior galego para o litoral minhoto, a importância militar de Lindoso sobressaiu fundamentalmente em dois períodos: uma primeira vez durante o terceiro quartel do século XVII, correspondente ao fenómeno político-militar que geralmente se designa como "Restauração"; depois

¹³⁹ Arqueossítios Castelo de Lindoso (NIG.029), Chão do Clérigo (NIG.041), Fundal (NIG.042) e Eido Velho (NIG.043) e mapa de 1803 (Apêndice 3 – 2. Cartografia Histórica, VII).

¹⁴⁰ Documentos 5, 6, e 7 de Anexo 1.

¹⁴¹ Documentos 5, 10, 11, 12 e 13 de Anexo 1, mapa de 1851 (Apêndice 3 – 2. Cartografia Histórica, VIII) e arqueossítios Ponte do Cabril (NIG.044) e Madalena (NIG.040).

¹⁴² Refira-se, a título de exemplo, o conhecido caso de Olivença, que passou ao domínio espanhol em 1861 na sequência da célebre "Guerra das Laranjas" (Mattoso, 1993d:253).

na primeira década do século XIX, antecipando as invasões francesas realizadas com a conivência espanhola.

Ocupado apenas em caso de confrontos, o castelo de Lindoso deve ter estado, até meados de Quinhentos, quase sempre fechado, senão mesmo abandonado. Assim acontecia em 1527 - "(...) tem somente hûm castello ermo (...)"¹⁴³ e em 1538 - "(...) tem uma fortaleza bem forte dynificada (...)"¹⁴⁴.

A este abandono da fortaleza correspondia, no plano da representação cartográfica do território português, idêntico desconhecimento da raia minhoto-galaica, pois no mais antigo mapa impresso de Portugal, desenhado em 1561 por Fernando Alvaro Seco, representa-se o rio Laboreiro a correr para Norte e a afluir no rio Minho e nem sequer se assinala a existência de Lindoso (Ferreira *et al.*, 1957; Resende, 1994). Como já referimos, também Duarte d'Armas ignorou a existência de Lindoso, pois não incluiu o seu castelo nos desenhos que fez das fortalezas da fronteira.

Em 1657 registou-se a primeira séria tentativa de conquista do castelo por parte de forças militares galegas, então derrotadas pelos soldados portugueses sob o comando do capitão Manuel de Oliveira e auxiliadas pelas populações de Lindoso e de Soajo, em jornada curta mas violenta (ver Anexo 1 – Documento 7).



Fig. 169 (CH.III) - Planta do castelo de Lindoso, 1758 (BPMP 1909-16 – Meireles, 1994/foto H. Regalo).

¹⁴³ Anexo 1 – Documento 4.

¹⁴⁴ Anexo 1 – Documento 5.



Fig. 170 (CH.I) - Planta do castelo de Lindoso, 1.^a metade do século XVIII (BNL D. 230 P. – Carvalho, 1977:123/foto H. Regalo).



Fig.171 – Perspectiva sub-aérea do castelo de Lindoso, evidenciando-se a fortificação moderna.

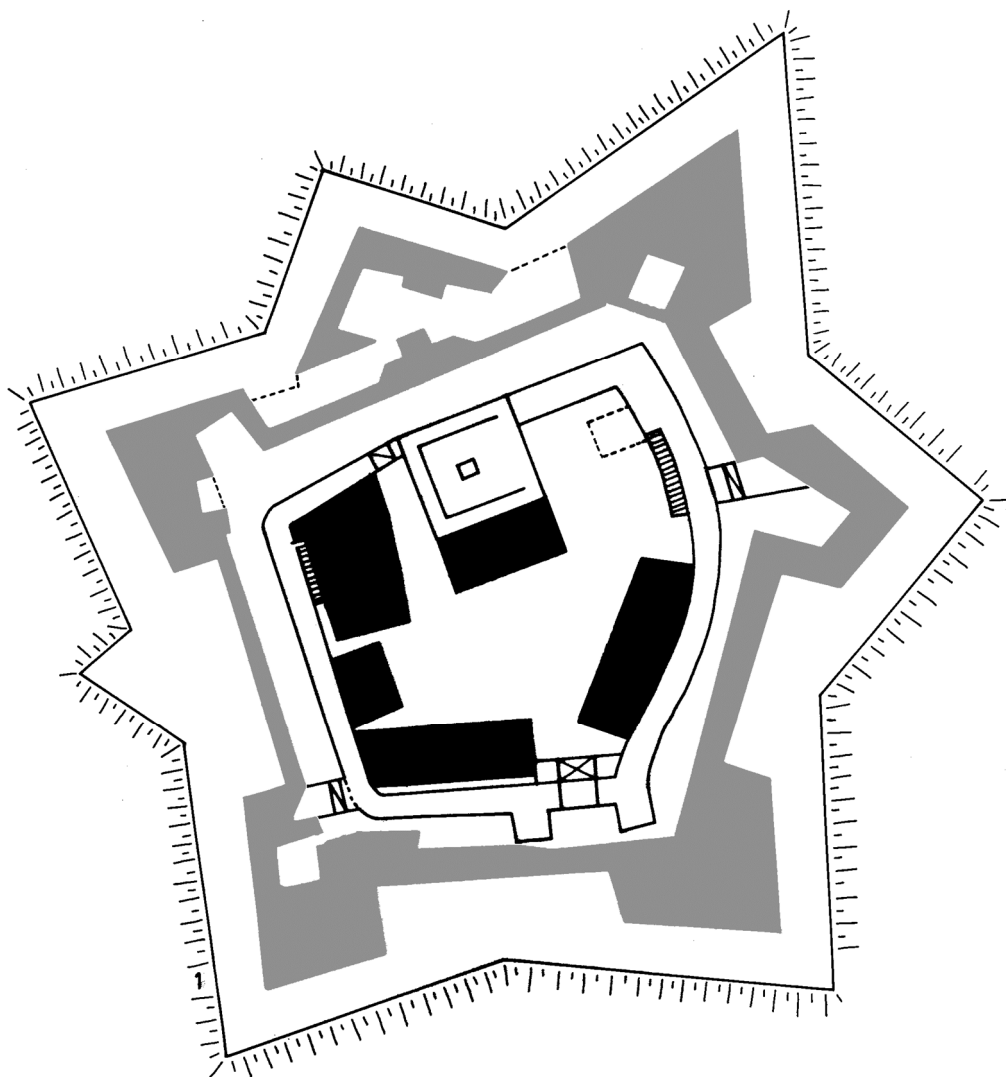


Fig.172 – Planta do castelo de Lindoso, evidenciando-se a fortificação moderna.

Em 1662 os espanhóis conquistaram o castelo de Lindoso e ampliaram-no, rodeando-o com uma nova e poderosa muralha abaluartada.

Dois anos mais tarde o castelo foi reconquistado pelos portugueses, registando-se a partir de então uma ocupação continuada, embora nem sempre numericamente expressiva.

Em 1758 a praça de armas do Lindoso era "(...) guarnecida por destacamentos d'infanteria de Valença, que se rendem de dous em dous mezes: tem cinco peças d'artilheria com tres artilheiros, armazem de polvora e bala, e mais ferramentas e petrechos de guerra.(...)" (Apêndice 3 – 2. Cartografia Histórica, I e IV e Anexo 1 – Documento 10).

Se entre 1641 e 1643 o alcaide de Lindoso, Baltasar de Sousa Menezes, reparou e fortificou melhor o castelo a expensas suas, a mais significativa intervenção foi, sem dúvida, a executada pelos espanhóis anos depois, entre 1656 e 1662, ao construírem uma nova muralha em torno da cerca medieval. De facto, a nova cerca de traçado poligonal tipo *Vauban*, de baixos muros abaluartados, com os característicos ângulos avançados, protegidos por canhoneiras e guaritas, que ainda hoje subsistem, é uma obra de grande solidez e monumentalidade, da traça e engenho do italiano D. Gasparo Squarciáfico, Marquês de Buscayolo, então Mestre de Campo e Superintendente das fortificações da Galiza, ao serviço do Marquês de Viana (arcebispo de Santiago) (Carvalho, 1977:123; Soraluze Blond, 1986:16; Fontes e Regalo, 1994:37; 1997:31).

Em 1663-64, os portugueses reconquistaram o castelo. Por esta época, ou um pouco mais tarde, as muralhas medievais foram alteadas, criando-se um novo sistema de entradas, estacadas e fossos, reforçando-se também as barbacãs. Instalou-se uma guarnição permanente no pátio interior, onde se construíram vários edifícios para casernas, forno de pão, armazéns, moinho e um oratório, servindo um corpo militar composto por cerca de 100 efectivos, chegando a albergar 300 homens em tempo de guerra.

Nas bandas S e O do terreiro, contra a muralha medieval, conservam-se as edificações desenhadas nas plantas do século XVIII. De acordo com uma data inscrita no embasamento de uma dessas edificações, a sua construção data de 1665. De 1666 data a abertura da janela S da torre de menagem, como confirma a data gravada na verga da janela. Em 1720 parece ter-se concluído o revelim que defende a porta N.

A técnica construtiva da muralha abaluartada é completamente distinta da medieval. O aparelho é irregular, formado por calhaus sem afeiçoamento, de dimensões muito variáveis, dispendo-se em mamposteria com juntas muito largas, à excepção dos cunhais dos baluartes, que apresentam blocos de maiores dimensões, afeiçoados no encosto das esquinas. O miolo da parede é preenchido por terra, saibro, cascalho e calhaus. A sua espessura não é uniforme ao longo do perímetro, embora seja sempre mais larga na base e mais estreita no topo, com a parede interna vertical e a externa em rampa ou alambor, característica comum às fortificações deste tipo.



Fig.173 – Perspectiva do castelo de Lindoso, vista de NE.



Fig.174 – Perspectiva do castelo de Lindoso, vista de SE, evidenciando-se o acréscimo sobre a antiga porta medieval.



Fig.175 – Pormenor dos aparelhos construtivos, diferenciando-se, ao centro, a muralha medieval.

Na banda nascente do terreiro interior a escavação arqueológica permitiu colocar a descoberto restos de pavimentos e de paredes correspondentes às edificações que, nos inícios do século XVIII, aparecem referenciadas como aquartelamento de soldados e capela do castelo.

De planta rectangular, a caserna abria para o pátio interior do castelo através de 3 entradas, de que se identificaram as soleiras com rasgos para encaixe dos eixos das portas. O oratório (capela) construiu-se contra o lado S da caserna. A entrada fazia-se por este lado, conservando-se também a soleira com rasgos para a porta. A distinção funcional destas duas áreas não é perceptível ao nível dos alicerces, que mais parecem corresponder a um só edifício, mas sim ao nível dos pavimentos, pela utilização de diferentes tipos de revestimento: em cascalho miúdo batido sobre argamassa de saibro, no oratório, e em lajes graníticas de formas irregulares, na caserna.

Envolvendo exteriormente estas construções e prolongando-se até à porta medieval e casernas encostadas às muralhas sul e oeste, colocou-se a descoberto um pavimento de lajes de granito que, incorporando alguns afloramentos naturais de rocha, forma o pátio interior do castelo. O pendor deste pavimento é de N para S, fazendo-se o escoamento das águas pluviais através de uma caleira que, recolhendo a água no pátio fronteiro à caserna este, a canaliza para fora do castelo através da porta ogival.

No interior da caserna identificaram-se 3 níveis de pavimentação, sendo o mais antigo de saibro batido e os dois seguintes em lajes de granito, testemunhando uma utilização recorrente. Nas camadas associadas recolheu-se espólio cerâmico relativamente abundante, cujas características, nomeadamente a existência de vidrados "melados", cerâmicas pretas decoradas com moscovites, cerâmicas vermelhas comuns e faianças, apontam para produções que se podem situar entre meados do século XVII e princípios do século XX, cronologia que concorda com a data de edificação das casernas e sua utilização posterior. Quanto ao espólio não cerâmico, merece ser referido o achado de um Real e meio de D. João IV (1640-1656)¹⁴⁵ e de algumas pequenas bolas de chumbo correspondentes a balas de mosquetes.

¹⁴⁵ Referência F.VAZ - J4.63 (Vaz e Salgado 1987:292).



Fig.176 – Perspectiva do pátio interior, onde se colocaram a descoberto, na banda nascente, os restos da caserna seiscentista e o lajeado do pátio.



Fig.177 – Pormenor do pavimento, em seixos, do oratório no topo Sul da caserna nascente.



Fig.178 – Pormenor de silhar com data 1665, na caserna poente.

Importa referir, contudo, que o castelo se articulava com um sistema defensivo mais complexo: 3 amplas trincheiras e 3 baterias, situadas entre 1 e 2 quilómetros para nascente, passaram, desde 1801 (Barreiros 1964b: 47), a fazer a defesa avançada do castelo, controlando a passagem do rio Cabril e portanto o acesso ao vale do rio Lima. Ver arqueossítios Chão do Clérigo (NIG.041), Fundal (NIG.042) e Eido Velho (NIG.043).

Logo em 1807, porém, os engenheiros militares portugueses reconheciam a inadequação da implantação do castelo para a defesa da passagem do Cabril, considerando então, numa perspectiva meramente defensiva, ter sido mais importante e suficiente a fortificação da encosta Oeste sobranceira à passagem do rio Cabril, o que foi feito em 1801, no âmbito da prevenção de invasões hostis, reforçando-se a defesa do porto de Lindoso com a instalação de três baterias entrincheiradas na passagem do rio Cabril (ver arqueossítios NIG.041, 042 e 043).

Com uma função estritamente militar, com custos de manutenção e de ocupação elevados, o castelo e as trincheiras deixaram de ter qualquer utilidade a partir do momento em que os reinos de Portugal e de Espanha acordaram a paz.

Menos rapidamente do que as trincheiras, que já estavam abandonadas e arruinadas em 1856¹⁴⁶, o castelo foi sendo progressivamente votado ao abandono - de uma guarnição de 2 companhias (302 homens) em 1815, passou em meados do século para um modesto destacamento formado por um cabo e seis soldados, sem materiais de guerra e já muito arruinado. Administrado pela alfândega de Valença, a partir de 1862, foi definitivamente desactivado como instalação militar em 1885; nos inícios do século XX era já só ruínas (Costa, 1940; Monteiro, 1980:83).

Na cartografia de finais de Setecentos e de princípios do século XIX representa-se a raia já com mais rigor, coincidindo a linha divisória, genericamente, com o traçado descrito no tombo relativo à demarcação de 1538¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Frederico Leão Cabreira, presidente da Secção Portuguesa da Comissão Luso-Espanhola de Demarcação de Limites, descreve em relatório por si elaborado de contestação às pretensões espanholas que: "(...) Passando agora às antigas e já demolidas baterias destinadas a defender a passagem do rio Cabril, (...)" (Barreiros, 1964a:151).

¹⁴⁷ Ver Apêndice 3 – 2. Cartografia Histórica, VI, VII e VIII)

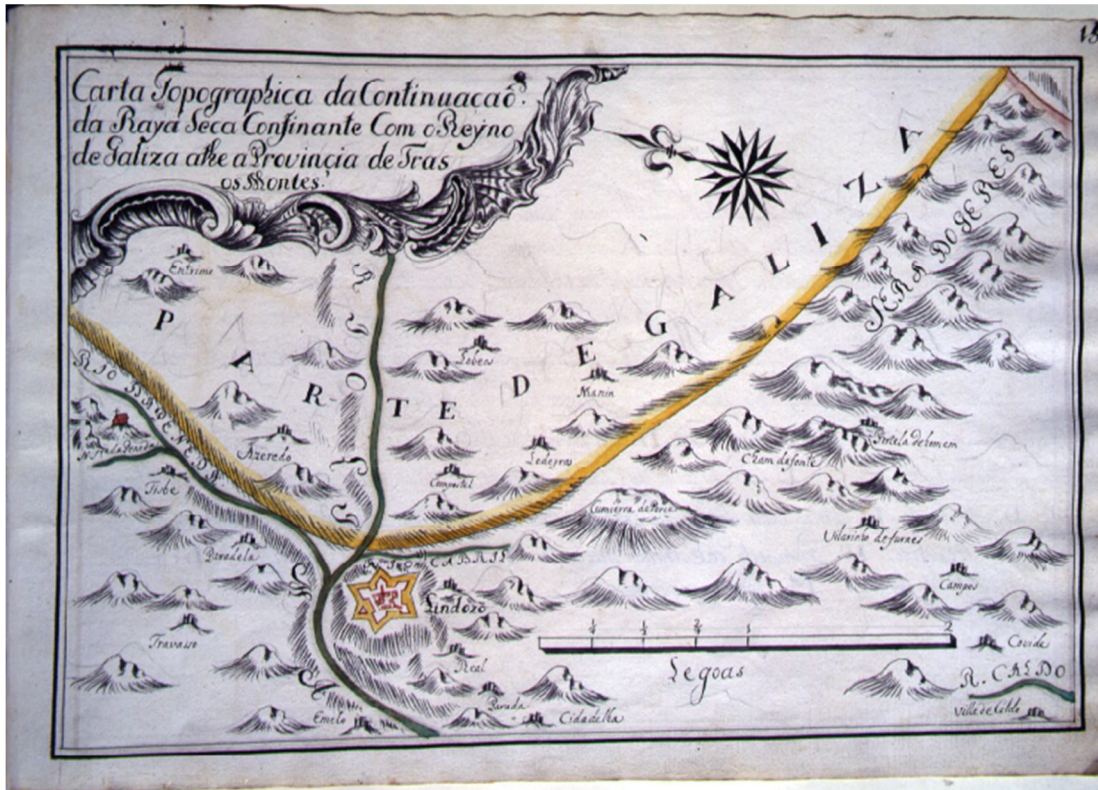


Fig.179 (CH.II) – Mapa da fronteira na zona de Lindoso, 1758 (BPMP 1909-15 – Meireles, 1994/foto H. Regalo).



Fig.180 (CH.VII) – Mapa da fronteira na zona de Lindoso, 1851 [1803] (AHM A4P7N.º14/foto H. Regalo).



Fig.181 – Panorâmica da trincheira de Chão de Clérigo, sobre a foz do rio Cabril, vista de SE.



Fig.182 – Perspectiva das escavações no topo setentrional da trincheira de Chão de Clérigo, percebendo-se, ao fundo, a casamata/bateria.

De qualquer modo, o traçado preciso da fronteira não revestia, do ponto de vista das questões político-militares tratadas acima, grande interesse, pois não foi isso que determinou os confrontos entre as tropas.

Diferente sentido e implicações tiveram as questões fronteiriças relacionadas com os graves conflitos protagonizados pelas populações raianas em torno do monte da Madalena. Como já referimos, estava menos em causa a soberania

nacional, embora tal tenha sido argumentado pela população de Lindoso, mas sobretudo fortes interesses locais de apropriação socioeconómica desse espaço.

Terão pesado igualmente razões associadas à existência de disputas antigas, frequentemente reavivadas por novos confrontos mais ou menos violentos e dramáticos. A este respeito, é bem elucidativa a apreciação constante de um dos muitos documentos produzidos em meados do século XIX a propósito do conflito do monte da Madalena (Barreiros, 1964a:154):

"(...) se não tivessem existido as ditas violentas e reiteradas contendas com a referida origem entre os já muitas vezes particularizados povos, e se a estes em resultado de tão fatais e continuadas disputas não animassem menos as ideias de seus justos interesses do que os rancores de antigos e exacerbados ódios e caprichos, (...)"

Ao contrário do monte do Vieiro, um esporão da serra do Quinjo sobranceiro, pelo lado galego, à confluência dos rios Lima e Laboreiro, cuja perda os portugueses de Lindoso remontavam ao tempo do alcaide-mor Lopo Rodrigues de Araújo (finais do século XV), nunca a população de Lindoso aceitou a perda ou partilha do monte da Madalena para ou com as populações galegas raianas. De facto, a "desanexação" do monte do Vieiro do concelho de Lindoso era já reconhecida e implicitamente aceite ao tempo da demarcação de 1538 (Anexo 1 – Documento 5):

"(...) de cinquenta anos a esta parte é o tempo que o gado que Lopo Rodrigues de Araújo, que foi Alcaide Mór desta Vila deixou de andar em a dita terra, e logo de aí para diante os Galegos se meteram molle emolle em posse dela depastar e hora trazem aí seus gados e não consentem aí andar os gados deste Concelho, (...)"

Para essa aceitação terão contribuído não apenas a circunstância de essa grande parcela de terreno ser de uso exclusivo do alcaide-mor de Lindoso e de

este ser um Araújo, família com interesses num e noutro lado da fronteira e para quem a integração de parte da serra do Quinjo em Lindoso ou em Illa ou Entrimo pouca diferença faria, mas igualmente a recente atribuição do foral a Lindoso, o que sem dúvida facultou novos espaços e maiores facilidades de exploração da serra às populações, permitindo-lhes assim "dispensar" o monte do Vieiro.

Como reconhecem explicitamente, desde que o alcaide deixou de ter gado na serra do Quinjo, "(...) os moradores desta Vila não curarão de mandar lá seus gados, por terem cá mais perto terra outra boa onde os traziam, (...)"(Anexo 1 – Documento 5).

Já não foi assim em relação ao monte da Madalena. Latente pelo menos desde o último quartel do século XVIII, o conflito em torno da posse e uso da Madalena agudizou-se nas primeiras décadas do século XIX e ressurgiu em toda a sua dimensão político-administrativa em meados deste mesmo século, aquando do seu tratamento pela Comissão Mista para demarcação de limites entre Portugal e Espanha.

Em 1775 os galegos das aldeias confinantes da raia invadiram os terrenos da Madalena e cortaram videiras, queimaram colmeias e derrubaram muros. O padrão com marcações que assinalava a divisória dos reinos português e espanhol na Pedra do Vozelo também foi derrubado, sendo atirado ao rio Lima (Barreiros, 1964b:64-67). Nos anos seguintes, seguiram-se violentos confrontos, registando-se várias mortes entre galegos e portugueses (Barreiros, 1964a:143-144).

Em 20 de Janeiro de 1819, cerca de 40 moradores das aldeias galegas de Compostela e de Lodeiros rasgaram um caminho na Madalena e passaram a carregar aí lenha e mato, ao mesmo tempo que introduziam gado a pastar, arruinando vinhas e colmeias (Barreiros, 1964b:64-67).

Não abdicando nunca dos seus interesses e direitos, os moradores de Lindoso souberam expor com argúcia e insistência os seus elementos de prova a favor da manutenção do monte da Madalena por parte de Portugal (ver Documentos 11, 12 e 13 em Anexo 1). Cruzando argumentos de ordem económica, religiosa e simbólico-patriótica, suscitaram delicadas questões de soberania que os comissários portugueses, numa primeira fase, resolveram mal, obrigando posteriormente à intervenção das mais altas instâncias diplomáticas.

Como escreveu outro comissário português, Vasconcelos e Sá, em 1861: "(...)somos de opinião que o Governo português na presente questão, não tem mais que imitar o que fez o Governo de Espanha (...), não aprovar o acordo da Comissão mixta, mandando que fique a questão para ser tratada diplomaticamente, (...)" (Barreiros, 1963:161).

A questão da fronteira no Lindoso acabou por ser resolvida em 1864, fixando-se o traçado por onde actualmente se marca a linha divisória. Embora não tenha correspondido à totalidade das pretensões dos moradores de Lindoso, o traçado acordado foi suficientemente satisfatório, razão pela qual foi aceite pelas populações raianas envolvidas.

Talvez que as consequências mais positivas, para os moradores de Lindoso, tenham sido a tomada de consciência de um passado comum, "seu", o enriquecimento da memória colectiva e por essa via a fixação de um discurso reivindicativo historicamente suportado, como ainda hoje "os de Lindoso" fazem questão de apresentar.

5.4. Eiras, espigueiros e moinhos: a introdução do milho maíz e as mutações na paisagem agrária

A paisagem agrária moderna de Lindoso apresenta duas características principais, associadas à agricultura e à silvicultura.

A primeira está representada por uma área máxima agricultada próxima dos 275 hectares, distribuídas por três grandes manchas que se articulam cada uma delas com as três aldeias de Cidadelhe, Parada e Lindoso. Os campos são de pequena dimensão e são obtidos pela armação das encostas em socalcos, mais largos nas vertentes de pendor menos acentuado. Uma rede de caminhos vicinais permite aceder a todas as manchas agrícolas.

A segunda corresponde à zona envolvente de *saltus* (deveza, monte), que pode ir até cerca de 2,5 km de distância - o seu limite marca-se pelo fim dos troços lajeados dos caminhos da serra, que irradiam a partir das aldeias para Sul subindo as encostas. São os "limites de roços de matos", espaço com regulamentação de fruição consagrada nas "Posturas" de 1850 (Neves, 1976:3-

4)¹⁴⁸, fixando práticas e costumes cujas raízes deverão recuar aos séculos medievos, pois como se sublinha em 1758, a propósito da riqueza florestal de Lindoso, "(...) todas estas arvores são silvestres e communs a todos os lavradores para suas culturas e madeiras. (...)" (Anexo 1 – Documento 10).

A expressão arqueológica destas duas características materializa-se nos muros de mamposteria que suportam os socalcos que armam as encostas e na pavimentação lajeada dos caminhos carreiros que penetram na serra, sulcados vezes sem conta por carros puxados a bois e carregados de matos e lenhas.

Aparentemente, em relação à paisagem agrária medieval, parecem só diferir as extensões das áreas reservadas à agricultura e à actividade complementar de recolha de lenha e mato. A forma das leiras manteve-se, a irrigação continuou a merecer atenção especial, o sistema campo-prado continuou a dominar - ver o curioso mapa de Lindoso de 1760 (Apêndice 3 – 2. Cartografia Histórica, V). Porém, como veremos, aconteceram significativas alterações ao longo da época moderna.

Com base nos vestígios de antigos socalcos agricultados e de levadas, hoje ocupados por giestais e matas, estimamos que a área máxima cultivada tenha atingido no Lindoso os 130 hectares, em Parada 95 hectares e em Cidadelhe 70 hectares. Em relação à área estimada para o período medieval contabilizam-se aumentos da ordem dos 50 % para Lindoso e Parada e superior a 100 % para Cidadelhe. Mais do que o crescimento absoluto de cada uma, releva o crescimento relativo de Cidadelhe em relação a Lindoso e a Parada.

Relacionando a área cultivada com a população humana e tomando para esta os valores globais dos censos que balizam cronologicamente o período considerado, 1527 e 1890, temos que, enquanto a mancha agrícola quase duplicou, a população multiplicou-se cinco vezes. Mesmo admitindo que a criação de gado e a exploração de madeiras se tenham valorizado e diminuído o peso relativo da agricultura no quadro das actividades económicas principais, é indubitável que tal divergência só pode ser explicada pelo aumento da produtividade agrícola.

¹⁴⁸ C.M.L. Baeta Neves cita amplamente as "Posturas" de Lindoso, das quais transcreve muitos artigos. Infelizmente, a Junta de Freguesia de Lindoso já não possui esse precioso documento, desconhecendo-se o seu paradeiro.

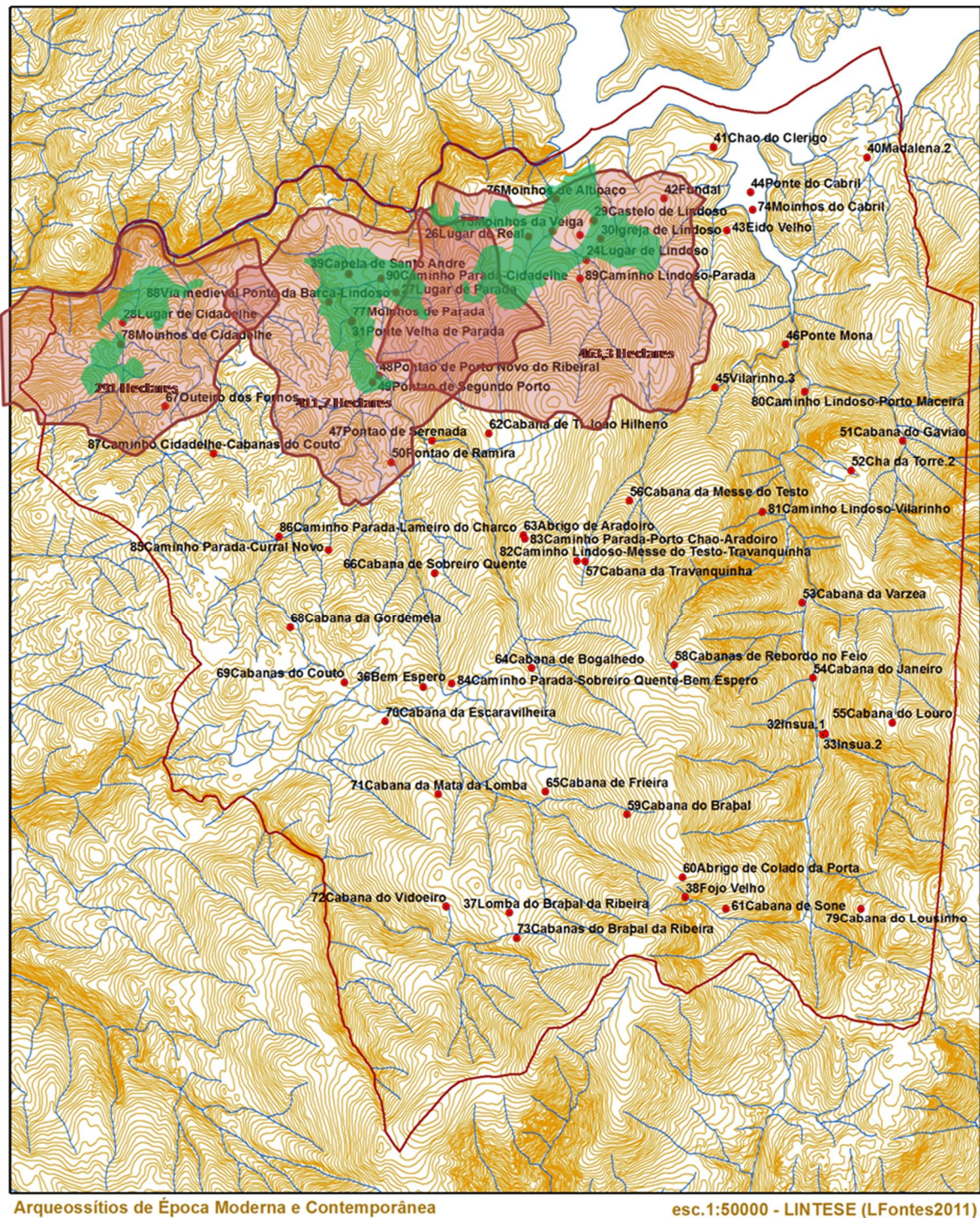


Fig.185 – Povoados modernos/contemporâneos com isócronas de 30 m. As manchas verdes correspondem à mancha agrícola.

Em 1800, Custódio José Gomes de Vilasboas reconhecia, na sua *Descrição Topographica das Comarcas Fronteiras da Província do Minho*, que apesar de alguns inconvenientes, "(...) a agricultura acha-se em melhor estado do que se poderia julgar, e a produção ordinariamente excede huma terça parte ao

consumo do paiz, e se exporta pela barra de Vianna. A população cresce apesar da emigração continua, (...)" (Sousa e Alves, 1997:159).

Ora, como escreveu Carlos A. Ferreira de Almeida (1987:40):

[o] "(...) desenvolvimento da agricultura e melhoria de níveis de produção, a introdução de novas culturas como as do maiz, do feijão e, mais modernamente, da batata, a expansão da vinha e da oliveira que tinham já fortes raízes na Idade Média, os novos arroteamentos com a ampliação e melhoria do regadio através da abertura de minas e poços de rega, o desenvolvimento das tecnologias tradicionais e dos engenhos de elevar água, de moer, de maçar o linho, de obter o azeite ou de serrar madeira, são aspectos essenciais do Minho moderno, das suas capacidades e avanços.(...)".

No Lindoso, a oliveira não parece ter tido acolhimento favorável. Ainda hoje são pouco numerosas e não se documenta nem se conhece a existência passada de qualquer engenho de azeite. As plantações de oliveiras fizeram-se sobretudo nas zonas baixas-médias dos vales, como em Arcos de Valdevez, o mais oriental dos concelhos abrangidos pelas plantações da iniciativa do Corregedor de Viana, recebendo no biénio 1793-94 cerca de 15000 unidades (Sousa e Alves, 1997:75).

A vinha parece ter conhecido uma certa expansão a partir de meados do século XVIII¹⁴⁹, documentando-se bem a sua implantação na zona da Madalena, onde os moradores de Lindoso iam "(...) grangear as vinhas, plantal-as [sic] de novo quando querem, ou lhe é necessário, (...)" conforme se testemunhava em 1821 (Anexo 1 – Documento 11).

Mas ao milho maíz coube o papel principal na melhoria agrícola que generalizadamente se reconhece ter acontecido a partir do século XVIII, sobretudo porque o "(...) milho grosso, milho de maçaroca, milhão ou milho maez [*Zea mays*, Lin.], nomes porque é designado no Minho para se distinguir do milho

¹⁴⁹ Segundo uma relação de produções agrícolas da Comarca de Viana relativa ao ano de 1792, o Lindoso produziu então 40 pipas de vinho (Sousa e Alves, 1997:73).

alvo tradicional [*Panicum Miliaceum*], encontrou na economia antiga do Noroeste condições favoráveis para uma expansão extremamente rápida: prática usual da rega dos prados e linhares onde, durante os meses de Verão, se poderá intercalar a nova cultura; gado graúdo, que fornecia estrume e trabalho; população densa que assegurava a mão-de-obra e estimulava, pelas necessidades de consumo, a produção. (...)" (Ribeiro, 1967:114).

Deve assinalar-se que o milho maíz é o cereal melhor adaptado aos terrenos sílico-argilosos do Noroeste, precisamente os que mais convêm a estas gramíneas, particularmente quando se praticam abundantes adubações orgânicas e regas (Araújo, 1928:177-182; Almeida, 1978a:95). O milho, do qual tudo se aproveita, da raiz, caule e folha para forragem até ao grão para farinha e pão, revelou-se o cereal fundamental da economia agro-pecuária pós-medieval.

Importa salientar aqui que as fragmentação e dispersão das propriedades, existentes desde a Idade Média, foi perfeitamente compatível com a obtenção de boas produtividades agrícolas, ao contrário do que durante muito tempo se afirmou e que hoje, finalmente, começa a ser compreendido, aceite e até reconhecido como boa opção ecológica da agricultura intensiva nas zonas serranas (Bentley, 1997:168-170).

Acresce que o milho maíz se cultivava, como ainda hoje se faz, em consociação com o feijão e com a abóbora, obtendo-se assim vantagens acrescidas sem custos nem encargos suplementares relevantes.



Fig.186 – Pormenor da cultura do milho em consociação com feijão.

Mas a razão principal da sua pronta adopção radicava no facto de, à época, já se conhecer a maior produtividade do milho maíz em relação a todos os outros cereais, sendo significativas as estimativas dadas por Custódio J.G. Vilasboas em 1800 - "(...) por hum alqueire de milho dá 22; por hum de centeyo 6; por hum de trigo 7, e por hum de feijão 5 e estes ultimos semeão-se por entre o milho em pouca quantidade para não perturbar a reciproca vegetação. (...)" (Sousa e Alves, 1997:157). Como se vê, e mesmo considerando Vilasboas a produção "mediocre", o milho maíz mais do que triplica a produção em relação a qualquer outro cereal.

Condições favoráveis à difusão do milho maíz, ofereceu igualmente o Lindoso. Terá sido precisamente a opção pela produção de milho grosso que determinou, pelas exigências específicas do seu cultivo, isto é, adubação intensa e regas frequentes (portanto estabulação de gado e aproveitamento meticoloso das águas), o abandono em época moderna das brandas de Chã da Torre, de Porto Chão, de Afonsinhos e de Ludentos¹⁵⁰, que teriam produções marginais, bem como determinou o arroteamento dos alvéolos periféricos das veigas contíguas às aldeias e conseqüentemente a ampliação da rede de levadas, poças e rêgos para irrigação das leiras.

Exactamente pelo abandono a que foram votadas, estas quatro brandas agro-pastoris revestem particular importância para a compreensão desta questão da organização do espaço agrário moderno. Na "reconversão de uso" que conheceram, distingue-se a integração de Porto Chão/Pardieiros (NIG.020) e Porto Chão/Afonsinhos (NIG.021) na área de *saltus*, explorando-se complementarmente como "inverneira" para o gado¹⁵¹; e a integração de Ludentos (NIG.022) e Chã da Torre (NIG.019) na zona de pastoreio extensivo da vertente alta da serra - aquela "fossilizando-se" sob sucessivos mantos de carqueja e fetos e lembrada agora como coisa de "mouros", e esta transformando-se em ponto fixo de apoio ao pastoreio, com uma cabana e um curral (NIG.052).

Pode dizer-se, portanto, com pleno sentido, que a transformação desses sítios em arqueossítios constitui o primeiro e mais claro indício da mudança qualitativa que a economia agrária de Lindoso conheceu.

¹⁵⁰ Arqueossítios NIG.019, 020, 021 e 022, respectivamente.

¹⁵¹ Aqui se apascentaria o gado no Inverno, tal como no "invernadouro" da Madalena (ver Anexo 1 - Documentos 11, 12 e 13).

Ao contrário, bem perto, na povoação da Ermida, implantada a 600 metros de altitude, este fenómeno não se registou. Aí, a branda de Bilhares continuou a ser agricultada e ainda hoje conserva algumas leiras trabalhadas. O maior isolamento e difícil acessibilidade da aldeia da Ermida, para além da forte dependência do pastoreio de caprinos e ovinos, devem ter pesado na manutenção da branda e das práticas agrícolas tradicionais, sendo aí pouco relevante o cultivo do milho grosso.

O segundo elemento revelador de alterações, simultaneamente qualitativo e quantitativo, está monumentalmente materializado na proliferação de moinhos e de espigueiros.

Dos 47 moinhos e 120 espigueiros inventariados, quase todos deveriam existir já em finais do século XIX. Para a aldeia de Lindoso, em particular, os dados permitem fazer uma maior aproximação à cronologia construtiva. Em relação aos moinhos, em 1758 assinalam-se 8¹⁵²; em 1821 referem-se na Madalena/Cabril cinco moinhos, "alguns dos quaes estão edificados ha tempo imemorial" (Anexo 1 – Documento 11); em 1863 repete-se a referência a "muitas máquinas de farinha" no Cabril (Anexo 1 – Documento 12); em meados do século XIX edificaram-se os moinhos de Altipaço¹⁵³. Temos assim, explorados pelos moradores da aldeia de Lindoso e documentados até meados do século XIX, 19 moinhos, num total de 25 inventariados.



Fig.187 – Perspectivas de moinho em Fonte Fria, grupo dos Moinhos da Veiga (NIG.075), Lindoso.

¹⁵² Seriam os da Veiga dos Moinhos, de origem tardo-medieval (ver arqueossítio Moinhos da Veiga-NIG.075).

¹⁵³ Ver arqueossítio Moinhos de Altipaço-NIG.076.



Fig.188 – Perspectivas do moinho da Portela da Leija, Parada. Em baixo, à direita, depois do restauro.

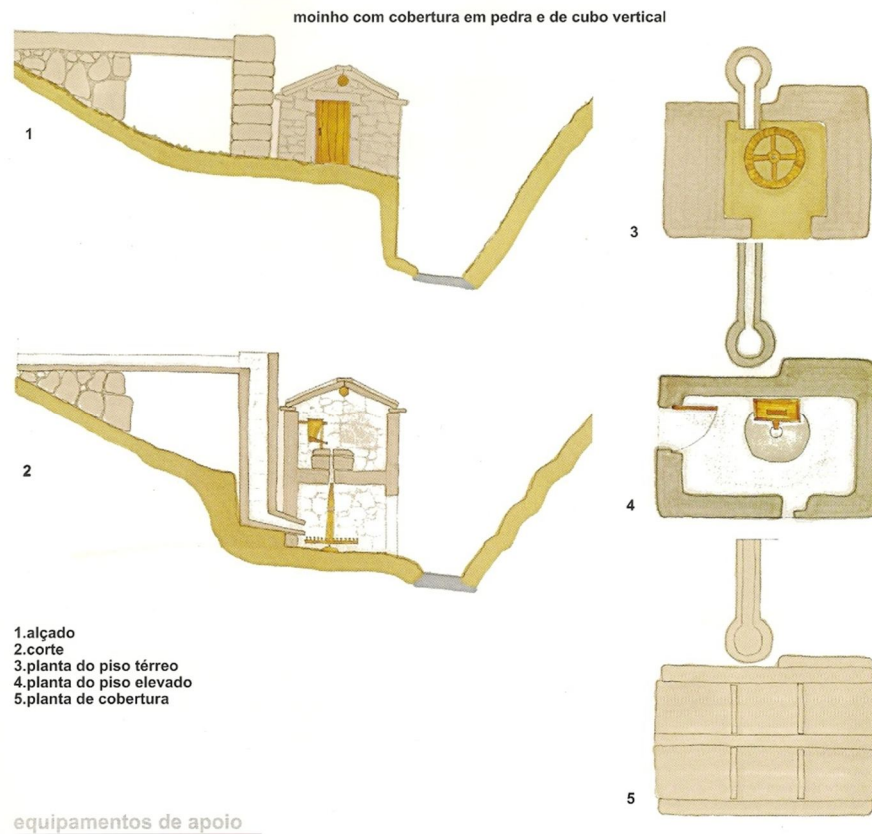


Fig.189 – Modelo tipo de moinho (in Viana, 1999:66).

Quanto aos espigueiros, as fontes escritas são omissas. De acordo com as datas que muitos deles ostentam nos tímpanos das portas, a sua construção deve ter acompanhado a edificação dos moinhos. Do conjunto dos 120 espigueiros inventariados, 35 têm o ano de construção gravado ou esculpido, datando o mais antigo de 1720 (na eira da Portela da Leija-NIG.027).

Se, de algum modo, se pode associar a generalização do cultivo do milho maíz à construção dos espigueiros e moinhos, então haverá que reconhecer que, aqui no Lindoso, essa generalização é tardia, processando-se a partir do último terço do século XVIII e incrementando-se, sobretudo, na segunda metade do século XIX.

Para esta proposta cronológica concorrem não apenas a maioria das datas que os proprietários fizeram gravar ou esculpir nas construções, mas também o facto de, nas "Memórias" de 1758, apesar de se apresentarem o milho grosso, o centeio e o vinho como os três principais produtos agrícolas, se referir a existência de apenas oito moinhos e se omitir qualquer referência aos espigueiros. E no mapa da aldeia de Lindoso de 1760 (Fig. 149), também não se desenharam quaisquer espigueiros, designadamente o conjunto a Sudoeste da fortificação - provavelmente porque ainda não existiriam.

Enfim, no mesmo sentido de dominância tardia do milho maíz parece apontar o facto de em finais do século XVIII cerca de metade da produção cerealífera de Lindoso ser ainda de centeio, lembrando o velho tributo de cem alqueires de "pão terçado" fixado na carta de foral de 1514 - em 1792 registaram-se 5080 alqueires de centeio para 10220 alqueires de milho grosso (Sousa e Alves, 1997:73)¹⁵⁴.

Adoptado como símbolo de prosperidade, marcando bem a ocorrência de um fenómeno de capital importância socioeconómica, os espigueiros conferem, pela sua impressiva expressão arquitectónica e artística, em que sobressai a notável conciliação da elegância das formas com a robustez e aspereza do granito, uma incontornável dimensão cénica à paisagem, monumentalizando-a.

Verdadeira obra de arte de cantaria, a maioria deles foi construída no século XIX. São quase todos do tipo Lindoso / Soajo, isto é, inteiramente pétreos, com

¹⁵⁴ Comparando com Soajo, a relação aí era de aproximadamente 1/6 - 1600 alqueires de centeio para 8000 alqueires de milho maíz, evidenciando-se bem a predominância deste último, reflexo talvez de uma adopção mais rápida e generalizada.

fendas de arejamento verticais. Alguns são de ripados verticais de madeira, também do tipo Lindoso. Em Parada e Cidadelhe encontram-se alguns dos raros exemplares portugueses de espigueiros pétreos com fendas de arejamento horizontais, considerados de tradição galega (Dias, Oliveira e Galhano, 1994: 56 e segs.).



Fig.190 – Perspectiva da eira dos espigueiros do castelo de Lindoso (à esquerda) e da eira da Portela da Leija, Parada (à direita).

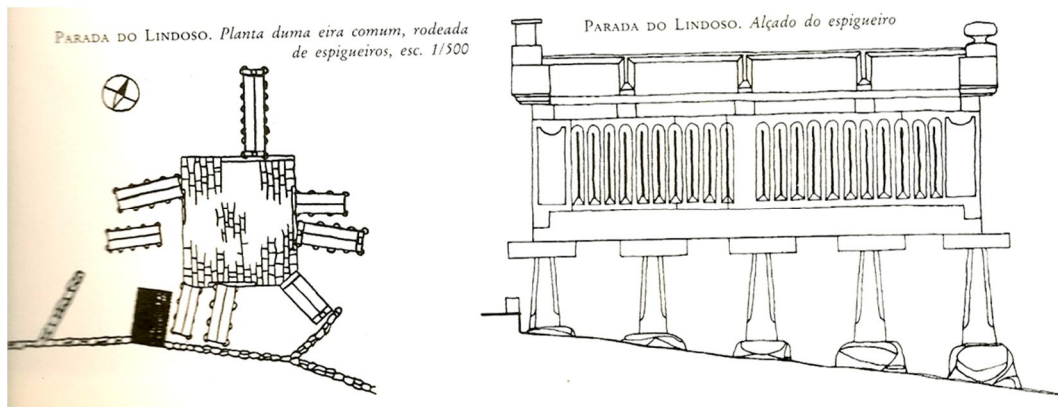


Fig.191 – Planta da eira da Portela da Leija, Parada e modelo de espigueiro do Lindoso (in Norberto, 1988:73).



Fig.192 – Espigueiro duplo, tipo galego, de Chão da Laje, Cidadelhe (à esquerda) e espigueiro da eira da Portela da Leija, Parada, datado de 1720 (à direita).

5.5. A intensificação do pastoreio e o domínio total dos espaços serranos: caminhos, curros e cabanas

Um significativo conjunto de 30 arqueossítios¹⁵⁵ dispersos pelo espaço serrano e directamente relacionados com a sua exploração testemunham-nos, para a época moderna, um forte incremento das actividades pastoris e de aproveitamento de matos e de lenhas.

Em menor número mas igualmente significativos são os documentos escritos coevos que dão conta, directa ou indirectamente, da progressivamente maior exploração dos recursos da serra¹⁵⁶.

Uns e outros respeitam a actuações que, do ponto de vista do modelo socioeconómico determinante, se inscrevem no sistema agro-pastoril especializado que se desenvolveu no decurso da Idade Média e que acabou por se realizar em pleno nos tempos modernos.

Simple sancionamento de uma actividade em crescimento ou mero "estímulo à produção", o foral concedido pelo rei Manuel I ao Lindoso constituiu, em nossa opinião, o factor decisivo da orientação de interesses em direcção à serra. Ao consagrar que não havia na "(...) dita terra de lindoso montados nem manynhos nossos por que tudo he lsentamente do dito comcelho (...)"¹⁵⁷, a carta de foral foi desde então usada como poderoso instrumento jurídico legitimador das posse e exploração totais da serra.

De tal modo assim foi que, embora ingloriamente, ainda em meados do século XX a população de Lindoso sustentava as suas pretensões ao uso dos baldios no direito concedido pelo foral, recusando desse modo aceitar a perda de validade legal decorrente da extinção do concelho de Lindoso e sua anexação, como freguesia, ao concelho de Ponte da Barca, na sequência da reforma administrativa de 1836.

A introdução e adaptação do milho maíz como cereal principal foi, julgamos, um segundo e também importante factor de incremento da exploração da serra,

¹⁵⁵ Ver arqueossítios de Vilarinho.3 (NIG.045) a Cabanas do Braçal da Ribeira (NIG.073) e Cabana do Lousinho (NIG.079).

¹⁵⁶ Interessam particularmente os Documentos 3, 6, 9, 10, 11 e 12 do Anexo 1.

¹⁵⁷ Anexo 1 – Documento 3.

sobretudo da metade inferior da vertente. Como já referimos acima, o aumento conjunto das área e produtividade agrícolas é indissociável da expansão da área de *saltus*. A densidade, extensão e qualidade dos caminhos carreteiros usados, servidos por 6 pontões em padieira¹⁵⁸, traduzem precisamente a importância e a regularidade da exploração dessa franja alargada do território, correspondente ao "limite de roço de matos".

Em 1800, Custódio José Gomes de Vilasboas, um pouco contra a corrente das doutrinas agronómicas, então em voga, as quais justificavam inadequadas propostas de "cerealização" dos baldios¹⁵⁹, descreve com lucidez a importância dos espaços de monte (o *saltus*) para o desenvolvimento da agricultura (Sousa e Alves, 1997:157):

"(...) O terreno, das comarcas fronteiras he de natureza fria, tenaz, e difficil de cultivar; por isso o fabrico das terras demanda muito estrume, e assiduo trabalho. O estrume he feito de tojo curtido nos curraes com mistura de folha, feno, e palha, porem nas terras mais frias, como he o Concelho de Coura, e em todos os destrictos que se avizinhão das serras da Peneda, e Amarella são os estrumes feitos de giesta por dar melhor adubo para as mencionadas terras. Daqui vem a necessidade que os lavradores tem dos montes, não só para o pasto dos gados, mas para o roço dos adubos, o que he uma razão demais para ser menor a extensão das terras cultivadas que demandão sempre huma certa porção de baldios propicios ao matto que as terras exigem: materia para reflexão sobre as novas tapadas que se fazem nos baldios com obrigação de os rotear. (...)"

Outrora no limite exterior de um *saltus* mais reduzido, as silhas medievais de Vilarinho, Ínsua e Serenada devem ter sido abandonadas no decurso do século XVII. Embora se continuasse a explorar o mel, os colmeais devem ter dispensado a partir dessa época a construção das poderosas cercas de pedra que os

¹⁵⁸ Arqueossítios de Pontão de Vilarinho (NIG.045) a Pontão de Ramira (NIG.050).

¹⁵⁹ Em 1792 identificavam-se para o Lindoso 4 baldios susceptíveis de "levar 6 moios de sementeira" (Sousa e Alves, 1997:76).

protegiam dos ursos, como lembrava em 1758 o pároco de Campo S. João (Terras de Bouro), padre Custódio José Leite (Silva, 1985a:178-179):

"(...) O mesmo Padre [José de Matos Ferreira] me deu por notícia que em hum lugar da Serra no anno de mil e seiscentos e cincoenta e hum, em hum sitio chamado a Quelha da urça - se matara huma destas feras, ao que deu¹⁶⁰ credito em rezão de eu ocolarmente ter visto alguns ... tapados de altura mais de quinze palmos e outros por cima de penedos pir¹⁶¹ causa desta fera destruir os cortiços das abelhas aos quais levano os ao rio nos braços e afogadas ellas lhe comião o mel. (...)"

Neste mais amplo *saltus* moderno passou também a explorar-se com mais intensidade a urze para produção de carvão. Actividade já notada em 1706 pelo padre António Carvalho da Costa, que sublinha destinar-se a produção a abastecer os "(...) Ferreiros destes povos (...)"¹⁶², era ainda significativa em 1821, nomeadamente na zona da Madalena, onde os moradores de Lindoso iam "(...) fazer carvão que é conduzido por bestas de almocreves portugueses (...)"¹⁶³.

A par da produção de carvão, os cortes de madeira para a indústria naval e para o estacamento das vinhas, estas últimas mais intensamente no século XVIII, constituíram igualmente uma razão para acelerar a exploração da serra, contribuindo de modo significativo para a desflorestação que os espaços serranos conheceram a partir do século XVI.

Sinais indubitáveis da retracção florestal no *hinterland* limiano são o assoreamento da barra de Viana, de que se queixam os seus representantes nas Cortes de 1493 (Sampaio, 1979b:126), as importações de madeira que os estaleiros de Viana fazem desde o século XV devido à exiguidade de madeiras adequadas (Moreira, 1984) e, não menos significativa, a desafecção da montaria do Cabril da "coutada real", isto é, a desanexação da mata do património régio em consequência da atribuição de foral a Lindoso pelo rei Manuel I.

¹⁶⁰ Sic. Faz mais sentido *dei*.

¹⁶¹ Sic. Deve ser *por*.

¹⁶² Anexo 1 – Documento 9.

¹⁶³ Anexo 1 – Documento 11.

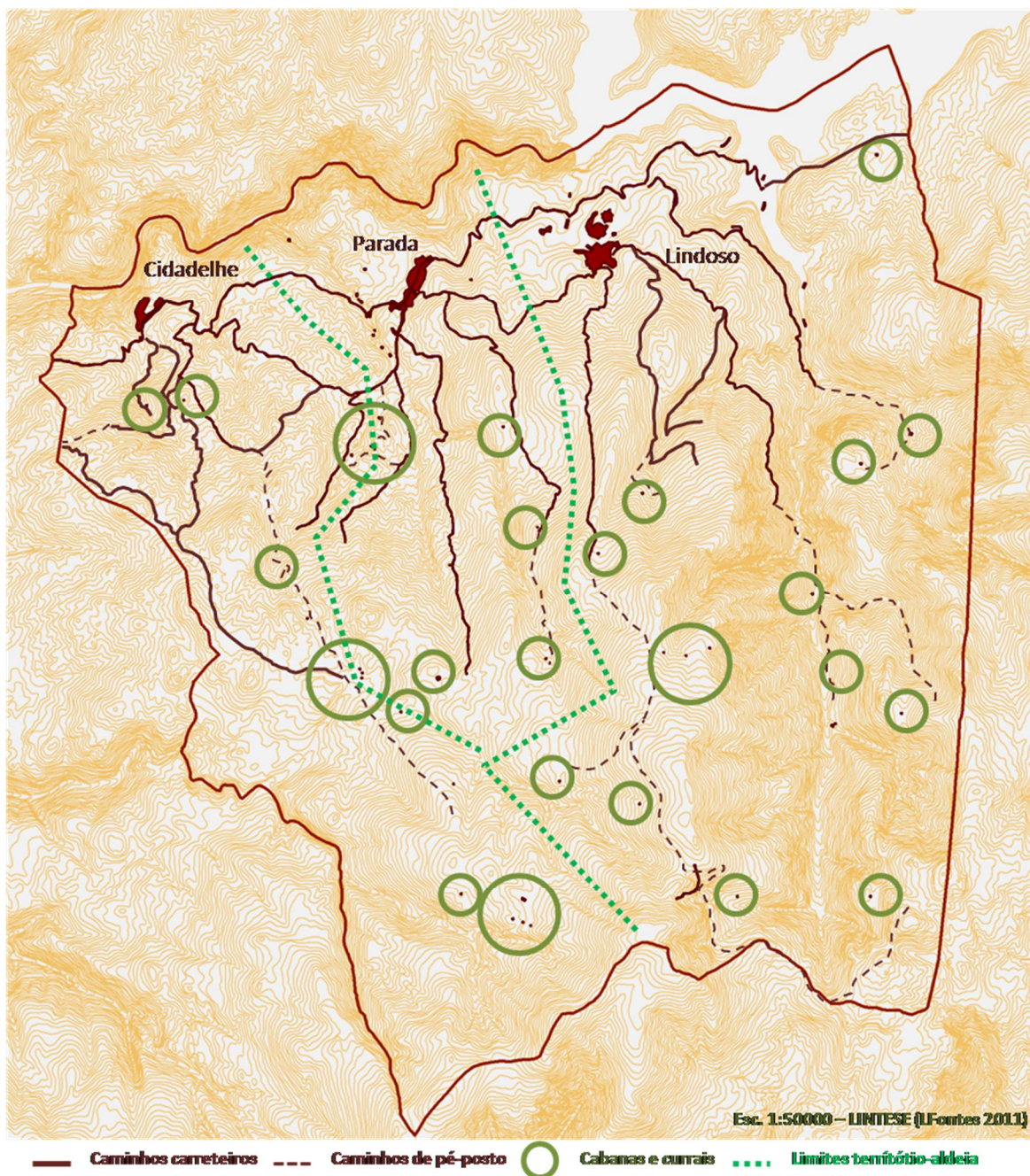
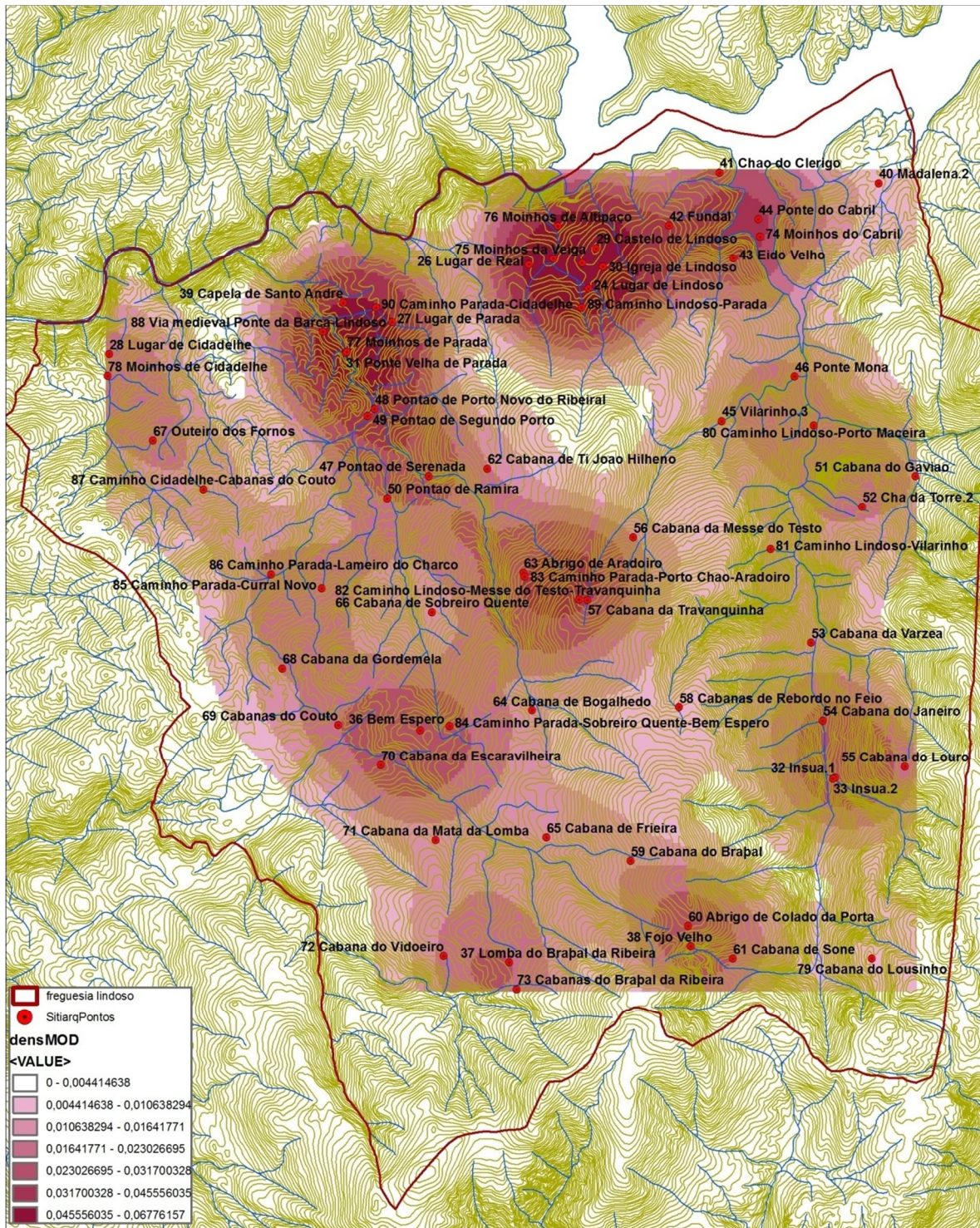


Fig.193 – Exploração da serra e territorialidades locais na Época Moderna e Contemporânea.



Arqueossítios da Idade Moderna e Contemporânea - Densidade (Kernel) esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)

Fig.194 – Mapa da análise de densidade para os arqueossítios e sítios da Época Moderna e Contemporânea.

A desarborização da serra, a fixação da "estepe cultural", estaria já consumada no segundo quartel do século XVI - como descreveu em 22 de Julho de 1538 Pedro Anes, procurador do rei à demarcação da fronteira com a Galiza

no Lindoso, "(...) tudo é Serra, e terra, a saber, fragoza, que não serve senão para pasto, (...)" (Anexo 1 – Documento 5).

Apenas os vales interiores das bacias dos rios Lima e Homem, nas zonas raianas, parecem ter conservado importantes manchas de floresta, fortemente cobiçadas na passagem do século XVIII para o XIX, como se depreende da análise do já citado capitão-engenheiro Vilasboas (Sousa e Alves, 1997:161-162):

"(...) o mesmo commercio das madeiras, poderia ser muito mais amplo mediante pouca industria, e trabalho, aproveitando as madeiras das serras da Peneda, Amarella e Gerez, ao menos aquellas que se achão mais acessiveis perto dos rios que junto a ellas correm; e uzando destas correntes no Inverno para conduzir jangadas, que facilitão o transporte. São aquellas madeiras pela maior parte de carvalho, que chamão <<cerquinho>> o qual he excelente para construção de navios, e para aduellas de tonneis, em razão das suas tortuosidades. Quem reflecte na falta que ha de madeiras de construcção, e ao mesmo tempo repara que no Porto entrarão desde 1782, no espaço de 30 mezes 874:418 aduellas, vindas da Inglaterra, d'Hamburgo, e do Baltico, pela enorme quantia de 56:847\$170, não pode ver sem magoa que os bosques do Gerez cresção, e acabem de velhos, e se reproduzão, sem se aproveitarem, estando só 8 legoas distantes dos portos da provincia, entre dois grandes rios que desagoão nos mesmos portos.(...)".

Os registos polínicos das serras do Norte Peninsular confirmam a progressiva degradação do coberto vegetal arbóreo a partir dos finais da Idade Média, num processo que, no decurso dos séculos XVII e XVIII, vai conduzir a uma destruição maciça das florestas (Ramil Rego, 1993, 54).

Da teia de factores que convergiram no incremento da exploração da serra, há um quarto factor que pensamos ter desempenhado um papel igualmente fundamental - a intensificação do comércio do gado bovino, incrementado a partir do século XVIII com a proliferação de feiras quinzenais e mensais um pouco por toda a região minhota. Muito do gado que alimentava esse comércio criava-se no

alto das serras, transformadas então em vastas estepes desarborizadas percorridas por milhares de cabeças de gado.

Assim foi no Lindoso, onde a criação de gado atingiu uma dimensão relevante, expressa nas instalações de apoio à pastorícia - 31 cabanas e currais dispersos pela área serrana, cobrindo todo o território de Lindoso, explorando a mais pequena nesga de terreno susceptível de oferecer pasto.

Os moradores de Lindoso tinham consciência disso mesmo, como explicitamente se refere na "representação" que a Junta fez ao rei em 1863: "(...) Senhor, O terreno que constitue a Villa, e freguesia de Lindoso, é um terreno montanhoso, e agreste, improprio para a agricultura, e apenas se presta aos pastos dos gados, de modo que os moradores de Lindoso são mais propriamente pastores, do que agricultores. (...)" (Anexo 1 – Documento 12).

Com implantações adaptadas a todas as situações fisiográficas, desde as desabrigadas rechãs de altitude e colados intermédios até às concavidades abrigadas de meia vertente, as cabanas distribuem-se pela serra com uma vinculação à territorialidade de cada aldeia semelhante à territorialidade que cada uma fixou para o uso da água.

Assim, ao gado de Lindoso destinava-se a banda central-nascente da serra, correspondendo-lhe a maior fatia de território, servido por 14 cabanas e respectivos curros; ao de Parada abria-se uma estreita fatia central da vertente, servida por 8 cabanas e seus currais; ao gado dos moradores de Cidadelhe oferecia-se toda a banda poente do território, confinante com as freguesias da Ermida e de Britelo, com um total de 9 cabanas e seus curros.

Servidas por simples caminhos de pé-posto, muitos dos quais prolongaram até aos cumes, grosso modo a partir dos 750/850 metros de altitude, os caminhos carreiros que serviam o terço inferior das vertentes, estas cabanas e currais, de construção elementar, eram objecto de manutenção periódica, garantida pelos moradores de cada aldeia - assim regulamentavam as "Posturas" de 1850, estabelecendo uma multa de 100 a 1\$000 reis aos "(...) que em Março não forem ou mandarem fazer as cabanas, currais e caminhos para a serra (...)" (Neves, 1976:41-42).



Fig.195 – Caminho carreteiro e de pé-posto Lindoso/Vilarinho/Ínsua



Fig.196 – Panorâmica sobre Cabana e Curral da Travanquinha.



Fig.197 – Perspectiva da Cabana de Frieira 2.



Fig.198 – Perspectiva da Cabana e Curral de Ribeira do Braçal 1.

Como ainda hoje, o pastoreio do gado fazia-se na época moderna em regime sazonal, deslocando-se o gado para as cumeadas no Verão e recolhendo-se ao sopé da serra no Inverno. Este regime documenta-se explicitamente aqui no Lindoso desde 1758, explicando então o padre Ribeiro Fernandes que se criavam aí "(...) os gados dos lavradores, grosso e miudo, o qual dorme pela terra¹⁶⁴ no tempo mais quente;(...)" (Anexo 1 – Documento 14). Em 1863, a propósito do conflito do monte da Madalena, argumentaram os moradores de Lindoso precisamente com a "(...) necessidade daquele terreno, unico refugio que tem para seos gados no tempo das neves, (...)"¹⁶⁵ pois não é "(...) todo o anno que os gados podem pastar nas serras, porque na estação invernosá, quando a neve cobre as montanhas, é necessário mandar os gados para terrenos mais ferteis, mais abrigados.(...)"¹⁶⁶.

Acompanhando a responsabilidade comum evidenciada já a propósito da manutenção anual dos caminhos, curros e cabanas da serra, a organização social que suportava a actividade pastoril conhecia, como ainda actualmente se verifica, uma modalidade de partilha colectiva de responsabilidades, de que a "vezeira", "vizeira" ou "bazeira" é porventura a expressão mais significativa. Com variações locais pouco significativas, a organização das "vezeiras" era semelhante em toda a serra Amarela - vejam-se, para o efeito, as pormenorizadas descrições de Jorge Dias (1948:64 e segs.), de João A.M. Cruz (1969:5 e segs.), ou ainda de Baeta Neves (1976:41 e segs.)¹⁶⁷.

Para este período não encontramos dados relativos aos efectivos pecuários. Ter-se-ão alguma vez atingido os valores do "Arrolamento" de 1934? – 872 cabeças de gado bovino, 739 de ovino e 1.424 de caprino (Neves, 1976:37).

Embora não saibamos a que percentagem do efectivo pecuário correspondiam, as "oitosentas cabeças de gado de Vileirinho e Tornos¹⁶⁸ da Ermida e de Lindoso" que os portugueses recuperaram aos galegos, no ataque de 1657¹⁶⁹, constituem um número significativo, revelador de intensa exploração pastoril, tal como o empenho colocado pelas populações e soldados portugueses

¹⁶⁴ Sic, por *serra*.

¹⁶⁵ Anexo 1 – Documento 13.

¹⁶⁶ Anexo 1 – Documento 12.

¹⁶⁷ Para mais bibliografia sobre o assunto ver Oliveira e Pereira, 1994:175 (nota 201).

¹⁶⁸ Sic, por *fornos* (= cabanas)

¹⁶⁹ Anexo 1 – Documento 8.

no seu resgate revela bem a importância que a criação de gado detinha no quadro da economia das populações serranas.

Percebe-se assim que a criação de gado justificasse as maiores atenções e cuidados, patentes tanto na exigência de haver sempre pastores na serra a acompanhar os animais, como na realização de batidas aos lobos, considerados então os predadores mais prejudiciais, que importava eliminar.

Relativamente ao primeiro aspecto destaca-se, para além da obrigatoriedade de os donos do gado servirem na "vezeira", sob pena de pesadas multas se o não fizessem, a norma das "Posturas" de 1850 da freguesia de Lindoso, que estabelecia que a "vezeira" devia ser acompanhada sempre de dois pastores, um vigieiro e um auxiliar, podendo o vigieiro "(...) ser homem ou mulher, mas sempre dos mais capazes que houver na casa que tiver que cumprir este serviço (...)" (Neves, 1976:41).

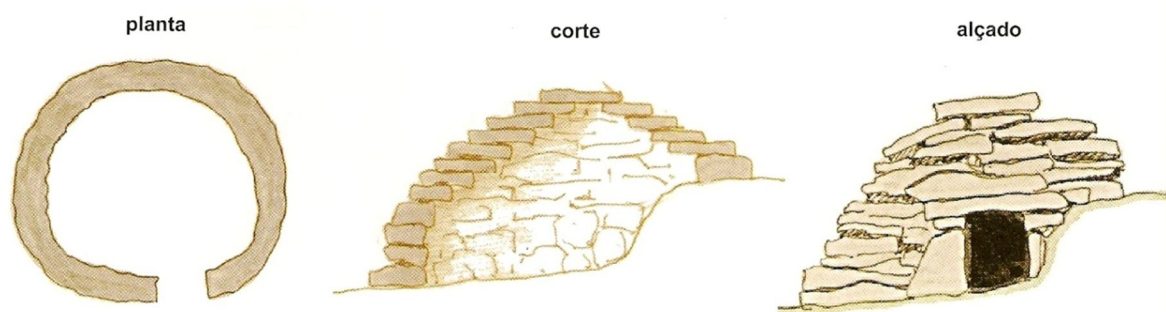


Fig.199 – Modelo tipo de cabana de pastor (in Viana, 1999:76).



Fig.200 – Perspectiva da Cabana e Curral de Rebordo no Feio.



Fig.201 – Perspectiva aproximada de Cabana da Chã do Couto.



Fig.202 – Fojo de lobo do Colado da Porta, com cabana/abrigo no topo do paredão nascente.

Relativamente às batidas aos lobos refira-se desde logo que estas eram uma actividade tão regular e importante que justificaram não só a conservação do fojo do Colado da Porta (ou Fojo Velho - arqueossítio NIG.038), mas também a construção de um novo e maior fojo na cumeada da serra - o fojo "novo" da Ermida¹⁷⁰, um pouco a poente do cume do Muro.

A estes fojos acorriam em montaria as freguesias das duas vertentes da serra Amarela, nomeando-se em 1758 as de Lindoso, Ermida, Britelo e S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios, do lado do rio Lima e Gondoriz, Brufe, Cibões e Campo S. João do lado do rio Homem¹⁷¹. A época de realização, as modalidades de organização e o envolvimento colectivo devem ter-se mantido inalteráveis desde os tempos medievais.

Da sua realização nos finais do Inverno e inícios da Primavera dá-nos notícia, em 1758, o vigário Domingos Carvalho, pároco da freguesia de Brufe: "(...) Nesta serra pastão Bacas Carneiros cabras reixelos, ha hum fojo para nele se caçar e matar os lobos que todos os Sabados da Caresma e todos os Sabados des a pascoa emte o Sprito Santo este concelho e as freguesias se São Silvestre de ermida e a freguesia de Lindoso fazem montaria para os matar e todos os meses, digo, todas as vezes que há notícia que elles fazem estragos, digo dano.(...)" (Silva, 1985a:124).

Das modalidades de organização falam-nos as antigas "Posturas" das aldeias serranas, fonte preciosa de inúmeros estudiosos, como Tude de Sousa, que já citámos anteriormente a propósito deste assunto.

Da dimensão simultaneamente épica e trágica do empreendimento, resultante da participação empenhada de toda a gente envolvida, nada se colhe dos imponentes paredões hoje silenciosos e parcialmente arruinados que correm o cimo dos montes. Restam-nos alguns relatos de meados deste século, como o de uma montaria ao lobo descrita por Jorge Dias (1948:182-183), de que transcrevemos o seguinte excerto:

"(...) A batida é um dos espectáculos mais extraordinários a que se pode assistir na serra. Ainda de noite, antes dos primeiros alvares

¹⁷⁰ É assim que é designado pelos moradores de Lindoso, por antonimia ao "seu" fojo "velho" do Colado da Porta. Nas "memórias" de 1758 é nomeado "fojo da Marella", constituindo então um dos limites de Lindoso.

¹⁷¹ Anexo 1 – Documento 10. Ver também Silva, 1985a:124, 132, 161 e 180.

do dia, já todos ocuparam os postos destinados pelo Zelador. No momento próprio, quando chegou a hora do ataque, uma detonação rasga a serenidade magnífica da madrugada. Nessa altura, uma algazarra bárbara e infernal rompe dos chavascais e das encostas distantes. São gritos desvairados a ecoar pelas quebradas, à mistura com latidos das matilhas. Estrondos de petardos, e sons estrídulos de buzinas, respondem ao ruído diabólico das sarroncas. (...) Nas sombras da manhã, ainda mal se divisam os contornos das cumeadas, e as encostas e quebradas são manchas negras, em que tudo se confunde, e lá de longe, de vários pontos à nossa volta, a gritaria aumenta, os estrondos multiplicam-se sem que nada se distinga ainda. As feras, assustadas, vão caminhando desconfiadas para o lado em que não se ouve barulho. É lá que está o fojo, e ao fundo os caçadores silenciosos, de armas aperradas e corações ansiosos.

A batida dura horas, é preciso usar de precauções, e evitar que os animais fiquem escondidos, ou se escapem por qualquer aberta.

A pouco e pouco, vai-se apertando o cerco, e aquelas vozes, pela manhã distantes, já se vão nitidamente distinguindo, e atrás delas surgem as figuras inverosímeis dos batedores. Quando a massa de homens vinda do poente, atingiu a linha de cumeada que ficava por trás do fojo, foi como se um friso fantasmagórico, de outras eras, surgisse de repente, vivo, em pleno século vinte. Homens bárbaros e desalinados, com roupas em farrapos, armados de fouces roçadouras, arcabuzes de pederneira, forçados, armas de boca de sino e muito curtas, outras só de um cano e muito compridas, desfigurados pelo entusiasmo da luta, os olhos fundos e brilhantes, os cabelos revoltos, alguns a cavalo, todos com um furor sagrado na expressão, e desejosos de travar contas próprias com um lobo, antes de o deixar chegar ao alcance dos caçadores do fojo, que são os únicos que têm armas de fogo central. Nada se pode comparar a tal espectáculo nos nossos dias! Aqueles homens, que hoje perseguem os lobos, deviam, de facto, ser os mesmos, que durante um século fizeram recuar constantemente as hostes romanas. São os homens da serra, solitários e livres, iluminados pelo entusiasmo da luta, que agora é só luta contra os lobos. (...)"

6. AS RUPTURAS NA PAISAGEM NO SÉCULO XX

6.1. Introdução

Na breve caracterização do Lindoso contemporâneo, com que abrimos o nosso estudo, salientámos a existência de um processo latente de mudança, perceptível na progressiva falência do modelo socioeconómico tradicional, como indiciam a redução e envelhecimento demográfico, a emigração sem retorno e o abandono das actividades pastoril e agrícola. Por outro lado, nota-se a indefinição do novo modelo socioeconómico para a população residente, que se pretende de desenvolvimento sustentado e que deveria substituir o anterior (PDAR, 1993; PO-PNPG, 2011).

Este processo de mudança, que nalguns aspectos poderá decorrer lentamente e de modo menos observável, conhece na configuração física da paisagem uma invulgar visibilidade.

Irreversivelmente consumadas umas e com possibilidade de conhecer variações de ritmo, de sentido e de grau outras, as mudanças que a paisagem de Lindoso conheceu no século XX constituem uma verdadeira ruptura com a paisagem anterior, ruptura tanto mais evidente quanto a nova paisagem que se vai desenhando denuncia orientações veiculadas por um modelo socioeconómico claramente distinto do da época moderna.

Entendemos assim que o nosso trabalho deveria contemplar a abordagem destas mudanças contemporâneas, razão pela qual apresentamos o capítulo que agora se inicia. Importa explicitar que na selecção dos fenómenos/acontecimentos caracterizadores da mudança consideramos preferencialmente aqueles que servissem a temática e os objectivos do nosso estudo.

Para a contextualização local das ocorrências contamos, para além da observação directa das materialidades correspondentes, com um significativo conjunto de estudos e documentos, três dos quais de referência indispensável: "Plano de Arborização da Serra Amarela (versão rejeitada)", de C.M.L. Baeta Neves (1976); "Aproveitamentos Hidroeléctricos de Alto-Lindoso e Touvedo", edição da EDP (1993); "Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Relatório de Síntese", elaborado pelos técnicos do PNPG (PO-PNPG 1995 e 2011).

Para a inserção da freguesia de Lindoso nos mais vastos contextos regional e nacional, recorreremos mais uma vez às obras "O Alto Minho" de Carlos A. Ferreira de Almeida (1987) e "História de Portugal" de José Mattoso (1994), desta última em particular os capítulos A «*Grei Agrária*» e As «*Mudanças Invisíveis*» do *Pós-Guerra*.

Comum a todos eles é a classificação das zonas serranas, em que a freguesia de Lindoso se inclui, como áreas de periferia e isolamento, onde se manifestam perfis socioeconómicos de regressão, isto é, condições de vida desfavoráveis, onde domina a pobreza, o analfabetismo e, aspecto de grande importância, o êxodo das populações.

Os efeitos negativos das sucessivas crises que foram abalando Portugal ao longo da primeira metade do século XX, acabaram por se repercutir também no Lindoso, talvez um pouco mais tardiamente mas com igual ou maior intensidade. Evidenciam-se, sobretudo, a partir de meados do século, época de grandes dificuldades, que justificou até, pelas incapacidades reveladas pelo regime, o expressivo epíteto de "anos de chumbo" (Mattoso, 1994:503).

Nessa época iniciou-se, com a tardia industrialização da economia portuguesa, a "radical perda de importância socioeconómica da agricultura" (Mattoso, 1994:442). No Lindoso, esta perda tem uma clara expressão no perfil demográfico, que a partir de meados do século XX acusa um sentido ou tendência decrescente claramente fixado, conforme se percebe pelos quadro e gráfico seguintes:

ANO	FOGOS	HABITANTES	Fonte / Referência
1911	200	857	Censo/MF 1913
1930	254	1000	Censo/DGE 1934
1950	266	1138	Censo/INE 1952
1960	296	1065	Censo/INE 1963
1970	319	1057	Censo/INE 1975
1981	355	811	Censo/INE 1983
1991	350	688	Censo/INE 1993
2001	392 ¹⁷²	536	Censo/INE 2002

Fig.203 – Quadro da evolução fogos/habitantes de Lindoso, entre 1911 e 2001.

¹⁷² O aumento do número de fogos (alojamentos familiares) a partir da década de 80 só aparentemente é contraditório com a diminuição da população. Trata-se, de facto, de casas novas de emigrantes, que as ocupam raramente ou as transformam em habitação definitiva quando se reformam e regressam à terra, abandonando então as antigas casas, que continuam a ser registadas nos censos como alojamentos.

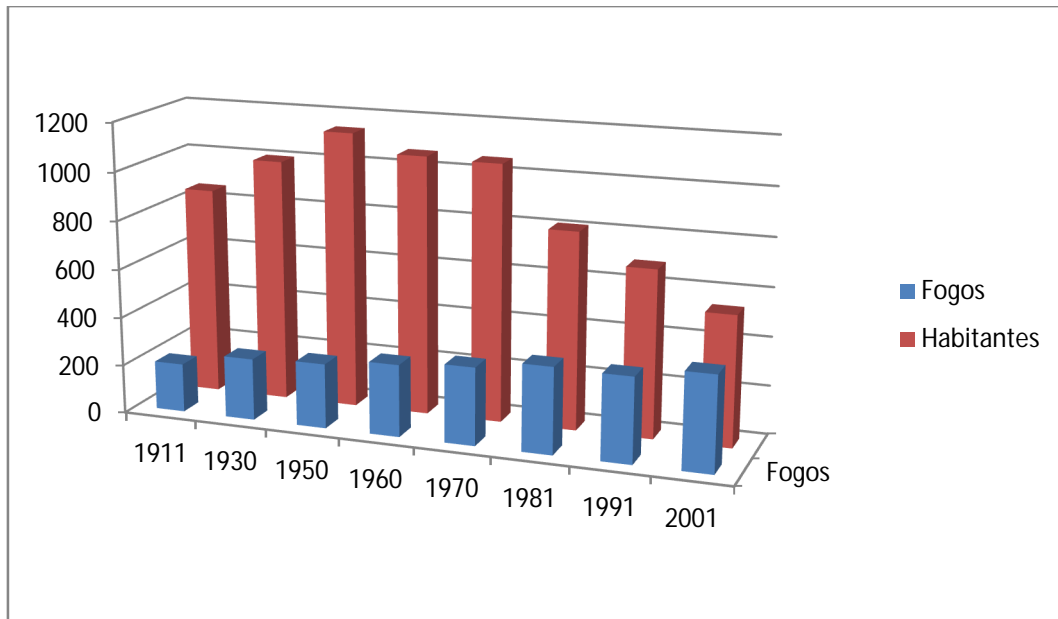


Fig.204 – Gráfico relativo ao quadro da figura anterior.

Os resultados provisórios do Censo 2011 registam uma redução de população superior a 20%, em relação a 2001¹⁷³, o que significa que o Lindoso tem, hoje, praticamente metade da população que possuía no início do século XX, acentuando-se aqui a secular assimetria litoral/interior e cidade/campo.

A génese próxima da ruptura evidenciada pela quebra demográfica encontra-se, aqui no Lindoso como no resto do Minho rural, na agitação social que nas décadas de 30 e de 40 do século XX perturbaram o país em geral e a região minhota em particular, provocando, a partir da década de 60, um surto de emigração sem retorno. À insatisfação relacionada com a requisição de cereais e tabelamento dos seus preços, juntaram-se o contrabando e a exploração clandestina de volfrâmio como resposta às restrições colocadas à sua livre extracção e o combate à florestação, este último indissociável das graves questões suscitadas pela tentativa de retirar os baldios à gestão das populações.

A exploração de volfrâmio no Lindoso conheceu uma tentativa efémera na Lomba/Braçal. Aí se observam ruínas de uma pequena edificação de planta quadrangular e um cordão de escombros ao longo de uma extensa e funda vala de extracção. Mais importante deve ter sido a actividade de contrabando, a julgar

173

http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=122169513&att_display=n&att_download=y (consultado em 9-07-2011: 20h12).

pelas inúmeras histórias que ainda hoje os moradores mais idosos contam, relatando episódios de fugas e de perseguições sucedidas na passagem clandestina da fronteira para traficar volfrâmio para Espanha.

É neste contexto de crise e de mudança que se produzem algumas das mais fortes intervenções que a paisagem de Lindoso conheceu, algumas das quais projectarão as suas consequências já para o século XXI.

6.2. A arborização dos baldios

No que concerne ao ordenamento florestal, remonta à década de 20 a primeira intervenção do Estado no Lindoso. Aconteceu na sequência de um complicado processo em torno de uma venda ilícita da Mata do Cabril, processo que culminou em 1925 com a anulação judicial da venda e consequente decisão de afectar a Mata à Direcção Geral dos Serviços Florestais.

Como testemunhou mais de uma década depois Baeta Neves (1976:28), as populações de Lindoso acabaram por acatar a decisão e "(...) retomaram as suas antigas ideias sobre a mata, pensando nela apenas como uma fonte de madeira para as suas construções e necessidades, considerando-a local de boa pastagem, uma riqueza de que beneficia sem pensar na sua venda.(...)".

Mas, mais do que por se questionarem remotos direitos de posse, direitos que a população de Lindoso fundamentava na carta de foral dada pelo rei Manuel I em 1514, não reconhecendo qualquer alteração de estatuto introduzida pela reforma administrativa de 1836¹⁷⁴, à polémica em torno da Mata do Cabril não foi alheia a suspeita de que tal afectação aos Serviços Florestais constituísse um primeiro passo para promover programas de florestação, os quais significariam necessariamente restrições à livre exploração e uso dos baldios, como as populações de Lindoso sempre tinham feito "desde tempos imemoriais".

É esta, aliás, a preocupação expressa pela Junta de Lindoso em 1923 (Neves, 1976:25).

"(...) Em relação ao regime florestal, este povo em Lindoso vive com princípios remotos que quase significa um verdadeiro socialismo, e dos

¹⁷⁴ Na sequência da qual o concelho de Lindoso foi extinto e integrado, como freguesia, no então criado concelho de Ponte da Barca.

quais não pode fugir nem transformar, visto que a propriedade é extremamente dividida, cercadas por um só muro, sementadas em acordão comum, veneradas em comum; tendo este o seu principal ponto de receita na criação ou pro-criação dos gados para acudir como única receita às vastas e múltiplas despesas bem como para satisfazer as contribuições ao Estado; e aonde há-de o povo apascentar os gados garranos, não tendo outro sustento donde lhe venha, se a mata do Cabril passasse ao regime florestal?!

Estamos pois em completo desacordão, e em nome do povo que representamos, nunca se tornará uma realidade sem consequências talvez graves, estando a frente de tudo o enérgico e vehemente protesto da Junta de Lindoso.

O Presidente da Junta - António Gonçalves Lopes - 9/2/923. (...)"

A oposição à florestação da serra Amarela tornou a manifestar-se aquando dos estudos prévios para elaboração do plano de arborização, realizados em 1940 por Baeta Neves (1976:13):

"(...) As recentes reclamações ao Senhor Ministro da Agricultura, já depois da nossa estadia ali, e a visita de representantes dos lugares ao Senhor Director Geral, provam como tudo que ficou dito e as impressões que colhemos em conversas com gente da região, que não se pode deixar de contar com a oposição, principalmente dos povos mais serranos, Lindoso, Ermida, Britêlo e Germil, à obra de arborização, que para eles constitui, a cima de tudo, um atentado aos seus direitos seculares. (...)"

Esta oposição não foi exclusiva das populações da Serra Amarela. A apropriação indevida dos baldios e os planos florestais do Estado Novo conheceram uma contestação mais ou menos generalizada por todo o país. Na zona de Viseu, p. ex., revestiram tal amplitude e gravidade que inspiraram o célebre romance de Aquilino Ribeiro *Quando os Lobos Uivam*. O estudo de Nicole Dévy-Vareta (1993), *A Floresta no Espaço e o Tempo em Portugal. A arborização*

da serra da Cabreira (1919-1975), oferece-nos uma pormenorizada leitura deste processo numa região mais próxima do Lindoso¹⁷⁵.

Traduzindo este conflito de interesses, o plano de arborização elaborado por Baeta Neves foi sabiamente configurado como um projecto de silvo-pastorícia, propondo não a arborização extensiva dos baldios mas antes a manutenção dos incultos, a organização de bosquetes e, complementarmente, o melhoramento das raças ovinas e caprinas.

Deve notar-se que o argumento tradicional, fundamentando a necessidade imperiosa de florestar na necessidade de sustentar a erosão das vertentes, é liminarmente rejeitado por Baeta Neves. De facto, à justificação dada pelo engenheiro agrónomo Veloso de Araújo (1928: 17 - nota 1), de que "(...) A erosão dá-se principalmente (...) nas vertentes das montanhas escalvadas (...) que fazem parte da bacia de recepção deste rio [Lima]. No território português as serras da Peneda, e Gerez, ainda muito desarborizadas, contribuem também para o seu açoreamento. § Urge, portanto, (...) fazer-se um imediato entendimento entre os engenheiros silvicultores das duas nações para uma criteriosa arborização das vertentes do Lima, (...)", Baeta Neves contrapunha que a erosão se deve à prática incontrolada de queimadas para regeneração de pastos: "(...) Dum solo sempre pobre, mas pelo menos fixado pela vegetação, fica a areia solta que a primeira enxurrada transporta pelos riachos para o Lima. É esta a principal causa do assoreamento deste rio e não a nudez arbórea da serra que o mato abundante, embora rasteiro, fixa e mantém. (...)" (Neves, 1976:32).

A mais de meio século de distância, é bom lembrar a profunda consciência social e a sólida formação técnica que habilitaram o então jovem engenheiro silvicultor a propor a solução mais adequada à situação (Neves, 1976:68-69):

"(...) É indispensável pensar que vamos combater a repugnância dos povos à alteração dos seus hábitos seculares, sem a consciência segura de que vamos beneficiá-los; perguntamos a nós próprios se, uma vez vencida a má vontade da população e até nascido o entusiasmo, mas alterado o "modus vivendi", transformando-os em florestais, se uma vez tudo isso conseguido, terminados os 30 anos de trabalhos, não ficamos

¹⁷⁵ Para a história dos baldios em Portugal, ver *Os Baldios*, de Manuel Rodrigues (1987).

na contingência de não os podermos manter na dependência da arborização. Uma vez a mata constituída, longe ainda de estar em exploração e o terreno ocupado, onde poderão os povos encontrar o necessário para viver ?

Se esta interrogação tem razão de ser como estamos convencidos, muito abalada fica a justificação de um plano desta ordem.

Em consequência de tudo que dissémos achamos que:

1º. - se estabeleça um sistema de fiscalização dos fogos com a legislação adequada; 2º. - se imponham restrições profundas na apascentação do gado caprino; 3º. -se vigie a extracção de produtos do Cabril enquanto não pudémos fornecer às populações material doutros locais; 4º. - se executem obras de melhoramento pecuário e pastoril como sejam a arborização em bosquetes, a construção de estábulos e tanques, a introdução de raças cujo cruzamento seja útil para o melhoramento das existentes.(...)".

O plano de arborização proposto por Baeta Neves para a Serra Amarela não foi aceite pela direcção dos Serviços Florestais de então. Foi substituído por um outro plano, concordante com a política económica autoritariamente imposta na época, que dava prioridade aos critérios silvo-industriais.

A "Lei de Reconstituição Económica" de 1935 deu o enquadramento jurídico-legal à "cruzada" desencadeada para florestar os baldios. Nesse mesmo ano e antecipando o futuro "Plano de Povoamento Florestal" de 1938, os Serviços Florestais previam, a Norte do rio Tejo, as seguintes modalidades de aproveitamento dos terrenos baldios: para pastagens – 60000 hectares; para matas de espécies espontâneas – 33000 hectares; para floresta de produção – 420000 hectares (Dévy-Vareta, 1993:157-158). A crueza dos números não deixa quaisquer dúvidas sobre a pouca consideração que então mereceram as questões relacionadas com o impacto socioeconómico negativo da arborização dos baldios nas populações que os usufruíam.

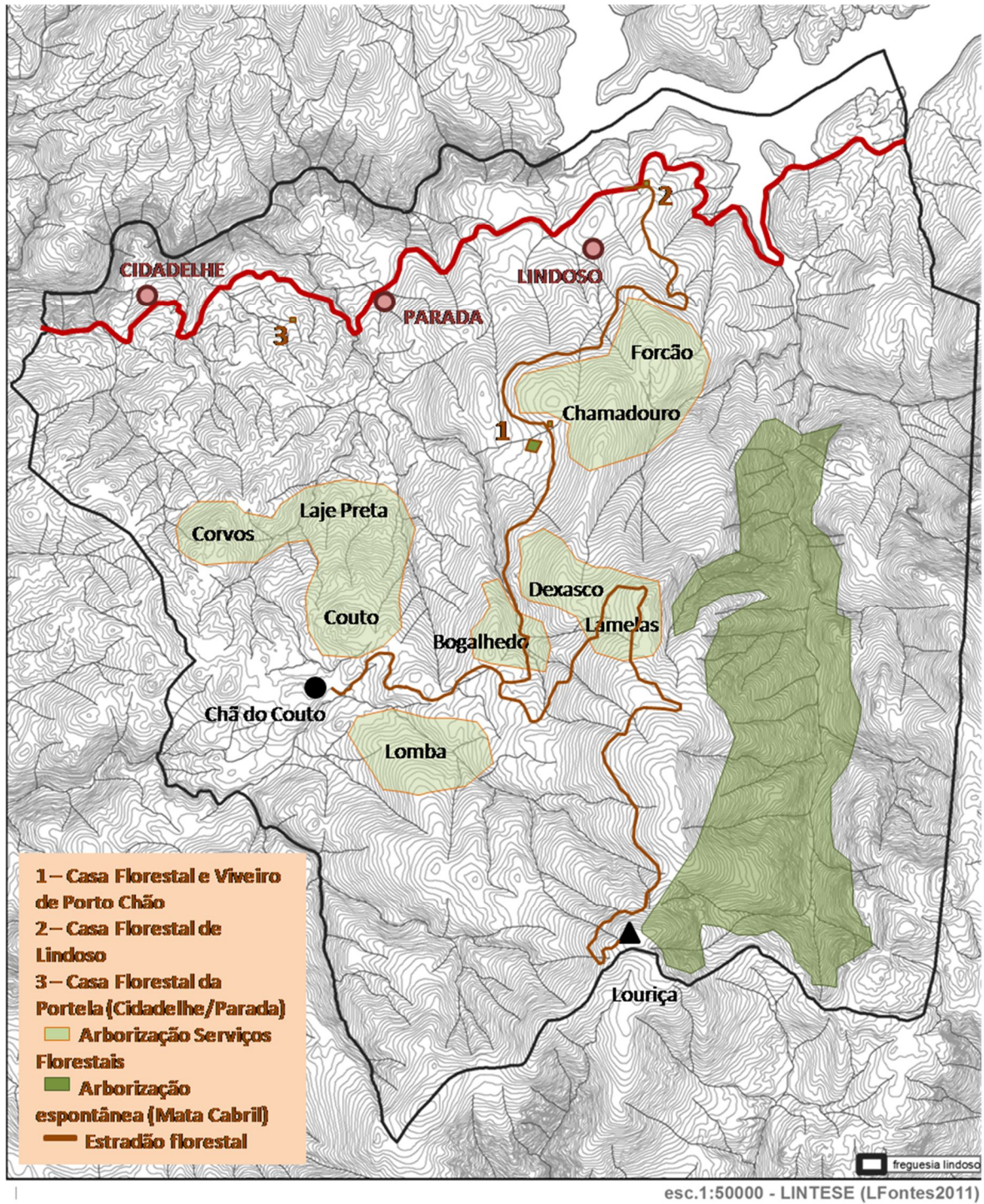


Fig.205 – Cartografia do plano de arborização executado pelos Serviços Florestais na freguesia de Lindoso na década de 60 do século XX.

Nos inícios da década de 70, a alteração da paisagem do Lindoso, em consequência das actividades de florestação, estava consumada: três casas florestais¹⁷⁶ para albergar os guardas responsáveis pela fiscalização da floresta; um viveiro para criação das árvores a plantar¹⁷⁷; um estradão de terra batida que rasgou as vertentes da serra desde a aldeia de Lindoso até ao cume da Louriça, com um ramal entre Bogalhedo e a Chã do Couto, numa extensão superior a 15 km; mais de 950 hectares de baldio semeados com espécies arbóreas¹⁷⁸ abrangendo, sobretudo, as zonas de média altitude de Forcão, Lamelas, Chamadouro, Dexasco, Couto, Corvos, Bogalhedo, Lage Preta e Lomba.

O processo iniciou-se nos finais da década de 40, semeando-se então apenas 154,3 hectares, na década seguinte o dobro da área (308,8 hectares) e já quase meio milhar de hectares no fim da década de 60 (494,41). Para o conjunto dos baldios submetidos ao regime florestal, a sua ocupação em 1971 era a seguinte: 957,51 hectares arborizados por intervenção dos Serviços Florestais, 797,55 hectares ocupados com arborizações espontâneas e 1 689,25 hectares incultos (afloramentos de rocha, matos e herbáceas) (Sampaio, 1971).

Embora estes números, particularmente os que correspondem à conservação da mata espontânea do Cabril e à preservação de incultos para pastoreio, possam revelar uma certa atitude de compatibilização entre os interesses dos Serviços Florestais¹⁷⁹ e os da população de Lindoso, a verdade é que nunca se venceu verdadeiramente a resistência da população à florestação imposta dos baldios. Tanto assim foi que, aqui no Lindoso, como no resto do país onde situações semelhantes ocorreram, os incêndios constituíram a forma de retaliação mais frequentemente usada pelas populações, particularmente a partir de 1970 (Dévy-Vareta, 1993:348-349)¹⁸⁰.

¹⁷⁶ Uma na Portela (entre Parada e Cidadelhe), outra no Lindoso (no início do estradão que liga à Louriça) e uma terceira em Porto Chão (junto aos viveiros de plantas aí instalados).

¹⁷⁷ Implantado na banda central-nascente do alvéolo de Porto Chão, estendia-se por uma área superior a 5 Ha (Sampaio, 1971).

¹⁷⁸ Com dominância clara do pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), sozinho ou em associação com outras resinosas e folhosas - a mais frequente das associações foi a do referido pinheiro bravo + pinheiro silvestre (*Pinus sylvestris*) + videeiro (*Betula spp.*) + carvalho (*Quercus spp.*) (Sampaio, 1971).

¹⁷⁹ Com jurisdição transferida para o PNPG a partir de 1971, ano em que este foi criado.

¹⁸⁰ Em Portugal, os anos de 1975, 1985 e 1991 foram particularmente gravosos, tendo ardido, respectivamente, 82.086, 79.440 e 116.364 hectares de produtos florestais e de pastagens + 29.800, 68.815 e 45.451 hectares de matos, (Dévy-Vareta, 1993:397).

Hoje, pequenas manchas arborizadas e amplas vertentes e lombas descarnadas, pontuadas por árvores isoladas, atestam a violência dos fogos e lembram as extensas arborizações de um passado próximo. Dos povoamentos florestais no Lindoso restam hoje pouco mais de 100 hectares. As matas espontâneas, tanto pela sua própria composição como por continuarem a ser usufruídas pela população, foram pouco afectadas pelos incêndios, à excepção da Mata do Cabril, a qual viu a sua área arborizada reduzir-se para metade, ocupando hoje cerca de 265 hectares.

Embora pouca floresta haja para gerir, as "casas-da-floresta" lá continuam a marcar a paisagem - a de Portela, transformada em casa-abrigo ao serviço do PNPG; as de Lindoso e Porto-Chão, fechadas e desactivadas, aguardam que melhores tempos tragam algo para que possam servir.

O estradão Lindoso-Louriça não serve já a exploração florestal da serra. O seu piso térreo, periodicamente ravinado pelas escorrências torrenciais das águas das chuvas e outras tantas vezes refeito e consertado, serve agora a manutenção das antenas de telecomunicações que coroam o ponto mais alto da serra. "Bunkers" de betão e altas torres metálicas são agora, substituindo as neves que outrora recobriam os cumes durante a maior parte do ano, as visíveis marcas paisagísticas que identificam, até horizontes longínquos, a Serra Amarela.



Fig.206 – Panorâmica do cume da Louriça, com antenas de telecomunicações.

6.3. O aproveitamento hidroeléctrico do rio Lima

Conforme alvará régio de 14 de Fevereiro de 1907, foi concedida licença a Justino Antunes Guimarães e Jesus Palacios Ramilo "(...) para aproveitamento da água do rio Lima, fazendo uma derivação na sitio da Costa do Fojo, na freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, no districto de Vianna do Castello, para criação de força motriz, (...)" (EDP, 1993:16).

Estava dado o primeiro passo para o aproveitamento hidroeléctrico do rio Lima, a partir de 1908 levado a efeito pela empresa espanhola Electra del Lima, que havia adquirido a concessão. O projecto concretizou-se em 1922 com a chegada à cidade do Porto da energia produzida na Central de Lindoso (assim chamada mas localizada, de facto, em Paradamonte, Britelo).

A expressão paisagística do empreendimento materializava-se então num paredão com cinco metros de altura que, mais do que criar uma albufeira, servia para desviar as águas para um canal de derivação com 6781 metros de comprimento, até se precipitarem na Central para serem turbinadas pelos grupos geradores. Importa destacar os 4311 metros do canal em túnel, aberto na rocha granítica, o que para a época, 1921, constituiu uma "extraordinária obra de engenharia" (EDP, 1993:16). Em 1923-24 elevou-se a barragem para os 22,5 metros de altura, criando-se assim uma albufeira com capacidade para 750000 m³ de água.

O aumento contínuo dos consumos de energia justificou a realização regular de obras de remodelação e ampliação, culminando em 1951 com a instalação do último grupo gerador na Central de Lindoso (EDP, 1993:18).

Para serviço da "presa de Lindoso" rasgou-se um estradão de terra batida no terço inferior da vertente, exactamente no limite da área agricultada, ligando a velha ponte do rio Cabril à barragem e daí até poente de Cidadelhe, numa extensão aproximada de 4,5 km.

Deve notar-se, contudo, que o reduzido impacte paisagístico deste primeiro empreendimento hidroeléctrico foi apenas aparente. De facto, embora indirectamente, como veremos no subcapítulo seguinte a propósito da abertura da nova estrada ligando a fronteira à vila da Barca, este primeiro empreendimento

hidroeléctrico do Lindoso inicia uma significativa alteração da estrutura de povoamento.



Fig.207 – Panorâmica da antiga barragem do Lindoso, c. 1990 (foto reproduzida de EDP, 1993:15).

Na década de 60 do século XX, a Electricidade de Portugal (EDP) iniciou estudos para explorar todas as potencialidades subaproveitadas do rio Lima, os quais concluíram pelo interesse da monumental barragem que, hoje, se implanta no mesmo local onde no início do século se havia construído o "açude" da Electra del Lima.

Aí se colocaram, entre 1987 e 1990, 308500 m³ de betão, erguendo uma abóbada de duplo arco com 110 metros de altura e 297 metros de comprimento no coroamento. Com esta barragem criou-se uma albufeira que, estendendo-se por mais de 17,8 km, inunda uma área superior a 1000 hectares, podendo armazenar cerca de 350 milhões de m³ de água (EDP, 1993:72).

O troço do vale do rio Lima onde confluíam os rios Laboreiro e Cabril, pura e simplesmente "desapareceu" sob o plano de água que agora se estende a perder de vista, à cota aproximada dos 340 metros acima do nível do mar. Este plano de água, conjuntamente com a nova estrada, que obrigou a construir acima dos 350

metros de altitude na passagem do vale do rio Cabril, constitui a mais expressiva alteração paisagística do território de Lindoso, tanto pelo gigantismo da efectiva modelação física do espaço, como pelas consequências que essa mudança projectará no futuro, sobretudo ao nível da configuração de um novo ecossistema.

O empreendimento hidroeléctrico do Alto Lindoso é uma obra de engenharia notável, não apenas pela barragem mas igualmente por todo o complexo subterrâneo associado: órgãos de descarga, circuito hidráulico e central e câmaras das válvulas, que se desenvolvem até 350 metros de profundidade e por uma extensão superior a 5 km¹⁸¹. Para se ter uma ideia da dimensão destas obras, interessa referir alguns valores: 850000 m³ de escavações subterrâneas, 434100 m³ de betões nas galerias, túneis e câmaras, 14070 toneladas de aço em armaduras e blindagens (EDP, 1993:79)



Fig.208 – Panorâmica da actual barragem do Alto Lindoso, construída no local da antiga.

¹⁸¹ Das tomadas de água às bocas de saída da galeria de restituição medem-se, em planta, 5.340 metros (EDP, 1993:41).



Fig.209 – Planta geral do empreendimento hidroelétrico do Alto Lindoso (in EDP, 1993:31v. -32v.)

Uma outra alteração física da paisagem, menos evidente a quem não conheça o território, é a da "secagem" do leito do rio Lima entre a barragem e a boca de saída da galeria de restituição, cerca de 5 km para jusante de Lindoso. Outrora percorrido por águas límpidas, num curso rápido e ruidoso, esse troço é hoje um árido e esbranquiçado amontoado de calhaus e de blocos, silencioso e sem vida, onde não corre água alguma. Como do "(...) interior de cada descarga [do fundo da barragem] deriva uma conduta, provida de válvulas, que garante o fornecimento do caudal ecológico, indispensável ao troço do rio que se estende até à cabeceira da albufeira de Touvedo.(...)" (EDP, 1993:37-38)., somos levados a pensar que esta alteração na paisagem é uma anormalidade provisória que brevemente deverá ser eliminada.

Das repercussões socioeconómicas deste recente empreendimento no Lindoso é ainda prematuro avançar quaisquer previsões. Sem dúvida que, pela sua localização estratégica na passagem de uma estrada internacional, este empreendimento constitui um "(...) poderoso pólo de atracção, oferecendo à região potencialidades e condições de desenvolvimento socioeconómico, que darão frutos se devidamente explorados, (...)" (EDP, 1993:29). Também é

verdade que essa atracção poderá servir para um maior equilíbrio do Parque Nacional da Peneda-Gerês, no sentido de que implicará uma maior repartição dos fluxos turísticos que constituem já uma pressão indesejável em zonas mais sensíveis e vulneráveis.

Porém, como prudentemente reconhecem os responsáveis pelo empreendimento, a conciliação do "(...) desenvolvimento com a preservação dos valores essenciais pré-existentes é, efectivamente, um desafio à sensibilidade e à inteligência. (...)" (EDP, 1993:29). Significa isto que essa conciliação não será fácil, tanto mais quanto a identidade territorial e socioeconómica do Lindoso se dissipa, quer na albufeira que se espraia maioritariamente por território galego, quer na transferência para o exterior dos proveitos económicos resultantes da produção de energia eléctrica.

6.4. O melhoramento do eixo viário principal e a dispersão do povoamento

O traçado medieval da via que servia a margem esquerda do rio Lima ligando Ponte da Barca à fronteira de Lindoso manteve-se em uso até ao primeiro quartel do século XX. Data de 1928 a conclusão do troço Cidadelhe - Madalena de um novo traçado, executado pela Junta Autónoma de Estradas. O troço inicial, Ponte da Barca - Vila Chã, tinha sido feito pela Câmara Municipal. O troço Vila Chã - Cidadelhe foi construído pela "Electra del Lima", mantendo-se marginal até à conclusão da ligação à fronteira (Neves, 1976:46).

Mantendo-se paralelo ao rio Lima, o novo traçado, identificado desde então por EN.304-1, foi rasgado quase sempre um pouco mais a Norte da estrada medieval, vencendo-se suavemente os declives, da mesma forma serpenteante, nas passagens das linhas de águas mais caudalosas facilitada pela construção de cinco sólidas pontes em arco de excelente aparelho em cantaria granítica.

Ao contrário da via antiga, que atravessava o interior das aldeias de Parada e de Cidadelhe, a nova estrada passou-lhes ao lado. Cidadelhe ficou a Norte e Parada a Sul, mantendo-se a via antiga em uso para acesso às habitações, aos campos e aos moinhos. Nestas duas aldeias, mais do que na de Lindoso, esta deslocação da via para fora das povoações estimulou a construção de novas

casas junto à estrada principal, por onde então passaram a circular as viaturas motorizadas que permitiam chegar mais rapidamente à vila da Barca.

Estava dado o primeiro passo para a dispersão do povoamento, que se acentuou a partir do terceiro quartel do século com a decisão de vários emigrantes de construírem novas casas, já não junto aos núcleos originais das aldeias mas antes ao longo da estrada, ou então junto às leiras que possuíam fora dos lugares.

Data ainda do primeiro quartel deste século a construção dos três novos cemitérios que passaram a servir cada um a sua aldeia, na sequência das leis que proibiram os enterramentos nas igrejas. O de Lindoso construiu-se no topo nordeste da colina do castelo, o de Parada na bordadura poente da veiga agrícola e o de Cidadelhe num outeiro a Sudoeste da aldeia. De notar que todos eles foram implantados em terrenos incultos, não se sacrificando qualquer parcela de solo agrícola.

De uso restrito, os cemitérios permaneceram construções isoladas, marcando aleatoriamente um espaço de não habitabilidade, que servia um novo conceito de espaço dos mortos. Reservado aos defuntos, nas suas imediações nunca se construiu qualquer habitação.

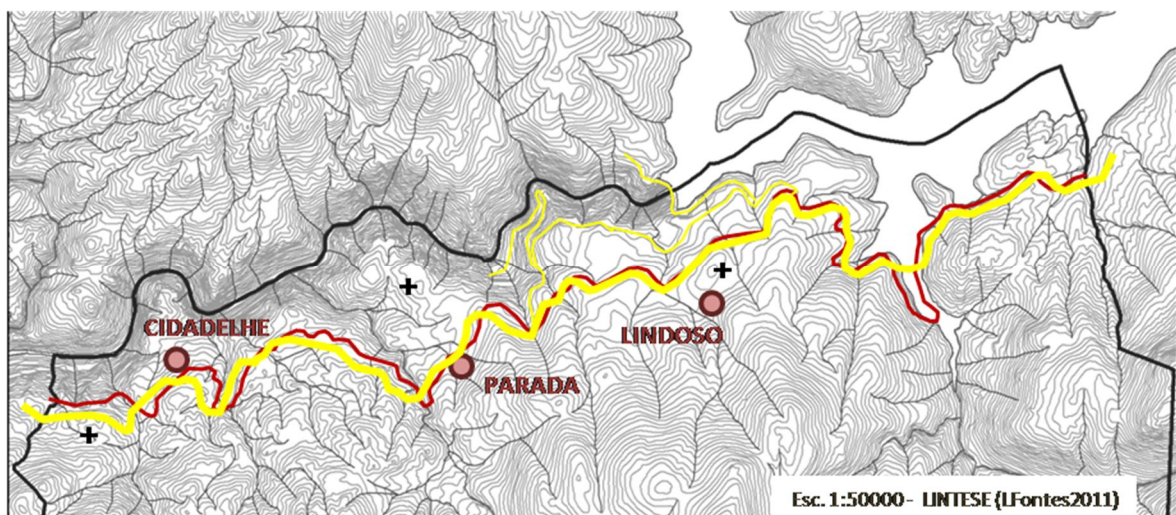


Fig.210 – Localização dos novos cemitérios e traçados da estrada EN.304-1. A vermelho indica-se o traçado do início do século XX e a amarelo a rectificação feita na sequência do empreendimento hidroeléctrico do Alto Lindoso.

Decorrido pouco mais de meio século e face à evolução dos transportes rodoviários, a sinuosa e estreita estrada de Ponte da Barca à Madalena tornou-se rapidamente obsoleta. A construção do empreendimento hidroeléctrico do Alto Lindoso na década de 80 proporcionou a ocasião para construir uma nova via, concretizando-se a parte do plano rodoviário nacional que contemplava a construção do nó de Ponte da Barca, com a ligação aos Arcos de Valdevez pela nova ponte sobre o rio Lima em Vila Nova de Muía e ligação à fronteira da Madalena. Esta ligação à fronteira articulou-se com semelhante esforço feito pelas entidades espanholas, tendo em vista estabelecer um rápido eixo viário de ligação do interior galego (Orense) ao litoral minhoto (Viana do Castelo).

Nalguns troços, a nova estrada sobrepôs-se à anterior corrigindo o seu traçado, como é o caso do percurso entre Cidadelhe e o Lindoso (castelo). Daqui à Madalena, o traçado é totalmente novo, pois o antigo ficou em grande parte submerso pelas águas da albufeira. A nova estrada determinou a construção de duas novas pontes na área da freguesia de Lindoso - uma em Parada, exactamente sobre a antiga ponte medieval, numa solução técnica engenhosa mas arquitectonicamente infeliz, pois a velha ponte de silharia granítica ficou literalmente "engaiolada" entre os pilares de betão da nova ponte, rompendo-se a harmonia do enquadramento paisagístico original, e outra sobre o braço da albufeira que penetra pelo vale do rio Cabril.



Fig.211 – Panorâmica sobre a nova travessia do rio Cabril.

A tendência de dispersão das construções anteriormente desencadeada com o melhoramento da via acentuou-se consideravelmente na última década, surgindo mais casas ao longo da estrada principal e agora marginando também alguns caminhos vicinais de acesso aos lugares, como nas imediações de Real e na zona entre a igreja e o castelo, ou então aproveitando as boas estradas de acesso ao empreendimento hidroelétrico, como aconteceu sobretudo a Nordeste de Lindoso, onde se formou já um novo aglomerado, identificado pela população como o lugar de Alto Lindoso.

Poderá dizer-se que esta proliferação de novas casas, de arquitectura estranha ao lugar, constitui a marca paisagística mais evidente do fenómeno da emigração.

A aldeia de Lindoso, por ficar afastada da estrada principal, conservou melhor as suas características “urbanas” e arquitectónicas tradicionais, ao contrário dos aglomerados de Cidadelhe e de Parada, cuja coerência e contiguidade “urbanas” aparecem já perturbadas pelas construções recentes.

Procurando enquadrar este processo de ruptura do modelo de povoamento, o "Plano de Ordenamento" do PNPG adoptou um conjunto de objectivos e critérios para a fixação dos perímetros urbanos dos aglomerados, em consequência dos quais resultou, entre muitas outras, a proposta de "(...) Evitar a disseminação da construção no território (com os consequentes custos de infra-estruturação e degradação da paisagem), concentrando a habitação no interior dos perímetros urbanos (...)" (PO-PNPG, 1995: 80).

6.5. A monitorização dos arqueossítios e a criação de uma nova paisagem

Sob a qualificação de paisagens culturais ou com interesse histórico, é hoje reconhecidamente aceite que as paisagens rurais "tradicionais", onde a relação ser humano/meio atingiu um equilíbrio durável, são um bem público que se vai tornando raro e cada vez mais valioso. A sua preservação é por isso prioritária.

Como bem sublinhou o geógrafo Paul Messerli (1993:6-7) a propósito da necessidade de cuidar-se das montanhas europeias, das paisagens agrícolas de

montanha pode dizer-se que são "(...) «realizações culturais» porque elas correspondem a uma forma de ordenamento e de exploração da natureza que se pode qualificar de «durável». Estudos científicos modernos têm mostrado que essas paisagens agrícolas são ecologicamente estáveis, duravelmente produtivas, naturalmente variáveis e belas. (...)".

No que respeita particularmente às paisagens tradicionais de montanha, desenvolvidas de forma empírica ao longo de muitas gerações, considera-se mesmo que estas "(...) continuam a ser uma referência na qual se deve inspirar a gestão dos recursos e do meio ambiente. (...)". (Messerli, 1993:6).

As organizações e organismos vocacionados para a conservação do Ambiente, governamentais e não-governamentais, já reconheceram o valor e importância da preservação das paisagens humanizadas estabelecendo, na Europa, uma categoria específica no âmbito dos planos de acção para as áreas protegidas - são as designadas *paisagens terrestres e marítimas protegidas da Categoria V*, que se definem elementarmente como "(...) paisagens <<em que se vive>>, nas quais a utilização humana e a sua influência são importantes e se verificam há muito. Essas áreas ajudam a conservar a natureza e a manter modos de vida que são satisfatórios e estão em harmonia com a natureza. Elas podem constituir exemplos de uma utilização da terra sustentável e são locais favoritos de recreio e turismo. (...)". (Hume, 1994:17).

Explícita ou implicitamente, as expressões materiais das acções antrópicas que sustentaram a modelação das paisagens são reconhecidas como parte integrante e indissociável dessas paisagens e constituem hoje património construído, monumental ou não, cuja conservação é imprescindível à compreensão das paisagens em que se enquadram¹⁸².

É isto mesmo que a Lei 107/01, conhecida como "Lei de Bases do Património"¹⁸³, consagra, sob o conceito de *SÍTIOS*, que se entendem como obras conjuntas do ser humano e da natureza¹⁸⁴.

¹⁸² Sobre esta matéria, veja-se o que escrevemos no subcapítulo 1.2. *A importância das paisagens serranas*.

¹⁸³ Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro, Artigo 14.º (DR n.º 209/01 SÉRIE I-A, p.5808-5829).

¹⁸⁴ Algumas reflexões têm feito corresponder ao conceito de *sítios* expressões como *bens mistos* ou *paisagens culturais* (Maia, 1995:23), reconhecendo-se desse modo uma mais clara interligação dos monumentos com o meio.

Ora, destas considerações prévias decorre que a exploração durável do meio e portanto a conservação das paisagens só é possível se houver uma adequada e permanente manutenção dessas mesmas paisagens. É precisamente neste sentido de manutenção adequada e permanente, dinâmica, da paisagem, que consideramos justificar-se introduzir o conceito de monitorização, aqui aplicado exclusivamente à componente arqueológica da paisagem. Cumprimos também, assim, o objectivo que nos propusemos no início do nosso trabalho, de ir mais além do estudo descritivo e interpretativo das paisagens arqueológicas, abordando questões relativas à integração da componente arqueológica no planeamento e gestão das paisagens actuais.

Pedido de "empréstimo" à ciência do Ambiente, o conceito de monitorização deve ser entendido como um conjunto de actividades de registo e medição de variáveis seleccionadas, conduzidas de forma sistemática e repetidas no espaço e no tempo. Dito de outro modo, actividades de levantamento/registo [*survey/census*] e de vigilância [*surveillance*] (Spellerberg, 1991:18 e segs.), concebidas como componentes fundamentais de um sistema de alarme preventivo, susceptível de cobrir situações actuais, impactes e mitigação de medidas, alertando para situações potencialmente negativas antes que o "estrage" seja irremediável (Bisset, 1994:151 e segs.).

Este carácter preventivo da monitorização significa que os seus resultados deverão ser explorados no sentido do estabelecimento de recomendações. Deste modo, no modelo de monitorização que propomos para o território de Lindoso, a recolha e análise de informação ao nível do inventário de arqueossítios cumpre também objectivos prescritivos, orientados para o estabelecimento de "restrições de uso" e de "atribuições de uso" e para o estabelecimento de relações de "compatibilidade" e de "prioridade".

As condicionantes ou restrições, que podem também expressar-se em níveis ou classes de protecção, poderão ser estabelecidas a partir de análises de qualidade¹⁸⁵ e fragilidade¹⁸⁶, informando a primeira sobre "quanto" merece

¹⁸⁵ Conceito relacionado com valores perceptuais e culturais, subjectivos (Aramburu Maqua e Escribano Bombín, 2006: 752 e sgs.).

¹⁸⁶ Definida como o grau de susceptibilidade à deterioração face à incidência de determinadas actuações ou alterações (Aramburu Maqua e Escribano Bombín, 2006: 752 e sgs.).

conservar-se um arqueossítio e a segunda sobre "quanto" pode um arqueossítio deteriorar-se por um determinado uso ou actuação¹⁸⁷.

As restrições de uso estabelecidas em resultado das análises anteriores podem expressar-se em três níveis ou classes de protecção, susceptíveis de se equipararem às *classes de zonamento* propostas no Plano de Ordenamento do PNPG para a Área de Ambiente Natural – *Zona de Protecção Total* (protecção máxima) e *Zona de Protecção Parcial Tipos I e II* (protecção parcial) (PO-PNPG, 2011).

A actividade de vigilância sobre o "comportamento" dos arqueossítios deverá estar estreitamente vinculada à classificação precedente, admitindo-se como adequado um ritmo de registo e medição das variáveis seleccionadas *anual, bienal e trienal*, respectivamente.

Relativamente às atribuições de uso, estas deverão ter por base análises de impacte e de capacidade, entendendo-se pelo primeiro o efeito que uma determinada acção/uso produz nos arqueossítios e pela segunda a aptidão para que se possam desenvolver determinadas acções/usos (Aramburu Maqua e Escribano Bombín, 2006:752 e sgs.).

Relativamente ao impacte devem considerar-se como referência actuações/usos não orientados para a protecção, conservação e valorização dos arqueossítios, isto é, acções susceptíveis de causar um impacte negativo¹⁸⁸ - agrícolas, silvopastoris, florestais, construção civil e obras públicas, aproveitamentos turísticos. Podem estabelecer-se as seguintes classes de impacte¹⁸⁹: 1 - *Fraco*, 2 - *Moderado*, 3 - *Forte*.

No que concerne à capacidade, deverão estabelecer-se cinco classes: *Nula, Baixa, Média, Alta, Excelente*. Como acções/usos de referência consideram-se: a) investigação científica em arqueologia, servindo temas e interesses diversos; b) aproveitamentos turísticos e culturais, no sentido de os arqueossítios constituírem

¹⁸⁷ Considerando os atributos de caracterização dos arqueossítios, deverá fazer-se corresponder as classes de qualidade às categorias de valoração dos arqueossítios referidas no campo 13-VALOR da tabela SITIARQ: *Excepcional; Grande; Médiana; Fraca*. Relativamente à fragilidade podem estabelecer-se três classes: *Muita; Normal; Pouca*, obtidas pelo cruzamento dos campos 8-ESTCONS e 9-RISCO da tabela CONTXARQ e campos 5-RELESP, 6-IMPLANT, 7-DECLIVE, 10-TIPOSOLO, 11-USOSOLO, 12-COBERVEG e 13-EROSÃO da tabela CONTXAMB.

¹⁸⁸ Por, de um modo ou outro, implicarem revolvimento do solo e deslocação de terras, determinando assim a destruição irreversível do contexto sedimentar do arqueossítio.

¹⁸⁹ A classificação atribuída deverá ser concordante com a classificação do valor de *Fragilidade*.

monumentos/sítios susceptíveis de integrarem circuitos ou percursos interpretados, de reconhecido valor e significado histórico-arqueológicos¹⁹⁰.

A ponderação articulada das classificações de impacte e de capacidade permitem fazer uma adequada atribuição de usos, ou estabelecer um "uso preferencial". No caso vertente, afigura-se-nos perfeitamente defensável propor, numa perspectiva globalizadora do património como parte integrante da paisagem, a classificação do Parque Nacional da Peneda Gerês e, portanto, do Lindoso, como Paisagem Cultural, na linha do que se faz, com reconhecido êxito, um pouco por toda a Europa (Martins e Fontes, 2007-2008; Fontes, 2010).

Quanto às relações de compatibilidade e de prioridade, deve destacar-se que as primeiras se estabelecem sem dificuldade porque são intrínsecas às actividades ou usos possíveis, enquanto as segundas são extrínsecas e devem resultar de uma nova especificação de objectivos, neste caso o melhor conhecimento das paisagens arqueológicas e o fomento da qualidade de vida das populações.

Apresentada a proposta de modelo de monitorização, importa salientar que, aplicar ao Lindoso um qualquer programa de monitorização da paisagem arqueológica significa pensar o território de Lindoso, pelo qual se dispersam os noventa arqueossítios e sítios identificados, como um vasto campo laboratorial.

Efectivamente, tal ideia implica, desde logo, considerar o património arqueológico como um recurso importante, a conservar de forma deliberada, já que os arqueossítios não são recursos renováveis - circunstância que aumenta consideravelmente o seu valor, condicionando, simultaneamente, a sua capacidade de uso.

¹⁹⁰ Consideramos a investigação científica e o aproveitamento turístico cultural as duas mais significativas actuações susceptíveis de exercerem um impacte positivo nos arqueossítios.

E – SÍNTESE E ALGUMAS PERSPECTIVAS

1. PAISAGENS: DOS LIMITES DO CONHECIMENTO ÀS PROPOSTAS DE RECONSTITUIÇÃO

No início deste nosso trabalho propusemo-nos, a partir de uma abordagem metodológica e conceptualmente bem definida, mas flexível, caracterizar e interpretar a paisagem do território de Lindoso, desde os tempos dos primeiros sinais perceptíveis de antropização até à actualidade.

Chegados a esta fase, mais do que concluir qualquer coisa, parece-nos que estamos apenas prontos para iniciar a investigação. Neste sentido e contrapondo à ambição inicial a humildade do reconhecimento da "ignorância" de agora, preferimos elaborar este capítulo final não como conclusão mas antes como síntese do realizado e perspectivação de trabalhos futuros.

Embora as escavações arqueológicas tenham sido escassas, os contributos de outras áreas disciplinares sejam diminutos ou por vezes mesmo inexistentes e se possam vir a identificar novos arqueossítios, a inventariação descritiva dos 90 arqueossítios e sítios catalogados constitui um primeiro contributo para o conhecimento da ocupação do território de Lindoso no tempo longo, cumprindo-se assim o primeiro dos objectivos fixados para o nosso trabalho.

Porém, o contributo informativo de cada um dos arqueossítios revelou-se, do ponto de vista da quantidade e qualidade da informação proporcionada, bastante diverso, tal como as fontes primárias e secundárias escritas. Quer porque uns detinham, à partida, mais atributos que outros, quer porque apenas alguns dos arqueossítios foram objecto de escavações ou sondagens arqueológicas obtendo-se, em relação a esses, informação acrescida.

Por isso e também porque a distribuição crono-cultural dos arqueossítios é desigual, determinados períodos puderam ser melhor conhecidos que outros. Comparativamente, o passado próximo pôde ser mais e melhor conhecido que o passado longínquo. Do mesmo modo, determinados aspectos sociais e económicos, mesmo para períodos com informação global reduzida, puderam ser melhor analisados que outros. Por exemplo, foi possível conhecer mais das

modalidades de organização dos espaços de enterramento do que dos espaços de culto, ou mais da organização económica dos espaços do que da sua organização social.

PERÍODO	ARQUEOSSÍTIOS E SÍTIOS	TOTAL
PRÉ E PROTO-HISTÓRIA	NIG.001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011	11
ROMANO E SUEVO VISIGÓTICO	NIG.010, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018	8
IDADE MÉDIA	NIG.019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 040, 075, 080, 081, 088, 089, 090	27
MODERNO E CONTEMPORÂNEO	NIG. 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090	65

Fig.212 – Quadro de distribuição de arqueossítios e sítios por período cronológico.

Em correspondência com a variabilidade qualitativa e quantitativa dos dados, as escalas de registo e análise foram igualmente variáveis, tal como é variável a expressão da actividade humana no meio (edifícios, terras agricultadas, aldeias, vias de comunicação, zonas de pasto) ou a organização social e administrativa do espaço (terras comuns ou baldios, limites da paróquia/freguesia, propriedades individuais, limites concelhios).

Tudo isto teve, de um modo ou de outro, uma expressão paisagística. Contudo, dos conflitos sociais, das estratégias de grupo ou individuais, das ideologias enformadoras ou ainda da dimensão simbólica ou do sentido estético das intervenções do ser humano no meio, pouco ou quase nada sabemos, sendo igualmente difícil, senão impossível, valorizar os escassos elementos que possam ter algo a ver com isso. Como muito bem observou P.J.R. Modderman (1988:61), "(...) the interaction, wich is changing every second like a movie, is missing. Every living organism has its relationships with the environment; everyone is in search of the best guarantees for existence, wich leads to a great variety of activities, and the result is an ever changing picture. (...)".

Gostaríamos, também, de ter conhecido melhor os construtores das paisagens do Lindoso. De alguns, poucos, conhecemos os nomes, as idades, a

profissão. De outros, foi-nos dado testemunho de atitudes de coragem e de trabalho, mas também de provocação e de "manha". De apego à terra, sempre. A maior parte, porém, permanecerá anónima, vislumbrando-se apenas, por detrás das materialidades que compõem os arqueossítios e sítios, dependências inultrapassáveis, adaptações tentadas e transformações conseguidas.

Do exposto decorre que o segundo dos nossos objectivos, a apreensão das interrelações entre as comunidades e o meio, procurando determinar, sobretudo, as eventuais influências geoambientais, só parcialmente foi atingido.

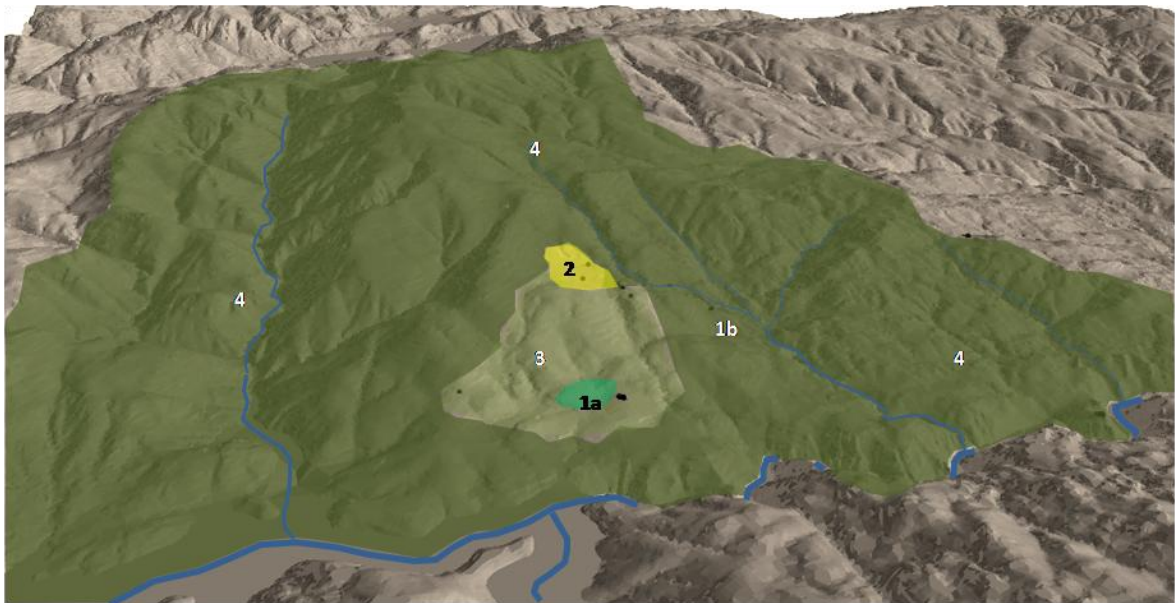


Fig.213 – Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso na Pré-História Recente: 1a – Povoado de Chão da Pesquita e área potencial de aproveitamento agrícola; 1b – Santuário de Trás do Colado; 2 – Porto Chão: zona de potencial aproveitamento agro-pastoril; 3 – Área de bosques (recolecção?); 4 - Área de floresta (caça?).

As dificuldades evidenciam-se logo no período que classificamos como Pré e Proto-Histórico. Para além das conexões, ligações e separações teoricamente estabelecidas entre os arqueossítios entre si e destes com o meio, só o povoado de Chão da Pesquita é que evidencia verdadeiramente, pela sua implantação em zona de edafogénese potenciada, uma vinculação estreita da sua localização às capacidades do meio, neste caso a existência de solos agricultáveis.

No conjunto e numa análise espacial e temporalmente mais dilatada, os arqueossítios deste período traduzem modalidades de inter-relacionamento com o

meio que, aparentemente, por ocuparem zonas baixas de sopé de vertente, rompem com o modelo associável ao "fenómeno megalítico" e, de modo mais evidente, diferem do modelo veiculado pelas sociedades mais complexas da Idade do Ferro.

Enquanto o habitat de Chão da Pesquita parece corresponder a uma expansão da ocupação do espaço, à colonização de novos territórios, o povoado de A Cidade sugere mais uma retracção, que a organização socio-territorial expressa pelos *populi* não esbate, antes pelo contrário, pois esta região parece ter-se fixado como um espaço de periferia, de "terra-de-ninguém". Se considerarmos ainda que a classificação de A Cidade como povoado fortificado pré-romano pode ser questionada, mais se acentuará, no caso de não o ser, a ideia de retracção do povoamento nesta zona do vale do rio Lima durante a Idade do Ferro.

Corresponderão estas rupturas à diferença dicotómica que alguns autores fixaram entre sociedades que estabelecem relações de efeito nulo com o meio e outras que estabelecem relações de agressão, associando àquelas uma atitude *conservacionista* e a estas uma atitude *transformista*? (Criado Boado, *et al.*, 1991:247).

Embora esta dualidade de atitudes não deva ser tão contrastada como sugere a oposição efeito nulo/agressão, já que toda e qualquer acção humana têm repercussões no meio, parece-nos indubitável que, a partir do momento em que uma determinada população escolheu um determinado espaço para viver em permanência, a atitude em relação ao meio terá sempre que ser entendida como *transformista*.

Sendo *criativa*, a interacção ser humano/meio conduzirá a sucessivos equilíbrios, cumprindo o dinamismo próprio da existência. Sendo *destrutiva*, a intervenção humana constituir-se-á como factor de desequilíbrio, o qual, levado a extremos, poderá conduzir ao colapso do meio e consequentemente impedir a permanência de comunidades humanas num dado local.

A alteração da estrutura territorial patenteada no período pré-romano no Lindoso dever-se-á a um eventual colapso do meio e, em caso afirmativo, terá sido consequência de uma intervenção humana excessiva? Ou corresponderá, tão-só, a uma deliberada opção de mudança, por razões que actualmente nos escapam?

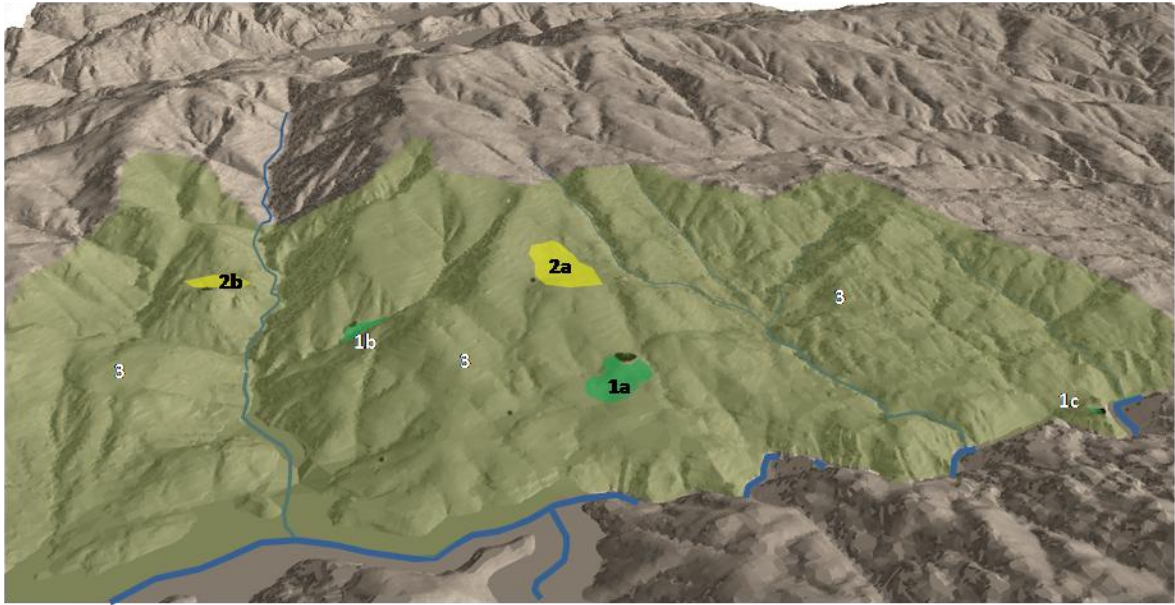


Fig.214 – Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso no período Romano: 1a – Povoado de Cabeço de Leijó e área potencial de aproveitamento agrícola; 1b – Casal de Vilarinho e área potencial de aproveitamento agrícola; 1c – Povoado de A Cidade e área potencial de aproveitamento agrícola; 2a – Porto Chão: zona de potencial aproveitamento agro-pastoril; 2b – Povoado de Torre Grande e área de potencial aproveitamento agro-pastoril; 3 – Área de exploração florestal.

Com a romanização desenha-se um novo ordenamento do território, que só aparentemente recupera o modelo anterior associável à Idade do Bronze.

De facto, para além do povoado principal (Cabeço de Leijó) se implantar na bordadura inferior da vertente, dominando a mais importante mancha de solos da plataforma do Lindoso, surgem agora toda uma série de pequenos núcleos de povoamento nos mais diversos contextos fisiográficos e ecológicos. No conjunto, definem um novo padrão distributivo, que se caracteriza por possuir dois elementos estruturantes indissociáveis: diversidade e interdependência.

Poderá perguntar-se, no que respeita à malha de povoamento romano na vertente norte da Serra Amarela, se estamos perante uma eventualmente progressiva dispersão do povoamento a partir dos concentrados povoados fortificados indígenas, no quadro de uma adequação dos modelos socio-territorial pré-existentes ao novo modelo administrativo romano, e neste sentido teria sido essa dispersão que viria a justificar a estruturação de um eixo viário ao longo do vale do rio Lima ligando o interior ao litoral.

Ou se a abertura de uma via paralela ao rio Lima não terá constituído antes um requisito infra-estrutural indispensável à exploração dos recursos florestais e

mineiros da Serra Amarela, abrindo os espaços serranos a uma tardia mas intensa ocupação, totalmente nova e sem qualquer relação com a malha de povoamento pré-existente.

Poderá igualmente perguntar-se se o modelo de povoamento romano, com um aglomerado principal vinculado a um espaço agrícola e a uma via e com aglomerados secundários de implantação diversificada, uns sustentando uma ocupação permanente e continuada, outros aceitando mais facilmente uma ocupação temporária e descontínua, não traduzirá, precisamente, a coexistência das duas atitudes acima referidas - *transformista criativa* e *transformista destrutiva*? É esse o sentido que encontramos na diversidade de implantação e de potencialidades de exploração dos povoados romanos, convivendo temporalmente num mesmo território e servindo os mais variados interesses de uma mesma sociedade.

Pela primeira vez de modo arqueologicamente significativo, a "paisagem romana" de Lindoso deixa transparecer distintas apropriações dos espaços, tornados visíveis, intencionalmente ou não, pelas diferentes materialidades construídas - numa zona percebem-se as encostas armadas em socalcos a envolver um outeiro onde se aglomeraram habitações; noutra zona, de menor amplitude, concentraram-se tumulações; ao longo de uma linha estruturou-se uma via de comunicação, que um mausoléu isolado monumentalizou. Espaços económicos, espaços simbólicos ou de culto, espaços de comunicação, diferenciam-se mas articulam-se, revelando uma paisagem organizada em que julgamos vislumbrar algo retrospectivamente recorrente.

Pode ainda dizer-se que, com a romanização, o território de Lindoso ganha novamente "existência". Quebrado o seu posicionamento periférico, passa a integrar uma malha de povoamento e de organização territorial de grande complexidade, mantida pelo menos até ao século VIII, quando, do ponto de vista administrativo, político e militar, o "mundo romano" no Noroeste Peninsular verdadeiramente colapsou, na sequência da desagregação do reino hispano-visigótico.

Aparentemente, como parece indicar o "silêncio" das fontes arqueológicas e escritas, toda a região montanhosa em parte da qual se inscreve o território de Lindoso, transformou-se novamente em espaço vazio, separando as sobreviventes urbes de *Bracara* e *Lucus*.

A apreensão dos espaços serranos da Peneda/Amarela/Gerês como zona de separação, mais ou menos neutra e portanto apropriável, viria a ser interpretada como tal pelas sociedades altomedievais, que paulatinamente foram construindo uma nova organização político-administrativa no Noroeste Peninsular.

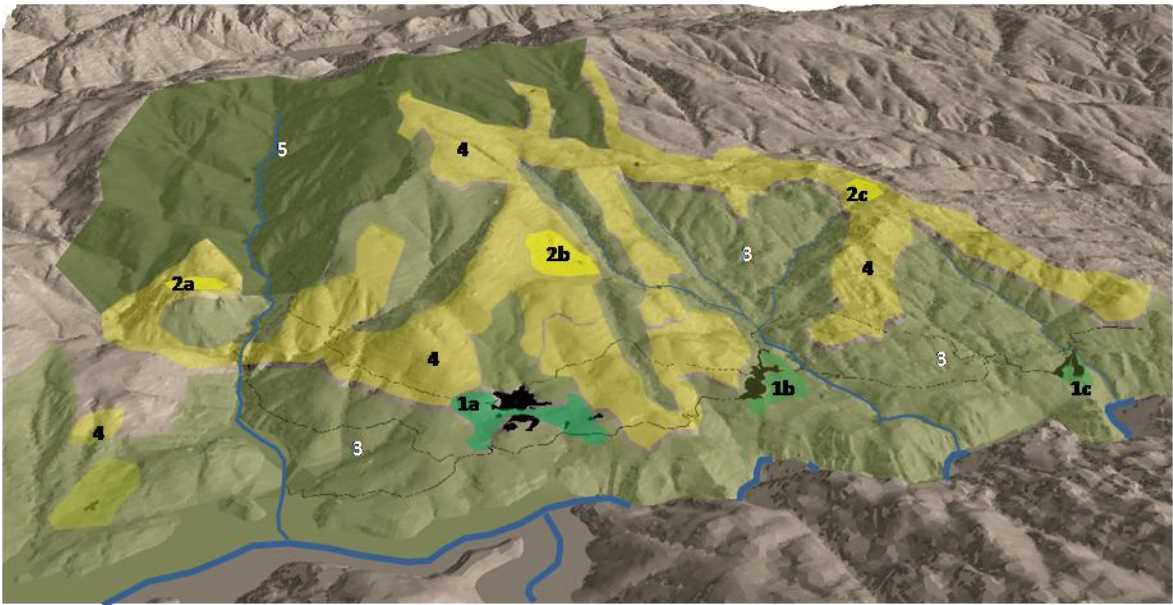


Fig.215 – Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso na Idade Média: 1a – Aldeia e veiga agrícola de Lindoso; 1b - Aldeia e veiga agrícola de Parada; 1c - Aldeia e veiga agrícola de Cidadelhe; 2a – Branda agro-pastoril de Chã da Torre; 2b – Brandas agro-pastoris de Porto Chão; 2c – Branda agro-pastoril de Ludentos; 3 – Áreas de bosques e de roço de matos; 4 – Áreas de pastoreio extensivo; 5 - Área de floresta (reserva de caça do Cabril).

Novamente espaço "virgem" nos séculos VIII e IX, a partir do século X o Lindoso foi outra vez colonizado por comunidades humanas que, no essencial, repetiram o modelo de povoamento romano, plasmando uma estrutura territorial que se veio a consolidar nos séculos finais da Idade Média e que chegou, praticamente intacta, ao século XX.

Progressivamente, a região serrana tornou-se em linha de fronteira e, pela primeira vez de modo evidente, a vinculação sociopolítica do espaço ocupado, isto é, a territorialidade, conheceu uma materialização orientada para a identificação explícita e significativa dessa vinculação territorial.

Com o campanário apontando ao céu, como que mediando a relação do terreno com o divino, o templo ordenava espiritual e materialmente o "espaço

vital" local, a paróquia/freguesia de Lindoso. O castelo, por sua vez, marcava a existência, por oposição a um outro lado, ao qual se mostrava intencionalmente, de uma entidade superior (no caso o reino de Portugal), que articulava os espaços regionais em que se inscreviam os mais pequenos territórios locais.

Com o castelo e a igreja medieval pode bem dizer-se que o território de Lindoso conheceu, mais de dois milénios depois da primeira, a sua segunda monumentalização da paisagem.

No decurso da Idade Média identifica-se bem um processo de crescimento populacional, associado à estabilidade política, organização social, melhoria climática e desenvolvimento da tecnologia agrícola. Contudo, a máxima antropização da paisagem do Lindoso, reflectida pela mais vasta e uniforme distribuição de sítios marcando a presença de populações humanas, regista-se apenas no decurso do século XIX.

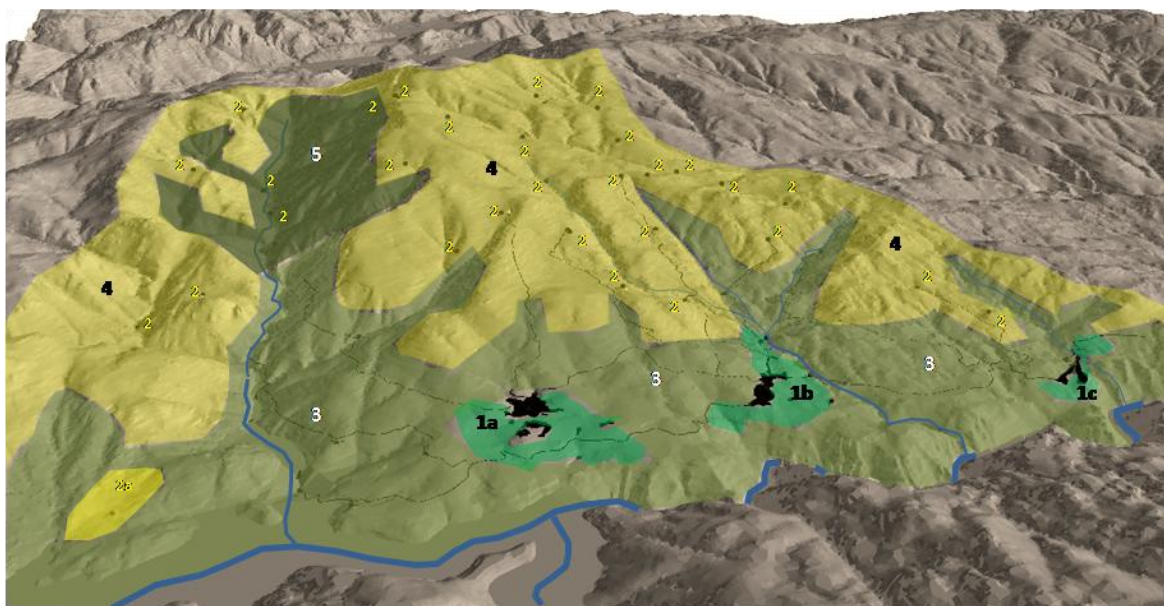


Fig.216 – Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso na Época Moderna e Contemporânea: 1a – Aldeia e veiga agrícola de Lindoso; 1b - Aldeia e veiga agrícola de Parada; 1c - Aldeia e veiga agrícola de Cidadelhe; 2 – Cabanas e currais; 2a – Inverneira da Madalena; 3 – Áreas de bosques e de roço de matos; 4 – Áreas de pastoreio extensivo; 5 - Área de floresta (Mata do Cabril).

É no decurso da Idade Moderna e Contemporânea que as actividades agro-silvo-pastoris se incrementam, verificando-se o apogeu do seu desenvolvimento, de acordo com dados disponíveis, nos finais do século XIX e primeira metade do século XX. Em 1950 registou-se o máximo de pressão demográfica no Lindoso, com 1138 habitantes. Aparentemente, o modelo socioeconómico desenvolvido pelas populações de Lindoso oferecia, no que respeita à capacidade de manutenção de equilíbrio na relação ser humano/meio, uma extraordinária amplitude de variação da massa humana.

A diminuição da população de Lindoso a partir de meados do século XX não se deve a qualquer factor intrínseco ao sistema local, sendo antes consequência de imposições e estímulos exteriores incompatíveis com a manutenção da situação então vigente, conduzindo por isso ao abandono populacional.

No período moderno e contemporâneo, a produção de milho e a criação de gado bovino convergiram na modelação de uma paisagem agro-pastoril que fixou as seguintes três características principais: um povoamento concentrado, com campos agrícolas (o *ager*) permanentemente trabalhados junto das aldeias, no sopé da vertente da serra; uma área intermédia de *saltus* periodicamente explorada e funcionalmente vinculada à exploração agrícola intensiva; e uma ampla zona desarborizada abrangendo a metade superior da serra e explorada sazonalmente para pastoreio extensivo.

Através da importância arquitectónica conferida às cabanas-abrigo e aos espigueiros, instalações relacionadas com as duas principais actividades económicas, o pastoreio e o cultivo do milho, o território de Lindoso conhece, em plena Época Contemporânea, a sua terceira e talvez mais significativa monumentalização da paisagem, consagrando precisamente a interdependência ser humano/meio.

Depois de revista, a traços largos, as nossas propostas de leitura das paisagens que se foram sucedendo no Lindoso, fica-nos a ideia de que o actual modelo de povoamento se foi configurando ao longo de milénios e que o que existe agora é a última expressão dessa contínua adaptação²⁰².

²⁰² Não considerando aqui ainda a ruptura recente associada à construção do empreendimento hidroeléctrico do Alto Lindoso, a qual configura uma paisagem nova, sem qualquer laço significativo com as paisagens anteriores.



Fig.217 – Perspectiva sub-aérea da paisagem actual do Lindoso (GoogleEarth:19Setembro2010).

Neste sentido, e em termos globais, estaremos perante um modelo de povoamento sem variações significativas. Como explicar, porém, a mesma configuração de modelo a "guiar" a evolução da estrutura territorial, quando se reconhece à ocupação humana evidentes rupturas ou descontinuidades?

É certo que as rupturas e descontinuidades se evidenciam nas alterações das localizações absolutas dos arqueossítios de Chão da Pesquita, Cabeço de Leijó e aldeia de Lindoso, os três povoados mais importantes de épocas distintas, fixado qualquer um dos seguintes no alheamento locativo dos anteriores.

Mas é também evidente e igualmente importante o facto de, nas suas localizações relativas, os três referidos arqueossítios aparecerem vinculados ou associados aos mesmos dois elementos - proximidade da mais rica bolsa de solos com potencial agrícola do território de Lindoso e fácil acessibilidade (esta por referência a uma linha natural de trânsito ao longo da margem esquerda do rio Lima).

E precisamente por esta relação de dependência ou condicionamento geoambiental podemos considerar que, mais do que confirmar continuidades ou encadeamento de origens, a similitude das estrutura territorial e do padrão de povoamento, reconhecível pelo menos desde a romanização, revela talvez a

sobrevivência, na longa duração, de um mesmo modelo socioeconómico, basicamente estruturado pela partilha comum de responsabilidades. Um modelo que se revelou, portanto, eficaz na satisfação das necessidades das populações que ocuparam o Lindoso.

Foi este modelo que, pejorativamente classificado como arcaico, conduziu à consideração de que as paisagens serranas, sendo antigas, se conservaram praticamente sem alterações, donde o seu carácter "tradicional". Ora, importa desde já sublinhar que, mesmo durante cada uma das grandes etapas de ocupação humana que identificamos para o território de Lindoso, a paisagem terá conhecido configurações diversas, nunca repetidas e que, mais do que perante um "modelo arcaico", estamos perante um modelo capaz e adaptável.

De facto, as alterações de origem antrópica, eventualmente cíclicas na curta duração, só ilusoriamente são repetições ou reversões de situações anteriores.

Se nos posicionarmos na longa ou muito longa duração, os já de si discutíveis conceitos de reversibilidade ou irreversibilidade da paisagem perdem mesmo qualquer sentido. Basta pensar nas toneladas e toneladas de sedimentos arrastados até ao rio Lima e por este até ao mar, na sequência da prática sistemática de queimadas para regeneração de pastos.

Podendo aceitar-se, por exemplo, que a um período de desarborização intensa se suceda uma época de recuperação arbórea, a verdade é que a floresta ou a estepe que se sucedem não são as mesmas, tanto na sua composição interna e distribuição como nos interesses que satisfazem em relação à sua exploração pelo ser humano.

A actual mata do Cabril é um bom exemplo do que acabamos de afirmar. Sendo uma mancha florestal espontânea que se manteve de molde a constituir uma "associação natural" ou "semi-natural" (Neves, 1976:76), ela é um produto da antropização do meio, isto é, a mata do Cabril existe como tal por opção deliberada do ser humano, como resultado da intervenção deste no sentido da sua conservação - já desde a Idade Média quando, por decisão do rei, aí se instituiu uma coutada de caça, que perdurou até aos inícios da época moderna.

Penetrada depois pelos gados pastoreados e empiricamente jardinada pelas populações de Lindoso, foi ameaçada de corte total nos inícios deste século. Sobreviveu mais uma vez por decisão de quem entendeu, e bem, que a mata do Cabril constituía, como constitui, um património valiosíssimo, inalienável, o qual

justificava ser preservado enquanto reserva da natureza (hoje uma zona com valores muito elevados de wilderness e de património natural, pelo que integra a Zona de Protecção Total, com o estatuto de reserva integral (PO-PNPG, 2011).

Perfilhando, enfim, uma perspectiva fenomenológica, poderemos dizer que o Lindoso conheceu paisagens diversas, tantas quantas os que viveram ou simplesmente passaram pelo seu território. Assim, o nosso trabalho mais não é, também, senão uma outra leitura das paisagens do Lindoso, percebidas a partir das suas materialidades arqueológicas.

2. RUMOS DA INVESTIGAÇÃO: DO APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES LOCAIS À INTRODUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA REGIONAL DE ANÁLISE

Importa ter consciência dos limites do nosso trabalho no que respeita às questões de cronologia e de contextualização geoambiental, sobretudo para os períodos anteriores à Idade Média. Ir mais além das grandes linhas de força que julgamos ter identificado, caracterizado e interpretado, exige estudos mais aprofundados.

Desde logo interessará afinar as cronologias das ocupações anteriores ao período medieval. Do período romano e suevo-visigótico, para além do povoado de Cabeço de Leijó, é importante vir a saber se todos os outros povoados foram abandonados também no século VI. Interessa igualmente saber quando é que todos estes povoados romanos foram fundados - no tempo de Augusto, ou mais tarde, à época dos Flávios?

O povoado de A Cidade será efectivamente uma fundação pré-romana? E o Chão da Pesquita, datará do II^o milénio a.C., será anterior ou já de um período final de transição à Idade do Ferro? E a quando remontará a ocupação "megalítica" do alto dos Torrões e dos pequenos vales da Avilheira e da Coelheira?

A estes problemas de cronologia deverão acrescentar-se os relacionados com a obtenção de dados sobre a organização espacial interna dos povoados - tipo de habitações e anexos, associação ou não a terraços de cultivo, arruamentos, funcionalidades sociais, delimitações.

Sobre as características geoambientais coetâneas das ocupações, importará particularmente obter sequências palinológicas de longa duração, extensíveis até ao fim da Idade Média. Devem também realizar-se estudos paleopedológicos e sedimentares.

Sobre as características gerais e específicas das culturas materiais das distintas populações que se estabeleceram no espaço serrano de Lindoso, importará conhecer melhor as utensilagens, fabricos locais e/ou regionais, padrões técnicos e estéticos, etc.

Só com esses estudos mais profundos será possível ensaiar uma aproximação mais completa ao quadro de vida das sociedades do passado e propor então interpretações mais complexas dos seus sistemas organizativos. Assim se compreenderão melhor as interrelações estabelecidas pelas comunidades humanas com o meio.

Desse modo, mais do que sustentar reconstituições de paisagens passadas eventualmente mais completas, mas sempre hipotéticas, o desenvolvimento dos estudos deverão possibilitar uma melhor compreensão das interrelações estabelecidas no passado e determinar, por essa via, que expressões ou consequências se manifestam, ou não, na paisagem actual.

Tendo em vista alcançar sínteses de âmbito regional, importava alargar este tipo de estudos, com os devidos ajustes metodológicos, a outras zonas serranas do noroeste português. Poderiam seleccionar-se pequenas unidades de análise, tal como Lindoso ou, e talvez as análises pudessem beneficiar de uma maior contrastação dos dados, poderiam escolher-se unidades de relevo completas, do tipo Serra da Cabreira, Serra Amarela, Serra da Peneda, procurando abranger todas as expressões fisiográficas, particularmente a ligação aos grandes vales abertos à plataforma litoral.

Confrontando realidades diferentes, o alargamento geográfico da investigação permitirá apreender os caracteres estruturantes da paisagem e proporcionará uma ampla e inovadora leitura da antropização das serras do noroeste português, podendo responder, eventualmente, a questões diversas.

Por exemplo, quando se iniciou a antropização dos espaços serranos? Que recursos se ofereciam então às comunidades humanas que os exploravam? E que modelos socioeconómicos presidiam a essa exploração?

A que estratégias de ocupação obedeceu a estrutura da paisagem? Um povoamento "autónomo", fixando uma estrutura territorial especificamente de montanha, ou um povoamento vinculado à ocupação estruturada dos vales médios e baixos?

Que ritmos conheceu a ocupação das serras? Que rupturas e que regularidades evidenciam?

Tendo presente a dinâmica das paisagens, que processos deposicionais e pós-deposicionais afectam os arqueossítios?

Tudo questões em aberto, que só estudos interdisciplinares poderão progressivamente vir a dar resposta. Não tão depressa quanto seria desejável, respondendo ao ritmo das mudanças actuais, porque não abundam especialistas nem tão-pouco os meios necessários a investigações deste tipo.

No caso particular do Lindoso, o desenvolvimento de tais investigações poderá beneficiar da circunstância de o território se inserir numa zona protegida, como é o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Deve ter-se consciência, porém, que a valorização da paisagem exige a superação de contradições e conflitos, entre os quais avultam os do êxodo das populações rurais para os centros urbanos, com conseqüente abandono das montanhas, e a procura turística, pelos cidadãos, de uma paisagem serrana tradicional, que corre o risco de não ter ninguém que a mantenha "tradicional"²⁰³. A valorização turística é, precisamente, uma das mais contraditórias soluções para a conservação das paisagens tradicionais²⁰⁴.

De facto, os mais importantes e valorizados atributos das montanhas, que constituem, aliás, a atracção primeira dos turistas, a diversidade ecológica e a variabilidade das paisagens, são um produto humano. Mas os seus agentes, os lavradores e pastores que as modelaram e conservam, nunca foram compensados por isso, antes pelo contrário.

Poderá ser diferente no futuro?

²⁰³ Sobre esta problemática confrontar, por exemplo, os artigos de Werner Batzing (1993), *Que futuro para as nossas montanhas da Europa* e de Elisabeth Lichtenberger (1993), *Perspectiva para a montanha. Lições históricas*.

²⁰⁴ Ver a este propósito o desassombrado e actualíssimo artigo de José Moreira da Silva (1983), *Os Parques Nacionais e o Turismo*. Confrontar com Ribeiro, Lautesanch e Daveau (1991b:1064-1068). Para uma aproximação à problemática da gestão integrada do património cultural e natural, com ênfase nas questões do património arqueológico, ver Cleere, 1989; Harrison, 1994; Cooper *et al.*, 1995; Evans *et al.*, 1996; Dias, 2007 e 2009; Martins e Fontes, 2007-2008; Bloemers *et al.*, 2010; Pedrolí e Goodman, 2010).

Como arqueólogo e recorrendo ao título de uma outra obra de Aquilino Ribeiro, fica-nos a convicção de que a paisagem do Lindoso sobreviverá, enquanto for "terra, gente e bichos".

Existirá enquanto lá viverem mulheres, homens e crianças - trabalhando a terra, pastoreando o gado, comendo, dormindo e rezando, aprendendo e ensinando, comerciando, emigrando e retornando, festejando.

Do passado ficarão memórias, muitos traços fugazes, algumas marcas profundas, evocações. No futuro, haverá seguramente *passados* - "(...) there is a chronic reciprocity between past, present and future. So the archaeological past exists as a future project in the present, in the social practice of archaeology (...)" (Shanks e Tilley, 1993:126).

E como de "presunção e água-benta cada um toma a que quer", este trabalho terá valido a pena se dele as paisagens futuras guardarem alguma consequência.

(...) Instalou-se numa cidade, onde não era conhecido, e passou a vender, sabem o quê? Nem mais nem menos do que sonhos. Só sonhos...

– Como fazes para ter sonhos à venda? – perguntou-lhe um grande senhor que o ouvira apregoar.

– Durmo, senhor – respondeu Racib. (...)

in O Mercador de coisa nenhuma

António Torrado

Livraria Civilização Editora: Porto, 1994

FONTES E BIBLIOGRAFIA

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAP - Associação dos Arquitectos Portugueses

ADB - Arquivo Distrital de Braga

BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa

coord. - coordenação

dir. - direcção

ed. - edição

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

PO/PNPG - Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês

POAAL - Plano de Ordenamento Agrário do Alto Lima

p./pp. - página / páginas

s/a. – sem autor

s/d. - sem data

v/d. – versão digital

A.1 - FONTES IMPRESSAS

Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911 (= MF 1913).

Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930 (= DGE 1934).

Censos 91: resultados definitivos, I, Região do Norte (= INE 1993).

Corografia Portuguesa e Descrição ..., (= Costa 1868).

Dicionário Geográfico [“Memórias Paroquias”] (= Capela 2005 e MemP 1758).

Inter Lima et Ave [“Censual do Bispo D. Pedro”] (= Costa 2000).

Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesie (= Costa 1965, 1978 e 1990).

Listagem do Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico do Parque Nacional da Peneda Gerês (= PO-PNPG 2011).

Numeramento de 1527 (= Freire 1905).

Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda - Gerês. Estudos de Caracterização e Diagnóstico (= PO-PNPG 2011).

População. Censo no 1º de Janeiro de 1864 (= EP 1868).

Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae (= PMH.DC).

Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones (= PMH.Inq. 1220).

Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones (= PMH.Inq. 1258).

IX Recenseamento Geral de População. No Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950 (= INE 1952).

X Recenseamento Geral de População. No Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1960 (= INE 1963).

XII Recenseamento Geral de População. II Recenseamento Geral da Habitação. 1981 (= INE 1983).

XIII Recenseamento Geral de População. III Recenseamento Geral da Habitação. 1991 (= INE 1993).

XIV Recenseamento Geral de População. IV Recenseamento Geral da Habitação. 2001 (= INE 2002).

11º Recenseamento da População. 1.º Recenseamento da Habitação: continente e ilhas. 1970 (= INE 1975).

A.2 - FONTES MANUSCRITAS

Dicionário Geográfico [Memórias Paroquiais], Vol. 20, Fólios 665 e 672.

Cota: IAN/TT - 0343.

Inquirição Afonso IV, Livro 1, Fólio 105v.

Cota: IAN/TT - Inquirições Gerais, n.º 23 (83).

Inquirição Além-Douro, Leitura Nova, Livro 1, Fólio 149v.

Cota: IAN/TT - 1028/R.

Inquirição de Cávado e Minho, Leitura Nova, Livro 5, Fólio 200.

Cota: IAN/TT - 1032/R.

Inquirições Afonso III, Livro 9, Fólio 108v.

Cota: IAN/TT - 1072/R.

Inquirições D. Dinis, Livro 8, Fólio 19v.
Cota: IAN/TT - 0274.

Tombo da Igreja de sam mamede de llindoze ...
Cota: ADB – Registo Geral/289-6.

A.3 - FONTES CARTOGRÁFICAS E FOTOGRAFIA AÉREA

Atlas do Ambiente Digital (= AAD-IA (v/d.) (várias datas).

Atlas Climatológico de Portugal Continental (= SMN 1974).

Carta Corográfica de Portugal, escala 1:50000, folhas 1-D / Arcos de Valdevez e 5-B / Ponte da Barca, do Instituto Geográfico e Cadastral, respectivamente de 1959 e 1987, (mapa impresso).

Carta Geológica de Portugal, escala 1:50000, folhas 1-D / Arcos de Valdevez e 5-B / Ponte da Barca, dos Serviços Geológicos de Portugal, respectivamente de 1985 e 1974, (mapa impresso).

Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês, escala 1:50000, dos Serviços Geológicos de Portugal e Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1984 (1991), (mapa impresso).

Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folhas 17-LINDOSO (Ponte da Barca) e 30-GERMIL (Ponte da Barca), dos Serviços Cartográficos do Exército, 1949-1950, (mapa impresso).

Parque Nacional da Peneda-Gerês [Perímetro Florestal], escala 1:10000, folhas 17B, 17C, 17D e 30B, da Direcção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, s/d. (anterior a 1980), (mapa impresso).

Portugal, escala 1:10000, folhas 190/540 (Lindoso), 195/540 (Senhora da Madalena), 190/535 (Bilhães) e 195/535 (Alto do Corisco), do Instituto Geográfico e Cadastral, cobertura fotográfica de Maio de 1991, (fotografia sobre papel, preto-branco).

Parque Nacional da Peneda-Gerês, escala aprox. 1:8000, fiadas 14 a 22, da Direcção Geral do Ordenamento do Território, vôo de 1989, (fotografia sobre papel, cor).

Cartografia digital da freguesia de Lindoso, em formato vectorial (temas: limites, altimetria, hidrografia, solos, vegetação, temperatura, ...), do Sistema de Informação Geográfica do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

B – BIBLIOGRAFIA

A

AAD-IA (v/d.) (várias datas). **Atlas do Ambiente Digital**. Instituto do Ambiente: Lisboa.

AAP, Associação dos Arquitectos Portugueses (ed. de) (1988). **Arquitectura Popular em Portugal**, 1, 3ª ed., Associação dos Arquitectos Portugueses: Lisboa.

Aguiar, C. e Pinto, B. (2007). Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal Continental – até à Idade Média, in Silva, J.S. (eds.), **Floresta e Sociedade**, vol. VII, Jornal Público/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/ Liga Protecção Natureza: Lisboa, p.15-53.

Aja Sánchez *et al.* (1995) - J. R. Aja Sánchez, M. Cisneros Cunchillos, A. Diez Castillo, P. López Noriega – **El Poblamiento de Montaña en el Sector Central de la Cordillera Cantábrica (España). Fuentes escritas y arqueológicas. El ejemplo de la comarca de La Braña (Palencia)**, BAR International Series, 759. Tempus Reparatum: Oxford.

Alarcão, J. (1988a). **Roman Portugal**, I, (Introduction), Aris & Phillips: Warminster.

Alarcão, J. (1988b). **Roman Portugal**, II, (Fasc.1 - Porto, Bragança & Viseu), Aris & Phillips: Warminster.

Alarcão, J. (1993). **Arqueologia da Serra da Estrela**, Instituto da Conservação da Natureza: Lisboa.

Alarcão, J. (1996a). Aglomerados Urbanos Secundários Romanos de Entre-Douro e Minho, **A cidade e o mundo: romanización e cambio social**, (S. Reboreda Morillo e P. López Barja, eds.), Concello de Xinzo de Limia: Xinzo de Limia, p.168-180.

Alarcão, J. (1996b). **Para uma Conciliação das Arqueologias**, Edições Afrontamento: Porto.

Alarcão, J. (1998). As cidades capitais do norte de Portugal na época romana, in **Las Orígenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico**, Actas del Congreso Internacional (Lugo, 15-18 de Mayo 1996), (coord. de António Rodríguez Colmenero), Diputación Provincial: Lugo, p.429-437.

Alarcão, J. (2000a). Actualidade e Perplexidade da Arqueologia Portuguesa, **Era Arqueologia**, Edições Colibri e Era Arqueologia: Lisboa, p.91-99.

Alarcão, J. (2000b). Racionalidade e Teoria na Arqueologia. In **Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular**, (UTAD, Vila Real, Portugal, Setembro de 1999), ADECAP: Porto, p. 133-141.

Alarcão, J. (2003a). A organização social dos povos do noroeste e norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana, in **Conimbriga**, XLII, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra: Coimbra, p.5-115.

Alarcão, J. (2003b). As estátuas de guerreiros galaicos como representações de príncipes no contexto da organização político-administrativa do noroeste pré-flaviano, in **Madriider Mitteilungen**, 44, Verlag Philipp von Zabern: Mainz am Rhein, p.116-126.

Alarcão, J. (2004). Conversando com Jorge de Alarcão. in **O Passado en cena: narrativas e fragmentos**, (coord. de M. C. Lopes e R. Vilaça), Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto: Coimbra.

Alarcão, J. (2009-2010). A propósito do hidrónimo LETHES. In **FORUM**, n.º 44-45, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, p.113-120.

Alarcão, J. e Etienne, R. (dir. de) (1976). **Fouilles de Conimbriga, VI: Céramiques diverses et verres**, Diffusion E. de Boccard: Paris.

Alcorta Irastorza, E. e Rodríguez Colmenero, A. (2001). De nuevo, la muralla de Lugo cantera de monumentos funerarios, **LAROUCO**, 3, Grupo Arqueológico Larouco / Fundación Aquae Querquennae Via Nova: Bande, p. 223-230.

Allen, K., Green, S. e Zubrow, E. (1990) - Kathleen M.S. Allen; Stanton W. Green; Ezra B.W. Zubrow (editores) - Interpreting space, **Interpreting Space: GIS and archaeology**, Taylor & Francis: London.

Almeida, C.A.B. (1982). Uma Ara a Hércules, **PORTUGALIA**, Nova Série, II-III, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 1981-82, p.167-171.

Almeida, C.A.B. (1990). **Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima, dissertação de doutoramento**, (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

Almeida, C.A.B. (1996). **Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho**, Tese de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

Almeida, C.A.F. (1968). **Vias Medievais de Entre Douro e Minho**, Dissertação de Licenciatura (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

Almeida, C.A.F. (1978a). **Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho**, Dissertação de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

Almeida, C.A.F. (1978b). **Castelologia Medieval de Entre Douro e Minho**, Prova Complementar da Tese de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

Almeida, C.A.F. (1987). **Alto Minho**, (novos guias de Portugal, 5), Editorial Presença: Lisboa.

Almeida, C.A.F. (1993). Arqueoloxía tardorromana e germânica no NW peninsular, **Galicia: da Romanidade á Xermanización. Problemas históricos e culturais**, (actas do encontro científico en homenaxe a Fermín Bouza Brey, Santiago de Compostela, Outubro de 1992), Museo do Pobo Galego: Santiago de Compostela, p.191-200.

Almeida, C.A.F. (1998). **Património. O seu entendimento e a sua gestão**, Edições ETNOS: Porto.

Almeida, C.A.F. (2001). **História da Arte em Portugal. O Românico**, Editorial Presença: Lisboa.

Almeida *et al.* (1981) - C.A. Ferreira de Almeida, C.A. Brochado de Almeida, Teresa Soeiro e A. José Baptista – **Escavações Arqueológicas em Santo Estêvão da Facha**, (Separata de Arquivo de Ponte de Lima, 3), Câmara Municipal de Ponte de Lima: Ponte de Lima.

Almeida, F. (1971). **História da Igreja em Portugal**, (ed. prep. e dir. por Damião Peres), Livraria Civilização-Editora: Porto/Lisboa, p.90 e 101.

Almeida, J.A. (reprod. anot. por) (1943). **Livro das Fortalezas**, de Duarte Darmas, Editorial Império: Lisboa.

Almudena Orejas (1998). El estudio del Paisaje: visiones desde la Arqueología. In **Arqueología Espacial. Arqueología del Paisaje**, 19-20, Seminario de Arqueología y Etnología Turolense/Instituto de Estudios Turolenses: Teruel, p.9-19.

Amaral, L. (1999). Organização eclesiástica de entre-Douro-e-Minho: o caso da diocese de Braga (sécs. IX-XII). In **Del Cantábrico al Duero: trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII**. Universidad de Cantabria/Parlamento de Cantabria: Santander, pp.313-349.

Amaral, L. (2007). **Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)**. Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto: Porto.

Andrade, A.A. (1994). **Vilas, Poder Régio e Fronteira: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval**, Tese doutoramento policopiada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Lisboa.

Anselmi, S. (1994). Sobre los Orígenes del Territorio Local: Algunas Reflexiones, **TALLER D'HISTÒRIA**, 3, Centre d'Estudis d'Història Local-Diputació de València: València, pp.3-8.

Antunes, J.F. (org. de) (1988-89). **Curso Desenho Arqueológico**, 4 vols., policopiado, Museu D. Diogo de Sousa / Instituto do Emprêgo e Formação Profissional: Braga.

Aramburu Maqua, M.P. e Escribano Bombín, R. (dir. e coord. de) (2006). **Guía para la elaboración de estudios del medio físico**, 3ª ed., Ministerio de Medio Ambiente: Madrid.

Araújo, V. (1928). **O Minho Rural e a Agricultura Moderna**, Livraria Cruz Editora: Braga.

Arendt, H. (1972). **La crise de la culture**. Trad. de J. Bontemps, Éditions Gallimard: Paris.

Arias Vilas, F. (1991). La Conquista e Integracion del Noroeste en el Imperio Romano, **Galicia no Tempo**, (catálogo de exposição, vários autores), Xunta de Galicia-Arcebispado de Santiago-Dióceses de Galicia: Santiago de Compostela, p.93-159.

Arias Vilas, F. (1992). **A Romanización de Galicia**, (Historia de Galicia,4), Edicións A Nosa Terra: Vigo.

Arias Vilas, F. (1993). Apuntes sobre a ocupación do territorio na Galicia baixorromana, **Galicia: da Romanidade á Xermanización. Problemas históricos e culturais**, (actas do encontro científico en homenaxe a Fermín Bouza Brey, Santiago de Compostela, Outubro de 1992), Museo do Pobo Galego: Santiago de Compostela, p.201-208.

Ariés, P. e Duby, G. (dir. de) (1990). **História da vida privada. 2 - Da Europa Feudal ao Renascimento**, Edições Afrontamento: Lisboa.

Ashmore, W. e Knapp, B. (ed.) (1999). **Archaeologies of Landscape. Contemporary Perspectives**, Blackwell Publishers: Oxford.

Aston, M. (1985). **Interpreting the Landscape. Landscape Archaeology in Local Studies**, B.T. Batsford: London.

Aston, M. e Rowley, T. (1974). **Landscapes Archaeology. An Introduction to Fieldwork Techniques on Post-Roman Landscapes**, London.

B

Baena, J., Blasco, C. e Quesada, F. (editores) (1997). **Los S.I.G. y el análisis espacial en Arqueología**, UAM Ediciones: Barcelona.

Baer et al. (1991) - N.S. Baer; C. Sabbioni; A.I. Sors (editores). **Science, Technology and European Cultural Heritage. Proceedings of the European Symposium** (Bologna, Italy, 13-16 June 1989), Commission of the European Communities/Butterworth-Heinemann: Brussels-Luxembourg.

- Bahn, P. (1997). **Arqueologia. Uma breve introdução**, Gradiva: Lisboa.
- Baptista, A.M. (1980). Introdução ao estudo da arte pré-histórica do Noroeste Peninsular. 1 – Gravuras rupestres do Gião, **MINIA**, 2.^a série, n.º 4, ASPA: Braga, p.80-100.
- Baptista, A.M. (1981a). A Arte do Gião, **Arqueologia**, n.º 3, GEAP: Porto, p.56-66.
- Baptista, A.M. (1981b). O complexo de gravuras rupestres da Bouça do Colado (Parada-Lindoso), **GIESTA**, ano I, n.º 4, Braga, p.6-16.
- Baptista, A.M. (1984). Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva, **PORTUGALIA**, Nova Série, IV-V (1983-84), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, p.71-82.
- Baptista, A.M. (1985). **A Estátua-Menir da Ermida (Ponte da Barca.Portugal)**, (Separata de O Arqueólogo Português, Série IV, 3, pp.7-44), Câmara Municipal de Ponte da Barca - Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga.
- Baptista, A.M. (1989). Monumentos Arqueológicos do Parque Nacional. 1 – A Pedra dos Namorados, **JURIZ**, 4, Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga, p.10-11.
- Baptista, A.M. (1990a). Monumentos arqueológicos do Parque Nacional. 2 - O Santuário Rupestre Pré-Histórico da Bouça do Colado (Parada-Lindoso), **JURIZ**, 5, (1º trimestre), Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga, p.5-6.
- Baptista, A.M. (1990b). Monumentos arqueológicos do Parque Nacional. 3 - A Torre Grande (Lindoso), **JURIZ**, 6-7, (Abril-Setembro), Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga, p.9-12.
- Baptista, A.M. (1998). Reinventar o Tempo na Paisagem. Paradigmas do Discurso Arqueológico na Peneda-Gerês. In **Encontros Cem Anos de Arqueologia “O Archeólogo Português” – Actas**. APPA-VC: Vila d Conde, p.159-170.
- Baptista *et al.* (1995) - Baptista, A.M. e outros autores. **A Via XVIII do Itinerário de Antonino na Serra do Gerês - Xurés (roteiro)**, Instituto de Conservação da Natureza/PNPG – PNBLSX: Braga.
- Barceló *et al.* (1988) - Miquel Barceló, Helena Kirchner, Josep M. Lloró, Ramon Martí, José M. Torres. **Arqueología Medieval. En las afueras del "medievalismo"**, Editorial Crítica: Barcelona.
- Barja de Quiroga, P.L. (1999). El censo provincial, los *populi* y los *castella* de *Gallaecia*, in **Gallaecia**, 18, Edicions do Castro: Santiago de Compostela, p.347-362.
- Barreiros, J.B. (1961). Delimitação da fronteira Luso-Espanhola, **O DISTRITO DE BRAGA**, I (I-II, III-IV), Assembleia Distrital de Braga: Braga, p.59-148 + ils.

- Barreiros, J.B. (1963). Delimitação da fronteira Luso-Espanhola, **O DISTRITO DE BRAGA**, II (I-II), Assembleia Distrital de Braga: Braga, p.83-170 + ils.
- Barreiros, J.B. (1964a). Delimitação da fronteira Luso-Espanhola, **O DISTRITO DE BRAGA**, II (III-IV), Assembleia Distrital de Braga: Braga, p.81-176 + ils.
- Barreiros, J.B. (1964b). Delimitação da fronteira Luso-Espanhola, **O DISTRITO DE BRAGA**, III (I-II), Assembleia Distrital de Braga: Braga, p.1-96 + ils.
- Barreiros, J.B. (1965). Delimitação da fronteira Luso-Espanhola, **O DISTRITO DE BRAGA**, IV (III-IV), Assembleia Distrital de Braga: Braga, p.401-496 + ils.
- Barroca, M.J. (1987). **Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-E-Minho (séculos v a XV)**, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.
- Barroca, M.J. (1990). Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho. 1. Ajimezes, Gelasias e Modilhões de Rolos, **IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas**, I, Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga: Braga, p.101-145.
- Barroca, M.J. (1991). Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII), **PORTUGALIA**, Nova Série, XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, p. 89-134.
- Barroca, M.J. (2000). **Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português**, 3 vols., (dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1995), Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia: Lisboa.
- Barroca, M.J. e Morais, A.J.C. (1985-86). A Terra e o Castelo. Uma Experiência Arqueológica em Aguiar da Pena, **PORTUGALIA**, Nova Série, VI-VII, Instituto de Arqueologia da FLUP: Porto, p. 35-88 (+ XXV Est.).
- Bartosiewicz, L. e Greenfield, H.J. (eds.) (1999). **Transhumant Pastoralism in Southern Europe. Recent Perspectives from Archaeology, History and Ethnology**. Archaeolingua: Budapeste.
- Batzing, W. (1993). Que futuro para as nossas montanhas da Europa?, **Naturopa**, nº 72, Centro Naturopa do Concelho da Europa: Estrasburgo, p.4-5.
- Bazzana, A. (1994). Arqueologia Extensiva. Metodos y Algunos Resultados, **ARAGON EN LA EDAD MEDIA: Sesiones de Trabajo. III Seminario de Historia Medieval. Paisajes Rurales y Paisajes Urbanos: Métodos de Análisis en Historia Medieval**, Universidad de Zaragoza: Zaragoza, p.7-27.
- Bazzana, A. e Guichard, P. (1988). Archéologie extensive dans la région Valencienne (Espagne), **Structures de l'Habitat et Occupation du Sol dans les**

Pays Méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive, CASTRUM, 2, École Française de Rome - Casa de Velázquez : Rome - Madrid, p.3-28.

Bazzana, A. e Noyé, G. (1988). Du "bon usage" de l'archéologie extensive: une réponse en forme de bilan, ***Structures de l'Habitat et Occupation du Sol dans les Pays Méditerranéens: les méthodes et l'apport de ,l'archéologie extensive, CASTRUM***, 2, École Française de Rome - Casa de Velázquez : Rome - Madrid, p.543-562.

Beaujeu-Garnier, J. e A. Gamblin, A. (dir.de) (1984). ***Dossier des Images Économiques du Monde (6-7). Paysages Agraires et Sociétés***, (vários autores), CDU/SEDES: Paris.

Beltrán, A. (1987). ***Introducción a la Numismática Universal***, Ediciones ISTMO: Madrid.

Bendala Galán, M. (1995). Necrópolis y ritual funerario en la Hispania altoimperial, ***ARQUEOLOXÍA DA MORTE. Arqueoloxía da Morte na Península Ibérica desde as Orixes ata o Medioevo***, (R. Fábregas Valcarce, F. Pérez Lozada e C. Fernández Ibáñez, eds.), Concello de Xinzo de Limia: Xinzo de Limia, p.279-290.

Bendala Galán, M. (2009). La documentación arqueológica:su aportación al conocimiento de la Hispania romana, in ***Hispaniae: las provincias hispanas en el mundo romano***, (J. Andreu Pintado, J. Cabrero Piquero e I. Rodà de Llanza, eds.), (Documenta, 11), Institut Català d'Arqueologia Clàssica: Tarragona, p.29-45.

Benitez de Lugo, L. (1992). La rentabilidad social de la arqueología. In ***ARQRITICA. Crítica de Arqueologia Española***. N.º 4, 2.º semestre, Libreria Tipo: Madrid.

Bentley, J.W. (1997). Não gostaria de ter todas as suas parcelas num só lugar? Estudo quantitativo da fragmentação da terra no Noroeste, ***Trabalhos de Antropologia e Etnologia***, XXXVII (1-2), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: Porto, p.165-196.

Bergh, S. (1995). To Be Seen Or Not to Be Seen. That Is The Difference. A Regional Study Of Monuments, Visibility and Landscape In Cõil Irra, Co. Sligo, Ireland, ***Abstracts of First Annual Meeting of European Association of Archaeologists***, (Santiago de Compostela, 20-24 Setembro de 1995), EAA: Santiago de Compostela, pp.85-86.

Bermúdez Sánchez, J. (2000). ***La Aplicación de los Sistemas de Información Geográfica a la Arqueología***, Madrid: Universidad Autónoma de Madrid / Facultad de Filosofía y Letras, Tese Doutoramento apresentada à Universidad Autónoma de Madrid: Madrid.

Bernardi, M. (coord. de) (1992). ***Archeologia del Paesaggio***, 2 vls., Edizione All'Insegna del Giglio: Firenze.

Berque, A. (dir. de) (1994). **Cinq Propositions pour une Théorie du Paysage**, Champ Vallon, s/l.

Berthe, M. e Cursente, B. (eds.) (2000). **Villages Pyrénéens. Morphogenèse d'un habitat de montagne**, CNRS/Université de Toulouse-Le Miral: Toulouse.

Bettencourt, A.M.S. (1995). **Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal**, (Separata de A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder, pp.110-115), Secretaria de Estado da Cultura: Lisboa.

Bettencourt, A.M.S. (1999). **A Paisagem e o Homem na Bacia do Cávado durante o II e o I milénio AC**, Universidade do Minho: Braga, Tese Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, policopiada.

Bettencourt, A.M.S. (2000). O vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III milénio aos meados do I milénio AC: sequências cronológico-culturais, in **Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular**, (coordenação editorial geral de V. Oliveira Jorge), vol. I, ADECAP: Porto, p.79-93.

Bettencourt, A.M.S. (2001). Considerações em torno de alguns aspectos económicos do Ferro Inicial no noroeste português, in **Arqueologia**, 26, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto: Porto, p.41-55.

Bettencourt, A.M.S. (2009). A Pré-História do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze, in Paulo Pereira (coord.) **Minho. Traços de Identidade**, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, p.70-113.

Bettencourt, A.M.S. (2010). La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: análisis a partir de las prácticas funerárias, **Trabajos de Prehistoria**, 67, n.º 1, Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, p.139-173.

Bettencourt, A.M.S. e Alves, L.B. (eds.) (2009). **Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade**, Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»: Braga.

Bettencourt, A.M.S. e Sanches, M.J. (1998). Algumas questões sobre a Idade do Bronze do Norte de Portugal, in **A Idade do Bronze en Galicia: Novas Perspectivas** (ed. R. Fábregas Valcarce), Cuadernos do Seminario de Sargadelos, 77, A Coruña, p.13-45.

Bettencourt *et al.* (2007) - Bettencourt, A.M.S., Dinis, A., Figueiral, I., Rodrigues, A., Cruz, C.S., Silva, I.S., Azevedo, M. e Barbosa, R. A Ocupação do Território e a exploração de recursos durante a Pré-História Recente do Noroeste de Portugal, in **Actas do 4.º Congresso de Arqueologia Peninsular**, (Faro 2004), Faro, p.149-164.

Bezerra, M.G. (1992). **Os Estrangeiros no Lima**, vol. II. Fac-símile da 1.ª ed.

[1791], Câmara Municipal de Viana do Castelo: Viana do Castelo.

Biagi, P. (ed.) (1990). *The Neolithisation of the Alpine Region: International round table*, (29 April-1 may 1988), Monografie di Natura Bresciana, 13, Museo Civico di Scienze Naturali di Brescia: Brescia.

Binford, L.R. (1991). *En Busca del Pasado*, 2.^a ed., trad. castelhana de Pepa Gasull, Editorial Crítica: Barcelona.

Bintliff, J. (1988). Site patterning: separating environmental, cultural and preservation factors, *Conceptual Issues in Environmental Archaeology*, (John Bintliff; Donald A. Davidson; Eric G. Grant, eds), University Press: Edinburgh, p.129-144.

Bisset, R. (1994). O Papel da Monitorização e Auditoria na AIA, *Avaliação do Impacte Ambiental*, (Maria do Rosário Partidário e Júlio de Jesus, eds), Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente: Lisboa, p.146-161.

Blanc-Pamard, C. e Raison, J-P. (1986). Paisagem. In *Enciclopédia: 8. Região*. Einaudi / IN-CM: Lisboa, p.138-160.

Bloemers, T. *et al.* (2010). Tom Bloemers, Henk Kars, Arnold van der Valk, Mies Wijnen (eds.). *The Cultural Landscape and Heritage Paradox. Protection and Development of the Dutch Archaeological-Historical Landscape and its European Dimensions*, Amsterdam University Press: Amsterdam.

Bohigas Roldán, R. e Ruiz Gutiérrez, A. (1989). Las Cerâmicas Visigodas de Poblado en Cantabria y Palencia, *Boletín de Arqueología Medieval*, 3 (Especial Visigodo), Asociación de Arqueología Medieval Espanhola: Madrid, p.31-51.

Bolós, M. (dir.) (1992). *Manual de Ciencia del Paisage. Teoria, métodos y aplicaciones*, Masson: Barcelona.

Bordieu, P. (1988). Espacio social y poder simbólico. In *Revista de Occidente*. N.º 81, Fundación José Ortega y Gasset: Madrid, p.97-119.

Bouet, F.V. (ed.) (2005). *Territoires et paysages de l'Âge du Fer au Moyen Âge. Mélanges offerts à Philippe Leveau*, (Mémoires 16), Ausonius Éditions: Bordéus.

Bradford, J.P.S. (1957). *Ancient Landscapes. Studies in Field Archaeology*. Oxford.

Branco, M.S.C. (introd. de) (1997). *Livro das Fortalezas* (de Duarte d'Armas), 2^a ed., Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa: Lisboa.

Brandão, M.F.S. (1994). *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*, Edições Afrontamento: Porto.

Brito, R.S. (1953). Uma aldeia da montanha do Minho: o Soajo. Estudo de Geografia Humana, **Revista da Faculdade de Letras de Lisboa**, 2ª série, 18, Lisboa.

Brito, R.S. (dir. de) (1994). **Portugal. Perfil Geográfico**, Editorial Estampa: Lisboa.

Burillo Mozota, F. (ed. e coord.) (1998). Arqueología del Paisaje. Comunicaciones presentadas al 5º Coloquio Internacional de Arqueología Espacial a celebrar en Teruel del 14-16 de septiembre de 1998. **Arqueología Espacial**, 19-20, SAET/IET: Teruel.

Burillo Mozota, F. e Peña Monne, J.L. (1984). Clima, Geomorfología y Ocupación Humana. Introducción a un Plantamiento Metodológico, **Actas Primeras Jornadas de Metodología de Investigación Prehistórica** (Soria, 1981), Dirección General de Bellas Artes y Archivos: Madrid, p.91-102.

Burillo Mozota *et al.* (1992) - F. Burillo Mozota, E.J. Ibáñez González e Mª V. Lozano Tena - **Parque Cultural de Molinos**, Seminario de Arqueología y Etnología Turolense: Teruel.

Busquets, J. e Cortina, A. (eds) (2009). **Gestión del paisaje. Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje**. Editorial Ariel: Barcelona.

Butzer, K.W. (1989). **Arqueología: una ecología del hombre**, trad. de M.ª José Aubet Semmler, Ediciones Bellaterra: Barcelona.

C

Caamaño Gesto, J.M. (1994). La presencia militar romana en Galicia: los campamentos, **El Mundo Romano en Galicia**, (coord. E. Ramil Rêgo), (monografías, nº1), Museo de Prehistoria e Arqueología de Villalba: Villalba (Lugo), p.31-47.

Caballero Zoreda, L. (1989). Cerâmicas de "Época Visigoda y Postvisigoda" de las Provincias de Cáceres, Madrid y Segovia, **Boletín de Arqueología Medieval**, 3 (Especial Visigodo), Asociación de Arqueología Medieval Española: Madrid, pp.75-107.

Caballero, L. Mateos, P. e Retuerce, M. (eds.) (2003). Cerâmicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica, **Anejos, AespA**, XXVIII, CSIC: Madrid.

Cabral, F.C. (1993). **Fundamentos da Arquitectura Paisagista**, Instituto da Conservação da Natureza: Lisboa.

Callier-Boisvert, C. (1987). O Soajo visto de fora, **Terra de Val de Vez**, (Boletim Cultural), 10, Grupo de Estudos do Património Arcuense: Arcos de Valdevez, p.39-54.

Campelo, A. (2009). Espaço, construção do mundo e suas representações, in ***Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade***, (Bettencourt e Alves eds.), Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»: Braga, p.191-206.

Capela, J.V. (2005). ***As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758***, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho: Viana do Castelo.

Carballo Arceo, L.X. (1997). O Espaço na Cultura Castreja Galega, in ***O 1.º milénio a.c. no noroeste peninsular : a fachada atlântica e o interior***, Parque Natural de Montesinho: Bragança, p.63-85.

Cardoso, J. (versão e anotações de) (1982). ***Crónica de Idácio. Descrição da Invasão e Conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V)***, (de Idácio), Universidade do Minho: Braga.

Cardoso, J. (versão e anotações de) (1986). - ***História Contra os Pagãos (esboço duma história da Antiguidade Oriental e Clássica)***, (de Paulo Orósio), Universidade do Minho: Braga.

Cardoso, J.L. (2002). ***Pré-História de Portugal***, Editorial Verbo: Lisboa.

Cardozo, M. (1985). ***Catálogo do Museu de Martins Sarmiento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga***, (3.ª ed., il.), Sociedade Martins Sarmiento: Guimarães, p. 159.

Carrión Marco, Y. (2005). ***La Vegetación Mediterránea y Atlántica de la Península Ibérica. Nuevas secuencias antracológicas***. Diputación Provincial de Valencia: Valencia.

Carvalho, A. (1977). ***Catálogo da Coleção de Desenhos da Biblioteca Nacional de Lisboa***, BNL: Lisboa, p.122-123.

Carvalho, E.M.G.R. (2007). ***Lima Internacional: Paisagens e Espaços de Fronteira***, Universidade do Minho: Braga, Tese Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho: Braga.
(<http://hdl.handle.net/1822/6909>).

Carvalho, H.P.A. (1993-94). Contribuição para o estudo da escultura funerária de época romana, ***Cadernos de Arqueologia***, Série II, 10-11, MDDS/UAUM: Braga, p.65-90.

Carvalho, H.P.A. (2008). ***O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis***, Universidade do Minho: Braga, Tese Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho: Braga.
(<http://hdl.handle.net/1822/8755>).

- Carvalho, H.P.A. (2010). A construção do espaço ibérico em época romana. Conceitos, escalas e modelos de desenvolvimento, in **Revista de História das Ideias**, 31, Faculdade de Letras: Coimbra, (separata).
- Castro, Z.O. (1998). Dos tempos da história. **Vértice**, 87, II Série, Editorial Caminho: Lisboa, p. 56-60.
- Castro Martínez, P.V. e González Marcén, P. (1989). El concepto de frontera: Implicaciones teóricas de la noción de territorio político, in **Fronteras. Arqueología Espacial**, 13, Colegio Universitario de Teruel: Teruel, p.
- Castro Pérez, L. (2010). Veinte años de investigaciones sobre la Cultura Castrexa (1998-2008), in **Minius**, 18, (Monográfico: Historia e territorio: 20 anos de investigación sobre Galicia (1988-2008) (II parte), Servizo de Publicacións da Universidad de Vigo: Vigo, p.9-36.
- Cavada Nieto, M. (2010). Los estudios en Historia Antigua de Galicia en los últimos veinte años, in **Minius**, 18, (Monográfico: Historia e territorio: 20 anos de investigación sobre Galicia (1988-2008) (II parte), Servizo de Publicacións da Universidad de Vigo: Vigo, p.37-58.
- Ceia, C. (1997). **Normas para apresentação de trabalhos científicos**. 2.^a ed., Editorial Presença: Lisboa.
- Centeno, R. (1987). **Circulação monetária no noroeste de Hispânia até 192**, (Anexos Nummus, 1), Porto.
- Centeno, R., García-Bellido, M. e Mora, G. (coords.) (1999). **Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania**, (Anejos de AEspA, XX), Consejo Superior de Investigaciones Científicas e Universidade do Porto: Madrid.
- Cerqueira, J.M.C. (1992). **Solos e Clima em Portugal**, Clássica Editora: Lisboa.
- Chevallier, R. (ed. de) (1972). **Colloque International sur la Cartographie Archéologique et Historique**, Université d'Orléans – Tours: Tours.
- Chevallier, R. (1976). Le paysage palimpseste de l'histoire. Pour une archéologie du paysage. In **Mélanges de la Casa de Velázquez.**, 12, Picard: Paris, p.503-510.
- Chevallier, R. (2000). **Lecture du Temps dans l'Espace. Topographie archéologique et historique**, Picard: Paris.
- Christie, N. (ed.) (2004). **Landscapes of Change. Rural Evolutions in Late Antiquity and the Early Middle Ages**, Ashgate Publishing: Hants.
- Childe, V.G. (1969). **Para uma recuperação do passado**. Trad. de M. L. Penafiel e estudo introdutório de V. S. Gonçalves, Livraria Bertrand: Lisboa.

Cleere, H.F. (ed. de) (1989). **Archaeological Heritage Management in the Modern World**, (One world archaeology, 9), Unwin Hyman: London.

Cocheril, M. (1978). **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português: Paris.

Coelho, A.B. (1989a). **Portugal na Espanha Árabe**, vol. 1 - Geografia e Cultura, (2ª ed.), Editorial Caminho: Lisboa.

Coelho, A.B. (1989b). **Portugal na Espanha Árabe**, vol. 2 - História, (2ª ed.), Editorial Caminho: Lisboa.

Coelho, M.H.C. (1990). **Homens, Espaços e Poderes (séculos XI a XVI). I - Notas do Viver Social**, Livros Horizonte: Lisboa.

Coelho, M.H.C. e Riley, C.G. (1988). Sobre a Caça Medieval, **Estudos Medievais**, 9, SEC/Centro de estudos Humanísticos: Porto, p. 221-267.

Conde, M. e Vieira, M. (2005). A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média, in **Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas**, Actas das I Jornadas, (coord. Iria Gonçalves), Centro de Estudos Históricos: Lisboa, p.65-122.

Conolly, J. e Lake, M. (2009). **Sistemas de información geográfica aplicados a la arqueología**. Trad. de M. J. Aubet, Edicions Bellaterra: Barcelona.

Conte, P., Fau, L. e Hautefeuille, F. (2010). L'habitat dispersé dans le sud-ouest de la France médiévale (Xe-XVIIe siècles), in **Trente ans d'archéologie médiévale en France. Un bilan pour l'avenir**, (dir. J. Chapelot), CNRS Éditions: Paris.

Cooper *et al.* (1995) - Malcolm A. Cooper, Antony Firth, John Carman, David Wheatley (editores), **Managing Archaeology**, Routledge: London and New York.

Costa, A.C. (1866). **Corografia Portuguesa**, I, 2ª ed., [1ª ed., Lisboa, 1706], Braga, p.213.

Costa, A.J. (1940). Curiosidades Históricas: O Castelo de Lindoso na Restauração, **Jornal Diário do Minho**, números de 11 e 15 de Setembro, (extractos de Memória histórico-descritiva enviada pelo autor ao Ministério das Obras Públicas), Editora DM: Braga.

Costa, A.J. (ed. crítica de) (1965). **Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesie**, I, Assembleia Distrital de Braga: Braga.

Costa, A.J. (ed. crítica de) (1978). **Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesie**, II, Assembleia Distrital de Braga: Braga.

- Costa, A.J. (1981). Imagens, Templos e Mosteiros de S. Bento na Terra de Valdevez, **Terra de Val de Vez. Boletim Cultural**, 3, GEPA-Grupo de Estudos do Património Arcuense: Arcos de Valdevez, p.5-42.
- Costa, A.J. (1984). Alcaldes-mores do Lindoso. In **Notícias da Barca**, n.º 160 (22-24 Agosto).
- Costa, A.J. (ed. crítica de) (1990). **Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesie**, III, Assembleia Distrital de Braga: Braga.
- Costa, A.J. (1997). **O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga**, (2.ª edição refundida e ampliada), Volume I, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta: Braga.
- Costa, A.J. (2000). **O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga**, (2.ª edição refundida e ampliada), Volume II, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta: Braga.
- Costa, J.E.B.C. (1985). Inácio Lopes Barreto. Na Guerra Peninsular, no Governo de Lindoso, em Ponte de Lima, **Arquivo de Ponte de Lima**, VI, Câmara Municipal de Ponte de Lima: Ponte de Lima, p.155-171.
- Costa, J.A. e A. Melo, A.S. (coord. de) (1994). **Dicionário da Língua Portuguesa**, (7ª ed., rev. e ampl.), Porto Editora: Porto.
- Coudé-Gaussien, G. (1979). **Les Serras da Peneda et de Gerês (Minho - Portugal). Formes et formations d'origine froide en milieu granitique**, tese doutoramento, (policopiada), Université de Paris I: Paris.
- Criado Boado, F. et al. (dir.) (1991). **Arqueología del Paisaje. El área Bocelofurelos entre los tiempos paleolíticos y medievales**, Arqueología / Investigación, 6, Xunta de Galicia: Santiago de Compostela.
- Criado Boado, F. (1999). Del Terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje. **CAPA**, 6. Santiago de Compostela: GIAP-USC.
- Crumley, C.L. e Marquardt, W.H. (1990). Landscape: a unifying concept in regional analysis, **Interpreting Space: GIS and archaeology**, Kathleen M.S. Allen; Stanton W. Green; Ezra B.W. Zubrow (editores), Taylor & Francis: London, p.73-79.
- Cruz, J.A.M. (1969). Regime Comunitário Pastoril na Serra Amarela (Ermida-Ponte da Barca), **Trabalhos do Instituto de Antropologia "Dr. Mendes Correa"**, nº 2, (separata), Imprensa Portuguesa: Porto.
- Cruz, D.J. (1988). O Megalitismo do Norte de Portugal, **Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular**, I, (TAE, XXVIII, 1-2), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: Porto, p.15-56.

Cursente, B. (ed.) (1999). **L'habitat dispersé dans l'Europe médiévale et moderne**, Actes des XVIII Journées Internationales d'Histoire de l'Abbaye de Flaran, (15-16-17 septembre 1996), Presses Universitaires du Mirail: Toulouse.

Cursente, B. e Mousnier, M. (dir.) (2005). **Les Territoires du médiéviste**, Presses Universitaires de Rennes: Rennes.

D

Daveau, S. (1980). Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos, **CLIO**, 2, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa: Lisboa, p.13-37.

Daveau, S. (1981). Arqueologia e Geografia. **Arqueologia**, 4, GEAP: Porto, p.46-49.

Daveau, S. (1988). Progressos Recentes no Conhecimento da Evolução Holocénica da Cobertura Vegetal em Portugal e nas Regiões Vizinhas, **FINISTERRA**, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa: Lisboa, p.101-115.

Darvill, T. (1995). Value Systems in Archaeology, **Managing Archaeology**, (ed. de M.A. Cooper, A. Firth, J. Carman, D. Wheatley), Routledge: London and New York, p.40-50.

David, P. (1947). **Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle**, Bertrand / Belles-Lettres: Lisboa/Paris.

Davidson, I. y G.N. Bailey, G.N. (1984). Los Yacimientos, sus Territorios de Explotacion y la Topografia, (trad. de Cristina G. Doña), **Boletín del Museo Arqueológico Nacional (Madrid)**, II, Madrid, p.25-46.

David B and Thomas J, (eds) 2008. **Handbook of Landscape Archaeology**. Berg Publishers: Oxford.

Dax, T. e Hovorka, G. (2002). A holistic approach to mountain development research: Experiences from the Federal Institute for Less-Favoured and Mountainous Areas, Austria. In **The Innovative Structures for the Sustainable Development of Mountainous Areas (ISDEMA) Conference**, School of Agriculture, Aristotle University of Thessaloniki: Tessalónica.

Delort, R. (1996). L'Homme et la Nature au Moyen Age. Paléoenvironnement des Sociétés Européennes, **L'Homme et la Nature au Moyen Age**, (dir. de Michel Colardelle), (Actes du V^e Congrès International d'archéologie médiévale, 6-9 Octobre 1993, Grenoble), éditions errance: Paris, p.7-10.

Demoule *et al.* (2005) - Jean-Paul Demoule, François Giligny, Anne Lehoërf, Alain Schnapp – **Guide des Méthodes de l'Archéologie**, La Découvert: Paris.

Devy-Vareta, N. (1985). Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a "Coutada Velha" do rei, **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**, I Série, I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, p.47-67.

Devy-Vareta, N. (1986). Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI), **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**, I Série, II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, p.5-37.

Devy-Vareta, N. (1993). **A Floresta no Espaço e no Tempo em Portugal. A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)**, dissertação de doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

DGE (1934). **Censo da População de Portugal. Dezembro de 1930**, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional: Lisboa, p.172.

Dias, J. (1948). **Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária**, (cancioneiro de Margot Dias e desenhos de Fernando Galhano), Instituto para a Alta Cultura: Porto.

Dias, L. (2007). Paisagem, Tempo, Memória na região norte de Portugal, in **IV Congreso Internacional sobre Musealización de Xacementos Arqueolóxicos. Conservación e presentación de xacementos arqueolóxicos no médio rural. Impacto social no territorio**, (Santiago de Compostela, 13-16 Novembro 2006), Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.39-46.

Dias, L. (2009). Contributos de Rocha Peixoto para a leitura contemporânea de unidades de paisagem cultural do Douro Verde, in **Boletim Cultural 'Póvoa de Varzim'**, vol. 43, (separata), Câmara Municipal de Póvoa de Varzim: Póvoa de Varzim, p.255-277.

Dias, L. e Araújo, J. (1999). **Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica**, Escola Profissional de Arqueologia/IPPAR: Porto.

Dias, L.F.C. (1961-1969). **Forais manuelinos do reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo**. Tomo I, ed. do autor: Lisboa.

Dias, P. (coord. de) (1992). **No Tempo das Descobertas. A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos**, (catálogo de exposição - Museu Nacional de Arte Antiga, Julho a Dezembro de 1992, Lisboa), Secretaria de Estado da Cultura: Lisboa.

Dias, P. e Baptista, C. (1993). Colmeias da Serra do Gerês. O Urso e as Abelhas, **Revista da 2ª Feira Mostra do PNPG**, Ano 1, nº 1, Adere-Peneda Gerês: Braga, p. 15-16.

Díaz y Díaz, M.C. (1974). **La Vida de San Fructuoso de Braga (estudio y edición crítica)**, Arcebispado de Braga: Braga.

Díaz Martínez, P.C. (1993). El alcance de la ocupación sueva de Gallaecia y el problema de la germanización, **Galicia: da Romanidade á Xermanización. Problemas históricos e culturais**, (actas do encontro científico en homenaxe a Fermín Bouza Brey, Santiago de Compostela, Outubro de 1992), Museo do Pobo Galego: Santiago de Compostela, p.209-226.

Díaz, J., Oliveira, E.V. e Galhano, F. (1994). **Espigueiros Portugueses**, Publicações Dom Quixote: Lisboa.

Di Méo, G. (1991). **L'Homme, la Société, l'Espace**, Anthropos/Economica: Paris.

Di Méo, G. (1994). El Territorio Local, Orígenes y Actualidad, **TALLER D'HISTÒRIA**, 3, Centre d'Estudis d'Història Local - Diputació de València: València, p. 18-30.

Dionísio, S.A. (org. de) (1965). **Guia de Portugal, Entre Douro e Minho. II Minho**, IV, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, p.917-919 e 921-926.

Dopazo Martínez *et al.* (1996) - Dopazo Martínez, A.; Fernández Rodríguez, C.; Ramil Rêgo, P. Arqueometría aplicada a yacimientos galaico-romanos del NW peninsular: valoración de la actividad agrícola y ganadera, **Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica**, (P. Ramil Rêgo, C. Fernández Rodríguez e M. Rodríguez Guitián, coords), Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, pp.317-332.

Dopico Caínzos, M.D. (2009). As transformacións dos pobos do noroeste hispánico na época de Augusto: a evidencia epigráfica, in **Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea**, (Dopicos Caínzos, Rodríguez Álvarez e Villanueva Acuña eds.), Actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza (Lugo, 21-23 Julho 2008), Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo: Lugo, p.31-53.

Duby, G. (1992). **A História Continua**, (trad. de Ana C. Leonardo), Edições ASA: Porto.

Durany Castrillo, M. (1994). El Paisaje Rural Medieval a Traves del Ejemplo Berciano, **ARAGON EN LA EDAD MEDIA: Sesiones de Trabajo. III Seminario de Historia Medieval. Paisajes Rurales y Paisajes Urbanos: Métodos de Análisis en Historia Medieval**, Universidad de Zaragoza: Zaragoza, p. 29-64.

E

EDP - Electricidade de Portugal, SA (1993). **Aproveitamentos Hidroelétricos de Alto Lindoso e Touvedo**, EDP (Direcção Operacional de Equipamento Hidráulico): Lisboa.

Eguileta Franco *et al.* (1991) - Eguileta Franco, X.M., Rodríguez Cao, C. e Xusto Rodríguez, M. Arqueoloxía na Baixa Limia. O Encoro de Lindoso e o seu Entorno: Lobios (Ourense), **Arqueoloxía. Informes** 2. Campaña 1988, Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p. 139-156.

Eguileta Franco, X.M. e Xusto Rodríguez, M. (1995). Prospección e Escavación Arqueolóxica na Baixa Limia. "O Encoro de Lindoso e o seu Entorno" (Ourense), **Arqueoloxía. Informes** 3. Campaña 1989, Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.107-114.

Encarnação, J. (1979). **Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina**, (Cadernos de Arqueologia e Arte, 1), Faculdade de Letras de Coimbra: Coimbra.

Encarnação, J. (1989). A Arqueologia na modificação da paisagem, **BIBLOS**, LXV, Universidade de Coimbra: Coimbra, p.201-220.

Encarnação, J. (1990). A Religião, in **Nova História de Portugal, I – Portugal: das Origens à Romanização**, (coord. de Jorge Alarcão), Editorial Presença: Lisboa, p.442-461.

EP - Estatística de Portugal (1868). **População. Censo no 1º de Janeiro. 1864**, Imprensa Nacional: Lisboa.

Estrela, E., Soares, M.A. e Leitão, M.J. (2006). **Saber escrever uma tese e outros textos**. Lisboa: Dom Quixote, 3.^a ed.

Evans *et al.* (1996) - David Morgan Evans, Peter Salway, David Thackray (editores) - **"The Remains os Distant Times". Archaeology and the National Trust**, The Boydell Press: Suffolk.

F

Fábregas Valcarce, R. (ed.) (1998). **A Idade do Bronze en Galicia: Novas Perspectivas**, Cadernos do Seminário de Sargadelos, 77, Edicios do Castro: Corunha.

Fábregas Valcarce, R. e Meijide Cameselle, G. (2010). Prehistoria Recente en Galicia, ¿Evolución ou Ruptura?, in **Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular**, (coord. ed. V.O.Jorge), Vol. 4 (Pré-História Recente da Península Ibérica), (UTAD, Vila Real, Portugal – Setembro 1999), ADECAP: Porto, p.65-78.

Felipe Bate, L. (1998). **El Proceso de Investigación en Arqueología**. Barcelona: Crítica.

Fernandes, A. (1968). **Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas**, (Separata do ARQUIVO DO ALTO MINHO, vols. XIV, XV e XVI - IV, V e VI da 2ª série), Viana do Castelo.

Fernandes, A. (1990). “Oposição toponímica à doutrina do despovoamento do Norte de Portugal”, in **Actas IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga (Congresso Internacional)**, vol. I, Braga, p.225-282.

Fernández Ochoa, C., García-Entero, V. e Gil Sendino, F. (eds.) (2008). **Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio. Arquitectura y función**, Trea: Gijón.

Fernández Martínez, V.M. (2006). **Una Arqueología Crítica. Ciencia, Ética y Política en la Construcción del Passado**. Barcelona: Editorial Crítica.

Ferreira, J.A. (1928). **Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga**, Tomo I, Mitra Bracarense: Braga.

Ferreira, D.B. (1981). **Carte Geomorphologique du Portugal**, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 6, Universidade de Lisboa/INIC: Lisboa.

Ferreira *et al.* (1957). Alves Ferreira, Custódio de Moraes, Joaquim da Silveira e Amorim Girão - **O Mais Antigo Mapa de Portugal (1561)**, (separata), Universidade de Coimbra: Coimbra.

Ferro, G. (1979). **Sociedade Humana e Ambiente, no Tempo. Temas e Problemas de Geografia Histórica**, (pref. de Orlando Ribeiro e trad.de Carminda Cavaco), Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

Figueiral, I. (1990). **Le Nord-Ouest du Portugal et les modifications de L'écosysteme, du Bronze Final a l'époque Romaine, d'après l'anthracanalyse de sites archéologiques**, 2 vols., Tese doutoramento policopiada, Université Montpellier II: Montpellier.

Filho, B.S.S.S. (1998). **Análise de Paisagem: Fragmentação e Mudanças**. (policopiado), Instituto de Geociências / UFMG: Belo Horizonte.

Fontes L. (1992). O Norte de Portugal no Período Suevo-Visigótico. Elementos para o seu estudo, **Actas XXXIX Corso di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina**, (Ravenna, 6-12 Aprile 1992), Edizioni del Girasole: Ravenna, p. 217-248.

Fontes L. (2000). Os Fojos de Lobo da Cabreira. **MINIA**, 3ª série, 6, ASPA: Braga, p.73-94.

Fontes, L. (2002). Arqueologia Medieval Portuguesa, in **Arqueologia & História**, n.º 54, [Actas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. “Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal”, (25 a 27 Maio 2000)], Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p.221-238.

Fontes, L. (2003). A estela com togado de Lindoso, Ponte da Barca, **MINIA**, 3ª série, 10, ASPA: Braga, p.147-158.

Fontes, L. (2005). **São Martinho de Tibães: um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura**, IPPAR: Lisboa.

Fontes, L. (2009). O Período Suévico e Visigótico e o Papel da Igreja na Organização do Território, in Paulo Pereira (coord.) **Minho. Traços de Identidade**, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, p.272-295.

Fontes, L. (2010). Mountain landscapes and landscape archaeology in northwest Portugal. In **Living Landscape. The European Landscape Convention in research perspective**, Volume I, Papers, Bandecchi e Vivaldi: Firenze, p.204-226.

Fontes, L. e Pereira, B. (2009). **Colecção de Epigrafia e de Arquitectura Medievais (séculos IX-XV)**, 2 vols., Instituto de História e Arte Cristãs/Arquidiocese de Braga: Braga.

Fontes, L. e Regalo, H. (1992). Lindoso, Um Castelo no Parque Nacional, **Correio da Natureza**, 16, Instituto da Conservação da Natureza: Lisboa, p.18-23.

Fontes, L. e Regalo, H. (1994). A componente arqueológica do "Projecto de Tratamento Museológico e Rentabilização Cultural" do Castelo do Lindoso, **Actas V Jornadas Arqueológicas** (20, 21 e 22 Maio 1993), I, Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p.33-44.

Fontes, L. e Regalo, H. (1997). **Lindoso. O Castelo e a Região**, Instituto da Conservação da Natureza: Lisboa.

Fontes L, Regalo, H. e Tavares, A. (1995). Lindoso Castle: A Museology and Cultural Improvement Project. In: **Abstracts on European Association of Archaeologists. First Annual Meeting**, Santiago de Compostela, p.112.

Fossier, R. (1990). **Le Moyen Age. 1: Les mondes nouveaux 350-950**, (3ª ed.), Armand Colin: Paris.

Franco, J.A. (1974). Predominante Phytogeographical Zones in Continental Portugal, **Boletim da Sociedade Broteriana**, XLVII, 2ª Série - Suplemento, Instituto Botânico da Universidade de Coimbra: Coimbra, p.91-104 (il.).

Freire, A.B. (1905). Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. seculo, **Arquivo Historico Portuguez**, III, 7-8 (31-32), Lisboa, p.241-273.

Frémont, A. (1980). **A Região, Espaço Vivido**, (trad. de António Gonçalves), Livraria Almedina: Coimbra.

Frisell, B. (2010). **Lana, Carne, Latte. Paesaggi Pastoralis tra Mito e Realtà**, Edizione Polistampa: Florença.

Fukuyama, F. (1992). **O Fim da História e o Último Homem**, (trad. de Maria Goes), Gradiva: Lisboa.

G

Gago, J.M. (1992). **O estado das ciências em Portugal**, Publicações D. Quixote: Lisboa.

Gambi, L. (1994). Historia y Ambiente en Zonas de Frontera: dos Casos, **TALLER D'HISTÒRIA**, 3, Centre d'Estudis d'Història Local - Diputació de València: València, p. 15-18.

Gamito, T.J. (1988). Arqueologia Espacial em Portugal. Alguns exemplos. In **Arqueologia Espacial. Arqueología del Paisaje**, 12, Seminario de Arqueología y Etnología Turolense/Instituto de Estudios Turolenses: Teruel p.17-32.

García de Cortázar, J.A. (1983). **Historia Rural Medieval**, Editorial Estampa: Lisboa.

García de Cortázar, J.A. (1987). La Sociedad Rural Peninsular en la Edad Media, **Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval**, Instituto Nacional de Investigação Científica: Porto, p.491-539.

García de Cortázar, J.A. (1988). **La Sociedad Rural en la España Medieval**, siglo XXI de España editores: Madrid.

García Maña, L.M. (1988). **La frontera hispano-lusa en la provincia de Ourense**, Boletín Auriense, Anexo 11, Museo Arqueológico Provincial: Ourense.

García Quintela, M.V. (2002). **La organización socio-política de los Populi del Noroeste de la Península Ibérica. Un estudio de antropología política histórica comparada**, TAPA, 18, Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe: Santiago de Compostela.

García Sanjuán, L. (2005). **Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológico del Territorio**. Barcelona: Ariel.

García Terrón, A. (coord.) (1993). **Camiños Portugueses de Peregrinación a Santiago. Tramos Galegos**, Xunta de Galicia: Santiago de Compostela.

Gazapo de Aguilera, D. (2007). ¿Desde DÓNDE... se construye el paisaje?. In **Paisaje Cultural. EURAU 08. 4.º Congreso Europeo de Investigación Arquitectónica y Urbana**, Ministerio de Fomento e Universidad Politécnica de Madrid: Madrid, p.14-17.

George, P. (1992). **La Géographie à la poursuite de l'Histoire**, Armand Colin: Paris.

Ghosh *et al.* (2000) - Ghosh, S., Rana, U., Rao, K. E Sen, K. GIS application for mountainous terrains: some considerations and options. **ENVIS Bulletin: Himalayan Ecology and Development**, vol. 8(1), G.B. Pan Institute of Himalayan Environment and Development: Kosi-Katarmal (India), p. 4-11.

Gojda M, 2004. Landscape Archaeology. In: **KNOWLEDGE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT An Insight into the ENCYCLOPEDIA OF LIFE SUPPORT SYSTEMS**, Volume I, (4), pp 723-741, UNESCO Publishing-Eolss Publishers: Oxford.

Gomes, M.V. (2002). Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século, in **Arqueologia & História**, n.º 54, [Actas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. “Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal”, (25 a 27 Maio 2000)], Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, 2002, p.139-194.

Gómez Pantoja, J. (1993). Buscando a los Pastores, **Actas 1º Congreso de Arqueologia Peninsular**, II, (TAE.XXXIII.3-4), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: Porto, p.446-459.

Gonçalo, S-R. (1982). **Portugal. A Expressão da Paisagem**, Direcção-Geral da Divulgação: Lisboa.

Gonçalves, I. (1993). Alguns aspectos da visita régia ao entre Cávado e Minho, no século XIII, in **Estudos Medievais**, 10, Centro de Estudos Humanísticos: Porto, p.33-57.

Gonçalves, I. (1998). Entre a Peneda e o Barroso. Uma fronteira galaico-minhota em meados de Duzentos, in **As relações de fronteira no século de Alcanices**, Actas das IV Jornadas luso-espanholas de história medieval, vol. 1, Porto, p.63-75.

Gonçalves, I. (2004). A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média”, in **Actas 3º Congresso Histórico de Guimarães. Dom Manuel I e a sua época**, vol. 3, (*População, Sociedade e Economia*), Câmara Municipal de Guimarães: Guimarães, p.

Gonçalves, I. (2006). Espaços silvestres para animais selvagens no Noroeste de Portugal, com as *Inquirições de 1258*”, **Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques**, vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, p.193-219.

Gonçalves, V.S. (1997). Suzanne Daveau e a Arqueologia: Tempo e Espaço, in **Finisterra**, XXXII, 63, Universidade de Coimbra: Coimbra, p.71-80.

González Pérez, C. (1989). **A Apicultura tradicional no concelho de Navia de Suarna (Lugo)**, Diputación Provincial: Lugo.

González Ruibal, A. (2007). **Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.- 50 d.C)**, Tomos I e II, Brigantium, Vols. 18-19, Boletín do Museu Arqueolóxico e Histórico da Coruña, (2006-2007), Via Láctea, S.L.: Corunha.

González Ruibal, A. (2008a). Los Pueblos del Noroeste, in **De Iberia a Hispania**, (coord de Gracia Alonso, F.), Editorial Ariel: Barcelona, p.899-930.

González Ruibal, A. (2008b). A Cultura Castrexa: o estado da investigación en Galicia, in **A Cultura Castrexa: Accións e estratexias para o seu aproveitamento socio-cultural. Castrenor: cultura castrexa no noroeste peninsular**, Actas do Seminario Final (Mondariz Balneario, 22-23 Junho 2006), Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.13-29.

Gouzy, N. (org. de) (1992). **Historiens & Archéologues**, (Actes 3e Session d'Histoire Médiévale de Carcassonne - 28 Août / 1 Septembre 1990), Peter Lang: Berne.

Green, S.W. (1990). Approaching archaeological space: an introduction to the volume, **Interpreting Space: GIS and archaeology**, Kathleen M.S. Allen; Stanton W. Green; Ezra B.W. Zubrow (editores), Taylor & Francis: London, p.3-8.

Guerra, A. (1995). **Plínio-o-Velho e a Lusitânia**. Edições Colibri: Lisboa.

Guerreiro, M.V. (1982). **Pitões das Júnias. Esboço de Monografia Etnográfica**, (2ª ed.), Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico: Lisboa.

Gutián Rivera, L. (1993). *Sistemas de Utilización del Espacio y Evolución del Paisaje Vegetal en las Sierras Orientales de Lugo*, **La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos**, A. Pérez Alberti, L. Guitián Rivera, P. Ramil Rêgo (Eds.), Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.211-224.

Gutiérrez González, J.A. e Bohigas Roldán, R. (coord. de) (1989). **La Cerámica Medieval en el Norte y Noroeste de la Península Iberica. Aproximacion a su estudio**, Universidad de Leon: Leon.

H

Harris, D.R. e Thomas, K.D. (1991). Modelling ecological change in environmental archaeology, **Modelling Ecological Change**, I.A./University College London: London.

Harrison, R. (ed. de) (1994). **Manual of Heritage Management**, Butterworth-Heinemann: Oxford.

Hayes, J.W. (1972). **Late Roman Pottery**, London.

Herculano, A. (1980). **História de Portugal desde o Começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III**, (prefácio e notas de J. Mattoso), vol.I, Bertrand: Lisboa.

Hernández León, J.M. (2007). Sobre el Paisaje Cultural. In **Paisaje Cultural. EURAU 08. 4.º Congreso Europeo de Investigación Arquitectónica y Urbana**, Ministerio de Fomento e Universidad Politécnica de Madrid: Madrid, p.11-13.

Hicks, D. e Beuadry, M.C. (eds.) (2006). **Historical Archaeology**, Cambridge University Press: Cambridge.

Hodder, I. (1994). **Interpretación en Arqueología. Corrientes actuales**. Trad. castelhana de M.^a José Aubet e J. A. Barceló, 2^a ed. ampliada e actualizada, Editorial Crítica: Barcelona.

Hodder, I. e Orton, C. (1990). **Análisis Espacial en Arqueología**. (trad. De M.^a José Aubet y Montserrat Tenas), Editorial Crítica: Barcelona..

Holliday, V.T. (ed.) (1992). **Soils in Archaeology. Landscape Evolution and Human Occupation**, Smithsonian Institution Press: Washington.

André Humbert, A. (1988). Sites et Milieu Naturel, **Structures de l'Habitat et Occupation du Sol dans les Pays Méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive, CASTRUM**, 2, École Française de Rome - Casa de Velázquez: Rome - Madrid, p.297-330.

Hume, R. (1994). **Parques para a Vida. Plano de Acção para as Áreas Protegidas da Europa** (Resumo), IUCN - The World Conservation Union, s./l.

Hunn, J.R. (1994). **Reconstruction and Measurement of Landscape Change. A study of six parishes in the St. Albans area**, BAR British Series, 236, Tempus Reparatum: Oxford.

I

Ibáñez Montoya, J. (2007). Diversas maneras de construir con el tiempo. In **Paisage Cultural. EURAU 08. 4.º Congreso Europeo de Investigación Arquitectónica y Urbana**, Ministerio de Fomento e Universidad Politecnica de Madrid: Madrid, p.11-13.

INE (1952). Instituto Nacional de Estatística. **IX Recenseamento Geral de População. No Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950**, Tomo I, Tipografia Portuguesa: Lisboa, p.216.

INE (1963). Instituto Nacional de Estatística. **X Recenseamento Geral de População. No Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1960**, Tomo II, Tipografia Portuguesa: Lisboa, p.170.

INE (1975). Instituto Nacional de Estatística. **11º Recenseamento da População. 1.º Recenseamento da Habitação: continente e ilhas**, Serviços Centrais do INE: Lisboa, (Distrito de Viana do Castelo, p.45).

INE (1983). Instituto Nacional de Estatística. **XII Recenseamento Geral de População. II Recenseamento Geral da Habitação. 1981: Resultados Definitivos – Distrito de Viana do Castelo**, INE, Imprensa Nacional Casa da Moeda: Lisboa, p.4.

INE (1993). Instituto Nacional de Estatística. **Censos 1991: Resultados Definitivos**, 2.º Volume – Norte, INE: Lisboa, p.40.

INE (2002). Instituto Nacional de Estatística. **Censos 2001: Resultados Definitivos**, 1.º Volume – Região do Norte, INE: Lisboa, p.106.

Ireland, R. (2009). **Le Paysage Envisagé**, Infolio: Gollion (CH).

J

Jimeno Martínez *et al.* (1993) - Alfredo Jimeno Martínez; Jesús M. de Val Recio y José J. Fernández Moreno (eds.) - **Actas. Inventarios y Cartas Arqueológicas**, Junta de Castilla y Leon: Valladolid.

Johns, J. (1988). Sistemi socio-economici, ricognizione a scala regionale e campionamento ad uso probabilistico, **Structures de l'Habitat et Occupation du Sol dans les Pays Méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive**, **CASTRUM**, 2, École Française de Rome - Casa de Velázquez : Rome - Madrid, p.539-542

Johnson, M. (2000). **Teoría arqueológica. Una introducción**, Editorial Ariel: Barcelona.

Jorge, S.O. (1986). **Povoados da Pré-História Recente (III.º - inícios do II.º milénios A.C.) da região de Chaves – V.ª P.ª de Aguiar (Tras-os-Montes Ocidental)**. Dissertação de doutoramento, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

Jorge, S.O. (1999). **Domesticar a Terra**, Gradiva: Lisboa.

Jorge, S.O. (2000a). Introdução: breve evolução da Pré-História Recente do Norte de Portugal (do VI.º ao II.ª milénio A.C.), in **Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular**, (coord. ed. V.O.Jorge), Vol. 4 (Pré-História Recente da Península Ibérica), (UTAD, Vila Real, Portugal – Setembro 1999), ADECAP: Porto, p.7-12.

Jorge, S.O. (2000b). Problematizando a Pré-História Recente de Portugal (VI-II milénios a.C.), in **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Vol. 40 (3-4), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: Porto, p.75-99.

Jorge, V.O. (1982). **Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu**. Dissertação de doutoramento, (policopiada), Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

Jorge, V.O. (1989). Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais. in **Revista da Faculdade de Letras**, 2.ª série, vol. VI, Faculdade de letras da Universidade do Porto: Porto, p.365-443.

Jorge, V.O. (2000a). **Arqueologia, Património e Cultura**, Instituto Piaget: Lisboa.

Jorge, V.O. (2000b). Fecundidade de uma perspectiva pragmatista ‘inquietante’ (no sentido de Boaventura Sousa Santos) em arqueologia, in **Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular**, (coordenação editorial geral de V. Oliveira Jorge), vol. I, ADECAP: Porto, p.143-153.

Jorge, V.O. (2002). Megalitismo Europeu e Português: breves considerações históricas em jeito de balanço, in **Arqueologia & História**, n.º 54, [Actas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. “Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal”, (25 a 27 Maio 2000)], Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, pp.79-85.

Jorge, V.O. (2003). **A Irrequietude das Pedras. Reflexões e experiências de um arqueólogo**, Edições Afrontamento: Porto.

Jorge, V.O. (2004). Nostalgia da Certeza e do Consenso no “Teatro do Passado”. Reflexões suscitadas pela leitura de “A Escrita do Tempo e a sua Verdade”, de Jorge de Alarcão (2000). In **O Passado em cena: narrativas e fragmentos**, (coord. de M. C. Lopes e R. Vilaça), Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto: Coimbra.

Jorge *et al.* (1995) - Jorge, V.O., Silva, E.J.L, Baptista, A.M. e Jorge, S.O. - Escavação da Mamoa 1 do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço) - 1992, **Actas 1º Congresso de Arqueologia Peninsular**, VII, (TAE.XXXV - 3), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: Porto, p.191-226.

Jorge, V.O. e Jorge, S.O. (2000). A “monumentalização” das paisagens durante a pré-história: alguns contributos para um debate, **Era Arqueologia**, Edições Colibri e Era Arqueologia: Lisboa, p.100-111.

Jourdain-Annequin, C. (dir.) (2004). **Atlas culturel des alpes occidentales, De la Préhistoire à la fin du Moyen Âge**, Programme ERICA, A. e J. Picard: Paris.

Juliá, R. *et al.* (2007) – R. Juliá, J.A. Luque, S. Riera e J.A. Alejandro. Climatic and land use changes on the NW of Iberian Peninsula recorded in a 1,500-year from Lake Sanabria. **Contributions to Sciences**, 3 (3), Institut d’Estudis Catalans: Barcelona, p.355-369.

Jusué Simonena, C. (1988). **Poblamiento Rural de Navarra en la Edad Media. Bases arqueológicas. Valle de Urraul Bajo**, Institución Príncipe de Viana: Pamplona.

K

Kurt, W.S. (1988). **Arqueologia y Paisaje**, (Para Dialogar con el Passado, 1), Universidad de Extremadura: Cáceres.

Knowles, A. (ed.) (2002). **Past Time, Past Place. GIS for History**. ESRI Press: Redlands.

L

Lamb, H.H. (1989). Climate and Life during the Middle Ages, studied especially in the mountains of Europe, ***Weather, Climate and Human Affairs***, Routledge: London, p.40-74.

Leal, A.S.A.B.P. (1874). ***Portugal Antigo e Moderno***, IV, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia: Lisboa, p.97-98.

Lemos, F.S. (1983). Notas sobre o estudo e a conservação do Património Arqueológico nas regiões do Norte de Portugal, ***Actas 2º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural***, (Braga, 9-12 Abril, 1981), ASPA: Braga, p.141-167.

Lemos, F.S. (1993). ***Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental***, (tese Doutoramento policopiada), Universidade do Minho: Braga.

Lemos, F.S. (2009). A Cultura Castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste peninsular, in Paulo Pereira (coord.) ***Minho. Traços de Identidade***, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, p.122-213.

Lichtenberg, E. (1993). Perspectiva para a montanha. Lições históricas, ***Naturopa***, nº 72, Centro Naturopa do Concelho da Europa: Estrasburgo, p.9-11.

Lima, A.C.P.S. (1996). Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano, ***Cadernos Juríz / Xurés***, 1, ICN/PNPG/CMM: Braga.

Lisboa, J.L. (1998). Podíamos não considerar o tempo? ***Vértice***, 87, II Série, Editorial Caminho: Lisboa, p. 49-55.

Livadie, C.A. e Ortolani, F. (coords.) (1998). Il Sistema Uomo-Ambiente tra Passato e Presente. ***Territorio storico ed ambiente***, 1, Edipuglia : Bari S. Spirito.

Lock, G. e Stančič, Z. (editores) (1995). ***Archaeology and geographical Information Systems***, Taylor & Francis: Londres.

Lopes, S.R. (2003). Uma paisagem é uma paisagem?. In ***Ler. Livros & Leitores***, n.º 60, Círculo de Leitores: Lisboa, p.43-49.

López Pereira, J.E. (1989). ***El Primer Despertar Cultural de Galicia***, (Biblioteca de Divulgación ; 1.Serie Galicia), Universidade Santiago de Compostela: Santiago de Compostela.

Loureiro, N.S. (1987). Sistemas de Agricultura do Parque Nacional da Peneda-Gerês e suas implicações na gestão ordenada da mesma área classificada, ***Terra de Val de Vez***, (Boletim Cultural), 10, Grupo de Estudos do Património Arcuense: Arcos de Valdevez, p.55-82.

Lyotard, J-F. (1989). **A Condição Pós-Moderna**. Trad. de José Bragança de Miranda. 2.^a ed., Gradiva: Lisboa.

M

Macedo, G.F.B. e Tiago, M.H.L.A. (1985). **Flores do Parque Nacional**, Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga.

Maciel, M.J.P. (1980). O "De Correctione Rusticorum" de S. Martinho de Dume, **Bracara Augusta**, XXXIV, 78 (91), (separata), Câmara Municipal de Braga: Braga.

Maciel, M.J.P. (1996). **Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal**, ed. de autor: Lisboa.

Maderuelo J, (ed) (2009). **Paisage e Historia**, Abada Editores: Madrid.

Maia, M.A. (1995). **Crítérios. Classificação de Bens Imóveis**, Secretaria de Estado da Cultura – IPPAR: Lisboa.

Mallart i Casamajor, L. (1994). Cultura Territorial, Sentido de Pertenenca, Microestados, **TALLER D'HISTÒRIA**, 3, Centre d'Estudis d'Història Local - Diputació de València: València, p. 30-35.

Malina, J. e Vasicek, Z. (1990). **Archaeology yesterday and today. The development of archaeology in the sciences and humanities**, (trad. inglesa de Marek Zvebil), Cambridge University Press: Cambridge.

Mañana Borrazás, P., Blanco Rotea, R. e Ayán Vila, X. (2002). Arqueotectura 1: Bases teórico-metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura. **TAPA**, 25. Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe / IIT-USC: Santiago de Compostela.

Mannoni, T., Gabona, D. e Ferrando, I. (1988). Archeologia Globale del Territorio. Metodi e Risultati di una Nuova Strategia della Ricerca in Liguria, **Structures de l'Habitat et Occupation du Sol dans les Pays Méditerranéens: les méthodes et l'apport de ,l'archéologie extensive**, **CASTRUM**, 2, École Française de Rome - Casa de Velázquez: Rome – Madrid, p.43-58.

Marchueta, M.R. (2002). **O Conceito de Fronteira na época da Mundialização**, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional: Lisboa.

Marcos Sáiz, F.J. (2010). SIG y Paisajes Virtuales en 3D. Posibilidades de divulgación de la Prehistoria Reciente de la Sierra de Atapuerca, **VAR.Virtual Archaeology Review** (Abril 2010), SEAV – Arqueológica 2.0: Sevilha, p.125-130.

Marques, A. (2006). **O Casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)**. Universidade do Porto: Porto. Dissertação de mestrado.

Marques, A. (2008). Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: o casal e o processo de senhorialização do Entre-Douro-e-Lima (906-1200). In **Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas**. (coord.) de Iria Gonçalves, IV, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, p. 167-207. Separata.

Marques, A.H.O. (1988). **Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa**, (3ª ed.), Editorial Estampa: Lisboa.

Martín de Guzmán, C. (1988). Arqueología y paradigma: tendencias e resistencias, **Revista de Occidente**, 81, Fundación José Ortega y Gasset: Madrid, p.27-46.

Martínez Cortizas *et al.* (1993) - Martínez Cortizas, A. Ramil Rêgo, P., García-Rodeja, E. y Moares Domínguez, C. Suelos de Montaña y Ciclos de Estabilidad / Inestabilidad de las Vertientes en Galicia, **La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos**, (A. Pérez Alberti, L. Guitián Rivera, P. Ramil Rêgo, eds.), Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.107-123.

Martins, C. (2008). A **Exploração Mineira Romana e a Metalurgia do Ouro em Portugal**, (Cadernos de Arqueologia. Monografias, 14), Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho: Braga.

Martins, M. (1987). **O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado**, (tese de Doutoramento policopiada), Universidade do Minho: Braga.

Martins, M. (1990). **O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado**, (Cadernos de Arqueologia - Monografias, 6), Universidade do Minho: Braga.

Martins, M. (1995). A Ocupação Romana da Região de Braga: Balanço e Perspectivas de investigação, **Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio**, Museu Alberto Sampaio: Guimarães, p.73-114.

Martins, M. (1996a). Construção e Manipulação do Discurso Arqueológico: o Mito das Raízes Étnicas, **Forum**, 19, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, p.3-22.

Martins, M. (1996b). A cidade como elemento romanizador: o exemplo de Bracara Augusta, in **A Cidade e o Mundo: Romanización e Cambio Social**, (S. Reboreda Morillo e P. López Barja, eds.), Concello de Xinzo de Limia: Xinzo de Limia, p.181-202.

Martins, M. (2009a). A Romanização, in Paulo Pereira (coord), **Minho. Traços de Identidade**, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, p.216-269.

Martins, M. (2009b). *Bracara Augusta*. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo, in ***Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea***, (Dopicos Caínzos, Rodríguez Álvarez e Villanueva Acuña eds.), Actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza (Lugo, 21-23 Julho 2008), Servizo de Publicaciones da Deputación de Lugo: Lugo, p.181-211.

Martins, M. e Carvalho, H. (2010). Bracara Augusta and the changing rural landscapes, in ***Changing Landscapes. The Impacte of Romans towns in the Western Mediterranean***. Proceedings of the International Colloquium, (Castelo de Vide – Marvão, 15th-17th May 2008), Ante Quem: Bologna, p.281-298.

Martins, M. e Fontes, L. (2007-2008). Uma estratégia para o património bracarense: a criação de um Parque Cultural Europeu em Braga, in ***FORUM***, 42-43, Universidade do Minho: Braga, p.255-286.

Martins, M. Lemos, F. e Pérez Losada, F. (2005). O Povoamento Romano no Território dos Galaicos Bracarenses, in ***Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana***, (Fernández Ochoa e García Diaz eds.), III Colloquio Internacional de Arqueología en Gijón (Gijón, 28-30 Setembro 2002), BAR International Series 1371, Hadrian Books: Oxford.

Martins *et al.* (1995). - Manuela Martins (coord.) e outros autores. ***História e Arqueologia da Paisagem: reconstituição paleo-ambiental e paleo-climatológica***, Relatório de Projecto JNICT, (policopiado), Universidade do Minho: Braga.

Masclans, J.B. (1995). Organització del Territori i Poblament a l'Edat Mitjana als Pirineus Catalans, ***Muntanyes i Població. El passat dels Pirineus des d'una perspectiva multidisciplinària***, (Jaume Bertranpeti i Elisenda Vives, eds.), Centre de Trobada de les Cultures Pirinenques: Andorra, p.221-234.

Matos, A. (1980). ***Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)***, Universidade dos Açores: Ponte Delgada.

Mattoso, J. (1985). A História das Paróquias em Portugal, ***Portugal Medieval. novas interpretações***, (colectânea)., Imprensa Nacional - Casa da Moeda: Lisboa, p.37-56.

Mattoso, J. (1988a). ***A Escrita da História. Teoria e Métodos***, Editorial Estampa: Lisboa.

Mattoso, J. (1988b). ***Identificação de Um País. ensaio sobre as origens de portugal (1096-1325), I - Oposição***, (3^a edição), Editorial Estampa: Lisboa.

Mattoso, J. (1990). A caça no Soajo, ***Fragmentos de uma composição medieval***, (colectânea), 2^a ed., Editorial Estampa: Lisboa, p.205-211.

Mattoso, J. (dir. de) (1992). ***História de Portugal***, (Primeiro Volume), ***Antes de Portugal***, (coord. de José Mattoso), Círculo de Leitores: Lisboa.

Mattoso, J. (dir. de) (1993a). ***História de Portugal***, (Segundo Volume), ***A Monarquia Feudal***, (coord. de José Mattoso), Círculo de Leitores: Lisboa.

Mattoso, J. (dir. de) (1993b). ***História de Portugal***, (Terceiro Volume), ***No Alvorecer da Modernidade***, (coord. de Joaquim R. Magalhães), Círculo de Leitores: Lisboa.

Mattoso, J. (dir. de) (1993c). ***História de Portugal***, (Quarto Volume), ***O Antigo Regime***, (coord. de António M. Hespanha), Círculo de Leitores: Lisboa.

Mattoso, J. (dir. de) (1993d). ***História de Portugal***, (Quinto Volume), ***O Liberalismo***, (coord. de Fernando Rosas), Círculo de Leitores: Lisboa.

Mattoso, J. (dir. de) (1994). - ***História de Portugal***, (Sétimo Volume), ***O Estado Novo***, (coord. de Luis R. Torgal e João L. Roque), Círculo de Leitores: Lisboa.

Medeiros, C.A. (1991). ***Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana: uma introdução***, 2ª ed., Editorial Estampa: Lisboa.

Medeiros, A.C., Teixeira, C. e Lopes, J.T. (1975). ***Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 5-B: Ponte da Barca***, Serviços Geológicos de Portugal: Lisboa.

Medianero Soto, F. (2010). El SIG y el patrimonio arqueológico en los valles del Turón y Guadalteba (Guadalhorce Medio). Su aplicación en la investigación histórica, paisaje y desarrollo turístico territorial, ***VAR.Virtual Archaeology Review*** (Abril 2010), SEAV – Arqueológica 2.0: Sevilha, p.131-135.

MemP (1758). Statistica (das Freguesias limitrophes...), ***Revista Litteraria***, 9, s/a., Typographia da Revista: Porto.

Méndez Fernández, F. (1993). Relectura del Registro Arqueológico de la Edad del Bronce en Galicia, ***Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueologia***, Vigo, p. 75-78.

Méndez Fernández, F. (1994). Fidel Méndez Fernández - La Domesticación del Paisaje Durante la Edad del Bronce Gallego, ***TRABAJOS DE PREHISTORIA***, 51 (nº1), Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, p.77-94.

Méndez Fernández, F. e Prieto Martínez, P. (1995). Reconstructing Social Space: The Domestication Of Landscape In The Bronze Age, ***Abstracts of First Annual Meeting of European Association of Archaeologists***, (Santiago de Compostela, 20-24 Setembro de 1995), EAA: Santiago de Compostela, p.125.

Merzliakova, I. (1996) – Monitoring system approach for mountain region development using GIS technologies (Pamiro-Alai case study). In ***Proceedings of 4th International Symposium on High Mountain Remote Sensing Cartography***, (19-29 Agosto), Karlstad-Kiruna-Troms, p.163-173.

Messerli, P. (1993). Gerir o meio ambiente vulnerável, **Naturopa**, nº 72, Centro Naturopa do Conselho da Europa: Estrasburgo, p.6-7.

MF (1913). **Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911. Parte I**, Portugal-Ministério das Finanças, Imprensa Nacional: Lisboa, p.206.

Michelin *et al.* (1996) - Yves Michelin, Virginie Vergne, Michèle Deneffe et Jacqueline Cohen. Méthodologie pour une Reconstitution Paysagère: un exemple dans la Chaîne des Puys, de la fin de l'empire romain au XVIIIe siècle, **L'Homme et la Nature au Moyen Age**, (dir. de Michel Colardelle), (Actes du V^e Congrès International d'archéologie médiévale, 6-9 Octobre 1993, Grenoble), éditions errance: Paris, p.57-62.

Mignom, M.R. (1993). **Dictionary of Concepts in Archaeology**, Greenwood Press: London.

Mocci *et al.* (2005) - Florence Mocci, Josep Palet-Martinez, Maxence Segard, Stefan Tzortzis et Kevin Walsh. **Peuplement, pastoralisme et modes d'exploitation de la moyenne et haute montagne depuis la Préhistoire dans le Parc national des Écrins**.

Modderman, P.J.R. (1988). Thoughts on archaeology, geography and scales, **Conceptual Issues in Environmental Archaeology**, John Bintliff; Donald A. Davidson; Eric G. Grant (editores), University Press: Edinburgh, p.59-63.

Monteiro, M. (1980) - Castelos do Norte de Portugal, **DISPERSOS**, ASPA: Braga, p.78-90 (il.).

Morais, R. (2005). **Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial**, (Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 2), Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho/Núcleo de Arqueologia: Braga.

Moreira, M.A.F. (1984). **O porto de Viana do Castelo na época dos descobrimentos**, Câmara Municipal de Viana do Castelo: Viana do Castelo.

Moreira, C. (coord. de) (1990). **Parques de Portugal**, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza: Lisboa, p.11-29.

Moreira, A. e Ribeiro, M.L. (1991). **Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda - Gerês, esc. 1:50000. Notícia Explicativa**, Serviços Geológicos de Portugal e Parque Nacional da Peneda – Gerês: Braga.

Moreira, A. e Simões, M. (coord. de) (1988). **Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 1-D: Arcos de Valdevez**, Serviços Geológicos de Portugal: Lisboa.

Muñoz Cosme, G. (2007). El paisaje y la historia. In **Paisaje Cultural. EURAU 08. 4.º Congreso Europeo de Investigación Arquitectónica y Urbana**, Ministerio de Fomento e Universidad Politecnica de Madrid: Madrid, p.56-58.

N

Naveiro López, J. (1991). ***El Comercio Antiguo en el Noroeste Peninsular***, Monografias Urxentes do Museo, 5, Museo Arqueolóxico e Histórico: Corunha.

Navia Osorio, J.R.M.L. (2000). ***A Construção do Território. Mapa Histórico do Noroeste da Península Ibérica***, (Revisão cartografia portuguesa e versão ao português de Francisco S. Lemos e Luís Fontes), Lunwerg Editores: Barcelona e Madrid.

Neves, C.M.L.B. (1976). Plano de Arborização da Serra Amarela (versão rejeitada), ***Estudos e Informação***, 281, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas: Lisboa.

Neves, C.M.L.B. (1980). Alguns dos principais aspectos da política florestal em Portugal até ao século XVII, ***Boletim do Instituto dos Produtos Florestais - Resinosos***, 29, Lisboa.

Nolen, J.U.S. (1985). ***Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo***, Fundação Casa de Bragança: Lisboa.

Norberto, J. (1988) (coord. ed.). ***Arquitectura Popular em Portugal***, 1.º vol., 3.ª ed., Associação dos Arquitectos Portugueses: Lisboa.

O

Oliveira, A.A. (1979). ***A Abadia de Tibães. 1630/80 – 1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime***, Tese de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

Oliveira, E.P. (1984). ***Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969)***, Instituto Português do Património Cultural: Lisboa.

Oliveira, E.P. (1985). ***Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1970-1979)***, Instituto Português do Património Cultural: Lisboa.

Oliveira, E.P. (1993). ***Bibliografia Arqueológica Portuguesa (séc. XVI-1934)***, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico: Lisboa.

Oliveira, M. (2000). ***O registo paleocarpológico do NO peninsular entre o IIIº e o Iº milénios a.C. Contributo para o estudo da alimentação pré e proto-histórica***. Dissertação de mestrado (policopiado), Universidade do Minho: Braga.

Oliveira, E.V. e Galhano, F. (1994). ***Arquitectura Tradicional Portuguesa***, (2ª ed.), Publicações Dom Quixote: Lisboa.

Oliveira, E.V., Galhano, F. e Pereira, B. (1983). **Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem**, (Etnologia-2), Instituto Nacional de Investigação Científica: Lisboa.

Oliveira, E.V., Galhano, F. e Pereira, B. (1994). **Construções Primitivas em Portugal**, (3ª ed.), Publicações Dom Quixote: Lisboa.

Orengo, H. A. e Ejarque, A. (2008). Metodología aplicada en el análisis del paisaje del Massís del Garraf, in **La historia del paisaje cultural del Massís del Garraf a partir de la resolución de casos**, Riera, S. (ed.), Barcelona, p.81-86.

Oria Segura, M. (1993). El culto a Hércules en la Galicia romana como manifestación del proceso romanizador, **Galicia: da Romanidade á Xermanización. Problemas históricos e culturais**, (actas do encontro científico en homenaxe a Fermín Bouza Brey, Santiago de Compostela, Outubro de 1992), Museo do Pobo Galego: Santiago de Compostela, p.137-145.

Oria Segura, M. (1996). **Hércules en Hispania: una Aproximación**, Publicaciones de la Universidad de Barcelona: Barcelona.

Ormsby *et al.* (2001) - Ormsby, T., Napoleon, E., Burke, R., Groessl, C. e Feaster, L. – **Getting to Know ArcGis Desktop: Basics of ArcView, ArcEditor, and ArcInfo**, ESRI: Redlands.

Ortega Ortega, J.M. (1998). De la arqueología espacial a la arqueología del paisaje: ¿Es *Annales* la solución?. In **Arqueología Espacial. Arqueología del Paisaje**, 19-20, Seminario de Arqueología y Etnología Turolense/Instituto de Estudios Turolenses: Teruel, p.33-51.

Ozcáriz Gil, P. (2010). Organización administrativa y territorial de las provincias hispanas durante el Alto Imperio, in **Hispaniae: las provincias hispanas en el mundo romano**, (J. Andreu Pintado, J. Cabrero Piquero e I. Rodà de Llanza, eds.), (Documenta, 11), Institut Català d'Arqueologia Clàssica: Tarragona, p.323-338.

P

Pardal, S.C. (1988). **Planeamento do Território: instrumentos para a análise física**, Livros Horizonte: Lisboa.

Partidário, M.R. e Jesus, J. (eds.) (1994). **Avaliação do Impacte Ambiental**, Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente: Lisboa.

PDAR - Programa de Desenvolvimento Agrário Regional (Vale do Lima) (1993). **Relatório Final. Caracterização da Zona de Incidência do PDAR**, I, Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho: Braga.

Pedroli, B. e Goodman, T. (eds.) (2010). **Landscape as a project. A Survey of Views Amongst UNISCAPE Members Reactions to a Position Paper of Franco Zagari**, Libria: Melfi.

Peixoto, R. (1903). A Pedra dos Namorados, in **PORTUGALIA**, I (4), Porto, p.808.

Peixoto, M.G. (1986). Os Castelos e outras Construções Militares nos Numeramentos do século XVI, **GAIA**, 4, Gabinete de Arqueologia de Vila Nova de Gaia: Vila Nova de Gaia, p.25-42.

Pena Graña, A. (1993). "Treba ou Territorium. Pervivencia e desenvolvemento dun arcaico e sólido modelo de artellamento territorial e institucional da Gallaecia antiga ó longo da "romanidade e xermanización", **Galicia: da Romanidade á Xermanización. Problemas históricos e culturais**, (actas do encontro científico en homenaxe a Fermín Bouza Brey, Santiago de Compostela, Outubro de 1992), Museo do Pobo Galego: Santiago de Compostela, p.41-59.

Pena, A. e Cabral, J. (1991). **Região Norte**, (Roteiros da Natureza), Círculo de Leitores: Lisboa.

Pereira *et al.* (2009). H. Pereira, T. Domingos, L. Vicente e V. Proença (eds). **Ecosistemas e Bem-Estar Humano. Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment**, Escolar Editora: Lisboa.

Pérez, C. (1998). GIS, Arqueología y Paisaje: Una crítica constructiva. In **Arqueología Espacial**, 19-20, Arqueología del Paisaje, SAET/IET: Teruel, p. 71-77.

Pérez Losada, F. (2002). **Entre a Cidade e a Aldea. Estudio arqueohistórico dos "aglomerados secundários" romanos en Galicia**, (Brigantium, 13), Boletín do Museo Arqueolóxico e Histórico da Coruña: Corunha.

Pérez Rodríguez, F. (2010). Historia Medieval de Galicia: un Balance Historiográfico (1988-2008), in **Minus**, 18, (Monográfico: Historia e territorio: 20 anos de investigación sobre Galicia (1988-2008) (II parte), Servizo de Publicacións da Universidad de Vigo: Vigo, p.59-146.

Pesez, J-M. (1992). **Archéologie du village et de la maison rurale au Moyen Âge**, Presses Universitaires de Lyon: Lyon.

Pesez, J-M. (1998). Histoire et Archéologie médiévales, in **Historiens & Archéologues**. (Actes 3.e Session d'Histoire Médiévale de Carcassonne, 28 Agosto - 1 Setembro 1990), Peter Lang: Berna, p.7-24.

Phytian-Adams, C. (1994). Génesis y Primer Desarrollo del Territorio Local en Inglaterra, **TALLER D'HISTÒRIA**, 3, Centre d'Estudis d'Història Local - Diputació de València: València, p. 8-15.

Pimenta, M. (1983). **Aves da Peneda-Gerês**, Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga.

Pina-Cabral, J. (1989). **Filhos de Adão, Filhas de Eva. a visão do mundo camponesa no Alto Minho**, Publicações Dom Quixote: Lisboa.

Pinho, P. (coord. de) (1995). **Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território na Região do Norte**, MPAT/Comissão de Coordenação da Região Norte: Porto.

PMH.DC. **Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae**, I, Academia das Ciências: Lisboa, 1867, p.44-48.

PMH.Inq. (1220). **Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones**, I, Academia das Ciências: Lisboa, 1888, p.1-288.

PMH.Inq. (1258). **Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones**, I, Academia das Ciências: Lisboa, 1888, p.293-455.

PO-PNPG (1995). **Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda - Gerês. Relatório de Síntese**, (policopiado), Parque Nacional da Peneda-Gerês / Instituto da Conservação da Natureza: Braga.

PO-PNPG (2011). **Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda - Gerês. Estudos de Caracterização e Diagnóstico**, (policopiado), Parque Nacional da Peneda-Gerês / Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade: Braga.

Versão digital disponível em:

http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Ordenamento+e+Gestão/Planos+de+Ordenamento+das+Áreas+Protegidas+%28POAP%29/POPNG_Fases1_2.htm

Portugal, J.M. (1992). **Introdução às Tecnologias de Levantamento da Informação Geográfica Física**, (edição policopiada), Lisboa.

Pratt, J. e Shilling, J.D. (2002). **High time for mountains: A program for sustaining mountain resources and livelihoods**. Banco Mundial (WDR Background Paper): s/l.

Price, M. e Heywood, D. (eds.) (1994). **Mountain Environments and Geographic Information Systems**. Taylor & Francis: Londres.

R

Ramil Rêgo, P. (1993). Evolución Climática e Historia de la Vegetación durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno en las Regiones Montañosas del Noroeste Ibérico, **La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos**, (A. Pérez Alberti, L. Guitián Rivera, P. Ramil Rêgo, eds.), Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.25-60.

Ramil Rêgo *et al.* (1996) - Ramil Rêgo, P., Taboada Castro, M.T, Díaz-Fierros Viqueira, F. e Aira Rodríguez, M.J. Modificación de la cubierta vegetal y acción antropica en la region del Minho (Norte de Portugal) durante el Holoceno, ***Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica***, (P. Ramil Rêgo, C. Fernández Rodríguez e M. Rodríguez Guitián, coords), Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.199-214.

Rapp, G. e Hill, C.L. (1998). ***Geoarchaeology. The Earth-Science Approach to Archaeological Interpretation***, Yale University Press: New Haven and London.

Rappaport, R.A. (1975). El Flujo de Energia en una Sociedad Agricola, ***Biología e Cultura***, H. Blunne: Madrid, p.379-391.

RCM (11-A/2011). Resolução do Conselho de Ministros nº11-A/2011, de 04 de Fevereiro [Aprova o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês], ***Diário da República***, Suplemento, Série I, nº 25/11 (04-02-2011), Imprensa Nacional: Lisboa, pp.6896-6903.

Real, M.L. (1985). Santa Marinha da Costa. Notícia Histórica, ***Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Pousada de Santa Marinha, Guimarães)***, nº 130, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Lisboa, p.7-58 (+ 17 Figs.)

Real, M.L. (1990). O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português, ***IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas***, I, Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga: Braga, p.435-511.

Real, M.L. (1995). Inovação e Resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular, in ***Actas IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica***, (Lisboa, 1992), Institut d'Estudis Catalans: Barcelona, p.17-68.

Real, M.L. (1998). Os Moçarabes do Gharb português, in ***Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo***, (Catálogo exposição no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa), Instituto Português de Museus: Lisboa, p.35-56.

Real, M.L. (2000). "Portugal: cultura visigoda e cultura moçarabe", in ***Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media***, Anejos de AEspA, XXIII, CSIC: Madrid, p.21-75.

Real, M.L. (2007a). A escultura decorativa em Portugal: o grupo "portugalense". In ***Escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica***. Anejos de AEspA, XLI, Instituto Arqueologia Mérida: Madrid, p.135-151.

Real, M.L. (2007b). A arquitectura pré-românica do norte de Portugal, in ***Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal. Arquitectura***, vol. I, Marina Editores: Santiago de Compostela, p.94-113.

Redentor, A. (ed.) (1997). ***O 1.º milénio a.c. no noroeste peninsular : a fachada atlântica e o interior***, Parque Natural de Montesinho: Bragança.

Redi, F. (1988). Ricostruzione del Paesaggio e dell' Intervento Umano, **Structures de l'Habitat et Occupation du Sol dans les Pays Méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive**, **CASTRUM**, 2, École Française de Rome - Casa de Velázquez: Rome - Madrid, p.287-296.

Reilly, P. (1988). **Computer Analysis of an Archaeological Landscape. Medieval Land Divisions in the Isle of Man**, BAR British Series 190: Oxford.

Renfrew, C. e Bahn, P. (1991). **Archaeology. Theories, Methods and Practice**, Thames and Hudson: London.

Resende, M.T. (1994). **Cartografia Impressa dos Séculos XVI e XVII. Imagens de Portugal e Ilhas Atlânticas**, (Catálogo de exposição), Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses: Porto.

Retallack, G.J. (1990). **Soils of the Past. An introduction to paleopedology**, Harper Collins Academic: London.

Ribeiro, O. (1967). **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas**, 3ª ed., Livraria Sá da Costa Editores: Lisboa.

Ribeiro, O. (1987). **Introdução ao Estudo da Geografia Regional**, Edições João Sá da Costa: Lisboa.

Ribeiro, O., Lautensach, H. e Daveau, S. (1989). **Geografia de Portugal. III. O Povo Português**, 1º ed., (comentários e actualização de S. Daveau), Edições João Sá da Costa: Lisboa.

Ribeiro, O., Lautensach, H. e Daveau, S. (1991a). **Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território**, 2ª ed., (comentários e actualização de S. Daveau), Edições João Sá da Costa: Lisboa.

Ribeiro, O., Lautensach, H. e Daveau, S. (1991b). **Geografia de Portugal. IV. A Vida Económica e Social**, 1ª ed., (comentários e actualização de S. Daveau), Edições João Sá da Costa, Lisboa.

Ribeiro, O., Lautensach, H. e Daveau, S. (1994). **Geografia de Portugal. II. O Ritmo Climático e a Paisagem**, 2ª ed., (comentários e actualização de S. Daveau), Edições João Sá da Costa: Lisboa.

Rigoir, J. e YeMeffre, J-F. (1973). Les dérivées des sigillées paleochrétiennes du groupe atlantique, **GALIA**, 31 (1), Centre National de la Recherche Scientifique: Paris, p.207-263.

Ripoll López, G. (ed.) (1992). **Arqueología, hoy**, Universidad Nacional de Educación a Distancia: Madrid.

Rocha, M.J.M. (1994). **Arquitectura Civil e Religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras**, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho

Brandão: Braga.

Rodà de Llanza, I. (2009). Hispania en las provincias occidentales del império durante la república y el alto império: una perspectiva arqueológica, in **Hispaniae: las provincias hispanas en el mundo romano**, (J. Andreu Pintado, J. Cabrero Piquero e I. Rodà de Llanza, eds.), (Documenta, 11), Institut Català d'Arqueologia Clàssica: Tarragona, p.193-221.

Rodrigues, A. (2009). **Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo, (Arquivo Conde da Barca), (1486-1879): Estudo Orgânico-Funcional e Catálogo**, Vol. I, Tomo I, Arquivo Distrital de Braga: Braga, p.[xli].

Rodrigues, M.C.L.B.A. (1994). **Cerâmicas Medievais da Região de Moncorvo (sécs. XII-XIII)**, Tese de Mestrado (policopiada), Faculdade de Letras Universidade Porto: Porto.

Rodríguez Álvarez, P. (2009). Do castro á cidade. Do extrapolítico ao político, in **Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea**, (Dopicos Caínzos, Rodríguez Álvarez e Villanueva Acuña eds.), Actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza (Lugo, 21-23 Julho 2008), Servizo de Publicaciones da Deputación de Lugo: Lugo, p.55-63.

Rodríguez Colmenero, A. (1977). **Galicia Meridional Romana**, (Historia, 1), Universidade de Deusto: Bilbao.

Rodríguez Colmenero, A. (coord.) (1998). **Las Orígenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico**, Actas del Congreso Internacional (Lugo, 15-18 de Mayo 1996), (coord. de António Rodríguez Colmenero), Diputación Provincial: Lugo.

Rodríguez Colmenero, A. e Ferrer Sierra, S. (eds.) (2006). **Excavaciones Arqueológicas en AQVIS QVERQVENIS. Actuaciones en el campamento romano (1975-2005)**, (Anejos de Larouco, 4), Union Fenosa/Larouco/Universidad de Santiago de Compostela: Lugo.

Rodríguez Colmenero, A. et al. (2004). **Miliários e outras inscrições Viárias Romanas do Noroeste Hispânico (Conventos Bracarense Lucense e Asturicense)**, Consello da Cultura Galega (Seccion de Patrimonio Histórico): Santiago de Compostela.

Rosignol, J. e Wansnider, L. (eds.) (1992). **Space, Time and Archaeological Landscapes**, Plenum Press: New Yorq.

Ruiz Zapata et al. (1993) -B. Ruiz Zapata, A.I. Correia, S. Daveau e M. Lecompte. Datos preliminares Sobre la Evolucion de la Vegetacion en las Sierras del Noroeste de Portugal durante el Holoceno, **Actas da 3ª Reunião do Quaternário Ibérico**, (Coimbra, 27 de Set. a 1 de Out. de 1993), Universidade de Coimbra: Coimbra, p.97-104.

Ruiz Zapatero, G. e Burillo Mozota, F. (1988). Metodología para la investigación en Arqueología territorial, **MUNIBE** (Antropología y Arqueología), Suplemento nº 6

(Congreso de Antropología - II Congreso Mundial Vasco), Sociedad de Ciencias Aranzadi: San Sebastián, p.45-64.

Ruiz Zapatero, R. e Fernández Martínez, V.M. (1993). Prospección de superficie, técnicas de muestreo y recogida de información, **Actas Inventarios y Cartas Arqueológicas**, (homenaje a Blas Taracena - Soria), Junta de Castilla y León: Valladolid, p.87-98.

S

Sampaio, L.A.G. (1971). **Relação das Manchas Florestais e das Áreas não Arborizadas, sua Identificação e Caracterização**, (Parque Nacional da Peneda-Gerês. Concelho de Ponte da Barca), (cartografia 1:10000 anexa), Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga.

Sampaio, A. (1979a). **As Vilas do Norte de Portugal**, (Estudos Históricos e Económicos, I), (reedição com prefácio de Maria José Trindade), Editorial Veja: Lisboa.

Sampaio, A. (1979b). **As Póvoas Marítimas**, (Estudos Históricos e Económicos, II), (reedição), Editorial Veja: Lisboa.

Sanches, M.J. (1997). **Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro**, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: Porto.

Santos, H.P. (2010). **Do Tempo e da Paisagem. Manual para a leitura de paisagens**. Principia: Cascais.

Santos, M.M. (2001). **Bodas de Ouro Sacerdotais**. ed. autor: Póvoa de Lanhoso.

Santos, B.S. (org.) (2003). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente. 'Um Discurso sobre as Ciências' revisitado**, Edições Afrontamento: Porto.

Santos Estévez, M. (1999). A arte rupestre e a construción dos territorios na Idade do Bronce en Galicia, in **Gallaecia**, 18, Universidade de Santiago de Compostela, Edicios do Castro: Corunha, p.103-118.

Santos Estévez, M. e Villoch Vázquez, V. (1995). Reconstructing Social Space: Monuments and Petroglyphs As Means Of a Ritual Landscape, **Abstracts of First Annual Meeting of European Association of Archaeologists**, (Santiago de Compostela, 20-24 Setembro de 1995), EAA: Santiago de Compostela, p.124-125.

Santos Yanguas, J. (2009). Las organizaciones indígenas en el norte peninsular y la romanización, in **Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea**, (Dopicos Caínzos, Rodríguez Álvarez e Villanueva Acuña eds.), Actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza (Lugo, 21-23 Julho 2008), Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo: Lugo, p.65-83.

Sanctis, R. e Finis, G. (1988). Colin Renfrew: En busca de una arqueología científica, (entrevista), **Revista de Occidente**, 81, Fundación José Ortega y Gasset: Madrid, p.77-96.

Sarmiento, M. (1933). Materiais para a Arqueologia da Comarca de Barcelos, **DISPERSOS**, Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, p. 153-164.

Sastre, I. (1998). Arqueología del Paisaje y formas de explotación social: El caso del Noroeste Peninsular, In **Arqueología Espacial. Arqueología del Paisaje**, 19-20, Seminario de Arqueología y Etnología Turolense/Instituto de Estudios Turolenses: Teruel, p.323-349.

Sastre, I. (2002). Forms of Social Inequality in the Castro Culture of North-West Iberia, in **European Journal of Archaeology**, Vol. 5, n.º 2, Sage Publications: s/l., p.213-248.

Sastre Prats, I. (1998). Arqueología del Paisaje y formas de explotación social: El caso del Noroeste peninsular, in **Arqueología Espacial**, 19-20, Arqueología del Paisaje (5.º Coloquio Internacional de Arqueología Espacial – Teruel, 14-16 Setembro 1998), Seminario de Arqueología y Etnología Turolense: Teruel, p.323-333.

Schulten, A. (1922). **Fontes Hispaniae antiquae**, A. Bosh: Barcelona.

Serrão, J. e Marques, A.H. (dir.) (1987). **Nova História de Portugal**, vol. IV – Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV, de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença: Lisboa.

Serrão, J. e Marques, A.H. (dir.) (1993). **Nova História de Portugal**, vol. II – Portugal. Das invasões germânicas à “Reconquista”, coord. A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença: Lisboa.

Serrão, J. e Marques, A.H. (dir.) (1996). **Nova História de Portugal**, vol. IV – Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do século XIV, coord. M.H. da Cruz Coelho e A.L. de Carvalho Homem, Editorial Presença: Lisboa.

Shanks, M. e Tilley, C. (1993). **Social Theory and Archaeology**, (2ª ed.), Polity Press: Cambridge.

Silva, J.R.M. (1983). Os Parques Nacionais e o Turismo, **Actas 2º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural**, (Braga, 9-12 Abril,1981), ASPA: Braga, p.342-353.

Silva, D.M. (1985a). **Entre Homem e Cávado em Meados do séc. XVIII. Memórias Paroquiais**, Câmara Municipal de Amares: Braga.

Silva, D.M. (1985b). **As Terras de Vila Verde do Minho no Dicionário Geográfico do Reino de Portugal até 1758**, Câmara Municipal de Vila Verde: Vila Verde.

Silva, A.C.F. (1986). **A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal**, Câmara Municipal de Paços de Ferreira: Paços de Ferreira.

Silva, A.B.M. (1994). O contributo histórico-militar do Lindoso para a Restauração, **Actas III Colóquio Galaico-Minhoto**, I, Câmara Municipal de Viana do Castelo: Viana do Castelo, p.231-243.

Silva, M.C. (1998). **Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal**, Edições Afrontamento: Porto.

SMN - Serviço Meteorológico Nacional (1974). **Atlas Climatológico de Portugal Continental** (edição preliminar), Lisboa.

Soraluce Blond, J.R. (1986). Poliorcética Galega: Arquitectura para la Guerra, **Boletín Académico**, 5, Escola Técnica Superior de Arquitectura da Coruña: La Coruña, p.10-18.

Soromenho-Marques, V. (1994). **Regressar à Terra. Consciência Ecológica e Política de Ambiente**, Fim de Século Edições: Lisboa.

Sousa, T.M. (1927). **GEREZ (Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas)**, Imprensa da Universidade: Coimbra.

SPB (2010). **Science Policy Briefing**, 41. Landscape in a Changing World. Bridging Divides, Integrated Disciplines, Serving Society, ESF-COST: Estrasburgo.

Spellerberg, I. (1991). **Monitoring Ecological Change**, Cambridge University Press: Cambridge.

T

Tente, C. (2007). **A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela**, Trabalhos de Arqueologia, 47, Instituto Português de Arqueologia: Lisboa.

Tilley, C. (1994). **A Phenomenology of Landscape**, Berg Publishers: Oxford.

Torga, M. (1999). **Antologia (Diário). Extractos relativos a Terras de Bouro**. Org. e prefácio de A. Afonso. 2.^a ed., Câmara Municipal de Terras de Bouro: Terras de Bouro.

Torres, C. e Jorge, V.O. (coord.) 1999). **A Arqueologia e os Outros Patrimónios**, ADECAP: Porto.

Tranoy, A. (1974). **Hydace, Chronique**, I-II, "Sources Chrétiennes", (218-219), Paris.

Tranoy, A. (1981). **La Galice Romaine. Recherches sur le nor-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité**, Diffusion du Bocard: Paris.

Trément, F. (1999). **Archéologie d'un paysage. Les étangs de Saint-Blaise (Bouches-du-Rhône)**, Maison des Sciences de l'Homme: Paris.

Trigger, B.G. (1992). **Historia del Pensamiento Arqueológico**, (trad. castelhana de Isabel G. Trócoli), Editorial Crítica: Barcelona.

Trindade, M.J.L. (1965). Alguns problemas do pastoreio em Portugal nos séculos XV e XVI, **Do Tempo e da História**, I, Instituto de Alta Cultura: Lisboa, p.113-134.

Tripcevich, N. (2009). **Workshop 2009, N.º 1 – Viewshed and Cost Distance**, Archaeological Research Facility at UC Berkeley: Berkeley.

Trochet, J-F. (1998). **Géographie Historique. Hommes et Territoires dans les Sociétés Traditionnelles**, Éditions Nathan: Paris.

V

Valera, A.C. (2000). Em torno de alguns fundamentos e potencialidades da Arqueologia da Paisagem, **Era Arqueologia**, Edições Colibri e Era Arqueologia: Lisboa, p.112-121.

Valcácel Díaz *et al.* (1993) - M. Valcácel Díaz, M.R. Guitián, A. Cortizas e A.P. Alberti. **As Paisaxes do Camiño Francés en Galicia**, Xunta de Galicia: Santiago de Compostela.

Van Bath, B.H.S. (1984). **História Agrária da Europa Medieval (500-1850)**, Editorial Presença: Lisboa.

Vasconcelos, J.L. (1907). Estela sepulcral arcaica do Alto-Minho. Appendice, **O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS**, XII, Museu Ethnológico Português: Lisboa, p. 279-281.

Vasconcelos, J.L. (1989). **Religiões da Lusitânia**, vol. III, (reimpressão da edição de 1913), Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa.

Vázquez Varela, J.M. (1999). Ideología y función de los grabados prehistóricos del monte Bego (Francia), in **Gallaecia**, 18, Universidade de Santiago de Compostela, Edicios do Castro: Corunha, p.73-88.

Vázquez Varela, J.M. (2004). **Culturas distintas, tiempos diferentes y soluciones parecidas. Ensayos de Etnoarqueología**, Diputación Provincial de Pontevedra: Pontevedra.

Lull, V. (1988). Hacia una teoría de la representación en arqueología, **Revista de Occidente**, 81, Fundación José Ortega y Gasset: Madrid, p.62-76.

Viana, P. (1999) (coord. de). **Território, Povoamento, Construção. Manual**, Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês, Porto.

Vieira, M.A. (2004). **Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval**. Trabalhos de Arqueologia, 36, Ministério da Cultura/Instituto Português de Arqueologia: Lisboa.

Villanueva Acuña, M. (1993). O *Ius Latii* e a transformación do hábitat galaicorromano, **Galicia: da Romanidade á Xermanización. Problemas históricos e culturais**, (actas do encontro científico en homenaxe a Fermín Bouza Brey, Santiago de Compostela, Outubro de 1992), Museo do Pobo Galego: Santiago de Compostela, p.33-39.

Viterbo, J.S.R. (1983). **Elucidário (das palavras, termos e frases ...)**, I, (ed. crítica por Mário Fiúza), (2ª ed.), Livraria Civilização Editora: Porto.

Viterbo, J.S.R. (1983). **Elucidário (das palavras, termos e frases ...)**, II, (ed. crítica por Mário Fiúza), (2ª ed.), Livraria Civilização Editora: Porto.

W

Watson, P.J., LeBlanc, S.A. e Redman, C.L. (1981). **El método científico en arqueología**, 2.ª ed., Alianza Editorial: Madrid.

Wheatley, D. e Gillings, M. (2002). **Spatial Technology and Archaeology. The archaeological applications of GIS**, Taylor & Francis: London.

X

Xusto Rodríguez, M. e José María Eguileta Franco, J.M. (1992). Arqueologia Medieval Gallega: Consideraciones Metodológicas, **GALLAECIA**, 13, DPA / FGH - Universidad de Santiago de Compostela: A Coruña, p.273-302.

Z

Zubrow, E.Z.B. (1990). Contemplating space: a commentary on theory, **Interpreting Space: GIS and archaeology**, Kathleen M.S. Allen; Stanton W. Green; Ezra B.W. Zubrow (editores), Taylor & Francis: London, p.67-72.